

AGRADECIMENTOS

Porque entendo que um agradecimento não se diz, mostra-se! deixo apenas a referência daqueles a quem certamente o manifestarei nos modos que forem mais apropriados a cada um...

À minha família, em especial aos meus pais... e aos meus quatro sobrinhos todos eles nascidos já no decorrer deste processo... e ao quinto que já vem a caminho!!

Ao meu orientador, Prof. Doutor Pedro Albuquerque.

Às pessoas que de alguma forma colaboraram em etapas deste trabalho: Cláudia Sousa, Cláudia Baptista, Armanda Gonçalves e Sérgio Parente.

Ao Fernando, à Lau, à Cláudia e à Sandra.

Ao Marco.

E a todos aqueles que, não me ocorrendo mencionar neste momento (a memória tem destas coisas!), notarão o meu agradecimento.

Apenas duas exceções à regra inicial para fazer agradecimentos que não terei oportunidade de manifestar de outro modo.

Agradeço a todos os participantes e a todas as pessoas (na sua maior parte os pais dos participantes) que se disponibilizaram para colaborar neste trabalho e que tornaram possível a sua realização.

Conduzo ainda um agradecimento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia por me ter concedido apoio, através da Bolsa de Doutoramento SPRH/ BD /3182 /2000, para a realização deste projecto.

Criação de falsas memórias: diferenças individuais

Resumo

O presente trabalho enquadra-se no interesse que surgiu nos últimos 30 anos sobre o tema das distorções da memória, interesse este que teve subjacentes preocupações de ordem teórica e prática. A nível teórico, a compreensão do processo de ocorrência das distorções de memória permite um melhor conhecimento do funcionamento normal da memória humana. A nível prático, as implicações deste fenómeno são amplas, como nas áreas do testemunho ocular e da psicologia clínica. É então fundamental compreender quais os factores e técnicas que promovem a distorção da memória de um modo global, assim como da memória autobiográfica. Neste último caso, os estudos têm mesmo demonstrado a possibilidade de implantar memórias para eventos da infância que nunca ocorreram. Este dado assume maior relevância atendendo às denúncias que têm ocorrido nos últimos anos sobre a criação de falsas memórias para situações de abuso na infância e que têm consequências devastadoras, não só a nível pessoal como também social.

Dois conjuntos de variáveis têm sido estudadas na criação de distorções da memória: variáveis externas e variáveis internas às pessoas. No primeiro caso, incluem-se aspectos como a pressão exercida para que um evento seja recordado ou a utilização de técnicas usualmente utilizadas em contextos práticos, como a recriação imagética dos eventos. No segundo caso, tem sido considerada a importância que as variáveis individuais (demográficas, cognitivas ou da personalidade) poderão ter na maior predisposição para cometer erros de memória ou aceitar sugestões externas. Um outro tema de estudo relativo às distorções da memória surgido recentemente refere-se à procura de uma “assinatura” que permita, quer do ponto de vista de quem recorda a informação, quer do ponto de vista do observador, distinguir uma memória referente a um episódio verídico de uma falsa memória falsa.

Pretendemos com este trabalho contribuir para o corpo de conhecimento sobre as distorções da memória, em particular sobre a implantação de falsas memórias. Assim, investigamos a possibilidade de implantar uma falsa memória relativa a um evento da infância dos participantes. Exploramos três factores que podem influenciar o envolvimento dos participantes na elaboração de possibilidades de ocorrência do episódio sugerido, assim como no desenvolvimento de falsas memórias, nomeadamente: a instrução de recriação imagética do evento, o número de vezes que é solicitado aos participantes que relatem o episódio e o acesso a auto-conhecimento relacionado com o evento sugerido. Procuramos identificar as variáveis individuais que se relacionam com a tentativa de recordar o episódio sugerido e mesmo com a criação da falsa memória e a tal “assinatura” que permita diferenciar uma memória verídica de uma falsa.

Relativamente aos episódios verídicos questionados, verificamos que os participantes recordaram a quase totalidade dos mesmos, não tendo a recriação imagética ou o número de entrevistas realizado influenciado a recordação destes episódios.

Quanto ao episódio falso, verificamos que algumas das nossas variáveis determinaram o modo como os participantes o descreveram, assim como a criação de uma memória para o mesmo. Assim, verificamos que a instrução de recriação imagética promoveu o envolvimento dos participantes na elaboração de possibilidades de ocorrência do episódio assim como a criação de

falsas memórias. Concretamente, cerca de 32% dos participantes do grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio (grupo IRI) construiu uma falsa memória, o que ocorreu em cerca de 13% dos casos no grupo que não recebeu esta instrução (grupo NIRI). Também a existência de uma experiência real de perda na infância dos participantes promoveu um maior envolvimento dos participantes na descrição do episódio sugerido, mas apenas no grupo NIRI. Quanto à criação de falsas memórias, averiguamos que esta foi mais frequente entre os participantes que viveram uma experiência na sua infância semelhante à sugerida. Nos restantes casos, a instrução de recriação imagética proporcionou a ocorrência de mais falsas memórias.

Quanto ao acesso a auto-conhecimento relacionado com o episódio sugerido, sugerimos que o tratamento desta variável seja diferenciado atendendo ao conteúdo da informação referida, ou seja, se este era consistente ou inconsistente com a possível ocorrência do episódio sugerido. Verificamos que o acesso a informação consistente com o evento se correlacionou positivamente com o envolvimento na descrição do episódio sugerido, mas apenas no grupo NIRI. Já para a totalidade dos casos, constatamos que a referência a este tipo de informação na primeira entrevista influenciou a criação de falsas memórias. Notamos ainda que, na maior parte destas ocorrências, os participantes referiram auto-conhecimento consistente com o evento.

Verificamos ainda que algumas variáveis individuais se correlacionaram com o envolvimento na descrição do episódio falso, tendo estas sido distintas para os grupos NIRI e IRI. Foi ainda possível a construção de modelos de previsão sobre a ocorrência das falsas memórias. Variáveis individuais da personalidade, relativas ao modo de relacionamento interpessoal, correlacionaram-se com a produção de possibilidades de descrição do episódio. Estas variáveis contribuem ainda para a previsão do acesso a auto-conhecimento.

De um modo global, a qualidade da descrição da falsa memória foi pobre, diferenciou-se mais notoriamente da descrição dos episódios verídicos na primeira entrevista, tendo a descrição dos dois tipos de episódio sido similar na segunda entrevista. Já a qualidade da recordação dos episódios foi claramente distinta favorecendo os episódios verídicos. Assim, do ponto de vista do observador não existem indícios que permitam identificar claramente se o participante está a relatar uma memória verídica ou falsa ocorrendo o oposto na perspectiva de quem os recorda. As variáveis instrução de recriação imagética e número de entrevistas não foram, de um modo global, influentes na descrição e recordação dos episódios. Do mesmo modo, a vivência de uma situação semelhante à sugerida não influenciou de modo significativo qualquer dos aspectos avaliados.

Os resultados obtidos são discutidos à luz das várias abordagens teóricas sobre as distorções da memória. Salientamos nesta discussão a importância de atender ao tipo de acesso a auto-conhecimento e propomos a sua possível influência nas diferentes etapas da construção da falsa memória. A existência de situações semelhantes à sugerida na história autobiográfica dos participantes, que não tem sido averiguada de um modo constante noutros trabalhos, merece igualmente atenção. Consideramos ainda que o efeito provocado pela instrução de recriação imagética se sobrepôs à influência destes dois últimos aspectos, pelo que esta parece ser uma variável fundamental na criação de distorções de memória. Finalmente, propomos um estudo mais sistemático sobre papel desempenhado pelas variáveis individuais nos erros de memória.

False memory creation: individual differences

Abstract

A great interest has been devoted to the memory distortion issue over the last 30 years. Theoretical as well as practical concerns underlie this interest. From the theoretical point of view, researchers are trying to understand the processes behind the occurrence of memory distortions in order to extend our knowledge about the general functioning of human memory. From the practical point of view, this issue may be applied to the eyewitness subject and to the psychotherapeutic context. This last issue is very important considering the large number of cases, revealed over the last years, of false memories for childhood abuse. The personal, familiar and social costs of these situations are incalculable. The investigation of these cases revealed that some of these memories were recovered on a psychotherapeutic context, where specific techniques were used, such as the repeated suggestion for the occurrence of the event. Therefore it is crucial to identify the variables and techniques that promote general memory distortions as well as autobiographical memory distortions.

Two kinds of variables have been considered on the literature about memory distortions, namely external and personal variables. The social and interview demands for people to recall information about an event or the use of specific techniques, like guided imagery, are some of the external factors explored in memory distortions. Some of the internal variables considered on the literature include demographic aspects, and cognitive and personality variables. Another frequent issue on the literature is the search for a "signature" that would allow us to distinguish a true from false memory, either from the perspective of the observer or from the perspective of the person who is recalling the information.

The present work aims to contribute to the knowledge about false memories, particularly about false memory creation. In particular, we investigate the possibility to implant a false memory of a childhood event on a Portuguese sample of young adults. The roles of three variables that may influence the false memory implantation are investigated: the instruction to make a mental recreation of the suggested event, the number of times participants recall the false event, and the access to relevant self-knowledge. Furthermore, we aim to look for a "signature" that may allow us to distinguish a false memory from a true memory. Finally, we explore a set of individual differences that may be related both to the creation of false memories and to the access to relevant self-knowledge.

Participants recalled almost all of the true events presented to them. The guided imagery instruction and the number of interviews had no effect on the number of true events recalled. Considering now the false event, some of the variables under investigation influenced the way participants described the suggested event as well as the false memory creation. The participants that were instructed to make an imagery recreation of the false event (group IRI) described more possibilities about the suggested event and created more false memories for it. Actually, in this group, about 32% of the participants created a false memory whereas only 13% of those who did not receive this instruction (group NIRI) created a false memory. Participants from group IRI also made a more detailed description than those who did not receive this instruction. The occurrence of

a similar event on the participant's childhood also influenced the way participants described the false event, but only on group NIRI. False memory creation was also more frequent for participants who lived a similar event on their childhood. For participants who did not have this experience, mental recreation fostered the occurrence of false memories.

In the present study, we suggest a different approach to the access to relevant self-knowledge; an approach that has not been usually considered on the literature. In particular, we propose that the specific content mentioned by the participant should be considered (e.g. whether the information is consistent or inconsistent with the suggested event). In the present study, the access to consistent self-knowledge was positively correlated with attempts to recall the false event, but only for the group NIRI. The global reference to self-knowledge influenced the false memory creation. In the majority of these cases, participants mentioned self-knowledge consistent with the suggested event.

Some of the individual variables measured were correlated with the attempt to recall the false event. Also, some of these variables allowed us to make prediction models about the participants who are more likely to create a false memory. In these models, different variables were considered for the groups NIRI and IRI. Individual variables were also correlated with the kind of relevant information about the suggested event mentioned by participants. A prediction model about who is more likely to access relevant self-knowledge was also generated.

In general, participants described the false event with a small number of details, and the narratives were generally considered poor by direct observation. The descriptions of false events were different from the ones obtained for the true events mainly on the first interview. The experience of recalling these two types of events was clearly different. Therefore, from an observer point of view it seems very difficult to distinguish a true from a false memory, especially in the second interview. However, the opposite occurred from the perspective of who is recalling the events.

No reliable influence of the number of interviews, of the instruction to make a mental imagery recreation of the event, or of the occurrence of a similar experience on the participant's childhood was observed on the quality of the memory recall or on the description of the false event. The same was observed in the true events for the first two variables although the imagery recreation increased the quality of the description.

The results are discussed considering the theoretical perspectives about memory distortions. In this discussion, we stress the importance of taking into account the type of self-knowledge referred to, and we also propose its possible influence in each step of the process of the false memory creation. The existence of similar experiences in the participant's autobiographical history should also be considered more carefully in other studies. The present results also suggest that the mental imagery creation overlapped with the influence of the access to self-knowledge and with the influence of a previous experience similar to the one suggested. Finally, we propose a more systematic study about individual variables and memory distortions.

PARTE I : REVISÃO DA LITERATURA	1
1. Introdução	1
2. O estudo das distorções de memória	9
2.1. Tarefas de monitorização da fonte.....	13
2.2. Paradigma DRM e afins	14
2.3. Paradigma da informação enganosa	20
2.4. Avaliação da probabilidade de ocorrência.....	28
2.4.1. <i>Plausibilidade dos eventos</i>	29
2.4.2. <i>Interpretação de sonhos</i>	32
2.5. Outros procedimentos.....	35
2.5.1. <i>Uso de fotografias</i>	47
2.5.2. <i>Estudos de diários</i>	52
2.5.3. <i>Plausibilidade dos eventos</i>	55
2.5.4. <i>Eventos impossíveis</i>	57
3. O fenómeno da inflação	64
3.1. Inflação pela imaginação.....	65
3.1.1. <i>Probabilidade de ocorrência</i>	67
3.1.2. <i>Criação de falsas memórias</i>	71
3.2. Efeito da revelação.....	80
3.3. Efeito da associação.....	83
3.4. Outras tarefas	83
3.5. A repetição.....	85
4. A influência social	87
5. Perspectivas teóricas.....	93
5.1. Monitorização da fonte	94
5.1.1. <i>Paradigma DRM e afins</i>	95
5.1.2. <i>Paradigma da informação enganosa</i>	99
5.1.3. <i>A inflação pela imaginação</i>	101
5.2. Teoria <i>fuzzy-trace</i>	105
5.3. Teoria da interferência.....	109
5.4. Teorias orientadas por esquemas.....	110
5.5. Princípio da detecção da discrepância.....	114

6. A construção de falsas memórias	114
7. Fenomenologia	122
7.1. Paradigma DRM e afins	124
7.2. Paradigma da informação enganosa	127
7.3. Criação de falsas memórias.....	129
8. Neurociências e neuropsicologia	135
8.1. Paradigma DRM.....	135
8.2. Paradigma da informação enganosa	137
8.3. Criação de memórias	138
9. Diferenças individuais	140
9.1. Paradigma DRM e afins	141
9.2. Paradigma da Informação enganosa / sugestionabilidade	146
9.3. Criação de falsas memórias.....	151
9.3.1. Estudos de diários.....	151
9.3.2. Diferenças individuais na inflação pela imaginação	153
9.3.3. Implantação de memórias.....	154
10. Objectivos do presente trabalho.....	158
PARTE II : METODOLOGIA	161
1. Fase 1 – Selecção da amostra.....	161
1.1. Participantes.....	161
1.2. Materiais.....	162
1.3. Procedimento	162
2. Fase 2 – Recolha de informação junto das fontes	163
2.1. Participantes.....	163
2.2. Materiais.....	165
2.3. Procedimento	167
2.3.1. Envio dos questionários.....	167
2.3.2. Contacto com as fontes e recepção dos questionários.....	167
2.3.3. Sessão de esclarecimento sobre o projecto.....	168
3. Fase 3 – Elaboração dos guiões de entrevista.....	169
3.1. Participantes.....	169

3.2. Procedimento	169
3.2.1. <i>Caracterização da idade dos episódios verídicos</i>	170
4. Fase 4 – Realização das entrevistas	171
4.1. Participantes	172
4.2. Instrumentos	174
4.2.1. <i>Declaração de consentimento</i>	174
4.2.2. <i>Protocolos de entrevista</i>	174
4.2.3. <i>Guião geral de entrevista: entrevistador</i>	177
4.3. Procedimento	177
4.3.1. <i>Entrevistador</i>	177
4.3.2. <i>Entrevistas</i>	178
4.3.3. <i>Entrevista pós-experimental</i>	182
5. Fase 5 – Avaliação das variáveis individuais	184
5.1. Participantes	184
5.2. Materiais	184
5.2.1. <i>NEO PI-R</i>	185
5.2.2. <i>Escala de Experiências Dissociativas (DES)</i>	188
5.2.3. <i>Escala de Absorção de Tellegen (TAS)</i>	189
5.2.4. <i>Inventário de Recurso às Imagens Mentais Espontâneas (IRIME)</i>	189
5.3. Procedimento	190
6. Fase 6 – Classificação dos relatos dos episódios	191
6.1. Episódios verídicos	191
6.2. Episódio falso	191
6.2.1. <i>Tipo de recordação</i>	192
6.2.2. <i>Acesso a auto-conhecimento</i>	194
6.2.3. <i>Material e procedimento</i>	195
7. Fase 7 – Qualidade da descrição dos episódios	196
7.1. Participantes	196
7.2. Material e Procedimento	196
7.2.1. <i>Construção e validação do instrumento de observação</i>	196
7.2.2. <i>Observação final da descrição dos episódios</i>	199
7.2.3. <i>Sistema de classificação do detalhe de descrição dos episódios</i>	200
PARTE III : RESULTADOS	201
1. Recordação dos episódios	201

1.1. Episódios verídicos	202
1.1.1. <i>Caracterização geral</i>	202
1.1.2. <i>Recriação imagética</i>	203
1.1.3. <i>Idade de ocorrência</i>	203
1.2. Episódio falso.....	204
1.2.1. <i>Elegibilidade</i>	204
1.2.2. <i>Tipo de descrição</i>	205
1.2.3. <i>Recriação imagética</i>	208
1.2.4. <i>Evolução ao longo das entrevistas</i>	209
1.2.5. <i>Intervalo entre entrevistas</i>	210
1.2.6. <i>Experiências reais de perda</i>	211
1.2.7. <i>Acesso a auto-conhecimento</i>	215
1.2.8. <i>Variáveis individuais</i>	224
1.3. Síntese da recordação dos episódios.....	233
2. Falsas memórias	236
2.1. Procedimentos estatísticos	237
2.2. Considerações iniciais	238
2.2.1. <i>Pistas</i>	238
2.2.2. <i>Recriação imagética</i>	239
2.2.3. <i>Evolução ao longo das entrevistas</i>	239
2.2.4. <i>Insistências</i>	240
2.2.5. <i>Insistências e instruções com indicação de recriação imagética</i>	242
2.2.6. <i>Intervalos entre entrevistas</i>	243
2.3. Qualidade da descrição.....	245
2.3.1. <i>Detalhe da descrição</i>	245
2.3.2. <i>Reacções</i>	248
2.3.3. <i>Discursos</i>	252
2.3.4. <i>Palavras</i>	254
2.3.5. <i>Qualidade da descrição: resumo</i>	255
2.4. Avaliação do episódio	256
2.4.1. <i>Clareza</i>	256
2.4.2. <i>Confiança</i>	259
2.4.3. <i>Importância</i>	261
2.4.4. <i>Valência emocional</i>	263
2.4.5. <i>Avaliação do episódio: resumo</i>	267
2.5. Síntese da qualidade da descrição e avaliação do episódio falso	268
2.6. Experiência real de perda.....	269

2.6.1. <i>Pistas e insistências</i>	270
2.6.2. <i>Qualidade da descrição</i>	270
2.6.3. <i>Avaliação do episódio</i>	271
2.6.4. <i>Experiência real de perda: resumo</i>	273
2.7. Intervalo entre entrevistas	273
2.8. Número de entrevistas	275
2.8.1. <i>Pistas e insistências</i>	276
2.8.2. <i>Qualidade da descrição</i>	277
2.8.3. <i>Avaliação do episódio</i>	278
2.9. Correlações.....	279
2.9.1. <i>Pistas e insistências</i>	279
2.9.2. <i>Qualidade da descrição</i>	280
2.9.3. <i>Avaliação do episódio</i>	280
2.9.4. <i>Qualidade da descrição e avaliação do episódio</i>	281
2.9.5. <i>Correlações: resumo</i>	281
2.10. Síntese das falsas memórias	282
3. Episódio falso vs episódios verídicos	285
3.1. Procedimentos estatísticos	287
3.2. Pistas e insistências	288
3.2.1. <i>Pistas</i>	288
3.3. Insistências.....	289
3.3.1. <i>Insistências e instruções de recriação imagética – grupo IRI</i>	290
3.3.2. <i>Pistas e Insistências: resumo</i>	292
3.4. Qualidade da descrição	292
3.4.1. <i>Detalhe</i>	292
3.4.2. <i>Reacções</i>	294
3.4.3. <i>Discursos</i>	301
3.4.4. <i>Palavras</i>	302
3.4.5. <i>Qualidade da descrição: resumo</i>	304
3.5. Avaliação dos episódios	305
3.5.1. <i>Clareza</i>	305
3.5.2. <i>Confiança</i>	306
3.5.3. <i>Importância</i>	307
3.5.4. <i>Valência emocional</i>	308
3.5.5. <i>Avaliação da recordação e dos episódios: resumo</i>	309
3.6. Síntese da qualidade da descrição e avaliação dos episódios.....	310

3.7. Evolução ao longo das entrevistas	312
3.7.1. <i>Pistas e insistências</i>	312
3.7.2. <i>Qualidade da descrição</i>	313
3.7.3. <i>Avaliação dos episódios</i>	313
3.7.4. <i>Evolução ao longo das entrevistas: resumo</i>	314
3.8. Recriação imagética	314
3.8.1. <i>Pistas e insistências</i>	315
3.8.2. <i>Qualidade da descrição</i>	315
3.8.3. <i>Avaliação dos episódios</i>	316
3.8.4. <i>Instrução de recriação imagética: resumo</i>	316
3.9. Número de entrevistas	316
3.10. Intervalo entre entrevistas	317
3.11. Correlações	318
3.11.1. <i>Pistas e insistências</i>	319
3.11.2. <i>Qualidade da descrição</i>	320
3.11.3. <i>Avaliação dos episódios</i>	321
3.11.4. <i>Qualidade da descrição e avaliação dos episódios</i>	322
3.11.5. <i>Correlações: resumo</i>	322
3.12. Síntese da análise do episódio falso vs episódios verídicos	323
PARTE IV : DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	325
1. Episódios verídicos	326
2. Episódio falso	330
2.1. <i>Forma de descrição</i>	331
2.2. <i>Inflação pela imaginação</i>	338
2.3. <i>Experiências reais de perda</i>	341
2.4. <i>Acesso a auto-conhecimento</i>	344
2.5. <i>Variáveis individuais</i>	357
2.5.1. <i>Descrição do episódio falso</i>	358
2.5.2. <i>Acesso a auto-conhecimento</i>	371
3. Caracterização dos episódios	374
3.1. <i>Pistas e insistências</i>	377
3.2. <i>Qualidade da descrição</i>	377
3.3. <i>Qualidade da recordação</i>	383

3.4. Evolução ao longo das entrevistas	386
3.5. Correlações.....	387
3.6. Instrução de recriação imagética	388
3.7. Experiência real de perda.....	390
4. Considerações metodológicas	392
PARTE V : CONSIDERAÇÕES FINAIS	395
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403

PARTE I : REVISÃO DA LITERATURA

1. Introdução

Nos últimos 30 anos, assistimos a um crescimento notável na literatura sobre as distorções de memória e, em particular, sobre o tema das falsas memórias. Falsas memórias podem ser definidas como experiências de recordação que se assemelham a memórias de eventos que ocorreram (para quem recorda), mas que dizem respeito a estímulos e/ou eventos que na realidade não foram experimentados por quem recorda (e.g., Gleaves, Smith, Butler, & Spiegel, 2004; McDermott, 1996; Payne, Elie, Blackwell, & Neuschatz, 1996; Roediger & McDermott, 1995). Uma falsa memória é assim distinta de um simples erro de memória. Erros de memória são, por exemplo, falhas na recordação ou no reconhecimento de informação. Mais do que a ausência de memória, que é característica dos erros de omissão, uma falsa memória envolve a experiência de recordação de um episódio relativamente completo que não ocorreu. Também na situação em que é recordada informação de algum modo distorcida em relação ao evento original se considera a ocorrência de uma falsa memória. Assim, é a correspondência, ou a não correspondência, da informação recordada com a realidade objectiva que determina se a memória é correcta ou se constitui uma falsa memória (Gleaves e col., 2004).

Um vasto conjunto de trabalhos tem evidenciado a ocorrência de falsas memórias, explorado as várias circunstâncias que as proporcionam, alteram ou evitam e ainda investigado a possibilidade de diferenciar uma memória verídica de uma falsa memória. Apesar de habitualmente se considerar que o “nascimento” do estudo deste tema ocorreu há cerca de três décadas, foi a última década que mais se notabilizou pela quantidade de trabalhos publicados sobre o mesmo. A título de exemplo, uma pesquisa realizada na base de dados SCOPUS¹, com a expressão “falsas memórias” (*false memories*) (expressão pesquisada no título, resumo ou palavras chave de artigos), restrita apenas à área da Psicologia, resultou em 404 ocorrências. É interessante notar a evolução na frequência destas publicações ao longo dos anos. Desde o ano de 1966 (data limite inferior do resultado da pesquisa efectuada) até ao ano de 1995, o número máximo de publicações em cada um dos anos foi de quatro (em 1994). Em 1995, foram publicados 9 artigos sob esta temática e, desde então, o número tem superado as três dezenas em cada ano. O ano de 2001 sobressai de entre os restantes com maior número de publicações (47). Assim, encontramos nos últimos 10 anos 368 publicações com referência à expressão “falsas memórias”.

¹ O acesso a esta base de dados é permitido pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho através do sítio www.sdum.uminho.pt. Os dados apresentados referem-se a uma pesquisa realizada no dia 26 de Setembro de 2005. Apesar de não haver qualquer referência explícita na base de dados em pesquisa sobre a data da sua última actualização, o artigo mais recente que resulta da busca efectuada data de Setembro de 2005.

A mesma expressão foi pesquisada utilizando a base de dados da *ISI Web of Knowledge*², com a pesquisa limitada ao índice de citações das ciências sociais (*Social Sciences Citation Index – SSCI*) que inclui informação desde 1956 até ao presente. Esta busca produziu 540 resultados contendo a expressão “falsas memórias” (*false memories*), com datas de publicação compreendidas entre 1989 e Setembro de 2005. De acordo com o resultado obtido, foi no ano de 2004 que mais artigos se publicaram com indicação da referida expressão (com 70 publicações), seguindo-se os anos de 1998 e 2001 com 60 publicações em cada um.

O número de trabalhos realizados nos últimos anos reflecte o empenho que investigadores de todo o mundo têm dedicado ao tema das falsas memórias. Parte do interesse que este fenómeno suscitou teve a sua origem em questões sociais e judiciais, mais do que em razões fundamentais relativas à compreensão da memória humana (consultar Loftus, 2003 para algumas considerações sobre estas questões). Os sistemas judiciais de quase todo o mundo baseiam as suas decisões no testemunho prestado por pessoas que terão presenciado um determinado crime. De acordo com Loftus e Bernstein (2005), não será necessário procurar muito para encontrar situações em que existem memórias distorcidas para eventos do passado. Nos últimos anos, as análises de DNA têm sido utilizadas como provas conclusivas sobre a justiça da condenação das pessoas. Em alguns destes casos, os dados revelam que pessoas que se encontram há já vários anos na prisão em cumprimento de pena são efectivamente inocentes dos crimes para os quais foram condenadas. Schacter (2001) refere um estudo em que foram analisados 40 casos em que as análises de DNA justificaram uma alteração de penas de prisão já implementadas. Em 36 destes casos, ou seja em 90% dos mesmos, os dados revelaram a existência de erros de identificação por parte de testemunhas oculares. Estas são apenas algumas das situações dramáticas em que se decidiu por uma condenação errada, causada na sua maior parte por erros de memória das testemunhas (para a descrição de alguns casos reais consultar Schacter, 2001, cap 4). Richard Leo (2005) reviu recentemente a literatura sobre as ocorrências de erros no sistema judicial Norte Americano e sugeriu a necessidade do desenvolvimento de uma área dirigida à criminologia dos erros de condenação, dada a importância que este tema assume (consultar também Radelet, 2002).

O modo como as testemunhas prestam as suas declarações pode exercer uma influência poderosa na credibilidade que um júri ou juiz atribui às mesmas. Se, perante um suspeito, uma testemunha afirma peremptoriamente “é este o homem que o fez. Nunca esquecerei a sua cara!”, o mais provável é que quem julga seja persuadido de que o suspeito presente nesse julgamento é efectivamente culpado. Contudo, as testemunhas oculares não têm memórias menos falíveis que os participantes das experiências de memória. Adicionalmente, é sabido que o relato dos testemunhos é frequentemente prestado em condições conhecidas como propiciadoras da produção de distorções da memória. Entre estas, podemos indicar os longos intervalos de tempo

² O acesso a esta base de dados é permitido pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho através do sítio www.sdum.uminho.pt. Os dados apresentados referem-se a uma pesquisa realizada no dia 26 de Setembro de 2005. De acordo com a informação apresentada na base de dados em pesquisa, a data da última actualização da mesma foi realizada no dia 24 de Setembro de 2005.

decorridos desde o evento, as várias sugestões que a testemunha recebeu durante este intervalo, a repetição do relato do evento, etc. Muitas vezes ocorrem ainda exigências tácitas para que as testemunhas recordem mais do que aquilo que estão a relatar e mesmo para que tentem adivinhar elementos sobre o evento (Schacter, 2001).

Alguns destes factores têm sido modelados em contextos laboratoriais no sentido de obter um conhecimento mais criterioso sobre a influência que os mesmos podem ter na fiabilidade do testemunho ocular. O paradigma da informação enganosa, desenvolvido por Loftus e colaboradores (e.g., Loftus, 1991; Loftus & Hoffman, 1989), constitui um exemplo dos esforços de investigação sobre este tema. Neste paradigma, pretende-se averiguar a interferência que a informação apresentada após o testemunho de uma dada situação produz na correcção da memória para o evento original.

Hyman e Pentland (1996) referem mesmo que a “vida é uma experiência contínua de informação enganosa” (p. 114). De acordo com esta ideia, estamos constantemente a receber informação adicional sobre um evento que foi por nós testemunhado e, provavelmente, alguma desta informação será errada. Assim, esta informação errada pode ser incorporada na memória relativa ao evento original promovendo a distorção da mesma. São várias as formas pelas quais esta informação nos pode ser transmitida, como por exemplo, através de outras fontes que viveram e/ou testemunharam o mesmo evento, em conversas estabelecidas com outras pessoas, através dos media, etc. Nesta perspectiva, muitas memórias autobiográficas podem incluir pequenos e grandes erros sem que sequer nos apercebamos que estamos, de algum modo, a elaborar memórias distorcidas em relação à realidade dos factos.

Directamente relacionada com o tema do testemunho ocular está a questão da credibilidade do testemunho de crianças, questão esta que tem suscitado um amplo debate. Este é um assunto que ganhou grande relevância nos últimos anos em decorrência de várias situações de abuso infantil que surgiram no seio das sociedades. Nestes casos, torna-se fundamental a consideração dos testemunhos prestados pelas crianças envolvidas nas situações. Este é um tema que coloca questões difíceis aos sistemas judiciais com as quais os psicólogos, assistentes sociais, advogados e juizes têm de lidar: será que as crianças compreendem as questões que lhes são colocadas? Serão as crianças mais sugestionáveis que os adultos perante questões enganosas ou outras formas de persuasão? O interesse referente ao testemunho prestado por crianças revela-se nas várias revisões da literatura que têm sido realizadas ao longo dos anos e pelas obras que têm sido redigidas sobre o assunto (e.g., Bjorklund, 2000; Bruck & Ceci, 1999; Bruck & Melnyk, 2004; Ceci & Bruck, 1993, 1995; Ceci, Ross, & Toglia, 1987; Goodman & Schaaf, 1997).

Em 2004, o jornal *Applied Cognitive Psychology* realizou uma edição especial totalmente dedicada às questões individuais e desenvolvimentais relacionadas com a sugestionabilidade. Grande parte dos trabalhos apresentados concentrou-se na questão da sugestionabilidade em crianças. Crossman, Scullin e Melnyk (2004) sistematizam o conteúdo desta edição realçando as

principais conclusões apresentadas. Apesar da diversidade de dados existente e dos paradigmas de estudo utilizados, de um modo global considera-se que as crianças são mais susceptíveis a algumas formas de distorção de memórias que os jovens adultos.

A área da psicologia clínica acrescentou igualmente um conjunto de motivos que fortaleceu o recente interesse sobre as falsas memórias, em particular sobre a possibilidade da criação de falsas memórias para eventos completos. Parte desta motivação surgiu na década de 90 em que a sociedade assistiu a um número crescente de relatos de memórias relativas a eventos de abuso (físico e/ou sexual) ou à participação em rituais satânicos ocorridos na infância dos adultos que agora as recuperam. Em diversas ocasiões, a recuperação destas memórias originou a abertura de processos judiciais acusatórios dos supostos perpetradores do abuso. Em vários destes casos, as memórias recuperadas vieram a revelar-se completamente infundadas, desprovidas de quaisquer evidências e provas reais, em suma, revelaram ser falsas. Averiguou-se ainda que algumas destas memórias tinham sido recuperadas no contexto de terapia na sequência, por exemplo, de sugestões repetidas por parte do terapeuta, da apresentação deste tipo de episódio como razão explicativa para os problemas actuais da pessoa, entre outros aspectos. Decorrentes de algumas destas situações, surgiram novos processos judiciais, desta vez em acusação dos terapeutas por terem motivado a criação destas falsas memórias o que conduziu, em alguns casos, a avultadas indemnizações às vítimas (i.e., as pessoas que teriam construído estas falsas memórias).

Para além da descrição de exemplos de sugestão e implantação de falsas memórias de abuso em pessoas (e.g., Friedman, 1997; Loftus, 1993, 1996, 1998; Madill & Holch, 2004), a literatura relata ainda casos em que as próprias pessoas que foram acusadas de crimes desenvolveram a falsa crença de que tinham sido efectivamente autores dos mesmos. Estas crenças desenvolvem-se por vezes através das sugestões repetidas e/ou no decorrer de interrogatórios judiciais, que são frequentemente repetidos vezes sem conta (para uma revisão sobre o tema consultar Kassin & Gudjonsson, 2004). Nestas situações, tanto a suposta vítima, como o suposto abusador, parecem conceber falsas memórias para eventos que, na realidade, não ocorreram.

Estes acontecimentos levaram a que os investigadores começassem a ser chamados para se pronunciarem cientificamente sobre a realidade das memórias recuperadas. Instalou-se então um aceso debate entre investigadores, clínicos e jornalistas sobre a possibilidade das pessoas recuperarem memórias até então não recordadas (questão que tem sido designada da “realidade das memórias reprimidas”) e sobre a veracidade das mesmas. Recentemente, Gleaves, Smith, Butler e Spiegel (2004) reuniram um conjunto de evidências relativas aos fenómenos das memórias reprimidas e das falsas memórias. Vários psicólogos defendem que a maior parte das memórias recuperadas no contexto da terapia são correctas (e.g., Fredrickson, 1992; Olio, 1994). Por outro lado, alguns estudiosos da memória questionam seriamente se algumas destas

memórias recuperadas não constituirão falsas memórias (e.g., Lindsay & Read, 1994; Loftus, 1993).

Tornou-se assim imperativo encontrar respostas científicas para um amplo conjunto de questões que permitissem uma resolução mais sólida das problemáticas relacionadas com as distorções da memória, pretendendo o presente trabalho contribuir neste sentido. A possibilidade de criar falsas memórias para eventos autobiográficos (em particular de eventos traumáticos), a avaliação de técnicas que fomentem a recordação de memórias não verídicas, a exploração de diferenças nos relatos que correspondem a memórias verídicas ou falsas, a investigação de características que tornem algumas pessoas mais susceptíveis à implantação de memórias que outras são apenas algumas das questões que têm sido colocadas.

No que diz respeito à possibilidade da criação de falsas memórias para histórias de abuso sexual ou similares, Gleaves e colaboradores (2004) referem que grande parte dos estudos até agora realizados incidiu sobre populações não clínicas não sendo por isso generalizáveis aos contextos mais reais. Concretamente, os procedimentos utilizados não reproduzem um conjunto de elementos presentes no contexto psicoterapêutico a que se refere este debate, tais como as condições potencialmente susceptíveis da recuperação e/ou construção de uma memória para situações de abuso (e.g., pelo tipo de relação que se estabelece entre terapeuta e cliente), o contexto em que estas recuperações habitualmente ocorrem (e.g., terapia), as consequências reais de eventuais erros de memória (e.g., acusações a familiares próximos que podem motivar a sua prisão), nem mesmo o tipo de eventos que por vezes são recuperados (e.g., situações de abuso sexual ou físico). A propósito deste último aspecto, os mesmos autores referem que os eventos habitualmente sugeridos nos estudos laboratoriais (e.g., episódio de perda, entornar uma bebida em cima de alguém no decorrer de uma festa familiar) são muitas vezes consistentes com esquemas de conhecimento preexistentes, mais ou menos banais, geralmente corroborados por elementos familiares. No único estudo em que os investigadores tentaram implantar uma memória remotamente semelhante a um abuso sexual de infância (memória para um clister rectal), os investigadores não tiveram sucesso (Pezdek, Finger, & Hodge, 1997).

Ainda no que diz respeito ao potencial de generalização dos dados obtidos em laboratório às situações mais reais de recuperação de memórias no contexto da psicoterapia, Gleaves e colaboradores (2004) sugerem que a investigação laboratorial pode estar a subestimar o grau de influência e sugestão que potencialmente ocorrem na terapia. Neste último contexto, há diversas variáveis que podem ser consideradas como a forma pela qual o terapeuta apresenta a sugestão, o modo como esta é recebida pelo cliente, a frequência com que as mesmas podem ocorrer, as oportunidades de recuperação e/ou criação de memórias em consequência das mesmas e as técnicas implementadas na tentativa desta recuperação. Em vários estudos de implantação de memórias da infância são quase inexistentes as situações em que os participantes criaram uma falsa memória para o evento sugerido na primeira vez que o mesmo foi apresentado, ou seja, na primeira entrevista (e.g., Hyman & Billings, 1998; Hyman, Husband, & Billings, 1995; Hyman &

Pentland, 1996). Os possíveis efeitos de várias semanas ou mesmo vários anos de sugestão, ou a ocorrência de interpretações e/ou sugestões convergentes em relação a eventos (como acontece muitas vezes no contexto terapêutico) não foram ainda estudados experimentalmente. Aliás, muito dificilmente todas as circunstâncias presentes no contexto real da psicoterapia serão reproduzíveis em contexto laboratorial.

Apesar destas limitações de reprodução integral dos elementos presentes em algumas situações reais, o corpo de investigação já existente sobre as falsas memórias, constituído em contexto mais laboratorial, tem demonstrado a possibilidade de levar as pessoas a recordar e reconhecer eventos, objectos ou acções simples que nunca ocorreram (e.g., Goff & Roediger, 1998; Hyman & Billings, 1998; Loftus & Palmer, 1974; McDermott, 1996; Payne e col., 1996; Roediger & McDermott, 1995). A investigação tem ainda demonstrado que a ocorrência de falsas memórias não parece depender de determinados estados afectivos ou basear-se em processos cognitivos especiais. Antes, as falsas memórias parecem ser produzidas pelos mesmos mecanismos que são responsáveis pela recordação correcta da informação.

Assim, se por um lado a investigação laboratorial sistematicamente atesta a veracidade da ocorrência das falsas memórias, a extensão pela qual estas evidências são generalizáveis às polémicas criações de falsas memórias para eventos de abuso físico e/ou sexual deve ser considerada cuidadosamente. Não obstante, e dados os constrangimentos impostos por questões éticas que impedem que experimentalmente possamos reproduzir todas as condições presentes numa situação de psicoterapia real, os estudos laboratoriais são a única forma de reunir saber sobre a criação de falsas memórias. Como referem Gleaves e colaboradores (2004), a confiança na produção laboratorial de determinados fenómenos, como por exemplo as ilusões ópticas, não assegura que os mesmos sejam eventos comuns ou ocorram naturalmente. No entanto, a existência comprovadamente real da produção de falsas memórias tem sido extensamente referida na literatura.

Os investigadores têm procurado assegurar a aplicabilidade dos seus dados a situações realistas, considerando as limitações que alguns autores apresentam à generalização dos dados obtidos no laboratório. Num trabalho realizado por Poole, Lindsay, Memon e Bull (1995), os autores sistematizaram as crenças de psicoterapeutas Norte Americanos e Britânicos relativas à recuperação de memórias da infância para situações de abuso sexual, assim como o tipo de técnicas utilizadas para ajudar a recuperar estas memórias. Este é um exemplo dos trabalhos que servem muitas vezes de inspiração para a exploração laboratorial das variáveis que possam estar envolvidas nestas situações.

Assim, os investigadores têm tentado reproduzir no laboratório algumas das técnicas por vezes utilizadas no contexto da terapia ou simplesmente manipulado algumas das variáveis presentes nesta situação. Referimo-nos por exemplo, à interpretação de sonhos (e.g., Loftus & Mazzoni, 1998), ao recurso à hipnose e a técnicas de imaginação guiada (e.g., Spanos, Burgess, Burgess, Samuels, & Blois, 1999), à autoridade de quem apresenta a sugestão (e.g., Paddock &

Terranova, 2001), às sugestões repetidas para a ocorrência de um evento (e.g., Hyman & Billings, 1998) ou à simples imaginação de eventos (e.g., Hyman & Pentland, 1996). Procura-se então avaliar a influência que vários elementos poderão ter na potenciação da criação de memórias ou na alteração da memória autobiográfica dos indivíduos (e.g., confiança para a ocorrência de determinados eventos passados). De notar que os dados obtidos nestes trabalhos têm sido reconhecidos por alguns autores reflectindo-se mesmo em tomadas de posição relativamente à prática de alguns procedimentos clínicos (e.g., Arbuthnott, Arbuthnott, & Rossiter, 2001; Courtois, 2001; Enns, 2001; Lynn, Lock, Myers, & Payne, 1997).

Os elementos até agora apresentados caracterizam a maleabilidade da memória humana como algo de negativo (como no caso da criação de falsas memórias para situações de abuso). Contudo, a construção de memórias pode igualmente desempenhar funções importantes no nosso quotidiano, quer em termos individuais, quer sociais. Nestes casos, a construção de memórias não é problemática e pode mesmo ser vantajosa. Como referem Hyman e Faries (1992), um dos objectivos da recordação em contextos sociais é de o iniciar e fortalecer ligações sociais. Numa discussão em grupo sobre um acontecimento passado, naturalmente surgem várias versões do mesmo e chegar a um entendimento sobre a sua ocorrência pode ajudar a fortalecer o grupo social ou a delinear estruturas de poder dentro do grupo. Neste sentido, várias perspectivas do mesmo episódio serão reintegradas até se alcançar a construção de uma versão única sendo que, provavelmente, cada indivíduo do grupo integrará elementos das perspectivas de todos os outros. A sua memória final para o episódio não será então igual à memória originalmente formada sobre o mesmo.

A auto-definição constitui um outro objectivo da recordação: se a nossa memória muda, de algum modo também o nosso auto-conceito se altera (Neisser & Fivush, 1994). Como referiu William James já em 1890 “sei que sou a mesma pessoa que ontem porque me lembro do que experimentei ontem” (p. 283). Adicionalmente, a natureza reconstrutiva da memória humana, já conhecida desde Bartlett (1932), tem subjacente a ideia que, quando recordamos um evento, não o recordamos necessariamente tal como ele ocorreu. Em vez disso, a versão de recordação do acontecimento vai sendo reformulada de acordo com os vários conhecimentos que vamos adquirindo sobre nós próprios e sobre o mundo.

Apesar da história do estudo da memória humana não ter dedicado muita atenção aos erros de memória, também designados de distorções de memória (e.g., Roediger & McDermott, 2000), a sua compreensão pode ajudar-nos a perceber a recordação. Do mesmo modo que o estudo das ilusões perceptivas contribui para o conhecimento da percepção, pretende-se que a compreensão do processo de ocorrência de falsas memórias nos ajude a compreender o bom desempenho que a nossa memória nos permite ter na maior parte do nosso quotidiano. Assim, o estudo das falsas memórias relaciona-se também com preocupações mais fundamentais sobre o normal funcionamento da memória humana.

Em conjunto, estes vários tipos de motivações - geradas por questões sociais e judiciais e questões mais fundamentais, suscitou o desenvolvimento de diversas formas de estudo das falsas memórias. O procedimento utilizado nos estudos do paradigma da informação enganosa (e.g., Greene, Flynn, & Loftus, 1982; Loftus & Hoffman, 1989; Loftus & Palmer, 1974; Tousignant, Hall, & Loftus, 1986), a criação de memórias induzidas durante o estado de hipnose (e.g., Barnier & McConkey, 1992; Sheehan, Statham, & Jamieson, 1991), os testes de monitorização da fonte (e.g., Crombag, Wagenaar, & van Koppen, 1996; Johnson, 1988, 1997), o estudo de intrusões na recordação motivadas pela existência de esquemas prévios de conhecimento (e.g., Garcia-Bajos & Migueles, 2003; Lampinen, Faries, Neuschatz, & Toglia, 2000; Neuschatz, Lampinen, Preston, Hawkins, & Toglia, 2002), o estudo de intrusões na recordação de listas de palavras (e.g., Roediger & McDermott, 1995; Sakamoto & Love, 2004; Smith, Ward, Tindell, Sifonis, & Wilkenfeld, 2000), a alteração na confiança para a ocorrência de eventos passados que pertencem à nossa memória autobiográfica (e.g., Mazzoni, Loftus, Seitz, & Lynn, 1999a; Sharman, Manning, & Garry, 2005; Zaragoza & Mitchell, 1996) e a criação de falsas memórias para eventos mais complexos (e.g., Hyman & Billings, 1998; Parks, 1997; Wade, Garry, Read, & Lindsay, 2002) são alguns dos exemplos de formas de investigação das distorções de memória.

Passamos a descrever sumariamente cada um dos principais procedimentos de investigação das falsas memórias, concretamente o paradigma da monitorização da fonte, o paradigma de Deese-Roediger-McDermott e trabalhos semelhantes, e o paradigma da informação enganosa. Duas variantes do paradigma da informação enganosa – a alteração da estimativa da probabilidade ou confiança na ocorrência de episódios no passado dos participantes e a implementação de falsas memórias para eventos completos - são igualmente considerados.

Apresentamos depois alguns dos vários factores que têm sido analisados nos diversos paradigmas de estudo das falsas memórias, nomeadamente a inflação pela imaginação, os efeitos da repetição, da revelação e da relação e ainda outras tarefas que potenciam a ocorrência de distorções da memória. Alguns aspectos de índole social são ainda considerados sumariamente na criação de falsas memórias. As várias perspectivas teóricas desenvolvidas para explicar o fenómeno das distorções de memória têm sido testadas pela tentativa da eliminação da sua manifestação. Estas são as estratégias que apresentamos de seguida e que pretendem, pelo menos, diminuir a ocorrência das distorções da memória.

Consideramos de seguida as principais perspectivas teóricas aplicadas às distorções da memória. Em particular descrevemos os modelos que se dedicam de um modo mais claro à explicação da criação de falsas memórias para eventos da infância. O estudo sobre a fenomenologia das falsas memórias e das memórias verídicas tem procurado identificar um conjunto de elementos que permitam diferenciar estes dois tipos de memórias. Têm sido procuradas diferenças não só em termos do processo da recordação das memórias, mas também nas características dos próprios relatos que os participantes realizam das mesmas. Também as áreas das neurociências e da neuropsicologia têm explorado uma eventual distinção ao nível de

ativação cerebral ou fisiológica entre a produção e recordação de memórias verídicas e falsas. Finalmente, abordamos os estudos sobre as variáveis individuais. Embora os estudos revelem de um modo consistente a produção de distorções de memórias, eles mostram também que nem todas as pessoas as elaboram. Estes trabalhos procuram assim identificar variáveis individuais relacionadas com uma maior susceptibilidade à criação de falsas memórias.

Nesta revisão da literatura, iremos considerar alguns destes procedimentos de um modo mais detalhado por terem promovido os objectivos e motivações do presente trabalho. Deste modo, daremos particular destaque à literatura sobre as distorções da memória autobiográfica sobre eventos da infância, concretamente sobre a alteração da confiança para a ocorrência de determinados eventos na infância e sobre a criação de falsas memórias para episódios da infância. Consideramos ainda de um modo detalhado o fenómeno da inflação pela imaginação, a fenomenologia das falsas memórias e as variáveis individuais que têm sido relacionadas com a susceptibilidade para a criação de falsas memórias.

2. O estudo das distorções de memória

A acompanhar o interesse surgido nos últimos 30 anos sobre as distorções da memória, várias formas de estudo foram emergindo no sentido de explorar os mecanismos que promovem ou evitam a formação das mesmas. É aos primeiros que nos referimos neste ponto. Mazzoni (2002) classificou as distorções de memória em dois tipos: as que ocorrem naturalmente e as que são dependentes de sugestão. A primeira forma de distorção da memória decorre do seu normal funcionamento, não sendo necessária qualquer manipulação especial para observarmos a sua ocorrência. Já o segundo tipo de distorções tem subjacente a apresentação de sugestões externas e, habitualmente, não ocorre sem as mesmas.

A revisão histórica que suscitou a diferenciação entre estes dois tipos de distorções de memória pode ser consultada neste mesmo trabalho de Mazzoni (2002). De notar, porém, que os limites entre estas duas categorias não são absolutos, podendo mesmo sobrepor-se em algumas situações. Do mesmo modo, os processos subjacentes à ocorrência das distorções da memória em cada uma destas categorias não são necessariamente distintos, sendo até provável que existiam processos que são comuns às duas. No entanto, esta diferenciação entre as situações em que são fornecidas sugestões explícitas e aquelas em que tal não ocorre, pode ser vantajosa para a compreensão do papel que vários factores e processos mnésicos desempenham na criação das distorções de memória. A título de exemplo, na ocorrência de falsas memórias dependentes da sugestão pode ser mais relevante considerar factores sociais que no caso das

que ocorrem naturalmente. Por outro lado, processos cognitivos mais básicos (e.g., natureza associativa da memória) poderão ser mais importantes para este último tipo de distorções da memória. Procuramos então caracterizar as várias formas de estudo de acordo com esta classificação: distorções naturais e distorções dependentes de sugestão, apresentando posteriormente de um modo mais detalhado os principais procedimentos que têm sido considerados na investigação.

O estudo das distorções de memória dependentes da sugestão tem sido realizado utilizando diversas formas de sugestão recorrendo para o efeito a variáveis que são externas ao participante e externas ao seu sistema de memória. As primeiras investigações sobre este tipo de distorções da memória centraram-se no efeito que as questões capciosas têm na memória que as crianças elaboram para os eventos. Um resumo histórico exaustivo dos primeiros estudos realizados sobre o tema foi elaborado por Ceci e Bruck (1993), podendo ser encontrado um resumo mais breve no artigo de Mazzoni (2002). Até ao estudo de Loftus (1974) sobre os efeitos da informação enganosa, não parecem ter sido realizados estudos sobre a influência dos procedimentos sugestivos na criação de erros de memória em adultos. Desde então, a criatividade parece ser o único impedimento ao desenvolvimento de formas de introduzir sugestão e ao estudo dos factores que podem determinar o seu poder.

A propósito das falsas memórias dependentes da sugestão, importa referir a noção de sugestionabilidade. No seu livro *The seven sins of memory*, Schacter (2001) identifica a sugestionabilidade como um dos modos pelos quais a nossa memória é falível. O autor define este termo como a “tendência das pessoas para aceitarem informação enganosa que é fornecida por fontes externas nas suas próprias recordações” (p. 113). Esta informação pode ser transmitida através de material escrito, conversas com outras pessoas, imagens ou até mesmo através dos media. Em termos experimentais, várias formas de introdução da sugestão têm sido testadas como veremos ao longo deste capítulo.

Este é também o tipo de distorção da memória que mais se relaciona com questões práticas. Mais concretamente, a sua acção tem sido amplamente demonstrada no âmbito do testemunho ocular. O formato das questões que são colocadas às testemunhas (que são por vezes capciosas no sentido da resposta corresponder às expectativas de quem questiona) e a utilização de métodos de interrogatório agressivo e sugestivo em crianças tem reunido cada vez mais consenso quanto ao poder que exercem na distorção dos relatos de testemunhas. Outros factores têm igualmente revelado interferir na fiabilidade da informação relatada por uma testemunha, como o contacto com outras informações sobre o evento (obtidas, por exemplo, com conversas travadas com outras testemunhas ou através de meios de comunicação social) ou as tentativas repetidas de recuperação da informação sobre o evento testemunhado (pela realização de interrogatórios repetidos) (para uma revisão mais aplicada sobre o tema consultar Schacter, 2001; Wells & Olson, 2003).

A sugestionabilidade é também importante quando consideramos questões clínicas relacionadas com a recuperação de memórias de situações de abuso ocorridas nas infâncias dos adultos que agora as recordam. A este propósito, algumas das técnicas habitualmente utilizadas no contexto terapêutico, e consideradas potencialmente sugestivas para a criação de falsas memórias, têm sido exploradas. Referimo-nos, por exemplo, à técnica da hipnose, aos exercícios de recriação imagética ou à repetição da sugestão de informação e/ou eventos muitas vezes consistente com as expectativas de quem questiona (neste caso do terapeuta). No segundo exemplo, apresentado é solicitado às pessoas que imaginem potenciais cenários para os eventos em causa, muitas vezes cenários em que elas foram vítimas de abuso, para recuperar memórias supostamente reprimidas. Tal como na psicoterapia, também na recolha de testemunhos oculares algumas destas técnicas têm sido utilizadas como auxiliares na recordação dos eventos em causa (e.g., hipnose e recriação imagética). Como já foi referido anteriormente, tem sido investido um grande esforço no sentido de estudar laboratorialmente estes factores enquanto fomentadores da ocorrência de distorções de memória.

O estudo das distorções de memória dependentes da sugestão tem revelado a possibilidade de prever a sua ocorrência sob determinadas condições específicas. Em termos históricos, o paradigma da informação enganosa é um dos primeiros exemplos que podemos incluir nesta categoria (Mazzoni, 2002; Schacter, 1997). Neste paradigma, pretende-se avaliar a influência da informação recebida pela testemunha após um evento (geralmente informação falsa) no relato do mesmo. A sugestão presente neste paradigma é semelhante à utilizada nos estudos que surgiram no virar do século XIX para o XX e que avaliam os efeitos das questões capciosas nas respostas dadas pelas pessoas. Ao longo dos anos, a sugestão explícita de informação tem sido cada vez mais notória na investigação científica e também mais ambiciosa quanto ao tipo de distorção de memória que pretende induzir. Assim, os objectivos têm incluído tentativas de mudar a confiança que os participantes têm para a ocorrência de determinados eventos no seu passado (e.g. Bernstein, Whittlesea, & Loftus, 2002; Garry, Manning, & Loftus, 1996) e mesmo tentado a criação de memórias para eventos completos que nunca ocorreram efectivamente (e.g., Heaps, 2000; Hyman e col., 1995). A pretensão destes trabalhos é a avaliação da possibilidade de uma alteração efectiva da memória autobiográfica das pessoas através de uma sugestão externa que lhes é apresentada.

No que diz respeito aos estudos que pretendem alterar a crença que as pessoas têm sobre a ocorrência de determinados eventos no passado e aos que procuram implementar falsas memórias para eventos completos, consideramos a questão da plausibilidade dos eventos que são sugeridos. Esta é uma questão que se torna particularmente importante se quisermos transpor os resultados obtidos na investigação laboratorial para contextos mais aplicados, como por exemplo o contexto clínico. Neste contexto, este tema é crucial já que as memórias que se têm revelado em algumas situações como sendo falsas memórias são muitas vezes relativas a eventos com características particulares, como é o caso das memórias para situações de abuso. Noutras situações, ocorrem igualmente relatos para situações que são, no mínimo, altamente

implausíveis como os raptos por extraterrestres ou a participação em rituais satânicos. A investigação tem ainda demonstrado que as pessoas constroem narrativas para eventos impossíveis de serem recordados como acontecimentos ocorridos no dia depois de terem nascido (Spanos e col., 1999). Importa por isso perceber de que modo a sugestão de eventos que são mais ou menos plausíveis influencia a produção de alterações na memória autobiográfica dos participantes.

Vários autores têm sugerido que, para que uma falsa memória seja construída, o evento sugerido tem que ser avaliado pelos participantes como plausível (e.g., Hyman & Kleinknecht, 1999). Esta sugestão tem subjacente a noção de que a plausibilidade percebida dos eventos é maleável, o que tem sido demonstrado experimentalmente (e.g., Pezdek e col., 1997). Alguns autores sugerem mesmo que o primeiro passo para que uma pessoa desenvolva uma falsa memória para um evento, que é inicialmente considerado implausível, consiste no aumento da sua plausibilidade percebida (Mazzoni, Loftus, & Kirsch, 2001). Importa por isso averiguar quais as condições e processos envolvidos na alteração da avaliação da plausibilidade dos eventos.

Os estudos relativos às distorções de memória naturais procuram a compreensão do funcionamento da memória. Assume-se nestes trabalhos que os erros de memória observados naturalmente resultam de processos que são normais na actividade da memória humana. Nesta perspectiva, os investigadores baseiam-se nos erros de memória para tentar estabelecer regras do funcionamento básico da memória, nomeadamente sobre o modo como esta elabora e altera o seu conteúdo. Os dados têm revelado que, decorrente do normal funcionamento da memória, o seu conteúdo é usualmente distorcido. Como referiu Schacter (1999), os erros de memória “podem ser conceptualizados de um modo mais útil como o produto de características da memória humana que, de outro modo, são consideradas desejáveis” (p. 183). Podem ser incluídos nesta categoria do estudo das distorções de memória o paradigma Deese-Roediger-McDermott, os estudos que utilizam listas de estímulos (verbais ou visuais) pertencentes à mesma categoria do conhecimento e os estudos sobre a monitorização da fonte.

Passamos então a descrever sumariamente alguns destes paradigmas, começando pelo paradigma da monitorização da fonte e pelo paradigma de Deese-Roediger-McDermott. Passamos depois ao paradigma da informação enganosa. Finalmente, apresentamos dois tipos de estudos, considerados por alguns autores como casos particulares do paradigma da informação enganosa (e.g., Mazzoni, 2002). Referimo-nos, concretamente aos estudos que têm explorado as alterações na crença para a ocorrência de eventos no passado e àqueles que têm procurado implantar memórias para eventos completos. Estes dois últimos casos serão abordados de um modo mais pormenorizado pela sua maior relação com o presente trabalho de investigação.

2.1. Tarefas de monitorização da fonte

Neste paradigma procura-se avaliar a capacidade dos participantes identificarem correctamente a realidade de eventos, ou seja, de distinguirem se uma dada informação ou acontecimento foi percebido do exterior ou se corresponde a uma criação interna do próprio (e.g., evento imaginado) (Johnson, 1988). Esta noção foi mais tarde reformulada por Johnson, Hastroudi e Lindsay (1993) e a monitorização da fonte passou a referir-se à capacidade (ou incapacidade) para distinguir entre memórias que foram geradas por eventos internos e as que foram geradas por eventos externos (e.g., distinguir entre memórias para pensamentos e memórias de eventos percebidos). Ainda de acordo com esta definição mais recente, a monitorização da fonte pode ser definida de dois modos: centrada no próprio ou na informação gerada pelo próprio *versus* centrada na qualidade coberta (e.g., pensamentos ou inferências) ou não pública dos eventos. A primeira definição refere-se, por exemplo, à distinção entre o que dizemos em voz alta e aquilo que ouvimos ou à distinção entre o que pensamos e o que ouvimos. Já a segunda definição reporta-se, por exemplo, à discriminação entre o que imaginámos fazer e o que efectivamente fizemos. A diferenciação entre os dois tipos de definição permite definir o foco de investigação sobre a monitorização da fonte, concretamente quanto à discriminação da fonte de informação, sendo que nenhuma destas definições é considerada mais correcta. Assim, a investigação pode enfatizar o próprio (self) *versus* uma fonte externa como origem da informação ou o estado público *versus* imaginativo (privado) da informação.

Os estudos que se inserem neste paradigma habitualmente incluem duas fases, a saber: (1) apresentação de uma lista mista de imagens e palavras, sendo solicitado aos participantes que formem imagens mentais dos referentes das palavras, e; (2) realização de um teste de memória em que é pedido aos participantes que identifiquem os itens que lhes foram apresentados anteriormente e a modalidade (e.g., visual vs auditiva) em que esta apresentação ocorreu. Os dados indicam que os participantes são muitas vezes incapazes de distinguir entre imagens que lhes foram apresentadas e aquelas que foram construídas para palavras em resposta à instrução de que lhes foi apresentada anteriormente. Johnson e colaboradores (1993) explicam os erros de monitorização da fonte como casos mais gerais de monitorização da fonte.

A monitorização da fonte de informação refere-se aos processos envolvidos na identificação da origem das memórias, conhecimentos ou crenças (Johnson, 1988). Os elementos que contribuem para que esta identificação seja realizada são as características das memórias juntamente com processos de julgamento. Algumas destas características têm sido identificadas na investigação (e.g. Johnson, Foley, Suengas, & Raye, 1988; Lampinen, Neuschatz, & Payne, 1998; Lampinen, Odegard, & Bullington, 2003; Schooler, Gerhard, & Loftus, 1986; Stern & Rotello, 2000; Suengas & Johnson, 1988). Como exemplos de características das memórias podemos referir a informação contextual (espacial e temporal), informação perceptiva (e.g., cor e som) e afectiva (e.g., reacções emocionais), detalhes semânticos e operações cognitivas que foram implementadas aquando da formação da memória (e.g., registos de organização, elaboração,

recuperação e identificação). Um evento percebido (i.e., com origem externa ao participante) deverá conter mais informação perceptiva espacial e temporal comparativamente com um evento imaginado (i.e., com origem no próprio participante) que provavelmente terá associada informação sobre operações cognitivas. A diferenciação entre a origem de um evento – externa ou interna - pode então basear-se nas diferenças encontradas ao nível das características associadas a cada uma das memórias. De acordo com Johnson e colaboradores (1993), a maior parte das ilusões de memória pode ocorrer devido a falhas na identificação da fonte da memória.

2.2. Paradigma DRM e afins

As distorções de memória produzidas pelos paradigmas que apresentamos de seguida decorrem todas da mesma razão: o efeito da relação. De acordo com este efeito, quando as pessoas experimentam vários elementos de alguma forma relacionados, a probabilidade de recuperação de outros eventos com estes relacionados aumenta, desde que exista uma forte relação entre ambos. Neste ponto da nossa apresentação teórica, abordamos um conjunto de paradigmas ou procedimentos experimentais que se baseiam neste efeito. O paradigma que suscitou mais trabalhos ao longo dos anos foi, sem dúvida, o referente às relações semânticas entre as palavras. Entretanto, outros paradigmas que atestam a força de outros tipos de relações têm sido desenvolvidos e testados. Assim, referimos alguns trabalhos que se baseiam na existência de relações categoriais, relações fonéticas, entre outras.

Em 1959, James Deese desenvolveu um procedimento experimental em que, frequentemente, as pessoas referiam ter experimentado um evento (a apresentação de uma determinada palavra de entre uma lista de palavras) que efectivamente não ocorreu. Neste procedimento, são apresentadas aos participantes listas compostas por 12 palavras associadas a uma palavra não apresentada (a palavra crítica)³. Na tarefa de evocação livre, realizada posteriormente, a probabilidade de recordação do item crítico é bastante elevada, ocorrendo assim uma falsa memória. Os dados obtidos por este autor mostram que é possível prever a frequência de intrusões numa determinada lista a partir do grau médio de associação da lista de palavras. Assim, nem todas as listas provocam o mesmo nível de evocações falsas, sendo a previsão baseada neste elemento bastante boa para a maior parte delas. Deese interpretou estes dados como reveladores da natureza associativa da nossa memória. Mas, mais importante que as suas conclusões (sendo que algumas delas se vieram a revelar pouco correctas), este autor demonstrou a possibilidade de promover erros sistemáticos de memória numa tarefa de recordação de listas de palavras.

³ Um exemplo de uma lista de 15 palavras, adaptada à população Portuguesa, para a palavra crítica FRIO, é composta pelas palavras: Inverno, quente, calor, neve, gelo, casaco, roupa, lareira, desconforto, cachecol, arrepio, tremor, agasalho, cama e aquecedor {Albuquerque, no prelo #726}.

Os trabalhos que relançaram a técnica de aprendizagem de listas de palavras desenvolvida por Deese (1955) centraram-se no estudo dos erros ou distorções da memória decorrentes da existência de relações semânticas entre as palavras, embora o objectivo inicial deste autor se centrasse na demonstração da importância dos processos associativos na memória. Na primeira publicação sobre o tema, da autoria de Roediger e McDermott (1995), os autores utilizaram seis das listas compostas por palavras associadas criadas pelo primeiro autor (Deese, 1955), por estas apresentarem o nível de recordação mais elevado. Os resultados obtidos por Deese na tarefa de evocação livre foram replicados por Roediger e McDermott, tendo os participantes evocado em cerca de 40% das vezes (e geralmente perto do final da fase de recordação) os itens críticos não apresentados. Adicionalmente, estes autores exploraram a realização de uma tarefa de reconhecimento para as mesmas listas de palavras. Para a realização desta tarefa mnésica, foi apresentada uma lista de palavras composta por itens apresentados anteriormente, itens relacionados com as listas mas que não foram apresentados, itens que não foram apresentados sem qualquer relação com as listas apresentadas e a palavra crítica. A probabilidade de reconhecimento correcto das palavras (palavras que tinham sido previamente apresentadas na lista) foi bastante elevada (0,86) e muito próxima da probabilidade de reconhecer as palavras críticas (palavras não apresentadas na lista e com elevada relação semântica com essa lista) (0,84). Adicionalmente, a avaliação que os participantes realizaram quanto à qualidade da sua recordação dos itens identificados como tendo sido previamente apresentados revelou que as falsas memórias foram acompanhadas por uma forte experiência de recordação. Este trabalho reafirmou assim a potencialidade deste procedimento na produção de falsas memórias para os dois tipos de tarefas mnésicas (evocação e reconhecimento).

Desde a publicação do trabalho de Roediger e McDermott em 1995, o número de trabalhos de investigação dedicado a este paradigma foi assinalável. A título de exemplo, este artigo foi até ao presente citado em mais de 500 publicações⁴. O paradigma passou a ser habitualmente referido como DRM (para Deese-Roediger-McDermott) por sugestão de Endel Tulving (Roediger & Gallo, 2004). Uma revisão histórica da tarefa DRM, assim como a apresentação de possíveis razões subjacentes à popularidade da mesma entre os investigadores da memória nos últimos anos, pode ser consultada num artigo de Bruce e Winograd (1998). A investigação que explora este paradigma é ainda bastante activa, sendo motivada pelo interesse pela compreensão dos processos de memória que são responsáveis pelo fenómeno.

O sucesso deste procedimento na produção de falsas memórias tem sido replicado ao longo dos anos, tendo sido igualmente explorados vários factores que influenciam a ocorrência de falsas memórias ou que pretendem a sua eliminação (e.g., Gallo, Roberts, & Seamon, 1997; Gallo, Roediger, & McDermott, 2001b; Hicks & Marsh, 1999; McCabe & Smith, 2002; McDermott, 1997; McDermott & Roediger, 1998; Neuschatz, Benoit, & Payne, 2003; Payne e col., 1996; Watson,

⁴ De acordo com uma pesquisa realizada na base de dados Scopus este artigo foi citado 510 vezes e, de acordo com uma pesquisa realizada na ISI Web of Knowledge, o mesmo ocorreu 527 vezes. Esta pesquisa foi realizada em 27 de Setembro de 2005. O acesso a estas bases de dados foi realizado através do sítio dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (www.sdum.uminho.pt).

Bunting, Poole, & Conway, 2005; Watson, McDermott, & Balota, 2004; Wixted & Stretch, 2000). Também em Portugal já foram realizados vários trabalhos sobre o tema (e.g., Albuquerque & Pimentel, 2005; Carneiro, Albuquerque, Fernandez, & Esteves, submetido para publicação; Gaspar & Pinto, 2000; Rocha & Albuquerque, 2003). O paradigma DRM tem sido ainda utilizado na exploração das diferenças entre as memórias correctas e as falsas memórias, quer através da percepção subjectiva das características da memória, quer através de julgamentos de monitorização da fonte de memória (e.g., Mather, Henkel, & Johnson, 1997; Norman & Schacter, 1997). No primeiro caso, os investigadores têm recorrido a técnicas de auto-relato (e.g., memory characteristic questionnaire de Johnson e col., 1988). No segundo caso, têm utilizado a distinção lembro / sei (*remember / know*) apresentada por Tulving (1985) e que diferencia se uma resposta de reconhecimento afirmativa ocorreu pela recuperação efectiva do evento ou por familiaridade, respectivamente⁵. Mais recentemente, este paradigma tem sido também utilizado nas áreas das neurociências e da neuropsicologia na procura de padrões de activação cerebral produzidos pelo reconhecimento de palavras verídicas e pela produção de falsas memórias (e.g., Schacter, Norman, & Koutstaal, 1998).

Como já referimos, este é apenas um dos procedimentos no qual se verifica a ocorrência de distorções de memória devidas à existência de relações (neste caso semânticas) entre os itens apresentados. A utilização de listas de elementos pertencentes à mesma categoria tem igualmente revelado a potencialidade de provocar distorções de memória. Nestes estudos, são utilizadas listas de palavras compostas pelos elementos mais comuns de uma dada categoria com excepção do elemento mais típico dessa mesma categoria (este item constitui, no caso deste procedimento, o designado item crítico). Tal como ocorre no paradigma DRM, frequentemente os participantes recordam e/ou reconhecem erradamente o item crítico, ou seja, o membro mais típico da categoria que não foi anteriormente apresentado (e.g., Smith, Tindell, Pierce, Gilliland, & Gerkens, 2001; Smith e col., 2000). Alguns factores que afectam a produção de falsas memórias com esta tarefa têm também sido explorados, como a extensão da lista (Robinson & Roediger, 1997) ou a realização de tarefas relacionadas (S. M. Smith e col., 1996; cit. em Gleaves e col., 2004).

Uma outra forma de estudo das distorções de memória semelhante ao paradigma DRM refere-se à existência de relações entre imagens. Este efeito, conhecido como o efeito da relação entre imagens, é demonstrado pela apresentação de um conjunto de imagens que têm em comum a sua imagem protótipo (Franks & Bransford, 1971). Numa tarefa de reconhecimento realizada posteriormente à apresentação desse conjunto de imagens, geralmente os participantes identificam erradamente que a imagem protótipo foi exposta anteriormente.

Sommers e Lewis (1999) demonstraram que também a existência de relações fonéticas entre um conjunto de palavras seria suficiente para produzir distorções de memória de um modo semelhante ao habitualmente verificado no paradigma DRM. Neste caso, são utilizadas listas de palavras fonologicamente relacionadas com uma palavra crítica. Ao longo de três estudos, os

⁵ A caracterização destas duas formas de julgamento será detalhada adiante.

autores reproduziram um conjunto de resultados habitualmente obtidos no paradigma DRM. Concretamente, os autores mostraram que este tipo de material suscitava uma proporção de falsas memórias semelhante à de itens correctamente reconhecidos, que a fonte de apresentação das listas de palavras não influenciava o padrão de resultados usual, que mesmo para os itens erradamente reconhecidos os participantes reportaram detalhes relativos à sua apresentação (e.g., características da voz que tinha ditado os itens) e que ocorria uma diminuição de falsas memórias quando era reduzida a relação fonológica da lista de palavras com o item crítico. Já anteriormente Schacter, Verfaellie e Anes (1997b) tinham demonstrado a potencialidade das listas de palavras associadas fonologicamente na produção de falsas memórias.

Num estudo mais recente, Zeelenberg, Pecher e Boot (2005) utilizaram um novo tipo material para explorar as distorções de memória devidas ao efeito da relação fonética entre os elementos apresentados. Estes autores desenvolveram listas de não-palavras (palavras sem significado) semelhantes ortográfica e fonologicamente a um item crítico não apresentado. Também com este tipo de material os autores obtiveram um elevado nível de falsos reconhecimentos para o item crítico.

A compreensão sobre a ocorrência deste fenómeno não está completa sem o conhecimento sobre como evitar a sua manifestação, o que tem sido investigado por alguns autores, embora nenhum dos trabalhos tenha ainda conseguido a eliminação completa destas distorções da memória. As tentativas de suprimir a ocorrência das falsas memórias neste paradigma (assim como em paradigmas semelhantes) têm incluído a indicação explícita aos participantes sobre a possibilidade de ocorrerem erros de memória e a aprendizagem repetida do material alvo dos testes mnésicos. Passamos a referir alguns destes trabalhos de forma sucinta.

Como já referimos, uma das tentativas de eliminar a produção de falsas memórias tem passado por informar explicitamente os participantes sobre o paradigma em estudo e do perigo da ocorrência das falsas memórias para os itens críticos devido à apresentação de conjuntos de palavras semanticamente relacionadas com os mesmos. Neste aviso é ainda dada a instrução directa aos participantes para que prestem muita atenção às palavras que vão ser apresentadas e na verificação desses itens na tarefa de memória posterior (e.g., Gallo e col., 1997; Gallo e col., 2001b; McDermott & Roediger, 1998; Neuschatz e col., 2003), sendo que o momento da apresentação deste aviso (antes ou depois do momento de codificação) não parece alterar o efeito de redução das falsas memórias numa população de jovens adultos, embora não a tenha eliminado. A realização desta mesma experiência numa amostra de idosos demonstrou que os avisos apenas foram eficazes quando a sua apresentação ocorreu antes do momento de codificação (McCabe & Smith, 2002).

Apresentamos, apenas a título de exemplo, os resultados obtidos por Gallo e colaboradores (1997) em que foram testados dois tipos de avisos: instrução para que as respostas fossem dadas de um modo cuidadoso com um alerta para a apresentação de palavras semelhantes às estudadas ou instruções explícitas sobre o procedimento e o modo como as falsas

memórias podem ser produzidas pelo mesmo. Os avisos explícitos sobre o paradigma revelaram-se os mais eficazes na redução de falsas memórias, embora também não as tenha eliminado. Já o primeiro tipo de aviso não reduziu substancialmente a ocorrência de falsas memórias para os itens críticos relativamente ao grupo de controlo que não recebeu qualquer aviso. Os autores avaliaram ainda a qualidade fenomenológica das memórias dos participantes para os itens correctos e falsos. Os dados revelaram que, com excepção do grupo que foi explicitamente avisado sobre o potencial do paradigma DRM na produção de falsas memórias, a fenomenologia das memórias verdadeiras e falsas não se diferenciou tendo-lhes sido atribuído, em ambos os casos, um estatuto de recordação específica.

Já este ano, Endo (2005) testou a influência do aviso prévio (antes da apresentação das listas de palavras) na produção de falsas memórias. O autor encontrou uma redução na frequência das mesmas mas apenas quando não foi exigida uma resposta rápida aos participantes durante a realização da tarefa de reconhecimento. Deste modo, o tempo que os participantes dispõem para conseguir identificar os itens críticos parece ser importante na redução da frequência das falsas memórias. Este autor demonstrou novamente que informar os participantes sobre o modo como os estímulos apresentados promove a ocorrência das falsas memórias previne a ocorrência de falsas memórias, mas não as elimina. Ainda como sugerem os dados obtidos neste trabalho, o benefício diferenciado deste aviso em diferentes populações (e.g., entre jovens adultos e idosos) pode dar alguma indicação sobre os processos envolvidos na produção das falsas memórias.

Esta estratégia de diminuição de falsas memórias tem também sido testada noutros paradigmas semelhantes ao paradigma DRM. Apresentamos, a título de exemplo, o trabalho de Zeelenberg e colaboradores (2005). Como já referimos, estes autores demonstraram o efeito da relação ao nível fonológico e ortográfico na produção de falsas memórias para listas de não-palavras. Neste trabalho, a tentativa de eliminação destas falsas memórias foi realizada mediante um aviso prévio sobre o efeito que se esperava obter, apresentado antes do momento de codificação das palavras, o que não impediu a ocorrência de falsos reconhecimentos, tal como acontece com a tarefa de DRM. Assim, também este estudo sugere que as distorções de memória em relação aos itens críticos podem ser obtidas mesmo quando o item crítico parece não ser armazenado na fase de estudo.

Outra tentativa de supressão das falsas memórias em que o padrão de resultados é distinto em diferentes populações refere-se à repetição da aprendizagem das listas de palavras. Nos estudos com jovens adultos com quem esta estratégia foi utilizada ocorreu de facto uma diminuição na produção de falsas memórias (McDermott, 1996). Já em amostras de idosos esta tarefa não parece produzir o mesmo benefício (Kensinger & Schacter, 1999).

Utilizando listas de palavras organizadas por categorias, Dewhurst e Anderson (1999) testaram igualmente o efeito da repetição das listas de palavras na produção de distorções de memória. Os autores verificaram que a repetição poderia ser utilizada como forma de reduzir as falsas memórias mas também como forma de as aumentar. Relativamente ao primeiro caso, a

repetição da aprendizagem das listas (ou seja, a repetição exacta das palavras apresentadas nas listas) revelou-se eficaz no aumento de reconhecimentos correctos e na diminuição de falsas memórias, embora não tenha eliminado esta última por completo. Já a repetição de palavras pertencentes às categorias das listas de palavras em causa aumentou a percentagem de reconhecimentos correctos assim como de falsas memórias.

O momento em que a tarefa mnésica é realizada também influencia a probabilidade de ocorrência das falsas memórias. Os dados parecem indicar, de um modo consistente, que o aumento do intervalo de tempo decorrido entre o estudo e a realização da tarefa mnésica diminui a recordação dos itens verídicos, mas parece aumentar a frequência de erros relativamente aos itens críticos, tal como demonstrado em alguns trabalhos (McDermott, 1996), embora noutros este aumento não tenha sido observado (Payne e col., 1996). Em oposição, a diminuição do intervalo de tempo, levada ao extremo pela realização da tarefa mnésica imediatamente após a aprendizagem de cada lista, diminuiu a frequência de falsas memórias mas não a eliminou (McDermott & Roediger, 1998).

A realização de tarefas de monitorização da fonte de informação também parecem reduzir a ocorrência de falsas memórias, mas apenas quando as fontes não foram muito confusas (Hicks & Marsh, 1999). O mesmo resultado parece ser obtido quando se aumenta a facilidade de detecção dos itens críticos das listas de palavras (Neuschatz e col., 2003). Mas, tal como para os factores referidos anteriormente, estas duas estratégias não baniram por completo a manifestação dos erros de memória.

De acordo com, Whittlesea, Hughes e Masson (2005), o principal factor subjacente à ocorrência das falsas memórias no paradigma DRM é a surpresa que o participante experimenta quando encontra o item crítico. Esta surpresa é experimentada quando o item crítico é apresentado depois de uma lista de palavras que lhe estão associadas, sendo esta surpresa atribuída erradamente à sua apresentação prévia. De acordo com estes autores, o item crítico torna-se particularmente surpreendente, relativamente a outros itens relacionados mas não apresentados, por ser mais coincidente com os itens que o participante recorda da lista. Atendendo a esta ideia, a diminuição deste efeito de surpresa deveria diminuir igualmente a ocorrência de falsas memórias. Esta hipótese foi confirmada pelos autores, ou seja, a supressão da surpresa causada pelo item crítico diminuiu largamente, ou mesmo eliminou, a ocorrência de identificações erradas dos itens críticos. O presente trabalho é o primeiro a conseguir a eliminação da criação de falsas memórias no paradigma DRM.

Do nosso conhecimento, a total eliminação da criação de falsas memórias para os itens críticos no paradigma DRM (ou paradigmas semelhantes) apenas foi obtida pelo último trabalho que apresentamos tendo as restantes tentativas obtido apenas uma redução na frequência de falsas memórias. Como referiram March e Bower (2004), provavelmente o que torna as ilusões de memória tão robustas no paradigma DRM seja uma combinação de mecanismos, o que dificulta a sua eliminação. O sucesso obtido pela exclusão do efeito de surpresa referido por Whittlesea e

colaboradores (2005) pode constituir um elemento importante na conceptualização teórica deste fenómeno das falsas memórias.

De um modo sucinto, este conjunto de dados revela a influência que a existência de uma forte relação entre os itens apresentados tem na recordação e/ou reconhecimento de itens relacionados. Adicionalmente, a recordação destes últimos parece ser acompanhada por uma experiência de recordação que inclui detalhes contextuais e temporais da apresentação dos mesmos, como no exemplo apresentado do trabalho de Sommers e Lewis (1999). Ou seja, este efeito propicia a alteração da memória para itens que não foram efectivamente apresentados aos participantes, mas que eles passam a recordar ou reconhecer como se o tivessem sido. O efeito da relação revela-se ainda como tendo uma elevada potencialidade na criação de distorções de memória, não se restringindo ao tipo de relação semântica entre os elementos apresentados. No entanto, e porque as relações semânticas são as que mais têm sido estudadas no que concerne às distorções de memória, em considerações futuras referir-nos-emos essencialmente ao paradigma DRM.

2.3. Paradigma da informação enganosa

O efeito da informação enganosa refere-se a uma deterioração da memória para eventos passados que decorre da exposição do participante a informação enganosa. Várias técnicas laboratoriais têm sido desenvolvidas para demonstrar este efeito cuja existência raramente tem sido questionada dada a sua robustez (Pickrell, Bernstein, & Loftus, 2004). Em oposição, a explicação sobre os processos responsáveis pela ocorrência deste fenómeno tem sido bastante debatida (e.g., Loftus & Hoffman, 1989; Zaragoza & Lane, 1994).

O primeiro trabalho sobre este tema remonta a 1974, e foi realizado por Loftus e Palmer. Este estudo revolucionou de forma notória o curso da investigação sobre as distorções de memória. Desde então, assistimos nas últimas três décadas a um amplo desenvolvimento da literatura sobre o paradigma da informação enganosa. Várias questões têm sido exploradas neste âmbito, destacando-se os estudos sobre o testemunho ocular, a exploração das condições sobre as quais as pessoas são particularmente susceptíveis ao impacto negativo da informação enganosa (e, em oposição, quando elas são mais resistentes), a averiguação dos efeitos de avisos sobre a ocorrência do fenómeno, e a tentativa de identificação de características individuais que tornem algumas pessoas mais susceptíveis à sugestão que outras. Os limites do impacto da sugestão na memória das pessoas para determinados eventos, e mesmo na sua memória autobiográfica, têm também sido testados. Como referiu Loftus (Loftus, 2005a), o efeito da informação enganosa tem sido observado numa variedade de espécies humanas e não humanas

(e.g., gorilas, pombos e ratos), e os indivíduos não parecem ser igualmente susceptíveis a este fenómeno.

O procedimento experimental habitualmente utilizado no paradigma da informação enganosa envolve três fases. Na primeira fase os participantes testemunham um acontecimento elaborado pelos investigadores (e.g., simulação de uma situação de crime ou de um acidente de automóvel). Esta apresentação pode ocorrer mediante o visionamento de um vídeo, de uma sequência de diapositivos ou mesmo pelo testemunho de uma encenação ao vivo. Num segundo momento, após decorrido um determinado intervalo de tempo sobre a apresentação do evento, parte dos participantes é exposta a informação enganosa, enquanto que os restantes participantes não recebem qualquer tipo de informação, ou recebem informação congruente com o evento testemunhado. Também a apresentação da informação enganosa tem sido realizada através de métodos variados. Esta informação pode ser apresentada sob o formato de um texto que o participante lê, ser referida por outro participante, ou mediante a resposta a questões capciosas sobre o evento original. Finalmente, na terceira fase, é solicitado aos participantes que recordem e/ou reconheçam a informação sobre o acontecimento original.

A avaliação da influência da informação recebida pelo participante após a observação do evento sobre a memória para o evento original obtém-se pela comparação da informação recordada pelos participantes que receberam a informação enganosa com a dos participantes que não a receberam. A influência que a simples mudança de palavras nas questões (e.g., a que velocidade é que os carros colidiram / bateram / esmagaram um contra?) tem-se demonstrado suficiente para alterar a memória dos participantes para o evento original (e.g., sobre a presença de vidros no chão no cenário do acidente). O estudo de Loftus e Palmer (1974) é bastante ilustrativo deste fenómeno.

Os resultados destas investigações demonstram sistematicamente que a informação enganosa fornecida após o testemunho de um determinado evento pode produzir erros na informação que é recordada sobre o mesmo, quer em adultos (e.g., Belli, 1989; Lindsay & Johnson, 1989; Zaragoza & Lane, 1994), quer em crianças (e.g., Ceci & Bruck, 1993, 1995). A apresentação de informação enganosa tem demonstrado o seu efeito com diversos tipos de informação como: relatar a presença de sinais de trânsito de STOP quando tinham sido visionados sinais de perda de prioridade; identificar cabelo encaracolado quando o apresentado foi cabelo liso; ou descrever a presença de um martelo quando a ferramenta apresentada tinha sido uma chave de fendas. A sugestão tem ainda levado os participantes a identificar a presença de elementos nos cenários observados quando estes eram inexistentes, como vidros partidos, animais feridos e mesmo coisas de maior dimensão como um celeiro num cenário em que não existiam edifícios.

A ocorrência do fenómeno observado no paradigma da informação enganosa é inquestionável. A consistência dos dados obtidos nestes estudos tem suscitado a elaboração de racionais teóricos que procuram explicar o processo implicado neste fenómeno. Assim, várias

perspectivas teóricas têm procurado explicar o processo pelo qual a informação enganosa passa a ser recordada quando é solicitado aos participantes que relatem um evento original. Diversas questões são abordadas nestas teorias tais como o modo pelo qual a sugestão é aceite pelo participante, o processo de selecção da informação enganosa (mesmo quando o participante consegue aceder à informação original) ou a forma como ambas as informações evoluem ao longo do tempo.

Uma das principais dúvidas colocadas a este propósito refere-se ao destino da memória para o evento original quando o participante recorda a informação enganosa. As primeiras conceptualizações teóricas sugeriam que, quando era apresentada informação enganosa aos participantes, os traços de memória para o acontecimento original eram total ou parcialmente perdidos, sendo assim a memória original alterada de um modo permanente (Loftus, 1979; cit. em Eysenck & Mark, 2000). Deste modo, a informação original sobre o acontecimento torna-se inacessível a qualquer tentativa posterior de recuperação. Esta ideia inicial suscitou um aceso debate nos anos 80 que levou ao desenvolvimento de vários tipos de tarefas experimentais cujos resultados promoveram a rejeição da mesma (McCloskey & Zaragoza, 1985; cit. em Loftus, 2005a). Por exemplo, estes últimos autores propuseram que a informação sobre o evento original continua armazenada na memória, sendo os erros de memória encontrados decorrentes apenas de uma dificuldade em a recuperar. Neste caso questiona-se então qual o destino da memória para a informação original quando a pessoa recorda a informação enganosa a que foi exposta. Algumas das teorias que expomos adiante neste trabalho sugerem algumas respostas a esta questão. Uma revisão histórica sobre as teorias que têm sido propostas para explicar este paradigma pode ser consultada no capítulo redigido por Loftus numa edição de Schacter (1997).

Regressemos às tarefas experimentais desenvolvidas no âmbito deste paradigma. Na tarefa mnésica originalmente utilizada para testar a memória para o evento original eram apresentadas a informação original e a informação enganosa apresentada após a observação do acontecimento. Por exemplo, no evento observado um ladrão pega num martelo e, posteriormente, é sugerido ao participante que o ladrão pegou numa chave de fendas. Na tarefa de memória o participante tem de escolher entre estas duas alternativas sendo o resultado comum a identificação correcta do item apresentado pelos participantes a quem não foi apresentada a informação enganosa, enquanto que os participantes que receberam a sugestão tenderão a identificar erradamente o martelo. Uma das explicações sobre o processo envolvido no presente fenómeno refere que as pessoas recordam ambos os tipos de informação (informação original e informação enganosa) e optam por seleccionar a informação enganosa depois de deliberarem sobre a correcção da mesma. McCloskey e Zaragoza (McCloskey & Zaragoza, 1985; cit. em Loftus, 2005a) desenvolveram um novo tipo de procedimento para testar esta hipótese, que designaram de teste modificado, em que a opção relativa à informação enganosa não é apresentada como resposta alternativa; nesta tarefa os participantes têm de seleccionar entre a informação original e um item novo (e.g., um alicate).

A implementação deste teste revelou que os participantes seleccionavam o item original, o que não devia ocorrer se a memória para o evento original tivesse sido alterada de forma permanente como sugere a primeira perspectiva. Efectivamente, os participantes que receberam a informação enganosa não se diferenciaram dos participantes a quem não foi apresentada qualquer informação na identificação das respostas correctas relativas aos itens que tinham sido alvo de sugestão. Este trabalho nega assim a ideia que a informação enganosa, uma vez apresentada aos participantes, altera de forma permanente a memória que foi formada para o evento original. Não obstante, estudos posteriores revelaram a ocorrência de pequenos efeitos provocados pela informação enganosa mesmo utilizando este teste modificado (Ayers & Reder, 1998).

O teste modificado foi no entanto criticado por alguns autores como Belli (1989), que propôs que a ausência da alternativa sugerida no teste de memória pode impedir a manifestação dos efeitos da apresentação da informação enganosa. Assim, dado que a informação enganosa não constitui uma alternativa de resposta não é possível a sua escolha, o que impede a ocorrência de potenciais processos que conduziriam a erros como a atribuição errada da fonte. Este autor desenvolveu então uma nova versão do teste modificado. Nesta nova versão de teste passou a ser possível discriminar os erros de memória provocados por um efeito da interferência causado pela apresentação da informação enganosa dos ocorridos pela simples aceitação desta informação. Os dados obtidos por Belli revelaram que os erros de memória ocorreram por simples aceitação da informação enganosa mas também pela existência de um dano efectivo na memória para o evento original.

Alguns anos mais tarde Zaragoza e Lane (1994) introduziram a noção de que os erros de memória observados neste paradigma decorriam de uma atribuição errada da fonte de informação. Assim, os participantes identificavam a informação que recordavam como tendo sido apresentada no evento original quando ela foi apenas sugerida posteriormente. Os erros ocorriam então por uma identificação errada sobre a origem da informação que recordavam durante a realização da tarefa mnésica.

Outras tarefas experimentais têm sido desenvolvidas na investigação sobre a influência da informação apresentada após a observação de um evento original no testemunho posterior dos participantes. Um destes exemplos é o procedimento desenvolvido por Drivdahl e Zaragoza (2001) em que os participantes, após visionarem um vídeo respondem a um conjunto de questões que os incentiva a descrever do ponto de vista perceptivo elementos que não tinham sido apresentados no vídeo. Os participantes são ainda orientados pelo investigador a identificar vários elementos específicos sobre o evento (e.g., local e aparência física de vários aspectos). As autoras testaram ainda o efeito da repetição da sugestão e implementaram avisos sobre a possibilidade de alguns dos testes apresentados na tarefa de memória poderem não corresponder ao evento original. Nesta tarefa, os participantes identificam a fonte da informação podendo esta ter quatro

proveniências: afirmações apenas, vídeo apenas, ambas as fontes ou nenhuma. Para cada resposta indicaram ainda o grau de confiança.

Os resultados obtidos pelas autoras mostraram que os participantes que elaboraram sobre os elementos perceptivos da situação realizaram mais falsas memórias e atribuíram mais confiança às suas respostas relativamente ao grupo que não realizou esta tarefa. Para além disso, a descrição dos primeiros participantes foi mais detalhada do ponto de vista perceptivo e incluiu mais informação relativa aos itens sugeridos. Apesar dos participantes terem sido avisados relativamente à não veracidade de alguns itens apresentados na tarefa de memória, o nível de falsos reconhecimentos no grupo que elaborou perceptivamente sobre a sugestão, e com três exposições da sugestão, foi de 0,91. O aviso não parece assim ter sido suficiente para contrapor o efeito da sugestão repetida e da elaboração sobre os elementos perceptivos da mesma.

Assim, a elaboração perceptiva sobre elementos não apresentados levou os participantes a acreditarem que a informação que eles próprios tinham gerado correspondia a elementos observados originalmente no vídeo. De notar que no momento em que os participantes geraram esta informação, estavam conscientes de que a mesma não tinha sido previamente apresentada. Esta forma de estudo da influência da sugestão no testemunho de um acontecimento tem sido aplicada por outros autores (e.g., Ackil & Zaragoza, 1998) sendo os resultados obtidos, de um modo global, semelhantes aos que acabamos de descrever.

Para além da utilização de cenários simulados pelos investigadores (ex. a simulação de uma situação de roubo), mais recentemente começaram a ser usados cenários reais no estudo da fiabilidade da memória perante a apresentação de sugestões. Por exemplo, Nourkova, Bernstein e Loftus (2004) utilizaram um cenário relativo a ataques terroristas ocorridos em Moscovo no ano de 1999 que, para além de constituir um cenário real, representa também um cenário de algum modo traumático para a população Russa⁶. Neste estudo, foi pedido aos participantes que recordassem o evento em duas ocasiões distintas, durante um período de 6 meses. A sugestão foi introduzida antes do segundo relato do evento, indicando que os participantes tinham visto um animal ferido no cenário dos ataques tal como tinham referido no seu primeiro relato dos eventos (efectivamente no primeiro relato os participantes não tinham realizado qualquer referência sobre a presença de animais feridos na situação). Neste segundo relato da situação, cerca de 12,5% dos participantes aceitaram a sugestão e até desenvolveram detalhes sensoriais para a descrever (“um dos participantes descreveu a presença de um cão absolutamente louco, a latir e andar à volta de polícias”, p. 582). Alguns estudos anteriores tinham já revelado a possibilidade das questões capciosas alterarem as respostas dos participantes para eventos traumáticos (e.g., Crombag e col., 1996; Ost, Vrij, Costall, & Bull, 2002). O estudo de Nourkova e colaboradores (2004) veio assim confirmar que a introdução directa de uma sugestão sobre um evento real, de certo modo traumático para os participantes e vivido directamente por eles, pode distorcer a memória sobre o mesmo. Ou seja também as memórias traumáticas parecem ser experimentalmente maleáveis.

⁶ Os participantes desta experiência foram elementos da população Russa.

Outros factores têm sido investigados ao longo da história do estudo deste paradigma, tais como o número de vezes que a sugestão é apresentada. De um modo global, os dados são consistentes indicando que a exposição repetida da informação enganosa aumenta a probabilidade desta informação ser incorporada na memória do participante para o evento original como foi verificado, por exemplo, por Zaragoza e Mitchell (Mitchell & Zaragoza, 1996; Zaragoza & Mitchell, 1996). Estas autoras mostraram ainda que a repetição da sugestão aumentou a confiança que os participantes depositavam nas respostas em que erradamente identificaram a fonte da informação. Estes dois efeitos provocados pela repetição da sugestão revelaram-se ainda duradouros tendo-se manifestado uma semana depois do procedimento ter sido realizado.

Também o momento em que a sugestão é apresentada relativamente à codificação do acontecimento. Assim, quando a informação enganosa é apresentada algum tempo depois do evento ter sido testemunhado, a propensão para que essa informação seja aceite é maior dado o enfraquecimento do traço de memória original devido à passagem do tempo. Este declínio do traço original da memória deixa assim pequenos espaços disponíveis à aceitação de informação apresentada por outros ou a uma reconstrução da informação orientada pelo conhecimento prévio da própria pessoa. Por outro lado, esta memória mais ténue para o evento original pode dificultar a detecção de discrepâncias entre a informação original e a que é apresentada num dado momento ao participante. No extremo, quando o intervalo de tempo entre o evento e a sugestão é demasiado longo, a memória para o evento original pode ser tão fraca quase como se o evento não tivesse sido mesmo apresentado, tornando-a extremamente vulnerável à informação que possa ser apresentada posteriormente (Loftus, 2005a).

A utilização de outras técnicas, inspiradas pela sua prática em outros contextos (e.g., contexto clínico), tem sido igualmente estudada no que diz respeito à aceitação da informação enganosa. Referimo-nos, por exemplo, à técnica da hipnose, em que os estudos exploram se a aceitação da informação enganosa é influenciada pelo facto desta sugestão ser apresentada quando os participantes se encontram sob o estado de hipnose ou numa situação normal. De um modo geral, os estudos revelam que a informação que os participantes elaboram sob o estado de hipnose, em resposta às solicitações do investigador, ou as sugestões apresentadas pelo investigador se encontram neste estado, é posteriormente recordada como tendo sido apresentada na situação real por eles testemunhada.

Apesar de, habitualmente, se considerar que a utilização da técnica de hipnose facilita a recuperação de memórias, de um modo geral, a investigação tem mostrado que o recurso à mesma não produz um benefício na recuperação (e.g., Barnier & McConkey, 1992; Erdelyi, 1994) e pode de facto induzir falsas memórias (Lynn e col., 1997) (para uma revisão sobre o tema consultar Spiegel, 1997). Adicionalmente, como refere Spanos (1999), os dados sobre o efeito da hipnose na recordação não são muito consistentes: alguns trabalhos indicam que os procedimentos hipnóticos potenciam a confiança que os participantes atribuem às suas recordações incorrectas, relativamente aos procedimentos não-hipnóticos, enquanto outros

estudos indicam a não existência de diferenças nesta dimensão em função da utilização ou não desta técnica. Neste último caso, os autores sugerem que esta ausência de diferenças decorreu da igual apresentação sobre as expectativas da recordação do evento (Spanos, Burgess, & Burgess, 1994). Os dados relativos à influência da hipnose na criação de falsas memórias em resposta a sugestões apresentadas revelam ainda uma grande incerteza. Os trabalhos realizados mostram que, ainda que a hipnose seja importante para a ocorrência de falsas memórias, outros factores parecem ultrapassar esta influência como o tipo de expectativas que são transmitidas aos participantes e a motivação que lhes é inculcida para que recordem os eventos que lhes foram sugeridos. Contudo, e independentemente do peso relativo que estas variáveis podem ter, há indícios de que a apresentação de sugestão sob hipnose promove a criação de mais falsas memórias do que quando esta sugestão é apresentada num estado normal.

Para além das questões mnésicas implicadas no paradigma da informação enganosa outros factores têm sido abordados, como o contexto da própria entrevista ou as exigências da situação (e.g., Barnier & McConkey, 1992; Liebman e col., 2002). Por exemplo, um participante que não se recorde de alguns detalhes da situação (e.g., o martelo) pode referir o detalhe sugerido (e.g., a chave de fenda) porque se recorda de ter lido algo sobre isso, ou até porque pensa mesmo que o viu, de modo a corresponder às expectativas percebidas do experimentador (McCloskey e Zaragoza, 1985). A investigação sobre as diferenças individuais é outra área que tem procurado contribuir para a compreensão dos mecanismos envolvidos na aceitação da informação enganosa (e.g., Lee, 2004; Quas, Qin, Schaaf, & Goodman, 1997) a que nos referimos mais adiante.

Tal como no paradigma DRM, alguns investigadores têm procurado compreender como pode ser evitada a influência provocada pela informação enganosa. Concretamente, duas estratégias têm sido implementadas com este objectivo: os avisos explícitos sobre a possibilidade de ocorrer informação errada e a realização de tarefas de monitorização da fonte de informação. No primeiro caso, os participantes são informados sobre a possibilidade de serem expostos a informação enganosa e desta poder influenciar a memória que eles têm para o evento. No entanto, alguns estudos têm revelado que esta estratégia nem sempre resulta numa diminuição da distorção da memória, particularmente quando o aviso é realizado depois dos participantes terem sido expostos à informação enganosa. Possivelmente a eficácia do aviso torna-se reduzida nesta situação por a informação enganosa já ter sido incorporada na memória dos participantes no momento em que eles o recebem.

Como já foi referido, os testes de monitorização da fonte da informação permitem aos participantes identificar qual a fonte da informação que estão a recordar. Assim, eles podem atribuir a informação da informação recordada à fonte que apresentou a informação enganosa (e.g., num texto lido, informação apresentada por outra pessoa) ou ao evento original. Este tipo de tarefa produz um padrão de enganos distinto do obtido quando se realiza uma tarefa de reconhecimento simples para testar a memória do participante para o evento original. Tal decorre

do facto da tarefa de monitorização da fonte de informação exigir ao participante que procure identificar a fonte da sua memória e desta tarefa lhe permitir a atribuição da recordação a outro elemento que não a sua própria memória para o evento original. Subjacente a esta explicação está a ideia de que parte dos erros de memória obtidos neste tipo de tarefas se deve a falhas na identificação da fonte da memória.

No entanto, apesar destas tarefas resultarem habitualmente numa diminuição dos erros relativamente ao observado nos testes de reconhecimento padrão, elas não eliminam os efeitos da apresentação da informação enganosa. De facto, um conjunto de estudos tem demonstrado de forma consistente a ocorrência de efeitos de sugestionabilidade mesmo quando são realizados testes de monitorização da fonte de informação (Ackil & Zaragoza, 1998; Mitchell & Zaragoza, 1996; Zaragoza & Lane, 1994; Zaragoza & Mitchell, 1996).

A combinação de várias estratégias destinadas a diminuir a aceitação da informação enganosa foi explorada num trabalho realizado por Chambers e Zaragoza (2001), neste caso pela apresentação de avisos e com a realização de uma tarefa de monitorização da fonte de informação. As autoras confirmaram a eficácia do aviso dado aos participantes na redução da sugestionabilidade, o que ocorreu independentemente do número de vezes que a informação foi sugerida (uma ou duas vezes). Contrariamente ao observado noutros trabalhos, (e.g., Greene e col., 1982; cit. em Loftus, 2005a), neste estudo os avisos dados após a exposição à informação enganosa foram tão eficazes quanto os avisos apresentados antes da sua apresentação.

Ainda neste trabalho, uma semana depois desta primeira fase, os participantes realizaram novamente o teste de monitorização da fonte de informação no sentido de averiguar se os ganhos anteriormente obtidos pelos avisos se manteriam num teste realizado posteriormente. Os dados revelaram que o benefício obtido pela apresentação do aviso desapareceu comparativamente com o grupo que não foi avisado, mas apenas quando a sugestão foi apresentada uma única vez. Já quando a sugestão foi repetida, os grupos avisados continuaram a manifestar menos falsas memórias que o grupo não avisado. Assim, avisar explicitamente os participantes de que eles podem ser expostos a informação errada relativa ao evento original reduziu os erros de identificação da fonte de memória para um teste imediato e posterior (embora neste último caso apenas quando a sugestão foi repetida). Não obstante, mesmo considerando esta redução nos erros de atribuição da fonte, a apresentação da sugestão continuou a suscitar mais erros comparativamente com a situação em que não foi apresentada qualquer sugestão. Não houve assim uma supressão dos efeitos da apresentação de informação enganosa.

Também Eakin, Schreiber e Sergent-Marshall (2003) exploraram um conjunto de factores, isolados e em combinação, quanto à sua potencialidade em reduzir a sugestionabilidade à informação enganosa. Ao longo de cinco estudos os autores manipularam o tipo de sugestão apresentada (congruente vs contraditória com a informação testemunhada), realizaram avisos explícitos aos participantes sobre o efeito da informação enganosa, apresentaram diferentes tipos de avisos (gerais vs específicos) e variaram o momento de apresentação da informação enganosa

(antes vs depois da observação do evento original). De um modo global, os autores verificaram que a apresentação de informação contraditória com o evento original suscitou menos erros de memória que a exposição a informação congruente com o mesmo na situação em que os participantes receberam vários avisos sobre os efeitos da exposição à informação enganosa. O momento da apresentação dos avisos revelou-se importante na manifestação do efeito da informação enganosa tendo sido verificado que, quando o aviso foi apresentado imediatamente antes da exposição à informação enganosa, os erros diminuíram desde que a informação enganosa não estivesse muito acessível (neste caso, se ela tivesse sido apresentada antes da observação do evento). Por outro lado, o benefício do aviso explícito sobre o efeito da sugestão desapareceu quando a informação enganosa foi tornada mais acessível (e.g., apresentada depois da observação do evento). Já o momento de exposição à informação enganosa, por si só, não se revelou importante na obtenção do efeito devido à exposição à mesma. Finalmente, os autores constataram que a influência dos avisos não se diferenciou em função do tipo de aviso apresentado (geral ou específico).

Podemos assim concluir que, embora os factores aqui descritos – avisos explícitos aos participantes, testes de monitorização da fonte de informação, momento da apresentação da sugestão, entre outros – aumentem a “resistência” dos participantes aos erros de memória devidos à apresentação à informação enganosa, nenhum deles, nem nenhuma das combinações dos mesmos que foram testadas eliminaram por completo a sua influência.

Apresentamos de seguida duas variantes da abordagem original do paradigma da informação enganosa que foram desenvolvidas por diversos autores. No primeiro caso referimo-nos aos estudos em que, mediante a apresentação de uma sugestão ou pela utilização de uma determinada técnica, se procura alterar a confiança que os participantes têm para a ocorrência de eventos específicos na sua história passada. Apresentamos depois os estudos cujo objectivo principal é a produção de memórias para eventos completos que nunca ocorreram na vida dos participantes. Abordamos estes dois procedimentos do estudo das distorções de memória de um modo mais detalhado pela sua maior relação com os objectivos do presente estudo.

2.4. Avaliação da probabilidade de ocorrência

Os estudos em que se procura alterar a confiança ou crença que o participante tem para a ocorrência de determinados eventos no seu passado tiveram o início do seu desenvolvimento em meados dos anos 90. Estes estudos envolvem geralmente três fases: (1) avaliação inicial da confiança ou crença dos participantes para a vivência de determinados eventos no seu passado ou da probabilidade desses eventos terem ocorrido no seu passado (considerado o momento da pré-avaliação); (2) após um intervalo de tempo (que varia entre os estudos) decorre um

procedimento que pretende potenciar esta avaliação e que geralmente se dirige a eventos anteriormente avaliados com nenhuma ou muito pouca confiança, crença ou probabilidade em relação à sua ocorrência (considerado o momento de intervenção); geralmente a realização desta fase é apresentada aos participantes como sendo referente a uma experiência não relacionada com a tarefa de avaliação anterior, assumindo os investigadores um conjunto de cuidados para que os participantes não estabeleçam a relação entre as várias tarefas, e; (3) nova avaliação da confiança, crença ou probabilidade da ocorrência passada dos eventos apresentados no primeiro momento (considerado o momento da pós-avaliação). Em grande parte dos estudos, o instrumento utilizado nos dois momentos de avaliação referidos é o *Life Events Inventory* (um inventário de acontecimentos de vida que passamos a referir como LEI). Neste instrumento, é apresentado um conjunto de afirmações que descrevem eventos que os participantes avaliam quanto à sua crença, confiança ou probabilidade de ocorrência na infância, utilizando uma escala de oito pontos (e.g., 1= de certeza que não aconteceu; 8= de certeza que aconteceu). Esta escala inclui eventos que são comuns na infância dos participantes, assim como eventos consideravelmente raros.

O segundo momento deste procedimento é habitualmente apresentado aos participantes como correspondendo a um estudo independente do realizado na primeira fase. Deste modo, os autores procuram que os participantes não estabeleçam uma relação entre a potencial influência desta intervenção na avaliação que realizarão no terceiro momento. Alguns dos procedimentos que têm sido implementados no segundo momento incluem a imaginação (e.g., Garry e col., 1996), a interpretação de sonhos congruente com a ocorrência de determinado evento no passado dos participantes (e.g., Mazzoni & Loftus, 1998), a exposição a informação que aumenta a plausibilidade dos eventos alvo (e.g., Mazzoni e col., 2001) e a simulação de mini-sessões de terapia em que foi sugerida a ocorrência de determinados eventos críticos no passado dos participantes (e.g., Loftus & Mazzoni, 1998), entre outros. O impacto do procedimento utilizado na segunda fase é avaliado pela comparação da pré e pós-avaliação relativa aos eventos que foram alvo de manipulação e pela comparação desta mudança com a observada para os outros itens que não foram alvo de qualquer tipo de sugestão.

Como veremos, a confiança ou crença na ocorrência de um evento que é sugerido é fundamental no enquadramento mais geral das abordagens de criação de falsas memórias para acontecimentos completos. Este tema será retomado adiante quando nos referirmos à criação de falsas memórias para episódios completos.

2.4.1. Plausibilidade dos eventos

Os eventos sugeridos aos participantes podem ser de natureza variada e ser mais ou menos plausíveis atendendo à história cultural e pessoal das pessoas. Os estudos sobre a alteração da crença ou confiança na ocorrência de eventos no passado dos participantes têm

considerado esta dimensão. Os autores pretendem averiguar se eventos que inicialmente são considerados como implausíveis pelos participantes são mais ou menos susceptíveis a esta mudança na avaliação realizada pelos participantes.

Num trabalho que envolveu a realização de três estudos, Mazzoni e colaboradores (2001) exploraram de que modo a confiança dos participantes para eventos autobiográficos considerados pouco plausíveis poderia ser alterada. Neste trabalho, o evento crítico para o qual se pretendia alterar a confiança sobre a sua ocorrência na infância dos participantes referia-se ao presenciar uma situação de possessão demoníaca⁷. As três experiências utilizaram o mesmo procedimento global que incluiu três passos, sendo variado o tipo de sugestão utilizado. Numa primeira fase, os participantes avaliaram a plausibilidade de vários acontecimentos (plausibilidade percebida), incluindo o evento crítico, assim como a probabilidade de terem vivido esses eventos nas suas infâncias antes dos três anos de idade (pré-avaliação). Para o efeito foi utilizado o LEI. Foram seleccionados desta amostra inicial apenas os participantes que tinham considerado o evento crítico como pouco plausível e pouco provável. Na segunda fase, os participantes foram expostos à sugestão relativa ao evento crítico (intervenção). Esta fase ocorreu três meses depois da fase anterior, ou seja depois de realizada a primeira avaliação. Finalmente, na terceira fase, os participantes avaliaram novamente os eventos quanto à sua plausibilidade e à probabilidade da ocorrência dos mesmos nas suas infâncias antes dos três anos de idade (pós-avaliação). Este momento de avaliação ocorreu uma semana depois da segunda fase.

No primeiro estudo, foram introduzidas duas formas de sugestão na fase 2 - sugestão de “plausibilidade” e sugestão “personalizada” - com o objectivo de influenciar a plausibilidade percebida do evento crítico e a avaliação da probabilidade da sua ocorrência na infância dos participantes. Para a sugestão “personalizada” foi inicialmente solicitado aos participantes que respondessem a um questionário que revelaria um perfil dos seus medos. Quaisquer que fossem as respostas dos participantes a este questionário, a interpretação apresentada por um psicólogo era a mesma: as suas respostas indicavam que os participantes provavelmente teriam testemunhado uma situação de possessão demoníaca nas suas infâncias e que esse evento poderia estar na origem dos seus medos. A sugestão relativa à plausibilidade do evento foi introduzida mediante a leitura de textos breves que descreviam situações de possessão demoníaca e indicavam a frequência deste evento numa população semelhante à dos participantes. Estes textos incluíam ainda supostos testemunhos verídicos prestados por outras pessoas.

O procedimento adoptado neste primeiro estudo foi, de um modo geral, semelhante ao procedimento anteriormente apresentado. No entanto, na fase 2, ocorreram duas sessões distintas, separadas por uma semana. Na primeira destas sessões foi apresentada a sugestão de

⁷ A escolha deste evento prendeu-se com dois motivos essenciais. Em primeiro lugar, este é um evento frequentemente referido como tendo sido recuperado no contexto da psicoterapia e que gerou bastante controvérsia (Loftus, 1997). Por outro lado, dado que se pretendia averiguar a importância da plausibilidade do evento na alteração da memória autobiográfica para o mesmo, o mesmo foi escolhido por se tratar de um acontecimento altamente implausível, senão irrisório, no contexto cultural (população italiana) em que o estudo foi realizado.

plausibilidade e, na segunda sessão, foi introduzida a sugestão personalizada. Este estudo incluiu assim quatro sessões: (1) pré-avaliação; (2) sugestão de plausibilidade; (3) sugestão personalizada, e; (4) pós-avaliação. Os dados revelaram que os participantes que receberam a sugestão aumentaram a plausibilidade percebida do evento crítico, assim como a confiança na vivência deste episódio nas suas infâncias, comparativamente com os participantes que não receberam qualquer sugestão entre os dois momentos de avaliação do LEI. Assim, as duas formas de sugestão apresentadas mostraram-se eficazes na alteração da avaliação destes dois elementos.

No segundo estudo, os autores procuraram avaliar se a sugestão relativa à plausibilidade (apresentada no estudo anterior) era suficiente para alterar a plausibilidade percebida e a crença na ocorrência do evento crítico. Os autores incluíram neste estudo, para além do evento crítico usado no primeiro estudo (presenciar uma possessão demoníaca) um outro evento crítico - sofrer uma ameaça de rapto - que foi apresentada a dois grupos distintos. Foram novamente seleccionados para este estudo apenas os participantes que na fase de pré-teste consideraram estes dois eventos como implausíveis e improváveis de terem ocorrido nas suas infâncias. Os eventos críticos foram testados em grupos de participantes distintos. Os textos apresentados, que tal como no estudo anterior constituíram o meio de sugestão, referiam-se a cada um dos eventos críticos a sugerir. Assim, para um dos grupos o material referia-se a situações de possessão (para o grupo cujo evento crítico se referia à possessão) e para o outro grupo a situações de rapto (para o grupo cujo evento crítico se referia ao rapto). Este material tinha as mesmas características dos textos usados no estudo anterior.

Foram realizadas três sessões neste segundo estudo: 1) pré-avaliação; (2) sugestão de plausibilidade, e; (3) pós-avaliação. Tal como previsto pelos autores, esta manipulação – a leitura de informação sobre o evento crítico - aumentou de modo significativo a plausibilidade percebida dos itens críticos. No entanto, foi obtido um outro resultado de algum modo inesperado: este modo de sugestão aumentou também a avaliação que os participantes realizaram da probabilidade de ocorrência dos eventos nas suas infâncias. Não obstante, o efeito desta sugestão foi superior na plausibilidade percebida comparativamente com a mudança na avaliação da probabilidade da sua ocorrência.

O resultado que, de um modo imprevisto, foi obtido pelos autores no segundo estudo levou-os à exploração de outros meios que promovessem uma alteração na plausibilidade percebida dos eventos mas não na avaliação autobiográfica dos mesmos. Para o efeito, os autores manipularam o conteúdo da informação sugestiva apresentada: a um grupo apresentaram informação contextualizada temporal e culturalmente no presente e a outro grupo a informação apresentada foi contextualizada temporal e culturalmente na Idade Média. Foi considerado neste estudo apenas o evento crítico relativo ao testemunho de uma possessão demoníaca. O procedimento utilizado no estudo anterior foi utilizado no trabalho em descrição. Os resultados obtidos revelaram um aumento na plausibilidade que os participantes atribuíram à ocorrência do

evento, assim como na avaliação relativa à probabilidade da sua ocorrência na infância dos mesmos, mas apenas quando a informação apresentada estava contextualizada no presente e na mesma cultura dos participantes. Por outro lado, a leitura de informação sobre o evento contextualizada cultural e temporalmente na Idade Média aumentou a plausibilidade percebida do evento, mas não a avaliação da probabilidade da sua ocorrência.

Este conjunto de estudos revela alguns aspectos essenciais. Em primeiro lugar, eles mostram que é possível alterar a plausibilidade percebida de eventos inicialmente considerados implausíveis, assim como a confiança que os participantes têm relativamente à ocorrência dos mesmos nas suas infâncias. A simples leitura de um conjunto de textos com informação sobre os eventos críticos (considerada inicialmente como sendo apenas um meio para aumentar a plausibilidade percebida dos eventos) foi suficiente para obter estes dois efeitos. Em segundo lugar, os autores demonstram ainda a dissociação entre a plausibilidade percebida dos eventos e a avaliação que os participantes fazem da presença destes eventos na sua história autobiográfica. Finalmente, os dados sugerem que a plausibilidade percebida dos eventos é maleável, ou seja, que pode ser influenciada por vários factores que não influenciam necessariamente a probabilidade que os participantes atribuem à sua ocorrência. Assim estes processos deverão ser vistos e analisados como processos independentes, ainda que relacionados, considerando que a aceitação da plausibilidade dos eventos precede um possível aumento da probabilidade da ocorrência dos eventos.

2.4.2. *Interpretação de sonhos*

Na sua obra *A Interpretação dos Sonhos* (1953) Freud notabilizou a interpretação de sonhos como um modo privilegiado de acesso às causas de várias psicopatologias. Apesar, de ao longo dos anos, a sua popularidade ter decaído, esta técnica é ainda utilizada por muitos psicoterapeutas (e.g., Brenneis, 1997). Por este motivo os sonhos, ou a sua interpretação, têm sido avaliados no que diz respeito à influência que os mesmos podem ter no modo como as pessoas recordam o seu passado. Concretamente, esta técnica tem sido explorada em trabalhos que avaliam a confiança para a ocorrência de eventos no passado dos participantes e ainda nos estudos que pretendem a criação de falsas memórias para eventos completos. Vários trabalhos relativos ao primeiro caso têm sido realizados utilizando o procedimento anteriormente descrito (e.g., Loftus & Mazzoni, 1998; Mazzoni & Loftus, 1998; Mazzoni e col., 2001; Mazzoni e col., 1999a; Mazzoni, Lombardo, Malvagia, & Loftus, 1999b), dos quais passamos a descrevermos alguns de forma pormenorizada.

Num estudo realizado por Mazzoni e colaboradores (1999b), os autores procuraram alterar a confiança na ocorrência de um evento mediamente traumático na infância dos participantes. Concretamente, a sugestão referiu-se à vivência de uma situação de perda num local público durante um período alargado de tempo, a uma situação de abandono pelos pais ou à situação de

se encontrar sozinho num lugar não familiar por um período considerável de tempo, ocorrendo todos eles aos três anos de idade. Ao escolher esta idade, os investigadores eliminaram a possibilidade de um eventual aumento na confiança da sua ocorrência se dever a uma recordação efectiva do mesmo (Usher & Neisser, 1993; Wetzler & Sweeney, 1986). A sugestão foi introduzida mediante a interpretação do conteúdo de um sonho apresentado pelos participantes. Foi seguido o procedimento anteriormente apresentado, pelo que nos referimos apenas aos aspectos específicos deste trabalho.

Na apresentação do projecto aos participantes, os investigadores referiram que o seu objectivo era o estudo das memórias precoces. A amostra seleccionada indicou, na pré-avaliação, uma confiança muito baixa na ocorrência, antes dos três anos de idade, de um dos três eventos críticos (perder-se num local público, ser abandonado pelos pais e encontrar-se sozinho num lugar não familiar). Estes participantes foram depois convidados a participar numa experiência supostamente não relacionada com esta tarefa. Foram então constituídos dois grupos: grupo “sonho” e o grupo de controlo. O primeiro grupo participou numa simulação de uma sessão de mini-terapia, durante um período de cerca de 30 minutos. Nesta sessão, um psicólogo clínico iria interpretar sonhos vividos pelos participantes, pelo que lhes foi pedido que registassem um ou mais sonhos para apresentar nesta ocasião. O psicólogo que iria conduzir esta sessão foi caracterizado aos participantes como sendo bastante experiente na interpretação de sonhos. No decorrer da sessão, os participantes relataram então um ou mais sonhos que foram interpretados pelo psicólogo. Independentemente do conteúdo dos sonhos relatados, o psicólogo sugeria que os sonhos eram indicativos da existência de memórias reprimidas para alguns acontecimentos ocorridos antes dos três anos, em particular para o evento crítico que o participante tinha identificado como muito pouco provável de ter vivido na sua infância. A sessão de mini-terapia ocorreu 10 a 15 dias depois da pré-avaliação e, passadas três a quatro semanas da realização desta avaliação, os participantes voltaram a avaliar a probabilidade de ocorrência dos eventos (a pós-avaliação). O grupo de controlo não foi alvo de qualquer intervenção entre os dois momentos de avaliação.

A comparação da pré-avaliação com a pós-avaliação relativa à probabilidade de ocorrência dos eventos críticos revelou que no grupo “sonho” a percentagem de participantes em que se observou um aumento na certeza da ocorrência de dois dos eventos críticos antes dos três anos - perda num local público e estar perdido num local não familiar - foi significativamente superior à encontrada no grupo de controlo. Por exemplo, para o episódio de perda no local público, 88% dos participantes aumentaram a confiança na sua ocorrência após a sessão de sonho, enquanto apenas 43% se tornaram mais confiantes da sua ocorrência na condição controlo. Os presentes dados sugerem assim que a participação numa sessão breve em que é transmitida aos participantes uma sugestão mediante a interpretação de sonhos sobre a ocorrência de um episódio nas suas infâncias, foi suficientemente poderosa para que alterassem a confiança sobre os acontecimentos do seu próprio passado.

No entanto, como referem Mazzoni e Loftus (1998), alguns autores consideraram que os eventos críticos usados na experiência anterior são relativamente comuns, tendo sido por isso facilmente aceites pelos participantes como prováveis de ter ocorrido nas suas infâncias. Estas autoras descrevem assim um outro trabalho em que foi repetido o procedimento que acabamos de descrever, mas em que foram utilizados três novos eventos críticos considerados menos usuais, nomeadamente: “enfrentar uma situação bastante perigosa”, “a minha vida esteve em perigo” e “fui salvo de uma situação perigosa”. No “grupo sonho”, a interpretação de sonho apresentada a metade dos participantes referiu-se a um destes três novos episódios, enquanto que a outra metade recebeu a sugestão dos eventos considerados no estudo anterior (perda, abandono, estar sozinho). Uma outra diferença em relação ao procedimento anterior foi o período que mediou entre a sessão de interpretação do sonho e a pós-avaliação. Neste caso, o período decorrido entre a pré e pós-avaliação passou a ser de 5 a 6 semanas, tendo a simulação da sessão de mini-terapia ocorrido 4 semanas antes da pós-avaliação. Deste modo, as autoras testaram se os efeitos da manipulação introduzida (neste caso a interpretação de sonho) se reflectiriam ao fim de um período de tempo mais alargado.

Os resultados obtidos revelaram novamente o poder sugestivo que a sessão de interpretação do sonho teve na certeza que os participantes conferiram à ocorrência dos episódios críticos. Nesta experiência, os grupos “sonho” e de controlo diferenciaram-se significativamente quanto ao aumento da confiança na ocorrência dos três episódios críticos utilizados no estudo anterior. Quanto aos novos episódios críticos, verificou-se novamente que os participantes do grupo “sonho” aumentaram significativamente mais a confiança para a vivência dos itens críticos antes dos três anos, comparativamente com o grupo de controlo. O item em que esta diferença foi mais notória referia-se à experiência de ameaça de vida, com um aumento da confiança de 66% para os participantes que receberam a sugestão e de apenas 12% no grupo de controlo. Comparando a eficácia da sugestão no aumento da confiança da ocorrência dos dois conjuntos de episódios, as autoras constataram que a interpretação dos sonhos foi mais eficaz em alterar a confiança dos participantes sobre o primeiro grupo de eventos. Concretamente, o aumento da certeza da vivência deste conjunto de episódios situou-se entre 75% e 100%, enquanto que para o segundo grupo de eventos, este aumento variou entre os 50% e os 66%. Estes dados sugerem que a natureza dos eventos sugeridos também influencia o grau de mudança da crença sobre a sua ocorrência. Adicionalmente, estes resultados comprovam que a influência desta manipulação simples se verificou cerca de um mês depois da mesma ter sido introduzida. Assim, os resultados indicam que uma breve sessão em que um sonho foi interpretado foi suficiente para alterar, de um modo relativamente duradouro, a memória autobiográfica dos participantes. Outro aspecto interessante foi que a crença que as pessoas tinham na ideia que a interpretação dos sonhos pode revelar memórias escondidas previu a alteração na confiança da ocorrência dos episódios.

Estes estudos são, no entanto, questionáveis quanto ao peso que a interpretação fictícia de sonhos teve na alteração da crença dos participantes. Como sugerem Mazzoni e colaboradores (1999b), provavelmente a participação na mini-sessão de terapia, por si só, teria igualmente

originado algumas alterações na confiança dos participantes sobre a ocorrência dos eventos pela presença de alguns elementos que poderiam igualmente ter potenciado a aceitação da sugestão. A apresentação por uma autoridade de uma explicação plausível para que algumas experiências da infância tenham sido esquecidas ou que não sejam recordadas com nitidez é um exemplo destes elementos (Lindsay & Read, 1995). Esta influência pode ainda ser maior se a sugestão for apresentada repetidamente, acompanhada de exemplos de outros casos reais ou se a pessoa que estiver a receber a sugestão se encontrar num estado de maior vulnerabilidade e de procura activa de explicações para os seus problemas ou sofrimento psicológico, como acontece por vezes em situações de terapia.

Um outro comentário que pode ser realizado em relação a estas experiências é que elas apenas mostram a possibilidade de alterar a confiança na ocorrência dos eventos. Elas não revelam se esta mudança foi acompanhada pela criação de falsas memórias para os mesmos. Por exemplo, nos dados apresentados por Scoboria, Mazzoni, Kirsch e Relyea (2004) apenas para cerca de metade das crenças autobiográficas desenvolvidas pelos participantes foi criada uma memória efectiva para o evento. Tal sugere que é relativamente comum as pessoas desenvolverem crenças autobiográficas sem uma correspondente criação ou recuperação de memória. Nestes casos, a decisão sobre a plausibilidade dos eventos pode basear-se em processos de inferência baseados em várias informações que a pessoa possa deter sobre o mundo e sobre si própria.

Assim, é importante distinguir o desenvolvimento de crenças autobiográficas da criação de falsas memórias, quer de uma perspectiva teórica quer prática. Do ponto de vista teórico, talvez a desenvolvimento das crenças autobiográficas seja melhor compreendido à luz de teorias relativas ao julgamento, à tomada de decisão e ao conhecimento autobiográfico. Dado que estas crenças nem sempre se revelam acompanhadas de uma memória efectiva para os eventos, as teorias relativas ao funcionamento da memória podem não permitir a total compreensão deste fenómeno. Do ponto de vista prático, por exemplo, conseguir perceber se a informação que uma testemunha está a relatar corresponde apenas a uma crença sobre o evento ou se efectivamente se baseia numa memória real, ou noutros processos, pode igualmente ser relevante.

2.5. Outros procedimentos

Os estudos até aqui apresentados atestam a natureza maleável da memória. Eles indicam-nos que é possível levar as pessoas a recordar uma palavra que não foi anteriormente apresentada (como no caso do paradigma DRM), a identificar erradamente um sinal de trânsito quando efectivamente foi apresentado um outro sinal de trânsito (como no caso das questões capciosas), a recordar detalhes do evento original que apenas foram apresentados posteriormente

(como no paradigma da informação enganosa) ou aumentar a confiança dos participantes para a ocorrência de determinados eventos nas suas infâncias (como no caso dos estudos descritos anteriormente). O teste dos limites da possibilidade de alteração da memória autobiográfica das pessoas orientou alguns dos trabalhos realizados nos últimos 10 anos. Concretamente, tem-se procurado responder à questão: será possível implantar uma memória autobiográfica de um evento falso através da sugestão externa sobre a ocorrência do mesmo? Os dados têm revelado que a resposta a esta questão é afirmativa; as pessoas podem, de facto, desenvolver memórias para acontecimentos completos que lhes são sugeridos. Loftus e Bernstein (2005) designaram estas falsas memórias de “falsas memórias ricas” (*rich false memories*) e caracterizaram-nas como tendo associado um sentimento subjectivo de recordação genuína, repletas de detalhes sensoriais e expressas com confiança e emoção, apesar do acontecimento nunca ter ocorrido.

Algumas situações do nosso quotidiano revelam-nos igualmente a possibilidade de implantar falsas memórias para eventos completos. Por exemplo, quando em contexto familiar se partilha informação sobre determinados episódios, cada elemento conta a sua versão da história e, naturalmente, elementos de cada uma das histórias vão sendo acrescentados à memória que cada pessoa tem do evento em causa. Nestas situações, as pessoas podem mesmo passar a recordar eventos para os quais não tinham qualquer memória, como revelam alguns exemplos apresentados por Lindsay e Read (1994).

Os casos de recuperação de memórias, trazidos a público nas duas últimas décadas, mostram igualmente a possibilidade de criar memórias para eventos nunca ocorridos. Os casos de pacientes de psicoterapia que reclamam a recuperação de memórias de eventos traumáticos da infância durante o tratamento (principalmente de abuso sexual) têm sido bastante frequentes. Apesar de ambos, o cliente e o terapeuta, inicialmente acreditarem que as memórias que estão a ser recuperadas estiveram reprimidas, muitas vezes durante décadas, até serem recuperadas no contexto da terapia, alguns casos têm revelado que estas memórias foram construídas e não correspondem a episódios reais. Quando estas situações são analisadas mais profundamente, verifica-se que associada à recuperação de algumas destas memórias esteve a utilização de algumas técnicas específicas (e.g., hipnose, regressão de idade, recriação imagética dos potenciais cenários, etc.). Tornou-se então fundamental perceber até que ponto é possível levar uma pessoa a criar uma memória falsa para um evento autobiográfico, que tipo de acontecimentos são mais facilmente implantados, quais as circunstâncias que mais promovem esta ocorrência e que factores determinam que algumas pessoas sejam mais ou menos resistentes a esta sugestão (Hyman & Pentland, 1996).

Apesar de alguns autores defenderem a impossibilidade de recriar, num contexto experimental, todas as variáveis que podem estar presentes no contexto de um processo psicoterapêutico (e.g., Gleaves e col., 2004; Olio, 1994), a realização destes estudos em contexto laboratorial é valiosa para perceber a contribuição que os vários factores que podem estar presentes nesta situação poderão ter na criação de falsas memórias. Um dos aspectos mais

criticados nos estudos laboratoriais refere-se à natureza dos eventos que os investigadores têm tentado implantar, por não serem comparáveis a uma situação de abuso dada a conotação traumática e de grande envolvimento emocional desta. Ainda assim, algumas das situações que têm sido sugeridas podem caracterizar-se como sendo potencialmente traumáticas como enfrentar um grande perigo, ter ficado perdido durante um extenso período de tempo ou ter sido salvo de uma situação de afogamento.

Outra questão que surgiu em torno deste procedimento diz respeito à possibilidade da pessoa poder estar a recordar um evento real cuja memória foi recuperada em decorrência da sugestão apresentada e não a criar uma falsa memória. Apesar desta ser uma questão válida, e que possivelmente corresponderá a alguns dos casos, Schacter (1999) considera que, atendendo ao volume de evidências recolhido pela investigação, esta é uma explicação implausível para os dados que têm sido obtidos. Como refere ainda Mazzoni (2002), para além do facto de inicialmente os participantes não se recordarem dos eventos sugeridos para os quais eventualmente acabam por elaborar uma memória, existem garantias adicionais da sua não ocorrência na infância dos participantes. Entre estas, encontra-se a confirmação por parte de familiares próximos dos participantes da não ocorrência do episódio a sugerir na infância do participante (e.g., Hyman e col., 1995; Hyman & Pentland, 1996). Adicionalmente, em alguns trabalhos, a idade sugerida para a ocorrência do evento foi por vezes anterior aos três anos idade, o que corresponde ao período de amnésia infantil (Usher & Neisser, 1993; Wetzler & Sweeney, 1986), pelo que os participantes não os poderiam efectivamente recuperar. Em alguns casos, foram mesmo construídas falsas memórias para eventos sugeridos que teriam ocorrido nos primeiros dias de vida dos participantes. Para além disso, o nível de detalhe dos episódios sugeridos é de tal ordem específico (e.g., colar *slime*⁸ na secretária da professora e ter ficado de castigo sentado virado para a parede) que dificilmente eles terão ocorrido exactamente do modo como são sugeridos a uma percentagem considerável das amostras, para justificar a recordação real dos mesmos (Lindsay, Hagen, Read, Wade, & Garry, 2004a). Finalmente, os estudos têm sido bem sucedidos na implantação de memórias para eventos que são altamente implausíveis (McNally e col., 2004) ou comprovadamente falsos (Braun-LaTour, LaTour, Pickrell, & Loftus, 2004; Braun, Ellis, & Loftus, 2002; Goff & Roediger, 1998), impossibilitando a possibilidade das suas recordações reais.

Todo este conjunto de questões relativas à implantação de falsas memórias suscitou a realização de vários trabalhos que procuraram e procuram dar resposta às mesmas. Para além destes motivos mais aplicados que estão subjacentes a estes estudos, espera-se que o esclarecimento destas dúvidas também contribua para a compreensão do funcionamento mais global da memória humana. Passamos então a apresentar o procedimento geral que tem sido adoptado nestes trabalhos passando depois à descrição de estudos mais particulares.

⁸ *Slime* era um brinquedo que se assemelhava a gelatina colorida produzida pela Mattel®.

Nos estudos de implantação de memórias é dada uma sugestão explícita aos participantes sobre a ocorrência de um determinado evento no seu passado. Geralmente, esta informação é apresentada como tendo sido fornecida por familiares. Esta característica destes estudos levou Lindsay e colaboradores (2004a) a designar este procedimento de procedimento da falsa narrativa por um informador familiar (*familial-informant false-narrative procedure*, p. 149). De uma forma mais simples, este procedimento é habitualmente referido como o procedimento “perdido no centro comercial” (*lost in the mall*), em decorrência deste ter sido o primeiro evento utilizado nos estudos de implantação de memórias. De facto os familiares dos participantes (habitualmente os seus pais) desempenham um papel fundamental nestes trabalhos: eles fornecem informação sobre eventos reais (que são igualmente questionados em vários estudos) e confirmam que o evento falso que se pretende sugerir efectivamente não ocorreu na infância dos participantes. Adicionalmente, os familiares podem fornecer informação relevante para que o evento falso construído pelos investigadores seja o mais plausível possível atendendo à história de vida dos participantes.

É depois pedido aos participantes que, durante a realização de uma ou mais entrevistas, recordem um conjunto de eventos, sendo a maior parte verídicos e um falso (elaborado pelos investigadores). Os eventos (verídicos e falso) são todos apresentados do mesmo modo, geralmente através de uma breve descrição do evento ou pela apresentação de um conjunto de pistas sobre o mesmo (e.g., um título do evento, o local da sua ocorrência, a idade e as pessoas envolvidas na situação). Os investigadores podem então avaliar não só a ocorrência de falsas memórias, mas também o modo como os eventos verídicos são recordados ao longo das várias entrevistas. Alguns elementos podem ainda ser incluídos neste processo, como a transmissão de expectativas sobre o facto dos participantes conseguirem recordar mais informação sobre os eventos quando pensam repetidamente sobre os mesmos.

Neste procedimento, são vulgarmente introduzidos alguns elementos de controlo no sentido de assegurar a fiabilidade dos dados recolhidos. Entre estes, incluem-se os pedidos expressos aos informadores (as pessoas que fornecem a informação sobre os episódios) para não comentarem ou partilharem com os participantes qualquer informação prestada. É ainda realizado um pedido explícito aos participantes para não tentarem obter qualquer informação junto dos informadores ou discutirem a experiência com outras pessoas, nomeadamente com outros participantes. Este pedido é renovado ao longo da experiência até à sua finalização. No final da experiência, os investigadores efectuem uma entrevista pós-experimental com os participantes e que consiste, de um modo global, em informar os participantes sobre os objectivos do estudo, na solicitação para que identifiquem qual o episódio falso que lhes foi pedido que descrevessem, no esclarecimento sobre a ocorrência das falsas memórias e na resposta a quaisquer questões que os participantes possam ter sobre a experiência. Os participantes são ainda directamente questionados sobre a ocorrência de alguma situação que impeça que os seus dados sejam considerados válidos. Nos estudos que a seguir apresentamos estes cuidados foram implementados pelo que não os descreveremos na apresentação dos mesmos.

Os estudos realizados têm sido, genericamente, bem sucedidos na implementação de falsas memórias para os eventos sugeridos. Numa revisão de oito estudos que utilizaram este procedimento realizada por Lindsay e colaboradores (2004a), os autores reportaram que cerca de 31% dos participantes que colaboraram nestas experiências (116 dos 374 participantes considerados nesta revisão) elaboraram uma falsa memória parcial ou total para o evento sugerido. Em grande parte dos trabalhos, os participantes não relataram a falsa memória perante a primeira sugestão do evento, ou fizeram-no de um modo muito pouco detalhado, o que se alterou nas entrevistas seguintes. Atendendo individualmente aos estudos, a percentagem de falsas memórias observada variou entre 0% e 56%. Os autores salientam que estes trabalhos apresentam uma grande diversidade nos critérios utilizados para a classificação dos relatos efectuados pelos participantes em resposta à apresentação do episódio falso.

Assim, em alguns trabalhos foram utilizados critérios considerados mais exigentes para que fosse considerada a criação de uma falsa memória enquanto outros utilizaram critérios menos rigorosos para a atribuição da mesma classificação. A distinção entre falsa memória “completa” e falsa memória “parcial” tem sido aplicada em vários trabalhos, embora os critérios utilizados na definição dos mesmos nem sempre sejam idênticos. No entanto, um aspecto geral é comum à distinção que tem sido aplicada entre estes dois tipos de classificações. Assim, foi considerada a ocorrência de uma falsa memória “completa” quando o relato do episódio indica que os participantes genuinamente acreditaram que estavam a recordar o episódio. Por outro lado, as situações em os participantes apenas aceitaram a ocorrência do evento ou especularam sobre o mesmo, foram classificadas como falsas memórias “parciais”. Considerando esta diferenciação, Lindsay e colaboradores (2004a) verificaram que, no conjunto dos trabalhos em que estes critérios foram aplicados, cerca de 20% dos participantes (41 em 208) terão desenvolvido uma falsa memória completa, enquanto 17% dos participantes (36 em 208) foram classificados como tendo uma falsa memória parcial. Assim, cerca de um quinto dos participantes a quem se sugeriu a ocorrência de um evento elaboraram uma “falsa memória rica”, ou seja, relataram uma experiência com confiança, descreveram detalhes e expressaram emoções sobre um acontecimento que nunca ocorreu. Esta revisão revela assim que muitos participantes passam a acreditar na ocorrência de eventos falsos ou mesmo a construir uma memória para os mesmos. Recordamos que alguns dos eventos sugeridos nestes trabalhos correspondem a eventos com algum potencial traumático caso tivessem efectivamente ocorrido nas suas vidas (Loftus & Bernstein, 2005).

Como ilustraremos com os estudos que apresentamos de seguida, têm sido utilizadas várias técnicas para promover a implantação das falsas memórias, como a instrução de recriação imagética (e.g., Garry e col., 1996; Hyman & Pentland, 1996) e a manipulação de fotografias (e.g., Lindsay e col., 2004a; Wade e col., 2002). Também os eventos sugeridos têm sido diversos, tais como passar a noite no hospital devido a febres elevadas (Hyman e col., 1995), ser vítima de um ataque por um animal feroz (Porter, Yuille, & Lehman, 1999), experimentar uma situação de quase afogamento e ter sido salvo por um nadador-salvador (Heaps & Nash, 2001), entre outros. Um

outro aspecto que tem sido variado nos estudos refere-se ao momento de ocorrência dos eventos, isto é, à idade em que episódio proposto terá ocorrido.

Como no caso do paradigma da informação enganosa, Elizabeth Loftus foi também pioneira nos estudos da implementação de falsas memórias. Num trabalho prévio, em que o procedimento geral da implantação das falsas memórias foi testado, a autora procurou implantar uma falsa memória para um evento de perda num centro comercial na idade dos cinco anos (para uma descrição mais detalhada consultar Loftus, Coan, & Pickrell, 1996). Neste trabalho, as autoras convidaram um irmão mais velho do participante para apresentar a sugestão da ocorrência de eventos verídicos e um falso. Tanto o irmão, como os restantes elementos da família, negaram a ocorrência na infância do participante de um evento semelhante ao sugerido. Todos os eventos foram introduzidos pelo irmão de igual modo mediante a leitura de um breve texto que descrevia cada situação.

Centramos a descrição dos resultados obtidos neste trabalho na recordação do episódio falso. Inicialmente o participante não recordou o episódio mas, ao longo dos cinco dias consecutivos em que o evento foi sugerido, a descrição do mesmo tornou-se progressivamente mais detalhada. O participante chegou mesmo a descrever pensamentos e detalhes específicos da pessoa que o teria ajudado nesta situação de perda. No entanto, o nível de pormenor da descrição foi ainda superior quando, passadas algumas semanas, foi pedido ao participante que descrevesse novamente o evento. Neste momento, ele descreveu, por exemplo, a cor da camisa que a pessoa que o ajudou na situação usava e o facto de ela usar óculos (Loftus e col., 1996). Perante o pedido de avaliação da clareza da recordação do episódio, o participante considerou-a de modo consideravelmente claro (avaliação de 8 numa escala cujo máximo era 11, correspondendo à clareza máxima da recordação). Depois desta sessão, foi realizada a entrevista pós-experimental em que foi indicado ao participante que um dos episódios que recordara efectivamente não tinha acontecido na sua infância e lhe foi pedido que identificasse qual seria. O participante seleccionou um dos episódios verídicos e foi bastante reticente em aceitar que a situação de perda efectivamente não tinha realmente acontecido.

Um procedimento semelhante ao que acabamos de apresentar foi implementado por Loftus e Pickrell (1995), com 24 participantes. O falso episódio que as autoras tentaram implantar foi igualmente uma situação de perda numa ida às compras quando os participantes tinham cinco anos. A principal diferença relativamente ao procedimento anterior refere-se a quem apresentou os eventos aos participantes. Neste trabalho, esta apresentação foi realizada pelo entrevistador. As investigadoras começaram por recolher junto de um familiar dos participantes informação sobre três episódios verídicos das suas infâncias, ocorridos entre os quatro e os seis anos, e informação sobre um potencial episódio falso. Assim, foi obtida junto do familiar informação sobre detalhes de uma situação de ida às compras de modo a tornar o evento falso plausível para o participante. A ausência de experiências semelhantes à que se pretendia implantar na infância dos participantes foi igualmente confirmada junto do familiar.

A descrição do episódio falso apresentado aos participantes tinha alguns elementos comuns, nomeadamente o facto dos participantes terem estado perdidos durante um período relativamente longo de tempo, de terem chorado, da perda ter ocorrido num grande centro ou área comercial quando eles tinham cinco anos, de terem sido ajudados por uma senhora idosa e, finalmente, o reencontro com a família. O estudo foi apresentado aos participantes como estando relacionado com as memórias da infância e que o objectivo do mesmo era a exploração da forma e da razão pela qual as pessoas recordam alguns aspectos e não outros. A cada participante foi atribuído um bloco de notas onde cada episódio (três episódios verídicos e um episódio falso) era apresentado por um breve parágrafo descritivo. Ao longo de alguns dias os participantes anotaram a informação que recordavam sobre cada evento.

Foram depois realizadas duas entrevistas nas quais foi solicitado aos participantes que relatassem cada episódio com o máximo de detalhe. As entrevistas foram apresentadas como tendo por objectivo avaliar quanto detalhe eles conseguiam recordar e quanto as suas memórias se pareciam com as informações fornecidas pelo seu familiar. No final da descrição de cada episódio, foi ainda pedido aos participantes que avaliassem a clareza da recordação de cada episódio e a confiança que tinham em como recordariam mais informação sobre os eventos caso tivessem mais tempo para pensar sobre os mesmos. As entrevistas foram realizadas cerca de uma a duas semanas depois dos investigadores terem recebido as recordações escritas dos eventos e o intervalo entre entrevistas foi igualmente de uma a duas semanas.

Cerca de 68% dos acontecimentos verídicos foram recordados através da leitura do bloco de notas, assim como nas duas entrevistas. Quanto ao episódio falso, no momento da leitura do bloco 29% (sete participantes), recordaram total ou parcialmente o episódio e, no final das entrevistas, o mesmo tinha sido recordado por seis dos 24 participantes (25%). Relativamente à avaliação da clareza da recordação para os episódios verídicos e falso, as autoras verificaram que os participantes consideraram ter recordado os episódios verídicos mais claramente que o episódio falso. Foram considerados nesta análise apenas os casos em que foi observada a elaboração de falsa memória. Os participantes consideraram também que poderiam recordar mais informação sobre os episódios verídicos que sobre o episódio falso, se lhes fosse permitido mais tempo para o fazer. As autoras avaliaram ainda a extensão com que os dois tipos de episódios foram descritos. Os resultados mostraram que os participantes descreveram os episódios verídicos com um número de palavras significativamente superior ao contabilizado para o episódio falso.

Os dados destas duas experiências constituíram assim a primeira demonstração experimental sobre a possibilidade de implantar uma falsa memória para um evento completo na memória autobiográfica de jovens adultos. Contudo, pode ser argumentado que as pessoas se perderam efectivamente nas suas vidas e simplesmente terão confundido os eventos. Não obstante, os participantes descreveram a situação incorporando os detalhes específicos que lhes foram sugeridos (e.g., idade de ocorrência, local, terem sido ajudados por outra pessoa, etc.) e

não uma qualquer experiência de perda ocorrida nas suas vidas. Na sequência destes estudos, outros foram desenvolvidos sugerindo eventos mais ou menos usuais e mais ou menos plausíveis. Este procedimento tem ainda sido replicado com a utilização de outros elementos a acompanhar a sugestão como veremos de seguida.

Hyman, Husband e Billings (1995) utilizaram um procedimento semelhante ao utilizado por Loftus e colaboradores (1995) para, no seu primeiro estudo, implantarem uma falsa memória para episódios menos usuais na infância das crianças. Os autores sugeriram dois episódios, um considerado negativo e um positivo. Um dos episódios referia-se a uma hospitalização de uma noite devido a febre elevada e com a possibilidade de existir uma infecção de ouvidos (que passaremos a designar de falsa memória de hospitalização - acontecimento negativo) e o outro descrevia uma festa de anos com *pizza* e um palhaço (que passaremos a designar de falsa memória de festa – acontecimento positivo); ambas as situações teriam ocorrido aos cinco anos. Os pais dos participantes forneceram informação sobre episódios verídicos (ocorridos entre os dois e os 10 anos), assim como sobre os potenciais episódios falsos, mediante resposta a um questionário escrito. Os pais confirmaram ainda que nenhum dos episódios que se pretendia sugerir tinha ocorrido na infância dos participantes.

Foi então solicitado aos participantes que recordassem episódios das suas infâncias (dois a cinco episódios e um falso – hospitalização ou festa) que teriam sido relatados pelos seus pais, com o objectivo de investigar quanta informação conseguiriam recordar no final da segunda entrevista; tal seria alcançado pela comparação das suas recordações com a informação fornecida pelos pais. Os participantes realizaram então duas entrevistas, com um intervalo compreendido entre um a sete dias. No final da primeira entrevista, os participantes foram encorajados a pensar sobre os eventos e a tentar recordar mais informação para a entrevista seguinte. Todos os episódios foram questionados mediante a apresentação de um título que os investigadores atribuíram a cada episódio e pela idade de ocorrência do mesmo. Se, perante estas pistas, o participante não identificasse o evento em causa ou relatasse informação incongruente com a fornecida pelos pais o entrevistador fornecia sucessivamente outras pistas, nomeadamente o local da ocorrência do evento, uma ou duas acções ocorridas no evento ou as pessoas envolvidas.

Cerca de 84% dos eventos verídicos foram recordados na primeira entrevista e 88% na segunda. Relativamente ao episódio falso, nenhum participante o recordou na primeira entrevista. Já na segunda entrevista, 20% (quatro dos 20 participantes) dos participantes descreveram o episódio falso que lhes foi sugerido, sendo que dois participantes elaboraram a falsa memória para o episódio de hospitalização e outros dois para o episódio de festa. Na primeira entrevista, estes mesmos participantes relataram informação relacionada com o evento sugerido. Os autores sugerem que esta informação terá sido provavelmente integrada com as pistas apresentadas pelo entrevistador promovendo a elaboração da falsa memória. Durante a realização da entrevista pós-experimental, três destes participantes não identificaram correctamente qual dos episódios

apresentados não tinha efectivamente ocorrido nas suas infâncias. Por outro lado, todos os participantes que não elaboraram falsa memória identificaram correctamente o episódio falso.

Hyman e colaboradores (1995) apresentaram, ainda neste trabalho, um segundo estudo que procurou replicar o anteriormente apresentado, mas também avaliar um conjunto de novas variáveis. Neste trabalho, foram sugeridos três novos episódios menos prováveis de terem ocorrido na infância dos participantes. Para além disso, apesar destes episódios serem relativamente negativos quanto à sua conotação emocional, eles podiam ser encarados de um modo humorístico, permitindo assim que os participantes os descrevessem de acordo com a sua própria interpretação emocional. Os eventos sugeridos nesta experiência foram: (1) estar numa recepção de um casamento de um amigo da família e entornar uma bilha de ponche; (2) ter de sair de uma loja quando os aspersores de extinção de incêndio se activaram por engano, e; (3) estar sozinho dentro do carro num parque de estacionamento e soltar o travão de mão fazendo com que o carro embatesse em algo. Enquanto que nos estudos anteriores, a idade do episódio falso sugerido tinha sido de cinco anos, neste caso, os autores variaram a idade dos mesmos - dois, seis e 10 anos - tendo esta sido atribuída aleatoriamente aos episódios.

As exigências colocadas pelo entrevistador para que os participantes recordassem os episódios foram aumentadas neste trabalho pela introdução de dois novos elementos. Em primeiro lugar, os participantes realizaram três entrevistas, pelo que lhes foi solicitada a descrição dos eventos mais vezes. Por outro lado, foi referido aos participantes que era esperado que eles recordassem os episódios de um modo cada vez mais pormenorizado e correcto, sendo este um dos objectivos do estudo. Esta informação foi ainda repetida durante a primeira ou segunda entrevistas sempre que os participantes não recordaram um episódio e ainda no final das primeira e segunda entrevistas.

Em todas as entrevistas foram questionados entre três a cinco eventos verídicos e um dos episódios falsos, sendo este apresentado sempre em terceiro lugar. Na primeira entrevista, foram apresentadas todas as pistas relativas a cada evento: o título, a idade de ocorrência do acontecimento, o local, as acções decorridas e as pessoas envolvidas na situação. Nas entrevistas seguintes, apenas foi apresentado o título e a idade de ocorrência do evento sendo fornecidas pistas adicionais caso o participante não recordasse o acontecimento. As entrevistas foram realizadas com um intervalo de um dia entre cada uma.

Ainda neste estudo, os autores procuraram ainda averiguar se o acesso a auto-conhecimento referente a uma determinada idade influenciaria a criação de uma falsa memória. Foram efectuadas duas previsões em função do papel desempenhado pelo acesso a auto-conhecimento: se a inexistência de auto-conhecimento que pudesse competir com a nova memória fosse facilitadora da criação de falsas memórias, então, as falsas memórias deveriam ser mais frequentes quando a sugestão fosse relativa a idades mais precoces; por outro lado, se o acesso ao auto-conhecimento constituísse a base a partir da qual as falsas memórias seriam construídas, então as falsas memórias deveriam ser mais frequentes para idades mais avançadas.

Os participantes recordaram 88,8% e 95,1% dos episódios verídicos nas entrevistas 1 e 2, respectivamente. Novamente, nenhum dos participantes recordou o episódio falso na primeira entrevista. Na segunda entrevista, nove dos 51 casos elaboraram uma descrição para o episódio falso sugerido (18%) e, na terceira entrevista, o mesmo ocorreu em 13 casos (25,5%). Os autores constataram ainda que a idade de ocorrência do episódio sugerido não influenciou a criação de uma falsa memória para o mesmo. Este dado sugere que a criação de falsas memórias não foi directamente influenciada por um maior acesso a auto-conhecimento, nem pelo menor acesso a este tipo de informação. Porém, os autores efectuaram uma análise mais cuidadosa da frequência com que os participantes mencionaram outras informações sobre a sua infância quer estas fossem ou não consistentes com a ocorrência do evento sugerido. Os dados revelaram que o acesso a este tipo de informação em entrevistas anteriores potenciou a criação de falsa memória na terceira entrevista. Concretamente, 11 dos 30 casos que referiram este tipo de informação criaram uma falsa memória, enquanto que apenas dois dos 21 participantes que não fizeram qualquer referência a auto-conhecimento construíram uma falsa memória para o evento sugerido. Assim, a probabilidade dos participantes criarem uma falsa memória em entrevistas subsequentes foi superior quando, nas entrevistas anteriores, os participantes referiram auto-conhecimento relevante. Este dado sugere que a referência a conhecimento geral relacionado com o evento sugerido desempenha um papel importante na criação de falsas recordações, ainda que não seja indispensável.

Num trabalho dos mesmos autores (Hyman & Billings, 1998), foram exploradas três variáveis relativamente à criação de falsas memórias: acesso a auto-conhecimento, instrução de recriação imagética dos episódios e algumas diferenças individuais. Referiremos os dados relativos a esta última variável mais adiante. O procedimento seguido neste trabalho foi semelhante ao utilizado por Hyman e colaboradores (1995). O evento crítico a sugerir teria ocorrido numa festa de casamento em que o participante teria despejado uma bilha de ponche sobre os pais da noiva. Os participantes realizaram duas entrevistas separadas por um dia. Nestas, foi-lhes solicitado que descrevessem alguns eventos (dois a cinco eventos verídicos e um evento falso) tendo por base a informação que tinha sido fornecida pelos familiares, sob o objectivo de avaliar a memória que os participantes tinham para os episódios da sua infância. O procedimento de apresentação dos eventos foi semelhante ao utilizado no estudo apresentado anteriormente. Quando os participantes não recordavam um episódio, o entrevistador encorajava-os (mas não exigia) a visualizar como é que o evento poderia ter ocorrido. No final da entrevista, os participantes foram incentivados a tentar recordar mais detalhes sobre os episódios no tempo que mediará as duas entrevistas, tendo sido transmitida a expectativa de que deveriam recordar mais informação na próxima entrevista (esta expectativa foi igualmente repetida no início da segunda entrevista). Na segunda entrevista, apenas o título dos eventos foi apresentado, a não ser que o participante tivesse dificuldades em recordar o evento. No final desta entrevista, os participantes avaliaram a confiança que depositavam na memória de cada episódio.

Na primeira entrevista, os participantes recordaram 73,9% dos eventos verídicos, tendo esta percentagem aumentado para 85,3% na segunda entrevista. Este aumento correspondeu a um ganho de 43,9% do total de eventos não recordado na primeira entrevista (de 57 eventos foram recordados 25).

Os relatos elaborados para o episódio falso na segunda entrevista foram classificados em quatro categorias, a saber: (1) sem falsa memória, (2) tentativa de recordação mas sem memória, (3) falsa memória parcial e (4) falsa memória completa. Esta última categoria referiu-se aos relatos em que os participantes incluíram a informação crítica de entornar o ponche acrescentando outros detalhes congruentes com a sugestão apresentada. A classificação de “falsa memória parcial” foi atribuída a elaborações consistentes com o evento sugerido (como detalhes do casamento) mas não incluíam memória para a acção de entornar o ponche. Foram consideradas como “tentativas de recordação mas sem memória” as descrições de imagens ou referência a auto-conhecimento relacionado, mas sem qualquer afirmação clara de que o evento estava a ser recordado. Finalmente, a classificação de “ausência de memória” foi conferida quando os participantes não efectuaram qualquer tentativa de recordação do evento, nem recordaram qualquer informação sobre o evento. O conteúdo das narrativas elaboradas na primeira entrevista para o episódio falso foi ainda classificado quanto ao acesso a auto-conhecimento. Esta variável foi já definida anteriormente (Hyman e col., 1995) como a referência a qualquer informação que o participante relate sobre a sua infância que possa estar relacionada com entornar ponche numa festa de casamento (e.g., descrever possíveis casamentos em que tal poderia ter ocorrido, descrições de si próprio como sendo uma criança irrequieta).

Na primeira entrevista, apenas dois participantes (do total de 66) elaboraram uma falsa memória para o evento sugerido (3% dos casos), tendo aumentado para 18 ocorrências na entrevista 2 (27% dos casos). Das 18 descrições de falsas memórias, oito corresponderam a “falsas memórias parciais” (12%) e 10 (15%) a “falsas memórias completas”. Todos os participantes que elaboraram falsas memórias parciais referiram algum auto-conhecimento relacionado com o evento sugerido. De entre os 10 participantes que construíram uma “falsa memória completa”, apenas um dos participantes não referiu qualquer informação relevante da sua infância que se pudesse relacionar com o evento sugerido. Trinta participantes não realizaram qualquer tentativa de recordação do episódio e 18 descreveram possibilidades de ocorrência do falso evento, mas que não correspondiam a qualquer memória. Do primeiro grupo referido, apenas 13 participantes mencionaram auto-conhecimento relacionado com o evento sugerido, tendo o mesmo ocorrido em apenas dois casos do segundo grupo de participantes. Ou seja, dos 46 participantes que referiram auto-conhecimento, 17 elaboraram uma falsa memória (parcial ou total) enquanto apenas um dos 20 que não discutiram qualquer tipo de auto-conhecimento criaram uma falsa memória. Assim, o acesso a auto-conhecimento na primeira entrevista aumentou a probabilidade dos participantes construírem uma falsa memória para o episódio sugerido na entrevista seguinte. Estes dados replicam a possibilidade de implantar falsas memórias para eventos complexos da infância dos participantes e salientam a importância que o acesso a auto-

conhecimento tem na elaboração de falsas memórias, como tinha sido já indicado no estudo anterior (Hyman e col., 1995). Referimo-nos a dados adicionais deste trabalho quando abordarmos a fenomenologia das memórias falsas e verídicas.

Ainda relativamente aos dados deste trabalho, Hyman e colaboradores (1998) notaram que a quantidade de palavras que os participantes utilizaram para narrar os eventos relacionou-se com a maior probabilidade de elaboração de uma falsa memória. Já na segunda entrevista, a extensão da descrição dos episódios verídicos relacionou-se positiva e significativamente com a do relato do episódio falso. Os autores sugerem que, talvez nestes casos, os participantes tenham incorrido num maior esforço de integração de auto-conhecimento com a sugestão apresentada, de construção de imagens e de uma narrativa coerente. Esta possibilidade tem como consequência provável uma maior semelhança entre as narrativas dos dois tipos de eventos, aumentando a dificuldade em distinguir o relato de um episódio real do de um episódio falso. Há no entanto que considerar que, neste trabalho, nem o entrevistador nem os observadores das narrativas eram ingênuos sobre o conteúdo do episódio falso, pelo que estes dados devem ser analisados com reservas.

O procedimento utilizado por Hyman e Billings (1998) foi recentemente replicado por Ost, Costall e Bull (no prelo), mas com a realização de três entrevistas. Neste trabalho, os autores utilizaram aquilo que eles consideraram como sendo um método de entrevista apropriado, orientado essencialmente por questões abertas e depois pela especificação de detalhes relativos aos eventos. Contrariamente ao implementado habitualmente nestes trabalhos, não foi dada qualquer indicação aos participantes de que nas entrevistas seguintes iriam relatar os mesmos episódios ou sobre estratégias que os participantes deveriam adoptar para recordar os eventos. Os relatos do episódio falso foram classificados em “sem memória”, “falsa memória parcial” e “falsa memória completa”. Mesmo com este método, no final da terceira entrevista, seis dos 31 participantes descreveram uma falsa memória parcial e uma falsa memória completa, totalizando uma percentagem global de 22,6%. Tanto os participantes como os juizes independentes consideraram que a pressão social presente nas entrevistas foi baixa, embora os participantes tenham considerado que a pressão exercida para a recordação do episódio falso tenha sido ligeiramente superior à inerente aos restantes episódios. No entanto, esta diferença não se relacionou com a criação da falsa memória. Assim, na ausência de pressões externas para que os participantes recordassem o episódio falso, os presentes dados sugerem que o facto da informação ter sido fornecida pelos pais dos participantes foi suficiente para a criação destas falsas memórias.

O sucesso deste paradigma foi testado para a implantação de falsas memórias para eventos altamente emocionais e potencialmente traumáticos por Porter, Yuille e Lehman (1999). Ao longo de três entrevistas, os autores procuraram implantar falsas memórias para eventos como ter sido vítima de um ataque de um cão quando era criança ou ter sido submetido a um procedimento médico. Foi utilizado neste trabalho um procedimento de entrevista organizado em

três fases. Na primeira fase, os participantes relatavam livremente o episódio apresentado, a que se seguia uma fase de questões gerais seguida de uma fase de questões específicas sobre o evento apresentadas pelo entrevistador. Cerca de 88,3% dos eventos verídicos foram recordados. Apenas dois episódios foram questionados, sendo um falso e um verídico; foram ainda fornecidos encorajamentos para que os participantes recordassem os eventos utilizando instruções de recriação imagética guiada. Os relatos efectuados para o episódio falso foram classificados em três categorias: “memória implantada” (se o participante referia recordar o episódio, incorporava as pistas fornecidas sobre o evento no seu relato e acrescentava informação adicional às mesmas, e se o episódio não foi inicialmente recordado) “parcialmente implantado” (quando o participante recordava informação ou recriava imageticamente o evento, mas tinha dúvidas quanto à veracidade da memória), “não implantada” (se o participante não recordava qualquer informação sobre o evento sugerido). Cerca de um quarto dos participantes elaborou uma falsa memória completa para os episódios sugeridos, tendo sete (9,1% do total) destes casos surgido na primeira entrevista, 10 novos casos (13%) na segunda entrevista e três (3,9%) na terceira entrevista. Uma falsa memória parcial ocorreu em 30% dos casos na terceira entrevista. Assim, apenas 44% dos participantes não “recuperaram” qualquer informação falsa sobre o evento sugerido. Neste trabalho, a criação de falsas memórias foi mais frequente que o observado noutros trabalhos o que pode ter-se devido à utilização de várias formas de sugestão apresentadas pelos entrevistadores treinados para o efeito (e.g., técnicas de recriação imagética guiada e encorajamento activo para criar imagens que lhes parecessem prováveis).

2.5.1. Uso de fotografias

O recurso a fotografias como forma de reforçar a sugestão do episódio falso é um procedimento desenvolvido recentemente. Nestes estudos, geralmente os autores recorrem à manipulação de fotografias que indicam a ocorrência de um determinado evento (e.g., uma viagem num balão de ar quente), na qual são introduzidos pormenores que tornam a fotografia sugestiva da ocorrência desse mesmo evento na infância do participante (e.g., incluir a fotografia do participante quando criança acompanhada do seu pai) (Wade e col., 2002). Os pais dos participantes são habitualmente contactados nestes trabalhos para se recolherem as fotografias que serão alvo de manipulação posterior. O desenvolvimento recente das técnicas de manipulação de imagens que permitem assegurar uma grande qualidade das mesmas mesmo depois de manipuladas constituiu um grande incentivo para o desenvolvimento destes trabalhos.

A expectativa dos autores que inicialmente apresentaram estes procedimentos foi que a apresentação de fotografias poderia constituir uma evidência quase inquestionável para a ocorrência do evento falso. Adicionalmente, os autores esperavam que a modalidade de apresentação da sugestão (imagem) fornecesse informação que habitualmente é menos explícita numa narrativa, como informação perceptiva relativa ao contexto ou detalhes dos elementos envolvidos na situação. A presença destes elementos deveria facilitar a recriação imagética das

acções do evento sugerido, aumentando a possibilidade de criação da falsa memória. Subjacente a esta ideia está a noção que a facilidade de imaginação dos eventos produz experiências de recordação mais genuínas do que quando existe dificuldade na imaginação dos mesmos. Há, porém, um senão nestes estudos: a utilização de elementos de fotografias reais na fotografia manipulada poderia levar a que os participantes identificassem o objectivo do estudo.

O procedimento global utilizado nestes estudos é semelhante ao descrito anteriormente para a implantação de falsas memórias. Em suma, é solicitado ao participante que recorde e descreva pormenorizadamente um conjunto de eventos verídicos e um evento falso, sendo a apresentação deste misturada com a dos restantes. Os eventos são todos apresentados do mesmo modo e questionados ao longo de várias entrevistas. No presente caso, a apresentação de cada evento é realizada através de um breve texto descritivo da situação acompanhado por uma fotografia correspondente. Os estudos variam quanto ao recurso a outras técnicas que potencialmente fomentam a implantação da falsa memória (e.g., recriação imagética). Como apresentamos de seguida, o sucesso desta técnica na implementação de falsas memórias tem sido considerável.

O primeiro estudo em que este procedimento foi utilizado foi realizado por Wade, Garry, Read e Lindsay (2002). Os autores procuraram implantar uma falsa memória para uma viagem num balão de ar quente ocorrido na infância dos participantes. Para além deste evento ser altamente improvável na população em que o estudo foi realizado, a ocorrência de eventos semelhantes na infância dos participantes foi igualmente negada pelos pais dos mesmos. Os autores começaram por reunir informação e fotografias sobre eventos significativos ocorridos entre os quatro e oito anos e uma foto que pudesse ser utilizada para a manipulação da fotografia falsa. Neste caso, os investigadores utilizaram uma foto que representava um balão de ar quente em suspensão, na qual introduziram a imagem do participante em criança acompanhado por um familiar. Todas as fotos foram apresentadas com a mesma qualidade. Os participantes foram entrevistados três vezes, durante um período de sete a 16 dias, com um intervalo entre entrevistas de três a sete dias. Em cada entrevista, os participantes começavam por relatar tudo o que se recordavam do episódio a que se referia a imagem. Depois, o entrevistador colocava algumas questões gerais para esclarecer alguns detalhes. Os participantes mantinham a visualização da foto durante todo o período de descrição do episódio correspondente. Quando o participante não recordava um dos eventos, as técnicas de reinstalação do contexto e de imaginação guiada foram utilizadas como meios de recuperar o evento. Estas técnicas eram sugeridas aos participantes indicando que um dos objectivos do estudo era avaliar a eficácia de diversas técnicas na recuperação de memórias. Finalmente, os participantes avaliavam a confiança que tinham para a ocorrência dos eventos nas suas infâncias. Os participantes foram ainda encorajados a tentar recordar mais informação sobre os episódios que não conseguiram recordar na primeira entrevista, tendo-lhes sido dada uma cópia das fotos para os auxiliar nesta tarefa. Na segunda entrevista, os participantes apenas relataram os episódios que não tinham sido recordados na entrevista anterior sendo novamente utilizadas as técnicas de reinstalação do contexto e

imaginação guiada para facilitar a recuperação dos mesmos. O procedimento utilizado na entrevista 1 foi reproduzido na entrevista 3.

Na primeira entrevista 93,3% dos episódios verídicos foram recordados e 96,7% na entrevista 3. As falsas memórias foram categorizadas de acordo com os critérios utilizados por Hyman e colaboradores (Hyman & Billings, 1998). Na primeira entrevista, dos 20 participantes em estudo, seis elaboraram uma falsa memória parcial e um elaborou uma falsa memória completa, o que corresponde a uma percentagem global de 35% de falsas memórias. Da primeira para a terceira entrevista ocorreu um aumento de 15% na frequência de falsas memórias, tendo assim metade dos participantes elaborado uma falsa memória (completa ou parcial) para o evento sugerido. Quanto à evolução da classificação dos relatos, verificou-se que o caso de falsa memória completa observado na entrevista 1 se manteve na terceira entrevista; dos seis casos classificados como falsa memória parcial na entrevista 1, a classificação manteve-se para quatro casos e evoluiu para falsa memória completa em dois casos na última entrevista. Uma falsa memória completa foi desenvolvida por um dos casos que na entrevista 1 tinha sido classificado como “tentativa de recordação mas sem memória”, e os restantes dois casos que tiveram esta classificação desenvolveram para falsas memórias parciais; cinco dos 10 casos em que não ocorreu qualquer tentativa de recordação na primeira entrevista mantiveram esta classificação na terceira entrevista, enquanto os restantes tentaram recordar o evento mas sem a existência de uma memória correspondente.

Quanto à avaliação da confiança na ocorrência dos eventos, os participantes concederam um grau de confiança para a ocorrência dos episódios verídicos que foram recordados de 90,8% e de 41,7% para os episódios verídicos que não foram recordados. Esta última classificação assemelhou-se à dos participantes que desenvolveram uma falsa memória para o episódio falso que atribuíram uma confiança de 44,5% à sua ocorrência. Apenas 10% de confiança foi conferida à ocorrência do episódio falso quando não foi desenvolvida uma falsa memória para o mesmo. A avaliação da confiança relacionou-se ainda com o tipo de falsa memória construído, sendo significativamente mais elevada nos participantes que elaboraram uma falsa memória completa (66,7% de confiança) comparativamente com os que criaram falsas memórias parciais (25%), com os que tentaram recordar o evento (20%) ou com os que não realizaram qualquer tentativa de recordação do evento (0%).

Os autores analisaram ainda o conteúdo das descrições efectuadas para os dois tipos de episódios (verídicos e falso), nomeadamente quanto à inclusão de detalhes presentes nas fotos do mesmo. Os dados revelaram que pouca da informação contida nas fotografias foi incluída no relato de ambos os tipos de episódio. Para além disso, na entrevista 1, a presença destes detalhes na descrição efectuada não foi distinta em função do tipo de episódios em descrição, sugerindo que, inicialmente, os dois tipos de episódios foram processados de um modo semelhante. Já na entrevista 3, foram verificadas diferenças significativas neste aspecto em função do tipo de episódio em descrição: o relato do episódio falso incluiu menos elementos da fotografia que o dos

episódios verídicos, o que poderá decorrer da menor familiaridade suscitada pelo contexto da fotografia falsa. Quanto ao tipo de informação presente na descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas, a referência a detalhes perceptivos foi a mais frequente e manteve-se ao longo das três entrevistas; por outro lado, a descrição de emoções aumentou da primeira para a terceira entrevista.

Este procedimento suscitou assim uma elevada frequência de falsas memórias na terceira vez que foi pedido aos participantes que recordassem o episódio falso. Comparativamente com outros procedimentos de sugestão do episódio falso (e.g., apresentação de narrativa), a apresentação de uma fotografia revelou um maior potencial de criação de falsas memórias desde a primeira entrevista. Os autores sugerem que esta diferença se pode dever à menor necessidade de processos construtivos para a criação de uma falsa memória perante a apresentação da fotografia, bem como à maior credibilidade que esta forma de sugestão assume. Há ainda que considerar o papel que as técnicas utilizadas para recuperar as memórias (reinstalação de contexto e recriação imagética) poderão ter desempenhado na criação destas falsas memórias.

Apesar do trabalho que acabámos de apresentar ter revelado uma potente estratégia de criação de memórias para eventos que nunca ocorreram, como referem Lindsay e colaboradores (2004a), a validade ecológica destas conclusões é reduzida. De facto, raramente as pessoas são confrontadas com fotografias manipuladas. Ao invés, as pessoas revêem fotos reais para recordar eventos do seu passado, sendo mesmo em algumas situações incentivadas a fazê-lo (e.g., em processos terapêuticos), no sentido de potenciar a recuperação de memórias supostamente esquecidas ou reprimidas (e.g., Poole e col., 1995).

No sentido de ultrapassar esta crítica apresentada ao estudo de Wade e colaboradores (2002), Lindsay e colaboradores (2004) realizaram um estudo em que procuraram implantar uma falsa memória para um evento da infância utilizando uma foto verídica relacionada com o evento falso a sugerir como complemento à sugestão. Os autores esperavam que a apresentação desta fotografia fornecesse informação perceptiva detalhada sobre o evento e que ajudasse a creditar a veracidade da sugestão apresentada, motivando os participantes a recordar o episódio. Esta informação, juntamente com o produto da imaginação dos participantes e com a informação sugerida, constituiria a base para a construção de uma falsa memória consistente.

Em termos de procedimento, os autores solicitaram aos pais dos participantes a descrição de duas experiências únicas que eles tivessem vivido entre os oito e os nove anos e entre os 10 e os 11 anos. Foi-lhes ainda solicitado que fornecessem fotografias das turmas correspondentes aos anos dos episódios que iriam ser questionados aos participantes e ainda o nome e sexo da professora da primeira ou segunda classe. Os pais confirmaram que o evento que se pretendia sugerir nunca ocorreu na infância dos participantes. Os participantes realizaram duas entrevistas (com um intervalo de uma semana entre elas) em que lhes foi solicitado que recordassem o máximo de informação sobre cada um dos eventos utilizando técnicas de reinstalação do contexto

e de recriação imagética para a recuperação dos mesmos. Os eventos foram questionados por ordem decrescente de idade de ocorrência, sendo assim o episódio falso o último a ser sugerido.

Foram criados dois grupos: a um dos grupos foi apresentada apenas uma narrativa como meio de introdução da sugestão e ao outro a narrativa foi apresentada conjuntamente com a fotografia. A narrativa consistia numa breve descrição dos eventos a sugerir. A narrativa relativa ao episódio falso descrevia uma situação em que o participante teria colocado *slime* na secretária da professora quando tinha seis ou sete anos, sendo referidos a reacção do participante à situação, as pessoas envolvidas na mesma e o castigo incutido ao evento – ficar de braços e pernas cruzados virados contra a parede durante meia hora. Para cada evento, os participantes avaliaram o quanto a memória do mesmo se aproximava do reviver da experiência, a extensão pela qual achavam que estavam a recordar o episódio e a confiança em como o episódio tinha ocorrido como estava descrito na narrativa. No final da primeira sessão, foi indicado aos participantes que o resto da experiência se iria centrar na recordação do evento mais antigo (o episódio falso). Foi-lhes ainda pedido que, durante todos os dias, procurassem recordar detalhes sobre o evento, usando para o efeito uma cópia da narrativa e da fotografia (ao grupo a que foram apresentadas fotografias) para ajudar a recuperar mais informação. Adicionalmente, no intervalo que mediou a primeira da segunda entrevista, os participantes foram incentivados telefonicamente a recordar mais informação sobre o episódio. Na segunda entrevista, foi solicitado aos participantes que descrevessem o mais detalhadamente possível o episódio falso e ainda que voltassem a avaliar as dimensões consideradas anteriormente.

A descrição do episódio falso foi classificada em três categorias, nomeadamente: “sem imagem nem memória” (correspondente às classificações de “sem memória” usada noutros estudos), “com imagens mas sem memória” (de acordo com os autores esta categoria é equivalente à classificação de “falsa memória parcial” usada noutros estudos) e “com memória de colocar o *slime* na secretária da professora” (equivalente à classificação de “falsa memória completa” usada noutros estudos).

Na condição controlo deste estudo, correspondente à apresentação da sugestão do episódio falso através da narrativa, 13,6% dos participantes descreveram uma “falsa memória completa” na primeira entrevista e, na segunda entrevista, esta percentagem aumentou para 22,7%. Quanto à classificação de “com imagens mas sem memória”, esta foi atribuída a 31,8% das descrições realizadas na primeira entrevista e a 22,7% na segunda entrevista. Assumindo a correspondência da presente categoria “com imagens mas sem memória” à classificação de “falsa memória parcial” utilizada noutros estudos, no presente trabalho, em cada entrevista, ocorreram falsas memórias em cerca de 45% dos participantes. Na condição em que a fotografia foi apresentada, foram classificadas como “falsas memórias” cerca de 30% das descrições e “com imagens mas sem memória” cerca de 35%. Já na segunda entrevista, 65,2% dos participantes elaboraram uma falsa memória e apenas 13% relataram “com imagens mas sem memória” (total de 78,2% de falsas memórias). Apesar das condições experimentais (narrativa vs narrativa +

fotografia) não se terem diferenciado significativamente na primeira entrevista, o mesmo não aconteceu na segunda entrevista, tendo-se verificado uma frequência significativamente superior de falsas memórias na condição em que a fotografia foi apresentada.

A avaliação que os participantes efectuaram da recordação do episódio também se diferenciou significativamente em função da condição experimental. Concretamente, os participantes da condição de fotografia avaliaram a recordação como mais vívida, com maior sensação de recordação e com mais confiança de que o evento tinha ocorrido, comparativamente com a condição narrativa. Adicionalmente, a avaliação que os participantes efectuaram das várias dimensões foi consistente com a classificação do tipo de falsa memória realizada pelos avaliadores. Foi ainda observado um aumento significativo na avaliação destas dimensões da primeira para a segunda entrevista, em ambas as condições. A avaliação relativa às falsas memórias completas foi semelhante à avaliação que os mesmos participantes realizaram para os episódios verídicos descritos. Por outro lado, a avaliação das várias dimensões realizada pelos participantes classificados em “com imagens mas sem memória” foi mais semelhante à efectuada pelos participantes classificados como “sem memória” do que com a efectuada pelos participantes com “falsa memória completa”. Estes dados sugerem que a experiência de recordação classificada de “com imagens mas sem memória” se aproxima mais da experiência de “sem memória” que da experiência de falsa memória completa. Nesta perspectiva, não fará sentido considerar que uma descrição de “com imagens mas sem memória” seja considerada conjuntamente com as “falsas memórias completas” como tem sido realizado noutros trabalhos, para caracterizar a ocorrência de falsas memórias.

Os dados da experiência que acabamos de descrever demonstram o efeito que a apresentação de fotografias pode ter na construção de falsas memórias. Neste caso, a frequência de falsas memórias obtidas correspondeu ao dobro da que é habitualmente obtida nos estudos em que apenas é apresentada a narrativa. Este dado torna-se ainda mais saliente se considerarmos que foi utilizado um critério de classificação mais conservador que o usualmente aplicado. Não podemos, no entanto, esquecer outras variáveis que estiveram presentes neste procedimento como a apresentação de uma narrativa plausível atribuída por um elemento da família, a pressão social para recordar informação, as características da situação e a utilização da recriação imagética, que poderão igualmente ter contribuído para este resultado. Este trabalho revelou ainda que as falsas memórias decorrentes da apresentação da fotografia se assemelham em termos de características de recordação às memórias para os eventos verídicos.

2.5.2. Estudos de diários

Outro tipo de estudos que têm procurado avaliar a correcção da recordação de eventos passados da vida dos indivíduos, relativamente à realidade dessas mesmas experiências, são os estudos que envolvem o registo de diários. Estes trabalhos, tal como aqueles que testam a

memória dos participantes para eventos impossíveis (ou tentam mesmo implantar memórias para os mesmos), estão isentos da crítica referente à possibilidade dos participantes estarem a recordar eventos reais e não a construir falsas memórias. Nos estudos de diários, é possível ter a certeza sobre a ocorrência (ou não) das experiências passadas para as quais se está a testar a memória dos participantes.

O procedimento geral dos estudos de diários passa pelo registo escrito, pelos próprios participantes, de vários episódios ao longo de um determinado período de tempo. Após um determinado intervalo de retenção, a memória para esses eventos é testada. Geralmente os investigadores constroem tarefas de reconhecimento em que são apresentados itens verídicos (i.e., correspondentes aos registos dos participantes) e itens falsos (e.g., experiências do próprio participante com algumas alterações ou experiências registadas por outros participantes). Os primeiros estudos de diários foram realizados por investigadores que constituíram, eles próprios, os participantes experimentais (e.g., Wagenaar, 1986; cit. em Horselenberg, Merckelbach, van Breukelen, & Wessel, 2004). O primeiro trabalho que usou o registo diário para avaliar a memória autobiográfica com uma amostra independente de participantes foi descrito em 1986 por Barclay e Wellman (1986; cit. em Horselenberg e col., 2004).

Neste estudo de Barclay e Wellman (1986; cit. em Horselenberg e col., 2004), os participantes registaram diariamente, durante quatro meses, eventos autobiográficos. Passadas algumas semanas, estes participantes realizaram uma tarefa de reconhecimento relativa a itens registados. Nesta tarefa, os participantes tinham de discriminar entre itens verídicos (correspondentes aos seus registos) e distractores (registos dos participantes com algumas alterações). Os resultados desta tarefa mnésica revelaram a ocorrência de vários erros de omissão (não identificação de itens verídicos) e, embora em menor frequência, erros de comissão (aceitação de itens errados como pertencentes à sua memória autobiográfica). Assim, ao fim de apenas algumas semanas, o reconhecimento que os participantes realizaram da sua própria memória autobiográfica esteve longe de ser perfeita.

Os dados obtidos por estes autores foram já replicados noutras ocasiões com sucesso. De notar que, nestes estudos, a aceitação de informação errada como fazendo parte da memória autobiográfica ocorre sem qualquer manipulação externa, como acontece noutros estudos de produção de falsas memórias (e.g., recriação imagética, hipnose e interpretação de sonhos). Daí que alguns autores designem este tipo de erros de memória como falsas memórias espontâneas (e.g., Horselenberg e col., 2004). As falsas memórias espontâneas referem-se então às falsas memórias que ocorrem na ausência de factores externos que as suscitem.

Apenas a título de exemplo de estudos mais recentes nesta área, apresentamos os trabalhos realizados por Horselenberg, Merckelbach, Breukelen e Wessel (2004) e por Burt, Kemp e Conway (2004), cujo objectivo foi a replicação das conclusões obtidas por estudos anteriores sobre a produção de falsas memórias espontâneas. No primeiro caso, os autores procuraram

ainda explorar a relação de algumas variáveis individuais com a ocorrência dos erros de memória, cujos resultados apresentamos mais adiante.

Começamos por descrever sumariamente o procedimento experimental do primeiro estudo referido. Durante 14 dias consecutivos, os participantes seleccionaram em cada dia três eventos salientes e registaram informação sobre os mesmos, nomeadamente o contexto (i.e., local), o evento (o que aconteceu) e atribuíram uma conotação emocional ao evento (reação emocional ao evento). Após um intervalo de seis meses, os participantes foram convidados a realizar uma outra experiência. Foram então surpreendidos por uma tarefa de reconhecimento relativa à informação por eles registada nos diários. Esta tarefa era composta por 40 itens que correspondiam, em igual proporção, a itens correctos (correspondentes a informação registada pelos participantes), a distractores com alteração do contexto, a distractores com alteração da avaliação emocional e a distractores que correspondiam a informação registada por outros participantes. As alterações introduzidas nos itens distractores, apesar de tornarem os itens completamente distintos dos originais, não retiravam a plausibilidade do evento apresentado. Na tarefa de reconhecimento, os participantes tinham as seguintes opções de resposta: item original, contexto errado, avaliação errada ou outro distractivo. Os participantes caracterizaram ainda as suas respostas quanto à confiança que conferiam às mesmas.

Relativamente aos resultados, a percentagem de reconhecimentos correctos foi de 78%. Os autores verificaram ainda que o tipo de alteração realizado nos itens originais influenciou de modo significativo a proporção de falsas memórias obtidas e a confiança que os participantes depositaram nas suas respostas. Assim, os itens cujo contexto tinha sido alterado suscitaram a maior frequência de falsas memórias (64%), seguidos dos itens com alterações na avaliação afectiva (34%) e, finalmente, dos restantes distractores (9%). A confiança que os participantes depositaram nas suas respostas correctas foi semelhante à conferida às respostas erradas para os itens com alteração do contexto e de avaliação afectiva, tendo a confiança conferida aos restantes itens sido inferior à destes últimos. Estes resultados replicam, assim, os anteriormente obtidos por outros autores nomeadamente no que concerne à ocorrência de elevados níveis de erros espontâneos relativamente à nossa memória autobiográfica.

Resultados similares aos que acabamos de apresentar foram reportados por Burt e colaboradores (2004), embora o objectivo principal deste trabalho se referisse à compreensão da estrutura e do funcionamento da memória autobiográfica. Também neste caso, os participantes aceitaram que algo que eles próprios tinham feito num determinado local foi de facto realizado por outras pessoas num local distinto. Do mesmo modo, eles aceitaram a presença de pessoas em determinados eventos que efectivamente não estiveram presentes, assim como a ocorrência dos eventos em locais distintos da sua ocorrência real. Finalmente, os participantes classificaram a maior parte dos erros de memória como correspondendo apenas a uma sensação de familiaridade e não à recordação efectiva dos episódios a que estes se referiam.

Os resultados obtidos com os estudos de diários comprovam novamente a natureza maleável da nossa memória. De um modo curioso, estes erros espontâneos da memória levam-nos a aceitar como eventos autobiográficos situações para as quais foram alterados elementos como o contexto ou as pessoas que participaram nos mesmos. Estas são falsas memórias observadas quando nenhuma técnica em particular foi implementada para que as mesmas ocorressem.

2.5.3. Plausibilidade dos eventos

A plausibilidade dos eventos é uma questão fundamental se atendermos ao tipo de eventos para os quais são criadas falsas memórias, como por exemplo situações de abuso ou de participação em rituais satânicos. Até que ponto é possível implantar falsas memórias para eventos inicialmente considerados como implausíveis pelos participantes constitui assim um elemento importante na compreensão da extensão da vulnerabilidade da memória humana.

Em 1997, Pezdek, Finger e Hodge levaram a cabo dois estudos para testar a influência da plausibilidade dos eventos sugeridos na criação de falsas memórias para os mesmos. As autoras esperavam ter sucesso na implantação de eventos apenas se estes fossem plausíveis e se existisse na memória dos participantes um esquema de conhecimento relevante para o episódio que estava a ser sugerido. Subjacente a esta previsão está a ideia que, para um evento ser incorporado na memória dos participantes, ele deve inicialmente ser considerado verosímil. Daqui decorre que, se um evento não for plausível para os participantes, provavelmente não será considerado verídico, donde não será incorporado na sua memória autobiográfica. As autoras sugerem que a existência de conhecimento prévio sobre o evento sugerido constitui um elemento determinante na facilidade com que será criado um traço mnésico para o evento. Em relação a este elemento, as autoras previram uma maior facilidade de criação de um traço mnésico para um evento para o qual já existisse um esquema de conhecimento, relativamente àquele para o qual este conhecimento não existisse.

Esta variável foi então testada no primeiro estudo deste trabalho. Concretamente, as autoras tentaram implantar falsas memórias para a participação em rituais religiosos em jovens judeus e católicos, sendo estes eventos congruentes ou incongruentes com a sua crença religiosa. A idade de ocorrência dos eventos sugeridos foi oito anos de modo a que o evento a sugerir fosse plausível para os participantes. O procedimento cumprido foi semelhante ao utilizado noutros estudos, começando pela recolha de informação junto de um familiar de cada participante para eventos das suas infâncias. O estudo foi depois apresentado aos participantes como tendo por objectivo o estudo do tipo de experiências que as pessoas recordam das suas infâncias. Nas duas entrevistas realizadas pelos participantes, os episódios foram introduzidos mediante um texto que descrevia sumariamente os eventos. Os participantes avaliaram ainda a clareza com que estavam

a recordar os episódios e a confiança que tinham em como conseguiriam recordar mais informação sobre os eventos se lhes fosse dado mais tempo para pensarem sobre os mesmos.

Os resultados confirmaram a hipótese avançada pelas autoras: sete jovens católicos (24%) e nenhum judeu criaram a falsa memória para o ritual católico sugerido, enquanto que três judeus (14%) e um católico (3,4%) aceitaram a ocorrência do ritual judeu que lhes foi sugerido. Adicionalmente, dois participantes católicos (7%) desenvolveram uma falsa memória para ambos os eventos sugeridos. Quanto ao nível de clareza da recordação, os participantes avaliaram a recordação dos episódios verídicos como sendo mais clara que a dos episódios falsos descritos. A mesma tendência foi observada para a confiança que mais detalhes seriam recordados sobre os eventos caso tivessem mais tempo para o fazer. Este estudo confirma assim a hipótese que relaciona positivamente a plausibilidade dos eventos e a existência de conhecimento prévio sobre as situações sugeridas com a criação de uma falsa memória para as mesmas.

No segundo estudo realizado, as autoras procuraram reforçar as conclusões obtidas no estudo que acabámos de apresentar utilizando um procedimento e episódios falsos diferentes. Foram então sugeridos dois episódios, sendo um relativo a uma situação de perda num centro comercial, à semelhança do efectuado noutros estudos (e.g., Hyman e col., 1995; Loftus & Pickrell, 1995), e outro a uma situação de ser submetido a um clister rectal devido a obstipação. Estes eventos foram considerados pelas autoras como relativamente plausível e implausível, respectivamente, e teriam ocorrido quando os participantes tinham cinco a seis anos. Tal como ocorreu no procedimento utilizado por Loftus e Pickrell (1995), os eventos foram apresentados aos participantes por um irmão mais velho ou por um familiar próximo (comparsas) que receberam treino prévio para o efeito. Os comparsas não foram informados dos reais objectivos do estudo. Cada episódio foi então apresentado pelo comparsa mediante a leitura de um pequeno texto que o descrevia tendo sido solicitado ao participante que relatasse tudo o que recordasse sobre cada episódio. Foram realizadas três entrevistas, uma um dia após a primeira entrevista e a outra passada uma semana.

À semelhança do observado noutros estudos (e.g., Loftus & Pickrell, 1995), o episódio de perda foi recordado por 15% (três em 20) dos casos. Todas as falsas memórias observadas ocorreram para o evento de perda. Dois destes participantes descreveram a falsa memória na primeira entrevista enquanto um participante apenas recordou o episódio falso na segunda entrevista. Há, no entanto, dois aspectos que devem ser considerados quanto à evidência deste estudo sobre a impossibilidade de implantar um evento considerado menos plausível. Por um lado, a dimensão da amostra foi reduzida e, por outro, os autores sugerem que talvez os comparsas não tenham recebido treino suficiente para a realização da tarefa. De qualquer modo, a tendência obtida neste estudo é consistente com a do estudo anterior: a probabilidade de sucesso na implantação de uma memória para o evento relaciona-se positivamente com a plausibilidade do mesmo.

2.5.4. *Eventos impossíveis*

Como já referimos, uma das críticas presente nos estudos sobre a implantação de falsas memórias refere a possibilidade de, perante a sugestão apresentada no contexto da entrevista e com a ajuda das manipulações sugestivas utilizadas, os participantes descreverem episódios que efectivamente ocorreram e que são recuperados na circunstância da entrevista. Atendendo a esta possibilidade, aquilo que observamos como falsas memórias implantadas pode constituir uma memória de um evento verídico recuperado. Apesar de, nestes trabalhos, se confirmar junto de familiares dos participantes que o episódio a sugerir não ocorreu na infância destes, tal não constitui uma garantia total da sua não ocorrência. Em alguns estudos, esta confirmação foi mesmo realizada junto de apenas um familiar podendo, por exemplo, o evento ter ocorrido na companhia de outras pessoas e ser desconhecido para este (e.g., Hyman e col., 1995). Neste sentido, alguns autores desenvolveram procedimentos experimentais em que tentaram implantar episódios impossíveis de terem ocorrido na memória autobiográfica das pessoas. Passamos a descrever alguns exemplos dos mesmos.

Num dos estudos levado a cabo por Braun e colaboradores (2002), os autores avaliaram até que ponto seria possível alterar a confiança para a ocorrência de um evento impossível de ter ocorrido. Para o efeito consideraram dois episódios: apertar a mão ao Bugs Bunny ou à Ariel (a pequena sereia) no parque recreativo da Disney. No primeiro caso, o evento é impossível de ter ocorrido dado que o Bugs Bunny é um personagem da Warner Brothers; no segundo caso, a impossibilidade decorre do facto da personagem Ariel ainda não existir na idade em que o evento foi sugerido (quando os participantes tinham 10 anos).

Os autores constituíram então três grupos, sendo dois experimentais (sugestão do evento com o Bugs Bunny ou com a Ariel) e um de controlo. O procedimento habitualmente utilizado nos estudos que pretendem alterar a confiança para a ocorrência passada de eventos foi implementado neste estudo (pré-avaliação, intervenção e pós-avaliação). O item crítico introduzido na listagem de eventos avaliada pelos participantes quanto à confiança da sua ocorrência foi “apertar a mão a um personagem de desenho animado”. Noutra tarefa, os participantes avaliaram a confiança em como tinham visto um conjunto de personagens (entre elas as personagens críticas) na sua visita ao parque e quais as personagens a quem eles recordavam ter apertado a mão (entre elas as personagens críticas). Com estas questões, os autores procuraram avaliar se a informação falsa tinha sido efectivamente incorporada na memória dos participantes. Na fase de intervenção, foram apresentados cartazes publicitários com a introdução da respectiva personagem a sugerir aos grupos experimentais, e; ao grupo de controlo foi apresentado um cartaz publicitário da Disney sem qualquer conteúdo autobiográfico. Foi pedido aos participantes que recriassem imagicamente a visita ao parque da Disney e que descrevessem quais os pensamentos e sentimentos despertados pela publicidade. Esta tarefa foi apresentada por outro experimentador e não foi estabelecida qualquer relação com a avaliação prévia. Passado algum tempo, surgiu o primeiro experimentador, simulando alguma aflição, que solicitou aos participantes

que realizassem novamente a avaliação já que os dados desta tinham sido perdidos. Finalmente, apareceu um terceiro experimentador que pediu aos participantes que tinham realizado uma visita ao parque da Disney na sua infância que descrevessem essa experiência. Solicitou-lhes ainda que avaliassem essa recordação quanto à clareza da mesma, à agradabilidade, ao envolvimento emocional da experiência, à centralidade da experiência na sua infância e à importância que a mesma teve.

Os dados revelaram que, apesar de ter ocorrido um aumento na confiança para a ocorrência do evento crítico em todos os grupos, este foi significativamente superior nos grupos experimentais (aumento de 78% e 76% para o evento do Bugs Bunny e da Ariel, respectivamente) comparativamente com o grupo de controlo (62%). Esta mesma diferença foi observada relativamente à magnitude do aumento da confiança para a ocorrência do evento. Cerca de 16% dos participantes a quem foi sugerida a experiência com o Bugs Bunny revelaram ter uma recordação específica para o acontecimento, tendo o mesmo sido considerado em 7% dos participantes do grupo Ariel e do grupo de controlo (diferença significativa). Já no grupo experimental a que foi sugerido o evento com a Ariel, 7% dos participantes recordaram o evento específico de apertar a mão à Ariel, o que também ocorreu em 4% dos participantes do grupo de controlo e em nenhum dos participantes do grupo a quem foi sugerido o evento do Bugs Bunny. Os autores sugerem que o efeito diferencial provocado pelas duas personagens se pode dever ao facto do Bugs Bunny ser mais conhecido pelos participantes que a Ariel.

Estes dados sugerem que a apresentação de publicidade autobiográfica (que apela à experiência do próprio participante) que representa determinados eventos, juntamente com a actividade de recriação imagética dos mesmos, aumenta a confiança para a sua ocorrência ainda que os mesmos sejam impossíveis de ter ocorrido. Adicionalmente, este aumento de confiança foi, em alguns casos, acompanhado de uma memória para o evento crítico sugerido.

Num estudo semelhante ao que acabámos de descrever, realizado por Grinley em 2002 (cit. em Loftus & Bernstein, 2005), os dados mostraram que exposições repetidas ao falso Bugs Bunny aumentaram ainda mais a confiança que o evento tinha ocorrido (25% de aumento num estudo e 36% noutro). Num dos estudos deste autor, foi perguntado explicitamente aos participantes se eles se recordavam de terem conhecido o Bugs Bunny, tendo um quarto dos participantes respondido afirmativamente a esta questão. Dos participantes que recordaram o acontecimento, 62% recordaram que lhe tinham apertado a mão, 46% recordaram terem-lhe dado um abraço e 25% recordaram ter mexido na sua orelha, na sua cauda e tê-lo ouvido dizer "*what's up doc?*". As falsas memórias destes participantes foram assim recheadas de detalhes sensoriais, o que é um dado importante se considerarmos que a presença destes pode ajudar a distinguir memórias verídicas de memórias falsas.

Mais recentemente, Braun-LaTour, LaTour, Pickrell e Loftus (2004) replicaram o trabalho realizado por Braun e colaboradores (2002) introduzindo pequenas alterações. Os dados obtidos neste trabalho foram ainda mais robustos que os do estudo anterior. No primeiro estudo, estes

autores avaliaram se a apresentação de publicidade autobiográfica falsa (cartaz publicitário da Disney com o Bugs Bunny) ou verdadeira (cartaz publicitário da Disney com o Mickey Mouse) iria influenciar a memória dos participantes do mesmo modo. Em termos de resultados, os autores verificaram que a descrição do evento sugerido não se diferenciou na maior parte das medidas utilizadas (e.g., extensão da descrição e relato de emoções positivas) em função do tipo de sugestão apresentada (falsa ou verdadeira). No entanto, a recordação do evento específico “apertar a mão ao personagem”, assim como a confiança na sua ocorrência, foi influenciada pelo tipo de sugestão apresentada. Assim, os participantes a quem foi apresentada a sugestão falsa (Bugs Bunny) recordaram mais falsas memórias relacionadas com o personagem (22% dos casos) relativamente aos que não a receberam (7% dos casos). De um modo análogo, os primeiros participantes conferiram mais confiança aos seus relatos que os segundos.

No segundo estudo realizado por estes autores (Braun-LaTour e col., 2004), foi explorada a influência do modo de apresentação da sugestão na ocorrência de falsas memórias. Todas as formas de publicidade apresentada foram falsas, sugerindo um evento relacionado com o Bugs Bunny num parque recreativo da Disney. Assim, a informação foi apresentada em imagem (um cartaz com a imagem do Bugs Bunny associada a uma imagem da Disney) ou verbalmente (apresentação de um texto que relacionava o Bugs Bunny com a Disney). A combinação das duas formas de sugestão (imagem e texto) foi também utilizada.

Os resultados revelaram um efeito de superioridade da imagem na produção de falsas memórias. Assim, quando a sugestão foi introduzida apenas pela imagem, 48% dos participantes criaram falsas memórias, o que ocorreu em 32% dos participantes a quem foram apresentadas ambas as sugestões (imagem e texto). Apenas 17% dos participantes a quem foi apresentado o texto elaboraram uma falsa memória. No entanto, apenas esta última condição se diferenciou de forma significativa da primeira apresentada. A confiança que os participantes depositaram na ocorrência do encontro específico com o Bugs Bunny revelou a mesma tendência da ocorrência de falsas memórias: maior confiança quando foi apresentada apenas a imagem, seguida da sugestão mista e, finalmente, da apresentação apenas de texto. Por outro lado, a percentagem de participantes que detectou que a sugestão que estava a ser dada era falsa (identificaram a incongruência do personagem sugerido com o contexto) revelou a tendência oposta. Concretamente, 31% dos casos a quem foi apresentado apenas o texto identificaram a falsidade da sugestão o que aconteceu apenas em 8% dos casos na condição mista e em 12% dos casos na condição de imagem.

Os autores sugerem que esta combinação de resultados apresentada pelos participantes a quem a sugestão foi realizada mediante a apresentação do texto (menos falsas memórias e mais identificações da sugestão falsa) talvez se tenha devido a um processamento mais profundo da informação. A interpretação oposta pode igualmente ser apresentada indicando que, na condição em que foi apresentado apenas o texto, os participantes não processaram a informação de um modo suficientemente profundo de modo a conduzir à criação da falsa memória. Estes resultados

sugerem que a apresentação da imagem suscita a criação de uma falsa memória com maior facilidade comparativamente com a apresentação do texto.

O terceiro estudo realizado por estes autores procurou então esclarecer o papel que o nível de processamento da informação tem na criação de falsas memórias. Para o efeito, foi introduzido um teste de memória para a informação apresentada na publicidade e um teste de identificação de imagens. Os estímulos utilizados foram os mesmos do estudo anterior. A publicidade foi apresentada aos participantes e, depois de algum tempo de discussão sobre a mesma, foi-lhes solicitado que descrevessem algumas das visitas realizadas a um parque temático da Disney nas suas infâncias. A esta tarefa seguiu-se um teste de reconhecimento de imagens retiradas de uma possível visita a este local. Os itens críticos desta tarefa eram as imagens em que aparecia o Bugs Bunny. Esta constituía ainda mais uma oportunidade para que os participantes identificassem a falsidade da sugestão. Finalmente, foi realizado um teste de evocação livre para a informação presente na publicidade inicialmente apresentada, tendo sido ainda questionados alguns detalhes da mesma.

A implantação de falsas memórias foi novamente bem sucedida. As condições de apresentação de imagem e mista proporcionaram uma percentagem de falsas memórias de 52%, enquanto a apresentação do texto apenas suscitou a criação de falsas memórias em 29% dos participantes. Nesta experiência, o nível de confiança depositado na memória não foi influenciado pela forma de apresentação da sugestão. Relativamente à memória dos participantes para a informação apresentada na publicidade, o melhor desempenho foi observado para a condição mista, seguida da condição imagem e, finalmente, da condição de apresentação apenas de texto. Esta mesma relação foi observada para a recordação de elementos específicos na publicidade apresentada. Por exemplo, 88% dos participantes da condição mista recordaram a presença do personagem crítico, o que ocorreu em 76% dos casos da condição imagem e em 47% dos mesmos na condição texto. Em oposição, o título da publicidade foi melhor recordado pelos participantes da condição texto o que sugere que, provavelmente, estes participantes terão lido o título e descartado a restante informação que não foi melhor recordada que nas restantes condições. A condição de apresentação apenas de texto parece ter sido aquela que recebeu um processamento menos profundo o que, por sua vez, originou a menor frequência de falsas memórias comparativamente com as restantes condições.

De um modo global, estes estudos demonstram a possibilidade da criação de falsas memórias autobiográficas para eventos impossíveis. Eles apontam ainda para uma grande vantagem da apresentação de imagens comparativamente com a apresentação de um texto descritivo na criação de falsas memórias para o evento sugerido. De notar que foi nesta última condição que os participantes foram mais eficazes na identificação da incongruência do personagem crítico com o contexto sugerido e aquela em que ocorreram menos falsas memórias. Esta parece ser ainda a condição processada menos profundamente. Como referem Loftus e Bernstein (2005), ainda que estes estudos sejam simples e tenham utilizado eventos relativamente

banais, eles demonstraram o potencial que a sugestão tem na criação de falsas memórias para eventos impossíveis. Eles reproduzem ainda algumas situações reais em que as pessoas desenvolvem falsas crenças ou memórias para experiências que são implausíveis ou mesmo impossíveis. Exemplos destas situações são as memórias que algumas pessoas desenvolvem para situações que envolvem extraterrestres, nomeadamente raptos (falsas memórias para este evento foram já implantadas com sucesso por McNally e colaboradores (2004)).

A implementação de procedimentos experimentais distintos dos que acabámos de descrever tem igualmente obtido sucesso na implantação de falsas memórias para eventos impossíveis de serem recordados pelos participantes. Os estudos que apresentamos de seguida são alguns destes exemplos. Nestes casos, a técnica de hipnose foi utilizada conjuntamente com a instrução de regressão de idade para a recriação do evento que se pretendia implantar. Assim, enquanto estão sob estado de hipnose, os participantes são instruídos a andar para trás no tempo e a reexperienciar eventos dos seus passados, nomeadamente das suas infâncias.

No trabalho realizado por Spanos (1996; cit. em Mazzoni, 2002), foi ainda utilizado o procedimento de falso feedback. Os participantes começaram por responder a um conjunto de questionários que, supostamente, avaliavam um conjunto de competências e dimensões da personalidade. Estes dados deram origem a um perfil fictício obtido informaticamente que indicava que os participantes tinham competências visuais e de coordenação visuo-espacial excepcionais. Foi-lhes ainda fortemente sugerido que estas competências decorriam da apresentação aos participantes de determinados estímulos visuais, concretamente de móveis coloridos que teriam estado pendurados nos seus berços nos primeiros dias das suas vidas. Este é claramente um período em que vigora a amnésia infantil (Bruce, Dolan, & Phillips-Grant, 2000; Usher & Neisser, 1993) pelo que este evento, mesmo que verídico, seria impossível de ser recordado pelos participantes.

Metade dos participantes foram hipnotizados e realizaram uma tarefa de regressão de idade enquanto a outra metade realizou apenas uma “reestruturação guiada de memória” juntamente com uma regressão de idade. Em ambos os grupos, uma elevada percentagem de participantes relatou informação sobre o móbil e a enfermaria onde teriam estado nos primeiros dias das suas vidas. No entanto, os grupos diferiram quanto à percentagem de descrições efectuadas sobre este contexto e de memórias específicas para a situação. Concretamente, no grupo que foi hipnotizado, 70% dos participantes reportou alguma memória da experiência, tendo quase metade dos mesmos (46%) reportado uma memória específica do móbil. Já no grupo que foi submetido à “reestruturação guiada de memória” conjuntamente com a regressão de idade, 95% dos participantes descreveu alguma memória para a situação, tendo mais de metade destes (56%) reportado uma memória detalhada da situação. Estes dados parecem assim revelar a superioridade do exercício de imaginação guiada na produção de falsas memórias relativamente à utilização da técnica de hipnose na produção de falsas memórias.

Mais recentemente, este mesmo autor e colaboradores (Spanos e col., 1999) exploraram até que ponto era possível incutir a crença que as pessoas retêm memórias específicas para eventos ocorridos um dia após o seu nascimento e que é possível recuperá-las. Foi ainda explorada a influência de algumas variáveis no sucesso dessa implantação. Adicionalmente, os autores avaliaram um conjunto de variáveis individuais que apresentaremos adiante. Os participantes foram distribuídos em grupos experimentais de acordo com o seu nível de hipnotizabilidade (baixa, média e elevada), tendo metade dos participantes incluídos em cada grupo sido submetida a hipnose. Tal como no estudo anterior, os autores utilizaram um procedimento de falso feedback. Neste caso, o perfil resultante do conjunto de questionários respondidos pelos participantes classificava-os como tendo um estilo cognitivo bastante positivo, caracterizando a sua personalidade com um estilo cognitivo intuitivo e perspicaz. Foi-lhes ainda dada a sugestão que este estilo teria sido fortemente determinado pela prática de movimentos visuais e coordenados e pela exploração visual ocorrida durante um período crítico: os primeiros dias após o nascimento. Foi ainda sugerido aos participantes que eles provavelmente teriam nascido em hospitais que colocavam dispositivos móveis alguns centímetros acima das suas cabeças para facilitar os movimentos oculares coordenados. Uma outra expectativa foi acrescentada: o objectivo do estudo que lhes foi apresentado consistia em confirmar que os participantes teriam nascido num hospital onde costumavam pendurar dispositivos móveis coloridos à cabeceira dos berços dos recém-nascidos.

Como foi referido, a sugestão foi apresentada a um dos grupos quando os participantes se encontravam em estado de hipnose. Esta técnica foi apresentada aos participantes como sendo um procedimento facilitador da recuperação de memórias para eventos ocorridos um dia depois do nascimento. No decorrer da realização deste exercício, o investigador orientou e encorajou explicitamente os participantes a recordarem e a descreverem oralmente vários detalhes da situação. O grupo que não realizou hipnose foi submetido a um procedimento de “reestruturação guiada de memória”. A utilização desta técnica, ao invés da técnica de hipnose, foi justificada pelo facto desta última não ser eficaz com todas as pessoas na recordação das suas memórias mais precoces e pelo facto da utilização da primeira conduzir aos mesmos resultados. Neste procedimento, foi então pedido aos participantes que fizessem um grande esforço por recriar as situações nas suas mentes, regredissem e recriassem as suas experiências de idades mais precoces. Foi ainda criado um grupo de controlo ao qual não foi dada qualquer sugestão relativa à capacidade de recordar memórias precoces de infância. Apenas foi pedido a estes participantes que dedicassem alguns minutos a tentar recordar o evento sugerido e que avaliassem a existência das memórias consideradas. Passada uma semana, todos os participantes regressaram ao laboratório e avaliaram a confiança que tinham em como as experiências relatadas na semana anterior correspondiam a fantasias ou efectivamente a memórias.

Dos participantes submetidos à hipnose, 79% criaram uma falsa memória rica e detalhada para o evento sugerido, tendo o mesmo ocorrido em 95% dos participantes que realizaram a “reestruturação guiada de memória”. Os participantes destes grupos recordaram mesmo aspectos

específicos da situação como a presença de luzes brilhantes, os médicos, as enfermeiras que usavam máscaras e as barras nos seus berços, tendo conferido uma elevada confiança às suas recordações. Concretamente, 42% dos participantes que realizaram a regressão de idade indicaram que as suas memórias para eventos ocorridos um dia depois do nascimento constituíam memórias reais, enquanto apenas 14% as classificaram como fantasias. Todos estes dados foram significativamente superiores aos obtidos no grupo de controlo.

Por outro lado, o grau de hipnotizabilidade não teve um efeito significativo na classificação destas experiências como memórias ou fantasias, o que é consistente com dados obtidos noutros estudos (Orne, Whitehouse, Dinges, & Orne, 1996). Assim, o facto dos participantes apresentarem baixos níveis de hipnotizabilidade não os protege de criarem falsas memórias ou de expressarem fortes crenças na realidade das mesmas. Não obstante, no artigo de revisão de McConkey (1992), em que foram considerados os resultados de vários estudos, é referida uma correlação positiva entre a hipnotizabilidade e a confiança que os participantes depositaram quer nas memórias correctas quer nas incorrectas.

Este último trabalho apresentado salienta a importância que a pressão exercida sobre os participantes (e.g., através da manifestação de expectativas ou de motivações para uma melhor recordação dos eventos ao longo do tempo) tem na implantação de falsas memórias. Conjuntamente com os restantes estudos apresentados neste tópico da revisão da literatura, estes trabalhos revelam a possibilidade de implantar falsas memórias complexas, vívidas e detalhadas para eventos impossíveis de recordar. Os dados indicam ainda que o sucesso de implantação destas falsas memórias é distinto em função da forma como a sugestão é apresentada (e.g., em texto ou em imagens) ou da utilização de técnicas anunciadas como potenciadoras da recordação de memórias antes não recordadas (e.g., nenhuma técnica específica utilizada ou a utilização da regressão de idade). A manifestação explícita da existência dessas memórias e a apresentação de fortes expectativas e de uma elevada motivação para que as mesmas sejam recuperadas parecem ser ainda aspectos fundamentais na ocorrência das falsas memórias.

A revisão realizada sobre os vários paradigmas que estudam as distorções de memória são consistentes na demonstração da realidade das mesmas, quer seja por ocorrência natural, quer em resposta a uma sugestão. Vários factores parecem influenciar a ocorrência destas duas formas de distorções da memória, como a forma de sugestão da informação (e.g., verbal ou visual) e as expectativas de recordação da informação. As evidências sobre a possibilidade de alterar a memória autobiográfica dos participantes relativamente a eventos das suas infâncias são também bastante robustas. Não só é possível alterar a confiança que os participantes têm para a existência de determinados eventos na história das suas infâncias, como é possível levá-los a criarem falsas memórias ricas para os mesmos. Tal é possível mesmo para eventos que são impossíveis de terem ocorrido ou de serem recordados pelos participantes.

Como já apresentámos de um modo sumário ao longo desta exposição, a utilização de algumas técnicas promove a criação de falsas memórias. Entre estas, encontramos a recriação imagética dos episódios, a produção de informação pelos próprios participantes, a regressão de idade ou a hipnose. De seguida, exploramos de um modo mais detalhado alguns dos factores que aumentam a probabilidade da ocorrência de erros de memória. Nomeadamente, consideramos o efeito provocado pela recriação imagética dos eventos e pela repetição da informação sugerida, os efeitos da revelação e da relação, assim como outras variáveis que mais recentemente têm mostrado um poder considerável no aumento dos erros de memória.

3. O fenómeno da inflação

Alguns factores parecem aumentar a probabilidade da ocorrência das falsas memórias, daí a designação de *inflação* que atribuímos ao presente tópico. Alguns destes factores podem ser externos, como é o caso de tarefas que as pessoas realizam ou de técnicas que são utilizadas na tentativa de recuperar informação; outros podem ser inerentes aos próprios eventos como o tipo de informação que é apresentado aos participantes.

Começamos por considerar um efeito que se tem demonstrado extremamente robusto, não só no incremento da confiança que as pessoas atribuem à ocorrência de determinados eventos no seu passado, como também na criação de falsas memórias para eventos completos, mais ou menos complexos e ocorridos mais ou menos remotamente. Referimo-nos à inflação provocada pelas tarefas de recriação imagética de eventos. Este é um tema que exploramos de um modo mais extenso por se relacionar com um dos objectivos do presente trabalho.

Apresentamos depois breves considerações sobre o efeito da revelação, particularmente relacionado com a memória autobiográfica. Este efeito diz respeito a um aumento na frequência de reconhecimentos errados de itens pelo facto dos mesmos terem sido processados de um modo surpreendentemente fácil para os participantes. Geralmente, a anteceder a tarefa de reconhecimento dos itens (em que é incluído um item crítico), o participante realiza tarefas da mesma natureza que criam a expectativa de alguma dificuldade na resolução das tarefas apresentadas.

O efeito da relação, que abordamos em seguida, ocorre quando, depois de realizada uma tarefa relacionada com os eventos alvo (que não foram efectivamente apresentados), a ocorrência destes últimos é inflacionada. O efeito da relação decorre das características dos estímulos que são apresentados aos participantes. As relações podem ser de natureza diversa como semântica, categorial, fonológica, entre outras. Este tema foi já, de algum modo, considerado quando

referimos mais extensamente o trabalho realizado no paradigma DRM e em paradigmas relacionados. Contudo, sistematizamos neste ponto a informação relativa a este efeito.

Consideramos ainda algumas variáveis que promovem igualmente uma inflação na probabilidade da ocorrência de erros de memória. Finalmente, revemos algumas evidências relativas à influência da repetição. Esta repetição pode referir-se à apresentação repetida da sugestão ou à realização repetida das tarefas que inflacionam a ocorrência das distorções de memória. De um modo global, a repetição também se revela promotora desta ocorrência, embora alguns trabalhos revelem dados inconsistentes com esta noção. A abordagem a este factor será breve uma vez que o mesmo é explorado de um modo indirecto sempre que são referidos trabalhos em que a sugestão é apresentada repetidamente estando estes integrados noutros tópicos.

Finalmente, apresentamos outros tipos de tarefas que têm igualmente revelado um aumento na ocorrência dos erros de memória.

3.1. Inflação pela imaginação

O poder da imaginação como forma de auxílio para a memória foi descoberto na Grécia Antiga quando se percebeu que imaginar determinados itens em determinados locais ajudava a recordar esses itens. Deste modo, a imaginação começou por ser vista como algo benéfico para a memória, como uma estratégia que ajuda na memorização de informação, noção que ainda hoje é inquestionável. Existem várias estratégias que visam a melhoria da realização mnésica recorrendo à recriação imagética (e.g., mnemónica de lugares) e que revelam um benefício muito robusto.

No entanto, mais recentemente, a imaginação tem sido relacionada com a memória humana num sentido menos positivo. O fenómeno sob o qual a imaginação de eventos ou itens promove distorções de memória tem sido designado de “inflação pela imaginação” (*imagination inflation*) (Garry e col., 1996). O interesse pelos aspectos negativos relacionados com a imaginação em relação à memória surgiu da sua utilização generalizada em vários contextos em que a correcção da memória é fundamental, de que é exemplo o contexto do testemunho ocular. De facto, frequentemente o interrogatório policial inclui exercícios de recriação imagética como estratégia para recuperar mais informação sobre os eventos. Também no contexto terapêutico, em que têm sido relatados casos de criação de falsas memórias, a técnica de recriação imagética é consideravelmente utilizada.

Um estudo que avaliou a frequência de utilização de um conjunto de técnicas na psicoterapia revelou que cerca de 11% dos terapeutas incitam os seus clientes a reconstruir imageticamente possíveis cenários para a ocorrência de eventos, acreditando que tal os pode

ajudar a recuperar memórias de infância que se encontram reprimidas (Loftus, 1997). A sugestão da utilização desta técnica está igualmente divulgada em livros populares sobre a temática do abuso sexual infantil e da recuperação de memórias reprimidas para este tipo de acontecimentos. Um desses exemplos é encontrado no livro de 1991 da terapeuta Wendy Maltz em que ela apresenta sugestões como “passe algum tempo a imaginar que foi sexualmente abusada, sem se preocupar com a correcção dessa imaginação, sem tentar provar, ou tentar que as suas ideias façam sentido... pergunte-se a que hora do dia ocorreu? Onde estava? Dentro ou fora de casa? Que tipo de coisas estão a ocorrer? Está mais alguém consigo?”, entre outras (cit. em Loftus, 1997). A utilização generalizada desta técnica levou vários investigadores a tentar perceber as consequências que a mesma pode ter na criação de distorções de memória em geral, e de falsas memórias para acontecimentos da infância, em particular.

Grande parte dos estudos sobre o tema da inflação pela imaginação avaliam de que modo a imaginação pode alterar a confiança ou certeza para a ocorrência de eventos no passado (mais ou menos remotos) (para uma revisão consultar Garry & Polaschek, 2000). Contudo, é importante distinguir o aumento na confiança da ocorrência de um determinado evento da construção de uma falsa memória para o mesmo. Assim, alguns trabalhos têm também avaliado o impacto que imaginar os eventos falsos que são sugeridos aos participantes tem na criação de falsas memórias completas para os mesmos (e.g., Hyman & Billings, 1998). Outros trabalhos, que pretendem um controlo mais exigente sobre a ocorrência dos eventos para os quais são construídas falsas memórias, têm igualmente sido desenvolvidos (e.g., Goff & Roediger, 1998). Neste caso, é avaliada a realização mnésica relativa à ocorrência de eventos que foram experimentados pelos participantes considerando que outros eventos foram apenas imaginados por eles.

Embora nos estejamos a referir à influência da imaginação em relação a eventos passados, a importância da imaginação dos eventos na avaliação da probabilidade de ocorrência futura dos eventos imaginados tem já uma longa história. A psicologia social estuda este fenómeno há cerca de três décadas. Nestes estudos, o simples facto de solicitarmos aos participantes que imaginem determinados eventos aumenta a confiança atribuída à sua ocorrência futura (e.g., Sherman, Cialdini, Schwartzman, & Reynolds, 1985; cit. em Garry e col., 1996). Contudo, esta relação nem sempre é directa, ela depende, por exemplo, da facilidade que os participantes têm em imaginar os eventos. Assim, se um evento for facilmente imaginado pelo participante, é avaliado com uma maior probabilidade de ocorrer no futuro comparativamente com um episódio mais difícil de imaginar.

Os autores sugerem que esta influência relativa à facilidade de imaginação dos eventos se prende com a noção de disponibilidade cognitiva no sentido definido por Tversky e Kahneman (1973; cit. em Garry e col., 1996) no contexto da investigação sobre os julgamentos e tomada de decisão. Estes autores propõem que, quando os participantes enfrentam elementos incertos sobre os quais têm de tomar uma decisão de probabilidade, a situação que é mais facilmente imaginável

é vista como mais provável. Ou seja, o acto de imaginar a situação parece fornecer uma base a partir da qual os participantes elaboram quando lhes é pedido que tomem uma decisão.

Johnson e Sherman (1990) sugerem uma explicação para a semelhança da influência da imaginação dos eventos na avaliação da probabilidade futura e passada da sua ocorrência. De acordo com os autores, não faz sentido considerar como categorias distintas o presente, o passado e o futuro. Tanto o passado como o futuro são construções do presente. É a partir do presente que reformulamos constantemente as nossas memórias do passado, sendo que estas moldam as previsões do futuro que, conseqüentemente, estão em constante reformulação.

Passamos a apresentar um conjunto de estudos em que a técnica de recriação imagética foi aplicada. Consideramos os trabalhos em que se avalia a influência da imaginação dum determinado estímulo ou evento crítico na alteração da confiança que os participantes conferem à ocorrência passada dos mesmos. Estes estudos utilizam uma metodologia semelhante à descrita anteriormente nos estudos que procuram alterar a confiança ou crença dos participantes na ocorrência passada de acontecimentos. Já nos estudos de implantação de falsas memórias, a recriação imagética é utilizada como um potenciador da criação das mesmas. Neste caso, existe a sugestão relativa à ocorrência de um evento (falso) que é apresentada aos participantes e para o qual se pretende que o participante desenvolva uma memória (falsa). Também nestes estudos é habitualmente utilizada a metodologia atrás referida para os estudos de implantação de falsas memórias. Descrevemos assim apenas os aspectos específicos a estes trabalhos.

3.1.1. Probabilidade de ocorrência

Um dos primeiros estudos realizados com o objectivo de alterar a confiança para a ocorrência de eventos explorou a influência que a imaginação dos eventos poderia ter nesta mudança. Garry e colaboradores (1996) utilizaram um procedimento composto por três fases (pré-avaliação, intervenção e pós-avaliação) semelhante ao anteriormente descrito para este tipo de estudos. Duas semanas depois da pré-avaliação sobre a confiança na ocorrência do conjunto de eventos na sua infância (antes dos 10 anos), foi implementada a fase de intervenção. Neste momento (apresentado como sendo referente a um trabalho independente do anterior), foi pedido aos participantes que recriassem imageticamente quatro episódios cuja ocorrência tinha sido anteriormente avaliada com pouca confiança (e.g., ter partido uma janela com a mão; ter ficado preso numa árvore e ter de receber ajuda de outra pessoa para descer). Os eventos foram introduzidos com uma ou duas frases descritivas a que se seguia a tarefa de imaginação. Nesta tarefa, foi pedido aos participantes que imaginassem o evento apenas uma vez como uma cena dinâmica, constituindo assim uma actividade simples e breve. Os participantes responderam depois por escrito a perguntas específicas sobre o contexto de ocorrência do evento. O experimentador apresentou ainda informação adicional sobre as acções do evento, a que se seguiu a resposta por escrito a um novo conjunto de questões sobre as possibilidades de acção. O

investigador forneceu assim toda a informação sobre o evento crítico sendo o participante incitado a acrescentar detalhes específicos sobre o mesmo (provavelmente detalhes que seriam congruentes com a sua experiência de vida ou com o seu conhecimento geral). Depois desta intervenção, o primeiro entrevistador simulou a perda dos dados recolhidos anteriormente e solicitou a pós-avaliação da confiança que os participantes tinham para o mesmo conjunto de eventos.

A avaliação efectuada nos dois momentos foi então comparada, considerando os eventos que foram imaginados e aqueles que não o foram. Os autores constataram que as alterações nas avaliações da confiança para a ocorrência dos eventos na infância ocorreram, na maior dos casos, no sentido do seu aumento. Para os eventos críticos que tinham sido imaginados, este aumento de confiança foi mais notório do que para os eventos não imaginados (34% e 25%, respectivamente). O mesmo padrão de resultados foi observado quando a análise dos dados considerou cada um dos eventos críticos em particular. Por exemplo, para o episódio “partir uma janela com a mão” a confiança para a sua ocorrência aumentou em 24% dos participantes que imaginaram este evento, enquanto o mesmo ocorreu apenas para 12% dos participantes que não o imaginaram. Adicionalmente, de um modo global, a avaliação dos restantes eventos não se alterou do primeiro para o segundo momento de avaliação, tendo tal ocorrido em 57% dos eventos no grupo que realizou o exercício de recriação imagética e em 65% dos eventos no grupo que não o realizou. Os dados revelam assim que o procedimento de imaginação introduzido provocou um aumento da confiança na ocorrência dos eventos que foi significativamente superior ao observado nos participantes que não imaginaram os eventos. Este efeito foi designado pelos autores por “inflação pela imaginação” (*imagination inflation*).

Heaps e Nash (1999) reproduziram o estudo realizado por Garry e colaboradores (1996), utilizando um novo conjunto de eventos. Para além disso, estes autores procuraram identificar a relação do efeito da inflação da imaginação com um conjunto de medidas individuais, dados que consideraremos num tópico posterior (duas sessões adicionais foram incluídas neste procedimento para o preenchimento destas medidas). Os dados obtidos replicaram os apresentados no estudo anterior. Concretamente, em 22,6% dos participantes que imaginaram os itens críticos foi observado um aumento na confiança da ocorrência dos eventos críticos considerados, tendo o mesmo ocorrido apenas em 14,5% dos casos que não foram imaginados. Estes autores avaliaram ainda se a magnitude das diferenças encontradas entre os dois momentos de avaliação se diferenciava em função da recriação imagética dos eventos. A resposta foi afirmativa: foi encontrado um aumento significativamente superior para os eventos que foram imaginados (média do aumento=0,44; dp=0,89) que para os não imaginados (média do aumento=0,18; dp=0,69). A replicação dos dados obtidos por Garry e colaboradores (1996), assim como a extensão do efeito a um novo conjunto de eventos críticos robustece o efeito da inflação pela imaginação.

Também Paddock e colaboradores (Paddock e col., 1998; Paddock e col., 1999)⁹ avaliaram a influência da inflação pela imaginação no aumento da confiança para a ocorrência dos eventos. Também nestes estudos foram consideradas algumas medidas individuais que consideraremos adiante. No primeiro estudo (Paddock e col., 1999), os autores replicaram os dados com uma amostra com características distintas do usual - alunos de um curso de engenharia - considerada pelos autores menos susceptíveis à influência em análise. Outros elementos foram alterados em relação ao procedimento original: a instrução para a imaginação guiada foi introduzida por uma gravação de áudio para reduzir possíveis influências transmitidas involuntariamente pelo experimentador; a lista de eventos avaliada foi aumentada para 60 itens para diminuir a probabilidade dos participantes identificarem os itens críticos como pertencentes a esta lista; o intervalo decorrido entre as duas sessões experimentais foi de apenas uma semana, e; foi dada uma instrução específica para que na pós-avaliação os participantes procurassem avaliar os eventos do mesmo modo que na pré-avaliação (nos outros trabalhos não foi dada qualquer instrução específica no momento da pós-avaliação). O restante procedimento foi semelhante ao estudo original sobre a inflação pela imaginação.

Tal como nos trabalhos apresentados anteriormente, também neste estudo e em ambas as condições, para cerca de metade dos casos a pré e a pós-avaliação não se alterou (48% com imaginação e 56% sem imaginação). Novamente, na existência de mudança nesta avaliação, ela foi significativamente mais frequente no sentido do aumento da confiança nos eventos que no sentido da sua diminuição. Nos participantes que imaginaram os eventos críticos, a percentagem de aumentos na confiança da ocorrência dos mesmos foi superior à observada nos participantes que não os imaginaram (47% e 35%, respectivamente). Este estudo, implementando um maior controlo experimental, demonstrou novamente o efeito da inflação pela imaginação.

O trabalho que acabámos de apresentar foi replicado por Paddock e colaboradores (1998), tendo sido apenas introduzida uma pequena alteração no modo como a tarefa de recriação imagética foi apresentada: neste caso, a tarefa foi apresentada mediante o visionamento de um vídeo. Deste modo, os autores procuraram introduzir um conjunto de elementos habitualmente presentes nos processos clínicos (e.g., elementos lexicais e pistas não verbais). Em dois estudos, os autores testaram o efeito da inflação pela imaginação em duas amostras distintas: uma amostra de jovens adultos e estudantes universitários e uma amostra de pessoas não estudantes de meia-idade.

Os dados obtidos com a amostra de jovens adultos foram semelhantes aos descritos anteriormente. A percentagem de itens para os quais a avaliação se manteve inalterada da pré para a pós-avaliação foi superior no grupo que não os imaginou (67%) comparativamente com o grupo que os imaginou (52%). Por outro lado, foi neste último grupo que a percentagem de

⁹ A indicação cronológica das publicações nem sempre corresponde à ordem cronológica da realização dos estudos. A identificação da ordem de realização efectiva dos estudos foi obtida pelas referências que os vários autores vão realizando sucessivamente dos vários estudos.

aumento na confiança da ocorrência dos itens críticos foi mais notória (35% condição imaginação e 21% sem imaginação).

Já no segundo estudo, em que foi testada a amostra de pessoas não estudantes de meia-idade, não ocorreu qualquer efeito devido à imaginação dos eventos¹⁰. Os autores avançam algumas possibilidades explicativas para a não obtenção da inflação pela imaginação com esta amostra, tais como: diferenças individuais como a idade, a escolaridade, o nível educacional, ou o estatuto social, o receio que os experimentadores não mantivessem a confidencialidade dos dados perante a entidade empregadora (ainda que muitas garantias tenham sido dadas neste sentido), entre outras. Estas são então variáveis que deverão ser exploradas em estudos posteriores.

Uma revisão do tipo de estudos que acabamos de referir foi realizada por Garry e Polaschek (2000). De um modo consistente, os trabalhos demonstram que imaginar um evento aumenta a confiança dos participantes relativamente à ocorrência dos mesmos nas suas infâncias. Deste modo, a imaginação revela a potencialidade de alterar a memória autobiográfica dos participantes.

De notar que os trabalhos que acabámos de apresentar, e cujos resultados são resumidos na Tabela 1, demonstram que a imaginação dos eventos aumenta a confiança que os mesmos ocorreram na infância dos participantes. Eles não apresentam qualquer evidência de que este aumento de confiança tenha sido acompanhado pelo desenvolvimento de uma memória para os eventos. Assim, apesar da imaginação dos eventos parecer influenciar a memória autobiográfica dos participantes, apenas é claro que esta alteração ocorre em relação à crença da presença destes eventos na sua história passada. Como referem Mazzoni e Memon (2003), as crenças autobiográficas parecem depender apenas parcialmente da memória. Se uma pessoa se recorda de um acontecimento é muito provável que acredite na sua ocorrência. No entanto, uma pessoa pode acreditar que um evento ocorreu sem, contudo, ter uma memória para o mesmo (e.g., ter nascido num determinado local). Importa então perceber qual a relação entre estes dois elementos para melhor compreendermos o funcionamento da memória humana.

¹⁰ Os autores não apresentaram detalhadamente as percentagens correspondentes a esta conclusão.

Tabela 1: Percentagens em que a avaliação da certeza para a ocorrência dos eventos não se alterou (coluna A) ou aumentou (coluna B) do pré para o pós-teste nos grupos em que ocorreu (imag.) ou não (s/imag.) a recriação imagética dos episódios.

estudo	sem alteração (A)		aumentos (B)	
	imag.	s/ imag.	Imag.	s/ imag.
Garry e col. (1996)	57%	65%	34%	25%
Heaps e Nash (1999)	*	*	22,6%	14,5%
Paddock e col. (1999)	48%	56%	47%	35%
Paddock e col. (1998) – estudo 1	52%	67%	35%	21%

* os autores não apresentaram estes dados.

Adicionalmente, não houve qualquer confirmação por parte dos investigadores sobre a real ocorrência dos eventos considerados críticos na infância dos participantes. Donde, não é possível determinar com certeza se o aumento observado do pré para o pós-teste na confiança que os eventos críticos ocorreram na infância dos participantes se deveu efectivamente à imaginação dos mesmos ou se a imaginação proporcionou a recordação da sua real ocorrência. Os estudos que apresentamos de seguida avaliam precisamente a influência que a recriação imagética de eventos tem na construção de falsas memórias e procuram controlar de um modo mais rigoroso a existência real dos eventos críticos na história de vida dos participantes.

3.1.2. Criação de falsas memórias

O procedimento experimental utilizado nestes trabalhos em que se pretende explorar a influência da recriação imagética dos eventos na implantação de falsas memórias para eventos autobiográficos é, de um modo geral, semelhante ao já descrito para este tipo de trabalhos (e.g., Hyman e col., 1995; Loftus & Pickrell, 1995). Também nestes, estudos foram assegurados alguns elementos de controlo discutidos no âmbito dos estudos da criação de memórias. A obtenção da confirmação externa, dada habitualmente pelos pais dos participantes, relativa à não ocorrência na infância dos participantes para os eventos que se pretendem implantar constitui um destes exemplos. Apesar da informação fornecida pelos pais não garantir totalmente que os eventos sugeridos não ocorreram na infância dos participantes, esta constitui uma corroboração independente das avaliações realizadas pelos participantes. Alguns autores optaram ainda por sugerir eventos altamente implausíveis para diminuir a possibilidade do participante recuperar eventos reais em resposta à sugestão.

O primeiro estudo que avaliou a influência da recriação imagética na implantação de falsas memórias foi realizado por Hyman e Pentland (1996). Neste trabalho, os participantes realizaram três entrevistas (separadas por intervalos de um dia) em que lhes foi solicitada a descrição de dois a cinco episódios verídicos e um episódio falso elaborado pelos investigadores. Foi dito aos

participantes que o objectivo das entrevistas era avaliar quão bem eles conseguiam recordar acontecimentos das suas infâncias e que era normal as pessoas recordarem mais informação sobre os acontecimentos à medida que os tentassem recordar. O episódio falso utilizado neste estudo era referente ao evento em que o participante teria despejado uma bilha de ponche em cima dos pais da noiva numa festa do casamento de uns amigos. Todos os episódios foram introduzidos mediante a apresentação de um conjunto de pistas (idade, natureza do evento, local de ocorrência e algumas actividades ocorridas). Foram criados dois grupos de participantes que diferiram essencialmente no procedimento adoptado quando um episódio não era recordado: o grupo imagética e o grupo de controlo. No primeiro grupo, perante a não recordação de um evento (verídico ou falso), o entrevistador instruiu os participantes a recriarem imageticamente as situações sugerindo que tal os ajudaria a recordar o acontecimento. No decorrer desta recriação foi-lhes ainda pedido que descrevessem detalhadamente as imagens que iam elaborando sobre os acontecimentos (e.g., como era o local, as pessoas, como é que imaginavam que as acções tivessem decorrido). Deste modo, os investigadores asseguraram que todos os participantes elaboravam a imagem mental para os aspectos críticos do evento sugerido como a bilha do ponche, os pais da noiva, o que eles levavam vestido, etc. No grupo de controlo, perante a mesma circunstância de não recordação de um evento, não foi apresentado qualquer incentivo específico, tendo sido apenas pedido aos participantes que pensassem sobre os eventos durante cerca de um minuto sugerindo também que tal os ajudaria a recordar o evento. Este procedimento foi adoptado em todas as entrevistas. No final das primeira e segunda entrevistas, os participantes do grupo de recriação imagética foram incentivados a recriar imageticamente os episódios de que não se tinham recordado, novamente sugerindo que tal os ajudaria a recordarem os eventos. No final da terceira entrevista, foi ainda solicitado aos participantes que avaliassem as suas memórias relativas a todos os eventos quanto à frequência com que tinham tentado recordar cada evento, ao nível da emocionalidade e de valência emocional dos eventos, à clareza da imagem mental e à confiança que conferiam às suas memórias. As descrições dos eventos verídicos e falsos foram classificadas de acordo com os critérios definidos por Hyman e colaboradores (1995) em “sem falsa memória”, “tentativa de recordação mas sem memória”, “falsa memória parcial” e “falsa memória completa”.

Começamos por apresentar os resultados referentes à recordação e avaliação dos episódios verídicos. Na primeira entrevista, cerca de 75% dos episódios verídicos foram recordados. Os grupos não se diferenciaram neste aspecto, mas sim na percentagem de episódios que foram recordados da primeira para a segunda entrevista (65,2% vs 29,2% para os grupos imagética e de controlo, respectivamente). Estas memórias que foram recuperadas podem corresponder ao esforço adicional que os participantes terão realizado para os recordar (uma forma de hipermnésia, Erdelyi, 1990) ou podem ter sido criadas em resposta às exigências da entrevista. Quanto às dimensões que os participantes avaliaram na terceira entrevista, os autores verificaram que apenas a clareza da recordação se diferenciou em função do grupo, tendo sido avaliada como superior no grupo que recriou imageticamente os episódios. Por outro lado, os eventos que foram recordados desde a primeira entrevista foram avaliados com uma confiança

significativamente superior à conferida aos episódios que foram apenas recuperados em entrevistas posteriores.

Relativamente à ocorrência de falsas memórias, os autores verificaram que a sua frequência aumentou ao longo das três entrevistas. Na primeira entrevista, cinco (15,6%) participantes do grupo imagética elaboraram uma falsa memória (uma completa e quatro parciais) e, no grupo de controlo, apenas dois (6,1%) participantes elaboraram uma falsa memória (uma completa e outra parcial). Na segunda entrevista, esta diferença acentuou-se com nove (28,1%) casos de falsa memória no grupo imagética (cinco completas e quatro parciais) e três (9,1%) casos no grupo de controlo (uma completa e duas parciais). Na terceira entrevista, esta diferença foi ainda maior, tendo ocorrido 12 (37,5%) falsas memórias no grupo recriação imagética (oito completas e quatro parciais) e apenas quatro (12,1%) (três completas e uma parcial) no grupo de controlo. Contudo, não é possível determinar se a diferença observada entre os dois grupos quanto à frequência de falsas memórias se deveu à actividade de recriação imagética ou ao facto dos participantes terem desenvolvido uma descrição para o evento. De facto, de entre os participantes do grupo imagética que não elaboraram uma falsa memória, a maior parte tentou recordar o evento e descreveu possibilidades da sua ocorrência. Por outro lado, nas primeira e terceira entrevistas a maior parte dos participantes do grupo de controlo não elaborou qualquer descrição para o mesmo. Quanto às dimensões que os participantes avaliaram para as memórias dos eventos falsos, os autores verificaram que os participantes do grupo imagética consideraram que as suas memórias foram mais claras, mas conferiram-lhes menor confiança que os participantes do grupo de controlo.

Também Paddock e colaboradores (Paddock & Terranova, 2001; Paddock, Terranova, Kwok, & Halpern, 2000), desenvolveram trabalhos para avaliar o efeito da inflação pela imaginação na recordação de eventos da infância. Nestes estudos, não ocorreu exactamente uma tentativa de implantação de uma falsa memória, mas sim a avaliação da influência da actividade de recriação imagética no modo como a recordação de alguns eventos da infância dos participantes evoluía. Foram então considerados três tipos de eventos: eventos que os participantes sabiam que tinham acontecido mas que não recordavam (sabiam); eventos que eram recordados (recordados); ou eventos para os quais eles não tinham a certeza sobre qual a fonte da memória (incerteza). Depois de ter sido explicado e exemplificado cada um destes tipos de memórias aos participantes, foi-lhes pedido que descrevessem um exemplo de um deles de entre as memórias da sua infância, antes dos 10 anos (foi determinado aleatoriamente o tipo de evento que cada participante iria descrever). O grupo experimental realizou depois uma tarefa de recriação imagética do evento que tinha sido descrito (durante cerca de 15 minutos), enquanto o grupo de controlo realizou uma tarefa não relacionada. No final destas tarefas, os participantes responderam ainda por escrito a um conjunto de questões específicas sobre o evento que tinham relatado e foram incentivados a treinar verbalmente a memória que tinham visualizado e/ou descrito anteriormente. Finalmente, os participantes avaliaram a qualidade da recordação desta mesma memória numa escala contínua que variava entre 1 (*sei*) e 7 (*lembro*), com um ponto

intermédio de 4 (*incerteza*). Deste modo, os investigadores avaliaram a influência que a imaginação dos eventos teria na mudança da qualidade de recordação dos mesmos (e.g., passar do *saber* para o *lembrar*). Os autores procuraram ainda relacionar estas mudanças com várias medidas individuais que consideraremos adiante.

Os dados revelaram que os participantes que imaginaram os eventos aumentaram significativamente a qualidade da sua resposta para os eventos anteriormente classificados como *seí* ou cuja fonte foi considerada *incerta* relativamente ao grupo de controlo. Relativamente aos eventos já recordados pelos participantes, não houve qualquer efeito da recriação imagética. Assim, uma simples tarefa de recriação imagética de eventos para os quais inicialmente existia uma memória difusa ou incerta fez com que esta recordação se tornasse mais familiar e baseada na experiência pessoal ou mesmo numa recordação específica. Os autores sugerem ainda que, no grupo experimental, os participantes possam ter sentido uma maior pressão para recordar mais eventos do episódio pelo facto de todas as tarefas se relacionarem com esse objectivo. Outros autores realizaram estudos semelhantes, cujos resultados apontam neste mesmo sentido (e.g., Hyman, Gilstrap, Decker, & Wilkinson, 1998).

Paddock e Terranova (2001) utilizaram um procedimento semelhante ao de Paddock e colaboradores (2000), com o acrescento de uma nova variável: a autoridade da pessoa que apresentava a tarefa de imaginação. Foram assim constituídas quatro condições: tarefa de recriação imagética conduzida por um especialista (condição 1); tarefa de recriação imagética conduzida por um não especialista (condição 2); tarefa não relacionada (condição 3), e; tarefa de aprendizagem de uma lista de palavras (condição 4). Os autores verificaram novamente um efeito da inflação pela imaginação que se reflectiu numa avaliação da qualidade da memória mais elevada nos dois grupos que recriaram imageticamente os eventos comparativamente com os restantes grupos. Adicionalmente, a qualidade da recordação foi influenciada pela autoridade da pessoa que apresentou as instruções de recriação imagética, tendo esta sido superior na condição em que as mesmas foram apresentadas por um perito. Este estudo reforça assim a força da recriação imagética na alteração da experiência de recordação de eventos antes caracterizados apenas por um sentimento de familiaridade. Os dados revelaram ainda que quem dá a instrução importa, ou seja, a maior credibilidade que os participantes atribuem a quem apresenta a técnica sugestiva potencia uma maior inflação na recordação do evento.

Como já referimos, a existência de uma memória para um evento presume a existência subjacente de uma crença para a sua ocorrência, mas o inverso não é necessariamente correcto. Ou seja, o facto de termos uma forte confiança sobre a ocorrência de um evento no nosso passado não implica que tenhamos uma memória para o mesmo. A relação entre estes dois elementos, e o papel que a recriação imagética tem na mesma, foi explorada por Mazzoni e Memon num estudo apresentado em 2003. Concretamente, as autoras exploraram a influência da instrução de recriação imagética na alteração da confiança dos participantes para a ocorrência de determinados eventos no seu passado, avaliando ainda se esta alteração seria acompanhada pela

construção de falsas memórias para esses eventos. Apesar de estudos anteriores terem já demonstrado que a recriação imagética promove a criação de falsas memórias (e.g., Garry e col., 1996), a presença de outros procedimentos sugestivos não permitiu isolar os efeitos provocados por esta manipulação. Assim, no presente trabalho, a recriação imagética constituiu o único procedimento sugestivo e potencialmente influente na criação de falsas memórias. Outra crítica comumente apresentada aos estudos desta área refere-se à possibilidade dos participantes estarem a recuperar eventos verídicos e não a criarem falsas memórias. Esta possibilidade foi também controlada neste trabalho tendo sido sugerido um evento impossível de ter ocorrido na amostra estudada: “um pedaço de pele ter sido retirado do dedo mindinho por uma enfermeira”¹¹. As autoras tentaram igualmente implantar um evento relativamente frequente: “extrair um dente de leite por um dentista”. Deste modo, foi possível comparar os resultados obtidos em função do tipo de evento sugerido: evento frequente vs evento impossível. Foram ainda consideradas neste trabalho algumas medidas individuais cujos dados apresentaremos adiante.

O procedimento deste trabalho foi semelhante ao utilizado nos estudos que procuram modificar a crença para ocorrência de eventos no passado dos participantes, antes dos seis anos de idade (pré-avaliação, intervenção e pós-avaliação). Na sessão de intervenção, um grupo de participantes recebeu informação escrita sobre um dos eventos, respondeu por escrito a algumas questões sobre o mesmo (e.g., o evento frequente) e recriou imageticamente o outro (e.g., o evento impossível). No outro grupo os eventos foram alvo da manipulação oposta. A ordem de realização das tarefas foi contrabalanceada. Para além da pós-avaliação realizada uma semana depois sobre a confiança para a ocorrência dos eventos, os participantes descreveram quaisquer memórias que tivessem para os dois eventos críticos e para mais três eventos controlo. Estes relatos foram depois classificados em três categorias correspondentes a “sem memória para o evento” (classificada com zero), “afirmações curtas ou vagas sobre o evento” (classificada com 1) ou “a memória para o evento foi relatada com referência a pelo menos dois elementos” (classificada com 2).

A análise dos dados revelou um aumento significativo na crença para a ocorrência dos eventos críticos, mas apenas quando estes foram imaginados, replicando assim o efeito da inflação pela imaginação. Adicionalmente, o número de memórias relatado foi superior neste grupo de participantes (40%) comparativamente com os que não recriaram o evento (23%). As autoras verificaram ainda que o tipo de evento (frequente ou impossível) questionado não influenciou o aumento da confiança na ocorrência do evento, embora tenha influenciado o relato de memórias. Concretamente, e considerando apenas o episódio impossível, o relato de uma memória para o mesmo foi quatro vezes superior nos participantes que imaginaram o evento comparativamente com aqueles que apenas receberam informação sobre o mesmo.

¹¹ De acordo com os registos do Departamento de Saúde Infantil Comunitário da região onde o estudo foi realizado, o evento sugerido nunca ocorreu na população estudada.

Estes dados indicam assim que a imaginação pode conduzir não só a um aumento na confiança da ocorrência de um evento, mas também à elaboração de falsas memórias autobiográficas. As autoras apresentam excertos de relatos de “falsas memórias ricas” que denotam o nível de detalhe das memórias que alguns participantes desenvolveram para o evento impossível (e.g., “era uma enfermeira e o local tinha um cheiro horrível”, p. 187). De acordo com as autoras, os presentes dados não podem ser atribuídos apenas a um aumento de familiaridade dos eventos, dado que esta possibilidade foi testada pela apresentação de informação sobre o evento. Nesta última condição, não ocorreu um aumento significativo na crença dos participantes relativa à ocorrência dos eventos críticos. Assim, parecem existir processos específicos que ocorrem durante a imaginação dos eventos, o que reforça o carácter genuíno da inflação pela imaginação. A recriação imagética revelou-se uma técnica suficientemente poderosa para aumentar a confiança na ocorrência do evento imaginado e, ainda, para implantar uma falsa memória autobiográfica para o mesmo.

Nos trabalhos que acabámos de referir foram tomadas algumas precauções procedimentais para reduzir ao máximo a possibilidade do participante, ao descrever o episódio sugerido, estar efectivamente a descrever um episódio que ocorreu na sua infância e não a criar uma falsa memória para o mesmo. Algumas destas medidas foram a sugestão de eventos ocorridos numa idade muito precoce de modo que seria impossível os participantes recordarem-nos ou de eventos altamente improváveis de terem ocorrido atendendo ao contexto cultural dos participantes. Não obstante, a necessidade de garantir o máximo de controlo sobre este factor, levou alguns autores a desenvolver outros procedimentos experimentais.

Os estudos desenvolvidos por Goff e Roediger (1998) são alguns destes exemplos. Eles procuraram testar o fenómeno da inflação pela imaginação para acontecimentos reais e imaginados com total controlo das suas ocorrências. Foi realizada a avaliação da confiança sobre a ocorrência destes eventos (imaginados e realizados) e ainda explorado o papel da repetição da imaginação no aumento da confiança para a ocorrência dos eventos. Existe, no entanto, uma grande diferença em relação aos estudos que apresentamos anteriormente: nestes casos, procurava-se influenciar a confiança que os participantes tinham para eventos ocorridos nas suas infâncias, enquanto no presente estudo, o mesmo foi tentado para eventos recentes.

Goff e Roediger (1998) desenvolveram então um paradigma laboratorial que comporta a realização de três sessões. No primeiro momento, a sessão de codificação, as acções são alvo de três tarefas distintas – a sua realização, a sua imaginação ou a audição de afirmações sobre as mesmas. No segundo momento, a sessão de imaginação que geralmente ocorre 24 horas após a anterior, os participantes imaginam as acções críticas zero, uma, três ou cinco vezes. Finalmente, na sessão de teste, ocorrida duas semanas depois da sessão 1, os participantes reconhecem quais as acções que foram apresentadas na sessão 1 identificando se a acção foi realizada, imaginada ou se apenas ouviram uma afirmação sobre a mesma. Este constitui assim um teste de monitorização da fonte de informação. Os participantes avaliam ainda a confiança de cada

resposta. Exemplos das acções críticas são “partir um palito” e “pisar os olhos três vezes”. Para assegurar que os eventos eram de facto imaginados, foi solicitado aos participantes que avaliassem a vivacidade dessa imaginação.

A realização das tarefas proporcionou mais reconhecimentos correctos comparativamente com as condições em que os participantes apenas ouviram as acções ou as imaginaram. Os dados revelaram ainda que, quando os participantes se imaginaram a realizar as acções por cinco vezes na segunda sessão, 13% dos mesmos afirmaram ter realizado as respectivas acções na primeira sessão quando de facto apenas os imaginaram. A percentagem destes falsos reconhecimentos aumentou claramente com o número de vezes que os participantes imaginaram a realização da acção (e.g., quando os eventos foram imaginados apenas uma vez a percentagem de falsos reconhecimentos foi de 4% tendo aumentado para 7% quando a imaginação foi repetida três vezes). Estes dados demonstram assim uma inflação pela imaginação notória: na tarefa de reconhecimento, os participantes identificaram como tendo sido realizadas na sessão 1 acções que não foram sequer apresentadas, mas que apenas foram imaginadas na segunda sessão. Por outro lado, este efeito tornou-se mais robusto com o aumento da frequência da recriação imagética das acções com que se relacionou igualmente uma maior confiança na resposta dada.

Os mesmos autores (Goff & Roediger, 1998) levaram a cabo um segundo estudo em que averiguaram se o momento em que a imaginação das acções foi realizada, relativamente ao momento da codificação, influenciaria o efeito da inflação pela imaginação. Assim, o procedimento utilizado anteriormente foi replicado tendo sido manipulando o intervalo decorrido entre a codificação e a imaginação das acções originando as seguintes condições: imaginação realizada imediatamente a seguir à codificação (condição 1), sete dias depois da codificação original (condição 2) ou imediatamente antes do teste de memória (condição 3). O momento de realização do teste de reconhecimento foi fixo em relação ao momento de codificação (duas semanas após a sessão de codificação).

O efeito da inflação pela imaginação foi obtido apenas nas condições 1 e 2, com uma percentagem de falsos reconhecimentos de 11% e 9%, respectivamente (para uma repetição de cinco vezes da imaginação das acções). Ainda para estas duas condições, foi replicado o efeito observado no estudo anterior relativo à repetição da imaginação das acções. Já na condição em que a imaginação ocorreu imediatamente antes do teste, não foi observado nem o efeito da inflação pela imaginação nem o efeito decorrente da repetição da imaginação das acções. Esta foi ainda a condição em que o reconhecimento foi mais correcto.

Destes dois estudos realizados por Goff e Roediger (1998) podemos então retirar algumas conclusões, a saber: (1) o efeito da inflação pela imaginação foi replicado com total controlo dos eventos apresentados; (2) o número de vezes que os participantes imaginaram as acções aumentou o efeito da inflação pela imaginação assim como a confiança que os participantes depositaram nas suas respostas; (3) o momento em que a imaginação é realizada, relativamente à codificação da informação é importante, manifestando-se o efeito de inflação da imaginação

apenas quando as acções foram imaginadas imediatamente após a codificação ou sete dias depois, e; (4) o reconhecimento geral foi melhor quando a sessão de imaginação foi realizada antes da prova de memória sugerindo uma menor interferência em relação à codificação inicial.

No entanto, estas conclusões não acalmaram o debate existente sobre a possibilidade de implantar falsas memórias para eventos pouco usuais. Duas previsões ocorrem habitualmente em relação a este elemento. Atendendo ao argumento que relaciona a plausibilidade dos eventos e a existência prévia de conhecimento sobre os mesmos, será de esperar uma maior dificuldade de implantação de falsas memórias para eventos bizarros e/ou inusuais (Pezdek e col., 1997). Por outro lado, a literatura também refere que, tendencialmente, as pessoas têm uma melhor recordação de eventos inusuais ou bizarros, donde seria de esperar que a implantação de falsas memórias para este tipo de eventos fosse mais difícil que para eventos mais comuns (e.g., McDaniel, Einstein, DeLosh, May, & Brady, 1995). Adicionalmente, os itens bizarros parecem requerer mais atenção para serem processados, recebendo assim uma codificação diferenciada de itens mais comuns. Este é um elemento que pode igualmente influenciar a possibilidade de implantar falsas memórias para eventos menos comuns.

Thomas e Loftus (2002) tentaram esclarecer esta questão replicando o procedimento do primeiro estudo de Goff e Roediger (1998), mas utilizando eventos bizarros. Assim, as autoras exploraram o efeito que a imaginação de acções não usuais ou bizarras teria no aumento da confiança para a ocorrência dos mesmos no passado. Adicionalmente, a qualidade das respostas foi avaliada através do julgamento *lembro / sei*, reflectindo, respectivamente, uma recordação específica da realização da acção ou apenas um sentimento de familiaridade associado à mesma. Exemplos das acções bizarras usadas são: “beijar a lupa”, “entrar para dentro de um saco de plástico”. Numa sessão prévia foi determinado o grau de familiaridade de um conjunto de acções de modo a identificar acções consideradas pouco usuais ou pouco familiares.

As autoras replicaram os dados obtidos anteriormente por Goff e Roediger (1998) quanto à ocorrência da inflação pela imaginação e ao efeito da repetição da imaginação. Curiosamente, estes efeitos ocorreram independentemente do tipo de acções em avaliação (bizarras ou familiares), embora tenham sido superiores para as acções consideradas mais familiares. Assim, a proporção de falsos reconhecimentos para acções familiares foi de 4% quando as acções não foram imaginadas e de 24% quando a imaginação foi realizada cinco vezes. Relativamente às acções bizarras, este aumento foi igualmente de 4% quando não ocorreu imaginação e de 14% quando as acções foram imaginadas cinco vezes. Ou seja, mesmo para as acções não usuais ou bizarras, a simples imaginação das mesmas levou os participantes a reconhecer erradamente que as mesmas tinham sido realizadas na primeira sessão quando elas não foram sequer apresentadas. Quanto aos reconhecimentos correctos, estes foram superiores para as acções bizarras que para as familiares quando os eventos foram imaginados zero vezes. No entanto, esta vantagem desapareceu quando as acções foram imaginadas cinco vezes. As autoras sugerem que talvez a distinctividade inicialmente associada às acções bizarras tenha sido atenuada devido

à imaginação das mesmas. Assim, o facto das acções serem bizarras não lhes conferiu imunidade à criação de falsas memórias, particularmente quando estas foram imaginadas repetidamente.

A proporção de respostas a que foi associada a recordação efectiva do episódio (avaliação *lembro*) também aumentou com o número de vezes que as acções foram imaginadas na sessão 2. Por outro lado, a proporção de respostas a que foi conferido o sentimento de familiaridade (avaliação *sei*) não foi afectada pela quantidade de vezes que as acções foram imaginadas. Também o tipo de acção avaliada não influenciou a quantidade de respostas *sei* e *lembro*. Estes dados revelam assim que a inflação pela imaginação pode ocorrer mesmo para eventos considerados pouco usuais ou bizarros e que o reconhecimento destes falsos eventos é acompanhado por uma experiência de recordação efectiva das acções que nunca ocorreram. De notar, contudo, que este efeito foi notório apenas depois de imaginações repetidas das acções bizarras.

Numa tarefa de natureza distinta, já apresentada no âmbito do paradigma da informação enganosa, a realização de uma tarefa potencialmente relacionada com a recriação imagética de eventos, promoveu igualmente um aumento na frequência dos erros de memória. Neste trabalho de Drivdahl e Zaragoza (2001), os participantes foram expostos a informação enganosa através da apresentação de uma narrativa sobre um evento anteriormente visionado. Foi ainda pedido aos participantes que respondessem a um conjunto de questões sobre o evento anteriormente visionado sendo que, para o fazer, os participantes tiveram que elaborar perceptivamente sobre o evento, fornecendo informação por eles próprios criada. Os dados revelaram uma inflação dos erros de memória, assim como da confiança atribuída às respostas, na condição em que os participantes elaboraram perceptivamente sobre o evento. De notar que esta inflação ocorreu quando os participantes foram explicitamente avisados que informação não presente no vídeo original seria apresentada na tarefa de reconhecimento. Também neste caso, o aumento das distorções de memória pode ser atribuído a uma tarefa que pode de algum modo ter suscitado a recriação imagética da informação falsa posteriormente aceite pelos participantes.

O conjunto de trabalhos que acabámos de apresentar revela que a imaginação de eventos aumenta a probabilidade dos participantes criarem falsas memórias para os mesmos. Esta conclusão aplica-se à criação de falsas memórias para eventos remotos (i.e., da infância dos participantes), assim como para eventos ocorridos recentemente (e.g., duas semanas antes). Adicionalmente, estas falsas memórias parecem ser acompanhadas de uma experiência de recordação genuína e de níveis de confiança semelhantes aos conferidos às memórias correctas. A imaginação de eventos manifestou-se ainda como promotora da criação de falsas memórias não só para acções comuns como também para acções familiares. A criação de falsas memórias para acções ocorridas mais recentemente parece ainda ser influenciada de um modo determinante pela repetição da recriação imagética das acções.

3.2. Efeito da revelação

O efeito da revelação refere-se ao aumento da probabilidade na identificação de um item como tendo ocorrido previamente por esse mesmo item ter sido anteriormente apresentado de um modo disfarçado, pouco claro ou confuso seguido da revelação do mesmo (e.g., a apresentação da “palavra” *anjlae* cuja solução em termos de resolução do anagrama será *janela*, segundo a regra de alteração da ordem das letras 231564). Este fenómeno parece igualmente ocorrer se a palavra alvo foi precedida por uma palavra com as características anteriormente apresentadas (e.g., apresentação da “palavra” *anjlae* [janela] a que se segue a palavra *cadeira*; neste caso o efeito seria observado num aumento da probabilidade de reconhecimento da palavra *cadeira*).

Este efeito tem sido explorado em vários paradigmas de que é exemplo o paradigma DRM (e.g., Hicks & Marsh, 1998) e outros que utilizam listas ou pares de palavras (Cameron & Hockley, 2000; Hockley & Niewiadomski, 2001; Verde & Rotello, 2003, 2004; Westerman, 2000; Westerman & Greene, 1998). Mais recentemente, este efeito tem sido testado na memória autobiográfica (Bernstein, Godfrey, Davison, & Loftus, 2004; Bernstein e col., 2002). Nos dois primeiros conjuntos de estudos, procura-se explorar o funcionamento da memória episódica, enquanto no último caso o foco de estudo é a memória autobiográfica. Em termos de procedimento, a principal diferença entre estes dois tipos de estudos reside na tarefa de memória que os participantes efectuam. Nos primeiros estudos é comparado o sucesso no reconhecimento normal de palavras com o obtido em relação a palavras para as quais participantes resolveram anagramas anteriormente. No caso dos últimos estudos, este efeito é avaliado na estimativa da probabilidade de ocorrência de determinados eventos na infância dos participantes. Na exposição sobre este fenómeno, referimo-nos essencialmente a estes últimos trabalhos.

O trabalho realizado por Bernstein e colaboradores (Bernstein e col., 2004; Bernstein e col., 2002) procurou assim explorar o efeito da revelação em relação à plausibilidade que os participantes conferem aos episódios e ao desenvolvimento da crença sobre a ocorrência dos mesmos nos seus passados. Estes dois elementos, como desenvolveremos mais adiante, referem-se às duas primeiras fases da criação de falsas memórias apresentadas no modelo proposto por Mazzoni e colaboradores (2001). De acordo com este modelo, a pessoa tem que começar por acreditar que o evento é plausível, depois que o acontecimento ocorreu nas suas vidas e, finalmente, tem que vivenciar o evento como se fosse uma memória real. Assim, neste estudo, os autores pretenderam averiguar se o efeito da revelação proporcionaria um aumento na confiança dos participantes em como determinados eventos ocorreram nas suas infâncias. A verificação desta possibilidade pode dar-nos informações sobre o modo como a informação que é processada no momento presente influencia a avaliação que as pessoas fazem relativamente a eventos passados.

Na primeira experiência realizada por Bernstein e colaboradores (2002), os participantes começaram por receber treino na resolução de anagramas utilizando um conjunto de regras explicitamente apresentadas pelos investigadores. Neste treino, foram incluídas algumas das

palavras críticas consideradas na tarefa seguinte. Depois, foi solicitado aos participantes que avaliassem a probabilidade de ocorrência de um conjunto de eventos nas suas infâncias, antes dos 10 anos de idade. Em metade das 52 frases que compunham esta lista de eventos era apresentada uma palavra crítica com a ordem das letras trocada (anagrama) a outra metade era apresentada normalmente. No caso das frases que apresentavam um anagrama os participantes tinham de resolver, registar por escrito a solução e avaliar normalmente a probabilidade de ocorrência nas suas infâncias do evento descrito na frase. Um exemplo deste tipo de frase seria: “partir a *anjlae* quando jogava à bola”, sendo a solução do anagrama a palavra “janela”.

A confiança que os participantes depositaram na ocorrência dos eventos para os quais resolveram os anagramas foi depois comparada com a mesma avaliação relativamente aos eventos apresentados normalmente. Os dados revelaram que esta avaliação foi distinta, tendo a resolução dos anagramas potenciado a confiança conferida à ocorrência dos respectivos eventos.

Num experiência posterior (Bernstein e col., 2004), os autores reproduziram de um modo global o procedimento anterior: exposição prévia às palavras críticas incluídas no treino de resolução dos anagramas seguida da tarefa de avaliação da probabilidade de ocorrência de um conjunto de eventos na infância dos participantes (neste caso antes dos seis anos), sendo algumas palavras-chave apresentadas como anagramas nesta lista de eventos. Num primeiro estudo, os autores compararam o efeito da exposição prévia a palavras críticas (introduzindo uma tarefa de contagem de vogais) com o da resolução de anagramas na avaliação da confiança para a vivência passada dos eventos em que estas palavras foram incluídas. Os autores verificaram que a simples exposição às palavras críticas não influenciou a avaliação realizada pelos participantes.

Num segundo estudo, os autores introduziram uma outra tarefa que proporcionaria um processamento da informação mais elaborado que a simples contagem de vogais: a visualização das palavras. Os resultados demonstraram o efeito da revelação, mas apenas quando as palavras críticas tinham sido processadas na tarefa prévia. Ou seja, quando as palavras críticas foram sujeitas à realização do anagrama apenas durante a tarefa de avaliação da probabilidade de ocorrência dos eventos (sem a sua apresentação na tarefa prévia), não ocorreu qualquer aumento significativo na confiança que os participantes atribuíram à ocorrência dos episódios.

No terceiro estudo, os autores procuraram introduzir uma tarefa que exigisse um processamento ainda mais profundo das palavras. Neste caso, solicitaram aos participantes que elaborassem uma frase à sua escolha em que cada palavra crítica fosse incluída. Novamente, o efeito da revelação apenas foi observado para os eventos que continham as palavras que tinham sido processadas na tarefa prévia.

Finalmente, os autores introduziram uma última forma de tarefa prévia. Tal como no estudo anterior os autores pediram aos participantes que elaborassem uma frase que integrasse cada uma das palavras críticas, mas desta vez a frase deveria referir-se a uma criança com idade

inferior aos 10 anos. A interacção observada nos estudos 2 e 3 entre a exposição prévia e a manifestação do efeito da revelação não foi observada neste estudo. Ao tornar a exposição às palavras saliente e relevante para a tarefa de julgamento sobre acontecimentos de vida, foi eliminado o efeito principal obtido no primeiro estudo decorrente da resolução dos anagramas, assim como o efeito de interacção entre a exposição prévia e a resolução dos anagramas observado nos estudos 2 e 3. Estes resultados demonstram que podemos manipular o efeito da revelação pela alteração do tipo de processamento que os participantes efectuem das palavras antes de resolverem os anagramas.

Inerente à observação deste efeito pode estar um maior sentimento de familiaridade experimentado em relação aos itens críticos quando estes são apresentados na tarefa de avaliação da probabilidade de ocorrência dos eventos. Esta maior familiaridade pode decorrer da realização prévia de uma tarefa sobre os mesmos. De acordo com estes e outros autores (e.g., Whittlesea & Williams, 2000, 2001a, 2001b), esta ilusão de familiaridade pode decorrer da surpresa que o participante experimenta ao resolver com maior facilidade que o esperado o anagrama quando este lhe é apresentado na tarefa de avaliação dos eventos de vida. Quando o participante se defronta com um anagrama tem a expectativa que o mesmo será difícil de resolver. No entanto, ele é resolvido com mais facilidade que o esperado (devido à exposição anterior ao mesmo), suscitando uma sensação semelhante a uma experiência “aha!” (Bernstein e col., 2004). Esta fluência inesperada da resolução do anagrama cria no participante uma sensação de familiaridade que não é atribuída à experiência prévia, mas sim à maior probabilidade de ocorrência do evento correspondente na sua infância. Parece assim ocorrer um erro de atribuição da sensação de familiaridade experimentada face à apresentação da palavra crítica na tarefa de avaliação da probabilidade de ocorrência dos eventos na infância. De acordo com esta noção, uma maior saliência sobre a fonte desta familiaridade deveria eliminar o efeito da revelação, o que foi confirmado no quarto estudo realizado pelos autores. Esta facilidade de processamento das palavras foi designada por Loftus e Bernstein (2005) de *fluência surpreendente*. A fluência surpreendente é definida por estes autores como uma afluência inesperada de significado ou sensação de familiaridade que acompanha a experiência posterior de processamento de informação¹².

¹² De referir que existem outras abordagens teóricas que procuram explicar o efeito da revelação centrando-se no critério de exigência que os participantes utilizam na resolução da tarefa de reconhecimento (as abordagens da mudança de critério) e na noção de activação automática das palavras (Hicks & Marsh, 1998; Hockley & Niewiadomski, 2001; Verde & Rotello, 2003, 2004; Westerman & Greene, 1998). Não apresentamos estas abordagens detalhadamente por não serem relevantes para o presente trabalho e por falharem na explicação de vários aspectos dos dados aqui apresentados.

3.3. Efeito da associação

Como já foi apresentado, vários dos paradigmas de investigação que exploram as distorções de memória baseiam-se no efeito da associação. Este efeito refere-se ao conjunto de fenómenos em que se observa a mesma regra geral: a experiência de um conjunto de elementos relacionados promove a recordação de outros itens relacionados (ainda que estes não tenham sido apresentados) desde que exista uma forte relação entre este e os que foram efectivamente apresentados (Roediger & McDermott, 2000). A noção de interacção entre a memória episódica e a memória semântica apresentada por Tulving (1972; cit. em Roediger & McDermott, 2000) está subjacente a este efeito. Esta interacção é visível quando uma pessoa procura recordar um evento que ocorreu no seu passado (memória episódica) e o conhecimento geral que a pessoa detém (memória semântica) influencia a recordação do primeiro. Por exemplo, se a pessoa apenas se recorda de um conjunto de detalhes do evento que pretende recuperar, os elementos que lhe permitirão elaborar uma narrativa coerente e rica sobre o mesmo provêm do seu conhecimento mais global sobre si próprio e sobre o mundo.

Como referem Roediger e McDermott (2000), a maior parte dos efeitos de relação existentes na literatura baseiam-se na relação ao nível do significado (e.g., Roediger & Gallo, 2004; Roediger & McDermott, 1995). No entanto, outros tipos de relação envolvendo várias formas de material têm sido explorados ao longo da história do estudo das distorções de memória. Estes estudos revelam que a existência de associações semânticas entre os itens em estudo não é obrigatória para que o efeito da relação seja observado. Assim, têm sido estudadas distorções de memória referentes a relações entre imagens (e.g., Franks & Bransford, 1971; cit. em Roediger & McDermott, 2000), relações de natureza categorial (e.g., Holmes, Waters, & Rajaram, 1998; Smith e col., 2000), relações fonéticas entre os itens apresentados na lista, quer estes consistam em palavras (e.g., Schacter e col., 1997b; Sommers & Lewis, 1999) ou não-palavras¹³ (Zeelenberg e col., 2005), ou mesmo relações ao nível das características perceptivas da apresentação dos estímulos (Diana, Peterson, & Reder, 2004). Os processos subjacentes à ocorrência do efeito da relação em cada um destes casos são igualmente distintos. O efeito pode decorrer da existência de esquemas de conhecimento, da realização de inferências, de relações semânticas, de relações fonológicas ou mesmo de relações entre imagens mais abstractas ou figurativas.

3.4. Outras tarefas

Outras tarefas foram recentemente exploradas quanto à possibilidade de aumentarem a ocorrência das distorções de memória. Nos dois trabalhos que passamos a apresentar, foi testado o poder da tarefa de parafraseamento e da elaboração de possibilidades ou explicações sobre a

¹³ Não-palavras são compostos de vogais e consoantes, geralmente de duas sílabas, que não têm significado.

ocorrência de determinados eventos na infância dos participantes. No entanto, como veremos, em ambos os casos pode-se supor a existência de recriação imagética dos eventos críticos o que poderá por si só explicar a inflação dos erros de memória. Em ambos os estudos, o procedimento experimental utilizado foi semelhante ao implementado no estudo que originalmente demonstrou a inflação pela imaginação (Garry e col., 1996).

No estudo realizado por Sharman, Garry e Beuke (2004), foi explorado o efeito da tarefa de parafraseamento na alteração da confiança sobre a ocorrência de determinados eventos na infância dos participantes. A tarefa de parafraseamento consistia na descrição de variadas formas (tantas quantas as possíveis) do evento apresentado por parte do participante. Os autores compararam ainda os efeitos das tarefas de parafraseamento e de recriação imagética nas alterações desta confiança. Cada evento crítico foi imaginado ou parafraseado zero, uma, duas ou cinco vezes. As instruções das duas tarefas foram apresentadas por escrito num bloco onde os participantes deveriam igualmente registar as suas respostas sobre as mesmas.

Os dados revelaram que a realização de uma tarefa sobre os itens (parafraseamento ou recriação imagética) produziu mais alterações na confiança que os participantes atribuíram à ocorrência dos eventos críticos entre os dois momentos de avaliação que a ausência de tarefa intermédia. A inflação provocada pela tarefa de parafraseamento não se diferenciou da decorrente da recriação imagética dos eventos. Para além disso, exceptuando a diferença significativa entre as condições zero e uma vez para a frequência da realização das tarefas, a repetição das mesmas não influenciou o efeito da inflação. Ou seja, após a primeira realização da tarefa (parafraseamento ou recriação imagética), os níveis de confiança para a ocorrência dos eventos não aumentaram de forma significativa com a repetição das tarefas. A tarefa de parafraseamento foi assim tão eficaz como a tarefa de recriação imagética na inflação da confiança sobre a vivência de eventos passados.

Os autores sugerem que este aumento na frequência das distorções de memória decorre do incremento da familiaridade associada aos itens críticos. Por sua vez, a responsabilidade deste aumento da familiaridade pode ser atribuída a uma maior fluência do processamento que é experimentada pelo participante quando o item é novamente encontrado na tarefa de pós-avaliação e que advém do facto de, anteriormente, o participante ter realizado uma tarefa sobre o mesmo. Os presentes autores (Sharman e col., 2004) sugerem mesmo que o termo “inflação pela imaginação” (*imagination inflation*) deveria ser substituído pelo termo “inflação pela fluência” (*fluency inflation*). Esta designação seria então aplicável a qualquer tarefa que aumentasse a fluência do evento (ou a facilidade de processamento do mesmo) o que conduz a um aumento na confiança dos participantes para a ocorrência de eventos passados.

Sharman, Manning e Garry (2005) testaram mais recentemente esta noção da inflação pela fluência, tentando aumentar a familiaridade dos eventos pela produção de uma explicação para a sua ocorrência. O procedimento do trabalho anterior foi replicado com alteração da tarefa efectuada na sessão de intervenção. Assim, foi solicitado aos participantes que desenvolvessem

uma explicação para um possível evento da infância, ocorrido antes dos 10 anos de idade. Novamente, as instruções da tarefa e a informação sobre cada evento foram apresentadas por escrito. Os autores sugerem que esta elaboração de possibilidades sobre o evento terá por base o próprio quadro de referência ou conhecimento prévio que o participante possui. Deste modo, a história criada será também uma história plausível para o participante, o que a tornará ainda mais disponível. Os resultados confirmaram a hipótese avançada pelos autores. Assim, na condição em que foi solicitado aos participantes que explicassem os eventos, ocorreu um aumento significativo na confiança conferida à ocorrência dos mesmos na infância dos participantes comparativamente com a situação em que os participantes não realizaram qualquer tarefa.

Apesar das instruções e tarefas inerentes a estes dois procedimentos serem aparentemente distintas, pode ser argumentado que em ambos os casos pode estar subjacente a actividade de recriação imagética dos eventos. Por exemplo, o participante pode produzir imagens mentais quando realiza um parafraseamento ou quando cria explicações para os eventos sugeridos. Ainda assim, a recriação imagética pode ser distinta nestas tarefas: uma imaginação decorrente da instrução explícita para recriar imageticamente um episódio poderá incluir mais detalhes perceptivos que a decorrente da tarefa de parafraseamento ou de explicação. Contudo, mesmo que a recriação imagética constitua a principal causa dos dados obtidos, é importante perceber quais os mecanismos que conduzem à actividade de recriação imagética que, por sua vez, conduzem a esta inflação.

3.5. A repetição

Uma das formas de repetição que aumenta a probabilidade da ocorrência de falsas memórias é a repetição das tarefas mnésicas. McDermott e Roediger (1998) utilizaram a tarefa DRM e obtiveram uma inflação nas identificações correctas dos itens das listas, assim como das falsas memórias para os itens críticos, com a realização repetida das tarefas mnésicas em relação aos mesmos itens. Concretamente, a probabilidade de ocorrência de falsas memórias foi de 0,12 na primeira vez que os participantes realizaram o teste de memória e de 0,24 depois deste ter sido repetido. Do mesmo modo, outras experiências têm revelado que a realização de tarefas mnésicas prévias aumenta a probabilidade dos participantes avaliarem esta recordação como correspondendo a uma recordação efectiva do item (avaliação *lembro*) mesmo quando estes não ocorreram (Roediger, Jacoby, & McDermott, 1996; Roediger & McDermott, 1995), o que sugere um reforço do traço mnésico associado aos itens falsos. Mesmo quando a repetição das tarefas mnésicas é combinada com avisos explícitos para evitar evocar itens que não tinham sido

previamente apresentados, ocorre igualmente um aumento da quantidade de itens críticos erradamente reconhecidos¹⁴ (Payne e col., 1996).

A influência da repetição da sugestão ou da tarefa que promove a inflação dos erros de memória foi já referida em vários dos trabalhos apresentados. De um modo global, a repetição conduz a um aumento na produção de falsas memórias (e.g., Goff & Roediger, 1998; Thomas & Loftus, 2002) embora nem todos os estudos o confirmem (e.g., Sharman e col., 2004). Considerando a tarefa de recriação imagética, podemos supor que a imaginação repetida de um evento ou informação pode aumentar a quantidade de detalhes perceptivos para o mesmo. Deste modo, o evento imaginado torna-se cada vez mais parecido com a experiência genuína o que pode aumentar a probabilidade de confusão do que é imaginado com a realidade. Também noutros paradigmas, a repetição da sugestão da informação parece provocar um aumento dos erros de memória para a informação sugerida, como no caso do paradigma da informação enganosa (e.g., Zaragoza & Mitchell, 1996).

Não obstante, não podemos generalizar de forma directa os dados obtidos com acções simples para eventos mais complexos como os que ocorrem no quotidiano das pessoas dado que o processo de recriação imagética de eventos simples deverá ser distinto da recriação de eventos mais complexos. Contrariamente aos primeiros, a recriação dos últimos envolve a construção de um contexto, de acções mais complexas e de interacções entre vários elementos desse mesmo evento (como no caso da experiência de Sharman e col., 2005). Assim, nestes casos, o esforço cognitivo é maior e, provavelmente, a informação sobre as operações cognitivas envolvidas é mais notória que no caso da imaginação de acções simples. Em consequência, o sentimento de familiaridade que o participante possa experimentar quando mais tarde tem de reconhecer ou recordar um evento pode ser mais facilmente atribuído à actividade imagética quando se trata de acções complexas comparativamente com acções simples. Mais adiante veremos como a repetição da sugestão tem influenciado a ocorrência de erros de memória noutros paradigmas experimentais.

Neste tópico apresentámos alguns factores que inflacionam a ocorrência de distorções de memória. Começamos por referir o efeito provocado pela recriação imagética dos eventos. Esta tarefa demonstrou potencial para aumentar a confiança na ocorrência passada de eventos na vida das pessoas, inclusive para eventos impossíveis de terem ocorrido. A utilização desta técnica tem demonstrado ainda ser promotora da criação de falsas memórias ricas para eventos complexos, quer sejam usuais, impossíveis ou bizarros. Na criação de falsas memórias para eventos recentes, a repetição da imaginação parece ser crucial, não sendo esta condição necessária para que ocorra a criação de um número considerável de falsas memórias relativas à infância dos participantes.

¹⁴ Nesta experiência, o aviso foi apresentado aos participantes depois de eles terem realizado uma primeira tarefa de evocação dos itens apresentados nas listas de palavras.

No entanto, a imaginação não é um requisito indispensável para suscitar um aumento na confiança da ocorrência dos eventos no passado ou mesmo o desenvolvimento de memórias para eventos nunca ocorridos. A repetição da sugestão ou da tarefa que aumenta a probabilidade da memória ser distorcida é um factor que provoca igualmente este efeito. Adicionalmente, outras tarefas como o parafrasear eventos, elaborar explicações para a sua ocorrência ou a realização de tarefas que suscitem uma surpresa pela facilidade de resolução de anagramas associados ao evento crítico têm igualmente este potencial. Algumas destas tarefas (e.g., parafraseamento ou desenvolvimento de explicações sobre eventos) podem, contudo, ter subjacentes alguns processos relacionados com a recriação imagética da informação em causa, como já foi referido. Nestes casos, a inflação dos erros de memória poderia ser, pelo menos em parte, atribuída a um fenómeno de inflação pela imaginação, ainda que a natureza dos mesmos possa ser distinta. Por exemplo, quando se pede ao participante que recrie um evento completo, ele terá de construir uma realidade alternativa o que provavelmente não ocorrerá quando apenas tem de parafrasear um texto. Se este for o caso, importa ainda perceber que tipo de tarefas poderá, mesmo que indirectamente, envolver actividade de recriação imagética dos eventos.

Um elemento que parece ser comum a todos estes factores é o aumento da familiaridade que cada um deles provoca em relação à informação enganosa ou ao evento que é sugerido. O erro na atribuição deste sentimento de familiaridade estará, segundo vários autores, na origem das distorções de memória. Quanto maior for este sentimento de familiaridade maior será a probabilidade dos participantes o atribuírem a experiências reais quando de facto estas não ocorreram. Deste modo, a utilização destas técnicas proporcionarão uma inflação na ocorrência de erros de memória. Como Sharman e colaboradores (2004) referem, a designação de *inflação pela imaginação*, inicialmente atribuída ao aumento de falsas memórias decorrente da recriação imagética dos eventos, poderá ser substituída pela de *inflação pela fluência*. Esta última denominação poderia ser aplicada a todos os factores referidos e que parecem ter subjacente um factor comum - o aumento da facilidade de processamento da informação que pode decorrer do aumento da sua familiaridade. A abordagem da monitorização da fonte de informação que foca alguns dos aspectos aqui referidos será apresentada mais adiante nesta revisão da literatura de um modo detalhado.

4. A influência social

As questões relativas à influência social ou às exigências presentes na situação experimental tem recebido pouca atenção por parte dos investigadores quanto ao seu efeito na ocorrência de distorções de memória. Nas situações naturais de testemunho ocular as pessoas

envolvem-se em situações de interação social e partilham informação sobre o evento testemunhado. A influência que a informação transmitida por outras pessoas pode ter na memória que o participante forma ou reconstrói relativamente aos eventos originais, e quais os factores envolvidos nesta influência, é uma questão importante como já referimos. Importa ainda identificar o peso que outros factores como a credibilidade da proveniência da sugestão têm na aceitação da mesma pelos participantes. Passamos a referir alguns trabalhos realizados sobre este tema.

No paradigma típico da informação enganosa não existe uma pressão social directa. A informação enganosa é geralmente apresentada de um modo impessoal (e.g., escrito) e integrada em questões que os participantes assumem ter origem no investigador ou noutra possível observador do evento. À partida os participantes não têm razões para duvidar da veracidade da informação que lhes está a ser apresentada até porque, quer o experimentador quer o outro observador que poderá ter criado a informação, parecem recordar detalhes específicos da situação em causa. Nestas experiências não existe assim uma presença real de outra pessoa que está a recordar um determinado episódio ou informação. Esta ideia tem suscitado o desenvolvimento de estudos que procuram aproximar a situação experimental das situações mais naturais em que pode ocorrer influência social. Assim, alguns estudos procuraram reproduzir no contexto de laboratório situações de interação directa entre pessoas que prestam um testemunho sobre uma situação sendo avaliada a influência que esta interação tem na informação relatada.

Wright, Self e Justice (2000) testaram a influência que a informação enganosa apresentada por outra pessoa teria nas respostas dadas pelos participantes. No primeiro estudo os participantes viram conjuntos de fotografias de carros. Depois, em pares compostos pelo participante e por um comparsa, foi realizada uma tarefa de reconhecimento sobre os carros anteriormente visionados. Algumas das respostas dadas pelos participantes conformaram-se às respostas erradas apresentadas anteriormente pelo comparsa. Ocorreu assim um pequeno, mas fiável, efeito de conformidade de memória.

No segundo estudo os mesmos autores, (Wright e col., 2000) utilizaram um estímulo mais complexo. Neste procedimento não houve o recurso a um comparsa, tendo a tarefa de memória realizada por pares de participantes. Neste estudo, ambos os participantes visionaram uma situação de crime tendo sido dada a indicação que estariam a observar exactamente a mesma situação. No entanto, as situações visionadas pelos participantes diferenciavam-se em alguns detalhes da situação. Os participantes realizaram depois um primeiro teste de memória individual que revelou uma boa memória para o evento. A alguns participantes foi depois dada a possibilidade de interagir com outro participante e discutir o evento observado com ele. Posteriormente, foi realizada uma nova tarefa de memória com a instrução de que deveriam recordar apenas informação visionada na situação original. Os autores verificaram que cada elemento de cada par de participantes que tinham discutido o evento adoptou informação introduzida pelo outro participante. Deste modo, ocorreu conformidade à informação apresentada por outra pessoa e inclusão da mesma na memória sobre o evento original. Adicionalmente, os

autores constataram que a confiança que os participantes depositaram nas suas respostas permitia prever com alguma certeza qual a pessoa do par que tinha sido persuadida.

Gabbert, Memon e Allan (2003) implementaram um procedimento semelhante ao do segundo estudo de Wright e colaboradores (2000) em que foi promovida a interacção entre pares de pessoas. Cada elemento deste par tinha observado previamente eventos que apenas se diferenciavam em pequenos aspectos. Também neste trabalho, os dados revelaram que os participantes que tinham partilhado e discutido o evento com outro elemento incorporaram nos seus relatos informações que tinham sido observadas apenas pelo outro participante. Em conjunto, estes dados revelam que pode ocorrer conformidade à informação enganosa apresentada na situação de interacção pessoal. Esta informação parece ainda ser incorporada na memória que os participantes constroem para o evento original.

Uma das questões que se coloca a estes tipos de estudos refere-se ao tipo de efeito que a informação enganosa apresentada por outra pessoa tem. Ou seja, será que o participante apenas se conforma publicamente à informação enganosa que lhe foi apresentada ou será que esta altera efectivamente a memória que o participante tem para o episódio? Foi no sentido de esclarecer esta dúvida que, em 2001, Roediger, Meade e Bergman desenvolveram o paradigma do contágio social. Este procedimento pretende assim averiguar se a influência social alterou efectivamente a memória que o participante tinha para o evento original ou se este apenas se conformou publicamente com a informação enganosa que foi apresentada. Neste procedimento a tarefa é realizada por pares de pessoas sendo uma delas o participante e a outra um comparsa. No estudo destes autores os participantes começaram por visionar um conjunto de cenários que apresentavam divisões de uma casa (e.g., a sala) com a instrução de que mais tarde teriam de realizar um teste de memória relativamente a essa informação. Após esta observação, cada participante realizou um tarefa de recordação juntamente com um comparsa, ocorrendo a apresentação das respostas de cada um em voz alta e de forma alternada. O comparsa apresentou informação enganosa congruente (e.g., uma torradeira na cozinha) ou incongruente (e.g., um prato no quarto) com a cena em descrição referindo-se a elementos que efectivamente não foram apresentados nos cenários. Para a maior parte dos itens a informação recordada pelo comparsa foi correcta. Posteriormente, foi solicitado ao participante que recordasse todos os elementos sobre os cenários tendo a certeza que os mesmos tinham sido apresentados nas cenas originais. Esta tarefa de memória foi realizada individualmente e em privado.

Os resultados mostraram que os participantes recordaram os itens erradamente apresentados pelo comparsa mais frequentemente que elementos que não foram por ele referidos. O tipo de informação apresentado pelo comparsa (congruente ou incongruente com o cenário) teve um efeito diferencial na aceitação da mesma pelos participantes: a interferência foi maior quando a informação sugerida era congruente com o cenário. No entanto, a influência da informação enganosa ocorreu para ambos os tipos de informação. Estes dados sugerem que ocorreu de facto uma aceitação privada da informação enganosa e não apenas uma conformidade

pública da informação enganosa. Esta confirmação advém do facto do teste de memória individual ter ocorrido algum tempo depois da sugestão ter sido apresentada pelo comparsa, de ter sido realizado em privado e com instruções específicas para que fossem recordados apenas os itens observados nas cenas originais. Este efeito de contaminação da informação enganosa apresentada pelo comparsa na memória que o participante formou para os eventos, foi designado por “contágio social da memória” (Roediger e col., 2001b).

O papel da influência social no desenvolvimento de falsas memórias foi também explorado por Meade e Roediger (2002) num conjunto de quatro estudos em que foi utilizado o paradigma de contágio social atrás descrito. Nas duas primeiras experiências foi reproduzido o padrão de resultados obtido neste paradigma. Para além disso, os autores mostraram que o efeito de contágio social persistiu mesmo quando os participantes foram explicitamente avisados sobre a possibilidade das respostas dos comparsas serem erradas e poderem induzir a respostas igualmente erradas. Os participantes tiveram ainda a possibilidade de atribuir a fonte de informação a outra pessoa já que realizaram um teste de monitorização da fonte, o que torna este resultado ainda mais relevante.

Os dados do terceiro estudo realizado por estes autores (Meade & Roediger, 2002) revelaram o efeito habitualmente provocado pela repetição da sugestão: um maior número de exposições à informação enganosa reflectiu-se igualmente num maior número de falsas recordações e reconhecimentos. Finalmente, o quarto estudo averiguou se o tipo de comparsa que apresentou a sugestão (comparsa real vs apresentação escrita das respostas de outro participante) influenciaria a quantidade de respostas aceites. Os dados revelaram uma maior aceitação das respostas erradas quando estas foram fornecidas por um comparsa real comparativamente com um comparsa simulado. Na globalidade, os dados reforçam a evidência que as falsas memórias podem ser transmitidas entre pessoas. Para além disso eles acusam um conjunto de factores críticos que parecem modelar o contágio social das memórias, como a repetição e a forma de apresentação da sugestão. Alguns dos estudos realizados posteriormente a estes procuraram explorar alguns destes elementos.

Gabbert, Memon, Alan e Wright (2004), por exemplo, exploraram a influência que o modo de apresentação da informação enganosa aos participantes tem na ocorrência de distorções de memória para um evento testemunhado. Neste estudo a informação enganosa foi apresentada por um texto (fonte não social) que os participantes leram ou por um comparsa real (fonte social). Tal como no trabalho apresentado anteriormente, os dados revelam que a aceitação da informação enganosa foi mais notória quando esta foi introduzida por uma fonte social do que quando foi apresentada por uma fonte não social.

A força da influência social na promoção de erros de memória tem sido ainda explorada em situações que não envolvem uma interacção directa entre pessoas (e.g., Reysen, 2005). Neste caso, os participantes visionam um evento e depois respondem a um conjunto de questões sobre o mesmo através dum teste informatizado. É dada a informação aos participantes que a tarefa

estará a ser realizada simultaneamente com outros participantes (designados por comparsas virtuais), que todos terão acesso às respostas uns dos outros e que cada um deverá receber indicação que se trata da sua vez de responder. Todo o ambiente experimental é montado de modo a garantir a veracidade destes factos. Efectivamente, as respostas que são apresentadas a cada participante pelo computador foram manipuladas pelo experimentador para avaliar o nível de conformidade dos participantes às respostas que lhes foram apresentadas anteriormente.

Este procedimento não permite, no entanto, clarificar se as respostas de conformidade dos participantes correspondem apenas a uma forma de conformidade pública ou se ocorrem por alteração efectiva da sua memória para o evento original. Deste modo, Reysen (2005) introduziu um segundo teste de reconhecimento respondido individualmente pelos participantes. Os dados revelaram a permanência das distorções de memória observadas na situação de influência social, indicando uma mudança efectiva da memória dos participantes. Estes dados revelam assim que os efeitos da influência social ocorrem mesmo na ausência de interacção directa com as fontes de informação, promovendo igualmente uma alteração efectiva da memória dos participantes.

Outras formas de estudo da influência social foram inspiradas nos trabalhos sobre a conformidade social realizados por Asch (1956), de que é exemplo o trabalho realizado por Schneider e Watkins (1996). No trabalho destes autores, depois de os participantes aprenderem uma lista de palavra, realizaram uma tarefa de reconhecimento sobre as mesmas em grupos de duas pessoas incluindo o participante propriamente dito e um comparsa. Os autores controlaram o tipo de resposta (correcta ou errada) dada pelo comparsa, assim como o momento em que a resposta foi apresentada publicamente (antes ou depois do participante). Os dados mostraram que as respostas do participante, assim como o nível de confiança que ele conferiu às suas respostas, foram influenciadas pela resposta prévia do comparsa, tendo ocorrido conformidade em relação às mesmas. Curiosamente, o viés das suas respostas foi mais notório relativamente aos itens críticos que para as palavras estudadas o que sugere que os participantes podem ser mais susceptíveis à influência social para as falsas memórias que para as memórias verídicas.

Utilizando outro tipo de estímulos, uma história que relatava um evento, Betz, Skowronski e Ostrom (1996) também demonstraram a influência que os factores sociais podem ter nas distorções de memória. Para além deste dado, o estudo revelou ainda que o grau de consenso entre múltiplos comparsas determinou a extensão da ocorrência das distorções de memória. Este resultado é semelhante ao obtido no paradigma de conformidade de Asch em que quanto maior o número de comparsas que apresenta uma resposta errada antes do participante responder maior a probabilidade do participante se conformar ao julgamento errado do grupo.

A credibilidade da fonte de informação enganosa constitui um outro aspecto social a ser considerado na criação de distorções de memória, embora os estudos que se debruçam directamente sobre esta variável sejam escassos. Underwood e Pezdek (1998) são os autores do trabalho em que a influência da fonte de informação enganosa foi investigada. Os autores utilizaram um procedimento semelhante ao utilizado no paradigma da informação enganosa. Neste

caso, a sugestão foi apresentada mediante a leitura de um texto que relatava a situação testemunhada pelo participante. Este relato foi apresentado como tendo sido elaborado por pessoas com diferentes níveis de credibilidade (uma criança de quatro anos ou um investigador da memória, para as condições de baixa e alta credibilidade, respectivamente). A credibilidade da fonte de informação influenciou de forma significativa o número de falsos reconhecimentos tendo este sido superior quando a fonte foi considerada mais credível.

Alguns dos trabalhos já apresentados também referem a importância da fonte da sugestão, ainda que indirectamente (e.g., Loftus & Mazzoni, 1998; Spanos, 1996; Spanos e col., 1999). De facto, a apresentação da sugestão por uma fonte considerada credível e que torna a ocorrência das memórias sugeridas mais plausível, juntamente com a manifestação da expectativa de que os participantes possuem as memórias sugeridas e a utilização de procedimentos indicados como facilitadores da recuperação de memórias reprimidas, revelou-se um procedimento promotor da ocorrência de falsas memórias (Spanos e col., 1999).

O contexto em que as tarefas de memória são realizadas, que pode impor diferentes exigências de recuperação aos participantes, parece igualmente influenciar a produção de falsas memórias. Neste caso, um contexto formal parece suscitar uma maior quantidade de falsas memórias comparativamente com um contexto mais informal (Barnier & McConkey, 1992). Contudo, a ocorrência de distorções de memória tem sido demonstrada em vários contextos sugerindo que este é apenas um dos factores que potencialmente influencia a criação destas distorções.

Estes dados suscitam um debate sobre se as falsas memórias que são produzidas nos contextos experimentais correspondem a falsas memórias que os participantes acreditam serem verdadeiras ou são apenas relatos que resultam das exigências da situação (Gleaves e col., 2004). Por esta e outras razões, é fundamental estudar de um modo mais sistemático o papel que influência social e o contexto de teste podem ter na produção de distorções de memória.

Estes são apenas alguns exemplos de estudos que revelam a influência de factores de índole social na criação de distorções de memória. Os estudos realizados no âmbito do paradigma da informação enganosa são os que mais têm contribuído para a compreensão destes factores. A influência social na aceitação da informação enganosa tem sido demonstrada de um modo robusto. Esta influência parece ocorrer não só em situações de interacção social “ao vivo” mas mesmo quando são utilizadas comparsas “virtuais”, ou mesmo pela apresentação de pessoas consideradas credíveis. Adicionalmente, esta influência não parece corresponder apenas a uma forma de conformidade pública, mas antes a uma alteração efectiva da memória que os participantes têm para os eventos originais. No entanto, a descoberta dos elementos sociais que poderão estar envolvidos na criação de distorções, em particular da pressão social e do consenso do grupo, é ainda recente e carece de estudos sistemáticos.

5. Perspectivas teóricas

A acompanhar o crescimento empírico das distorções de memória, várias abordagens teóricas foram sendo desenvolvidas no sentido de identificar os diversos mecanismos envolvidos na sua gênese e desenvolvimento. Os progressos teóricos têm decorrido destes dados e, ao mesmo tempo, sugerem novos elementos a serem explorados ao nível mais prático. Ocorre assim, uma interacção entre teoria e investigação que promove um conhecimento cada vez mais completo deste fenómeno da memória.

De um modo global, as teorias relativas às falsas memórias dependentes da sugestão têm conceptualizado que a sugestão substitui na totalidade a memória original para o evento, outras propõem que os dois tipos de informação coexistem podendo ocorrer nestes casos uma dificuldade de identificar correctamente a origem da memória. Nesta última conceptualização, os erros poderão decorrer da atribuição do sentimento de familiaridade da informação sugerida à fonte errada. O próprio processo de armazenamento parece sofrer algumas mudanças ao longo do tempo o que também poderá estar na origem de algumas das distorções de memória observadas. Finalmente, a noção da memória como um processo reconstrutivo, ao invés de um processo apenas de recuperação directa da informação armazenada, é algo que está subjacente às várias teorias sobre as distorções da memória. Algumas abordagens combinam alguns destes argumentos para melhor explicar a ocorrência das falsas memórias para eventos complexos (Hyman e col., 1995).

Passamos a descrever algumas das principais teorias que têm sido desenvolvidas no âmbito das falsas memórias. Expomos depois, de um modo sucinto, a aplicação de cada uma dessas teorias aos resultados empíricos de vários paradigmas de estudo das falsas memórias. Nem todas as teorias apresentadas têm sido utilizadas em todos os paradigmas, pelo que apresentamos as teorias que têm sido aplicadas a cada um. Do mesmo modo, algumas abordagens específicas têm sido desenvolvidas para determinados paradigmas, como é o caso do paradigma DRM. Contudo, estas não serão consideradas na presente exposição por não se aplicarem às questões em estudo. Optamos assim por referir abordagens teóricas mais generalistas e algumas teorias mais dirigidas à construção de falsas memórias autobiográficas. Não existe ainda uma teoria única que explique todos os dados obtidos em cada paradigma, pelo que as exposições teóricas aplicadas aos vários paradigmas devem ser encaradas apenas como ilustrativas. Por outro lado, alguns dos tópicos de investigação não são ainda suficientemente robustos quanto ao quadro empírico existente o que torna algumas das descrições e explicações dos fenómenos de algum modo especulativas.

5.1. Monitorização da fonte

No seu livro *The seven sins of memory*, Schacter (2001) identifica a atribuição errada da fonte como um dos sete pecados da memória dedicando-lhe um capítulo desta obra. A teoria da monitorização da fonte considera a capacidade das pessoas identificarem a fonte ou origem da informação que compõem as suas memórias como o cerne da ocorrência dos erros de memória. Esta teoria foi originalmente desenvolvida por Marcia Johnson (1988), na qual a autora propõe um conjunto de etapas para que a fonte da informação seja correctamente identificada. Ao iniciar este processo tem de ser tomada uma primeira decisão relativa à proveniência da memória: ela procede da percepção (i.e., tem a sua origem no mundo exterior) ou foi gerada pelo próprio (i.e., pelo pensamento ou pela imaginação)? A decisão tomada em relação a esta primeira questão determina o local onde se vai proceder à procura da fonte externa ou interna da informação, respectivamente. Assim, se a procura for dirigida ao exterior, é então necessário identificar qual a fonte exterior de onde ela adveio (e.g., a informação foi dada pela pessoa A ou B, obtida num jornal, conhecida na televisão, etc.). Por outro lado, se a procura for dirigida para o interior é então necessário identificar a fonte interna (e.g., a acção foi realmente executada ou apenas pensei nela).

Quando se impõe uma decisão sobre se uma acção foi realizada ou imaginada, é então necessário deliberar sobre a fonte interna da informação que temos armazenada para a mesma. Em vários trabalhos de Johnson e colaboradores (e.g., Hastroudi, Johnson, & Chrosniak, 1990; Johnson, 1988; Johnson e col., 1988) foi identificado um conjunto de elementos que diferenciam as memórias baseadas na imaginação das memórias baseadas em percepções reais. De acordo com esta abordagem serão estas diferenças inerentes às memórias provenientes das diferentes fontes que nos permitirão identificar correctamente a fonte das nossas memórias. Atendendo aos dados obtidos nestes trabalhos, o conteúdo das memórias para eventos reais (e.g., para palavras que foram ouvidas ou para objectos que foram vistos) é caracterizado por detalhes perceptivos e semânticos, informação sobre o contexto e as emoções associadas ao evento. Por outro lado, as memórias para eventos imaginados contêm mais informação relativa aos processos cognitivos que permitiram a elaboração da sua recriação mental (e.g., pensar nas pessoas que são imaginadas e caracterizá-las, criar sons da voz de alguém). Quando a dificuldade de imaginação de um evento é acrescida, são também necessários um maior esforço e elaboração em termos dos processos cognitivos para a realização da tarefa. Assim, será mais fácil identificar a fonte da memória dos eventos que foram difíceis de imaginar porque terão associada esta característica específica.

Atendendo ao processo em que ocorre a identificação da fonte da informação, os erros de memória podem assim ocorrer devido a falhas numa das três etapas seguintes: (1) na distinção entre a fonte externa (e.g., um evento que foi observado) e interna (e.g., uma inferência realizada pelo participante) da informação; (2) na diferenciação entre várias fontes externas possíveis (e.g., algo visto ou algo ouvido), ou; (3) na distinção entre diferentes fontes internas (e.g., informação decorrente de uma inferência ou de uma imagem mental). Estes erros de memória podem ainda

ocorrer por dois motivos: pela semelhança entre as memórias de origem interna e externa ou pelo estabelecimento de um critério de decisão pouco exigente. No primeiro caso, pode acontecer que os eventos internos sejam caracterizados por elementos que são típicos das memórias reais. Por exemplo, se uma memória para um evento interno for muito detalhada, composta por vários elementos perceptivos e elaborada sem um grande esforço cognitivo (i.e., com poucos processos cognitivos associados), com facilidade ela poderá ser erradamente interpretada como sendo relativa a um evento real. O segundo caso diz respeito aos critérios que as pessoas adoptam quando decidem se uma memória corresponde a um evento real (i.e., externo) ou a um evento imaginado (i.e., interno). Nesta situação, o erro de memória pode acontecer quando a pessoa estabelece um critério liberal quanto às evidências necessárias para considerar que uma memória corresponde a um evento real e erradamente atribui a informação recuperada a este tipo de evento.

Passamos a apresentar de um modo geral o modo como esta teoria tem permitido explicar as distorções de memória observadas em cada um dos paradigmas que consideramos anteriormente.

5.1.1. Paradigma DRM e afins

A teoria de monitorização da fonte de informação tem sido aplicada a este paradigma para explicar apenas alguns aspectos particulares já que existe um conjunto de abordagens particularmente dedicadas ao mesmo. Deste modo, consideramos apenas alguns dados esperados e explicados por esta teoria. O principal pressuposto desta abordagem que tem sido explorado neste paradigma refere-se à ideia de que as memórias para eventos externos e internos se diferenciam num conjunto de características. Concretamente, a teoria sugere que as memórias para eventos reais deverão ser caracterizadas por mais elementos perceptivos que as falsas memórias. Esta é a ideia que tem sido testada por vários autores que procuram responder à seguinte questão: será que a informação perceptiva recordada para os itens se diferencia atendendo ao facto do item ter sido ou não apresentado efectivamente? Alguns autores encontraram evidências consistentes com esta ideia (e.g., Norman & Schacter, 1997). Concretamente, Mather, Henkel e Johnson (1997) mostraram que a recordação dos itens críticos foi acompanhada da identificação de menos detalhes auditivos, menos sentimentos de recordação e de reacções associadas ao item comparativamente com a recordação de itens verídicos.

Um outro dado consistente com esta abordagem tem sido obtido nos estudos em que os participantes realizam testes de monitorização da fonte em vez dos tradicionais testes de reconhecimento de informação, embora existam alguns dados contraditórios. De notar que nestes estudos não foi dado qualquer aviso específico quanto à possibilidade de ocorrerem erros de memória, apenas foi realizada esta tarefa em vez da tarefa de reconhecimento. Como já referimos, nas tarefas de monitorização da fonte de informação é solicitado aos participantes que

identifiquem se a palavra constante na lista foi anteriormente ouvida, gerada pelo próprio ou se constitui uma palavra nova.

Hicks e Marsh (1999) implementaram esta tarefa num procedimento em que as listas de palavras foram apresentadas por várias fontes. De acordo com a presente abordagem, se for solicitado aos participantes que avaliem cuidadosamente a fonte da informação, a ocorrência de falsas memórias deverá diminuir. Os dados obtidos confirmaram esta ideia, ou seja, quando os itens das listas foram expostos por mais do que uma fonte, e foi requerida aos participantes a identificação da fonte de memória aquando da tarefa de recordação, a evocação de itens falsos diminuiu. Por outro lado, quando foi aumentada a confusão nas fontes que apresentaram a informação, tornando assim mais difícil a sua monitorização, não foi observada qualquer redução na frequência de falsas memórias. Curiosamente, mesmo nas respostas que identificavam a apresentação de um item que não tinha sido efectivamente apresentado, os participantes identificavam com confiança a fonte respectiva. De notar que, apesar de ter sido observada uma redução na frequência de falsas memórias, elas não foram eliminadas.

No entanto, em 2001, estes mesmos autores apresentaram dados contraditórios aos anteriormente referidos. Concretamente, eles verificaram que a realização da tarefa de monitorização da fonte de informação quando as listas de palavras foram apresentadas por diferentes fontes externas originou mais falsas memórias que a simples tarefa de reconhecimento dos itens. Este resultado é contraditório com as previsões da teoria de monitorização da fonte de informação de acordo com a qual deveria ter ocorrido uma diminuição na frequência de falsas memórias quando foi implementada a tarefa monitorização da fonte. Estranhamente, a realização desta tarefa promoveu mesmo um aumento nos erros de identificação da fonte comparativamente com a tarefa de reconhecimento.

De acordo com esta teoria, as distorções de memória não deveriam ocorrer se fosse garantida uma monitorização da fonte de informação mais eficaz. Esta ideia foi testada pela implementação de avisos aos participantes sobre o efeito que a aprendizagem de listas de palavras relacionadas tem na activação de outras palavras com elas relacionadas da qual decorrem erros de memória. Prevê-se que os participantes ao receberem este aviso fiquem mais alerta sobre a possibilidade dos itens críticos poderem surgir nos seus próprios pensamentos tornando mais eficaz o processo de monitorização da fonte. Espera-se então que as falhas de memória sejam eliminadas quando os participantes são motivados a efectuar uma monitorização mais exigente da fonte da informação durante a realização das tarefas mnésicas.

Como apresentamos anteriormente, os estudos em que os participantes foram avisados sobre a possibilidade de ocorrência dos erros de memória revelam de um modo consistente uma redução na frequência dos mesmos. No entanto, este procedimento não elimina na totalidade a sua ocorrência (e.g., Gallo e col., 1997; Gallo e col., 2001b; McDermott & Roediger, 1998; Neuschatz e col., 2003). Multhaup e Conner (2002) combinaram a realização de uma tarefa de monitorização da fonte de informação com a apresentação de fortes avisos aos participantes

(incluindo a apresentação de um exemplo concreto sobre a probabilidade de reconhecer erradamente um item crítico devido à apresentação prévia numa lista de palavras com ele relacionada). Apesar dos autores reportarem uma diminuição na ocorrência de falsas memórias, mesmo com introdução destas duas medidas que pretendiam levar ao máximo a eficácia da monitorização da fonte de informação, as falsas memórias não foram eliminadas.

Mais recentemente, Watson McDermott e Balota (2004) testaram o efeito combinado dos avisos explícitos sobre o paradigma DRM e da aprendizagem repetida das listas de palavras na produção de falsos alarmes procurando deste modo potenciar a capacidade de identificação correcta da fonte de informação. De acordo com os autores estes dois procedimentos desencadearão tarefas de monitorização da fonte distintas. Enquanto que no caso da repetição da aprendizagem os participantes deverão envolver-se de uma forma espontânea em tarefas de monitorização da fonte, no caso dos avisos explícitos os participantes estabelecem um critério mais rigoroso na identificação dos itens que foram apresentados. Os dados revelaram que as duas tarefas promoveram efectivamente uma diminuição na ocorrência de falsas memórias em jovens adultos. Adicionalmente, a repetição da aprendizagem das listas proporcionou um aumento no número de identificações correctas. Os participantes podem ter utilizado os vários ensaios em que a aprendizagem das palavras foi repetida para identificarem os itens efectivamente apresentados e aqueles que são fortemente associados mas que não foram apresentados. Por outro lado, os avisos explícitos podem ter encorajado os participantes a dirigirem a sua atenção para os aspectos não semânticos e para as dimensões perceptivas dos itens (e.g., aspectos ortográficos e fonológicos). A existência ou não destas características poderá ter apoiado a discriminação das palavras que foram apresentadas daquelas que foram apenas activadas pela lista de palavras apresentada. Estes são então dados e explicações adequadas à abordagem da monitorização da fonte de informação.

Esta mesma abordagem tem sido aplicada aos estudos baseados noutras formas de associação (que não a associação semântica), como é o caso das associações fonéticas entre as palavras. Neste caso os autores propõem que a familiaridade experimentada pelos participantes quando encontram no teste de memória um item relacionado com os anteriormente aprendidos pode ser atribuída à fonte errada (i.e., à sua apresentação prévia). Por exemplo, Zeelenberg e colaboradores (2005) sugerem que uma abordagem baseada na noção de familiaridade global será a mais adequada para explicar os dados obtidos quando são utilizadas listas de não-palavras, mesmo quando os participantes são avisados sobre a possibilidade de surgirem eventos não apresentados anteriormente. Assim, um elevado sentimento de familiaridade para com um item apresentado no teste ocorrerá se o referido item for altamente semelhante com os itens da lista previamente aprendidos. Esta familiaridade pode levar os participantes a pensarem que o item apresentado foi estudado quando efectivamente não o foi, ou seja, a realizar um erro na identificação da fonte de informação, ocorrendo assim uma falsa memória. Têm sido apresentadas outras propostas sobre os motivos subjacentes a estes erros de atribuição da fonte, como por

exemplo, a noção de surpresa sentida pela facilidade de processamento dos itens críticos apresentados na tarefa de memória (Whittlesea e col., 2005).

Uma abordagem específica ao paradigma DRM que considera a contribuição das falhas na monitorização da fonte de informação na produção das falsas memórias é designada de abordagem de monitorização-activação. De acordo com esta abordagem os erros de memória decorrem de dois processos. Assim, durante o processo de aprendizagem da lista de palavras são activadas, de um modo não consciente, outras palavras que estejam semanticamente associadas com estas. Ocorre deste modo uma propagação automática na activação de palavras relacionadas com a lista de palavras em estudo. Posteriormente, quando é realizado o teste mnésico para as palavras aprendidas, ocorre confusão entre os itens efectivamente aprendidos e os itens associados que foram activados no decorrer dessa aprendizagem (Roediger & McDermott, 1995). Esta explicação supõe assim que as falsas memórias decorrem de um erro de monitorização da fonte em relação à activação automática que os itens associados sofreram durante o processo de aprendizagem das listas de palavras.

Decorrendo desta conceptualização, Balota e colaboradores (1999) sugeriram que, para que uma falsa memória seja evitada, será necessário diferenciar as palavras críticas que foram activadas durante o processo de aprendizagem da lista, mas que não foram efectivamente apresentadas, das palavras que foram efectivamente estudadas. Exposto de outro modo, será essencial distinguir se a informação recordada durante a realização da tarefa mnésica tem uma fonte exterior (i.e., se foi apresentada) ou uma fonte interna (i.e., se apenas foi pensada ou activada durante a aprendizagem de itens relacionados). Esta noção de que as falsas memórias produzidas neste paradigma ocorrem devido a uma falha nos sistemas de monitorização (que alguns autores referem constituir uma falha no controlo atencional) que permitem identificar se as palavras foram activadas na rede associativa ou no momento da codificação tem sido apoiada por vários autores (para uma discussão mais alargada consultar Marsh & Bower, 2004; e.g., McDermott & Watson, 2001; Roediger, Balota, & Watson, 2001a; Roediger, Watson, McDermont, & Gallo, 2001c; Watson, Balota, & Roediger, 2003; Watson, Balota, & Sergent-Marshall, 2001).

A noção de que os erros de identificação da fonte de informação são uma das causas das distorções de memória observadas no paradigma DRM e afins é consensual. Donde, considera-se que estes erros decorrem da atribuição errada da activação interna que os itens críticos sofrem pela apresentação da lista de itens relacionados. No entanto, os resultados dos estudos que tentaram levar ao expoente máximo esta capacidade de monitorização da fonte revelaram a possibilidade de apenas diminuir a frequência dos erros de memória e não a sua eliminação. A monitorização da fonte de informação não parece, assim, ser o único processo envolvido na produção das distorções de memória observadas neste paradigma.

5.1.2. Paradigma da informação enganosa

Vários autores têm utilizado a teoria da monitorização da fonte de informação para explicar os erros de memória obtidos pelo paradigma da informação enganosa (e.g., Hekkanen & McEvoy, 2002; Lindsay & Johnson, 1989; Mitchell, Johnson, & Mather, 2003; Zaragoza & Lane, 1994). Esta ideia está bem patente na afirmação efectuada por Schacter (2001) que refere os elementos que podem potenciar a ocorrência destas distorções de memória: “um forte sentimento de familiaridade geral, juntamente com a ausência de uma recordação específica, constitui uma receita letal para a atribuição errada da fonte” (p. 97).

Neste paradigma, os erros de memória ocorrerão essencialmente devido a uma falha na distinção entre fontes externas: a informação corresponde ao evento observado ou à informação enganosa apresentada posteriormente? De acordo com esta abordagem, pressupõe-se que ambas as informações (do evento original e da informação enganosa) estão armazenadas de um modo independente na memória sendo o erro efectuado no momento em que a informação é recuperada (e.g., Zaragoza & Lane, 1994). Esta falha na identificação da fonte de informação pode decorrer de uma perda de informação sobre a fonte, sendo os elementos observados no evento original confundidos com os elementos ouvidos durante uma entrevista posterior ou lidos numa história subsequente sobre o evento. O erro pode ainda ocorrer devido à semelhança das características da informação real e enganosa que é recuperada. Alguns autores consideram mesmo que a atribuição errada da fonte é uma condição necessária para que ocorra a aceitação da informação enganosa (Schacter, 2001).

Zaragoza e Lane (1994) foram das primeiras autoras a propor esta teoria como explicativa dos erros que ocorrem no paradigma da informação enganosa. Ao longo de um conjunto de experiências as autoras procuraram responder à seguinte questão: as pessoas confundem a informação enganosa que lhes foi apresentada com as “memórias reais” do evento testemunhado? Esta questão surgiu da possibilidade dos participantes relatarem informação enganosa por acreditarem na sua veracidade mesmo não tendo qualquer memória específica relativa à sua apresentação prévia. Os dados das suas experiências mostraram que os participantes por vezes indicavam ter observado informação no evento original que apenas lhes fora apresentada posteriormente (a informação enganosa). Os resultados confirmam assim a possibilidade dos participantes realizarem erros de identificação da fonte da informação que recuperam.

De acordo com a abordagem da monitorização da fonte de memória, quando a semelhança entre a informação decorrente de diferentes fontes de informação aumenta, aumentará igualmente a probabilidade de ocorrer um erro na identificação da sua fonte, ideia que foi testada por Allen e Lindsay (1998). Nesta experiência os autores apresentaram dois eventos distintos, onde figuravam diferentes pessoas em diferentes contextos, através de uma exposição de diapositivos. Contudo, foram introduzidos nos dois eventos alguns elementos semelhantes (e.g., uma lata de coca-cola e uma lata de pepsi). Posteriormente, foi pedido aos participantes que

recordassem informação relativa apenas ao primeiro evento, pelo que os participantes sabiam que o que tinham observado no segundo conjunto de diapositivos não era relevante para a tarefa. Na tarefa de memória os participantes atribuíram alguns dos elementos observados no segundo filme ao primeiro evento visionado, mas apenas quando a apresentação dos dois filmes foi efectuada com um intervalo de 48 horas. Assim, a semelhança nos itens dos dois eventos suscitou vários erros de atribuição da fonte o que é consistente com a previsão inicial. Já quando a sua exposição foi seguida estes erros não foram observados. Esta diferença de resultados deve-se, provavelmente, à possibilidade dos participantes terem identificado as semelhanças entre os dois eventos quando a sua apresentação foi seguida, o que não terá sido possível quando a sua apresentação foi mais desfasada em termos temporais. Esta consciência da semelhança pode então ter ajudado os participantes a evitarem a confusão sobre a fonte de memória.

O modo como as distorções de memória ocorrem quando são apresentadas questões sugestivas é também, segundo alguns autores, explicável pela presente abordagem. Higham (1998) solicitou aos participantes que realizassem uma tarefa de monitorização da fonte de informação sobre um vídeo que simulava um roubo. A informação enganosa foi apresentada mediante um conjunto de questões capciosas. No referido teste de monitorização da fonte os participantes podiam identificar se os itens tinham sido (a) apresentados apenas no vídeo, (b) apenas lidos nas questões anteriores, (c) apresentados em ambos, (d) não se recordavam dos itens ou (e) sabiam que os itens tinham sido apresentados mas não tinham a certeza onde. Este teste foi realizado ao fim de uma hora ou de 48 horas após a apresentação da informação enganosa. O autor verificou que, mesmo usando um teste que apelava à monitorização mais exigente da fonte de informação, os efeitos provocados pela informação enganosa foram notórios em ambos os momentos de teste. Mesmo na situação em que o teste de monitorização da fonte foi realizado pouco tempo depois da exposição à informação enganosa os participantes insistiram no reconhecimento errado desta informação. Nesta condição a apresentação da informação enganosa foi atribuída ao visionamento do vídeo combinada com a sua apresentação nas questões. Já na tarefa realizada passados dois dias da exposição à sugestão, a probabilidade dos participantes a atribuírem apenas à visualização do vídeo aumentou consideravelmente.

Num segundo estudo realizado pelo mesmo autor (Higham, 1998) o intervalo decorrido entre a apresentação da informação enganosa e o teste revelou-se mais importante que o intervalo entre a observação do vídeo e a apresentação da informação enganosa. A sugestão revelou assim um efeito poderoso na alteração da memória das pessoas mesmo quando elas são mais capazes de identificar que a informação enganosa lhes foi sugerida. Este trabalho mostra assim que, mesmo com uma tarefa de monitorização da fonte mais exigente, a influência da sugestão foi mais poderosa não permitindo a anulação das distorções da memória. Os erros de monitorização da fonte de informação não parecem assim constituir o único mecanismo responsável pelos erros de memória observados no paradigma da informação enganosa.

5.1.3. A inflação pela imaginação

O fenómeno da inflação pela imaginação é uma das áreas de estudo das distorções da memória que tem recorrido à abordagem da monitorização da fonte de informação para a sua conceptualização. Referimo-nos, em concreto, aos trabalhos que têm recorrido a esta técnica para aumentar a confiança dos participantes relativamente à ocorrência passada de eventos (e.g., Garry e col., 1996; Heaps & Nash, 2001; Hyman & Pentland, 1996; Porter e col., 1999) assim como para aumentar a avaliação da probabilidade de ocorrência futura dos eventos (e.g., Koehler, 1991). Consideramos ainda a aplicação desta abordagem teórica aos estudos em que são criadas falsas memórias para eventos que apenas foram imaginados.

Em relação a este último caso, Koehler (1991) sugere que as pessoas ao imaginarem um cenário estão a criar uma realidade alternativa na qual é integrado conhecimento preexistente do mundo. Deste modo, a recriação imagética do evento gera informação que os participantes podem posteriormente recordar, e ainda que eles não consigam identificar a fonte desta informação, ela torna-se mais disponível, donde mais plausível, levando os participantes a aumentarem a sua confiança de que o evento irá ocorrer. Este aumento na confiança de que o evento imaginado irá ocorrer no futuro decorre assim de uma atribuição errada da fonte da informação recordada.

Tal como acontece na imaginação de potenciais eventos futuros, também quando os participantes recriam imageticamente eventos passados que efectivamente não ocorreram está a ser criado todo um conjunto de informação sobre o mesmo (e.g., o contexto, informação perceptiva, informação semântica) o que aumenta o sentimento de familiaridade associado ao mesmo. De acordo com Tversky (1973; cit. em Heaps & Nash, 1999) esta recriação imagética torna o evento mais disponível na memória promovendo a sua confusão com representações de memória decorrentes de fontes externas (i.e., eventos percebidos). Este aumento de familiaridade ou disponibilidade promovido pela imaginação do evento é então erradamente atribuído a uma fonte externa (à sua vivência efectiva) quando na realidade ele apenas foi gerado internamente (pela recriação imagética). O aumento da confiança sobre a ocorrência passada do evento decorre assim de um erro na identificação da fonte de informação.

Loftus (1997) sugere ainda que os erros de atribuição da fonte podem ser mais frequentes quando as actividades de recriação e avaliação da ocorrência se referem a experiências da infância distantes. Como já foi referido a actividade de imaginação dos eventos, para além de aumentar a confiança dos participantes para a ocorrência dos mesmos, pode despoletar a crença para a ocorrência desses eventos podendo em alguns casos ser acompanhada da experiência da sua recordação (Hyman e col., 1998; Hyman & Pentland, 1996).

Apesar dos dados, consistentemente, relacionarem a imaginação de um evento com um aumento na confiança de que o mesmo ocorreu no passado ou irá ocorrer no futuro, alguns trabalhos não produziram a mesma evidência (e.g., Jacoby, Woloshyn, & Kelley, 1989). Contudo, mesmo este resultado é explicável à luz da teoria de monitorização da fonte. Se no decorrer da

tarefa de imaginação os participantes adquirirem a noção consciente de que os estão apenas a imaginar, então durante a tarefa de avaliação eles serão capazes de atribuir o sentimento de familiaridade (obtido pela imaginação dos mesmos) ao facto dos terem imaginado e não à sua ocorrência real. Deste modo, os participantes que imaginaram o evento podem ter mais certeza de que o mesmo não ocorreu comparativamente com a avaliação realizada antes da sua imaginação.

De acordo com a presente abordagem a decisão relativa à fonte (externa ou interna) da informação recordada tem em consideração um conjunto de características associadas a cada tipo de memória (e.g., percebida ou imaginada). Atendendo a estes elementos vários autores procuraram verificar a existência destas diferenças nas memórias de eventos reais ou imaginados. Esta linha de investigação foi implementada por vários autores (e.g., Henkel, Johnson, & De Leonardis, 1998; Lampinen e col., 2003; Mather e col., 1997; Norman & Schacter, 1997). Eles compararam então a qualidade das memórias para as acções realizadas e reconhecidas correctamente com a qualidade das memórias para acções que foram apenas imaginadas mas que foram erradamente identificadas pelos participantes como tendo sido efectuadas na realidade. De um modo global os dados mostram que as falsas memórias são menos vívidas que as memórias verídicas em vários aspectos específicos.

Mais recentemente Thomas, Bulevich e Loftus (2003) testaram estas mesmas previsões utilizando para o efeito o procedimento desenvolvido por Goff e Roediger (1998). Neste trabalho os autores avaliaram a qualidade das memórias resultantes da imaginação para as quais os participantes desenvolveram falsas memórias e a influência de instruções específicas dadas aos participantes durante a recriação imagética das acções. Os autores verificaram que, nas situações em que os participantes foram instruídos a incluir detalhes sensoriais nas suas imaginações, as falsas memórias foram mais frequentes. No que diz respeito à caracterização da recordação dos itens, aqueles que tinham sido imaginados com integração de pistas sensoriais foram avaliados como tendo uma recordação mais vívida comparativamente com aqueles em que estes elementos estavam ausentes. Estes dados sugerem assim que as recriações imagéticas que contêm mais informação perceptiva conduzem a representações mnésicas com características que estão habitualmente presentes nas acções realizadas, aumentando assim a dificuldade de identificação correcta da fonte da informação.

A diferenciação ao nível das características de memória reais e imaginadas foi também testada por Henkel, Johnson e De Leonardis (1998) com um tipo de estímulos distinto. Os autores apresentaram imagens aos participantes e pediram-lhes que imaginassem outras imagens. Tal como é habitualmente verificado, os participantes identificaram erradamente algumas imagens que imaginaram como tendo sido previamente apresentadas. Este autores revelaram ainda que as memórias verídicas continham mais detalhes sobre a aparência física das imagens e pensamentos associados que as falsas memórias.

A inflação dos erros de memória provocada pela repetição da imaginação dos eventos pode também ser conceptualizada de acordo com a abordagem da monitorização da fonte de

informação. Quando os eventos são imaginados repetidas vezes vários motivos podem contribuir para o aumento da probabilidade de ocorrerem erros de atribuição da fonte de informação. Por um lado a familiaridade ou, como referem alguns autores, a fluência do processamento dos mesmos aumenta levando a uma maior dificuldade em diferenciar se este sentimento se deve à ocorrência efectiva dos eventos ou apenas à sua imaginação.

Por outro lado, como sugerem Goff e Roediger (1998), com a imaginação repetida das acções são incluídas cada vez mais características perceptivas das mesmas o que torna esta recriação cada vez mais vívida (e mais semelhante às acções reais) e cada vez mais familiar. Por outro lado, a repetição da recriação imagética das acções poder tornar esta actividade cada vez mais fácil de realizar diminuindo a quantidade de informação relativa a operações cognitivas envolvidas nesta imaginação. Deste modo aumenta a semelhança entre as acções imaginadas e as realizadas, aumenta o sentimento de familiaridade associado às acções imaginadas e diminui a quantidade de informação que caracteriza acções imaginadas (e.g., operações cognitivas). A conjugação destes elementos potencia a confusão relativamente à fonte da informação, levando à ocorrência de mais erros de memória. Vários outros trabalhos de inflação de erros de memória para acções imaginadas têm utilizado esta mesma abordagem para explicar os dados obtidos (e.g., Thomas & Loftus, 2002).

Esta mesma ideia foi testada por Lampinen, Odegard e Bullington (2003), replicando o procedimento desenvolvido por Goff e Roediger (1998). No entanto, neste trabalho, os autores testaram a memória dos participantes para os eventos através de um teste de monitorização da fonte de informação. A influência da imaginação de acções voltou a revelar-se na ocorrência de falsas memórias em relação às mesmas tendo sido a sua frequência superior quando a imaginação foi repetida. Adicionalmente, os detalhes da experiência para as acções erradamente identificadas como tendo sido realizadas (quando apenas foram imaginadas) revelaram ser menos vívidos que os relativos às acções efectivamente realizadas. Concretamente, revelaram ser mais ricas em termos de detalhes sensoriais, de pensamentos, emoções e aspectos cinestésicos. O nível de confiança que os participantes atribuíram às suas respostas correctas foi igualmente superior ao conferido às falsas memórias. No entanto, as características destes dois tipos de memórias tornaram-se cada vez mais semelhantes à medida que aumentou o número de vezes que as acções foram recriadas imageticamente. Ainda assim, mesmo com a imaginação repetida cinco vezes, elas mantiveram diferenças em alguns detalhes perceptivos e na confiança que os participantes atribuíram às suas respostas. Estes dados revelam que as diferenças qualitativas entre as memórias verídicas e falsas parecem bastante robustas. Estes dados são, uma vez mais, consistentes com os pressupostos da abordagem de monitorização da fonte de informação.

A abordagem da monitorização da fonte de informação tem sido ainda aplicada aos estudos em que ocorre a criação de falsas memórias para eventos mais complexos, nomeadamente para eventos ocorridos na infância dos participantes, em que os mesmos são imaginados pelos participantes. De acordo com Loftus e Bernstein (2005) grande parte do trabalho

relativo à criação das falsas memórias ricas pode ser explicado usando um modelo de atribuição errada da familiaridade. A criação de falsas memórias é explicada de um modo semelhante ao já conceptualizado para a criação de falsas memórias de acções mais simples: quando os participantes recriam imageticamente determinados eventos (e.g., partir uma janela com a mão) em resposta à instrução do experimentador, o evento imaginado adquire familiaridade. Nesta recriação imagética usualmente os participantes são ainda incitados a relatar detalhes específicos do evento que estão a imaginar, nomeadamente detalhes perceptivos (e.g., elementos presentes no contexto), as acções que cada participante desse episódio teria realizado, as emoções desencadeadas no evento, entre outros. Esta elaboração sobre a recriação imagética do evento aumenta ainda mais o sentimento de familiaridade sobre o mesmo. Posteriormente, quando se pergunta ao participante se este episódio corresponde a um episódio real, ele é processado de uma maneira surpreendentemente fácil, o que aumenta a dificuldade em discernir qual a fonte dessa informação. Em algumas situações, a familiaridade que esta recriação gera é então erradamente atribuída a um evento da infância do participante, ocorrendo a criação de uma recordação efectiva do evento.

A influência de duas outras variáveis tem sido explorada na inflação das distorções de memória, nomeadamente o modo como os eventos são imaginados e a importância de algumas variáveis individuais. Consideramos estes dois elementos no presente tópico dado que a abordagem da monitorização da fonte de informação permite a previsão de resultados num destes casos. Concretamente, esta abordagem prevê que o modo como os eventos são imaginados pelos participantes pode determinar o efeito da inflação pela imaginação. Assim, se na recriação imagética desenvolvida pelo participante ele constituir o elemento principal do evento, a elaboração de informação específica e relacionada com o seu conhecimento prévio será superior a quando esta imaginação tem como personagem central outra pessoa. Donde, a probabilidade de ocorrerem erros de atribuição sobre a origem do sentimento de familiaridade que esta imaginação promoveu será superior no primeiro caso.

Algumas variáveis individuais poderão ainda mediar os erros de atribuição da fonte da informação decorrentes da imaginação de eventos. Se a recriação imagética de um evento é realizada por uma pessoa com boas capacidades imagéticas o resultado desta actividade será mais semelhante à ocorrência real do mesmo comparativamente com o resultado da mesma actividade realizada por uma pessoa com menores capacidades deste tipo. Assim, será de esperar que no primeiro caso, a possibilidade de ocorrerem erros de monitorização da fonte é maior. Estas duas variáveis carecem no entanto de estudos sistemáticos que validem estas previsões.

A abordagem da monitorização da fonte de memória parece assim explicar, pelo menos parcialmente, a ocorrência das distorções de memória nos paradigmas considerados. Talvez a aplicação desta abordagem seja mais robusta nos estudos que envolvem a recriação imagética dos eventos. Como referimos no início deste tópico, a capacidade de diferenciar entre eventos

percebidos ou externos e eventos internos (e.g., imaginados) constitui uma tarefa fundamental no processo de identificação da fonte de informação. A ideia de que a diferenciação entre estes dois tipos de eventos se pode basear em diferentes aspectos que caracterizam cada um deles tem sido demonstrada de um modo consistente. Apesar da informação aqui apresentada confirmar a robustez desta abordagem na compreensão das distorções de memória, existe um conjunto de outros resultados empíricos e fenómenos desta área que não são explicáveis à luz desta abordagem. Naturalmente surgiram outras abordagens que procuraram dar conta destes aspectos como veremos de seguida.

5.2. Teoria *fuzzy-trace*

A teoria *fuzzy-trace* foi apresentada no início dos anos 90 por Valerie Reyna e Charles Brainerd (Brainerd & Reyna, 1990; Reyna & Brainerd, 1990). Desde então, esta teoria tem suscitado inúmeros trabalhos, particularmente sobre a capacidade da mesma prever a ocorrência de falsas memórias. A teoria original assenta num conjunto de princípios que Brainerd e Reyna têm vindo a reformular de acordo com os dados que surgem na literatura, como revelam as várias revisões que os autores têm efectuado ao longo dos anos (e.g., Reyna, 1998; e.g., Reyna & Brainerd, 1995). Passamos a apresentar de um modo geral os cinco princípios apresentados mais recentemente (Brainerd & Reyna, 2002).

Em primeiro lugar, esta abordagem assume que um evento é codificado de duas formas: centrado no conteúdo específico do evento (como a informação contextual) – a que corresponde o traço *verbatim*, e centrado no significado mais global da experiência, nas interpretações dos conceitos, relações e padrões – a que corresponde o traço *gist*. Inicialmente o traço *gist* foi visto como uma extracção do traço *verbatim*, mas actualmente considera-se que ambos existem em simultâneo (para evidências empíricas sobre este princípio consultar Reyna & Brainerd, 1995).

De acordo com o segundo princípio, os traços *verbatim* e *gist* são recuperados de forma separada, dependendo a realização mnésica de ambos. Assim, perante a apresentação de pistas de recuperação ambos os traços são activados e ambos promovem a recuperação do tipo de informação neles contida. Do mesmo modo o esquecimento corresponde a uma perda de informação nos dois tipos de traços sendo considerado que a informação específica sobre os eventos (correspondente aos traços *verbatim*) tem um declínio mais rápido que a informação mais global (i.e., em dias) (Koriat, Goldsmith, & Pansky, 2000), relativa ao significado dos eventos (correspondente aos traços *gist*). Assim, quanto mais tempo passar entre a ocorrência do evento original e o momento de recordação da informação, mais a informação recuperada será global e mais a reconstrução do evento se irá basear no traço *gist* criado para o mesmo.

O terceiro princípio desta teoria refere a existência de dois processos distintos envolvidos nas falsas memórias e que têm efeitos opostos quanto à ocorrência das mesmas. Ambos os tipos de traços estão subjacentes às memórias verídicas, quer pela recuperação das experiências específicas (recuperação dos traços *verbatim*) quer pela recuperação do significado mais geral dos itens (recuperação dos traços *gist*). A recuperação do traço *gist* apenas indica um sentimento de familiaridade em relação ao evento promovendo a criação de uma falsa memória. Por outro lado, a recuperação do traço *verbatim*, ao fornecer informação específica sobre o item, pode impedir a sua ocorrência ao permitir rejeição deste sentimento de familiaridade. A recuperação desta informação pode ainda suscitar o estabelecimento de um critério de decisão mais exigente que leve à rejeição dos itens para os quais exista apenas um sentimento de familiaridade.

O quarto princípio desta teoria refere-se às alterações desenvolvimentais que têm sido descritas na ocorrência de distorções de memória, e do que está subjacente a esta variação. As variações observadas ao longo do desenvolvimento humano no modo como a informação é codificada, retida e posteriormente recuperada, estão na origem destas alterações. Considera-se, de um modo global, que a memória *gist* melhora ao longo do desenvolvimento devido a uma melhoria na capacidade de processar o significado dos itens e de estabelecer relações entre eles. Por outro lado, à medida que os indivíduos envelhecem, estas capacidades diminuem, assim como as capacidades inerentes à memória *verbatim* cuja deterioração é ainda mais notória. Também as diferenças ao nível dos processos usados no raciocínio, na utilização de processos de reconstrução e na sensibilidade à interferência das informações podem estar inerentes a esta evolução desenvolvimental.

Uma recuperação vívida pode ser provocada quer pelo processamento de traços *gist* quer pelo processamento de traços *verbatim*. Neste último caso, ocorre uma recuperação dos elementos específicos relacionados com o evento codificado o que torna a recordação como uma re-experiência do evento. Apesar da recuperação de um traço *gist* se associar geralmente apenas a um sentimento de familiaridade, quando estes traços são particularmente fortes eles podem igualmente ser recordados com uma forte experiência de recordação.

Este conjunto de princípios permite responder aos dados empíricos mais recentes e que Brainerd e Reyna também desenvolvem no seu artigo (2002). De um modo mais sumário, esta teoria conceptualiza assim a formação de dois traços mnésicos para a mesma informação ou evento: um traço *verbatim* (informação textual, exacta, o item específico) e um traço *gist* (a essência, o significado). Estes dois tipos de informação têm associadas diferentes impressões subjectivas de recordação, estando a recuperação do traço *verbatim* associada a uma sensação de recordação específica enquanto a recuperação do traço *gist* é acompanhada de uma sensação de familiaridade. Esta diferenciação na impressão subjectiva de recuperação da informação contribui para a identificação da veracidade da informação que é apresentada em relação a um evento original.

Esta teoria tem sido aplicada ao desenvolvimento das falsas memórias em vários paradigmas. Consideramos apenas algumas destas aplicações começando pelo paradigma DRM, passando aos dados habitualmente obtidos no paradigma da informação enganosa, e ainda à criação de falsas memórias. Os princípios desta abordagem têm orientado as previsões que são efectuadas nos vários estudos.

Payne, Elie, Blackwell e Neuschatz (1996) testaram a influência da passagem do tempo e da realização repetida das tarefas mnésicas na identificação errada dos itens críticos e no paradigma DRM e recorreram à teoria *fuzzy-trace* para orientar as suas previsões e discussões. Os autores verificaram que, 24 horas após o estudo das listas de palavras, a percentagem de falsas memórias não diminuiu enquanto o número de reconhecimentos correctos diminuiu. Tal como pode ser previsto pela presente teoria, ocorreu um declínio rápido dos traços *verbatim* (que contêm a informação para cada item em particular) que se reflectiu na diminuição dos reconhecimentos correctos para os itens apresentados. Por outro lado, a manutenção das falsas memórias para os itens críticos neste intervalo mais longo revela a recuperação dos traços *gist*, ou seja, da informação relativa ao significado global da lista de itens relacionados semanticamente.

Os dados obtidos decorrentes da repetição dos testes de memória também suportam esta teoria. Ao dar aos participantes várias oportunidades para recuperarem erradamente o item crítico (na realização de vários testes) ocorre um reforço do significado da lista de palavras a recuperar fortalecendo assim o traço *gist* referente à lista de palavras. De facto os dados revelaram um aumento das identificações erradas dos itens críticos à medida que aumentou o número de testes de memória realizado. Embora esta abordagem não seja a mais popular no paradigma DRM e afins, este é um exemplo de como alguns dos resultados obtidos no seu procedimento podem ser explicadas à luz da mesma.

Os dados provenientes da influência da modalidade de apresentação dos estímulos têm igualmente sido conceptualizados de acordo com a presente teoria. Por exemplo, nos dados obtidos por Israel e Schacter (1997) o estudo de imagens proporcionou uma maior capacidade de discriminação entre os itens anteriormente apresentados e os distractores. Adicionalmente, o número de respostas a que foi atribuída a característica de recuperação específica (julgamento *lembro*) aumentou para os itens estudados e diminuiu para os itens críticos. Os autores sugerem que os participantes terão usado a informação perceptiva distintiva que as imagens proporcionaram para reduzir a sua susceptibilidade aos falsos reconhecimentos. Esta informação perceptiva permitiu a elaboração de traços *verbatim* mais fortes nos quais os participantes terão baseado a decisão sobre a apresentação prévia das mesmas. Por outro lado, a apresentação de imagens em vez de palavras dificultou a extracção do significado, ou seja a formação de um traço *gist*. A combinação destes dois factores terá então diminuído a vulnerabilidade aos falsos reconhecimentos para a apresentação visual dos itens. Em oposição, quando os estímulos apresentados são apenas palavras relacionadas, aumenta a propensão para os erros de memória, por um lado porque as palavras geralmente possuem pouca informação específica e perceptiva

fazendo com que o traço de memória se baseie no que elas têm de mais saliente: a semelhança semântica ou informação *gist*.

No paradigma DRM um dos factores que também influencia a frequência de falsas memórias para os itens críticos é a extensão das listas de palavras apresentadas. Os dados indicam que a probabilidade de ocorrerem falsas memórias aumenta com a extensão da lista de itens relacionados que é apresentada (e.g., Marsh & Bower, 2004). A influência deste factor é de algum modo prevista pela presente abordagem. Concretamente, quanto maior a exposição ao tema semântico (i.e., maior quantidade de itens relacionados apresentados), maior a possibilidade de ser criado um traço *gist* relativamente à mesma. Deste modo, uma maior extensão da lista promoverá a elaboração de um traço de memória baseado no significado das palavras apresentadas mais forte que será altamente activado quando a palavra crítica for apresentada numa tarefa mnésica posterior. O elevado sentimento de familiaridade despoletado por esta palavra será então erradamente atribuído à sua apresentação prévia.

A teoria *fuzzy-trace* também permite explicar parte dos resultados obtidos no paradigma da informação enganosa embora usualmente não seja muito aplicada a este paradigma. De acordo com esta teorização, quando um evento é observado é construído um traço de memória integrado que representa o *gist* ou o significado geral do episódio. Na elaboração deste traço de memória podem ser incluídas inferências realizadas pelo próprio participante ou provenientes de informação enganosa entretanto recebida. Assim, quando um traço mais global de memória sobre o evento é recuperado, ele já não é constituído apenas pela informação original, sendo por isso mais difícil neste caso destrinçar entre a informação real e a restante. Não é ainda consensual qual o tipo de informação a que as pessoas acedem quando dão uma resposta errada, ou seja, se foi recuperada a informação original, a informação relativa à sugestão apresentada, ou ainda a informação de ambas.

Os estudos de diários que revelam a ocorrência de falsas memórias espontâneas têm recorrido a esta abordagem na explicação dos seus resultados. Recordamos o estudo de Horselenberg e colaboradores (2004) já apresentado anteriormente, em que foi obtida uma percentagem mais elevada de falsas memórias quando o contexto e avaliação das situações registados pelos participantes foram alterados. Os autores sugerem que estes dados se devem a um declínio dos traços *verbatim* para os eventos ao longo dos seis meses que mediaram o registo dos eventos pelos participantes e o momento em que o teste de memória foi realizado. Por outro lado, os sentimentos de familiaridade inerentes aos traços *gist* permaneceram, o que levou às identificações erradas de eventos em que os investigadores introduziram algumas alterações. A baixa percentagem de falsos alarmes observada para outros eventos distractivos (que não tinham qualquer relação com as experiências registadas pelos participantes) pode decorrer da detecção de inconsistências entre estes e os traços *gist* para as actividades efectivamente anotadas pelos participantes. O facto dos participantes terem atribuído uma confiança semelhante às respostas correctas e aos falsos alarmes (eventos registados com alteração de contexto e da avaliação) é

explicada pelos autores pelo facto destes últimos poderem ter associado um elevado sentimento de familiaridade e uma grande facilidade de recuperação devido à existência de um traço *gist* sobre o evento que permaneceu ao longo do tempo.

A abordagem *fuzzy-trace*, comparativamente com a abordagem da monitorização da fonte de informação, centra-se na elaboração de pressupostos que permitam prever os resultados decorrentes da manipulação de determinadas variáveis. Esta abordagem tem igualmente sido aplicada a várias formas de distorções de memória ainda que de um modo menos marcante que a teoria da monitorização da fonte de informação. Já esta segunda abordagem, foca-se mais na explicação dos dados obtidos embora a sua conceptualização também permita a previsão de alguns resultados.

5.3. Teoria da interferência

A teoria da Interferência dominou durante vários anos o modo como se conceptualizou o esquecimento da informação. Alguns autores consideram mesmo que a interferência constitui uma fonte de esquecimento bastante poderosa (e.g., Roediger & McDermott, 2000). Esta teoria refere-se à influência que eventos que ocorrem antes ou depois de um evento alvo têm na recuperação do mesmo. São considerados dois tipos de interferência: a proactiva e a retroactiva. Para o primeiro tipo de interferência, a informação ou eventos que precedem um evento prejudicam a capacidade de recordação do evento mais recente. No caso da interferência retroactiva são os eventos mais recentes que dificultam o acesso a eventos ocorridos anteriormente. De acordo com esta teoria, os traços de memória da informação relativa ao que se pretende recordar e à informação interferente (proactiva ou retroactivamente) coexistem na memória e podem influenciar-se mutuamente.

Quando se pretende recordar uma informação ou um evento alvo, ambos os traços de memória competem podendo ser recordada erradamente parte da informação interferente. Assim, é na tentativa de recordação da informação pretendida que os efeitos da interferência se manifestam. De um modo geral, quanto mais semelhantes forem os eventos (o evento alvo e o evento interferente), por exemplo em termos de conteúdo ou do momento de ocorrência, maior a probabilidade de surgir interferência.

Grande parte do trabalho que se desenvolveu nos últimos 30 anos sobre a fragilidade da memória, em particular num contexto mais naturalista, pode ser conceptualizado na teoria da interferência, em particular no tipo de interferência retroactiva. Os trabalhos realizados sobre o testemunho ocular no âmbito do paradigma da informação enganosa constituem um destes exemplos. De um modo sistemático estes estudos demonstram a robustez da influência que as

sugestões apresentadas pelo entrevistador depois dos participantes terem observado um determinado evento têm nas distorções de memória relativas ao evento original (e.g., Zaragoza & Lane, 1994).

As experiências de *falsa fama* constituem outro exemplo da ocorrência de erros de memória que podem ser explicados à luz das teorias da interferência (e.g., Jacoby e col., 1989). Numa primeira fase deste paradigma são apresentadas listas de nomes, com informação explícita de que os referidos nomes são não-famosos. Uma segunda fase da experiência ocorre sem que os participantes se apercebam da sua relação com a fase anterior. Neste momento é apresentada uma nova lista de nomes e é solicitado aos participantes que identifiquem se estes nomes pertencem ou não a pessoas famosas. Nesta lista foram incluídos alguns dos nomes anteriormente apresentados. Geralmente verifica-se que os participantes identificam alguns dos nomes anteriormente apresentados como pertencendo a pessoas famosas. Ocorre assim uma forma de interferência proactiva. Naturalmente que outras teorias poderiam contribuir na explicação dos presentes dados como a abordagem da monitorização da fonte de informação. No entanto, a apresentação deste trabalho permitiu a demonstração de um tipo de distorção de memória decorrente de uma forma de interferência.

5.4. Teorias orientadas por esquemas

A noção de que a recordação e o reconhecimento da informação se orientam por esquemas preexistentes de conhecimento constitui outra das abordagens que tem orientado e explicado alguns dos trabalhos sobre as distorções de memória. Estas conceptualizações teóricas têm sido denominadas de teorias orientadas por esquemas (*schema-guided theories*). De um modo geral, os dados indicam que a informação consistente com um esquema preexistente tem maior probabilidade de ser erradamente recordada e reconhecida que informações inconsistentes com o esquema.

Frederic Charles Bartlett (1932) foi um dos primeiros investigadores a demonstrar o papel dos esquemas no desempenho mnésico. Na sua demonstração clássica o autor usou uma história intitulada "War of the Ghosts". Depois da história ter sido apresentada aos participantes ele pediu-lhes que contassem essa mesma história em várias ocasiões. Bartlett notou que a narrativa que as pessoas elaboravam para a história que inicialmente lhes parecera algo confusa e desarticulada não correspondia exactamente à história original. Antes, as pessoas envolviam-se numa elaboração desta história mantendo o seu enredo principal mas alterando o seu conteúdo específico ao adicionar, apagar ou distorcer vários detalhes para assim lhe conceder maior significado. Estas alterações eram então realizadas atendendo às expectativas dos participantes, ao conhecimento que eles tinham sobre o mundo em geral e de modo a estabelecer uma ordem

lógica na sequência dos eventos quando anteriormente nenhuma ordem lhes tinha sido imposta¹⁵. Bartlett reportou também que estas alterações aumentavam à medida que as pessoas recontavam a história, resultando em histórias finais que eram substancialmente diferentes da original.

Bartlett (1932) sugeriu que as diferentes versões da história que os participantes produziam revelavam a natureza reconstrutiva da memória. De acordo com esta noção as pessoas transformam ou omitem informações relativas ao conteúdo original da história através de processos de selecção ou racionalização. Ao longo destes processos a informação relatada é ajustada ao conhecimento que é familiar para a pessoa ou consistente com o conhecimento que ela tem do mundo. A estes elementos nos quais as pessoas se baseiam para reconstruir o relato e a memória para um determinado evento Bartlett deu a designação de *esquemas*. Embora esta tenha sido uma descoberta de extrema importância para o estudo da memória, ela apenas voltou a ser considerada nos finais dos anos 60. Desde então, a ideia de que a memória para um evento resulta de uma actividade reconstrutiva reuniu o consenso dos investigadores da memória (e.g., Roediger, 1996; Schacter, 2001).

Subjacente a esta noção da memória como um processo reconstrutivo, está a ideia de que não existe um traço de memória único que represente toda a informação relativa a um evento que codificamos. Em vez disso, a representação do evento na nossa memória é constituída por vários fragmentos que são depois relacionados e conjugados de acordo com o conhecimento geral preexistente das pessoas e com as suas expectativas. Assim, nunca existe uma reprodução fiel dos elementos presentes num evento mas antes uma reconstrução dos vários aspectos que estão armazenados na nossa memória e que são conjugados com elementos da própria pessoa (como o conhecimento prévio que ela detém sobre si própria e sobre o mundo). Utilizando a metáfora apresentada por Neisser, “recordar é como uma actividade de um paleontólogo que reconstrói o esqueleto de um dinossauro a partir de alguns pedaços de ossos” (1967; cit. em Mazzoni, 2002). Esta é uma característica do funcionamento da nossa memória que a torna bastante vulnerável a distorções, embora também assegure um modo de funcionamento mais económico da mesma.

Desde o relançamento da noção da memória como um processo reconstrutivo, vários têm sido os esforços que procuram confirmar ou infirmar a mesma, em particular no âmbito das distorções da memória (para revisão de alguns destes estudos consultar Mazzoni, 2002). De acordo com esta perspectiva, quando consideramos informação sobre um evento armazenamos apenas os aspectos centrais do mesmo, ao invés de efectuarmos uma cópia fiel da realidade. Ainda durante este processo, e particularmente no processo de recuperação da informação, realizamos abstrações e inferências a partir da informação que nos é apresentada de acordo com os nossos esquemas de conhecimento, reconstruindo assim o evento.

¹⁵ A história apresentada a um grupo de estudantes ingleses referia-se a uma história popular sobre um grupo Índio Norte-americano. O enredo da história incluía um conjunto de elementos inconsistentes com as expectativas e o conhecimento sobre o mundo do grupo de estudantes ingleses, nomeadamente ao nível de inferências e relações causais.

Estes processos de abstracção e inferências têm sido igualmente demonstrados em estudos posteriores em que foram explorados aspectos cada vez mais detalhados do funcionamento da memória. Num destes trabalhos, Holmes, Waters e Rajaram (1998) recorreram à avaliação fenomenológica da informação recordada pelos participantes através do julgamento *lembro vs sei* para avaliar este fenómeno das falsas memórias. Os autores verificaram que nas situações em que os processos de integração semântica foram mais fortes, tendencialmente os participantes tenderam a avaliar o reconhecimento da informação como correspondendo a uma experiência de recordação específica (avaliação *lembro*), quer quando as respostas foram correctas, assim como quando elas foram incorrectas. Em oposição, quando os processos integrativos foram reduzidos a quantidade de respostas associadas a este tipo de recordação também diminuiu. Assim, os autores verificaram que os processos de integração semântica influenciaram as características da recordação da informação. A avaliação da confiança na resposta efectuada acompanhou esta mesma tendência. Deste modo, as respostas a que tinha sido atribuída uma recordação específica da informação foram avaliadas com maior confiança em oposição àquelas a que foi atribuído apenas o sentimento de familiaridade. O nível de integração semântica da informação relacionou-se assim, de um modo geral, positivamente com o nível de confiança conferido às respostas. Estes dados revelam que mesmo as falsas memórias podem ter um conteúdo episódico, dado que os julgamentos *lembro* se referem a uma recordação específica da apresentação da informação, sendo estas suscitadas por processos de integração semântica da informação mais robustos.

Esta noção do esquema de informação está também patente nos estudos que se referem à plausibilidade dos eventos que são sugeridos às pessoas. De acordo com as ideias até aqui expostas, espera-se que os eventos consistentes com um esquema preexistente de conhecimento sobre a história de vida ou o conhecimento semântico que as pessoas detêm sejam mais facilmente aceites pela pessoa. Dados consistentes com esta ideia têm sido recolhidos por vários autores (e.g., Lampinen e col., 2000; Pezdek e col., 1997; Spanos e col., 1994).

No estudo realizado por Neuschatz e colaboradores (2002) os participantes viram um vídeo de uma aula em que o professor realizou várias acções congruentes e incongruentes com as expectativas ou esquemas que as pessoas têm relativamente às acções que habitualmente ocorrem neste contexto. Assim, foram apresentadas em vídeo acções congruentes com as expectativas ou esquemas (e.g., escrever no quadro) e acções incongruentes com as expectativas ou o contexto (e.g., fumar um cigarro). Posteriormente, os participantes realizaram uma tarefa de reconhecimento para as acções previamente apresentadas e avaliaram o conteúdo fenomenológico das suas memórias.

Os autores verificaram que os participantes realizaram mais falsas memórias para itens distractivos congruentes (i.e., acções congruentes com o contexto em causa mas que não foram apresentadas) e que a sua frequência aumentou com a duração do intervalo decorrido entre a apresentação dos eventos e a tarefa de memória (48 horas e uma semana). Por outro lado, a

frequência de falsas memórias para itens distractivos incongruentes (i.e., acções incongruentes com o contexto em causa que não foram apresentadas) foi muito reduzida. Assim, os participantes realizaram mais erros de memória relativamente a acções congruentes com as suas expectativas ou esquemas. Para além disso, as memórias relativas às acções atípicas foram recordadas de um modo mais vívido e com a identificação de mais detalhes da experiência que as memórias referentes às acções típicas.

Estes dados são consistentes com os obtidos por Lampinen e colaboradores (2000) no qual os autores verificaram um melhor reconhecimento para itens não congruentes com os esquemas subjacentes à narrativa que lhes foi apresentada. Quanto à qualidade da memória para os itens congruentes e incongruentes com os esquemas, novamente a identificação destes últimos revelou ser mais presente e com a indicação de mais detalhes específicos relativos à sua ocorrência comparativamente com os itens congruentes com o esquema. As falsas memórias foram igualmente mais frequentes para as acções consistentes com o esquema apresentado, tendo cerca de metade destas falsas memórias sido avaliadas com a experiência de recordação específica (avaliação *lembro*), não se diferenciando em termos de conteúdo dos reconhecimentos correctos (i.e., sobre as acções efectivamente apresentadas) e avaliados do mesmo modo. Estes dados reforçam a importância que as estruturas do nosso conhecimento têm no modo como codificamos e recordamos a informação.

Também Scoboria e colaboradores (2004), demonstraram a importância da consonância entre os eventos autobiográficos que foram sugeridos aos participantes e a aceitação dos mesmos como pertencentes à sua história autobiográfica. Assim, os episódios considerados mais plausíveis pelos participantes (i.e., mais congruentes com o conhecimento prévio dos participantes sobre a sua história de vida e sobre si próprios) foram mais facilmente incorporados nas suas memórias autobiográficas. De acordo com alguns autores (e.g., Pezdek e col., 1997) existe uma elevada correlação entre a avaliação que uma pessoa realiza da plausibilidade de um evento e a existência de conhecimento prévio relacionado com o evento em causa. Donde, os episódios para os quais os participantes têm conhecimento serão mais facilmente reconstruídos pelos participantes o que, eventualmente, conduzirá à construção de uma falsa memória para o mesmo.

A noção de esquema revela-se assim fundamental na compreensão da criação das distorções de memória. Vários estudos têm atestado a sua importância pela robusta demonstração sobre a maior frequência de falsas memórias sobre eventos observados pelos participantes para itens consistentes com esquemas de conhecimento preexistentes. Ainda a consideração deste elemento nos estudos de implantação de falsas memórias para eventos mais complexos tem permitido explicar e prever o sucesso dos mesmos em função da plausibilidade dos eventos que são sugeridos. Como aliás já foi apresentado, o simples facto de aumentar o conhecimento dos participantes sobre um determinado evento (criando ou enriquecendo assim um esquema de conhecimento sobre o mesmo) parece ser suficiente para que a sua ocorrência na história passada dos participantes seja avaliada como mais provável (Mazzoni e col., 2001).

5.5. Princípio da detecção da discrepância

O princípio da detecção da discrepância (Tousignant e col., 1986; cit. em Loftus, 2005a) tem sido aplicado essencialmente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do paradigma da informação enganosa. De acordo com o mesmo, a aceitação da informação enganosa depende essencialmente da capacidade das pessoas identificarem as discrepâncias entre a informação originalmente adquirida e a sugestão que é posteriormente apresentada. Este princípio tem sido utilizado para explicar o modo como alguns factores promovem a aceitação da informação enganosa apresentada, como a passagem do tempo.

Como já referimos anteriormente, o intervalo de tempo decorrido entre a observação de um evento e a apresentação da sugestão facilita a aceitação desta última. De acordo com este princípio, tal decorre do facto da memória para o evento original se tornar cada vez menos acessível com o passar do tempo o que torna mais difícil a identificação de discrepâncias entre a informação sobre o evento original e a informação sugerida. De notar que, mesmo que a pessoa identifique a discrepância, ainda assim pode optar por aceitar a sugestão que lhe é dada. Um possível raciocínio inerente a uma destas situações poderá ser: “pensava que tinha visto um sinal STOP, mas a nova informação menciona um sinal de prioridade, se calhar estava errado e era um sinal de prioridade” (Loftus & Hoffman, 1989).

6. A construção de falsas memórias

De um modo geral, os autores consideram que uma falsa memória sobre um evento ocorre ao longo de três etapas. Em primeiro lugar, é necessário levar o participante a considerar que o evento é plausível de ter ocorrido na sua vida, a que se segue o desenvolvimento da crença autobiográfica em como o evento ocorreu na sua vida. Finalmente, é necessário levar o participante a acreditar que os seus pensamentos e recriações fantasiosas do evento correspondem a memórias genuínas. A teorização deste fenómeno tem considerado aspectos das teorias que apresentamos anteriormente tais como os erros de monitorização da fonte de informação, a importância dos esquemas de conhecimento, entre outros. Passamos então a descrever alguns dos modelos que têm sido apresentados neste âmbito.

A descrição do processo de criação de falsas memórias para eventos complexos foi proposto por Loftus e Pickrell (1995) na decorrência do primeiro trabalho em que foi confirmada a possibilidade de implantação de uma memória para um evento completamente novo. Este constitui um modelo muito simples e, como veremos de seguida, implica várias outras noções que foram entretanto exploradas. As autoras propuseram que o evento por elas sugerido – neste caso um

episódio de perda – constitui um evento relativamente comum na vida das crianças. Ao receberem a sugestão da sua ocorrência, os participantes podem ter relacionado uma possível vivência do evento com conhecimento prévio referente a esta experiência. Este conhecimento pode ser relativo a outras situações vividas pelo próprio participante ou mesmo do conhecimento adquirido sobre a vivência que outras pessoas tiveram deste tipo de eventos. Provavelmente, à medida que o participante é incentivado a recordar o evento, e recorrendo às várias indicações que lhe são dadas sobre pormenores do episódio em causa, ele começa a recuperar memórias reais sobre o local sugerido, episódios em que esteve nesse local ou a identificar as pessoas que geralmente o frequentavam. O participante pode mesmo recordar situações de perda de outra criança no mesmo local e que ele próprio testemunhou. Assim, o participante vai construindo todo o cenário relativo ao episódio sugerido, partindo mesmo de memórias reais sobre alguns dos elementos que o compõem, imaginando outros aspectos, realizando inferências ou outras elaborações sobre este possível evento. O evento começa então a parecer cada vez mais verídico ao participante até que, eventualmente, ele começa a descrever e a acreditar numa situação em que ele próprio se terá perdido, ocorrendo assim o erro de memória.

Mazzoni e colaboradores (e.g., Mazzoni & Kirsch, 2002; e.g., Mazzoni & Loftus, 1998; Mazzoni e col., 2001), têm vindo a desenvolver vários modelos sobre o processo geral que leva as pessoas a criarem uma falsa memória para um evento autobiográfico e, em particular sobre o modo como se desenvolve a crença sobre a ocorrência do mesmo. Começamos por apresentar o processo mais global e consideramos depois o desenvolvimento mais específico relativo à crença no evento.

A aceitação pelo participante de que o evento sugerido é plausível é um passo fundamental na criação de uma falsa memória (Mazzoni & Loftus, 1998). Como sugeriram Hyman e Kleinknecht (1999), o participante tem de considerar que o evento sugerido é plausível para que possa criar uma falsa memória para o mesmo. De acordo com os dados obtidos por Mazzoni e colaboradores (1999a) a plausibilidade percebida dos eventos é maleável. Neste trabalho os autores mostraram que a apresentação de informação sobre o evento que seja contextualizada temporal e culturalmente de um modo congruente com a vivência do participante é suficiente para aumentar a plausibilidade percebida do evento. Não existem no entanto muitos estudos que explorem esta etapa do desenvolvimento das falsas memórias.

Em oposição, os estudos relativos ao modo como os participantes desenvolvem a crença sobre a ocorrência dos eventos são mais numerosos como já revelámos. Mazzoni e colaboradores (1999a) apresentaram três elementos que poderão contribuir para que um participante se convença que um evento efectivamente aconteceu na sua vida depois de aceitar a sua plausibilidade. São então considerados os seguintes elementos: (1) a inexistência de uma memória para o evento sugerido; (2) o conhecimento que a pessoa detém sobre o evento o que lhe dá alguma indicação sobre a sua experiência real e; (3) o conhecimento que a pessoa tem sobre si própria que lhe permita rejeitar a sugestão apresentada. A apresentação de informação

sobre o evento que permitiu aumentar a plausibilidade percebida do mesmo pode eliminar o segundo elemento.

Algumas técnicas podem potenciar a construção da crença sobre a ocorrência do evento como a sua recriação imagética ou a apresentação de interpretações congruentes com o mesmo apenas para mencionar alguns exemplos. No mesmo trabalho realizado por estes autores, a plausibilidade e a crença no acontecimento sugerido foram aumentadas pela interpretação de um sonho proferida por um psicólogo, apresentado como perito na interpretação de sonhos, que relacionou o comportamento do participante (o conteúdo do seu sonho) com a elevada probabilidade de ocorrência do episódio sugerido na infância do mesmo (Mazzoni e col., 1999b). Adicionalmente, outros elementos podem facilitar a crença de que o evento sugerido de facto ocorreu como a autoridade ou credibilidade que quem forneceu a informação (e.g., os pais) e de quem apresenta a sugestão (e.g., um simples entrevistador ou um psicólogo conceituado). Resta assim a rejeição da sugestão pela ausência de uma memória para o episódio sugerido (o primeiro elemento apresentado).

No entanto, o facto de um participante acreditar que um evento ocorreu no passado não significa que ele recorde a sua vivência. Por exemplo, possuímos muito conhecimento sobre nós próprios que decorre de episódios específicos, mas o facto de termos esse conhecimento não implica que recordemos os episódios correspondentes (e.g., sabemos que nascemos e que nos cortaram o cordão umbilical, mas não nos recordamos desses episódios). Do mesmo modo, as pessoas podem acreditar que um episódio que lhes é sugerido ocorreu com eles sem ter o sentimento subjectivo da memória. Há, no entanto, dados que revelam que um episódio que inicialmente o participante apenas sabe que ocorreu (julgamento *se*) pode passar a ser avaliado como tendo inerente uma recordação específica do evento (julgamento *lembro*) (Hyman & Billings, 1998).

Em 2002, Mazzoni e Kirsch propuseram um modelo sobre o modo como as pessoas determinam se o evento sugerido ocorreu nas suas vidas. Este modelo inclui alguns aspectos do modelo anteriormente apresentado por Mazzoni e colaboradores (1999a) relativo à crença sobre a realidade dos eventos. Em primeiro lugar, há uma investida na procura por uma memória para o evento apresentado e, caso seja recuperada uma memória correspondente, então conclui-se que o evento de facto ocorreu. Se tal não acontecer, ocorre uma avaliação sobre se a ausência da memória é indicativa da não ocorrência do evento (e.g., será que se lembraria se de facto isso tivesse ocorrido?). Se a resposta à questão anterior for negativa (i.e., a ausência da memória não indica a não vivência do evento) então ocorre uma procura por outra informação que permita determinar se o evento que não é recordado foi ou não vivido pela pessoa. De acordo com os autores, é nesta última fase que a plausibilidade percebida do evento na história de vida da pessoa pode ser determinante para que ela desenvolva uma crença para a existência deste evento na sua história autobiográfica. Igualmente importante pode ser a frequência percebida do

evento na infância das crianças ou a congruência do evento com o conhecimento que a pessoa tem da sua vida e de si própria.

Scoboria e colaboradores (2004) desenvolveram o modelo anteriormente apresentado, na sequência dos dados obtidos no trabalho realizado pelos autores. Concretamente, eles encontraram uma forte relação entre a frequência percebida, a plausibilidade (pessoal e geral) e a elaboração de uma crença para o evento sugerido. Os autores consideram que estes elementos (plausibilidade, crença e memória) se encontram interligados por uma relação de inclusão sucessiva. A memória existirá entre os eventos em que as pessoas acreditam e, por sua vez, os episódios que as pessoas acreditam ter ocorrido encontram-se entre os episódios por elas considerados plausíveis. Assim, um episódio pode ser considerado plausível pela pessoa sem que exista necessariamente uma crença para o mesmo, do mesmo modo que uma pessoa pode acreditar que um determinado evento ocorreu sem que tenha uma memória específica para o mesmo. Por outro lado, uma pessoa que recorda um evento (tem uma memória do mesmo) acredita na sua ocorrência e considera-o um episódio plausível. Atendendo a esta teorização, o primeiro passo para que a pessoa desenvolva uma crença para um episódio consistirá na aceitação da sua plausibilidade. De um modo análogo, para que uma pessoa desenvolva uma memória para um evento anteriormente não recordado terá que, inicialmente, ter aceite a sua plausibilidade e desenvolvido uma crença para a vivência do mesmo.

De acordo com estes autores podem, no entanto, existir memórias nas quais se acreditou, para as quais deixou de existir a crença na sua ocorrência (e.g., por se ter descoberto que afinal aquele evento que se recordava nunca ocorreu efectivamente), e que parecem persistir enquanto memórias. Adicionalmente, podem existir casos em que a pessoa, apesar de considerar os eventos como relativamente implausíveis, desenvolve a crença para a sua ocorrência. Estes casos constituem no entanto excepções no processo habitual do desenvolvimento das falsas memórias.

Este modelo considera ainda a distinção entre dois tipos de plausibilidade: a geral e a pessoal. A plausibilidade geral consiste na avaliação que a pessoa faz relativamente à possibilidade do evento sugerido ocorrer na vida das pessoas em geral e, neste caso, a pessoa considera o conhecimento que tem do mundo em geral. Por outro lado, a plausibilidade pessoal refere-se à avaliação que a pessoa efectua sobre a possibilidade da ocorrência daquele evento específico na sua própria história de vida. O conhecimento que a pessoa detém da sua história de vida em particular determina a avaliação deste tipo de plausibilidade. Os autores diferenciam ainda um terceiro tipo de plausibilidade, a plausibilidade cultural. Esta corresponde à avaliação da possibilidade de ocorrência do evento sugerido numa população ou subgrupo populacional em particular. Mazzoni e colaboradores (2001) apresentaram evidências sobre esta relação: quando a informação apresentada aos participantes contextualizava cultural e temporalmente no presente a ocorrência do evento sugerido ocorreu um aumento na confiança para a ocorrência do mesmo; mas quando o evento foi contextualizado num contexto e tempo distinto (i.e., na Idade Média), a plausibilidade percebida do evento não se alterou.

Os conceitos de plausibilidade que acabamos de referir são igualmente conceitos inclusivos, em que a plausibilidade pessoal constitui um subgrupo dentro da plausibilidade geral. A avaliação positiva da plausibilidade pessoal implica o mesmo tipo de avaliação para a plausibilidade geral, mas o inverso não é necessariamente verdade. Ou seja, a pessoa pode considerar que o evento sugerido é habitual na história da vida das pessoas em geral, mas pode não o ser na sua própria vida atendendo à sua história pessoal. A plausibilidade cultural ocupa uma posição intermédia entre os conceitos de plausibilidade pessoal e geral.

O modelo proposto por Scoboria e colaboradores (2004) descreve assim o processo que ocorre desde a apresentação de uma sugestão até à criação de uma falsa memória para o mesmo. Outras conceptualizações que se basearam nos modelos de Mazzoni e colaboradores que apresentamos consideraram a influência que vários factores têm em algumas das fases deste processo de criação de falsas memórias. Referimo-nos de seguida a estes casos, começando por atender ao papel do acesso a auto-conhecimento relevante e depois à utilização de estímulos particulares (e.g., fotografias) ou tarefas (e.g., recriação imagética) que acompanham a sugestão do evento falso. A ideia de que a identificação errada da fonte de informação pode estar subjacente à criação de falsas memórias é também contemplada pelas elaborações teóricas que apresentamos de seguida.

A importância dos esquemas prévios de conhecimento ou do acesso a auto-conhecimento relevante tem sido identificada como um aspecto importante na construção de falsas memórias em vários trabalhos (Heaps & Nash, 2001; Hyman & Billings, 1998; Hyman & Pentland, 1996; Pezdek e col., 1997). Recordamos que o auto-conhecimento é definido por estes autores como a informação que o participante revela sobre a sua infância e que se pode relacionar com a possibilidade do evento sugerido ter ou não ocorrido. Concretamente, Hyman e colaboradores (Hyman & Billings, 1998; Hyman e col., 1995), mostraram que quando os participantes referiram auto-conhecimento relevante no decorrer da primeira entrevista relativamente ao episódio sugerido, a probabilidade de uma falsa memória ter sido construída na segunda entrevista foi significativamente superior do que quando não houve referência a auto-conhecimento.

Este modelo proposto por Hyman e colaboradores (1995) tem em consideração a noção da natureza reconstrutiva da nossa memória. Assim, quando a pessoa recorda informação relacionada com o evento sugerido está a activar um esquema de conhecimento para esse evento. Ao ser incentivada a pensar sobre o evento sugerido esta nova informação começa de algum modo a ser integrada no esquema previamente activado. Potencialmente, quando a pessoa relaciona a sugestão apresentada com conhecimento previamente existente (e.g., sobre a sua própria história de vida ou sobre si própria) esta nova informação gerada pelo participante será armazenada juntamente com outros esquemas. Esta é uma forma de reconstrução esquemática (Bartlett, 1932; Hyman & Billings, 1998; Hyman e col., 1995; Loftus & Pickrell, 1995). Finalmente, quando é solicitado à pessoa que recorde o evento sugerido ocorre não só a recuperação da nova informação (i.e., da sugestão apresentada) como também do esquema subjacente em que

possivelmente a informação gerada foi integrada. O esquema de conhecimento que foi activado aquando da apresentação inicial da sugestão provavelmente conterá informação que apoia a ocorrência do evento falso. Esta informação poderá completar os detalhes do evento sugerido já que constitui informação real e representa um cenário plausível para o mesmo. Como referem Hyman e colaboradores (Hyman e col., 1995), é como se o conhecimento prévio “constituísse os tijolos a partir do qual se edifica a falsa memória” (p. 195).

Uma ideia relacionada com a monitorização da fonte de informação foi incluída neste modelo. Dado que parte da memória que os participantes reconstróem se baseia em auto-conhecimento, a decisão de identificar a fonte exacta da informação torna-se mais difícil (Johnson e col., 1993). Os participantes poderão pensar: esta informação corresponde a algo que eu já sabia (i.e., fazia parte do meu auto-conhecimento) ou foi algo que passei a conhecer depois da apresentação da sugestão do evento (i.e., informação decorrente de uma reconstrução baseada na sugestão)? Congruente com a possibilidade deste tipo de erros estar presente na construção das falsas memórias é a indicação de que os participantes que elaboraram narrativas mais extensas, quer sobre os episódios verídicos quer em resposta ao episódio falso, revelaram maior probabilidade de acederem a auto-conhecimento e a criarem falsas memórias (Hyman & Billings, 1998). Possivelmente os participantes que falaram mais sobre os eventos envolveram-se num maior esforço de integração da informação sugerida com o auto-conhecimento. Esta maior elaboração pode aumentar ainda mais a dificuldade em identificar correctamente a fonte de informação quando, posteriormente, o participante é questionado sobre o mesmo evento.

Se considerarmos que outros procedimentos podem ser adicionados a esta tarefa de construção da possibilidade do evento, como a instrução de recriação imagética do evento sugerido, a riqueza e vivacidade desta produção serão aumentadas. Nesta situação a reconstrução do evento poderá incluir imagens nítidas da situação tendo algumas delas origem em memórias reais, como por exemplo, a recriação do local onde o evento possa ter ocorrido. Adicionalmente, como sugerem os estudos relacionados com a inflação da imaginação em relação à avaliação da probabilidade de ocorrência futura dos eventos, os eventos mais fáceis de imaginar são alvo de um maior efeito de inflação (Sherman e col., 1985). Os participantes terão mais facilidade em reconstruir imagetivamente um evento se tiverem memórias reais para alguns dos seus elementos do que se estes forem inexistentes. Para além disso, se o participante se envolver repetidamente nesta elaboração das possibilidades do evento (como acontece quando são realizadas entrevistas repetidas ou o participante é incentivado a pensar ou a recriar imagetivamente o episódio no intervalo que medeia as entrevistas), esta elaboração torna-se cada vez mais robusta. As expectativas que muitas vezes são transmitidas ao participante pelo experimentador sobre a recuperação crescente de informação sobre os eventos, principalmente sobre os que não foram recordados num dado momento, podem levar o participante a investir um esforço adicional na reconstrução desse evento (e.g., Zaragoza & Mitchell, 1996). A recriação de uma possibilidade de ocorrência do evento cada vez mais rica em termos de detalhes, donde mais

parecida com eventos reais, torna o julgamento sobre a decisão da fonte de memória ainda mais difícil promovendo a criação da falsa memória.

A importância do conhecimento prévio que os participantes detêm sobre os eventos sugeridos foi igualmente demonstrada por outros autores (Pezdek, 1994; Pezdek e col., 1997). No primeiro trabalho verificou-se que a probabilidade de criação de uma falsa memória foi superior nas situações em que os participantes tinham mais conhecimento sobre o evento falso sugerido. A autora argumentou que a ausência de um guião informativo sobre o evento sugerido pode impossibilitar a criação de uma falsa memória para o mesmo. Pezdek e colaboradores (1997) também demonstraram que as pessoas criam mais facilmente falsas memórias para experiências para as quais têm conhecimento semântico (criação de uma falsa memória para um ritual judeu em participantes desta religião) relativamente àquelas para as quais o conhecimento é muito mais reduzido (criação de uma falsa memória para um ritual cristão em participantes da religião judaica).

De igual modo outros trabalhos têm fortalecido a relevância do conhecimento prévio na construção de falsas memórias. Por exemplo, como vimos anteriormente, Braun e colaboradores (2002), observaram que a construção de falsas memórias em relação ao personagem Bugs Bunny foi significativamente superior à observada em relação à personagem Ariel. Os autores justificam esta diferença por o primeiro personagem ser mais conhecido pelos participantes que o segundo. Este trabalho revela ainda que o apelo a informação autobiográfica (que apela à experiência do próprio participante, ao seu próprio auto-conhecimento) potenciou a criação das falsas memórias. Para além disso, o facto do evento sugerido ser apresentado conjuntamente com informação autobiográfica pode aumentar a plausibilidade percebida do evento, considerada um elemento fundamental na criação das falsas memórias.

Procedimentos experimentais surgidos mais recentemente em que são utilizadas fotografias como meio complementar da sugestão do evento falso têm procurado cumprir os passos sugeridos por Hyman e colaboradores (Lindsay e col., 2004a; Wade e col., 2002). Há dois aspectos que estes autores consideram importantes no sucesso que este procedimento tem alcançado na criação de falsas memórias para eventos da infância. Em primeiro lugar, a apresentação de fotografias constitui uma prova quase inegável sobre a ocorrência dos eventos sugeridos potenciando a credibilidade da sugestão. Depois, a apresentação de fotografias motiva a que os participantes elaborem sobre a possibilidade do evento, pois elas fornecem aos participantes um conjunto de elementos que lhes permitirão, com maior facilidade, recriar a ocorrência do evento, tais como detalhes sobre um possível contexto, informação sobre pessoas envolvidas na situação ou mesmo informação sobre como o participante era na altura do evento sugerido. E, como a investigação sugere, as imagens que são facilmente geradas são mais vulneráveis a uma avaliação de memória genuína.

A estimulação informativa que ocorre na primeira entrevista pela apresentação da fotografia pode constituir a plataforma para a criação de uma narrativa vívida, rica em detalhes

sensoriais e contextuais para o evento sugerido. A riqueza desta recriação pode dificultar a identificação da fonte desta informação quando mais tarde o participante for questionado sobre o evento. Nos procedimentos em que a sugestão não é acompanhada de estímulos visuais (fotografias) pode ser mais difícil os participantes especularem sobre o evento devido à ausência de pistas sobre detalhes relevantes que estão presentes nestes estímulos. Recordamos que no trabalho de Lindsay e colaboradores (2004) a frequência de falsas memórias obtida foi cerca do dobro do habitualmente obtido nos estudos de implantação de falsas memórias, mesmo com a utilização do critério de classificação de falsa memória mais exigente. Efectivamente, estes autores reportam que a recordação dos eventos falsos foi acompanhada de um sentimento de re-experiência da situação descrita e por uma elevada confiança sobre a ocorrência real dos mesmos.

Assim, a utilização de fotografias ou de outros meios de sugestão que aumentem a credibilidade da sugestão apresentada podem potenciar a crença dos participantes em como os eventos efectivamente ocorreram. Por outro lado, a utilização deste tipo de estímulos promove o envolvimento do participante na elaboração de possibilidades sobre a ocorrência do evento que potencialmente serão detalhadas dado que as fotografias contêm um conjunto de elementos nos quais estas construções se podem basear. O efeito provocado por estes estímulos será de algum modo similar ao desencadeado pelas instruções de recriação imagética, embora neste último caso as construções provavelmente não sejam tão ricas do ponto de vista perceptivo e/ou contextual. As características pormenorizadas destas recriações dificultam a capacidade do participante, posteriormente, identificar se a informação corresponde a uma memória real ou a uma construção. Este processo será ainda mais difícil, se no decorrer desta elaboração, o participante integrar auto-conhecimento relevante. O esquema de memória resultante desta combinação entre uma recriação rica do ponto de vista perceptivo e do conhecimento sobre o próprio será mais dificilmente diferenciado de esquemas relativos a memórias reais. Daqui decorre uma maior probabilidade de identificações erradas da fonte da informação, ou seja, da criação de uma falsa memória.

Em suma, os modelos que procuram descrever o desenvolvimento das falsas memórias consideram três aspectos essenciais: a aceitação da plausibilidade do evento, o desenvolvimento da crença em como o evento de facto ocorreu e a construção e aceitação de uma memória para o evento. Como descrevemos, cada uma destas fases pode ser influenciada por diferentes elementos. Por exemplo, o participante terá mais facilidade em acreditar que um dado evento ocorreu se considerar que a fonte dessa informação é credível ou se lhe for apresentada uma fotografia relacionada. Já a construção da memória para o evento pode ser auxiliada por técnicas ou tarefas que aumentem a elaboração e reconstrução de um esquema de memória de tal modo detalhado e integrado que leva a uma grande dificuldade em identificar se a informação que está a ser recordada corresponde a uma elaboração ou a um evento real. No entanto, a contribuição que cada um dos elementos tem em cada fase do processo de construção de falsas memórias não é ainda muito clara na literatura.

7. Fenomenologia

Para além da compreensão do processo pelo qual as falsas memórias ocorrem e dos factores que podem potenciar ou diminuir a sua ocorrência, importa perceber se é possível diferenciar uma falsa memória de uma memória verídica. Como refere Mazzoni (2002), a compreensão da fenomenologia dos erros de memória, fornece informação adicional sobre a qualidade dos mesmos e pode contribuir para desvendar as razões da sua ocorrência. A importância da compreensão deste aspecto é igualmente reconhecida por outros autores (e.g., Lampinen e col., 1998). A distinção entre estes dois tipos de memórias (verídicas e falsas) pode ser considerada de duas perspectivas: a perspectiva do observador e a perspectiva de quem as recorda ou elabora.

No caso da diferenciação por parte de quem conta a história ou efectua um falso reconhecimento, a monitorização dos processos inerentes à elaboração das memórias pode proporcionar dados fundamentais, sendo esta monitorização efectuada pelos próprios participantes. Esta é, provavelmente a área onde mais se têm procurado evidências para diferenciar os processos subjacentes à descrição de uma memória verídica e de uma memória falsa. Smith e colaboradores (2003) defendem a possibilidade de identificar a “assinatura” inerente ao processo de elaboração de uma falsa memória ou de recuperação de uma memória verídica. Se esta assinatura for revelada será então possível determinar se uma dada experiência de recordação se refere a uma recordação verídica ou a uma construção falsa.

A diferenciação destes processos pode ser explorada através da avaliação de um conjunto de elementos, realizada pelo próprio participante, referentes ao modo como o evento ou a informação está a ser recordada. O participante pode, por exemplo, avaliar a clareza da sua memória ou a confiança que tem na informação que está a relatar. A resposta a questionários como o questionário das características da memória (*Memory Characteristic Questionnaire*) (Johnson e col., 1988) permite obter avaliações subjectivas sobre características específicas das memórias (e.g., detalhes perceptivos ou emocionais) que nos poderão igualmente ajudar a diferenciar as memórias verídicas das memórias falsas.

Ainda relativamente ao processo de recordação da informação, os estudos sobre a fenomenologia das falsas memórias têm recorrido à distinção proposta por Endel Tulving (1985) entre memória semântica e memória procedimental. Nesta avaliação os participantes definem se a informação que está a ser relatada decorre de uma recordação específica do momento da apresentação da informação – julgamento *lembro* (*remember*), ou se decorre apenas de um sentimento de familiaridade associado à mesma, ou seja, recordam a informação mas não o momento específico da sua apresentação – julgamento *sei* (*know*). Considera-se que no primeiro caso está subjacente a recuperação de um episódio específico (referente portanto a uma memória episódica) podendo o participante recordar aspectos específicos do mesmo como a voz que apresentou o item reconhecido, qual o item que o antecedeu ou seguiu, entre outros aspectos. No

segundo caso estará inerente a recuperação a partir da memória procedimental não existindo a recuperação sobre elementos específicos do próprio evento. Assim, uma pessoa pode recordar claramente ter apanhado um choque quando um colega acidentalmente lhe encostou um fio eléctrico desprotegido, o que corresponde a uma experiência de recordação *lembro*. A mesma pessoa pode saber que, quando era bebé, apenas conseguia adormecer a ouvir música; no entanto, o participante apenas tem este conhecimento por os seus pais lho contarem, não existindo uma recordação específica para o evento devido à amnésia infantil; esta corresponde a uma experiência de recordação *sei*.

Os processos subjacentes a este julgamento têm, no entanto, sido contestados por alguns autores. Por exemplo, Johnson e colaboradores (1988) referem que “apesar da distinção *lembro* vs *sei* capturar uma clara diferença relativa ao fenómeno de experiências mentais, a evidência para uma diferença teórica com significado tem sido difícil de encontrar” (p. 392). Estes autores sugerem, por exemplo, que o julgamento *sei* pode reflectir quer sistemas semânticos, quer sistemas procedimentais. Por outro lado, os julgamentos *lembro* podem indicar algum processamento explícito ou conceptual enquanto os julgamentos *sei* podem reflectir processos baseados na familiaridade, fluência perceptiva e processamentos mais implícitos (para uma discussão mais alargada sobre o tema consultar Rajaram & Roediger, 1997; Roediger, Wheeler, & Rajaram, 1993). Alguns autores questionam ainda se os dois elementos deste julgamento são mutuamente exclusivos, se são independentes um do outro ou têm pontos comuns. Não obstante, quaisquer que sejam os processos subjacentes a este julgamento, o mais relevante para o presente caso é que ele capta efectivamente o sentido fenomenológico de um episódio, talvez até de experiências autobiográficas do nosso passado (Holmes e col., 1998). É neste sentido que esta tarefa tem sido utilizada em vários trabalhos (para uma revisão sobre este tema consultar Gardiner & Richardson-Klavehn, 2000).

Da perspectiva do observador, a possibilidade de distinção entre o relato de um episódio verídico e o relato de um episódio falso decorre da análise directa da narrativa elaborada para cada um. Alguns dos elementos que têm sido considerados são a extensão da narrativa (revelada pelo número de palavras que os participantes utilizam para descrever os episódios) e a quantidade de informação perceptiva ou sensorial descrita.

Mas recentemente, técnicas de neuroimagem e de registo fisiológico têm sido usadas na busca de uma “assinatura cerebral” ou “fisiológica” que permita identificar se o participante está a descrever um episódio verídico ou um episódio falso (para uma revisão consultar Loftus, 2005b; Schacter & Slotnick, 2004).

Passamos a apresentar alguns dados referentes à fenomenologia das memórias verídicas e falsas. Consideramos este tema para o paradigma DRM e afins, o paradigma da informação enganosa e, finalmente, na criação de falsas memórias para eventos mais complexos. No primeiro caso a diferenciação entre memórias verídicas e falsas refere-se fundamentalmente aos aspectos do processo de memória. Já no último caso, os elementos que podem ser observados

directamente do relato das memórias relativas a eventos verídicos e falsos também têm sido abordados.

7.1. Paradigma DRM e afins

Como já referimos, neste paradigma a fenomenologia das memórias verídicas e falsas tem-se centrado essencialmente na perspectiva de quem recorda a informação. Os dois procedimentos mais utilizados são o questionário das características da memória e o julgamento *lembro vs sei*. Embora os estudos não sejam muito consistentes nos dados obtidos em relação a esta última tarefa, importa reter que alguns resultados revelam que os participantes atribuem à resposta a itens que nunca foram apresentados uma recordação específica da sua exposição. Passamos a apresentar alguns exemplos destes trabalhos.

No estudo que lançou o presente paradigma, Roediger e McDermott (1995) solicitaram aos participantes que avaliassem as respostas de reconhecimento afirmativo utilizando o julgamento *lembro vs sei*. Assim, os participantes avaliaram se os itens estavam a ser recordados de uma forma vívida (avaliação *lembro*) ou se eram acompanhados apenas por uma sensação de familiaridade sem a recordação efectiva da sua apresentação (avaliação *sei*). A maior parte dos participantes indicou que a recordação dos itens críticos da lista estava associada a uma experiência de recordação específica (avaliação *lembro*). O mesmo padrão de dados foi obtido por Holmes e colaboradores (1998) utilizando um paradigma semelhante ao DRM. Estes autores verificaram ainda que os participantes confiaram nas respostas erradas embora um pouco menos que nas correctas.

Payne e colaboradores (1996) também verificaram que o julgamento *lembro vs sei* realizado pelos participantes relativamente aos itens apresentados não se diferenciou do efectuado para os itens falsos. Em ambos os casos esta recordação foi avaliada como tendo associada uma recordação específica do momento de apresentação dos itens. Os autores referem que os participantes estavam mesmo dispostos a identificar qual dos experimentadores tinha apresentado os itens críticos que eles erradamente estavam a recordar ou reconhecer. A forma como a experiência de recordação foi avaliada não se diferenciou em função do momento de realização da tarefa mnésica (realização imediata ou ao fim de 24 horas), revelando a robustez do traço de memória para os itens críticos. No segundo estudo destes autores, os participantes avaliaram a confiança que tinham nas suas respostas, tendo os dados revelado que as respostas correctas (i.e., respostas afirmativas para itens efectivamente apresentados) foram avaliadas com uma confiança ligeiramente superior às respostas erradas referentes aos itens críticos. Não obstante, é de notar que a estas respostas foi, ainda assim, conferida alguma confiança. Assumidos em conjunto, os resultados destes dois estudos sugerem que a experiência de

recordação dos itens críticos (itens não apresentados) não se diferenciou notoriamente da experiência de recordação de itens efectivamente apresentados. Assim, para além da elevada frequência de falsas memórias suscitada por este paradigma, a experiência da recordação falsa (i.e., de identificação errada de itens que não foram apresentados anteriormente) parece ser idêntica à experiência de recordação correcta ou verídica.

Num dos trabalhos em que foi explorada a influência da modalidade de apresentação dos estímulos, Israel e Schacter (1997) também implementaram o julgamento *sei vs lembro*. Os autores verificaram que a avaliação fenomenológica das falsas memórias foi distinta conforme a modalidade de apresentação dos itens. Como já referimos, o estudo das imagens promoveu uma melhor discriminação entre itens apresentados anteriormente e itens novos. Por outro lado, esta forma de apresentação dos estímulos levou a um maior número de avaliações da experiência de recordação *lembro* relativamente aos itens estudados e à sua diminuição em relação aos itens críticos. Neste caso os participantes poderão ter recorrido à informação perceptiva inerente às imagens para reduzir a susceptibilidade às falsas memórias, julgando os falsos reconhecimentos apenas como tendo associado apenas um sentimento de familiaridade.

A exploração da fenomenologia das memórias falsas e verídicas utilizando as duas formas de avaliação que referimos para o efeito foi realizada por Mather e colaboradores (1997). Assim, os participantes avaliaram a qualidade perceptiva das memórias inerentes às suas respostas (utilizando o questionário das características de memória) assim como o tipo de experiência de recordação (através do julgamento *lembro vs sei*). Os resultados indicaram que os itens verídicos reconhecidos pelos participantes se diferenciaram dos itens críticos erradamente reconhecidos quanto às suas características. Concretamente, as memórias para os itens estudados foram julgadas como sendo mais vívidas e incluíram a identificação de mais detalhes (e.g., detalhes auditivos, informação sobre reacções e sentimentos associados aos mesmos) que os itens críticos erradamente identificados. A identificação deste tipo de elementos correlacionou-se ainda positivamente com uma realização mnésica mais correcta, ou seja, com mais itens correctamente identificados e menos falsas memórias.

Quanto aos dados relativos ao julgamento *sei vs lembro*, a proporção de respostas *lembro* foi superior quando os itens estudados foram reconhecidos correctamente do que quando ocorreu uma falsa memória para um item crítico. Este padrão de dados, embora já tenha sido encontrado noutros estudos, é inconsistente com os dados geralmente obtidos. Para além disso, a quantidade de respostas *sei* observadas neste trabalho foi ligeiramente inferior à habitualmente obtida noutros trabalhos. As autoras propõem que esta diferença se pode dever ao facto de anteriormente os participantes terem procurado de um modo explícito a fonte da memória quando lhes foi solicitado que identificassem qual dos experimentadores tinha apresentado a palavra reconhecida. Assumindo esta hipótese, as autoras analisaram as respostas para os dois tipos de itens (anteriormente apresentados e itens críticos) em função da identificação correcta ou incorrecta do experimentador que tinha apresentado o item. As autoras verificaram que a avaliação *lembro* foi

mais frequente quando os participantes identificaram correctamente a fonte da informação do que quando esta foi incorrecta. Já em relação aos itens críticos erradamente reconhecidos a identificação correcta ou incorrecta da fonte que tinha apresentado os itens relacionados não influenciou a proporção de respostas *lembro*. Estes dados sugerem que a atribuição do julgamento *lembro* não se deveu a uma identificação correcta de quem apresentou a informação mas sim à presença de mais informação perceptiva sobre os itens.

Os dados obtidos por Mather e colaboradores (1997) revelam assim que, no contexto de uma tarefa de monitorização da fonte de informação, a avaliação de uma experiência de recordação efectiva não reflecte necessariamente uma atribuição correcta da fonte mas antes uma quantidade de informação perceptiva mais elevada. Porém, é de notar que, mesmo com realização da tarefa de monitorização da fonte de informação, a percentagem de falsas memórias foi considerável, sugerindo que a relação semântica entre os itens se pode ter sobreposto a outra informação (como a recordação de elementos perceptivos) que poderia garantir uma monitorização da fonte de informação mais eficaz.

Norman e Schacter (1997) encontraram um padrão de resultados semelhante aos anteriormente descritos. Num primeiro estudo os participantes descreveram detalhes específicos da fase de aprendizagem das palavras para apoiar as avaliações *lembro* relativas às falsas memórias cometidas para os itens críticos (e.g., quem apresentou a palavra). No segundo estudo, foi demonstrado que a qualidade da recordação das palavras anteriormente apresentadas foi distinta da recordação dos itens críticos. Concretamente, os participantes recordaram mais detalhes sensoriais e contextuais relativamente aos reconhecimentos correctos (e.g., som da apresentação, posição do item na lista de palavras e reacções despoletadas pelas palavras no momento da codificação) que aos falsos reconhecimentos.

A diferenciação obtida ao nível das características associadas à recordação de itens anteriormente apresentados e à dos itens críticos é congruente com dados obtidos através da Tomografia por Emissão de Positrões. O registo da actividade cerebral durante a realização de reconhecimentos correctos para palavras anteriormente apresentadas e para as falsas memórias de itens críticos revelou que esta é distinta (Schacter e col., 1996b). Concretamente, durante os reconhecimentos correctos ocorreu uma maior activação de áreas que processam informação auditiva (região temporo-parietal esquerda).

Também no trabalho de Gallo e colaboradores (1997), já considerado anteriormente quando nos referimos às tentativas de diminuir as falsas memórias, foi aplicado o julgamento *sei vs lembro*. Recordamos que foram realizados dois tipos de avisos: um apenas a requerer maior cuidado nas respostas e outro mais explícito sobre o paradigma DRM. Os autores verificaram que, no grupo que não recebeu qualquer aviso, a proporção de avaliações que reflectiam a existência de uma recordação efectiva dos itens anteriormente apresentados, assim como dos itens críticos, foi superior à avaliação que sugeria apenas um sentimento de familiaridade. No grupo a que foi solicitada uma resposta mais cuidadosa, embora a percentagem de falsas memórias para os itens

críticos tivesse sido elevada, os participantes conferiram menos a qualidade de recordação efectiva dos mesmos que o grupo anterior. Já no grupo que recebeu o aviso mais explícito as falsas memórias para os itens críticos não se diferenciaram quanto ao tipo de julgamento de memória realizado. Apenas neste último grupo as respostas correctas se diferenciaram das falsas memórias para os itens críticos, tendo sido atribuídas mais respostas *lembro* às primeiras do que às segundas.

Esta ilustração do conjunto de estudos que tem avaliado a fenomenologia das distorções de memória no paradigma DRM, assim como com procedimentos afins, revela a complexidade da distinção entre os processos de memória subjacentes às memórias verídicas e às memórias falsas. Apesar de alguns trabalhos apontarem para uma diferenciação quanto às características das memórias (e.g., riqueza de informação perceptiva) os dados nem sempre são consistentes. Quanto à diferenciação do tipo de recordação inerente às respostas, concretizada pelo julgamento *lembro vs sei*, os dados parecem indicar que os participantes atribuem aos reconhecimentos errados a recordação efectiva da sua apresentação, tal como para os reconhecimentos correctos. Em alguns casos, os participantes indicam mesmo qual a pessoa que apresentou o item que nunca foi apresentado. Também o nível de confiança que os participantes conferem às suas respostas não parece ser um indicador fiável sobre a correcção das respostas. Nenhum destes elementos parece assim constituir prova fenomenológica indiscutível sobre a veracidade das respostas dadas.

Não obstante, como verificamos, este padrão de resultados nem sempre foi obtido. Cremos que na avaliação dos dados de diferentes estudos, devem ser consideradas as diferenças em termos do procedimento dos mesmos, tais como o tipo de tarefa mnésica realizada (e.g., teste de reconhecimento ou tarefas de monitorização da fonte de informação). A acrescentar a estes dados, há outras variáveis que não foram aqui consideradas, como por exemplo a idade dos participantes, que parece também influenciar a avaliação da qualidade de recordação dos itens verídicos e falsos (e.g., Ghetti, Qin, & Goodman, 2002).

7.2. Paradigma da informação enganosa

No âmbito do paradigma da informação enganosa, os estudos que procuraram diferenciar as memórias para o evento observado das memórias referentes à informação sugerida não são muito populares. Referimos apenas dois destes trabalhos a título de exemplo. Adiantamos que os dados que têm sido obtidos no âmbito destes estudos nem sempre indicam a possibilidade de diferenciar com fiabilidade a recordação da informação observada daquela que foi apenas sugerida.

Schooler, Gerhard e Loftus (1986) realizaram uma das primeiras investidas na distinção entre o discurso que os participantes elaboram para informação falsa e para informação verdadeira. Neste estudo, os participantes observaram um conjunto de diapositivos que representava um acidente entre dois carros num cruzamento. No acidente observado por um dos grupos existia um sinal de perda de prioridade no cruzamento onde o acidente ocorreu enquanto que na situação observada pelo outro grupo não existia qualquer sinal tendo este sido sugerido posteriormente nos itens da tarefa de reconhecimento. Ambos os grupos realizaram tarefas de reconhecimento sobre o evento observado e indicaram o grau de confiança nas suas respostas tendo-lhes sido depois solicitada a descrição do evento originalmente observado. O relato efectuado pelos participantes que viram efectivamente o sinal de perda de prioridade foi depois comparado com o realizado pelos participantes a quem este foi apenas sugerido.

Os dados revelaram que as descrições verbais das memórias “não reais” foram mais longas, continham mais expressões de precaução verbais (e.g., eu acho que vi...), mais referências a operações cognitivas e menos detalhes sensoriais. A referência ao item crítico (o sinal de perda de prioridade) foi ainda mais frequente na descrição elaborada pelos participantes a quem ele foi apenas sugerido que também conferiram menos confiança ao seu relato do episódio comparativamente com os participantes que visionaram o referido sinal. Assim, estatisticamente, a descrição do episódio que foi alvo de uma sugestão foi distinta da descrição de um episódio para o qual não foi apresentada qualquer sugestão. De referir, porém, que alguns dos elementos observados nos relatos foram comuns aos dois tipos de descrições (verídicas e falsas) tais como a utilização de precauções verbais. Os autores concluem referindo que as diferenças observadas na descrição de um episódio não são suficientes para que o mesmo seja classificado, com certeza, se é correspondente a uma descrição sobre algo verdadeiro ou algo apenas sugerido.

Já mais recentemente, Tomes e Katz (2000) avaliaram a confiança que os participantes conferiram às suas respostas utilizando o paradigma tradicional da informação enganosa. Em particular, investigaram se o nível de confiança se relacionava com a correcção das respostas quando estas se referiam, ou não, a informação enganosa. Os dados indicaram que a relação entre a confiança e a correcção da memória era baixa. Ou seja, os participantes conferiram confiança a respostas erradas que decorriam da apresentação prévia da informação enganosa. E, quando a informação enganosa foi correctamente rejeitada, os níveis de confiança atribuídos a estas respostas não se diferenciaram da confiança conferida às respostas em que a sugestão foi erradamente aceite pelos participantes. Curiosamente, mesmo para cerca de um quarto das respostas incorrectas para as quais não foi apresentada qualquer informação enganosa os participantes conferiram avaliações de confiança máxima. Apenas para os dados testemunhados da situação a correcção da resposta se relacionou positivamente com a avaliação da confiança. Estes dados indicam que o nível de confiança que os participantes conferem às suas respostas na situação em que lhes é apresentada informação enganosa não constitui uma indicação fiável quanto à correcção da resposta. Adicionalmente, os autores verificaram que, em várias ocasiões, as narrativas das falsas memórias foram semelhantes às narrativas que os participantes

elaboraram para as memórias verídicas que, não tendo sido recordadas numa primeira entrevista, foram “recuperadas”, em entrevistas posteriores.

7.3. Criação de falsas memórias

Os estudos que exploram as diferenças entre memórias verídicas que são recordadas e memórias falsas que foram implantadas no decorrer da investigação têm analisado aspectos relativos ao processo de recordação da informação (e.g., avaliação da confiança e julgamento *lembro vs sei*), assim como aos elementos presentes na narrativa das mesmas. Também neste caso se investigam aspectos que possam permitir a identificação de quando é que uma pessoa está a recordar informação referente a um episódio verídico ou a um evento falso. Como já foi referido, a recriação imagética constitui um meio de grande potencialidade para o desenvolvimento de falsas memórias. Os dados obtidos nesta área de investigação poderão sugerir elementos que nos ajudem a diferenciar as memórias de eventos verídicos das memórias de eventos falsos, em particular quando estas últimas decorrem de processos de recriação imagética. A literatura sobre este tema é sem dúvida mais abundante tendo o interesse por ele crescido consideravelmente na sequência da apresentação da teoria de monitorização da fonte e dos estudos de Johnson e colaboradores (Johnson, 1988; Johnson e col., 1988).

A comparação da descrição e forma de recordação dos episódios autobiográficos verídicos e falsos foi efectuada no primeiro trabalho alargado sobre a implantação de falsas memórias de Loftus e Pickrell (1995). Concretamente, foi averiguado se estes relatos se diferenciavam quanto à sua extensão, quanto ao nível de clareza da recordação e quanto à confiança que os participantes tinham em como, se lhes fosse dado mais tempo, conseguiriam recordar mais informação sobre cada episódio. Estes dois elementos, avaliados pelos participantes, fornecem informação sobre a forma como os episódios estão a ser recordados. As autoras verificaram que os participantes relataram os episódios verídicos utilizando mais palavras comparativamente com o episódio falso. Os dois tipos de episódios diferenciaram-se ainda nas duas dimensões avaliadas pelos participantes, sendo a clareza da recordação e a confiança em como seriam capazes de recordar mais elementos sobre os episódios superior no caso dos episódios verídicos.

Heaps e Nash (2001) reproduziram o procedimento experimental de Loftus e Pickrell (1995) para a implantação de memórias autobiográficas falsas. Neste trabalho foi ainda introduzida a instrução de recriação imagética quando os participantes não recordavam o evento apresentado e os episódios foram relatados em várias ocasiões (recordação realizada três vezes ao longo de três semanas). Os participantes julgaram para cada memória um conjunto de indicadores e dois juizes independentes avaliaram o conteúdo das narrativas. Os autores encontraram várias diferenças na experiência de recordação dos episódios verídicos e falso: os

participantes avaliaram as memórias para os eventos verídicos como mais ricas em termos da experiência de recordação e mais claras que a do episódio falso. Eles classificaram ainda os episódios verídicos como tendo sido emocionalmente mais intensos, mais importantes e menos típicos que o evento falso.

Também a avaliação independente realizada pelos juízes revelou diferenças entre as descrições dos dois tipos de episódios. Concretamente, para os episódios verídicos foram referidas mais unidades de informação e mais consequências dos eventos. Esta diferença fenomenológica entre os dois tipos de episódios foi, no entanto, eliminada pelo relato repetido dos eventos. Assim, apesar de inicialmente ter sido possível identificar elementos que diferenciaram o relato de um episódio verídico de um falso, estas diferenças foram atenuadas, senão mesmo eliminadas, com a repetição do relato do episódio.

Pezdek e colaboradores (1997) também reportaram algumas diferenças nos relatos dos episódios verídicos e falso, nomeadamente nas quantidades de palavras usadas na descrição, de unidades de informação relatadas, e de detalhes que os participantes acrescentaram para além da informação inicialmente apresentada para os episódios. A natureza da memória dos dois tipos de episódios, avaliada pela clareza da recordação e confiança na recordação, apresentou igualmente diferenças. Para ambas as dimensões, os episódios verídicos superaram o episódio falso.

Nos trabalhos realizados por Hyman e colaboradores a descrição que os participantes realizaram dos episódios verídicos e falso foi também comparada em alguns elementos, assim como as características da recordação dos eventos. No trabalho deste autor e de Pentland (1996), os participantes consideraram que a recordação dos episódios verídicos foi mais clara que a do episódio falso. Por outro lado, a clareza da recordação conferida ao episódio falso foi semelhante à conferida aos episódios verídicos que foram recordados apenas na segunda ou terceira entrevista. Este dado sugere a dificuldade que poderá ocorrer em diferenciar entre memórias recuperadas e memórias falsas, possivelmente porque em ambos os casos os relatos decorrem de processos de reconstrução. Eles conferiram ainda um nível emocional mais baixo ao episódio falso que aos episódios verídicos.

Consideramos alguns dados que Hyman e Billings (1998) recolheram sobre a fenomenologia das memórias. Quanto à confiança que os participantes depositaram na sua memória para o episódio falso, verificou-se que esta se relacionou positivamente com o grau de descrição do episódio (classificada em “sem falsa memória”, “tentativa de recordação mas sem memória”, “falsa memória parcial” e “falsa memória completa”). No entanto, esta diferença apenas foi significativa na comparação da confiança atribuída pelos participantes que elaboraram uma “falsa memória clara” comparativamente com a dos participantes “sem falsa memória” e “com tentativa mas sem recordação”. Por outro lado, a avaliação da confiança relativa às “falsas memórias parciais”, não se diferenciou significativamente da confiança atribuída às restantes formas de descrição do episódio falso. A confiança conferida às falsas memórias (claras e parciais) e a atribuída a memórias verídicas recuperadas (i.e., que não foram recordadas na

primeira entrevista, mas descritas na segunda entrevista) não se diferenciou significativamente. Deste modo, torna-se mais difícil discernir se as memórias recuperadas correspondem a elaborações em resposta à exigência da situação ou se correspondem a memórias que foram efectivamente recuperadas. Foi encontrada uma correlação positiva quanto à extensão dos relatos para os episódios verídicos e falso. Para além disso, ocorreu uma correlação positiva entre a extensão dos relatos efectuados em resposta à sugestão e a criação de falsas memórias. Assim, os participantes que elaboraram uma falsa memória podem ter-se envolvido em processos mais elaborados de integração de informação (e.g., informação relativa a auto-conhecimento, construção de imagens e de uma narrativa coerente), conduzindo por isso à utilização de mais palavras. Decorrente deste maior esforço, resulta provavelmente uma narrativa mais elaborada e mais difícil de diferenciar dos relatos de episódios verídicos.

No trabalho em que foram criadas falsas memórias para eventos com uma forte carga emocional negativa realizado por Porter e colaboradores (1999), foram comparadas as características entre as memórias verídicas, memórias falsas e relatos inventados (com o objectivo de convencer o entrevistador sobre a ocorrência real dos mesmos). As memórias implantadas revelaram-se menos vívidas e claras que as restantes. Por outro lado, os relatos inventados foram mais vívidos que as memórias reais. A confiança atribuída às memórias falsas foi menor que às memórias verídicas e não se diferenciou da conferida às memórias construídas. Os relatos das memórias implantadas foram ainda consideradas como menos coerentes que as restantes memórias, não tendo as inventadas e as verídicas diferido neste aspecto. Quanto ao nível de detalhe dos relatos efectuados, as memórias para os eventos criados revelaram-se mais ricas que as memórias falsas ou que as verídicas. Finalmente, os participantes revelaram mais facilidade em se imaginarem nas memórias verídicas que foram relatadas, tendo assumido mais a perspectiva do observador no caso das memórias criadas e das memórias construídas. Por outro lado, alguns aspectos não revelaram ser distintos entre os eventos, tais como a presença de componentes sensoriais, o sentimento de reexperiência dos eventos e a importância atribuída aos eventos. Estes dados revelam alguns elementos que permitem diferenciar as memórias verídicas das falsas ou ainda de histórias inventadas deliberadamente pelos participantes. No entanto, como verificamos, o padrão de resultados encontrado na comparação destes três tipos de descrições nem sempre indica no mesmo sentido.

Ost, Vrij, Costall e Bull (2002) revelaram dados que não indicam a possibilidade de efectuar uma diferenciação clara entre memórias verídicas e memórias para eventos falsamente recordados. Neste caso, alguns participantes desenvolveram uma falsa memória relativamente a terem visto um filme em que era mostrado o acidente de carro em que a Princesa Diana morreu. Uma memória para o testemunho deste vídeo é impossível porque não existe efectivamente qualquer vídeo que retrate esta situação. Foram considerados três grupos de participantes: os que elaboraram uma falsa memória (os participantes que indicaram que tinham visto o filme), os que apenas imaginaram a situação (em resposta à instrução de recriação imagética apresentada pelos investigadores) e os relativos a uma situação percebida ou real (este constituía o grupo de

controlo a quem apenas foi pedido que relatassem a memória relativa ao momento em que receberam a notícia do acidente e suas consequências). Os participantes responderam ao *questionário de características de memória* (Johnson e col., 1988), avaliaram a confiança que tinham na sua memória e ainda a sua capacidade geral de memória. O questionário de características não permitiu uma diferenciação clara entre os participantes que avaliaram uma memória verídica e os que avaliaram uma falsa memória. Apenas os participantes que caracterizaram a memória efectiva da recepção da notícia do acidente tiveram valores mais elevados na sub escala referente aos detalhes sensoriais relativamente aos que apenas imaginaram o evento.

A qualidade dos reconhecimentos correctos e incorrectos relativamente a eventos e pensamentos foi comparada num estudo de diários realizado por Conway, Collins, Gathercole e Anderson (1996). Quanto à correcção da memória, os autores verificaram uma elevada percentagem de reconhecimentos correctos para os dois tipos de informação, embora esta tenha sido ligeiramente superior para os eventos. Relativamente à qualidade da recordação, os autores verificaram que as recordações verídicas dos eventos foram associadas à experiência de recordação efectiva enquanto a recordação correcta dos pensamentos foi mais associada com a experiência de familiaridade. Nenhum dos tipos de experiência de recordação considerados (recordação efectiva, familiaridade ou sem consciência) se salientou na avaliação das respostas falsas para os eventos. Já para as falsas memórias relativas aos pensamentos, as experiências de familiaridade ou de ausência de estado de consciência foram as mais frequentes. Estes dados mostram assim que as memórias verídicas e falsas se diferenciam quanto à experiência de recordação, mas apenas quando estas se referem a eventos.

Relativamente à qualidade de descrição de eventos reais e de eventos imaginados, começamos por apresentar o estudo pioneiro de Johnson e colaboradores (1988). Neste trabalho os autores exploraram a qualidade da descrição de eventos autobiográficos reais e imaginados para dois momentos distintos da vida dos participantes: eventos ocorridos nas suas infâncias e eventos recentes. Os autores verificaram que os episódios percebidos foram descritos com mais informação perceptiva e contextual e ainda com referência a mais elementos relacionados, comparativamente com os episódios imaginados. Esta diferença foi mais notória para os eventos mais recentes que para os eventos da infância. Os autores sugerem que, quando a recordação ou imaginação se refere a eventos da infância, a descrição resultante inclui informação mais difusa e com menos detalhes perceptivos devido ao intervalo de tempo entretanto decorrido. Deste modo, a imaginação de um evento da infância gera informação que é mais facilmente confundida com um evento real desse período. O mesmo será mais difícil de ocorrer em relação a eventos percebidos e imaginados mais recentemente devido à maior presença de elementos perceptivos nos primeiros. Também outros trabalhos têm revelado a influência que a passagem do tempo tem na qualidade das memórias. Por exemplo, Stern e Rotello (2000) mostraram que a memória de eventos ocorridos recentemente contém mais informação detalhada que a memória para eventos que ocorreram algum tempo antes.

Estes autores, Johnson e colaboradores (1988), solicitaram também aos participantes que indicassem quais os elementos em que tinham baseado para determinar se os eventos autobiográficos apresentados tinham ou não ocorrido. Na justificação dos eventos percebidos os participantes referiram mais detalhes perceptivos e contextuais da memória e, ainda, informação referente a outros eventos que apoiavam essa ocorrência. Já na justificação dos eventos imaginados, os participantes referiram essencialmente processos de raciocínio baseados em conhecimento prévio. Estes dados indicam assim a existência de características distintas, tanto em termos de descrição como em termos do processo da recordação, para os eventos percebidos e para os eventos imaginados. Estes são dados que devem ser considerados dada a capacidade promotora da criação de falsas memórias que a recriação imagética possui.

Outros trabalhos se seguiram na procura de diferenças entre eventos reais e imaginados. Arbuthnott, Geelen e Kealy (2002) incluíram ainda nesta comparação um terceiro tipo de eventos, tendo eles confrontado a qualidade das memórias para eventos reais (i.e., eventos percebidos), com a de eventos imaginados e de eventos resultantes da normal actividade imagética (e.g., fantasias) avaliada através do *questionário de características de memória*. Os autores constataram que as memórias percebidas foram avaliadas como tendo mais detalhes sensoriais (e.g., som e cheiro), contextuais e temporais comparativamente com as memórias para eventos imaginados naturalmente. As memórias percebidas também se diferenciaram das imaginadas relativamente à presença de detalhes sensoriais e temporais, tendo estes elementos sido mais notórios nas memórias percebidas. Estas diferenças mantiveram-se independentemente do evento ter sido imaginado antes ou depois de terem sido descritos eventos percebidos, o que reforça a atribuição destas diferenças à vivência dos episódios. Os episódios imaginados revelaram ainda menor presença de pensamentos e sentimentos associados relativamente aos episódios verídicos e às fantasias. Este último tipo de eventos também apresentou mais elementos referentes ao contexto que os eventos de recriação imagética. Estes dados sugerem assim que os eventos resultantes da recriação imagética são distintos dos eventos percebidos quanto às suas características fenomenológicas. Para além disso, os eventos resultantes dos dois tipos de actividade imagética, a recriação imagética guiada e a imaginação natural, também não parecem partilhar muitas características.

Na mesma linha do trabalho anterior, (Arbuthnott, no prelo) avaliou a fenomenologia de memórias para eventos percebidos e memórias para eventos recriados imageticamente, considerando o factor de repetição da recriação imagética dos eventos autobiográficos (uma, duas ou três vezes ao longo de três semanas). Apesar dos dois tipos de episódios se terem diferenciado nas duas primeiras entrevistas quanto às características da recordação, já na terceira entrevista esta diferença não foi observada. Assim, a repetição aumentou a semelhança entre as avaliações fenomenológicas dos eventos imaginados e da memória autobiográfica tendo eliminado as diferenças inicialmente observadas, tal como ocorreu no estudo de Heaps e Nash (2001). Apesar deste efeito menos positivo da repetição da imaginação na diferenciação dos eventos, a autora descobriu que esta actividade também desempenhou um papel positivo. Concretamente, a

imaginação repetida dos eventos aumentou os reconhecimentos correctos e a identificação correcta da fonte de memória quer para as memórias autobiográficas quer para os eventos imaginados.

Para além dos dados aqui apresentados, outros estudos já descritos ao longo desta exposição da literatura revelaram evidências a favor da diferenciação das memórias falsas e verdadeiras quanto ao seu conteúdo (e.g., Henkel e col., 1998; Lampinen e col., 2003; McGinnis & Roberts, 1996). De um modo global, as memórias verdadeiras parecem ser descritas com mais elementos perceptivos, mais referência às consequências dos eventos, mais informação contextual dos eventos e com um maior número de palavras. Não obstante, outros trabalhos têm apresentado resultados que não revelam uma diferenciação tão notória entre as memórias para eventos reais e imaginados (e.g., Johnson e col., 1988). Assim, apesar dos dados penderem para a diferenciação das memórias verdadeiras e falsas quanto ao que é possível observar das mesmas (i.e., a sua descrição) e à caracterização que o participante realiza do processo de recordação subjacente, os dados nem sempre são consistentes.

Importa ainda considerar alguns dos dados apresentados em que as falsas memórias foram comparadas com memórias para eventos verdadeiros que foram recordados num primeiro momento mas que foram posteriormente descritos. Neste caso, as características da recordação de falsas memórias parecem ser semelhantes às características da recordação dos eventos recuperados. A descrição de episódios recuperados pode efectivamente resultar de um processo de reconstrução, tal como as falsas memórias. Daí a semelhança entre estes dois tipos de memórias e a consequente maior dificuldade em diferenciar estes dois tipos de memórias.

Como referem Lampinen e col., (2003), “talvez o aspecto mais fascinante da investigação nas falsas memórias seja o modo como o nosso sistema de memória consegue criar falsas memórias que são, no entanto, convincentes para eventos que nunca ocorreram” (p. 891). Os autores atribuem parte desta responsabilidade à relação entre a memória e a imaginação. Tal como já referimos a actividade de imaginar repetidamente um evento, ainda que este nunca tenha ocorrido, produz relatos dos episódios que não se diferenciam de relatos de episódios que efectivamente ocorreram. Outros factores parecem igualmente influenciar a possibilidade de diferenciar as memórias de episódios verdadeiros e falsos, como a passagem do tempo relativamente ao momento de ocorrência dos eventos e a quantidade de vezes que os participantes descrevem os episódios.

8. Neurociências e neuropsicologia

A exploração dos mecanismos neuronais subjacentes à ocorrência das falsas memórias é uma área de estudo relativamente recente. Duas abordagens têm sido utilizadas nesta área de estudo: o estudo de casos e o registo da actividade cerebral no decorrer da realização das tarefas. Estes últimos estudos têm recorrido a técnicas de neuroimagem e de registo de activação fisiológica na tentativa de identificar em termos de activação cerebral e/ou fisiológica aspectos que permitam diferenciar as memórias verídicas das falsas. Já no primeiro tipo de estudos, estabelecem-se relações entre problemas neurológicos específicos e o padrão de falsas memórias observado. Abordamos apenas de um modo geral e sucinto alguns dos trabalhos que têm sido realizados nestas áreas assim como as principais conclusões dos mesmos. Começamos por referir os trabalhos que utilizaram o paradigma DRM como tarefa indutora de distorções de memória.

8.1. Paradigma DRM

Grande parte dos trabalhos em que se tentou estabelecer um padrão de activação cerebral ou identificar as áreas cerebrais implicadas na ocorrência de uma memória correcta ou na distorção da mesma recorreu ao paradigma DRM (Roediger & McDermott, 1995) ou alguma variante do mesmo (e.g., Cabeza, Rao, Wagner, Mayer, & Schacter, 2001; Curran, Schacter, Johnson, & Spinks, 2001; Fabiani, Stadler, & Wessels, 2000; Johnson e col., 1997; Miller, Baratta, Wynveen, & Rosenfeld, 2001; Schacter e col., 1996b). Assim, em termos procedimentais, os participantes estudam listas de palavras relacionadas com um item crítico não apresentado. Quando a memória dos participantes é posteriormente testada para os itens estudados, os itens críticos são erradamente recordados ou reconhecidos com uma elevada frequência. Adicionalmente, os participantes tendem a atribuir a esta recordação o carácter de recordação de um evento real.

Alguns estudos de caso de pacientes com lesões cerebrais têm explorado a relação entre a localização das mesmas e a ocorrência de ilusões ou distorções de memória (e.g., Curran, Schacter, Norman, & Galluccio, 1997; Schacter, Curran, Galluccio, Milberg, & Bates, 1996a; Schacter e col., 1998). Por exemplo, Schacter, Verfaellie e Pradere (1996c) relataram uma associação entre a amnésia e a diminuição da frequência de falsas memórias utilizando o paradigma DRM. Este dado sugere que os processos subjacentes aos falsos reconhecimentos podem de algum modo sobrepor-se aos que ocorrem num processo de reconhecimento normal. Resultados obtidos em estudos de neuroimagem apoiam esta conclusão (e.g., Schacter e col., 1996b), embora nem todas as populações com perturbações de memória exibam este padrão de redução de falsas memórias.

Outras populações clínicas, como pessoas com demência e doença de Alzheimer, têm também sido investigadas. Estes trabalhos têm demonstrado o efeito robusto da produção de falsas memórias com o paradigma DRM mas, para além disso, os pacientes com doença de Alzheimer, tendencialmente, produzem mais falsas memórias que idosos saudáveis. Estes últimos, por sua vez, apresentam esta mesma diferença em relação a jovens adultos (Balota e col., 1999). Alguns autores sugerem que estas diferenças de desempenho observadas entre idosos saudáveis e pessoas com demência do tipo Alzheimer podem decorrer da maior dificuldade na monitorização e/ou nos sistemas de controlo cognitivo atencional característicos destes últimos que impede uma diferenciação eficaz entre as palavras apresentadas e as que ocorrem devido à activação geral das palavras relacionadas (e que convergem para o item crítico) (e.g., Balota e col., 1999; Johnson e col., 1993; Watson e col., 2001).

Relativamente à diferenciação entre as falsas memórias e as memórias verídicas, neste paradigma, dados relativos à activação cerebral têm sido recolhidos utilizando técnicas de neuroimagem (para uma revisão consultar Schacter & Slotnick, 2004). Estes estudos revelam que a activação sensorial nos reconhecimentos verídicos é superior à que ocorre nos falsos reconhecimentos. As regiões do hipocampo e outras regiões corticais parecem igualmente estar relacionadas com os reconhecimentos errados. Por outro lado, o córtex pré-frontal parece desempenhar um papel importante no evitamento de falsas memórias. Esta área cerebral tem sido fortemente relacionada com o sucesso em tarefas de monitorização da fonte.

Outros procedimentos experimentais têm sido desenvolvidos para contornar algumas questões metodológicas inerentes aos estudos que recorrem ao paradigma DRM (e.g., baixo número de itens críticos apresentado e um tipo particular de confusão da fonte). Miller e Gazzaniga (1998) são os autores de um novo procedimento em que são utilizados conjuntos de imagens temáticas e estereotipadas que podem ser manipulados de modo a obter uma frequência de falsas memórias semelhante à de reconhecimentos correctos, tal como ocorre no paradigma DRM. Este constitui um exemplo dos esforços que têm sido investidos de modo a tornar os estudos sobre as falsas memórias na área da neuropsicologia mais informativos dos elementos envolvidos na construção das mesmas.

Loftus e Bernstein (2005), apesar de reconhecerem a importância do mapeamento cerebral das falsas memórias e das memórias verídicas, sugerem que estes resultados não fornecem qualquer tipo de informação relativa à veracidade de uma memória em particular. A interpretação dos dados obtidos nestes estudos é de difícil aplicação por se basearem em médias de grupos, o que não permite a focalização na memória de um indivíduo e a eventual distinção entre uma memória verídica e uma falsa por ele produzida. Para além disso, são geralmente utilizadas nestes trabalhos listas de palavras aprendidas recentemente, o que se assemelha muito pouco às falsas memórias ricas que encontramos noutros paradigmas. Os constrangimentos metodológicos das ferramentas de neuroimagem, tais como a ressonância magnética funcional e os potenciais evocados, tornam ainda difícil o estudo de falsas memórias ricas nesta área.

8.2. Paradigma da informação enganosa

O primeiro trabalho realizado no âmbito do paradigma da informação enganosa foi publicado no presente ano no *Journal of Memory & Language* pelos autores Okado e Stark (2005). Este trabalho constitui assim um primeiro e importante passo na compreensão do processo pelo qual as distorções de memória ocorrem neste paradigma. Relativamente aos trabalhos que apresentamos anteriormente, o presente trabalho distingue-se essencialmente pela utilização de um procedimento experimental com maior validade ecológica.

Neste trabalho (Okado & Stark, 2005), os autores utilizaram o procedimento básico dos paradigmas da informação enganosa tendo sido introduzida uma ligeira variação em relação ao procedimento original. A actividade cerebral foi registada com a técnica de imagem de ressonância magnética funcional durante os dois momentos de codificação: a apresentação dos diapositivos originais e a apresentação da informação enganosa. O objectivo era avaliar se a actividade cerebral ocorrida durante as duas fases de codificação permitiria prever qual o tipo de informação mais tarde identificada pelos participantes (informação original ou informação enganosa). Foi inicialmente apresentado aos participantes um conjunto de 50 diapositivos desenvolvidos pelos autores. Pouco depois, os participantes visionaram um novo conjunto de diapositivos pensando que estavam a visualizar os diapositivos anteriormente apresentados. No entanto, 12 destes diapositivos foram alterados pelos investigadores constituindo estes os diapositivos críticos. Por exemplo, num dos diapositivos era apresentado um homem a roubar a carteira a uma rapariga e depois, a tentar esconder-se. No evento original, o homem escondia-se atrás de uma porta enquanto que o diapositivo enganoso mostrava o homem a esconder-se atrás de uma árvore. Esta nova visualização constituiu a fase de exposição à informação enganosa.

Passados dois dias, os participantes realizaram uma tarefa de reconhecimento que incluía questões como: “onde é que o homem se escondeu depois de roubar a carteira à rapariga e de atravessar a estrada? Atrás de uma porta? Atrás de uma árvore? Atrás de um carro?”. Os participantes realizaram ainda um teste de monitorização da fonte de memória para cada resposta dada, indicando se esta decorria de uma recordação dos primeiros diapositivos visionados, dos segundos diapositivos visionados, de ambos os conjuntos de diapositivos visionados, se tinham detectado um conflito na informação ou se, simplesmente, estavam a responder ao acaso. Considerou-se a ocorrência de um erro de memória sempre que os participantes reconheciam ter visto o item enganoso (escondido atrás de uma árvore) durante a primeira apresentação de diapositivos ou em ambas as apresentações de diapositivos.

A frequência de respostas correctas foi de 68%. Em relação às falsas memórias, em 47% das respostas em que a informação enganosa foi erradamente reconhecida, os participantes atribuíram a sua apresentação ao conjunto de itens original. Este estudo replica assim o efeito robusto habitualmente encontrado nos estudos de informação enganosa. Mas a principal

conclusão deste trabalho refere-se à actividade cerebral registada: a actividade neuronal ocorrida durante a codificação da apresentação original e da apresentação da informação enganosa permitiu prever a ocorrência das falsas memórias. A actividade observada em determinadas áreas cerebrais durante apresentação da informação, como o hipocampo esquerdo, permitiu prever se os itens que iriam ser recordados na tarefa de reconhecimento seriam os itens originais ou os itens enganosos. Adicionalmente, foi identificada activação cerebral de outras áreas cerebrais, como o córtex pré-frontal, indicando que para estes erros de memória a codificação da fonte de informação durante a fase original do evento foi robusta e durante a fase de informação enganosa foi fraca. Esta diferenciação conduziu a uma maior dificuldade na identificação da fonte da sugestão conduzindo à sua fácil integração no contexto do evento original e proporcionando a ocorrência das falsas memórias.

De acordo com Loftus (2005b), estes dados são de extrema importância particularmente por se coadunarem com as discussões sobre o efeito produzido pela informação enganosa. De acordo com o modelo de detecção de discrepâncias (Loftus, 1991), as pessoas são capazes de correctamente rejeitar a informação enganosa e de identificar correctamente os itens do evento original se notarem a discrepância entre ambos no momento em que a sugestão é processada. A conceptualização relativa à monitorização da fonte de informação também pode ser relacionada com estes dados. Assim, qualquer factor que diminua a possibilidade de detecção da discrepância entre as informações ou a probabilidade da fonte de informação ser correctamente identificada promove o efeito da informação enganosa. Os presentes resultados de neuroimagem, em particular os padrões de activação observados durante a fase de informação enganosa, são consistentes com estas noções de discrepância e de identificação da fonte de informação. Como refere Loftus (2005) “a neuroimagem abre-nos uma janela sobre o processamento da informação enganosa sobre a qual apenas poderíamos especular até este momento” (p. 2).

8.3. Criação de memórias

Não existem ainda estudos publicados que tenham avaliado as características da recordação de memórias para eventos falsos em termos de activação cerebral. Existem, no entanto, alguns exemplos de estudos em que a neurofisiologia da recordação de acções reais e imaginadas foi explorada. Em termos da activação fisiológica, encontramos um trabalho em que a recordação de eventos que se assumem falsos foi comparada com a recordação de eventos reais. Os estudos que têm investigado a recordação de memórias autobiográficas podem ainda fornecer dados de referência para trabalhos futuros que pretendam comparar os padrões de activação cerebral decorrentes da recordação de eventos autobiográficos reais e falsos. Deixamos por isso algumas destas referências (Addis, Crawley, McAndrews, McIntosh, & Moscovitch, 2004; Addis,

Moscovitch, McAndrews, & Crawley, 2004; Cabeza e col., 2004; Conway, 2003; Greenberg e col., 2005).

Conway, Pleydell-Pearce, Whitecross e Sharpe (2003) avaliaram as diferenças em termos de activação neurofisiológica entre a recordação de eventos imaginados e autobiográficos reais utilizando para o efeito o registo electroencefalográfico. Os dados obtidos durante a recordação dos dois tipos de eventos revelaram a activação de áreas cerebrais comuns, mas também de áreas cerebrais distintas. Concretamente, estes dois tipos de memória partilharam a activação de processos de controlo envolvidos na construção de memórias (córtex pré-frontal esquerdo) e diferenciaram-se quanto ao conteúdo das memórias. Relativamente às diferenças, as memórias para eventos experimentados parecem conter informação de natureza sensorial e perceptiva armazenada nas redes temporo-occipitais, enquanto que as memórias para eventos imaginados incluem informação mais genérica gerada pelas redes frontais.

O estudo da reactividade fisiológica durante a descrição de memórias ricas (provavelmente falsas) foi realizado por McNally e colaboradores (2004). Os autores avaliaram a frequência cardíaca e a condutância da pele enquanto os participantes ouviam gravações áudio de descrições que eles próprios tinham elaborado de situações de rapto por extraterrestres (de notar que estes participantes acreditavam efectivamente que o episódio tinha ocorrido). A memória destes eventos, assim como o relato correspondente, tinham sido anteriormente recuperados pelos mesmos participantes através de técnicas como a recriação imagética ou a hipnose. O conteúdo de algumas destas memórias incluía a ocorrência de relações sexuais com extraterrestres ou de extracção de esperma para efeitos de reprodução. Os autores pretendiam averiguar se a reactividade fisiológica observada nestes casos seria semelhante à que é comumente observada quando os pacientes com stress pós-traumático pensam sobre as suas situações de trauma. Os dados revelaram que as reacções manifestadas por estes participantes se assemelham às observadas em pessoas com stress pós-traumático quando ouvem relatos dos seus traumas verídicos. A crença na ocorrência de eventos fictícios parece assim proporcionar uma reacção fisiológica semelhante à observada para eventos reais da mesma natureza.

Os estudos que se debruçam sobre o estudo das distorções de memória nesta área são ainda escassos. O facto das técnicas que permitem obter um registo fidedigno da actividade cerebral serem de desenvolvimento ainda recente pode constituir um motivo para esta raridade. Adicionalmente, a necessidade de adequar os procedimentos experimentais de modo que se torne viável o estudo das distorções de memória conjuntamente com a utilização destas técnicas constitui um outro desafio que tem sido encarado por alguns autores (e.g., Miller & Gazzaniga, 1998). De resto, a importância que os estudos nesta área podem ter na compreensão das distorções da memória é amplamente reconhecida (e.g., Loftus, 2005b; Schacter & Slotnick, 2004).

9. Diferenças individuais

A revisão teórica sobre as distorções da memória apresentada até ao momento revela que face à apresentação de sugestões algumas pessoas aceitarão, e eventualmente descreverão, um episódio falso como correspondendo a uma memória de um evento verídico. O facto de apenas algumas pessoas criarem falsas memórias pode ocorrer por vários factores: pode dever-se simplesmente ao acaso, às exigências que são aplicadas para que os eventos sejam recordados, à avaliação que a pessoa faz relativamente à plausibilidade do evento, ao desenvolvimento da crença relativa à sua ocorrência ou a características das próprias pessoas que as tornam mais ou menos sugestionáveis. Alguns destes elementos foram já aqui abordados e, provavelmente, será uma conjunção de vários que promove a ocorrência de falsas memórias e não a presença de apenas um deles. Dedicamos a revisão que se segue à investigação sobre as diferenças individuais que têm sido relacionadas com a ocorrência das falsas memórias. Vários autores têm atestado a necessidade deste conhecimento, como Hyman e Pentland (1996) que referem “consideramos que as diferenças individuais provavelmente contribuem para cada uma das fases do processo de criação de falsas memórias” (p. 113).

Para além da compreensão mais teórica sobre o papel que algumas variáveis individuais podem desempenhar na compreensão do desenvolvimento de distorções de memória, este conhecimento tem também alguma dimensão prática. Se, efectivamente, for possível identificar variáveis cognitivas ou de personalidade que permitam prever com um certo grau de certeza se uma pessoa irá desenvolver uma falsa memória, em particular para acontecimentos da sua infância, esta informação pode ser útil em vários domínios. No contexto do actual debate sobre a recuperação de memórias reprimidas, este conhecimento pode permitir uma melhor avaliação das condições em que algumas memórias da infância foram recuperadas, nomeadamente memórias relativas a situações de abuso. O conhecimento destas diferenças individuais poderá ainda ser útil no domínio da psicoterapia, na medida em que permitirá apreciar mais cautelosamente o recurso a determinadas técnicas de recuperação de memórias que se têm revelado promotoras da criação de falsas memórias. A avaliação da sugestionabilidade das pessoas poderá ainda ser utilizada no contexto do testemunho ocular. As aplicações práticas destes estudos são assim variadas.

A exploração das diferenças individuais relacionadas com as distorções de memória tem sido realizada no âmbito dos vários paradigmas de investigação considerados e, por isso, abordamos cada um deles. Em todos eles as variáveis individuais são habitualmente avaliadas através de medidas de auto-relato. Alguns dos estudos a que nos iremos referir foram já descritos ao longo deste trabalho pelos que nos centraremos essencialmente nos resultados referentes às variáveis individuais analisadas nos mesmos. Notar-se-á que este é um tópico de investigação relativamente recente e que tem demonstrado uma complexidade considerável. As variáveis consideradas nestes trabalhos são variáveis demográficas (particularmente a idade), variáveis de personalidade e algumas variáveis cognitivas. Damos um destaque especial a estes dois últimos tipos de variáveis por serem mais pertinentes para o presente trabalho.

9.1. Paradigma DRM e afins

As variáveis individuais que têm sido mais exploradas nas distorções de memória observadas no paradigma DRM são a idade (principalmente comparando o desempenho de jovens adultos com o desempenho de idosos) e algumas variáveis da personalidade. A capacidade da memória do trabalho começou a ser explorada recentemente como podendo relacionar-se negativamente com a propensão para a ocorrência de falsas memórias (e.g., Curran e col., 1997; Schacter e col., 1998). Alguns autores sugerem ainda que o estudo da produção de falsas memórias em algumas populações clínicas pode ajudar a revelar variáveis individuais importantes relacionadas com as distorções de memória.

O desempenho da memória no processo de envelhecimento tem sido estudado, por vários investigadores, utilizando o paradigma DRM (e.g., Balota e col., 1999; Cowan e col., 2005; Kensinger & Schacter, 1999; McCabe & Smith, 2002; Norman & Schacter, 1997; Watson e col., 2001; Watson e col., 2005). De um modo geral, estes estudos mostram que, em comparação com os jovens adultos, os idosos saudáveis apresentam menor capacidade de recordação dos itens verídicos mas uma quantidade semelhante ou superior de falsas memórias. Como referem Balota e colaboradores (1999), a idade parece ser um factor negativo para a memória, sendo os idosos mais propensos a esquecer eventos que efectivamente ocorreram, mas também mais tendentes a recordar eventos que não ocorreram.

Já os estudos que comparam o desempenho da memória entre adultos e crianças na tarefa DRM não têm produzido resultados consistentes (para uma revisão consultar Brainerd & Reyna, 1998). Por exemplo, Ghetti, Qin e Goodman (2002) não encontraram diferenças significativas na percentagem de evocações nem de reconhecimento de itens falsos entre adultos e crianças. No entanto, quando foram considerados grupos etários mais limitados, as crianças mais novas foram identificadas como mais vulneráveis aos erros de memória que os adultos. Quanto aos itens correctamente recordados e reconhecidos, os adultos apresentaram vantagem sobre as crianças. Neste trabalho, foram utilizadas listas de palavras compostas por palavras concretas e frequentes, pelo que foi igualmente fácil para as crianças mais novas extrapolarem a relação entre as palavras apresentadas, o que resultou numa frequência de falsas memórias semelhante à observada nos jovens adultos.

Já no estudo apresentado por Brainerd, Reyna e Forrest (2002) o padrão de resultado foi distinto. No entanto, neste trabalho os autores utilizaram as listas de palavras usuais do paradigma DRM. Os autores testaram três grupos etários distintos desde crianças mais novas, crianças mais velhas e adultos e verificaram que as crianças mais novas produziram menos falsas memórias que as crianças mais velhas e que os adultos, particularmente na tarefa de evocação. Os autores interpretaram estes dados como indicativos da incapacidade das crianças mais novas (cinco a sete anos) extraírem o significado geral das listas de palavras apresentadas.

Assim, a diversidade de conclusões que têm sido obtidas nos trabalhos que comparam o desempenho de crianças e adultos podem dever-se a diferenças no procedimento, como a composição das listas apresentadas e o tamanho das mesmas. De um modo geral, alguns dados obtidos nestes trabalhos são consistentes com a noção que, a acompanhar o desenvolvimento das capacidades de recordação e reconhecimento, assim como de extrapolação do significado entre os itens, desenvolvem-se igualmente as capacidades de monitorização que diminuirão a ocorrência de erros. Contudo, a diversidade de resultados que tem sido apresentada não permite realizar previsões concretas sobre os padrões desenvolvimentais de desempenho na tarefa DRM. Tal como já demonstraram Carneiro e colaboradores (submetido para publicação), questões procedimentais deverão estar subjacentes a esta variação de dados reportados. Um outro elemento referente a dados demográficos avaliado neste paradigma diz respeito ao género, tendo os poucos estudos existentes sobre esta variável revelado que não há diferenças significativas na ocorrência de falsas memórias (e.g., Seamon, Guerry, Marsh, & Tracy, 2002)

Apesar de existir já um corpo considerável de investigação relativo a diferenças na obtenção de distorções de memória neste paradigma em função da idade, nomeadamente entre jovens adultos e idosos, a bibliografia sobre diferenças individuais relacionadas com este fenómeno numa dada população (e.g., em jovens adultos) é ainda escassa. Neste âmbito, alguns trabalhos têm-se debruçado sobre a fiabilidade do paradigma no estudo destas diferenças individuais (e.g., Blair, Lenton, & Hastie, 2002), enquanto outros têm correlacionado a ocorrência de falsas memórias com determinadas medidas individuais.

Winograd, Peluso e Glover (1998) avaliaram um conjunto de 10 variáveis individuais que incluía medidas de desejabilidade social, avaliação de elementos de personalidade e de percepções do próprio, assim como medidas de desempenho. Os autores verificaram que apenas os auto-relatos de elevados níveis de experiências dissociativas e de criação de imagens mentais vívidas se correlacionaram significativamente e positivamente com a frequência de falsas memórias e negativamente com a probabilidade de atribuir a qualidade de recordação *sei* a estes itens. Assim, os participantes que reportaram uma maior frequência de experiências dissociativas foram mais susceptíveis à ocorrência de intrusões durante a evocação livre e ao reconhecimento errado de itens não estudados (falsos alarmes). Adicionalmente, estes falsos reconhecimentos tenderam a ser acompanhados pela experiência de recordação efectiva dos itens (julgamento de recordação *lembro*). Os autores procederem ainda à análise de dados considerando as sub escalas do questionário que avalia a vivência de experiências dissociativas. Esta análise revelou que uma maior frequência de experiências de despersonalização e de envolvimento imagético se relacionou positivamente com a ocorrência de erros de memória para outros itens que não os itens críticos da lista. Ainda relativamente a este questionário, a indicação de experiências frequentes de falhas de memória na vida diária dos participantes aumentou a probabilidade de classificação dos itens como tendo sido anteriormente apresentados, independentemente da sua apresentação efectiva.

Esta forte relação entre a experiência de eventos dissociativos e a produção de falsas memórias no paradigma DRM não foi, contudo, encontrada por Wright, Mathews e Startup (2005). No trabalho destes autores, outras variáveis relacionaram-se significativamente com a produção de falsas memórias, mas apenas sob determinadas condições. Concretamente, o humor relacionou-se com as falsas memórias, mas esta relação dependia das exigências específicas da tarefa: quando a instrução solicitava a recordação de tantas palavras quantas as que os participantes pudessem recordar, a presença de humor negativo correlacionou-se positivamente com a produção de falsas memórias; mas, quando a instrução solicitava a recordação de tantas palavras quantas aquelas que apetecesse aos participantes recordar, então ocorreram mais falsas memórias para as pessoas com humor positivo. Os autores sugerem que este dado pode ser explicado pela hipótese do “humor enquanto input” (*mood-as-input*) (Martin, Ward, Achee, & Wyer, 1993; cit. em Wright e col., 2005). De acordo com esta hipótese, as exigências da tarefa interagem com o estado de humor da pessoa, por exemplo, no caso da primeira instrução, os participantes tiveram que decidir quando iriam parar a tarefa, ou seja, se já estavam satisfeitos com o número de palavras recordadas. O seu estado de humor negativo é então interpretado como indicativo da insatisfação com a sua performance e os participantes continuam a tentar recordar palavras, levando a uma maior produção de falsas memórias, aplicando-se a lógica inversa no caso do humor ser positivo. De igual modo, este revela-se no sentido oposto se a instrução for de parar “quanto lhe apeteça”. Este estudo revela assim a importância de considerar as variáveis individuais em combinação com outros aspectos, como as exigências da tarefa.

O procedimento DRM foi igualmente utilizado por Peiffer e Trull (2000) para avaliar um conjunto de variáveis individuais numa amostra constituída exclusivamente por elementos do género feminino. Concretamente, os autores avaliaram medidas relativas à sugestionabilidade interrogativa, aquiescência, auto-estima e presença de afectos negativos. A presença de sentimentos de baixa competência foi relacionada com uma maior sugestionabilidade. Adicionalmente, a aquiescência e a presença de afectos negativos permitiram elaborar um modelo de previsão para a ocorrência de falsas memórias.

Surgiu recentemente um conjunto de estudos que tem explorado a relação entre a produção de falsas memórias no paradigma DRM, a capacidade da memória do trabalho (MT) e a capacidade de controlo atencional. A possibilidade desta relação existir foi suscitada pelas evidências neurológicas que, de um modo consistente, relacionam a existência de lesões ao nível do córtex pré-frontal com a ocorrência de falsas memórias (e.g., Curran e col., 1997; Schacter e col., 1998). Sendo esta estrutura neurológica habitualmente associada a funções atencionais, e considerando-se que uma das principais funções da MT é o controlo atencional (Kane & Engle, 2002), prevê-se uma correlação negativa entre esta capacidade e a ocorrência de falsas memórias. Esta relação entre uma menor capacidade da MT e a pior realização em tarefas em que é apresentada uma elevada exigência tem sido igualmente demonstrada com outras tarefas (e.g., Kane & Engle, 2003).

Recentemente, Watson, Bunting, Poole e Conway (2005) exploraram esta relação entre a capacidade de MT e a produção de falsas memórias usando listas de palavras semelhantes às utilizadas no paradigma DRM. Os autores variaram ainda as exigências da tarefa e a quantidade de vezes que as listas de palavras foram aprendidas. Os dados revelaram que os participantes com maior capacidade de MT recordaram menos itens críticos quando lhes foram fornecidas instruções e avisos sobre o paradigma DRM (aviso prévio sobre o efeito da apresentação de listas de palavras associadas na produção de falsas memórias para palavras com elas relacionadas), comparativamente com os participantes com baixa capacidade de MT. De acordo com os autores, este dado sugere que uma maior capacidade de MT permite manter activamente os objectivos da tarefa (i.e., identificar mas não evocar as palavras críticas não apresentadas) e evitar a forte influência da apresentação das listas de palavras relacionadas (i.e., a activação relativamente automática das palavras críticas nas redes associativas).

Por outro lado, estes autores verificaram que, tanto os participantes com baixa, como os participantes com elevada capacidade de MT, produziram menos falsas memórias decorrentes da aprendizagem repetida das listas, tendo ocorrido uma diminuição de falsas memórias. Os participantes com baixa capacidade de MT parecem assim ter beneficiado da aprendizagem repetida das listas de palavras mas não dos avisos explícitos sobre o risco de produção de falsas memórias. Já os participantes com elevada MT tiraram vantagem dos dois tipos de situações. Este resultado indica que os mecanismos subjacentes a estas duas estratégias (avisos e aprendizagem repetida das listas) que permitiram diminuir a frequência de falsas memórias são distintos e têm uma relação distinta com a capacidade de controlo atencional dos participantes.

Outro tipo de diferenças individuais tem sido explorado em várias populações clínicas. Apresentamos, como exemplo, os estudos realizados com pessoas que relatam histórias de abuso sexual na infância. Em alguns destes trabalhos foi utilizada a forma original do procedimento DRM (e.g., Bremner, Snobe, & Kihlstrom, 2000; Clancy, Schacter, McNally, & Pitman, 2000; Zoellner, Foa, Brigidi, & Przeworski, 2000), enquanto noutros trabalhos foram aplicadas listas alternativas de palavras com características próprias desenvolvidas pelos autores. Nestes últimos casos, foi aplicada a lógica de associação semântica subjacente ao procedimento DRM.

O trabalho realizado por Geraerts, Van Heerden, Smeets, Jelicic e Merckelbach (2005) constitui um destes exemplos. Os autores desenvolveram um conjunto de listas compostas por palavras neutras e por palavras relacionadas com o trauma. Estas listas foram apresentadas a uma amostra de mulheres com memórias de abuso sexual (recuperadas, reprimidas, ou recordadas desde sempre) e a uma amostra de mulheres sem qualquer história de abuso, seguindo o procedimento habitual do paradigma DRM. As participantes recordaram falsamente muitos dos itens críticos das listas apresentadas, o que replica o efeito robusto do paradigma DRM na produção de falsas memórias. Contudo, as participantes que tinham recuperado memórias de abuso sexual de infância foram mais susceptíveis a esta ilusão de memória que as restantes para ambos os tipos de listas de palavras (neutras e relacionadas com trauma).

Estes autores avaliaram ainda a frequência com que as participantes viviam experiências dissociativas e propensão para a fantasia. Foi encontrada uma correlação positiva entre esta última variável e a ocorrência de falsas memórias. Esta relação tem sido consistentemente apresentada noutros estudos (Bremner e col., 2000; Zoellner e col., 2000). Os autores sugerem que a propensão para a fantasia inclui a capacidade de gerar mais associações semânticas promovendo a ocorrência de pensamentos internamente despoletados. Por outro lado, a ocorrência de falsas memórias não se correlacionou significativamente com as experiências dissociativas.

Outros procedimentos de estudo das distorções de memória semelhantes ao paradigma DRM têm também procurado estudar a relação entre a maior propensão para estas distorções e algumas medidas individuais. No estudo de Aleman e Haan (2004), foram exploradas duas variáveis que a literatura tem proposto como estando relacionadas com a maior probabilidade de ocorrência de erros de monitorização da fonte e, em consequência, dos erros de memória. Os autores elaboraram dois grupos contrastantes baseando-se numa avaliação da propensão dos participantes se envolverem em actividades de fantasia. Estes dois grupos foram depois avaliados quanto à vivacidade das recriações imagéticas por eles elaboradas e à sua capacidade imagética objectiva. No presente procedimento, os participantes ouviram ou imaginaram itens organizados de acordo com a sua pertença a categorias e depois realizaram uma tarefa de monitorização da fonte de informação. Nesta tarefa, os participantes tinham de identificar a origem dos itens apresentados: palavras ouvidas, imaginadas ou palavras novas. Os dados indicaram que os dois grupos se diferenciaram significativamente nos valores de vivacidade imagética, mas não na realização da tarefa imagética nem na monitorização da fonte. Assim, apesar da propensão para a fantasia se relacionar com experiências de imagética mental vívida, ela não leva necessariamente aos erros de monitorização da fonte de informação, isto é, a uma maior frequência de falsas memórias.

Uma das variáveis que tem sido mais relacionada positivamente com a produção de falsas memórias no paradigma DRM ou afins é, sem dúvida, a propensão para o envolvimento em experiências de natureza dissociativa (Clancy e col., 2000; Platt, Lacey, Lobst, & Finkelman, 1998; Winograd e col., 1998). No entanto, outros trabalhos falharam na demonstração desta relação (Geraerts e col., 2005; Wright e col., 2005). Nas várias explicações avançadas pelos autores sobre esta relação positiva entre a vivência de experiências dissociativas e o maior número de falsas memórias aparece referida a dificuldade que estas pessoas poderão ter em manter uma monitorização correcta da realidade. Como já referimos, a capacidade de identificar correctamente a fonte de informação relaciona-se com a capacidade de manter o contacto directo com a realidade e com os objectivos da tarefa. Os dados recentes sobre a relação entre a capacidade da memória de trabalho e a menor produção de falsas memórias vão ao encontro desta ideia.

No entanto, os estudos também revelam uma dissociação entre duas tarefas que foram utilizadas para reduzir a frequência de falsas memórias (avisos e repetição da aprendizagem das

listas de palavras), o que sugere que as capacidades atencionais não serão as únicas envolvidas na produção de falsas memórias ou no seu evitamento. Este é um dado extremamente interessante do ponto de vista teórico que carece de exploração sistemática.

9.2. Paradigma da Informação enganosa / sugestionabilidade

A questão sobre quem é mais sugestionável suscitou o desenvolvimento de um amplo conjunto de trabalhos ao longo dos últimos 20 anos. A questão mais abordada refere-se a diferenças entre grupos etários, com particular interesse dedicado à sugestionabilidade das crianças. Subjacente a esta preocupação estão questões de ordem prática relacionadas com a credibilidade do testemunho ocular prestado por crianças. Mais recentemente, a investigação tem também considerado a propensão das pessoas idosas para aceitar informação enganosa que lhes é apresentada ou sugerida. Os estudos que procuram relacionar variáveis cognitivas e da personalidade com a maior sugestionabilidade são aqueles em que encontramos menos consistência em termos dos resultados, muito embora este seja também o tema a que menos trabalhos se têm dedicado. Apresentamos sumariamente os principais dados que têm sido obtidos para cada um destes tipos de variáveis.

Tradicionalmente, estes estudos utilizam o procedimento utilizado no paradigma da informação enganosa anteriormente descrito. De um modo sucinto, ele inclui três passos: (1) os participantes observam um determinado evento (e.g., através do visionamento de um conjunto de diapositivos ou de um vídeo sobre um crime ou um acidente); (2) os participantes são expostos a informação enganosa, e; (3) mais tarde é-lhes pedido que recordem o evento original. Frequentemente as pessoas cometem erros de memória, ou seja, identificam erradamente a informação enganosa apresentada posteriormente ao testemunho da situação como correspondendo à situação original.

Uma revisão histórica sobre o estudo da sugestionabilidade em crianças pode ser consultada no trabalho de Ceci e Bruck (1993) e uma abordagem mais global sobre a credibilidade do testemunho ocular das crianças pode ser encontrada no livro recentemente editado por David Bjorklund (2000). De um modo robusto, a investigação tem demonstrado que as crianças mais novas são mais propensas a incluir informação enganosa nos seus relatos do acontecimento que crianças mais velhas e que os adultos (Ackil & Zaragoza, 1998; Ceci & Bruck, 1995; Eisen & Lynn, 2001; Lee, 2004; Loftus, Levidow, & Duensing, 1992; Quas e col., 1997). De um modo geral, os idosos também se têm revelado mais sugestionáveis que os jovens adultos (Marche, Jordan, & Owre, 2002; Mueller-Johnson & Ceci, 2004; Polczyk e col., 2004; Schacter, Koutstaal, Johnson, Gross, & Angell, 1997a; Searcy, Bartlett, & Memon, 2000). Do ponto de vista teórico, estas diferenças desenvolvimentais podem indicar o papel que diferentes recursos cognitivos

desempenham na sugestionabilidade. Concretamente, a capacidade atencional, que se altera ao longo do desenvolvimento, tem sido considerada na conceptualização dos dados.

Esta demonstração, consistente na literatura, sobre a existência de diferenças desenvolvimentais na sugestionabilidade a informação enganosa leva-nos a pensar que em cada caso (i.e., cada grupo etário que se diferencie doutro) provavelmente existirão mecanismos próprios que são responsáveis pela mesma. Importaria assim averiguar que diferenças individuais são responsáveis em cada grupo para que se manifeste uma maior ou menor sugestionabilidade. Neste âmbito os idosos são, sem dúvida, os que têm sido menos investigados em termos de variáveis individuais mais globais (e.g., desempenho cognitivo ou características da personalidade) embora existam já alguns exemplos (e.g., Searcy e col., 2000). Parte dos estudos que se dedicam a este grupo etário comparam a susceptibilidade de aceitação da informação enganosa em indivíduos que, de algum modo, terão já a sua estrutura de memória alterada, como idosos com demência ou doença de Alzheimer. Passamos então a considerar alguns dos estudos em que foram exploradas diferenças individuais, considerando as crianças e os jovens adultos. Referimo-nos sucintamente aos estudos relativos às crianças por serem de menor interesse para o presente trabalho.

Na revisão da literatura sobre as diferenças individuais relacionadas com a sugestionabilidade em crianças, realizada em 1997 (Bruck, Ceci, & Melnyk, 1997) apenas foram incluídas 20 referências de estudos desta natureza e, em apenas sete anos, este número aumentou para 69 trabalhos. Bruck e Melnyk (2004) sistematizam no seu artigo de revisão estes 69 estudos que se dedicaram ao estudo das variáveis individuais em crianças. A primeira preocupação manifesta no estudo das diferenças individuais associadas à sugestionabilidade referiu-se a factores externos, como a forma do questionamento e as condições em que o mesmo era realizado (e.g., Poole, 1995; Poole & Lindsay, 2001). Contudo, mais recentemente, os factores internos têm ganho terreno nesta investigação.

O tipo de variáveis que tem sido explorado é amplo: desde factores demográficos (e.g., estatuto sócio-económico), a factores cognitivos (e.g., inteligência, linguagem, capacidade de memória), a factores de cariz psico-social (e.g., auto-conceito, estilos de vinculação e temperamento) à forma de sugestionabilidade interrogativa. Indicamos apenas alguns exemplos de trabalhos onde algumas destas variáveis têm sido exploradas (Chae & Ceci, 2005; Clarke-Stewart, Malloy, & Allhusen, 2004; Lee, 2004; Quas e col., 1999; Quas, Wallin, Papini, Lench, & Scullin, 2005; Roebbers & Schneider, 2005; Young, Powell, & Dudgeon, 2003).

Consideremos os dados obtidos de um modo global pelos trabalhos desta área. Relativamente aos aspectos cognitivos, as capacidades de linguagem e a criatividade são os factores que, de um modo consistente, os estudos relacionam com a sugestionabilidade em crianças (e.g., Chae & Ceci, 2005). Quanto aos factores psico-sociais, os que têm demonstrado correlações mais fortes com a sugestionabilidade são o auto-conceito, a vinculação maternal e a relação pais-filhos. Por exemplo, o estilo de vinculação da criança aos pais tem sido relacionado

com o quão correctos e completos são os relatos das crianças para eventos emocionais e quão coerentes são as suas narrativas pessoais (e.g., Quas e col., 1999). Os resultados revelados nestes trabalhos têm sido reflectidos por vários autores que apresentam as aplicações que os mesmos podem ter em situações mais práticas, como por exemplo em relação à prestação do testemunho ocular das crianças (e.g., Ceci e col., 1987; Goodman & Schaaf, 1997).

A literatura dedicada ao estudo das diferenças individuais associadas com a sugestionabilidade em adultos (na maior parte dos casos em jovens adultos) é mais extensa. As variáveis mais estudadas nestes trabalhos são relativas a aspectos da personalidade (e.g., dissociação, baixa auto-estima), variáveis cognitivas (e.g., capacidade geral de memória e capacidade imagética) e a sugestionabilidade interrogativa, embora alguns tenham também analisado aspectos demográficos (e.g., ocupação profissional). Referimos de um modo sumário alguns destes resultados.

Tousignant, Hall e Loftus (1986; cit. em Schooler & Loftus, 1993) procuraram relacionar um conjunto de dimensões da personalidade com a sugestionabilidade das pessoas, avaliada através do paradigma da informação enganosa tradicional. Neste trabalho, os autores não encontraram qualquer relação entre a capacidade geral da memória e a sugestionabilidade. Por outro lado, a capacidade de elaborar recriações imagéticas vívidas, assim como a desejabilidade social (propensão para a pessoa responder de acordo com os desejos percebidos dos outros) relacionaram-se positivamente com uma sugestionabilidade.

Embora a memória e as habilidades intelectuais habitualmente não revelem a capacidade de prever a propensão dos indivíduos para recordarem informação enganosa posterior, uma variedade de outros factores têm sido correlacionados positivamente com a recuperação desta informação, tais como: a confiança nas intuições vs. sensações, a leitura rápida da informação fornecida após o acontecimento, as boas habilidades visuais, a preferência por representar a informação verbalmente, a tendência para agradar e, talvez mais surpreendentemente, a convicção de que se tem uma boa memória (Schooler & Loftus, 1993).

Em termos das variáveis cognitivas, a capacidade da memória de trabalho (MT) tem também despertado algum interesse em relação à ocorrência das distorções da memória neste paradigma. Tal como no paradigma anterior, também no presente os estudos têm encontrado uma relação negativa entre a capacidade da MT e a susceptibilidade para integrar a informação enganosa sugerida após a observação de um evento (e.g., Jaschinski & Wentura, 2002).

No âmbito destes trabalhos, Gudjonsson desenvolveu uma medida de avaliação da sugestionabilidade que é habitualmente designada de sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 1997). De um modo global, esta medida refere-se à propensão da pessoa para aceitar uma sugestão que lhe é apresentada no contexto de uma interacção social, ocorrendo uma alteração da sua própria resposta no sentido da sugestão. Esta medida tem sido largamente aplicada como no caso do estudo realizado por Merckelbach, Muris, Rassin e Horselenberg

(2000). Neste trabalho, a sugestionabilidade dos indivíduos, tal como avaliada por esta escala, correlacionou-se positivamente com a tendência dos participantes para experimentarem situações de natureza dissociativa.

No estudo de Eisen e Carlson (1998), a propensão para os participantes se envolverem nas actividades de tal modo que perdem o contacto com a realidade (dimensão designada de absorção), assim como a maior vivência de experiências dissociativas, correlacionaram-se significativamente com os erros de memória relativos à informação enganosa. Uma análise de regressão realizada pelos autores revelou que a frequência de experiências de natureza dissociativa permitia prever cerca de 3% a 5% da variância nas identificações erradas dos itens correspondentes à informação enganosa. O facto dos participantes avaliados relatarem a existência de histórias de abuso na infância também se relacionou com a dissociação e com a absorção mas, de um modo geral, não se relacionou com a memória para o evento ou com a resistência à informação enganosa.

A relação entre a predisposição para viver experiências dissociativas e a aceitação da informação enganosa tem sido encontrada noutros trabalhos, mesmo usando outras formas de medir esta dimensão. Por exemplo, Wright e Livingston-Raper (2002) revelaram uma relação positiva entre a dissociação - medida por um questionário desenvolvido por estes autores para avaliar a dissociação em populações não clínicas - e a susceptibilidade para aceitar a sugestão apresentada. Estes autores reportam que 10% da variância da susceptibilidade para a informação enganosa pode ser explicada pelo resultado nesta avaliação de dissociação.

Vários outros trabalhos têm explorado os mais diversos tipos de variáveis potencialmente relacionadas com a maior propensão para aceitar informação enganosa. Apresentamos a título ilustrativo três destes casos.

No estudo realizado por Liebman e colaboradores (2002), os autores aplicaram medidas de sugestionabilidade, um questionário que avalia várias dimensões da personalidade, quatro medidas relacionadas com o controlo percebido (medida de eficácia de memória, auto-eficácia geral, locus de controlo, desânimo aprendido) e uma escala de desejabilidade social. A sugestionabilidade dos participantes na tarefa do paradigma da informação enganosa relacionou-se positivamente com os domínios de *abertura à experiência* e *agradabilidade* avaliados pela escala de personalidade. O primeiro destes domínios refere-se à curiosidade dos participantes, à aceitação de valores não convencionais e ao envolvimento em novas experiências. As pessoas com valores elevados na escala de *agradabilidade* têm, geralmente, boas capacidades interpessoais e são altruístas.

Tomes e Katz (1997) implementaram vários eventos e várias tarefas de avaliação mnésica, respeitando o procedimento do paradigma da informação enganosa, para avaliar a susceptibilidade que *habitualmente* as pessoas teriam para aceitar a informação enganosa. Os dados revelaram que as variáveis individuais empatia, elevada vivacidade das recriações

imagéticas e uma medida de correcção de memória (indicada pela memória correcta que os participantes manifestaram em relação aos itens não enganosos) se correlacionaram positivamente com a aceitação da informação enganosa. Assim, apesar dos resultados nestas variáveis se diferenciarem em função do género dos participantes, esta variável não permitiu prever a sugestionabilidade habitual.

Também no trabalho já descrito de Drivdahl e Zaragoza (2001), as autoras avaliaram um conjunto de medidas individuais que se relacionaram com a aceitação da informação que não correspondia ao evento original e que foi por vezes construída pelos próprios participantes. Concretamente, foram aplicadas medidas relacionadas com a absorção, com a predisposição para a fantasia e para viver experiências de natureza dissociativa. Verificou-se que os participantes com valores mais elevados na absorção realizaram mais erros de memória e revelaram maiores índices de confiança nos seus erros de memória. Nenhuma das restantes variáveis (dissociação e fantasia) se correlacionou com a distorção da memória.

A hipnotizabilidade diz respeito à facilidade com que os participantes respondem às sugestões de hipnose. Alguns dados que relacionam esta dimensão com a sugestionabilidade, foram já apresentados no tópico onde descrevemos o paradigma da informação enganosa, pelo que aqui apenas sistematizamos os dados em relação à mesma. De um modo global, os estudos encontram uma correlação positiva entre a hipnotizabilidade dos participantes e a sugestionabilidade (e.g., Barnier & McConkey, 1992; Sheehan e col., 1991), sendo esta relação também apresentada na revisão de alguns estudos realizada por McConkey (1992). Há, porém, excepções a este padrão, em que uma baixa hipnotizabilidade não impediu os participantes de realizarem uma quantidade substancial de erros de atribuição da fonte sobre a informação recordada, atribuindo uma elevada confiança às respostas, quando a informação foi anteriormente recordada sob o estado de hipnose (Orne e col., 1996). Estes últimos autores mostraram ainda que este padrão de dados não foi distinto do obtido pelos participantes com elevada hipnotizabilidade, tendo este padrão ocorrido independentemente dos participante terem ou não sido submetidos a hipnose.

Alguns autores referem que a distinção entre a *aceitação imediata da informação enganosa* e a *aceitação posterior de informação enganosa* pode ser útil na compreensão da variedade de resultados obtidos na investigação (Schooler & Loftus, 1993). O primeiro caso refere-se à situação em que a informação enganosa é recordada pouco tempo depois da sua apresentação pelo participante. Já o segundo refere-se às situações em que esta informação é recuperada ao fim de um intervalo de tempo mais longo. Por exemplo, a aceitação imediata da informação enganosa, é uma distorção que, supostamente, requer pouca habilidade de memória. De facto, os participantes com pior capacidade mnésica deverão aceitar a sugestão com mais facilidade porque terão mais dificuldade em encontrar discrepâncias entre a informação enganosa e o evento original. Em oposição, recuperar a informação enganosa ao fim de algum tempo requer que o participante se recorde da mesma, donde exige uma melhor competência de memória. No

entanto, para além desta distinção não estar ainda claramente estabelecida os autores não a têm utilizado de forma sistemática na explicação dos dados obtidos.

Como verificamos não existem ainda variáveis individuais (para além das relacionadas com a idade) que sejam de um modo sistemático relacionadas com a susceptibilidade para aceitar a informação enganosa. A variável estudada de um modo mais sistemático nestes estudos é a frequência com que os participantes vivem experiências de natureza dissociativa. Na maior parte dos estudos que avaliaram esta variável, foi encontrada uma correlação significativa e positiva entre esta variável e a susceptibilidade para a aceitação da informação enganosa. Também a tendência para os participantes ficarem absortos em tarefas ou estímulos se relacionou com esta inflação nos dois estudos em que a mesma foi avaliada. Uma das possíveis razões para esta falta de consistência entre os estudos pode ser a existência de pequenas diferenças em termos do procedimento que, por si só, são suficientes para influenciar o padrão de distorções de memória obtido (e.g., pedir aos participantes que elaborem possíveis respostas ou a duração do intervalo de tempo decorrido entre a apresentação da informação enganosa e o momento do teste). Adicionalmente, como já referimos, o processo pelo qual as falsas memórias ocorrem em decorrência destas alterações pode ser distinto, não sendo por isso de esperar que as mesmas variáveis individuais estejam subjacentes a estes processos. Será então necessário implementar estudos em que os procedimentos sejam comparáveis neste tipo de variáveis para que os dados obtidos possam, também eles, ser comparáveis.

9.3. Criação de falsas memórias

Também o estudo das diferenças individuais relacionadas com a criação de falsas memórias tem revelado uma elevada complexidade de resultados. Estes trabalhos têm recorrido aos vários procedimentos já apresentados neste âmbito, como os estudos de diários, a criação de falsas memórias pela imaginação e a implantação de falsas memórias para eventos mais complexos. Descrevemos neste tópico da discussão da literatura alguns dos trabalhos realizados em cada um dos procedimentos referidos que têm contribuído para o corpo de conhecimento relativo a esta questão das distorções de memória. Os estudos de diários são a área em que as variáveis individuais têm recebido menos atenção, existindo já um conjunto mais alargado de estudos nos restantes procedimentos, ainda que muito limitado.

9.3.1. Estudos de diários

Os estudos de diários exploram a criação de falsas memórias espontâneas realizadas pelos participantes. Após os próprios participantes terem registado durante um período de tempo

eventos do seu quotidiano, decorrido um determinado intervalo de tempo, a memória para esses eventos é testada, geralmente através da realização de tarefas de reconhecimento. É assim avaliada a correcção de memórias para eventos passíveis de poderem ser efectivamente controlados em termos de ocorrência pelos investigadores. De um modo geral, estes estudos revelam que, com a passagem do tempo, o reconhecimento de eventos autobiográficos se torna consideravelmente incorrecto, mesmo na ausência de factores externos que promovam a sua ocorrência (e.g., recriação imagética ou indução de estados de hipnose). A ocorrência destas falsas memórias tem sido relacionada com diversas variáveis individuais como passamos a apresentar.

Merckelbach, Wessel e Horselenberg (1997; cit. em Horselenberg e col., 2004) encontraram uma correlação positiva entre a presença de sintomas depressivos e o reconhecimento errado de eventos. Apesar destes dados terem sido obtidos numa amostra reduzida, eles são consistentes com dados de outros trabalhos que revelam a relação entre a depressão e défices na memória autobiográfica. Williams, Stiles e Shapiro (1999) sugerem que as pessoas deprimidas desenvolvem um estilo de armazenamento de informação genérico que se reflecte numa recordação igualmente genérica. Esta falta de especificidade da informação pode tornar estas pessoas mais vulneráveis às distorções de memória.

Diversas variáveis individuais foram exploradas no trabalho realizado por Horselenberg e colaboradores (2004) já descrito em pormenor na apresentação dos estudos de diários. Concretamente, os autores avaliaram a propensão dos participantes para a fantasia, a frequência de experiências de natureza dissociativa, a tendência para ficar absorvido em tarefas ou por estímulos e o grau de sugestibilidade interrogativa (que indica a propensão para responder de acordo com as sugestões enganosas apresentadas). Não foi encontrada qualquer relação entre estas dimensões individuais e a probabilidade de ocorrência das falsas memórias. Os autores sugerem que o facto de se tratar de uma tarefa simples de discriminação, em que os participantes foram avisados sobre a possibilidade da apresentação de itens falsos, diminuiu a manifestação de eventuais diferenças individuais na ocorrência dos erros de memória. Por outro lado, quando os participantes têm de recordar um evento, o envolvimento em tarefas sucessivas de monitorização da fonte de informação é mais exigente, sendo por isso maior a probabilidade destas falhas ocorrerem e das variáveis individuais determinarem a sua ocorrência.

Os resultados apenas revelaram, porém, uma correlação significativa e negativa entre a propensão para a fantasia e a frequência de respostas correctas e ainda o viés na resposta. Esta é uma relação contra-intuitiva já que indica que os participantes mais propensos a envolverem-se em actividades de fantasia obtiveram um melhor desempenho mnésico, ou seja, conseguiram fazer uma discriminação mais eficaz entre os alvos e os itens distractivos. No entanto, alguns dados que apoiam esta possibilidade foram obtidos por Merckelbach (2004) em que o autor mostrou que as narrativas elaboradas por participantes com elevado nível de propensão para a fantasia são mais ricas e mais convincentes perante observadores ingénuos que as histórias

criadas por participantes com baixa tendência para a fantasia. Assim, talvez os primeiros participantes elaborem as suas memórias de uma maneira mais elaborada e composta por elementos que lhes permitam mais facilmente diferenciar os itens correspondentes a memórias reais dos distractivos. Esta suposição carece, no entanto, de exploração adicional.

9.3.2. Diferenças individuais na inflação pela imaginação

Como já foi demonstrado, a inflação pela imaginação constitui um fenómeno poderoso na criação de falsas memórias. Nos trabalhos que apresentamos de seguida, os autores procuraram identificar diferenças individuais que contribuíssem para a manifestação deste efeito. Estes resultados são fundamentais para a compreensão do papel que as diferenças individuais desempenham na criação de falsas memórias. Consideramos, essencialmente, neste ponto os trabalhos em que a recriação imagética foi utilizada para aumentar a confiança dos participantes relativamente à ocorrência passada de eventos.

Começamos por recordar o trabalho de Heaps e Nash (1999) já descrito quando nos referimos à inflação pela imaginação. As variáveis exploradas por estes autores foram a vivacidade das recriações imagéticas, a sugestionabilidade interrogativa, a sugestionabilidade hipnótica e a frequência com que os participantes vivem experiências dissociativas. As medidas que se relacionaram com a inflação pela imaginação foram a vivência de experiências dissociativas e a tendência para responder à sugestão hipnótica. Estas duas variáveis, que se podem relacionar com o modo como os participantes habitualmente processam a informação, parecem assim tornar a criação de falsas memórias mais provável.

Apresentamos ainda os dados relativos às variáveis individuais que se correlacionaram com o aumento na confiança da ocorrência dos eventos suscitados pela imaginação em três outros trabalhos já considerados anteriormente, nomeadamente o de Paddock e colaboradores (1999), o de Horselenberg e colaboradores (2000) e o de Mazzoni e Memon (2003). No primeiro caso, os autores avaliaram a frequência com que os participantes vivem situações dissociativas no seu quotidiano, a vivacidade das suas recriações mentais e aplicaram medidas de dependência–independência de campo e ainda de autoconceito. Neste trabalho, apenas o estilo pessoal de controlo sobre situações sociais e a tendência para experimentar situações de despersonalização e desrealização (correspondente a uma sub escala da escala de experiências dissociativas) se correlacionaram positivamente com a maior probabilidade de manifestação do efeito da inflação pela imaginação.

No segundo trabalho referido, os autores avaliaram indicadores de desejabilidade social, capacidade de recriação imagética e vivência de experiências dissociativas. No primeiro trabalho em que foi obtido um efeito modesto de inflação pela imaginação para os eventos críticos, apenas a capacidade de recriação imagética se relacionou positivamente com o aumento de confiança

observado. Curiosamente, esta relação não foi observada no segundo estudo realizado pelos mesmos autores no qual os participantes, para além de imaginarem os eventos críticos, também os descreveram por escrito. Aliás, neste estudo, nenhuma das variáveis individuais avaliadas - desejabilidade social, capacidade de recriação imagética e vivência de experiências dissociativas - se correlacionou com o efeito da inflação pela imaginação (superior ao obtido no primeiro estudo).

Finalmente, no trabalho de Mazzoni e Memon (2003) foi avaliada a frequência de experiências de natureza dissociativa vividas pelos participantes e a vivacidade das suas recriações imagéticas. Nenhuma destas variáveis se relacionou de forma significativa com os aumentos de confiança observados em decorrência da imaginação dos mesmos.

Paddock e colaboradores (2000) averiguaram a importância de algumas variáveis individuais mas desta vez em relação à alteração na experiência de recordação de eventos da infância (e.g., eventos *sabidos* para eventos *recordados*). Também neste caso foi utilizada a tarefa de recriação imagética dos eventos, tendo-se constatado que duas variáveis se relacionaram positiva e significativamente com a mudança na qualidade da recordação dos eventos de *sei para lembro*, nomeadamente a extroversão e a sensação de controlo para a obtenção de reforço social. Nenhuma das restantes medidas avaliadas pelos autores – frequência da vivência de experiências dissociativas, absorção, existência de traços obsessivo-compulsivos e desejabilidade social - apresentou correlações significativas com esta alteração na avaliação dos participantes.

No conjunto de trabalhos que acabamos de apresentar, em que se procuraram relacionar variáveis individuais com o aumento da probabilidade de ocorrência dos episódios decorrente da recriação imagética dos mesmos, a diversidade de variáveis estudadas é considerável. Duas variáveis têm marcado mais a sua presença nestes trabalhos, nomeadamente a vivência de experiências dissociativas e a vivacidade das recriações imagéticas. Não obstante, nenhuma delas tem obtido resultados consistentes, sendo estes tendencialmente no sentido da ausência de relação com o que se está a avaliar. Tal como nos estudos que apresentamos em relação a outras formas de estudo das distorções da memória, também no presente caso, estes dados são ainda exploratórios.

9.3.3. Implantação de memórias

O estudo das variáveis individuais relacionadas com a criação de falsas memórias para eventos complexos tem uma história ainda breve. Estes têm considerado o impacto de variáveis individuais na criação de falsas memórias para eventos que apenas foram imaginados recentemente (e não realizados) e na implantação de memórias para eventos que não ocorreram na infância dos participantes. Começamos por referir um exemplo relativo ao primeiro tipo de estudos e consideramos depois alguns exemplos sobre o seguinte. Vários dos trabalhos que referimos aqui foram já apresentados anteriormente quanto ao procedimento e resultados globais.

No trabalho em que Lampinen e colaboradores (2003) demonstraram um elevado falso reconhecimento para acções que os participantes apenas imaginaram, mas que erradamente consideraram que tinham realizado, a propensão para experimentar situações de natureza dissociativa correlacionou-se positiva e significativamente com a maior frequência de erros de memória. Esta relação foi no entanto esbatida quando foi considerada a frequência de erros de memória produzidos após repetidas recriações imagéticas das acções.

O trabalho realizado por Hyman e Billings (1998) foi provavelmente o estudo que impulsionou a exploração das variáveis individuais relacionadas com a criação de falsas memórias para eventos complexos ocorridos na infância dos participantes. Os autores avaliaram um conjunto de medidas individuais numa sessão experimental apresentada como não estando relacionada com o restante procedimento de implantação da falsa memória. Concretamente, foram avaliadas as seguintes variáveis: (a) a propensão para recriar de um modo vívido os episódios e para aceitar a sugestão; (b) a tendência para o envolvimento em situações de absorção; (c) a tendência para experimentar situações de natureza dissociativa, e; (d) uma medida relativa de deseabilidade social. Os níveis de propensão para a fantasia e a tendência para a vivência de experiências de natureza dissociativa correlacionaram-se positivamente com a criação de falsas memórias. Esta última variável correlacionou-se ainda de modo significativo com a extensão dos relatos efectuados para os episódio verídicos e falso. Este dado sugere que os participantes mais propensos a experimentar situações de natureza dissociativa estarão mais disponíveis para se envolverem em processos de reconstrução das memórias.

Algumas dimensões individuais foram avaliadas numa sub amostra do estudo realizado por Porter e colaboradores (1999). Assim, os mesmos autores apresentaram no ano seguinte os resultados desta exploração entre as dimensões individuais e a susceptibilidade para a criação de falsas memórias, considerando não só características dos participantes, mas também dos entrevistadores. Foi avaliada a frequência de experiências de dissociação e um conjunto de traços de personalidade. Relativamente aos participantes, os dados revelaram que aqueles que construíram uma falsa memória para os eventos sugeridos, tendencialmente, vivem mais situações de natureza dissociativa do que os que resistiram à implantação da falsa memória. Esta diferença foi encontrada entre os participantes que criaram algum tipo de falsa memória (falsa memória completa ou falsa memória parcial) e os que não criaram qualquer descrição do evento sugerido. A susceptibilidade para a criação de falsas memórias relacionou-se negativamente com a extroversão, tendo os participantes que elaboraram uma falsa memória completa menores níveis de extroversão (i.e., mais introversão) do que os que apenas elaboraram uma falsa memória parcial. A tendência oposta foi observada em relação ao sucesso que os entrevistadores tiveram na implantação de uma falsa memória. Concretamente, os entrevistadores com valores mais elevados na escala de extroversão tiveram mais sucesso na implantação de falsas memórias comparativamente com os entrevistadores menos extrovertidos. Este sucesso diferenciado pode dever-se à atitude de maior confiança, de persuasão ou de simpatia associada a este traço que pode conduzir a uma maior susceptibilidade nos participantes. Estes dados sugerem que, para

além das diferenças individuais dos próprios participantes poderem ser importantes na criação de falsas memórias, também as características de quem as questiona também são relevantes.

No trabalho realizado por Ost e colaboradores (2002) os autores avaliaram a qualidade de três tipos de memórias: memória falsa (memória relativa a um evento não ocorrido), memória de um evento percebido e memória de um evento imaginado, tendo sido ainda avaliado se as características destas memórias se relacionavam com variáveis individuais. Assim, foram consideradas a frequência com que os participantes experimentam situações de natureza dissociativa e a propensão para os participantes se conformarem com sugestões para agradar aos outros. Os dados revelaram que os participantes que tiveram valores elevados na escala de dissociação revelaram menos confiança nas suas respostas e que, os que afirmaram ter visto o evento impossível, revelaram uma maior propensão para agradar aos outros comparativamente com os participantes que apenas imaginaram o evento. Assim a conformidade parece ser um factor determinante na ocorrência de falsas memórias como já tinha sido proposto por outros autores (e.g., Crombag e col., 1996). Nenhuma das restantes variáveis se diferenciou de modo significativo em função do grupo considerado. Os autores propõem que a natureza do evento possa estar na origem desta inexistência de diferenças significativas relativas às experiências dissociativas que eram de algum modo esperadas.

Ainda neste trabalho, os autores verificaram que a qualidade das memórias se diferenciou em função do género. Concretamente, os elementos do sexo feminino identificaram mais elementos sensoriais, pensamentos e sentimentos que os participantes do sexo masculino. Embora este dado não se relacione directamente com a propensão para a criação de falsas memórias poderá ser interessante considerá-lo dado que a investigação sugere que os participantes femininos elaboram recriações imagéticas mais ricas que os elementos do sexo masculino, o que poderá também dificultar a diferenciação entre eventos reais e aqueles que são imaginados, aumentando assim a probabilidade de ocorrer a criação de falsas memórias. No entanto, este dado carece de investigação adicional.

Mais recentemente, Ost e colaboradores (no prelo), utilizando um procedimento semelhante ao do estudo de Hyman e Billings (1998), encontraram igualmente uma relação positiva entre a descrição elaborada para o episódio sugerido e a propensão para a vivência de experiências de natureza dissociativa. Contrariamente ao apresentado por outros trabalhos (e.g., Ost e col., 2002), no presente foi encontrada uma correlação negativa entre a criação de falsas memórias e uma maior tendência para agradar aos outros. Esta diferença pode dever-se ao facto de, neste estudo mais recente, os participantes não terem recebido por parte dos entrevistadores qualquer pista explícita indicativa de que deveriam recordar o máximo de informação sobre os eventos (em particular do falso). Já a susceptibilidade dos participantes para, sob pressão, se conformarem às instruções apresentadas por uma figura de autoridade não se correlacionou significativamente com a criação de falsas memórias.

Num procedimento distinto dos que temos vindo a considerar, Candel e col (2003) avaliaram se dois grupos contrastantes quanto à vivência de experiências dissociativas (baixa vs elevada frequência de experiências dissociativas) se iriam diferenciar na produção de erros de memória. Neste estudo, foi apresentada uma narrativa referente a um evento emocionalmente negativo aos dois grupos de participantes. Mais tarde, foi-lhes pedido que contassem a história que lhes tinha sido apresentada anteriormente, tendo os autores avaliado a congruência destes relatos com a narrativa original. Os dois grupos de participantes não se diferenciaram quanto ao número de itens correctamente evocados nem de omissões. No entanto, os participantes com mais tendência para experimentar situações dissociativas acrescentaram mais informação completamente nova em relação ao evento original nos seus relatos. O facto dos participantes manifestarem diferentes tendências para a fantasia, não alterou este dado, sugerindo que esta dimensão não medeia a ocorrência de falsas memórias.

Outro tipo de estudos podem fornecer-nos indicações sobre o modo como as diferenças individuais podem contribuir para a maior produção de distorções de memória. Num destes trabalhos, os participantes que tiveram maior dificuldade em distinguir a realidade de sonhos reportaram valores mais elevados de propensão para a fantasia e maior frequência de experiências de natureza dissociativa (Rassin, Merckelbach, & Spaan, 2001).

Encontramos também, neste conjunto de trabalhos que relaciona as diferenças individuais com esta forma de distorção da memória, alguma diversidade nas variáveis que são avaliadas. Comparativamente com os estudos em que são utilizados outros procedimentos experimentais, as variáveis consideradas na implantação de falsas memórias são mais constantes ao longo dos estudos. A tendência para os participantes viverem experiências de natureza dissociativa é a única variável explorada em todos estes estudos. Em grande parte dos estudos, esta variável aparece correlacionada com a criação de falsas memórias. Outra variável também considerada em alguns trabalhos refere-se à propensão dos participantes para darem uma resposta no sentido de agradar os outros ou de responderem aos seus desejos. No entanto, a relação entre esta variável e a criação de falsas memórias nem sempre foi encontrada, tendo mesmo sido negativa em alguns trabalhos.

O comentário final que apresentamos para os procedimentos anteriores aplica-se ao presente: a diversidade de variáveis consideradas e as diferenças em termos procedimentais podem dificultar a descoberta das variáveis individuais que possam contribuir para a criação de falsas memórias. Para além disso, também neste paradigma os trabalhos são escassos. Dada a importância da identificação das variáveis individuais associadas à vulnerabilidade para a criação de falsas memórias, é imperativa a realização de estudos sistemáticos sobre este tema.

10. Objectivos do presente trabalho

A revisão da literatura que apresentámos revela a multiplicidade de formas de distorção da memória e de factores que podem promover a sua ocorrência. O presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento relativo à implantação de falsas memórias para eventos da infância. Para o efeito, implementamos um procedimento experimental semelhante ao utilizado noutros estudos (e.g., Hyman & Billings, 1998). Procuramos responder a três conjuntos de questões nomeadamente sobre: (a) sobre a recordação dos episódios verídicos questionados; (b), a construção de uma falsa memória para o episódio sugerido, e; (c) a diferenciação entre a memória para o episódio falso e as memórias para os episódios verídicos.

Dado que o enfoque principal deste trabalho se refere às falsas memórias, o primeiro conjunto de questões foi desenvolvido de uma forma mais sucinta. Neste caso, procuramos responder apenas a dois aspectos: qual a percentagem de episódios verídicos da infância que os participantes recordam ao longo das entrevistas e se a idade de ocorrência dos episódios foi importante para a sua recordação. Avaliamos ainda se a instrução de recriação imagética apresentada aos participantes e o número de entrevistas por eles realizado influencia a resposta a estas duas questões.

Relativamente ao segundo conjunto de questões, pretendemos caracterizar o tipo de descrição que os participantes elaboram perante a sugestão do episódio falso, concretamente se não elaboraram qualquer tentativa de descrição sobre o mesmo, se descrevem possibilidades de ocorrência do evento, mas que não correspondem efectivamente a uma memória ou se constroem uma narrativa para o episódio acreditando na veracidade do mesmo. Consideraremos que este último tipo de descrição corresponde à criação de uma falsa memória para o evento sugerido. Exploramos ainda a influência de quatro variáveis na forma como o episódio falso é descrito pelos participantes e na construção efectiva de uma falsa memória, a saber: a instrução de recriação imagética, a quantidade de entrevistas realizada, a ocorrência de experiências semelhantes à sugerida na infância dos participantes e a referência a conhecimento prévio relacionado com o episódio falso durante a descrição do mesmo.

Atendendo aos dados obtidos noutros trabalhos esperamos obter um efeito de inflação pela imaginação a que corresponderá a criação de um maior número de falsas memórias pelos participantes que recriaram imageticamente o episódio. Também a tentativa repetida de recordação do evento falso deverá proporcionar uma maior ocorrência de falsas memórias. Esperamos ainda que os participantes que viveram nas suas infâncias uma experiência semelhante à que lhes sugerimos tenham uma maior propensão para criar uma falsa memória para este evento integrando na reconstrução do mesmo os elementos que lhes são apresentados. De acordo com os resultados exploratórios de outros estudos, esperamos também que a referência a auto-conhecimento relacionado com o episódio sugerido potencie a construção de uma falsa memória. Em suma, pretendemos com a exploração destas variáveis identificar um

conjunto de aspectos que se relacionem com a maior probabilidade dos participantes construírem uma falsa memória para o episódio falso que lhes é sugerido.

Ainda relativamente ao segundo conjunto de questões, investigamos a influência que algumas variáveis individuais poderão ter na propensão para a criação de uma falsa memória. Estas variáveis serão ainda exploradas no que concerne à referência a conhecimento relacionado com o episódio sugerido já que esta se tem revelado em alguns estudos (e.g., Hyman & Billings, 1998) como um aspecto importante na ocorrência de falsas memórias. Adicionalmente, exploramos neste trabalho algumas variáveis que se têm demonstrado relacionadas com a ocorrência das falsas memórias, assim como outras que nos pareceram relevantes. Assim, atendemos a um conjunto de variáveis de personalidade, à frequência com que os participantes utilizam a imagem mental no seu quotidiano em diversas actividades e situações e à propensão para os participantes viverem situações de natureza dissociativa e de se envolverem de um modo absorto em actividades ou estímulos.

Pretendemos depois caracterizar o modo como a falsa memória foi descrita, recordada e avaliada pelos participantes. Concretamente, procuramos qualificar a descrição do episódio falso a partir de um conjunto de elementos observado na narrativa que os participantes elaborem para o mesmo e caracterizar o modo como o episódio é recordado e avaliado pelos participantes. Estes três conjuntos de variáveis serão explorados quanto ao modo como evoluíram ao longo das entrevistas, à influência da instrução de recriação imagética, ao número de entrevistas realizado e à experiência real de uma situação semelhante à sugerida. Esperamos uma evolução crescente ao longo das entrevistas e que a instrução de recriação imagética promova uma descrição do episódio mais detalhada, assim como uma melhor qualidade de recordação. O mesmo é previsto em relação à existência de uma experiência verídica na vida dos participantes que seja similar à sugerida e ao maior número de vezes que o episódio é recordado. Não temos qualquer previsão específica quanto à influência que estas variáveis terão na caracterização propriamente dita do episódio.

Na resposta ao último conjunto de questões investigamos se os participantes descreveram e avaliaram de um modo diferenciado o episódio falso e os episódios verídicos por eles recordados. Efectuamos esta comparação relativamente à qualidade da descrição e da recordação e ainda à caracterização propriamente dita dos episódios. Deste modo, procuramos identificar elementos que nos permitam diferenciar a descrição e recordação de um episódio falso relativamente à de episódios verídicos. Averiguamos também se a instrução de recriação imagética e o número de vezes que os participantes descreveram os episódios influenciaram de um modo semelhante os dois tipos de episódios (falso e verídicos).

Começamos por descrever detalhadamente a metodologia adoptada no presente trabalho. Apresentamos depois os resultados obedecendo a sua exposição à ordem das questões que acabámos de referir. Os dados são depois discutidos à luz de algumas das teorias que apresentámos anteriormente e atendendo aos resultados que têm sido obtidos por outros

trabalhos. Finalmente, manifestamos algumas considerações críticas sobre o presente trabalho, tecemos sugestões adicionais de exploração dos resultados obtidos neste trabalho, assim como elaboramos indicações para a investigação futura sobre o tema.

PARTE II : METODOLOGIA

A presente investigação envolveu a realização de várias etapas que passamos a descrever pormenorizadamente do ponto de vista metodológico. A primeira fase envolveu a selecção inicial da amostra. A fase 2 teve por objectivo a obtenção de descrições de episódios verídicos da infância dos participantes e a recolha de informação relevante para a construção do episódio falso. Na fase 3, descrevemos o processo de compilação da informação obtida na fase anterior e a elaboração dos guiões de entrevista. O procedimento referente à realização das entrevistas é descrito na fase 4. O processo de avaliação das variáveis individuais é relatado na fase 5. A classificação mais global do modo como a recordação dos episódios foi realizada é exposta na fase 6. Finalmente, na fase 7, apresentamos o modo como a descrição dos episódios foi trabalhada e a preparação dos dados que serão alvo de tratamento estatístico e de descrição posterior.

1. Fase 1 – Selecção da amostra

Nesta fase, apresentamos o processo de selecção da amostra inicial. Caracterizamos os participantes que colaboraram nesta fase, descrevemos os materiais construídos para recolher algumas informações e apresentamos o procedimento adoptado.

1.1. Participantes

A recolha da amostra ocorreu entre a população de estudantes da Universidade do Minho, mais concretamente, entre os alunos das licenciaturas em Psicologia, Educação, Ensino e Medicina. Para os dois primeiros cursos, foram contactadas as turmas do primeiro ano e, para os restantes, contactámos as turmas do segundo ano.

No total, 121 alunos manifestaram disponibilidade para participar no projecto de investigação e forneceram os dados necessários para procedermos à recolha da informação sobre episódios da sua infância.

1.2. Materiais

Foi distribuída uma ficha aos 121 participantes em que foram solicitados os seguintes elementos: nome, idade, forma de contacto, hora preferencial de contacto, nome de duas fontes¹⁶, e respectivas moradas, forma de contacto das fontes e hora preferencial de contacto das mesmas (cf. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

1.3. Procedimento

A um docente de cada curso foi solicitado algum tempo de uma das suas aulas com o objectivo de apresentarmos o projecto de investigação aos alunos e solicitar a sua colaboração para o mesmo. Assim, no início da aula, o estudo foi apresentado pela investigadora aos alunos como tendo por objectivo “avaliar a memória que as pessoas têm para acontecimentos ocorridos nas suas infâncias e explorar algumas variáveis que podem influenciar esta memória”. Foi explicado aos alunos presentes que a sua participação consistiria na realização de duas ou três entrevistas onde lhes iria ser pedido que recordassem e descrevessem alguns episódios das suas infâncias. Ser-lhes-ia ainda solicitado que respondessem a alguns questionários. Estes questionários teriam como propósito avaliar algumas variáveis que pensávamos estar relacionadas com o modo como as pessoas recordam episódios das suas infâncias.

Os alunos foram ainda informados que, para podermos avaliar com exactidão a vivacidade das suas recordações, necessitaríamos de recolher informação sobre alguns episódios das suas infâncias. Para esse efeito solicitámos-lhes a indicação de duas *fontes*, ou seja, pessoas que nos pudessem fornecer informação sobre alguns acontecimentos da sua infância, mais concretamente de acontecimentos ocorridos entre os seus 4 e 8 anos – período etário sobre o qual incidiu o nosso estudo. As fontes a indicar deveriam ser pessoas próximas do aluno que tivessem estado bastante presentes nas suas vidas durante o período considerado. Foram apresentados como exemplos de fontes os pais ou um dos pais e um(a) irmão/irmã mais velho(a). Sendo a descrição dos eventos fornecida por duas pessoas aumentamos a confiança na fiabilidade dos relatos fornecidos. Especificámos que a colaboração das fontes consistiria apenas no preenchimento de um questionário simples que lhes iria ser enviado por correio. Foi ainda dito aos alunos, que as fontes poderiam ser contactadas telefonicamente pela investigadora no sentido de as auxiliar no preenchimento do questionário. Os alunos foram ainda alertados para o carácter confidencial de toda a informação a recolher assim como do seu direito em terminarem a colaboração no projecto quando assim o desejassem. A sua participação não iria ser remunerada.

Aos alunos interessados foi distribuída a ficha anteriormente descrita para recolha de informação. Foi-lhes ainda solicitado que não procurassem obter qualquer informação sobre os

¹⁶ Como especificaremos adiante no procedimento, foi pedido aos participantes que indicassem duas pessoas que nos pudessem fornecer informações sobre alguns acontecimentos das suas infâncias. Designamos estas pessoas de “fontes”.

dados fornecidos junto das fontes indicadas, correndo o risco de comprometer os resultados do projecto de investigação.

A informação recolhida foi organizada numa base de dados, utilizando o programa informático Microsoft Office Access.

2. Fase 2 – Recolha de informação junto das fontes

Esta fase correspondeu à recolha de informação junto das fontes sobre episódios da infância dos participantes, assim como de algumas informações adicionais que permitissem a elaboração de um episódio falso. Caracterizamos as fontes quanto à sua relação com o participante, nível de escolaridade e profissão. Descrevemos o questionário que foi elaborado para a recolha desta informação. Finalmente, descrevemos o processo decorrido desde o envio dos materiais pelo correio até à obtenção de toda a informação necessária por parte das fontes para prosseguirmos o projecto.

2.1. Participantes

Os participantes efectivos nesta fase foram as fontes dos 121 alunos que manifestaram disponibilidade para participar no projecto de investigação. Em 95 dos casos, foi obtida toda a informação necessária para que o participante avançasse para a fase seguinte do processo. Procedemos assim à caracterização das fontes que forneceram a informação para estes 95 casos. Os restantes casos foram eliminados.

Em 86 dos 95 casos (90,5%) a informação obtida foi fornecida por duas fontes. Somente para 9 participantes (9,5%) a informação foi fornecida por apenas uma fonte. Neste último caso, a fonte mais frequente foi a mãe (em 8 dos casos) e numa situação o pai constituiu a única fonte de informação. As mães desempenharam a função de fonte em 91 dos 95 casos considerados. A segunda fonte mais frequente foi o pai (em 66 dos casos) e a terceira fonte mais frequente foi um irmão / irmã mais velho(a) (em 16 dos casos). Outras pessoas, que os participantes entenderam poderem ser boas fontes de informação relativamente aos seus acontecimentos das infâncias,

também contribuíram nesta tarefa (cf. Tabela 2)¹⁷. Colaboraram nesta recolha de informação 181 fontes. A idade média das fontes foi de 45,49 anos (dp=9,76).

Tabela 2: Frequência e percentagem de fontes que participaram no estudo, de acordo com a sua relação com o participante.

	frequência	percentagem
mãe	91	50,28
pai	66	36,46
irmã / irmão	17	9,39
tia	3	1,66
avó / avô	2	1,1
amiga	1	0,55
vizinho	1	0,55

Apresentamos na Tabela 3 a caracterização das fontes quanto ao seu nível de escolaridade.

Tabela 3: Frequências e percentagens do nível de escolaridade das fontes.

nível de escolaridade	frequência	percentagem
sem escolaridade	1	0,6
ensino básico	87	48
ensino secundário	33	18,2
ensino superior	52	28,7
pós- graduação	2	1,1
sem informação	6	3,3

A caracterização das fontes relativamente à profissão, de acordo com a Classificação Nacional das Profissões (*Classificação Nacional das Profissões: versão 1994, 1994*)¹⁸, é apresentada na Tabela 4.

¹⁷ Em algumas das tabelas que apresentamos com dados percentuais, a soma dos mesmos nem sempre corresponde a 100%. Este facto decorre dos arredondamentos efectuados aos dados apresentados. Esta nota deve ser considerada para os vários casos em que tal se verifique.

¹⁸ As categorias reformado, desempregado e estudante não fazem parte da Classificação Nacional das Profissões (1994) tendo sido por nós acrescentadas para a caracterização da profissão da amostra em causa.

Tabela 4: Frequências e percentagens das profissões das fontes.

profissão	frequência	percentagem
quadros superiores da administração pública, ou empresas	13	7,2
especialistas das profissões intelectuais e científicas	29	16
técnicos e profissionais de nível intermédio	33	18,2
peçoal administrativo e similares	20	11
peçoal dos serviços e vendedores	13	7,2
agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	1	0,6
operários, artífices e trabalhadores similares	19	10,5
operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	3	1,7
trabalhadores não qualificados	23	12,7
reformado	8	4,4
desempregado	4	2,2
estudante	6	3,2
sem informação	9	5

2.2. Materiais

Para cada um dos 121 alunos que manifestou intenção de participar no projecto de investigação foi elaborado um questionário personalizado (e.g., com o nome do participante em causa) que iria ser respondido pelas fontes por eles indicadas. O questionário era composto por três partes: (1) parte introdutória; (2) recolha de informação demográfica das fontes, e; (3) questionário propriamente dito.

Na parte introdutória, informámos as fontes que as estávamos a contactar após consentimento obtido junto da pessoa relativamente à qual iríamos solicitar informação. Apresentámos depois o objectivo do projecto: “avaliar a memória para episódios ocorridos na infância” realçando o carácter confidencial dos todos os dados fornecidos. Foi explicada a importância do questionário ser preenchido conjuntamente por duas pessoas no sentido de facilitar a recordação de episódios de infância do participante e promover um relato mais detalhado e preciso dos mesmos. Solicitámos às fontes que não partilhassem qualquer informação sobre o presente questionário com o participante em causa no sentido de salvaguardar os objectivos da investigação. Este aspecto foi salientado ao longo de todo o questionário (e.g., “O sucesso desta investigação depende da ausência de troca de informação com a pessoa em causa, dado que pretendemos avaliar a sua memória para os acontecimentos ocorridos na sua infância”). Ainda nesta parte introdutória do questionário, foi dada indicação de que as fontes iriam ser contactadas telefonicamente no sentido de averiguar e auxiliar em qualquer dificuldade surgida durante o

preenchimento do questionário, proceder a algum esclarecimento necessário ou pedir informação adicional. Foi-lhes solicitado que preenchessem o questionário com a maior brevidade possível e o enviassem por correio utilizando para o efeito o envelope fornecido.

Na segunda parte do questionário, foram solicitados alguns dados demográficos das fontes, nomeadamente a idade, o grau de escolaridade, a profissão e o tipo de relação com o participante. Na terceira parte do questionário, começámos por apresentar as instruções para o preenchimento do questionário sendo especificados os dados que deveriam fornecer relativamente a cada episódio que iriam descrever. Foi pedido que contassem episódios memoráveis, isto é, importantes, sem que, no entanto, fossem dolorosos de recordar para a pessoa em questão. Foi-lhes solicitado o relato de seis episódios ocorridos entre os 4 a 8 anos de idade do participante (período etário em estudo), em que ele tivesse estado bastante envolvido, sendo fundamental a anotação das seguintes informações: idade da criança, o que aconteceu, onde aconteceu, quais as pessoas que estiveram presentes na situação e ainda a frequência com que o episódio (ou episódios semelhantes) ocorreu na infância do participante. Uma lista de 11 categorias de acontecimentos comuns na infância de uma criança, que poderiam servir como exemplos, foi facultada no questionário (e.g., ganhar um concurso, novo membro na família, etc.). Foi sublinhado que poderiam ser relatados episódios não presentes nesta lista, devendo a mesma servir apenas de referência.

Colocámos ainda 2 conjuntos de questões no sentido de obter informação para a construção de um evento falso plausível para o participante. Foram apresentadas questões que permitissem a elaboração de dois possíveis episódios falsos: um sobre o tema “acidente numa festa” e outro sobre uma “situação de perda”. As respostas obtidas a estas questões revelaram que seria mais fácil e plausível, atendendo à história de vida dos participantes, a construção de um episódio falso com o tema de “perda”. Assim, o conjunto de questões relativas ao primeiro tema não será aqui descrito. As questões colocadas para o tema de “perda” tinham por objectivo contextualizá-lo de acordo com a história de vida do participante (e.g., numa situação de ida às compras). Assim, foi solicitada informação relativa: (a) aos locais onde usualmente a família realizava compras; (b) às pessoas que habitualmente iam às compras quando o participante tinha entre 4 a 8 anos, e; (c), ao tipo de elementos que poderiam cativar a sua atenção. Perguntámos ainda se o participante alguma vez vivera uma situação de perda nos contextos descritos e, em caso de resposta afirmativa, solicitámos a descrição da mesma. O objectivo real destas questões, e das respostas nelas obtidas, foi omitido às fontes nesta fase para evitar colocar em risco a realização da metodologia pretendida.

No final do questionário era agradecida a colaboração das fontes. Apresentamos no **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** o questionário atrás descrito para consulta mais pormenorizada do mesmo.

A acompanhar o questionário enviámos declarações de consentimento informado (uma para cada fonte de informação). Nestas declarações, as fontes eram informadas sobre as

condições de confidencialidade da utilização da informação fornecida no questionário e da sua pertinência para os fins da investigação (cf. Anexo 3). Enviámos ainda um envelope devidamente selado e endereçado para a devolução do questionário.

2.3. Procedimento

Em seguida, descrevemos o procedimento em várias etapas, começando pelo envio por correio dos questionários para as fontes indicadas e pelo estabelecimento de contacto telefónico com as mesmas. Apresentamos depois o processo de recepção e compilação da informação fornecida, e as medidas adoptadas para preencher as lacunas encontradas na informação. Finalmente, apresentamos a sessão de esclarecimento em que participaram algumas fontes e participantes, e que teve lugar quando a fase de realização das entrevistas já estava concluída.

2.3.1. Envio dos questionários

Depois de elaborados os questionários personalizados para cada participante procedemos ao seu envio por correio para a morada indicada pelo participante e dirigido às fontes por ele identificadas. Cerca de 15 dias após o seu envio contactámos as fontes telefonicamente no sentido de esclarecer qualquer dúvida que pudesse ter surgido após a recepção dos mesmos, enunciar os objectivos do estudo e incentivar o seu preenchimento. Outros telefonemas foram agendados com as fontes em função da necessidade manifestada. Os dados relativos a estes contactos são apresentados no ponto seguinte de acordo com a recepção efectiva, ou não, dos questionários. Nos contactos telefónicos realizados, foi sublinhada a importância de não ocorrer qualquer partilha de informação com os participantes no estudo.

2.3.2. Contacto com as fontes e recepção dos questionários

Dos 121 questionários enviados 95 foram recebidos, o que correspondeu a uma taxa de 79% de respostas, indicando uma boa aceitação da investigação. Para o total dos questionários recebidos, foram realizados 174 telefonemas, com uma média de 1,83 telefonemas ($dp=1,05$) por questionário. As fontes dos 26 questionários não recebidos foram contactadas num total de 79 vezes ($\bar{x}=3,04$, $dp=1,46$). Foram assim realizados, no total, 253 telefonemas ($\bar{x}=2,1$; $dp=1,24$). Apenas 9 questionários foram recebidos sem que as respectivas fontes tivessem sido contactadas telefonicamente. Pensamos que o estabelecimento de contacto telefónico com as fontes, terá contribuído para esta taxa de recepção de questionários que é superior à obtida em outros

estudos. Por exemplo, nos estudos realizados por Hyman e colaboradores a taxa de recepção de questionários variou entre 40% (Hyman & Billings, 1998) e 63% (Hyman e col., 1995, no primeiro estudo).

Com a sistematização da informação fornecida nos questionários constatámos que, dos 95 questionários recebidos, apenas 22 estavam preenchidos na totalidade. Nos restantes 73 casos não foram indicados todos os dados necessários para a elaboração do guião da entrevista, ou seja, não foram descritos pelo menos 3 episódios com os detalhes mínimos necessários e / ou não foi indicada a informação solicitada para a elaboração do episódio falso. Tornou-se então necessário contactar novamente estas fontes telefonicamente para completar a informação em falta (e.g., para obter um detalhe não descrito, em alguns casos obter mesmo a descrição de episódios completos e / ou recolher informação relativamente às questões finais do questionário).

No final deste processo de recolha de informação, as fontes receberam um agradecimento escrito pela sua colaboração no projecto de investigação (cf. Anexo 4). Foram recordadas novamente da importância da não partilha de qualquer da informação fornecida com os participantes sob pena de comprometerem o estudo. Foi-lhes ainda dada indicação que em breve iriam ser convidadas a participar numa sessão de esclarecimento sobre o projecto.

Esta fase de recolha de informação decorreu ao longo de 4 meses entre Novembro de 2002 e Fevereiro de 2003 e foi conduzida na totalidade pela investigadora.

2.3.3. Sessão de esclarecimento sobre o projecto

No final da realização de todas as entrevistas, as fontes foram convidadas por escrito a participar numa sessão de esclarecimento sobre o projecto, podendo ser acompanhadas pelos participantes. Nesta sessão, foram apresentados os objectivos do projecto, as razões pelas quais estes lhes tinham sido inicialmente omitidos e um breve enquadramento ao tema em investigação. Esta sessão foi conduzida pela investigadora e pelo orientador do projecto de investigação. O tema foi amplamente discutido e foram respondidas questões de âmbito restrito ao projecto ou de âmbito mais geral no domínio da memória humana. Esta sessão foi realizada no final de Junho e nela participaram cerca de 60 fontes e participantes.

3. Fase 3 – Elaboração dos guiões de entrevista

Os guiões de entrevista resultaram da selecção de três episódios verídicos descritos pelas fontes e de um episódio falso construído para cada participante. Foi posteriormente solicitado aos participantes que descrevessem os referidos episódios no decorrer de várias entrevistas. Identificamos nesta descrição os critérios de selecção dos episódios de entre toda a informação obtida das fontes, o modo como a informação foi sistematizada neste guião e o processo de elaboração do episódio falso. Esta tarefa foi realizada pela investigadora durante os meses de Fevereiro e Março de 2003. Caracterizamos ainda os episódios verídicos questionados quanto à sua idade de ocorrência.

3.1. Participantes

Foram elaborados guiões de entrevista para os 95 participantes sobre os quais obtivemos toda a informação necessária. Posteriormente, caracterizaremos detalhadamente apenas os participantes que concluíram todas as fases do projecto de investigação.

3.2. Procedimento

A partir dos dados fornecidos pelas fontes foram elaborados os guiões das entrevistas, personalizados para cada participante. Cada guião continha informação relativa a 4 episódios, sendo três deles verdadeiros e um falso. Os três episódios verdadeiros foram seleccionados de entre os relatados pelas fontes tendo em conta a maior quantidade de informação disponibilizada e a maior variedade de temas a questionar. A idade de ocorrência dos episódios contribuiu também para esta escolha já que alguns dos episódios descritos não obedeceram ao intervalo determinado. Procurámos ainda ter representadas várias idades no guião de entrevista de cada participante. Para cada episódio verídico a apresentar foi identificado um título que se pretendia ser suficientemente representativo do episódio em causa para suscitar a descrição do mesmo (e.g., aniversário especial). Foi ainda sistematizada informação relativa à idade de ocorrência do episódio (e.g., 5 anos), local de ocorrência do episódio (e.g., em casa) e pessoas envolvidas no mesmo (e.g., familiares e amigos).

O tema do episódio falso foi comum a todos os participantes - situação de perda, para a quase totalidade dos casos, numa situação de ida às compras. O título do episódio foi comum a todos os participantes - “perdido(a)”, assim como a idade da sua ocorrência - “6 anos”. Esta idade

foi seleccionada por constituir uma idade média dentro do intervalo de idades dos episódios verídicos a questionar¹⁹. Para além disso, nesta idade, habitualmente já não se verificam os efeitos da amnésia infantil. Os restantes detalhes do episódio foram adaptados à informação fornecida pelas fontes de modo a que as circunstâncias do episódio sugerido fossem o mais plausíveis possível para o participante. Por exemplo, em relação ao local e pessoas que habitualmente iam às compras, para alguns participantes seria mais provável uma ida às compras ao hipermercado X com os pais, enquanto para outros seria mais plausível uma ida às compras ao mercado municipal apenas com a mãe. Em alguns casos, a situação criada referiu-se a uma perda numa situação de festa que envolvesse muita gente (e.g., “festa de S. João”). Procurámos assim criar as condições mais propícias para que cada participante construísse uma história para o episódio que iria ser sugerido. Tal como para os episódios verídicos, também para o episódio falso foi identificado um título (perdido(a)), a idade de ocorrência do mesmo (6 anos), o local da ocorrência (e.g., hipermercado) e as pessoas envolvidas na situação (e.g., mãe e funcionária).

O guião constou então de informação sobre os quatro episódios, concretamente o título do evento, a idade de ocorrência do mesmo, as pessoas envolvidas na situação e o local onde o mesmo decorreu. Determinámos a ordem de apresentação dos episódios do seguinte modo: o primeiro, segundo e quarto episódios a apresentar eram verídicos, sendo o episódio falso apresentado em terceiro lugar, à semelhança do procedimento de outros estudos (e.g., Hyman & Billings, 1998).

Deste guião constava ainda o nome do participante, identificação do grupo a que pertencia²⁰ e ainda identificação das fontes da informação (nome e tipo de relação com os participantes). Para todas as entrevistas, foi utilizado o mesmo guião já que os episódios questionados foram os mesmos, tendo sido apresentados pela mesma ordem. Expomos no Anexo 5 um exemplo de um guião de entrevista²¹.

3.2.1. Caracterização da idade dos episódios verídicos

Apresentamos de seguida uma breve caracterização dos 255 episódios verídicos que integraram os guiões das entrevistas dos 85 participantes que concluíram o procedimento experimental. A idade de ocorrência dos episódios verídicos foi estabelecida de acordo com a informação fornecida pelas fontes. No entanto, dado que na maior parte das situações as fontes não conseguiram identificar a idade exacta de ocorrência do episódio, foi necessário classificar a idade de modo aproximado. Assim, a idade de ocorrência dos episódios foi categorizada de acordo com os seguintes intervalos: *4 a 5 anos*, *6 a 7 anos* e *8 ou mais anos*.

¹⁹ Apenas para um participante a idade apresentada para a ocorrência do episódio falso foi de 8 anos. Esta excepção tornou-se necessária para podermos apresentar ao participante um cenário para a situação de perda que fosse plausível atendendo à sua história de vida.

²⁰ Os critérios de distribuição e caracterização dos vários grupos experimentais serão apresentados na fase seguinte.

²¹ Os dados apresentados neste guião baseiam-se num protocolo real tendo sido alterados alguns elementos que poderiam ser identificativos do participante.

A idade mínima dos episódios apresentados foi de 4 anos e a máxima de 10 anos (esta idade ocorreu apenas em 7 episódios, o que corresponde a 2,7% do total). A quase totalidade dos episódios da categoria *8 ou mais anos* ocorreu aos 8 anos, sendo esta a categoria que representa a menor percentagem de episódios verídicos questionados. As restantes categorias etárias apresentam uma percentagem semelhante (Tabela 5). Esta distribuição corresponde ao observado na totalidade dos episódios relatados pelos informadores. A caracterização da idade de ocorrência dos episódios seleccionados, e em função do grupo experimental, é apresentada na Tabela 5.

Para simplificar a referência à idade de ocorrência dos episódios na descrição dos dados, passamos a mencionar cada intervalo etário da seguinte forma: episódios ocorridos entre os *4 a 5* anos como *idade 1*; episódios ocorridos entre os *6 e 7* anos como *idade 2*, e os ocorridos aos *8 ou mais* anos de idade como *idade 3*.

Tabela 5: Frequência e percentagem da idade dos episódios verídicos apresentados.

	N	%
4 a 5 anos	96	37,6
6 a 7 anos	102	40
8 ou mais anos	57	22,4
total	255	

4. Fase 4 – Realização das entrevistas

Na descrição desta fase, começamos por caracterizar os participantes finais do projecto de investigação. Apresentamos depois os protocolos que serviram de suporte a cada uma das entrevistas. Estes protocolos foram adaptados à condição experimental em que iriam ser utilizados, pelo que apresentamos a sua descrição pormenorizada. Um exemplo de protocolo de entrevista para o grupo 3 pode ser consultado no Anexo 6. Finalmente, descrevemos o procedimento de realização das entrevistas. Esta fase decorreu entre Março e Julho de 2003.

4.1. Participantes

Depois de recolhida toda a informação necessária, os 95 participantes foram contactados telefonicamente e convidados a realizar as entrevistas. Foi novamente recordado o carácter voluntário da participação assim como as questões de confidencialidade associadas a esta participação.

Os 95 participantes foram distribuídos aleatoriamente por quatro grupos experimentais, em função das condições das variáveis independentes: instrução para recriar imageticamente os episódios (instrução de recriação imagética vs não instrução de recriação imagética); e número de entrevistas (duas entrevistas vs três entrevistas). Em termos de designação futura os grupos serão nomeados de **IRI** (Instrução de **R**ecriação **I**magética) e **NIRI** (**N**ão Instrução de **R**ecriação **I**magética) quando nos referirmos apenas a esta variável independente. Para simplificar as próximas menções aos grupos assumimos a caracterização apresentada na Tabela 6.

Tabela 6: Grupos experimentais criados em função das condições das variáveis independentes.

		Instrução de recriação imagética	
		Sim (IRI)	Não (NIRI)
Nº de	2	Grupo 1	Grupo 2
entrevistas	3	Grupo 3	Grupo 4

Apenas 85 dos 95 participantes completaram todas as fases do estudo e providenciaram dados válidos. Não foi possível efectuar as marcações das entrevistas com 8 dos participantes; 1 dos participantes apenas participou na primeira entrevista (a continuidade da sua participação foi impossibilitada por motivos de doença); finalmente, por razões de ordem técnica, não foi possível obter o registo da primeira entrevista de um participante. Apresentamos na Tabela 7 a distribuição dos 85 participantes que completaram a experiência, conjuntamente com a sua caracterização por sexo (frequência e percentagem). No total da amostra, 75 (88,2%) dos participantes pertenciam ao sexo feminino e 10 (11,8%) ao sexo masculino.

Tabela 7: Distribuição dos participantes por grupo experimental, frequências e percentagens (apresentadas entre parênteses) da distribuição em função do sexo.

grupo	sexo		total
	masculino	feminino	
1	3 (14,3)	18 (85,7)	21
3	4 (20)	16 (80)	20
2	1(4,5)	21 (95,5)	22
4	2 (9,1)	20 (90,9)	22
Total	10 (11,8)	75 (88,2)	85

A análise da distribuição do género por grupo, utilizando o teste Qui-quadrado, considerando as variáveis instrução para recriar imagetivamente os episódios (grupos 1 e 3 vs grupos 2 e 4) e o número de entrevistas realizado (grupos 1 e 2 vs grupos 3 e 4), revelou independência em ambos os casos ($\chi^2 = 2,150$, $df=1$, $p=0,189$; $\chi^2 = 0,508$, $df=1$, $p=0,520$, respectivamente)²².

A idade média da amostra foi de 19,11 anos, sendo a idade mínima de 17 anos e a máxima de 23 anos ($dp=1,27$). As modas da idade foram 18 e 19 anos, tendo 94,1% dos participantes idades entre os 18 e os 21 anos. A idade média dos participantes em cada grupo não diferiu significativamente como podemos observar nos dados apresentados na Tabela 8. Esta observação foi confirmada por uma One-Way Anova ($F_{(3,81)}=0,788$, $p=0,504$)²³.

Os participantes deste estudo pertenciam a quatro cursos de licenciatura da Universidade do Minho, nomeadamente alunos do 1º ano dos cursos em Educação e Psicologia, alunos do 2º ano dos cursos em Ensino e Medicina. O curso mais representado na amostra foi o de Psicologia (38,8%), e o menos representado o de Medicina (9,4%). O número de elementos de cada curso presente em cada grupo, e a respectiva percentagem, são apresentados na Tabela 9.

Tabela 8: Média, desvio padrão, e idades mínima e máxima dos participantes por grupo experimental.

grupo	N	\bar{x}	dp	Min.	Máx.
1	21	18,86	0,964	18	21
3	22	19,40	1,501	18	23
2	22	18,95	1,133	17	21
4	22	19,23	1,445	18	23
Total	85	19,11	1,273	17	23

Tabela 9: Frequência e percentagem (apresentada entre parênteses) de cada curso em cada grupo.

grupo	curso			
	Educação	Ensino	Medicina	Psicologia
1	3 (14,3)	6 (28,6)	3 (14,3)	9 (42,9)
2	3 (15)	9 (45)	1 (5)	7 (35)
3	4 (18,2)	7 (31,8)	1 (4,5)	10 (45,5)
4	5 (22,7)	7 (31,8)	3 (13,6)	7 (31,8)
Total	15 (17,6)	29 (34,1)	8 (9,4)	33 (38,8)

²² Reportamos para ambas as análises o valor de p relativo ao Teste de Exactidão de Fisher devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

²³ Foi realizado o teste One-Way Anova já que a dimensão de cada grupo é semelhante, a homocedasticidade foi verificada e o ligeiro nível de assimetria detectada na distribuição dos dados em cada grupo ocorreu no mesmo sentido.

4.2. Instrumentos

Nesta secção, descrevemos a declaração de consentimento preparada para os participantes. De seguida, apresentamos o conteúdo de cada um dos 10 protocolos de entrevista que foram elaborados (um para cada entrevista de cada grupo). Foi ainda elaborado um guião geral de entrevista que teve por objectivo auxiliar a preparação do entrevistador para a realização das entrevistas.

4.2.1. Declaração de consentimento

A declaração de consentimento informava os participantes sobre os objectivos do estudo do mesmo modo que lhes tinham sido apresentados anteriormente. Foi pedido o consentimento do participante para gravar em áudio as entrevistas que iria realizar. Esta declaração continha ainda várias informações sobre o projecto, assim como indicações relativas à confidencialidade dos dados e aos seus direitos enquanto participante voluntário no projecto (cf. Anexo 7).

4.2.2. Protocolos de entrevista

Foram elaborados protocolos para cada entrevista e para cada grupo experimental. Os protocolos tinham 5 objectivos: (1) fornecer de forma clara e constante, para cada grupo, as instruções para a entrevista; (2) registar a avaliação das dimensões clareza, confiança, valência emocional e importância, relativas a cada episódio descrito; (3) fornecer instruções finais, recomendações e expectativas de um modo claro e inalterado para todos os grupos; (4) recolher informação sobre algumas questões de controlo, e; (5) agradecimento pela participação.

Cada protocolo de entrevista foi adaptado tendo em conta o grupo experimental a que se destinava. Assim, os protocolos diferenciaram-se essencialmente quanto à presença / ausência da instrução de recriação imagética dos episódios (grupos IRI e NIRI, respectivamente) e ao número de entrevistas a realizar. Exceptuando estas variações, as instruções de entrevista, as recomendações finais e as expectativas manifestadas em relação a entrevistas seguintes (quando adequado) foram as mesmas em todos os protocolos. As grelhas de registo da avaliação das quatro dimensões atrás referidas foram iguais em todos os protocolos. No total foram desenvolvidos 10 protocolos de entrevista. Foi elaborada ainda uma folha com as instruções gerais de cada entrevista, também adaptada a cada condição experimental que referia o procedimento da entrevista. Descrevemos de seguida os protocolos de acordo com a entrevista a que se destinavam. A informação relativa ao procedimento da entrevista que foi apresentada por escrito aos participantes não será descrita pormenorizadamente, por se tornar informação redundante, podendo ser consultada no Anexo 6.

4.2.2.1. Protocolo para a entrevista 1

O protocolo continha, primeiramente, as instruções a seguir ao longo da entrevista, instruções estas que foram reforçadas oralmente pelo entrevistador. Assim, os participantes foram instruídos, para cada evento, a descreverem o máximo de detalhes que conseguissem recordar sobre o mesmo. No grupo IRI, foi incluída a instrução de recriação imagética de cada acontecimento indicando que tal ajudaria o participante a recordar os episódios.

As grelhas para a avaliação de quatro dimensões que o participante deveria avaliar no final da descrição de cada episódio foram incluídas no protocolo. Duas das dimensões relacionavam-se com o modo como o participante considerava estar a recordar o episódio: clareza e confiança. A clareza, como a própria designação sugere, refere-se à nitidez com que o participante recordou o episódio. A sua avaliação foi realizada numa escala de Likert de 5 pontos em que 1 representou o mínimo de clareza na recordação (1= nada claro), e 5 o máximo de clareza dessa recordação (5= bastante claro). A confiança refere-se à certeza que o participante atribuiu à informação que estava a descrever sobre o episódio. Esta dimensão foi avaliada usando uma escala de Likert de 5 pontos em que o 1 representou o mínimo de confiança (1= nenhuma confiança), e o 5 a confiança máxima (5= confiança total).

As outras duas dimensões avaliadas pelos participantes tinham por objectivo a caracterização do episódio propriamente dito: valência emocional e importância. Esta avaliação dizia respeito à importância e valência emocional que caracterizaram o episódio na altura da sua ocorrência. A dimensão emotiva do episódio foi avaliada mediante uma escala de Likert de 5 pontos em que o valor 1 correspondeu à valência emocional mais negativa (1= bastante negativo), e o valor 5 à valência emocional mais positiva (5= bastante positivo). A importância, ou relevância que o episódio assumiu para o participante, foi igualmente avaliada mediante uma escala de Likert de 5 pontos em que a menor importância atribuída ao acontecimento foi classificada com o valor 1 (1= nada importante) e a importância máxima com o valor 5 (5= bastante importante).

O protocolo incluiu ainda instruções e recomendações finais. Os participantes foram informados que na entrevista seguinte lhes iria ser pedido que voltassem a descrever os mesmos episódios com o máximo de detalhes. Foi publicitada a expectativa de que na próxima entrevista os participantes deveriam recordar melhor e mais detalhadamente cada episódio. Ao fornecer claramente esta previsão procurámos incentivar os participantes a tentar recordar mais informação sobre cada episódio. Assim, ao mesmo tempo que incitamos a um maior esforço de recordação para os episódios verídicos, o mesmo ocorreu em relação ao episódio sugerido. Deste modo, caso o participante não tenha recordado naquela entrevista o episódio sugerido, ou o tenha “recordado” de um modo pouco detalhado, transmitimos-lhe a ideia de que o deveria recordar em entrevistas posteriores e / ou mais pormenorizadamente. Os participantes do grupo IRI foram ainda instruídos a utilizar a estratégia de recriação imagética para os auxiliar nesta tarefa de recordação e

proporcionar a identificação de mais detalhes sobre cada acontecimento (esta instrução repetiu-se no protocolo 2 dos participantes do grupo IRI que realizaram três entrevistas).

No final do protocolo foi reforçado o pedido para que os participantes não discutissem a participação neste projecto com ninguém, nem tentassem obter qualquer informação junto das fontes de modo a assegurar a fiabilidade das informações recolhidas. O protocolo finalizou com um agradecimento pela colaboração dos participantes.

4.2.2.2. Protocolo para a entrevista 2

O protocolo da segunda entrevista foi semelhante ao descrito para a entrevista 1 para todos os grupos, com excepção da parte referente às instruções finais.

Para os grupos que apenas realizaram duas entrevistas esta foi a última entrevista, pelo que a informação relativa à entrevista seguinte foi substituída por três “questões de controlo”. Cada participante foi questionado: (1) acerca da partilha de informação sobre os acontecimentos questionados com alguém, nomeadamente com as fontes da informação; (2) sobre os métodos utilizados para recordar a informação no período que mediou a primeira da segunda entrevista, e; (3) sobre a existência de alguma razão que pudesse ser impeditiva do uso dos seus dados nesta investigação. Estas questões foram respondidas por escrito, pelo participante, no final desta entrevista²⁴. Foi ainda solicitado aos participantes que não discutissem o projecto com outras pessoas, já que o mesmo ainda estava em curso. Finalmente, foi agradecida a sua participação.

Para os grupos que realizaram três entrevistas o segundo protocolo de entrevista foi igual ao descrito para a entrevista 1, tendo sido apenas adicionadas duas questões de controlo relativas: (1) à partilha de informação sobre o projecto com outras pessoas, e; (2) aos métodos utilizados para recordar informação no período que mediara a primeira da segunda entrevista. Os participantes responderam por escrito a estas questões no final da realização desta entrevista.

4.2.2.3. Protocolo para a entrevista 3

O protocolo apresentado na terceira entrevista aos participantes que realizaram esta quantidade de entrevistas foi semelhante ao anteriormente descrito para os participantes que realizaram apenas 2 entrevistas.

²⁴ As respostas às questões de controlo dos protocolos de registo, para todos os grupos, não proporcionaram a exclusão de qualquer participante.

4.2.3. Guião geral de entrevista: entrevistador

Foram elaborados guiões gerais sobre as instruções e procedimentos adequados a cada grupo experimental para a preparação do entrevistador. Estes guiões apresentavam de forma mais detalhada os passos a cumprir no decorrer de cada entrevista, para cada grupo experimental. No essencial reproduziam o que foi anteriormente descrito para os protocolos de entrevista, salientando as principais instruções que diferenciavam os grupos NIRI e IRI.

4.3. Procedimento

Começamos por caracterizar o entrevistador e o processo do seu treino para a realização das entrevistas. Descrevemos depois o procedimento da entrevista 1, que foi comum a todos os participantes, com excepção da ocorrência da instrução de recriação imagética. Apresentamos exaustivamente esta entrevista cujo procedimento foi reproduzido, em parte, na(s) entrevista(s) seguinte(s). Na entrevista 2, para além da diferenciação quanto à instrução de recriação imagética, para cerca de metade dos participantes esta foi a última entrevista, enquanto que a outra metade realizou ainda uma terceira entrevista. O procedimento relatado para a entrevista 2 é assim diferenciado para 4 conjuntos de participantes. Na descrição da entrevista 3, a única diferença entre grupos volta a ser a ocorrência da instrução de recriação imagética dos episódios. Por último, descrevemos o *debriefing* realizado com cada participante no final da realização da sua última entrevista.

4.3.1. Entrevistador

Todas as entrevistas foram realizadas pelo mesmo entrevistador, elemento do sexo masculino de 26 anos, sem conhecimentos na área da psicologia. A opção por apenas um entrevistador teve como objectivo garantir de que as entrevistas seriam conduzidas de uma maneira semelhante, o que seria mais difícil de implementar se tivéssemos recorrido a vários entrevistadores, aspecto este que tem merecido a adopção de cuidados especiais em vários trabalhos (e.g., Ost e col., no prelo). Os dados de investigação recente sobre a influência que as características do entrevistador podem ter na criação de falsas memórias justificam igualmente o recurso a apenas um entrevistador (Porter e col., 2000).

O entrevistador foi submetido previamente a um protocolo de treino. Assim, ele foi previamente instruído no procedimento experimental, tendo sido salientadas as diferentes instruções a fornecer aos participantes em função do grupo experimental a que pertenciam. Foi-lhe fornecido o guião geral das entrevistas anteriormente apresentado para que pudesse estudá-lo

mais intensivamente. A investigadora explicou os protocolos de entrevista ao entrevistador e as várias instruções associadas ao mesmo foram treinadas. Foram realizadas 3 sessões de treino de entrevista entre o entrevistador e a investigadora, em que os vários procedimentos foram praticados. As várias medidas de estruturação e treino prévio do entrevistador pretenderam assegurar a homogeneidade na condução das entrevistas. O entrevistador foi igualmente treinado para o uso do equipamento de registo áudio das entrevistas já que era ele quem assegurava a gravação das mesmas.

Os objectivos do projecto apresentados ao entrevistador foram os mesmos que os apresentados aos participantes, pelo que, durante a realização das entrevistas, o entrevistador permaneceu ingénuo quanto aos reais objectivos do projecto. A opção por um entrevistador ingénuo aos reais objectivos da investigação permitiu assim contornar uma limitação que tem sido apresentada a outros estudos (e.g., Hyman & Billings, 1998) no que diz respeito ao questionamento diferenciado dos episódios verídicos e falso e / ou qualquer interferência na condução das entrevistas de acordo com as expectativas da investigadora. No presente estudo esta possibilidade tornou-se viável já que a contextualização do evento falso suscitou uma variedade considerável de episódios, não levantando assim grandes questões por parte do entrevistador. Para além disso, e como a maior parte das fontes basearam a sua descrição dos eventos verídicos nos exemplos por nós fornecidos, alguns episódios estavam bastante representados nos guiões de entrevista dos participantes (e.g., menina das alianças, primeira comunhão). A estruturação das entrevistas permitiu uma segurança adicional em como os vários episódios (verídicos e falso) seriam inquiridos de um modo semelhante. O facto do número de insistências realizado pelo entrevistador ter sido semelhante para os dois tipos de episódios é um indicador favorável deste aspecto.

No final da realização de todas as entrevistas, o entrevistador foi informado dos reais objectivos do projecto e explicadas as razões pelas quais os mesmos lhe tinham sido ocultados até então. Foram ainda respondidas outras questões colocadas pelo mesmo sobre o tema em estudo.

4.3.2. Entrevistas

A entrevista, de cariz semi-estruturado, teve como objectivo indagar cada participante sobre os acontecimentos de vida constantes do seu guião de entrevista, no sentido de os recordar e descrever o mais pormenorizadamente possível. Pretendemos ainda obter a avaliação do participante quanto ao modo como os episódios foram recordados bem como a caracterização do episódio propriamente dito.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, utilizando o sistema de gravação em mini-disc. A duração das entrevistas foi variada, tendo a mais breve durado cerca de 15 minutos e a

mais longa cerca de 90 minutos. Descrevemos de seguida o processo de cada entrevista e realizamos ainda uma breve caracterização da duração dos intervalos entre entrevistas.

4.3.2.1. Entrevista 1

Os passos da primeira entrevista são apresentados na Tabela 10. Passamos à descrição pormenorizada de cada um destes aspectos.

Tabela 10: Passos realizados no procedimento da primeira entrevista

1.	apresentação e assinatura da ficha de consentimento;
2.	instruções gerais sobre o objectivo da entrevista;
3.	explicação do modo como cada episódio iria ser apresentado;
4.	exposição da dinâmica da entrevista (descrição de cada episódio seguida da avaliação das quatro dimensões em relação ao mesmo);
5.	explicação do procedimento de avaliação das quatro dimensões utilizando a grelha de avaliação;
6.	esclarecimento de dúvidas;
7.	apresentação de cada episódio, obtenção da descrição e avaliação do mesmo (para os 4 episódios);
8.	transmissão de instruções, expectativas em relação à entrevista seguinte e recomendações finais;
9.	agradecimento pela colaboração e calendarização da entrevista seguinte.

Antes do início da entrevista propriamente dita, foi pedido ao participante que lesse atentamente a declaração de consentimento e a assinasse caso concordasse com os termos da mesma. As indicações relativas à confidencialidade dos dados foram reforçadas oralmente pelo entrevistador.

Foi solicitado ao participante que lesse cuidadosamente as instruções constantes no protocolo de entrevista. Estas mesmas instruções foram referidas oralmente pelo entrevistador: iríamos solicitar ao participante que descrevesse, com o máximo de detalhes que conseguisse recordar, cada um dos 4 acontecimentos que lhe iria ser apresentado. Para o grupo IRI foi incluída a instrução de recriação imagética de cada acontecimento indicando que tal ajudaria a recordar mais detalhadamente os episódios.

De seguida, foi explicado o procedimento de apresentação e recordação dos episódios: os episódios seriam apresentados e recordados separada e sequencialmente. Cada evento seria apresentado através de um título (e.g., o casamento da Maria). Se o título não fosse suficiente para que o participante identificasse e recordasse o evento em causa, seriam fornecidas sucessivamente pistas adicionais até que o participante recordasse o episódio, pela seguinte

ordem: idade de ocorrência do evento (e.g., quatro anos), local da sua ocorrência (e.g., em Braga) e as pessoas envolvidas no mesmo (e.g., familiares). Se, mesmo com a disponibilização de todas as pistas, o participante não conseguisse recordar o episódio em causa avançar-se-ia para o episódio seguinte.

Foi explicado ao participante que, no final da descrição de cada episódio, iríamos solicitar que avaliasse o modo como o estava a recordar. Concretamente que caracterizasse a clareza com que estava a recordar o episódio e a confiança que tinha na informação que estava a fornecer. Iríamos ainda pedir-lhe que classificasse o episódio quanto à importância e conotação emocional do episódio, sendo esta avaliação referente à altura da sua ocorrência. O procedimento de avaliação de cada uma destas dimensões, utilizando a grelha de avaliação anteriormente descrita, foi igualmente exposto. Foi dada indicação que apenas no final da realização desta tarefa de avaliação se avançaria para o episódio seguinte, sendo este mesmo procedimento estendido a todos os episódios. Caso o participante não recordasse algum dos episódios, era atribuído um zero a cada dimensão e avançava-se para o episódio seguinte.

No final deste conjunto de instruções, foram esclarecidas quaisquer dúvidas que o participante manifestasse sobre o processo da entrevista. Seguiu-se a apresentação de cada episódio, a obtenção do seu relato e a avaliação das dimensões realizada pelo participante. As entrevistas foram conduzidas de forma não directiva sendo apresentadas apenas as pistas e colocadas questões de incentivo à recordação de mais informação. Assim, ao longo da entrevista em geral, e durante a descrição de cada episódio em particular, o entrevistador encorajou o participante a recordar mais detalhes do episódio através de questões abertas (e.g., “não se recorda de mais nada sobre esse acontecimento?”). No grupo IRI, esta insistência podia ser acompanhada da instrução para recriar imgeticamente o episódio (e.g., “tente imaginar a situação, recriá-la imgeticamente, talvez o ajude a recordar mais algum detalhe do episódio”). Ainda para este grupo, no decorrer da entrevista, o entrevistador recordou aos participantes a instrução de recriação imagética fornecida antes do início da entrevista.

No final da descrição dos episódios e respectiva avaliação, solicitou-se a leitura atenta das recomendações presentes no final do protocolo de entrevista. Estas solicitações foram repetidas oralmente pelo entrevistador. A recomendação para não comentar a sua participação no projecto, nem tentar obter qualquer informação junto das fontes foi reforçada pelo entrevistador.

O participante foi informado que, na próxima sessão, lhe iria ser pedido que recordasse os mesmos episódios, sendo manifestada a expectativa do relato de um maior número de detalhes. Aos participantes do grupo IRI foi sugerida a utilização da recriação imagética dos episódios como estratégia de recordação de mais detalhes sobre os episódios. Procedeu-se ao agradecimento pela colaboração do participante e à marcação da segunda entrevista que deveria ocorrer daí a 2 a 6 dias.

4.3.2.2. Entrevista 2

A segunda entrevista seguiu os passos 2, 6 e 7 (cf. Tabela 10) descritos para a entrevista 1. O procedimento de avaliação das quatro dimensões foi revisto de um modo superficial antes do início da apresentação dos episódios. Para os grupos 1 e 2 esta foi a última entrevista. No final da descrição de todos os episódios, e da respectiva avaliação, foi pedido aos participantes que respondessem por escrito às três questões finais presentes no protocolo de entrevista (descritas anteriormente). Foi ainda realizado o *debriefing* com os participantes (apresentado adiante).

Para os participantes que realizaram três entrevistas, no final da segunda entrevista, foi-lhes pedido que respondessem por escrito às duas questões de controlo presentes no protocolo de entrevista e renovadas as instruções, recomendações e expectativas fornecidas anteriormente na entrevista 1. Ocorreu ainda o passo 9 (cf. Tabela 10) descrito para a entrevista 1.

4.3.2.3. Entrevista 3

A terceira entrevista seguiu o procedimento da entrevista 2 descrito para os grupos 1 e 2 (última entrevista para estes grupos).

4.3.2.4. Intervalo entre entrevistas

Apresentamos de seguida a caracterização dos intervalos de tempo decorridos entre entrevistas. O intervalo entre as entrevistas 1 e 2 será designado por intervalo 1, e o intervalo entre as entrevistas 2 e 3 por intervalo 2. Exploramos se os grupos se diferenciaram quanto aos intervalos médios decorridos e se, para os participantes que realizaram as três entrevistas, os dois intervalos de tempo entre entrevistas tiveram durações distintas.

As duas primeiras entrevistas foram realizadas com um intervalo médio de 3,92 dias ($dp=1,36$), com um mínimo de 2 dias e máximo de 7 dias de intervalo. A duração da maioria dos intervalos foi de 2 a 5 dias (88,2% dos casos); apenas para 1 participante (do grupo IRI) este intervalo foi de 7 dias (por motivos de doença do participante foi necessário adiar a data de realização da segunda entrevista). Para ambos os grupos, NIRI e IRI, os intervalos de 4 e 5 dias foram os mais frequentes, sendo o intervalo médio de cada um semelhante ($\bar{x}=3,93$, $dp=1,37$; $\bar{x}=3,9$, $dp=1,36$, respectivamente).

O intervalo mais frequente entre as entrevistas 2 e 3 foi de 2 dias, tendo a grande maioria dos participantes realizado a terceira entrevista num intervalo de 2 a 5 dias (85,7%). Foi identificado um intervalo *outlier* de 12 dias para um participante que, por motivos de doença, justificou o adiamento da anterior marcação desta entrevista (participante do grupo IRI). Assim, os

dados apresentados relativamente ao intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 2 e 3, por defeito, não consideram este dado, embora a influência do mesmo seja analisada posteriormente. O intervalo médio entre estas duas entrevistas foi de 3,59 dias ($dp=1,76$). Para ambos os grupos o intervalo mais frequente foi de 2 dias, tendo este intervalo variado entre 2 e 6 dias para o grupo NIRI e entre 2 e 9 dias para o grupo IRI (para 94,57% dos casos deste grupo o intervalo máximo foi de 6 dias). O intervalo médio para os grupos NIRI e IRI foi de 3,36 ($dp=1,53$) e 3,84 ($dp=2,01$) dias, respectivamente.

A análise estatística quanto à duração média dos dois intervalos de tempo entre entrevistas, através do teste t para amostras independentes, revelou que a mesma não se diferenciou significativamente ($t_{EVnA}=1,066$, $gl=63,7$, $p=0,291$)²⁵. A inclusão do valor *outlier* observado no segundo intervalo entre entrevistas não altera esta conclusão ($t_{EVnA}=0,361$, $gl=57,3$, $p=0,720$). Verificamos ainda que a duração média dos intervalos 1 e 2 não foi significativamente diferente entre os grupos NIRI e IRI ($t=1,527$, $gl=64$, $p=0,132$; $t_{EVnA}=0,119$, $gl= 25,9$, $p=0,906$, respectivamente).

Considerando apenas os participantes que realizaram as três entrevistas, verificamos que a duração média dos dois intervalos não foi significativamente distinta, como indica o resultado obtido pelo t teste para amostras emparelhadas ($t=0,887$, $gl=40$, $p=0,380$)²⁵. O mesmo é válido se considerarmos os grupos NIRI e IRI individualmente ($t=0,941$, $gl=21$, $p=0,357$; $t=0,307$, $gl=18$, $p=0,762$, respectivamente). Novamente a introdução do caso *outlier* nesta análise não produziu alterações significativas nas conclusões anteriormente apresentadas ($t=0,402$, $gl=41$, $p=0,690$, para a totalidade dos casos; $t=0,260$, $gl=19$, $p=0,798$, para o grupo IRI). Estes dados permitem concluir que os dois intervalos de tempo entre entrevistas não foram significativamente distintos.

O intervalo decorrido entre as duas primeiras entrevistas para o grupo NIRI e IRI foi semelhante ($t=0,096$, $gl=80$, $p=0,924$). Também o intervalo entre as entrevistas 2 e 3 foi semelhante para os dois grupos ($t=0,865$, $gl=39$, $p=0,392$), mesmo com a introdução do caso *outlier* no grupo IRI ($t=1,335$, $gl=40$, $p=0,190$). Verificamos assim que os dois grupos não se diferenciaram quanto aos intervalos decorridos entre entrevistas.

4.3.3. Entrevista pós-experimental

O *debriefing* foi realizado individualmente pelo entrevistador no final da última entrevista de cada participante. Nesta actividade, a descrição de cada episódio, tal como realizada pelas fontes, foi apresentada ao participante juntamente com a descrição do episódio falso por nós elaborada.

²⁵ A análise da normalidade da distribuição dos dados, realizada através do teste Shapiro Wilk, revelou que nem sempre os dados obedeciam a uma distribuição normal, não sendo os desvios encontrados severos. Nos casos em que tal sucedeu, o valor de Assimetria revelou que estas distribuições eram simétricas ou ligeiramente assimétricas. Por outro lado, em algumas das situações analisadas a dimensão das amostras em comparação foi superior a 30 casos. Estes motivos permitiram, assim, a utilização da estatística paramétrica na análise dos presentes dados. As análises em que a igualdade da variância dos dados não foi verificada são assinaladas com a sigla EVnA (*Equal Variances not Assumed*). Por defeito, os casos em que esta nota não é incluída, referem-se a dados em que se verificou igualdade das variâncias.

Os episódios foram apresentados pela mesma ordem em que foram questionados. Foi pedido ao participante que lesse a descrição de cada episódio e que avaliasse a sua semelhança com o que recordara e contara ao longo das entrevistas²⁶.

A título de exemplo apresentamos duas descrições do episódio falso tal como foram apresentadas a dois participantes nesta fase (Tabela 11). Como já foi referido, o tema comum do episódio falso foi uma situação de perda, tendo as circunstâncias em que a mesma ocorreu sido delineadas de acordo com a informação fornecida pelas fontes. Para além do tema do episódio e da sua idade de ocorrência, dois outros aspectos foram comuns nas descrições apresentadas: a) ocorrência de uma reacção negativa por parte do participante (e.g., ficou aflito e chorou), e; b) a intervenção de uma pessoa, não conhecida pelo participante, que o teria auxiliado a encontrar as pessoas de quem estava perdido. Procurámos aproximar o modo de relato do episódio falso ao estilo da descrição dos restantes episódios verídicos realizada pelas fontes, para cada um dos participantes.

No final do *debriefing*, a investigadora revelou ao participante que um dos episódios que lhe tinha sido apresentado não tinha efectivamente acontecido. Foi solicitado ao participante que tentasse identificá-lo e que indicasse a razão da sua escolha. Finalmente, apresentámos o real objectivo do projecto de investigação e a razão pela qual este lhes fora omitido até àquele momento. Foram ainda respondidas questões colocadas pelos participantes sobre o projecto.

No final deste processo foi uma vez mais agradecida a participação e manifestada disponibilidade para responder a qualquer questão. Foi dada ainda indicação que os resultados seriam partilhados com os participantes quando o projecto estivesse finalizado.

Tabela 11: Exemplos de descrições do episódio falso apresentadas no *debriefing* aos participantes.

exemplo 1			
título:	idade:	local:	pessoas:
perdida	6 anos	hipermercado Continente	pais, irmão e funcionária
descrição	<p>Numa das saídas de sábado de manhã fomos às compras ao Continente de Matosinhos, como por vezes a família fazia aos fins de semana. A XXXX gostava muito de ver os jogos e brinquedos. Depois de estarmos um pouco nessa secção dissemos à XXXX que íamos continuar; mas ela, distraída, ficou lá e não se apercebeu que fomos embora. Quando demos por falta dela começámos à sua procura. Mas estava tanta gente naquele dia e a procura estava a ser difícil. Quando a XXXX deu conta que não estávamos perto dela começou a ficar aflita e a choramingar, o que chamou a atenção de uma das funcionárias que foi ter com ela. Levou-a ao balcão de informação e chamou por nós pelos altifalantes. Depressa fomos ao encontro dela.</p>		

²⁶ Esta avaliação não foi alvo de qualquer avaliação estruturada. O participante apenas confirmava se a situação por ele narrada correspondia ao que as fontes tinham descrito.

exemplo 2

título: perdida **idade:** 6 anos **local:** Mercado de Braga **pessoas:** mãe, avó e senhora idosa

descrição

Aos sábados de manhã era costume irmos ao Mercado às compras. Numa dessas idas a XXX perdeu-se. Ela gostava muito de ficar a ver os pintainhos e os coelhos e ficou distraída a vê-los. Nós só demos pela falta dela passado um bocado. E começámos à procura dela. Mas era um dia em que estava muita gente e a procura estava a ser difícil. Passado um bocado encontrámo-la. Andava acompanhada de uma senhora idosa que a tinha visto a choramingar, já aflita, e andavam à nossa procura.

5. Fase 5 – Avaliação das variáveis individuais

Nesta fase descrevemos detalhadamente os quatro questionários utilizados na avaliação das variáveis cognitivas e da personalidade de cada participante: NEO PI-R, Escala de Experiências Dissociativas (DES), Escala de Absorção de Tellegen (TAS) e Inventário de Recurso às Imagens Mentais Espontâneas (IRIME). Apresentamos ainda o procedimento desta fase.

5.1. Participantes

Os 85 participantes que realizaram todo o procedimento experimental realizaram a avaliação das variáveis individuais consideradas. A caracterização da amostra foi já apresentada no início da descrição da fase anterior.

5.2. Materiais

Com o primeiro questionário que apresentamos, NEO PI-R, pretendemos avaliar as principais dimensões da personalidade tal como descritas no modelo teórico que lhe está subjacente. Os questionários DES e TAS caracterizaram os participantes quanto à vivência de experiências semelhantes às dissociativas e de envolvimento extremo em situações e / ou

objectos. A utilização da imagem mental como estratégia utilizada no dia-a-dia para a resolução de tarefas e / ou problemas foi avaliada pelo questionário IRIME.

5.2.1. NEO PI-R

O teste NEO PI-R foi desenvolvido para operacionalizar o modelo de personalidade dos 5 factores (Lima, 1997), avaliando os 5 domínios conceptualizados neste modelo pelos 240 itens que compõem o questionário. Estes domínios, que medem conjuntos de traços interrelacionados, são por sua vez compostos por 6 facetas cada. Assim, no total, o questionário permite a avaliação de 5 domínios e 30 facetas específicas. Os valores relativos à análise da consistência interna da escala encontram-se publicados em (Costa & McCrae, 2000). Os 5 domínios que apresentamos detalhadamente, juntamente com uma descrição mais geral das facetas que cada uma engloba, são: *neuroticismo*, *extroversão*, *abertura à experiência*, *amabilidade* e *conscienciosidade*.

A escala do *neuroticismo* identifica a propensão para o indivíduo experimentar afectos negativos, tais como tristeza, embaraço, preocupação e sentimentos de culpa, em oposição a experiências de segurança, satisfação própria e resistência. Permite, assim, caracterizar os indivíduos num contínuo de dois pólos: adaptação vs instabilidade emocional. Este domínio contempla as facetas *ansiedade*, *hostilidade*, *depressão*, *auto-consciência*, *impulsividade* e *vulnerabilidade*. A primeira faceta avalia a tendência dos indivíduos para experimentar estados de ansiedade, tensão e preocupação vs a experiência de estados de relaxamento, despreocupação e estabilidade. A faceta da *hostilidade* mede a propensão dos indivíduos para sentir raiva, frustração e amargura. A experiência de afectos depressivos é avaliada pela escala de *depressão*. A faceta da *auto-consciência* mede o quão à vontade os indivíduos se sentem junto de outros, a sua sensibilidade ao ridículo, a tendência para se sentirem inferiores, envergonhados ou tímidos, e sentirem ansiedade social. A *impulsividade* refere-se à incapacidade dos indivíduos conseguirem resistir a tentações que lhes são apresentadas. A última faceta deste domínio, a *vulnerabilidade*, avalia a capacidade de lidar com situações de tensão. Este domínio apresenta um valor de consistência interna $\alpha=0,853$, variando os valores de consistência interna das respectivas facetas entre $\alpha=0,46$ (*impulsividade*) e $\alpha=0,64$ (*vulnerabilidade*).

A dimensão da interacção social é avaliada pela escala de *extroversão* que permite caracterizar os indivíduos no contínuo que opõe a extroversão à introversão. Assim, os indivíduos classificados como mais extrovertidos são sociáveis, faladores, orientados para as relações interpessoais e têm níveis superiores de afectividade positiva. Por outro lado, os indivíduos introvertidos são mais reservados, tímidos, silenciosos e preferem tarefas solitárias. As facetas incluídas neste domínio são o *acolhimento caloroso*, a *gregariedade*, a *assertividade*, a *actividade*, a *procura de excitação* e as *emoções positivas*. A faceta *acolhimento caloroso* identifica se as pessoas são amigáveis, afectuosas, conversadoras vs pessoas hostis, distantes e formais. O gosto pelo convívio e contacto social é avaliado pela faceta *gregariedade*. A *assertividade* avalia a

confiança, a força de vontade, e o à-vontade para os indivíduos se exprimirem publicamente. Indivíduos com uma pontuação elevada na faceta *actividade* caracterizam-se pela premência em se manter ocupados, elevada energia e ritmo acelerado, sendo o oposto característico dos indivíduos com baixa pontuação nesta faceta. A *procura de excitação* identifica se os indivíduos preferem estimulações fortes, gostam de correr riscos. Finalmente, a faceta *emoções positivas* revela a exuberância com que os indivíduos viveram as suas experiências e a tendência para experimentar sentimentos positivos. O domínio *extroversão* apresenta um valor de consistência interna de $\alpha=0,864$, com a consistência interna das facetas a variar entre $\alpha=0,26$ (*actividade*) e $\alpha=0,63$ (*gregariedade*).

O terceiro domínio, a *abertura à experiência* é, das cinco dimensões do modelo, a mais importante para o estudo da imaginação, da cognição e da personalidade (Costa & McCrae, 1992). Esta escala relaciona-se com o modo como os indivíduos exploram o seu mundo interno e externo, a sua abertura a novas experiências e o modo como vivem as suas experiências de vida. Permite identificar o nível de curiosidade, exploração, criatividade e riqueza das vivências dos indivíduos. As facetas *fantasia*, *estética*, *sentimentos*, *acções*, *ideias* e *valores* compõem este domínio. Os indivíduos que obtêm valores elevados na faceta *fantasia*, em oposição àqueles que obtêm valores baixos, envolvem-se frequentemente em actividades de imaginação e fantasia e gostam de “sonhar acordados”. A faceta *estética* avalia o envolvimento dos indivíduos em actividades relacionadas com a estética, a arte e a beleza. A intensidade sentimental com que os indivíduos respondem às situações, assim como a sua sensibilidade emocional, é medida pela escala *sentimentos*. A faceta *acções* avalia o envolvimento dos indivíduos na procura de tarefas novas e variadas, e na quebra de rotinas. O gosto por desafios intelectuais e a curiosidade por novas ideias e conhecimentos são avaliados pela faceta *ideias*. A faceta *valores* prende-se com a abertura dos indivíduos para ponderar valores sociais, políticos e religiosos e pela sua tolerância a várias perspectivas. A consistência interna deste domínio é de $\alpha=0,849$, oscilando a consistência interna das facetas entre $\alpha=0,37$ (*acções*) e $\alpha=0,72$ (*ideias e valores*).

O domínio da *amabilidade*, tal como a escala da *extroversão*, diz respeito à avaliação das tendências a nível interpessoal dos indivíduos. Esta escala permite avaliar a posição dos indivíduos num contínuo cujos extremos são a compaixão e o antagonismo relativos a vários aspectos do seu envolvimento interpessoal, tais como sentimentos e acções. Os indivíduos que se situem próximo do primeiro pólo apresentado caracterizam-se como altruístas, benevolentes, de confiança, prestáveis, crédulos e sentimentais. Já no extremo do antagonismo encontramos os indivíduos egocêntricos, pouco cooperativos, desconfiados, irritáveis e manipuladores. As seis facetas do domínio *amabilidade* são a *confiança*, a *rectidão*, o *altruísmo*, a *complacência*, a *modéstia* e a *sensibilidade*. A primeira faceta refere-se à apreciação que os indivíduos fazem das intenções das outras pessoas. A faceta *rectidão* coloca num extremo da sua avaliação os indivíduos francos, sinceros e frontais nas relações com os outros e, no extremo oposto, os indivíduos calculistas e manipuladores. A preocupação activa com os outros é avaliada pela escala *altruísmo*. A escala *complacência* caracteriza o modo como os indivíduos reagem às

opiniões e comportamentos dos outros. Indivíduos humildes, modestos, pouco preocupados consigo próprios obtêm valores elevados na escala *modéstia*, em oposição a indivíduos arrogantes, com tendências narcisistas e com uma visão exagerada de si próprios. Atitudes de simpatia e de preocupação pelos outros são avaliadas pela faceta *sensibilidade*. Um valor de $\alpha=0,823$ caracteriza a consistência interna deste domínio. Considerando as suas facetas, o valor mais baixo de consistência interna ocorreu para a faceta *sensibilidade* ($\alpha=0,39$) e o mais elevado para a *confiança* ($\alpha=0,66$).

Finalmente, a escala da *conscienciosidade* relaciona-se com o modo como as pessoas se organizam, persistem com vista a um determinado objectivo e com os níveis de motivação associados. Os indivíduos organizados, trabalhadores, perseverantes, de confiança e escrupulosos situam-se num dos pólos desta escala enquanto, no outro pólo, encontramos os indivíduos preguiçosos, despreocupados, negligentes e sem objectivos. As facetas *competência*, *ordem*, *obediência ao dever*, *esforço de realização*, *autodisciplina* e *deliberação* fazem parte deste domínio. A primeira faceta reflecte a avaliação que os indivíduos fazem das suas próprias capacidades de realização e eficácia. O resultado obtido na faceta *ordem* pondera se os indivíduos são metódicos e organizados. A faceta *obediência ao dever* reflecte o quão rigorosamente os indivíduos cumprem padrões de comportamento, princípios éticos e obrigações morais. A faceta *esforço de realização* caracteriza os níveis de empenho, motivação e investimento na consecução de determinados objectivos. A faceta *autodisciplina* relaciona-se com a capacidade de os indivíduos em iniciar tarefas e desempenhá-las até ao fim. Por fim, a faceta *deliberação* avalia a tendência em planear e ponderar decisões antes de passar à acção. A consistência interna das facetas deste domínio varia entre $\alpha=0,49$ e $\alpha=0,68$, para as facetas *competência* e *deliberação*, respectivamente. Este domínio tem uma consistência interna de $\alpha=0,796$.

O teste NEO-PI-R inclui ainda quatro índices de validade: itens de verificação da validade, aquiescência, respostas omissas e respostas aleatórias. Os itens de verificação de validade, correspondem a três questões, apresentadas na folha de respostas, a ser respondidas pelos participantes. O item A questiona o indivíduo se todas as respostas foram respondidas honesta e correctamente. O item B pergunta se todas as questões do questionário foram respondidas. Finalmente, o item C pergunta se as respostas foram colocadas no sítio correcto. Estes dois últimos itens levam o indivíduo a verificar as suas respostas e a completar eventuais omissões de resposta.

O índice relativo à aquiescência permite a verificação de um número excessivo de respostas afirmativas (i.e., de concordo ou concordo fortemente) ou de respostas negativas (i.e., discordo ou discordo fortemente). A avaliação deste índice é realizada através da contagem do número de respostas de cada tipo anteriormente enunciado com a sua posterior comparação com as normas definidas pelos autores (Costa, McCrae, & Dye, 1991). Assim, considera-se o cumprimento deste critério quando não ocorrerem mais de 150 respostas afirmativas e mais de 50

de respostas negativas. A avaliação da quantidade de respostas aleatórias é realizada pela observação da folha de respostas. Assim, por exemplo, não deverá ser observada a mesma opção de resposta ao longo de diferentes itens. A quantidade de respostas omissas é também realizada pelo exame visual da folha de respostas. O questionário não deverá ser cotado quando ocorrerem mais de 41 respostas omissas. Do mesmo modo, deve ser-se cauteloso na análise de facetas em que a falta de respostas seja elevada.

As ponderações brutas obtidas neste teste foram introduzidas no programa informático que permite o cálculo automático dos resultados brutos de cada domínio e faceta, e a identificação dos respectivos valores ponderados de acordo com a idade e género dos participantes (Costa & McCrae, 2000).

5.2.2. Escala de Experiências Dissociativas (DES)

A *Dissociative Experiences Scale* (DES) (Bernstein & Putnam, 1986) é uma escala que avalia a ocorrência de fenómenos dissociativos. A versão Portuguesa desta escala, recentemente adaptada para a população Portuguesa por Pandeirada e Albuquerque (em preparação), é composta por 31 itens. Os itens são avaliados numa escala de Likert de 5 pontos que reflecte a frequência com que os indivíduos experimentam as situações apresentadas. Os itens relatam desde experiências comuns, como “conduzir para algum lado sem mais tarde me lembrar do que aconteceu em parte ou durante toda a viagem” (item 1), a experiências menos usuais como “sentir que outras pessoas, objectos e o mundo à minha volta não são reais” (item 12). A escala permite avaliar 5 factores: *amnésia*, *memória*, *despersonalização*, *dissociação extrema* e *absorção*.

O factor *amnésia* refere situações em que os indivíduos não recordam algo (e.g., item 5: “descobrir coisas novas entre os meus pertences e não me recordar de as ter comprado). O factor *memória* avalia situações que envolvem o modo de recordação de algo (e.g., item 15: “não ter a certeza se as coisas que me lembro terem acontecido realmente ocorreram ou se apenas sonhei com elas”). Itens que relatam situações de ausência de reconhecimento de si próprio compõem a escala *despersonalização* (e.g., item 30: “sentir-me desligado(a) do meu corpo”). O quarto factor, *dissociação extrema*, refere experiências dissociativas mais severas (e.g., item 30: “sentir-me incapaz de mexer as mãos ou os pés”). Finalmente, o factor *absorção*, descreve situações em que os indivíduos se envolvem de tal modo numa experiência que perdem a noção da realidade (e.g., item 18: “aperceber-me que me envolvi tanto numa fantasia ou “sonho acordado” que parecia que isso realmente me estava a acontecer”). A escala tem uma consistência interna elevada ($\alpha=0,905$), e os valores de *alfa* das escalas variam entre $\alpha=0,625$ e $\alpha=0,84$, para as escalas *dissociação extrema* e *despersonalização*, respectivamente.

5.2.3. Escala de Absorção de Tellegen (TAS)

A escala de absorção de Tellegen (*Tellegen Absorption Scale - TAS*) (Tellegen & Atkinson, 1974) avalia a tendência para o envolvimento em actividades reais, pensadas ou imaginadas de tal modo que os participantes lhe dedicam toda a sua atenção, esquecendo muitas vezes tudo o que se passa à sua volta. Um exemplo poderá ser “frequentemente posso sentir a presença de outra pessoa antes de a ver ou ouvir”; ou “estar completamente absorvido na natureza e sentir-me diferente”. A escala é composta por 34 itens de resposta verdadeiro / falso. De acordo com a recente adaptação desta escala para a população Portuguesa (McIntyre, Klein, & Gonçalves, em preparação), a escala permite avaliar 5 factores: *imaginação / fantasia*, *experiências de dissociação*, *envolvimento na experiência*, *absorção emocional* e *memória sensorial*. O primeiro factor avalia a propensão dos indivíduos para se envolverem totalmente em actividades relacionadas com imaginação e quinestesia (e.g., item 15: “o estalar do lume e as chamas de uma lareira acesa estimulam a minha imaginação”). A tendência para o envolvimento em experiências dissociativas é avaliado pela segunda escala (e.g., item 31: “às vezes eu sinto a presença de alguém que não está ali fisicamente presente”). O resultado obtido na escala *envolvimento na experiência* reflecte a propensão dos indivíduos para ficarem totalmente absorvidos na actividade que estão a realizar (e.g., item 3: “quando estou a ver um filme ou um programa de televisão, posso ficar tão envolvido(a) que esqueço onde estou...”). A escala *absorção emocional* reflecte o envolvimento emocional com que os indivíduos experimentam algumas experiências (e.g., item 34: “um pôr-do-sol pode comover-me profundamente”). O quinto factor, *memória sensorial*, prende-se com a utilização das diferentes modalidades sensoriais em situações que envolvam a memória, a imaginação ou o pensamento (e.g., item 19: “lembrar-me de coisas do meu passado com tanta clareza e vivacidade... como se estivesse a vivê-las de novo”). A escala apresenta um *alfa* de 0,81, variando o valor de *alfa* das sub escalas entre 0,46 (sub escala *memória sensorial*) e 0,64 (sub escala *imaginação / fantasia*).

5.2.4. Inventário de Recurso às Imagens Mentais Espontâneas (IRIME)

O Inventário de Recurso às imagens Mentais Espontâneas, desenvolvido por Antonietti e Colombo (1996 / 1997), e adaptado para a população Portuguesa por Albuquerque e Pandeirada (em preparação), avalia a frequência com que os indivíduos utilizam imagens mentais e para que funções elas são utilizadas. Nesta escala, os participantes estimam a frequência com que usam as imagens mentais nas 25 situações apresentadas no questionário. Para o efeito utilizam uma escala de Likert de 5 pontos em que o menor valor (valor 1) indica que a imagem mental *nunca* é utilizada naquela situação e o valor máximo (valor 5) indica que a imagem mental é *sempre* utilizada na situação descrita. A escala avalia 6 factores: *memória*, *decisão*, *relaxamento*, *actividades diárias*, *estimativa* e *cálculo e raciocínio*. O primeiro factor refere situações em que as imagens mentais são utilizadas para memorizar algo (e.g., item 7: “quando tenho que memorizar

regras, tento visualizá-las como se estivessem escritas à minha frente”). A escala *decisão* é composta por ocorrências em que o indivíduo tem que tomar decisões (e.g., item 22: “quando tenho que decidir sobre qual o melhor percurso para ir a um local, visualizo os percursos possíveis”). A utilização da imagem mental em situações de relaxamento é avaliada nos itens que compõem a escala *relaxamento* (e.g., item 16: “quando tenho que relaxar ou controlar emoções crio imagens mentais que me acalmem”). O quarto factor refere experiências do dia-a-dia ou de lazer em que as imagens mentais podem ser utilizadas (e.g., item 5: “quando tenho que decidir como passar o meu tempo de lazer crio imagens mentais do que posso fazer”). O factor *estimativa e cálculo* descreve situações em que as imagens mentais são utilizadas para fazer cálculos ou avaliações (e.g., item 20: “quando tenho que estimar quanto tempo preciso para fazer algo, imagino-me a fazê-lo”). O último factor, *raciocínio*, avalia a frequência com que os indivíduos utilizam a imagem mental em tarefas de compreensão e raciocínio (e.g., item 4: “quando tenho que compreender um conceito mais complexo, crio uma imagem mental do mesmo”). A escala apresenta uma consistência interna próxima da excelente ($\alpha = 0,882$) (George & Mallery, 2003). Os valores *alfa* dos factores variam entre 0,537 (escala *decisão*) e 0,7 (escala *raciocínio*).

5.3. Procedimento

O preenchimento dos questionários foi repartido pelos momentos de realização da entrevista (dois ou três, dependendo dos grupos) e de acordo com a disponibilidade dos participantes. Os dados relatados em alguns estudos, em que foram igualmente avaliadas variáveis individuais através do preenchimento de questionários, têm revelado que a ordem da sua realização não produziu qualquer efeito nos resultados obtidos nos mesmos (e.g., Hyman & Billings, 1998). Por este motivo, não estabelecemos qualquer ordem fixa de realização dos questionários.

Cada questionário foi fornecido separadamente ao participante, sendo-lhe explicadas oralmente as instruções de preenchimento dos mesmos. Foi ainda pedido ao participante que, antes de iniciar a resposta ao questionário, lesse atentamente as informações e instruções escritas que cada questionário apresentava.

Os questionários foram preenchidos individualmente num ambiente calmo e confortável para o participante. Não foi imposto qualquer tempo limite para a tarefa.

6. Fase 6 – Classificação dos relatos dos episódios

Começamos por expor os critérios utilizados na classificação geral da recordação dos episódios verídicos e falso. Relativamente aos episódios verídicos apresentamos essencialmente os critérios pelos quais se regeu a classificação em “recordado” e “não recordado”. O episódio falso foi classificado em relação a dois aspectos: tipo de descrição elaborado pelos participantes e acesso a auto-conhecimento relevante. A caracterização destes elementos na descrição do episódio falso foi efectuada por um conjunto de quatro avaliadores. Descrevemos este procedimento, assim como os materiais desenvolvidos para a realização desta tarefa, de modo pormenorizado.

6.1. Episódios verídicos

Os episódios verídicos foram classificados pela investigadora em “recordados” e “não recordados”. Foram considerados como “recordados” os casos em que os participantes afirmavam que se recordavam do evento, descreviam as informações fornecidas como pista, ou relatavam informação adicional consistente com o evento. Por outro lado, os episódios foram considerados “não recordados” quando o evento apresentado não foi claramente recordado pelo participante. Concretamente, esta classificação foi atribuída quando, perante a apresentação das quatro pistas relativas ao episódio, e após insistência por parte do entrevistador para que o participante tentasse recordar o episódio em questão, o participante não recordou qualquer elemento sobre o mesmo. Esta caracterização foi realizada para cada episódio de forma directa a partir da descrição do mesmo.

6.2. Episódio falso

A recordação do episódio falso foi qualificada quanto ao tipo de recordação e quanto presença de referências a auto-conhecimento relevante. Passamos a descrever os critérios utilizados nestas classificações, o processo pelo qual estes dados foram obtidos, e os materiais empregues nesta tarefa.

6.2.1. Tipo de recordação

A caracterização do modo como o episódio falso foi recordado pelos participantes foi efectuada de acordo com os critérios apresentados por Lindsay, Hagen, Read, Wade e Garry (2004a). Assim, os relatos do episódio falso foram classificados em “sem imagens ou memória” (a que nos referiremos de um modo global como “sem memória”), em “com imagens mas sem memória” e em “com memória”. No primeiro caso, incluem-se as situações em que o participante não elaborou qualquer descrição para o episódio sugerido, nem relatou possibilidades de ocorrência do mesmo. A classificação “com imagens mas sem memória” foi atribuída aos relatos em que o participante descreveu imagens, possibilidades de acção ou de emoções associadas com o evento sugerido, mas que não corresponderam à recordação propriamente dita do evento. Finalmente, a classificação de “com memória” foi conferida aos relatos em que os participantes descreveram o evento, correspondendo esta descrição a uma recordação efectiva do evento do episódio sugerido. Apresentamos de seguida transcrições de descrições realizadas para o episódio falso e que correspondem a cada uma destas classificações²⁷.

Exemplo de descrição classificada como “sem memória”

Descrição elaborada na entrevista 1 pelo participante 2 do grupo IRI

Entrev.: Então veja lá se se lembra de estar perdida...

Particip.: Perdida?... perdida... não.

Entrev.: Perdida com 6 anos...

Particip.: 6 anos, perdida!... disso não!...

Entrev.: Perdida com 6 anos no hipermercado Continente.

Particip.: É provável, mas não me estou a lembrar...

Entrev.: A informação é deram é que estive uma vez perdida no hipermercado Continente, tinha 6 anos e as pessoas envolvidas neste episódio são a sua mãe, a sua irmã e uma funcionária do hipermercado.

Particip.: Sinceramente não me lembro disso. É provável que me tenha perdido, mas uma funcionária?

Entrev.: Tente reconstruir imagneticamente a situação, use a sua capacidade inventiva, a imaginação...

Particip.: Mesmo não me recordando disso?

Entrev.: Tente fazer isso e depois veja se isso entra ou não em algumas das suas memórias, depois diga.

Particip.: Ok. Acho que é um acontecimento que é provável ter acontecido, mas sinceramente não me recordo. Houve uma coisa num hipermercado, mas não foi tar perdida, acho que faltou a luz ou assim alguma coisa, devido ao mau tempo, mas acho que não me perdi, tava na mesma com a minha mãe. Mas perder mesmo... mas é provável, sinceramente acho que é muito provável.

Entrev.: Mas não se recorda mesmo de tar perdida, é isso que está a dizer?

Particip.: É isso, sinceramente não me lembro.

²⁷ Em todas as transcrições de entrevistas apresentadas neste trabalho foram substituídos os elementos que poderiam identificar o participante que elaborou a descrição.

Exemplo de descrição classificada como “com imagens mas sem memória”

Descrição elaborada na entrevista 3 pelo participante 51 do grupo IRI

Entrev.: Perdida

Particip.: Não me lembro.

Entrev.: Não se lembra?

Particip.: Nada.

Entrev.: Quando imagina fica confusa?

Particip.: Exacto, é como se não tivesse sido comigo. E depois quando imagino, quando tento imaginar do que poderia ter acontecido com 6 anos, salvo erro?...

Entrev.: Sim.

Particip.: Fico bastante confusa porque podia ter-me perdido da minha mãe por várias razões...

Entrev.: Por exemplo...

Particip.: Por exemplo, eu como tenho muito o vício e na altura já tinha de ficar nos livros, podia ter sido isso, podia ter ficado para trás nos livros e a minha mãe entretanto tivesse ido para a frente com a minha irmã. Mas também podia ter acontecido um desencontro ou de eu estar distraída e a minha mãe ter saído de um corredor e eu ter saído para um lado e a minha mãe para o outro, com aqueles corredores... também podia ter acontecido ter ficado nos CD's mas duvido, ainda não apreciava muito. Ou nos brinquedos, há muita coisa onde eu podia ter ficado... ou mesmo por birra porque às vezes por qualquer birrinha e eu ter dito que não. É que a minha mãe diz muitas vezes que quando eu era pequena tinha o vício de andar sempre à frente dela, gostava de andar sempre à frente dela; uma altura perdi-me por causa disso; mas eu acho que não foi o caso, não me estou a ver a fazer isso com 6 anos, que eu aí era bem mais pequena quando fiz isso. Por isso eu não tenho mesmo ideia nenhuma do que possa ter acontecido nesse dia. É que eu não tenho memória nenhuma disso, é que nem me lembro de ter ido ao feira nova com a minha mãe e com a minha irmã pequenina ainda, porque para eu ter 6 anos a minha irmã tinha meses, disso não me lembro.

Entrev.: Não? É tudo?

Particip.: É tudo.

Exemplo de descrição classificada como “com memória”

Descrição elaborada na entrevista 1 pelo participante 26 do grupo NIRI

Entrev.: Perdida.

Particip.: Perdida?

Entrev.: Lembra-se de ter ficado perdida aos 6 anos?

Particip.: Não, não faço a mínima ideia...

Entrev.: Na feira Nova...

Particip.: Talvez, assim muito vagamente...

Entrev.: Perdeu-se aos 6 anos na Feira Nova, tava com os seus pais e houve uma funcionária que ajudou.

Particip.: Lembro-me vagamente... muito, muito...

Entrev.: Mas então conte-me.

Particip.: Mas não sei o que me lembro. Tenho uma vaga ideia de ter olhado, de não ter visto os meus pais, de ter ficado assim por momentos sem saber o que fazer, a ficar desesperada, a pensar que eles se tinham ido embora, não por achar que eles se iam embora, porque eu sabia que eles não me iam deixar ficar lá sozinha, mas não os voltar a encontrar ou isso. Mas da parte da funcionária, não me lembro mesmo.

Entrev.: Tente contar mais detalhes da situação.

Particip.: Eu lembro-me mais daquilo que sentia no momento.

Entrev.: Conte o que quiser.

Particip.: Acho que comecei a chorar, não tenho a certeza.

Entrev.: Mas começou a chorar ou não tem a certeza?

Particip.: Dessa parte não tenho a certeza. Acho que comecei a chorar. Lembro-me de no início ter ficado mesmo sem saber o que fazer, olhar para todos os lados à espera de ver os meus pais ou qualquer coisa... ter pensado que ia ficar ali perdida até à noite, que nunca mais ia ver os meus pais... isto foram coisas que eu tenho a sensação que me passaram pela cabeça na altura. Mas, da parte do reencontro com os meus pais e isso, não tenho ideia já, não me lembro.

Entrev.: Se não se lembra de mais nada...

6.2.2. Acesso a auto-conhecimento

A narrativa construída para o episódio falso foi ainda caracterizada quanto ao acesso a auto-conhecimento relevante, ou seja, quanto à referência que o participante efectuou a informação sobre a sua infância que poderia estar relacionada com o evento falso. Para o efeito desenvolvemos um sistema de classificação de 4 categorias de acesso ao auto-conhecimento: “sem acesso a auto-conhecimento”, “acesso a auto-conhecimento inibidor”, “acesso a auto-conhecimento facilitador” e “acesso a auto-conhecimento misto”. A classificação de “sem acesso a auto-conhecimento” foi conferida quando o participante não referiu qualquer informação sobre a sua infância que pudesse estar relacionada com as pistas do episódio falso apresentadas pelo entrevistador. Quando o participante relatou conteúdo e / ou conhecimento já existente sobre si ou outros que de algum modo tornava o evento sugerido pouco plausível de ocorrer, qualificamos como uma ocorrência de “acesso a auto-conhecimento inibidor”. Adoptámos o termo “inibidor” por considerarmos que o acesso a este tipo de informação pode diminuir as possibilidades de o participante elaborar uma falsa memória para o evento sugerido. Incluímos nestes casos afirmações como: “eu era muito tímida, andava sempre agarrada às saias da mãe” ou “eu andava sempre dentro do carrinho das compras”. Em oposição, quando o participante referiu informação já existente sobre si ou outros que tornava o evento sugerido plausível de ocorrer, classificámos como um “acesso a auto-conhecimento facilitador”. A designação “facilitador” caracteriza assim as situações em que consideramos que o conteúdo da informação relatada potenciou a aceitação do episódio sugerido. Afirmações como “eu era muito distraído, ficava muitas vezes para trás quando íamos às compras” ou “eu realmente costumava ir a essa festa e era sempre muita gente, uma grande confusão” foram qualificadas deste modo. A classificação de “acesso a auto-conhecimento misto” foi atribuída aos casos em que o participante referiu dois tipos de informação: informação que parecia facilitar a aceitação da ocorrência do episódio sugerido e, ao mesmo tempo, informação que sugeria que o mesmo seria implausível. Exemplos desta última classificação são: “eu realmente lembro-me de frequentar esse local com os meus pais quando era pequena, mas eu andava sempre dentro do carrinho das compras”.

6.2.3. Material e procedimento

Descrevemos agora o processo pelo qual a descrição do episódio falso foi qualificada quanto a estes dois aspectos, e os materiais desenvolvidos para auxiliar esta tarefa. A classificação da descrição do episódio falso, assim como do acesso ao auto-conhecimento no relato do mesmo, foi realizada por quatro avaliadores (a investigadora e 3 três avaliadores independentes)²⁸. Os critérios de cotação (cf. o anteriormente descrito para cada elemento a cotar) e a grelha de registo das classificações atribuídas foram apresentados conjuntamente aos quatro avaliadores (cf. Anexo 8). Inicialmente, foram avaliadas em conjunto 10 descrições do episódio sugerido para uniformizar os critérios de classificação e explorar eventuais dificuldades iniciais surgidas nesta tarefa. Os quatro avaliadores cotaram depois, de forma independente, os vários elementos para cada episódio sugerido em cada entrevista.

Numa sessão conjunta os avaliadores reuniram as classificações efectuadas. Nos casos de desacordo de classificação, o grupo discutiu as cotações atribuídas e chegou a acordo em relação às mesmas. Passamos a descrever a análise estatística dos níveis de acordo entre observadores alcançados aquando da recolha inicial das classificações.

A classificação do tipo de descrição do episódio sugerido foi bastante consistente, tendo variado entre 89% dos casos (para a primeira entrevista) e 95% dos casos (para a terceira entrevista). O nível de acordo entre observadores para a classificação desta variável, que podemos considerar ordinal, foi estabelecido através do índice de correlação intraclasse [ICC(21)²⁹], usando a definição de acordo absoluto. O nível médio de acordo obtido na classificação das três entrevistas foi de 0,96 (dp=0,015), revelando um acordo muito bom.

Para determinar o nível de acordo entre observadores para a classificação do acesso a auto-conhecimento relevante, considerada uma variável nominal, recorreremos ao cálculo do Kappa de Cohen. De acordo com Suen e Ary (1989) este é o índice de determinação do acordo entre observadores que tem gerado menos controvérsia e que tem uma vasta aplicação a diferentes tipos de dados. A aplicação directa desta medida apenas permite o cálculo do índice de acordo entre dois observadores. No entanto, alguns autores sugerem que, na presença de mais de dois observadores, podemos calcular o valor de Kappa para todas as combinações de observação possíveis e, posteriormente, calcular a média destes valores (Conger 1980). Determinamos assim o nível de acordo para as 6 combinações de dados possíveis e calculámos a média dos valores de Kappa obtidos. O acordo entre observadores obtido na classificação desta variável foi quase perfeito, o que é revelado pelo valor médio de Kappa obtido de 0,95 (dp=0,06) (Everitt & Hay, 1992). Em termos médios, os observadores concordaram com a classificação atribuída em 92% dos casos.

²⁸ Apenas foram alvo desta cotação os 76 casos considerados elegíveis para a construção de uma falsa memória, ou seja, em que foram reunidas as condições necessárias para que o participante construísse uma memória para o evento sugerido. Este critério é descrito com pormenor adiante.

²⁹ ICC(21)- designa o tipo de correlação intraclasse *two way random effects single measure reliability*.

7. Fase 7 – Qualidade da descrição dos episódios

Apresentamos nesta fase o processo de análise das entrevistas, mais concretamente da descrição que os participantes realizaram de cada episódio em cada entrevista. Este processo envolveu a construção do instrumento de observação (constituído por uma grelha de observação e respectivas regras de cotação) e a sua validação (através do acordo inter observador). Estes dois procedimentos são descritos num todo para facilitar a sua compreensão. Descrevemos depois o processo final de cotação das entrevistas e a elaboração de um sistema de classificação com vista à caracterização do nível de detalhe da descrição dos episódios. Apresentamos ainda o modo como os restantes elementos observados na descrição dos episódios foram considerados na apresentação dos resultados.

7.1. Participantes

Na caracterização dos episódios verídicos foram considerados nesta fase os 85 participantes que concluíram todas fases do processo de investigação. A sua caracterização pormenorizada foi já apresentada na fase 4.

7.2. Material e Procedimento

7.2.1. Construção e validação do instrumento de observação

Todas as entrevistas realizadas foram integralmente transcritas para o programa Microsoft Word, com o auxílio do programa informático *Dictation Buddy*. No sentido de recolher dados objectivos da descrição dos episódios para, posteriormente, procedermos à caracterização da descrição dos mesmos, elaborámos uma grelha de observação com as respectivas regras ou critérios de cotação / observação. Passamos a referir este conjunto (grelha e critérios de observação) como instrumento de observação. Apresentamos de seguida o processo de construção e validação do instrumento de observação que permitiu a caracterização da qualidade da descrição dos episódios.

Tendo por base alguns elementos presentes na maioria das descrições obtidas, elaborámos a primeira versão do instrumento de observação. Para se proceder à sua avaliação pedimos a colaboração de três observadores independentes. Os observadores não tinham

qualquer experiência prévia em tarefas de cotação de entrevistas. Numa sessão conjunta, os objectivos da tarefa foram explicados aos três observadores, tendo sido salientada a necessidade de recolher, da descrição de cada episódio, o máximo de elementos que permitissem a sua caracterização quanto ao nível de detalhe e riqueza da descrição. A primeira versão do instrumento de observação foi apresentada e a sua aplicação a uma entrevista (total de 4 episódios) foi demonstrada. O método de aplicação do instrumento de observação foi discutido e foram clarificados pormenores em relação aos critérios de cotação delineados. As alterações daqui surgidas foram incorporadas na versão inicial do instrumento de observação, ficando assim preparada uma segunda versão do mesmo.

A cada observador foram então atribuídas as descrições realizadas por dois participantes (num total de 4 entrevistas, totalizando 16 episódios) e a segunda versão do instrumento de observação. Foi-lhes solicitado que, de forma independente, procedessem à cotação destas entrevistas, anotassem as suas dúvidas e procurassem identificar outros elementos que pudessem ser relevantes para obter uma melhor caracterização da qualidade de descrição dos episódios.

Passada uma semana, os observadores reuniram com a investigadora e, em conjunto, procederam à comparação das observações elaboradas por cada um e à sua discussão. Constatou-se que alguns dos critérios estabelecidos suscitavam ainda dúvidas sendo necessária a sua clarificação (e.g., contagem de reacções descritas num episódio de forma repetida em relação à mesma pessoa, objecto ou situação: foi acordado que não seriam contabilizadas as reacções descritas de modo repetido em relação à mesma pessoa / situação ou objecto; assim, apenas as reacções diferenciadas seriam contabilizadas captando mais fielmente a riqueza da descrição quanto a este elemento). Foram ainda realçados pormenores das descrições que não eram alvo de registo na grelha de observação presente e que poderiam contribuir para uma melhor caracterização da descrição dos episódios. As grelhas de registo foram então modificadas para permitir a observação destes aspectos adicionais e alguns critérios foram esclarecidos. Foi assim elaborada a terceira versão do instrumento de observação.

A nova versão do instrumento de observação foi distribuída aos observadores e foi-lhes solicitada a cotação das entrevistas de 12 participantes (3 entrevistas por cada grupo experimental). No total foram observadas, de forma independente por cada observador, 30 entrevistas o que perfaz um total de 120 episódios. Foi agendada uma nova reunião para recolher o resultado destas observações.

Passadas 3 semanas, foram reunidas as observações realizadas utilizando a terceira versão do instrumento de observação. No decorrer desta tarefa verificou-se, informalmente, um acordo entre observadores considerável. Decidimos proceder à avaliação estatística dos níveis e acordo obtidos cujos resultados apresentamos em seguida. As variáveis observadas e respectivas formas de cotação são apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12: Descrição e forma de observação das variáveis presentes na grelha final de observação da descrição dos episódios.

Variável	Descrição	classificações possíveis
pistas	pistas fornecidas pelo entrevistador	frequência
idade	idade de ocorrência do episódio	não relatada relatada
local	local onde o episódio decorreu	não relatado descrição geral descrição detalhada
acções	acções decorridas no episódio	não relatado descrição geral descrição detalhada
peessoas	participantes no episódio	não relatado relatado
reações emocionais	do participante	positivas negativas
	de outras pessoas	positivas negativas
reações comportamentais	do participante	positivas negativas
	de outras pessoas	positivas negativas
discurso	relato de discurso directo relato de discurso indirecto	frequência
insistências	insistências realizadas pelo entrevistador ao longo da entrevista	frequência

O nível de acordo entre observadores para as variáveis nominais foi obtido pelo cálculo do Kappa de Cohen. Como foi já referido, este índice apenas permite a determinação do acordo entre observadores entre dois observadores. Procedemos assim à determinação dos valores de Kappa para as três combinações de dados possíveis e calculamos os seus valores médios. Destas análises verificamos que, para a classificação da *idade* de ocorrência dos episódios, o acordo médio entre observadores foi de 0,85 ($dp=0,06$) e, para a variável *peessoas*, o acordo médio foi de 0,97 ($dp=0,028$). Estes valores revelam um acordo entre observadores quase perfeito para estas duas variáveis (Everitt & Hay, 1992).

Quanto às variáveis de classificação ordinal, *local* e *acções*, foi determinado o índice de correlação intraclasse [ICC(21)³⁰], usando a definição de acordo absoluto. Os valores obtidos para estas variáveis foram de 0,93 e 0,96, respectivamente, revelando um nível de acordo muito bom.

Para as restantes variáveis em causa, em que os observadores registaram a frequência da sua ocorrência na descrição de cada episódio, foram calculados os índices de correlação intraclasse [ICC(21)]³⁰ (Dunn, 2004). Os valores de correlação obtidos para estas variáveis variaram entre 1, para a frequência das *reações comportamentais de outras pessoas*, e 0,90 para frequência das *reações comportamentais negativas do próprio*. Estes valores revelaram igualmente um nível de acordo entre observadores muito bom na avaliação destas variáveis (a média das correlações obtidas foi de 0,96, com desvio padrão de 0,042).

Dados os níveis de acordo alcançados com a utilização da terceira versão do instrumento de observação, a mesma foi adoptada para realizar a observação final de cada episódio. O instrumento de observação utilizado pode ser consultado no Anexo 9. Apresentamos ainda neste anexo exemplos de cotação da descrição de alguns episódios.

7.2.2. Observação final da descrição dos episódios

A descrição de cada episódio em cada entrevista foi classificada pela investigadora, tendo sido no total analisadas as descrições de 848 episódios. Para além das variáveis anteriormente apresentadas como fazendo parte da grelha de observação, foram ainda diferenciados dois outros elementos nos episódios descritos pelo grupo IRI: (a) as insistências realizadas pelo entrevistador em que foi incentivada a utilização da recriação imagética, e; (b) os reforços da instrução de recriação imagética realizados no decorrer da descrição dos episódios. Esta diferenciação foi realizada posteriormente à avaliação da grelha de observação devido ao facto de, no decorrer da observação das entrevistas, estes elementos terem surgido como potenciais interferentes na qualidade da descrição dos episódios e / ou da avaliação realizada pelos participantes. Poderemos assim avaliar eventuais relações entre a quantidade de vezes que foi solicitado ao participante que recriasse imageticamente os episódios e a qualidade e / ou avaliação da descrição dos mesmos.

Foi ainda contabilizado o número de palavras utilizado pelos participantes na descrição de cada episódio em cada entrevista. Nesta contagem foram excluídas as intervenções realizadas pelo entrevistador. Para a realização desta tarefa recorreremos à ferramenta de contagem de palavras do programa de edição de texto Microsoft Word.

³⁰ ICC(21)- designa o tipo de correlação intraclasse *two way random effects single measure reliability*.

7.2.3. Sistema de classificação do detalhe de descrição dos episódios

Partindo dos dados observados para cada episódio, foi criado um sistema de classificação que reflecte o detalhe da descrição de cada episódio. Foram consideradas para o efeito quatro das variáveis observadas na descrição de cada episódio: idade de ocorrência do episódio, pessoas envolvidas no evento, descrição das acções e do local de ocorrência do evento. De acordo com a identificação e / ou tipo de descrição de cada um destes elementos foram criadas três categorias que caracterizam o nível de detalhe da descrição: *descrição pobre*, *descrição média* e *descrição excelente*. Apresentamos na Tabela 13 as três possibilidades de combinação dos elementos que correspondem a cada categoria de detalhe considerada. Estas categorias passam a ser referidas, de um modo geral, como o nível de detalhe da descrição dos episódios.

Assim, consideramos que um episódio foi descrito com um nível de detalhe máximo (*descrição excelente*) quando, por exemplo, foram identificadas a idade de ocorrência do episódio e as pessoas intervenientes no episódio, as acções foram descritas de modo geral e o local de um modo detalhado (Tabela 13, coluna 3A). Em oposição, um exemplo de *descrição pobre* corresponde a uma descrição do episódio em que apenas foram indicados os participantes na situação que esta a ser relatada, e as acções dos episódios foram descritas de um modo geral (Tabela 13, coluna 1B).

Tabela 13: Caracterização dos três níveis de detalhe da descrição dos episódios; “-“ ausência de descrição do elemento; “s” - identificação do elemento descrito.

		Pobre (1)			Média (2)			Excelente (3)		
		A	B	C	A	B	C	A	B	C
idade		-	-	-	s	-	-	s	s	s
pessoas envolvidas		-	s	s	s	s	s	s	s	s
acções	descrição geral	s	s	s	s	-	-	s	-	-
	descrição detalhada	-	-	-	-	s	s	-	s	s
local	descrição geral	s	-	s	s	s	-	-	s	-
	descrição detalhada	-	-	-	-	-	s	s	-	s

A frequência do relato de reacções na descrição dos episódios (positivas e negativas), assim como as descrições de discursos (directo e indirecto) foram consideradas na análise dos dados na sua forma de registo original, ou seja pela frequência da sua ocorrência. O mesmo sucedeu para a quantidade de palavras utilizada na descrição dos episódios.

PARTE III : RESULTADOS

Os resultados são apresentados em três secções distintas. Na primeira alusão aos mesmos, expomos as percentagens de recordação e recuperação dos episódios verídicos questionados, assim como do episódio falso. Relativamente ao episódio falso, consideramos a influência de algumas variáveis no modo como este foi descrito e na ocorrência ou não de falsa memória. Ainda em relação a este episódio, descrevemos modelos baseados nas variáveis individuais avaliadas que permitem prever a ocorrência, ou não, de uma falsa memória. Dedicamos a segunda parte da descrição dos resultados à caracterização da narrativa que alguns participantes desenvolveram para o episódio falso que lhes foi sugerido. Descrevemos também a avaliação que os participantes realizaram das diversas dimensões. Na última secção dos resultados, analisamos as diferenças entre o episódio falso e os episódios verídicos, no que concerne à qualidade da descrição e à avaliação das dimensões.

1. Recordação dos episódios

A iniciar a apresentação dos resultados expomos as percentagens de recordação e de recuperação dos episódios verídicos e do episódio falso. Consideramos como episódios recordados aqueles que os participantes descreveram desde a primeira entrevista e, como episódios recuperados, os episódios que os participantes recordaram apenas a partir da segunda entrevista, tal como considerado em outros trabalhos (e.g., Hyman & Billings, 1998). Assumimos deste modo, que a recordação dos episódios em entrevistas posteriores à primeira possa resultar de uma recordação efectiva dos mesmos, como também de uma reconstrução do episódio a partir das pistas fornecidas pelo entrevistador na entrevista anterior. Para os episódios verídicos, exploramos os dados para a totalidade da amostra e em cada grupo (NIRI vs IRI), assim como em cada entrevista. Caracterizamos ainda as percentagens de recordação dos episódios verídicos em função da idade de ocorrência dos mesmos.

Relativamente ao episódio falso, começamos por descrever os dados referentes à construção de narrativas analisando o papel desempenhado pela instrução de recriação imagética nos mesmos. Exploramos depois se a existência de experiências reais de perda na infância dos participantes foi ou não determinante na elaboração de uma falsa memória para o episódio sugerido. Nesta secção, consideramos também se a duração do intervalo de tempo entre a primeira e a segunda entrevista influenciou a ocorrência de novos casos de falsas memórias na entrevista 2. Analisamos ainda a influência que a referência efectuada pelos próprios participantes

sobre aspectos relacionados com o episódio sugerido se relacionou com a forma de descrição deste e a ocorrência de falsas memórias. Finalmente, investigamos a relação entre as variáveis individuais avaliadas e o modo como os participantes descreveram o episódio falso e acederam a auto-conhecimento relevante. A este propósito exploramos ainda modelos de previsão para a ocorrência de uma falsa memória e o acesso a auto-conhecimento relevante.

Os procedimentos estatísticos utilizados na análise dos presentes dados são enunciados aquando da utilização dos mesmos.

Finalizamos esta primeira apresentação de resultados com um breve resumo das principais conclusões.

1.1. Episódios verídicos

Começamos por apresentar os dados referentes à recordação dos episódios verídicos de um modo global e em função do grupo de pertença. Consideramos depois as memórias que foram recuperadas ao longo das entrevistas. Finalmente, exploramos estes dados atendendo à idade de ocorrência dos episódios questionados. Recordamos que, a cada participante, foi pedido que descrevesse três episódios verídicos. No tratamento dos presentes dados cada episódio foi tratado como um caso individual.

1.1.1. Caracterização geral

A cada um dos 85 participantes, 44 pertencentes ao grupo NIRI e 41 ao grupo IRI, foi pedido que descrevesse três episódios verídicos das suas infâncias. Nas duas primeiras entrevistas, foram então questionados 255 episódios verídicos para a totalidade dos participantes, 132 aos participantes do grupo NIRI e 123 aos participantes do grupo IRI. A entrevista 3 foi realizada por 22 participantes do grupo NIRI e 20 participantes do grupo IRI, perfazendo um total de 42 participantes. Nesta entrevista foram questionados 66 episódios ao grupo NIRI e 60 episódios ao grupo IRI, o que totaliza 126 episódios verídicos.

Na primeira entrevista, 16 episódios verídicos (6,3%), do total de 255 episódios, não foram recordados, sete no grupo NIRI (5,3% do total de 132 episódios) e nove no grupo IRI (7,3% do total de 123 episódios). Estes dados revelam que, desde a primeira entrevista, a quase totalidade dos episódios verídicos foi recordada (93,7%). Na entrevista 2, não foram recordados nove episódios (3,5%), quatro no grupo NIRI (3%) e cinco no grupo IRI (4,1%). Assim, no grupo NIRI, três dos episódios não recordados na primeira entrevista foram recordados na segunda, ocorrendo

o mesmo para quatro episódios no grupo IRI. Em termos globais, cerca de 44% (sete episódios em 16) dos episódios não recordados na primeira entrevista foram recuperados na segunda entrevista (com 42,9% de episódios recuperados no grupo NIRI e 44,4% no grupo IRI). Deste modo, na segunda entrevista, 246 episódios verídicos (96,5%) foram descritos pelos participantes. Na terceira entrevista, apenas três (2,4%) dos 126 episódios apresentados não foram recordados, um no grupo NIRI (1,5% do total de 66 episódios) e dois no grupo IRI (3,3% do total de 60 episódios). Nesta entrevista, dois episódios que não tinham sido recordados anteriormente, foram agora recordados, um em cada grupo.

1.1.2. Recriação imagética

Exploramos estatisticamente as ligeiras diferenças observadas entre os grupos NIRI e IRI quanto à frequência de episódios recordados e não recordados em cada entrevista. Para o efeito, recorremos ao teste Qui-quadrado, que não revelou qualquer diferença significativa (entrevista 1 - $\chi^2=0,439$, $gl=1$, $p=0,508$; entrevista 2 - $\chi^2=0,200$, $gl=1$, $p=0,742$, e; entrevista 3 - $\chi^2=0,447$, $gl=1$, $p=0,605$)³¹. Deste modo, a instrução de recriação imagética não parece ter influenciado a quantidade de episódios verídicos que foram recordados ou recuperados.

1.1.3. Idade de ocorrência

Considerando a idade de ocorrência dos episódios, verificamos que, na entrevista 1, não foram recordados sete episódios ocorridos na idade 1 (7,3% do total de 96 episódios), sete episódios ocorridos na idade 2 (6,9% do total de 102 episódios) e dois episódios ocorridos na idade 3 (3,5% do total de 57 episódios). Dos nove episódios não recordados na segunda entrevista, dois ocorreram na idade mais precoce (2,1% do total dos episódios desta idade), tendo sido recuperados nesta entrevista cinco destes episódios não recordados anteriormente (correspondendo a uma percentagem de recuperação de 71%). Ainda na entrevista 2, para os episódios de idade 2, apenas um dos episódios não descritos na entrevista anterior foi recordado nesta entrevista, continuando seis (5,9%) destes episódios por recordar (correspondendo a uma percentagem de recuperação de 12%). Relativamente aos episódios de idade mais recente, um dos dois episódios anteriormente não recordados foi recuperado nesta entrevista (1,8%). Na terceira entrevista, foram recuperados dois episódios ocorridos na idade 1 que não tinham sido descritos em nenhuma das entrevistas anteriores, continuando por recordar três (5,6% do total de 54) episódios ocorridos na idade 2³².

³¹ Para avaliar a independência dos grupos relativamente à frequência de episódios verídicos não recordados em cada entrevista, cada episódio foi reclassificado como 1 ou 0, consoante o episódio foi ou não recordado em cada entrevista, respectivamente. Nos resultados referentes às entrevistas 2 e 3, reportamos os valores de p relativos ao teste de Exactidão de Fisher devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

³² A análise estatística da distribuição de episódios recordados para cada idade de ocorrência dos mesmos não foi possível devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

1.2. Episódio falso

Nos dados que a seguir apresentamos caracterizamos o episódio falso quanto ao tipo de descrição que os participantes elaboraram para o mesmo e avaliamos a influência de um conjunto de variáveis nesta descrição. Começamos por descrever os participantes quanto à elegibilidade para a criação de uma falsa memória para o episódio sugerido e por averiguar se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram quanto a este aspecto. Apresentamos depois o tipo de descrição que a globalidade dos participantes elaborou para o episódio falso e analisamos a influência da instrução de recriação imagética no mesmo. O modo como o episódio falso foi descrito ao longo das três entrevistas e a interferência do intervalo de tempo entre entrevistas são também analisados. Consideramos depois a forma de descrição deste episódio em função da ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes. A influência do acesso a auto-conhecimento relevante no tipo de descrição do episódio falso, assim como na ocorrência de falsas memórias é analisada em seguida. Finalmente, consideramos as variáveis individuais avaliadas relacionando-as com o tipo de descrição do episódio e com o acesso a auto-conhecimento relevante. A este propósito procuramos ainda estabelecer modelos de previsão da ocorrência de falsas memórias e do acesso a auto-conhecimento relevante.

1.2.1. Elegibilidade

Começamos por quantificar os casos elegíveis para a criação de uma falsa memória e, considerando os mesmos, caracterizamos o tipo de descrição elaborado para o episódio falso. Para o total de 85 participantes que concluíram todas as fases do projecto, 76 reuniram condições para a construção de uma falsa memória para o episódio sugerido. Foram considerados como não elegíveis para a criação de uma falsa memória nove casos por uma das seguintes razões: (a) o participante relatou um episódio verídico³³, e ; (b) não foram fornecidas ao participante pelo menos três das pistas do episódio falso (não proporcionando assim as condições necessárias à construção de uma descrição para o mesmo). A caracterização global, e por grupos, dos participantes elegíveis para a construção da falsa memória é apresentada na Tabela 14. Os grupos NIRI e IRI revelaram independência quanto à elegibilidade para a construção de falsas memórias, como foi verificado pelo teste Qui-quadrado ($\chi^2=0,895$, $df=1$, $p=0,486$ ³⁴).

³³ Alguns dos participantes relataram episódios de perda reais, tal como confirmado com a informação fornecida previamente pelas fontes. Nestes casos, perante a apresentação do título "perda", os participantes descreveram um episódio real. Ainda que alguns dos pormenores do seu relato não coincidissem com as restantes pistas de que o entrevistador dispunha, o facto não foi por ele notado, nem foram fornecidas aos participantes as restantes pistas do episódio falso. Daí que as descrições obtidas em algumas situações correspondam a episódios reais de perda.

³⁴ Reportamos o valor de p referente ao Teste de Exactidão de Fisher devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

Tabela 14: Frequência e percentagem (apresentada entre parêntesis) dos participantes elegíveis para construção de falsa memória, considerando a globalidade dos participantes e os grupos NIRI e IRI.

	globais	NIRI	IRI
não elegível	9 (10,6)	6 (13,6)	3 (7,3)
elegível	76 (89,4)	38 (86,4)	38 (92,7)

1.2.2. Tipo de descrição

Em termos médios, verificamos que pouco mais de metade dos participantes não elaborou qualquer descrição para o episódio sugerido (classificação “sem memória”). Por outro lado, aproximadamente um quarto dos participantes elaborou descrições classificadas como “com imagens mas sem memória”. Assim, estes participantes descreveram possibilidades de ocorrência do evento, sem que estas parecessem ter um correspondente em termos de memória. Finalmente, em cerca de 22% dos casos, foram observadas descrições completas para o evento sugerido (classificação “com memória”) (Tabela 15, coluna A). Considerando a distribuição destas categorias em cada grupo constatamos que, no grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente os episódios (grupo NIRI), a maior parte dos participantes não construiu qualquer descrição para o episódio sugerido, tendo apenas cerca de 13% dos participantes elaborado falsas memórias (Tabela 15, coluna B). Já no grupo que foi instruído a recriar imagetivamente os episódios (grupo IRI), a maior percentagem de casos elaborou descrições de possibilidades de ocorrência do episódio sugerido, seguida da percentagem de 32% de construção de falsas memórias para o mesmo (Tabela 15, coluna C).

Tabela 15: Percentagens médias de cada tipo de descrição do episódio falso, para a globalidade dos casos (coluna A), para o grupo NIRI (coluna B) e para grupo IRI (coluna C).

	globais (A)	NIRI (B)	IRI (C)
sem memória	52,71	76,84	28,06
com imagens mas sem memória	25,12	9,9	40,35
com memória	22,17	12,89	31,56

No Anexo 10 apresentamos algumas descrições que os participantes elaboraram para o episódio sugerido de modo a exemplificar os tipos de descrições a que nos referimos. Expomos neste anexo um caso em que ocorreu uma falsa memória desde a primeira entrevista, outro em que a falsa memória foi criada apenas na segunda entrevista e ainda relatos de possibilidades para o acontecimento sugerido, mas que não foram identificadas como memórias (correspondente ao tipo de descrição “com imagens mas sem memória”).

Considerando a evolução da descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas, e atendendo à globalidade dos casos, verificamos que a percentagem de casos classificados como “sem memória” diminuiu ao longo das entrevistas, tendo o oposto ocorrido com os casos de “com imagens mas sem memória” (Figura 1). Na primeira entrevista, observamos 15 casos de falsa memória, tendo ocorrido 3 novos casos na segunda entrevista. Os casos de falsa memória encontrados na terceira entrevista corresponderam a situações em que os participantes tinham já elaborado a descrição total para o episódio sugerido numa das entrevistas anteriores. Não surgiram assim novos casos de falsa memória na entrevista 3.

Como mostram os dados expostos na Figura 2, relativos às percentagens de cada tipo de descrição do episódio falso observadas no grupo NIRI, as alterações ao longo das entrevistas não foram muito notórias. Neste grupo, um novo caso de construção de falsa memória surgiu na entrevista 2³⁵.

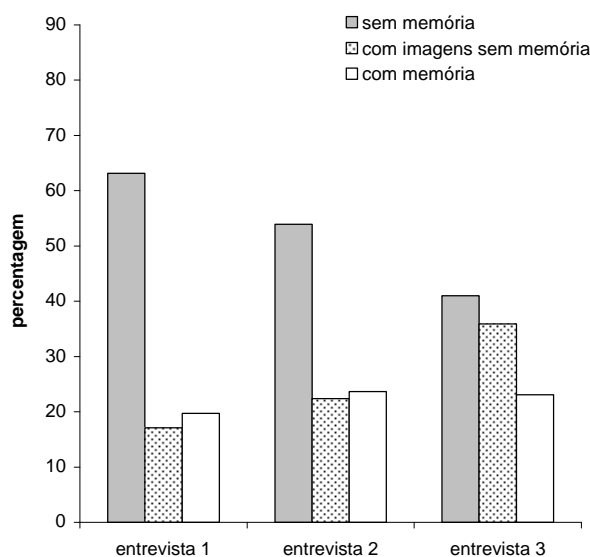


Figura 1: Percentagem de cada tipo de descrição do episódio falso para a globalidade dos casos.

³⁵ Adicionalmente, um participante que na primeira entrevista tinha aceite a sugestão do evento falso e elaborado uma falsa memória completa, na entrevista seguinte revelou que efectivamente não se recordava do evento sugerido e que teria feito confusão com um evento real de perda ocorrido mais recentemente. Por este motivo, nas descrições que se seguem, este caso não foi considerado como uma falsa memória na entrevista 1, mas sim uma ausência total de memória como ocorreu nas entrevistas seguintes.

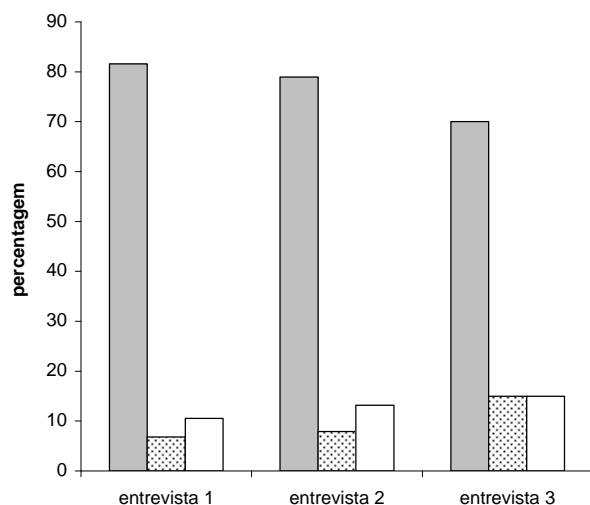


Figura 2: Percentagem de cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo NIRI.

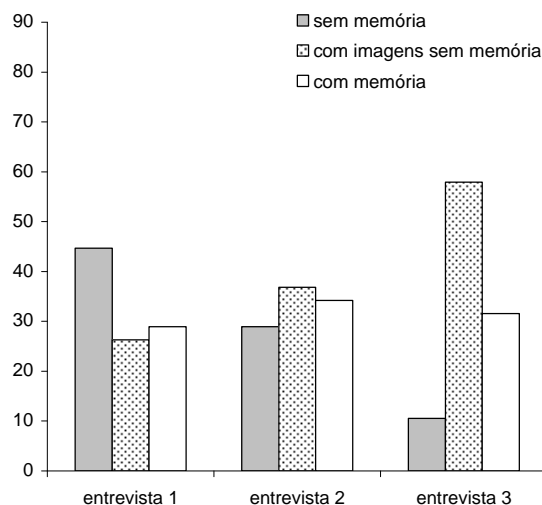


Figura 3: Percentagem de cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo IRI.

Contrariamente ao observado no grupo NIRI, averiguamos que no grupo IRI as percentagens de cada categoria da descrição do episódio falso se alteraram notoriamente ao longo das entrevistas (Figura 3). Concretamente, a percentagem de casos sem qualquer descrição do episódio sugerido diminuiu ao longo das entrevistas, em oposição ao verificado para as descrições de possibilidades do evento mas sem memória correspondente. Neste grupo, dois novos casos de falsa memória ocorreram na entrevista 2³⁶.

Apresentamos na Tabela 16 as frequências, e respectivas percentagens, de cada tipo de descrição do episódio falso para a globalidade dos casos, assim como para cada grupo, em cada entrevista. Exploramos se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram significativamente quanto à distribuição destes dados, tendo o mesmo sido confirmado em todas as entrevistas (Tabela 16, coluna D).

³⁶ A ligeira diminuição observada da segunda para a terceira entrevista, na percentagem de falsas memórias elaboradas, deve-se ao facto da frequência absoluta de falsas memórias ter diminuído nesta entrevista devido à correspondente diminuição de participantes.

Tabela 16: Frequência e percentagem (apresentada entre parêntesis) de cada tipo de descrição do episódio falso para a globalidade dos participantes (coluna A), o grupo NIRI (coluna B) e o grupo IRI (coluna C). Apresentamos na Coluna D os resultados da análise da igualdade da distribuição das categorias entre os grupos NIRI e IRI.

	globais (A)	NIRI (B)	IRI (C)	NIRI vs IRI (D)	
entrevista 1	sem memória	48 (63,2)	31 (81,6)	17 (44,7)	
	imagens sem memória	13 (17,1)	3 (7,9)	10 (26,3)	$\chi^2=11,119$, $df=2$, $p=0,004$
	com memória	15 (19,7)	4 (10,5)	11 (28,9)	
sem memória	41 (53,9)	30 (78,9)	11 (28,9)		
entrevista 2	imagens sem memória	17 (22,4)	3 (7,9)	14 (36,8)	$\chi^2=19,478$, $df=2$, $p<0,001$
	com memória	18 (23,7)	5 (13,2)	13 (34,2)	
	sem memória	16 (41)	14 (70)	2 (10,5)	
entrevista 3	imagens sem memória	14 (35,9)	3 (15)	11 (57,9)	$\chi^2=14,56$, $df=2$, $p=0,001^{\#}$
	com memória	9 (23,1)	3 (15)	6 (31,6)	

Este resultado deve ser considerado apenas como indicativo dada a ocorrência de células com contagem inferior a 5.

1.2.3. Recriação imagética

A classificação que efectuamos para a descrição do episódio falso pode ser considerada como uma escala ordinal que representa níveis crescentes de descrição do mesmo. Por isso, explorámos os dados em relação ao efeito da instrução imagética (comparando o grupo NIRI com o grupo IRI) utilizando para o efeito o teste não paramétrico de Wilcoxon para duas medidas independentes. Os dados obtidos confirmam que o tipo de descrição que os grupos NIRI e IRI elaboraram para o episódio sugerido foi significativamente distinto nas três entrevistas (Tabela 17). Pelos dados anteriormente apresentados concluímos que o grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio desenvolveu narrativas mais elaboradas para o episódio falso que o grupo que não recebeu esta instrução.

Tabela 17: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI relativamente ao tipo de descrição elaborado para o episódio falso em cada entrevista.

	U	N ₁	N ₂	p
entrevista 1	459,5	38	38	0,001
entrevista 2	376,5	38	38	0,000
entrevista 3[#]	3,173	20	19	0,002

Para esta entrevista apresentamos o valor de Z e respectivo valor de p corrigido para os empates.

Os dados anteriormente apresentados não permitem elaborar conclusões relativas à influência da instrução de recriação imagética na quantidade de falsas memórias produzidas pelos participantes. Para averiguar esta possibilidade, a classificação da descrição do episódio falso foi re-categorizada em duas categorias: “sem falsa memória” (inclui os casos classificados como “sem

memória” e os casos classificados como “com imagens mas sem memória”), e “falsa memória” (correspondente à classificação “com memória”). A análise da distribuição destes dados foi efectuada utilizando o teste Qui-quadrado. Os resultados revelaram que a ocorrência de falsas memórias foi distinta para os dois grupos nas entrevistas 1 e 2 ($\chi^2=4,07$, $df=1$, $p=0,044$; $\chi^2=4,659$, $df=1$, $p=0,031$, respectivamente), mas não na entrevista 3 ($\chi^2=1,509$, $df=1$, $p=0,273$ ³⁷). Estes dados sugerem assim que a instrução de recriação imagética potenciou a ocorrência de falsas memórias para o episódio sugerido.

Quanto ao número de novos casos de falsa memória surgidos na entrevista 2, um ocorreu no grupo NIRI e dois no grupo IRI. Considerando apenas os casos em que seria possível os participantes construir uma falsa memória na segunda entrevista, ou seja os participantes elegíveis excepto os que já tinham construído uma falsa memória na entrevista anterior, a frequência de novos casos nesta entrevista não se diferenciou significativamente em função do grupo ($\chi^2=0,642$, $df=1$, $p=0,579$ ³⁷). A instrução de recriação imagética não parece assim ter influenciado de forma significativa a construção de falsas memórias da primeira para a segunda entrevista.

Dado que os grupos se diferenciaram significativamente quanto à ocorrência de falsas memórias e ao tipo de descrição elaborado para o episódio falso, nos dados que a seguir apresentamos, consideramos cada grupo em particular. No que diz respeito ao tratamento posterior dos dados referentes à ocorrência de novos casos de falsas memórias ao longo das entrevistas, analisamos apenas as diferenças entre as entrevistas 1 e 2 já que, da entrevista 2 para a entrevista 3, não surgiram novos casos.

1.2.4. Evolução ao longo das entrevistas

Como foi observado da Figura 1 à Figura 3, o modo como os participantes descreveram o episódio falso sofreu alterações ao longo das entrevistas. Para avaliar estatisticamente se estas mudanças foram significativas, e por estarmos a lidar com uma variável que podemos considerar ordinal, comparámos as classificações encontradas entre os vários pares de entrevistas utilizando o teste de Wilcoxon. Os resultados desta análise para cada grupo são expostos na Tabela 18. Os dados revelam que não ocorreram alterações significativas ao longo das entrevistas na descrição que os participantes do grupo NIRI realizaram para o episódio sugerido (Tabela 18, coluna A). Por outro lado, no grupo IRI, constatamos que da primeira para a segunda entrevista, ocorreu um aumento significativo no tipo de relato efectuado para o episódio falso, o que se verificou igualmente entre as entrevistas 1 e 3. Já da segunda para a terceira entrevista, as mudanças observadas não se revelaram significativas (Tabela 18, coluna B).

³⁷ Reportamos o valor de p relativo ao Teste de Exactidão de Fisher devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

Tabela 18: Análise das diferenças entre as entrevistas para a classificação da descrição do episódio falso para o grupo NIRI (coluna A) e o grupo IRI (coluna B)

	NIRI (A)			IRI (B)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p
1 vs 2	0,816	3	0,414	2,53	7	0,011
1 vs 3	1,00	1	0,317	2,236	5	0,025
2 vs 3	0,577	3	0,565	0,577	3	0,564

Adicionalmente, os elevados níveis de correlação obtidos com o teste de correlação de Spearman relativamente à descrição do episódio falso entre as várias entrevistas revelaram uma forte consistência no modo como os participantes dos dois grupos relataram este episódio (Tabela 19).

Tabela 19: Níveis de correlação (rho) entre entrevistas para o tipo de descrição elaborado para o episódio falso para o grupo NIRI (coluna A) e para o grupo IRI (coluna B).

	NIRI (A)		IRI (B)	
	E2 (N=38)	E3 (N=20)	E2 (N=38)	E3 (N=20)
E1 (N=38)	0,780**	0,918**	0,807**	0,865**
E2 (N=38)		0,741**		0,865**

**p<0,01

1.2.5. Intervalo entre entrevistas

Nos dados que apresentamos de seguida, consideramos a duração do intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 1 e 2 e o surgimento dos novos casos de falsa memória na entrevista 2. Como foi já referido, foram observados na segunda entrevista três novos casos de falsas memórias pelo que explorámos se a duração do intervalo que mediou a primeira da segunda entrevista influenciou a ocorrência ou não destes casos³⁸. Para os dois novos casos de falsa memória observados no grupo IRI (na entrevista 2) decorreu, para um dos casos, um intervalo de dois dias entre as entrevistas 1 e 2 e, para o outro caso, um intervalo de quatro dias. No novo caso de falsa memória ocorrido no grupo NIRI na entrevista 2, o intervalo entre a primeira e a segunda entrevista foi de 2 dias. Dado o reduzido número de casos não foi realizada qualquer análise estatística sobre estes dados.

³⁸ O segundo intervalo de tempo não foi analisado dado não terem ocorrido novos casos de falsas memórias da segunda para a terceira entrevista.

1.2.6. Experiências reais de perda

Neste ponto dos resultados consideramos a ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes elegíveis para a criação de uma falsa memória. Estas experiências reais foram distintas do episódio de perda sugerido em vários aspectos (e.g., decorridas noutra local, noutra idade). A informação relativa às experiências verídicas de perda na infância foi fornecida pelas fontes e confirmada pelos participantes no *debriefing*. Começamos por caracterizar a amostra quanto à ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes, passando depois à exploração da sua influência no modo como eles descreveram o episódio falso. Finalmente, averiguamos se a presença do episódio real de perda determinou a construção, ou não, de uma falsa memória para o evento sugerido.

Dos 76 participantes elegíveis à criação de falsa memória, 13 participantes experimentaram uma situação real de perda nas suas infâncias e, apenas um, viveu duas situações deste tipo na sua infância. Este último participante não elaborou uma falsa memória para o episódio sugerido em qualquer das entrevistas. Deste modo, os casos apresentados em que ocorreu a construção de uma falsa memória e em que se verificou a existência de uma experiência real de perda dizem respeito a experiências únicas de perda na infância dos participantes. Para efeito da simplicidade da apresentação e tratamento de dados incluímos este participante no grupo que teve apenas um situação de perda na infância. Verificamos, através do teste Qui-quadrado, que os grupos NIRI e IRI foram independentes quanto ao número de casos com e sem experiências reais de perda ($\chi^2=0,350$, $df=1$, $p=0,554$).

Exploramos agora se a ocorrência de situações reais de perda na infância dos participantes influenciou o modo como estes descreveram o episódio sugerido nas várias entrevistas. Apresentamos na Tabela 20 os dados que caracterizam a descrição do episódio falso em cada entrevista e para cada grupo (NIRI e IRI) já que estes se diferenciaram significativamente no tipo de descrição elaborado. Verificamos que os participantes do grupo NIRI que viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias elaboraram mais possibilidades de descrição do evento, assim como falsas memórias, comparativamente com aqueles que não a experimentaram. Já no grupo IRI, esta diferenciação já não foi tão clara.

Tabela 20: Frequência, e respectiva percentagem (apresentada entre parêntesis) de cada tipo de descrição do episódio falso em função da existência, ou não, de uma experiência real de perda na infância dos participantes do grupo NIRI (coluna A) e do grupo IRI (coluna B).

		NIRI (A)		IRI (B)	
		s/ perda	c/ perda	s/ perda	c/ perda
entrevista 1	sem memória	29 (90,6)	2 (33,3)	13 (43,3)	4 (50)
	com imagens sem memória	2 (6,3)	1 (16,7)	9 (30)	1 (12,5)
	com memória	1 (3,1)	3 (50)	8 (26,7)	3 (37,5)
entrevista 2	sem memória	28 (87,5)	2 (33,3)	10 (33,3)	1 (12,5)
	com imagens sem memória	2 (6,3)	1 (16,7)	11 (36,7)	3 (37,5)
	com memória	2 (6,3)	3 (50)	9 (30)	4 (50)
entrevista 3	sem memória	14 (77,8)	0 (0)	2 (12,5)	0 (0)
	com imagens sem memória	3 (16,7)	0 (0)	9 (56,3)	2 (66,7)
	com memória	1 (5,6)	2 (100)	5 (31,3)	1 (33,3)

Através do teste U de Mann-Whitney, comparámos as duas condições da variável experiência real de perda (sem vs com) relativamente ao tipo de descrição efectuada para o episódio sugerido. No grupo NIRI, o tipo de descrição do episódio falso diferenciou-se significativamente em função da ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes, tendo os participantes com experiência real de perda realizado descrições mais elaboradas para o episódio sugerido (Tabela 21, coluna A). Este resultado foi obtido em todas as entrevistas. Já no grupo IRI, a vivência de uma experiência de perda na infância dos participantes não influenciou de modo significativo a forma como estes descreveram o episódio sugerido, em qualquer das entrevistas (Tabela 21, coluna B).

Tabela 21: Diferenças no tipo de descrição elaborado para o episódio falso entre os participantes com e sem experiência real de perda do grupo NIRI (coluna A) e do grupo IRI (coluna B). Reportamos os valores de z, e respectivos valores de p, corrigidos para os empates.

	NIRI (A)				IRI (B)			
	Z	N ₁	N ₂	p	Z	N ₁	N ₂	p
entrevista 1	3,410	32	6	0,001	0,058	30	8	0,954
entrevista 2	3,04	32	6	0,002	1,274	30	8	0,203
entrevista 3	2,653	18	2	0,008	0,317	16	3	0,751

Porém, estes dados não nos indicam se os participantes com experiência real de perda nas suas infâncias apresentaram uma probabilidade diferente de elaborar uma falsa memória para o episódio sugerido, relativamente àqueles que não a tiveram. Para averiguar esta eventualidade, recorreremos novamente à classificação em 2 categorias quanto à criação de falsa memória (sem falsa memória vs falsa memória). Considerando a ocorrência ou não de experiência de perda na

infância dos participantes determinámos, em cada grupo, se a ocorrência de falsa memória ocorreu de acordo com o esperado. Para o efeito, recorremos ao teste Qui-quadrado. Analisamos apenas os dados referentes às duas primeiras entrevistas dado que não surgiram novos casos de falsas memórias na entrevista 3, para qualquer dos grupos.

Sistematizamos na Tabela 22 os resultados em exploração relativamente ao grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente os episódios. Verificamos que, na primeira entrevista, metade dos participantes com experiência de perda real nas suas infâncias, elaboraram uma descrição para o episódio falso. Por outro lado, dos participantes que não experimentaram esta situação nas suas infâncias, apenas 1 (3,1% do total de participantes sem experiência de perda real) construiu uma memória para o episódio sugerido na primeira entrevista, tendo ocorrido um novo caso na entrevista 2 (passando a representar 6,3% dos casos desta condição). Em ambas as entrevistas verificamos que, no grupo NIRI, os casos de construção de falsa memória entre os participantes sem experiência real de uma situação de perda na infância foram muito pouco frequentes. Já de entre os participantes que viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias, verificamos que cerca de metade dos mesmos elaboraram falsa memória (Tabela 22, coluna A). Os resultados da análise estatística efectuada indicam que, no grupo NIRI e para os participantes que viveram uma experiência real de perda, a proporção de ocorrência e não ocorrência de falsas memórias não se diferenciou de uma distribuição ao acaso. Por outro lado, entre os participantes sem experiência real de perda na infância, a frequência de casos sem construção de falsa memória foi superior ao número de casos com elaboração de falsa memória. (Tabela 22, coluna B). Estas conclusões são válidas para ambas as entrevistas.

Tabela 22: Frequência e percentagem (apresentada entre parêntesis) de ocorrência de Falsa Memória (FM) nas entrevistas 1 e 2 de acordo com a ocorrência de experiências reais de perda (coluna A), e respectiva análise de independência da distribuição (coluna B), para o grupo NIRI.

		FM (A)		(B)	
		não	sim		
Entrevista 1	perda real	não	31 (96,9)	1 (3,1)	$\chi^2=28,125$, $df=1$, $p<0,001$
		sim	3 (50)	3 (50)	$\chi^2=0,000$, $df=1$, $p=1,000$
Entrevista 2	perda real	não	30 (93,8)	2 (6,3)	$\chi^2=24,5$, $df=1$, $p<0,001$
		sim	3 (50)	3 (50)	$\chi^2=0,000$, $df=1$, $p=1,000$

Considerando agora os dados observados no grupo IRI, verificamos que, na primeira entrevista, cerca de um quarto dos participantes sem experiência real de perda nas suas infâncias elaboraram uma falsa memória, sendo esta frequência significativamente inferior àqueles que construíram falsa memória (Tabela 23). Atendendo aos participantes com experiência real de perda, o número de falsas memórias construídas não se diferenciou significativamente da frequência de não construção de falsa memória. No entanto, a não ocorrência de falsa memória foi

ligeiramente superior à sua ocorrência (Tabela 23). Na segunda entrevista, verificamos que um dos novos casos de falsa memória surgidos ocorreu num participante sem experiência real de perda na infância e o outro ocorreu num participante com esta experiência. Novamente, encontramos uma frequência significativamente superior de não elaboração de falsas memórias entre os participantes sem experiência real de perda nas suas infâncias. De entre os participantes com experiência real de perda, o número de casos em que foi construída uma falsa foi igual ao número de casos em que o mesmo não ocorreu (Tabela 23, coluna B).

Tabela 23: Frequência e percentagem (apresentada entre parêntesis) de ocorrência de Falsa Memória (FM) nas entrevistas 1 e 2 de acordo com a ocorrência de experiências reais de perda (coluna A), e respectiva análise de independência da distribuição (coluna B), para o grupo IRI.

		FM (A)		(B)
		não	sim	
Entrevista 1	perda real	não 22 (73,3)	8 (26,7)	$\chi^2=6,533$, $df=1$, $p=0,011$
		sim 5 (62,5)	3 (37,5)	$\chi^2=0,50$, $df=1$, $p=0,480$
Entrevista 2	perda real	não 21 (70)	9 (30)	$\chi^2=4,800$, $df=1$, $p=0,028$
		sim 4 (50)	4 (50)	$\chi^2=0,00$, $df=1$, $p=1,00$

Concluimos assim que, independentemente dos participantes recriarem imageticamente o episódio sugerido, a existência de uma experiência real de perda nas suas infâncias promoveu a criação de uma falsa memória. Em oposição, os participantes que não viveram uma experiência semelhante à sugerida parecem ter menor probabilidade de construir uma falsa memória para o evento sugerido.

Os dados obtidos para o conjunto de participantes sem experiência real de perda, sugerem que a frequência de falsas memórias foi superior no grupo IRI comparativamente com o grupo NIRI (e.g., 26,7% e 3,1% na entrevista 1, respectivamente). A confirmação estatística desta hipótese foi obtida para ambas as entrevistas 1 e 2 através do teste Qui-quadrado ($\chi^2=6,915$, $df=1$, $p=0,011$ ³⁹; $\chi^2=5,984$, $df=1$, $p=0,014$, respectivamente)⁴⁰.

Assim, a vivência de uma situação real de perda parecer ter sido determinante em ambos os grupos para a construção de uma falsa memória para o episódio sugerido. Contudo, quando os participantes não experimentaram esta situação nas suas infâncias, a instrução de recriação imagética parece potenciar a elaboração de uma falsa memória para o episódio sugerido, comparativamente com a ausência desta instrução.

³⁹ Reportamos o valor de p relativo ao Teste de Exactidão de Fisher devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

⁴⁰ Para a realização desta análise seleccionamos o grupo dos participantes sem experiência real de perda e comparámos a distribuição de casos com e sem construção de falsa memória nos grupos NIRI e IRI.

1.2.7. Acesso a auto-conhecimento

O acesso a auto-conhecimento, como já referimos, prende-se com as referências que os participantes realizaram a conhecimento sobre as suas infâncias que pudesse de algum modo estar relacionado com o evento sugerido. Recordamos que esta variável foi classificada em quatro categorias: “sem acesso a auto-conhecimento”, “acesso a auto-conhecimento facilitador”, “acesso a auto-conhecimento inibidor” (conforme a informação referida aumentasse ou diminuísse a possibilidade de criação de falsa memória, respectivamente) e “acesso a auto-conhecimento misto” (referência a informação que aumentasse a plausibilidade de ocorrência do episódio sugerido, mas também a informação que a minorasse). Começamos por descrever os acessos a auto-conhecimento efectuados pelos participantes de um modo global e por grupo. Averiguamos depois se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram quanto ao tipo e frequência de acesso a auto-conhecimento. Exploramos ainda a relação entre a forma de descrição do episódio sugerido e a ocorrência ou não de acesso a auto-conhecimento. Finalmente, relacionamos a referência a auto-conhecimento com a ocorrência de falsas memórias.

1.2.7.1. Caracterização do acesso a auto-conhecimento

A caracterização do acesso a auto-conhecimento realizado pela globalidade dos casos, assim como por cada grupo, é apresentada na Tabela 24. Os dados revelam que, em todas as entrevistas, cerca de metade dos participantes fizeram referência a algum tipo de informação sobre a sua infância relacionada com o episódio sugerido. Esta observação é válida para a globalidade dos casos e para os grupos NIRI e IRI. No entanto, constatamos que, tendencialmente, o grupo IRI relatou mais elementos referentes a auto-conhecimento que o grupo NIRI. Constatamos ainda que, de entre os vários tipos de auto-conhecimento mencionados pelos participantes, a referência a informação que tornasse o evento plausível e / ou provável de ocorrer (i.e., a “auto-conhecimento facilitador”) foi a mais frequente. Uma excepção ocorreu na terceira entrevista, e apenas no grupo NIRI, em que a percentagem de referências a auto-conhecimento facilitador e a auto-conhecimento inibidor foi a mesma (Tabela 24, coluna B).

Tabela 24: Frequência e percentagem (apresentada entre parêntesis) do acesso a cada tipo de auto-conhecimento durante a descrição do episódio sugerido em cada entrevista para a globalidade dos casos (coluna A), o grupo NIRI (coluna B) e o grupo IRI (coluna C).

		globais (A)	NIRI (B)	IRI (C)
entrevista 1	nenhum	37 (48,7)	21 (55,3)	16 (42,1)
	inibidor	5 (6,6)	3 (7,9)	2 (5,3)
	facilitador	31 (40,8)	14 (36,8)	17 (44,7)
	misto	3 (3,9)	0 (0)	3 (7,9)
entrevista 2	nenhum	42 (55,3)	22 (57,9)	20 (52,6)
	inibidor	10 (13,2)	4 (10,5)	6 (15,8)
	facilitador	23 (30,3)	11 (28,9)	12 (31,6)
	misto	1 (1,3)	1 (2,6)	0 (0)
entrevista 3	nenhum	22 (56,4)	12 (60)	10 (52,6)
	inibidor	4 (10,3)	4 (20)	0 (0)
	facilitador	10 (25,6)	4 (20)	6 (31,6)
	misto	3 (7,7)	0 (0)	3 (15,8)

Devido à reduzida frequência de algumas células da tabela, não foi possível avaliar estatisticamente se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram quanto à frequência observada para cada tipo de acesso a auto-conhecimento. No entanto, a observação dos mesmos, sugere que os grupos não se diferenciaram de modo notório quanto a esta variável. Por outro lado, se considerarmos as frequências divididas de um modo global entre acesso a auto-conhecimento (que engloba todos as formas pelas quais os participantes referiram auto-conhecimento relevante) e não acesso a auto-conhecimento, verificamos que os grupos não se diferenciam de um modo significativo em qualquer das entrevistas (entrevista 1 - $\chi^2=1,317$, $df=1$, $p=0,251$; entrevista 2 - $\chi^2=0,213$, $df=1$, $p=0,645$; entrevista 3 - $\chi^2=0,215$, $df=1$, $p=0,643$).

1.2.7.2. Acesso a auto-conhecimento e tipo de descrição do episódio

Exploramos de seguida a relação entre o tipo de descrição do episódio falso e o acesso a auto-conhecimento em cada entrevista, para os grupos NIRI e IRI, já que os mesmos se diferenciaram quanto à descrição do mesmo. Para o efeito, recorreremos à representação gráfica dos dados referindo-se cada coluna ao tipo de descrição obtido para o episódio falso e a sua divisão à percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento (a soma destas percentagens perfaz a totalidade de observações para cada tipo de descrição do episódio falso).

Relativamente à primeira entrevista, verificamos que, em ambos os grupos, a ausência de descrição do episódio foi acompanhada maioritariamente pelo não acesso a auto-conhecimento (Figura 4 e Figura 5).

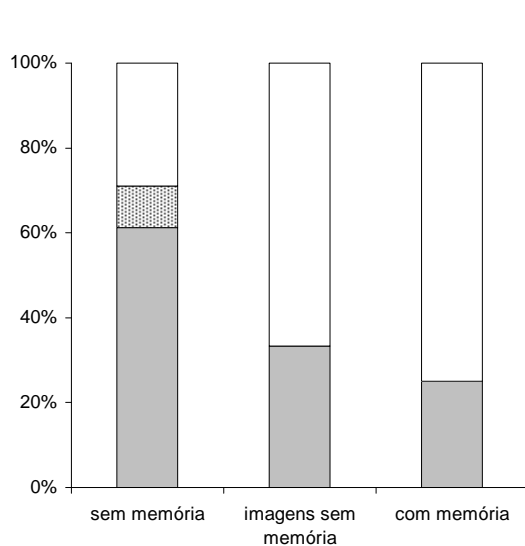


Figura 4: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo NIRI na entrevista 1.

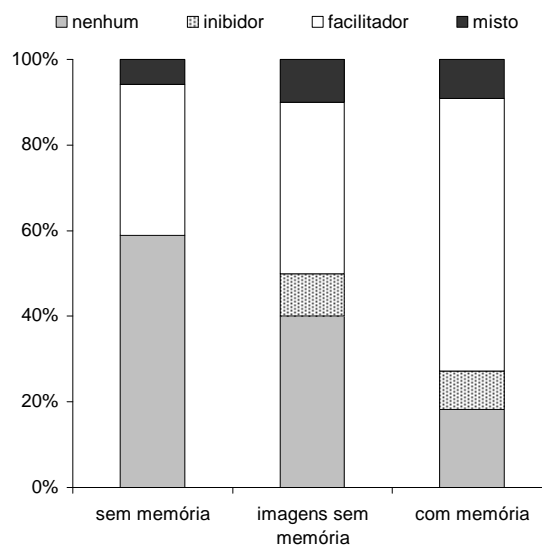


Figura 5: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo IRI na entrevista 1.

Já a elaboração de uma descrição completa para o episódio falso foi acompanhada, na sua maior parte, pelo “acesso a auto-conhecimento facilitador”, novamente em ambos os grupos. A descrição de “com imagens mas sem memória” do evento foi acompanhada, no grupo NIRI, por uma percentagem mais elevada de referência a informação que promovia a aceitação do episódio sugerido, isto é, a “auto-conhecimento facilitador” (Figura 4). No grupo IRI, este tipo de descrição do episódio falso incluiu uma percentagem semelhante de casos sem qualquer referência a auto-conhecimento e com referência a “auto-conhecimento facilitador” (Figura 5).

Na segunda entrevista, encontramos, para o grupo NIRI, um padrão de dados semelhante ao anteriormente descrito para a entrevista 1. Verificamos novamente que o acesso a auto-conhecimento que favorece a plausibilidade do episódio sugerido foi o mais frequente, quer na descrição de “com imagens mas sem memória”, quer nas descrições completas do episódio falso (Figura 6). Por outro lado, no grupo IRI, esta conjunção de dados não foi tão notória (Figura 7). Concretamente, associado a estes dois tipos de descrição, a não alusão a auto-conhecimento ocorreu na maior percentagem dos casos (54%), enquanto que a referência a “auto-conhecimento facilitador” ocorreu em 38,5% do mesmos (a mesma percentagem foi observada para os dois tipos de descrição do episódio falso).

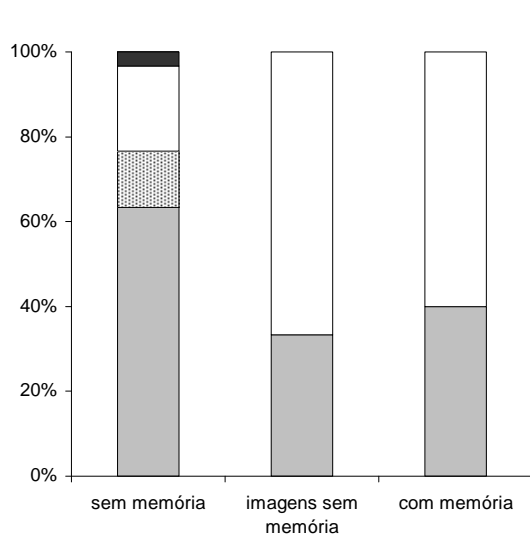


Figura 6: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo NIRI na entrevista 2.

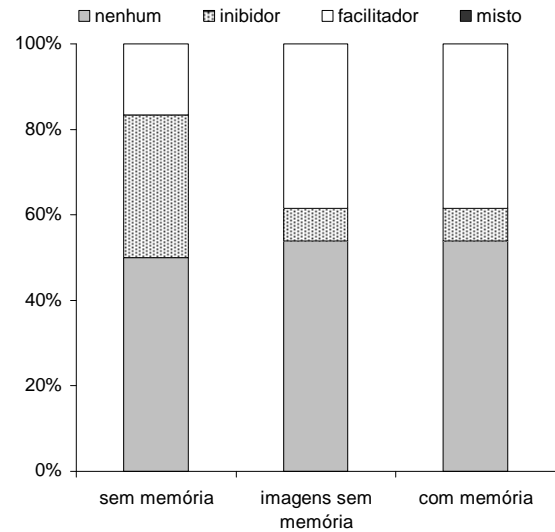


Figura 7: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo IRI na entrevista 2.

Considerando agora os dados da terceira entrevista, averiguamos que, para ambos os grupos, nos casos de total ausência de descrição do episódio sugerido, a não referência a auto-conhecimento prevaleceu, correspondendo esta, no grupo IRI, à totalidade dos casos. No grupo NIRI a referência a conteúdo que torna o episódio sugerido plausível ocorreu na maior parte das descrições do tipo “imagem mas sem memória”. Nas descrições completas de falsa memória elaboradas pelo grupo NIRI na entrevista 3, os participantes não efectuaram qualquer acesso a auto-conhecimento relevante na maior parte dos casos (Figura 8). No grupo IRI, metade dos participantes que descreveu o episódio falso não fez qualquer alusão a auto-conhecimento e a outra metade referiu informação que tornava o episódio falso plausível. Ainda neste grupo, a descrição de possibilidades do evento foi acompanhada, na maior parte dos casos, pela ausência de referência a auto-conhecimento relevante e, nos restantes casos, por uma menção a “auto-conhecimento facilitador” e a “auto-conhecimento inibidor” (Figura 9).

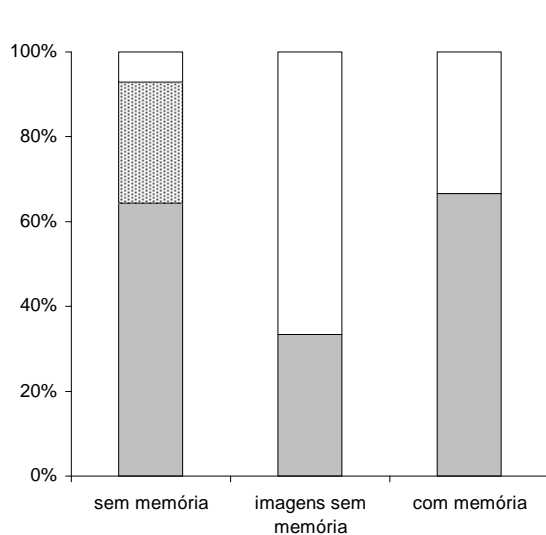


Figura 8: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo NIRI na entrevista 3.

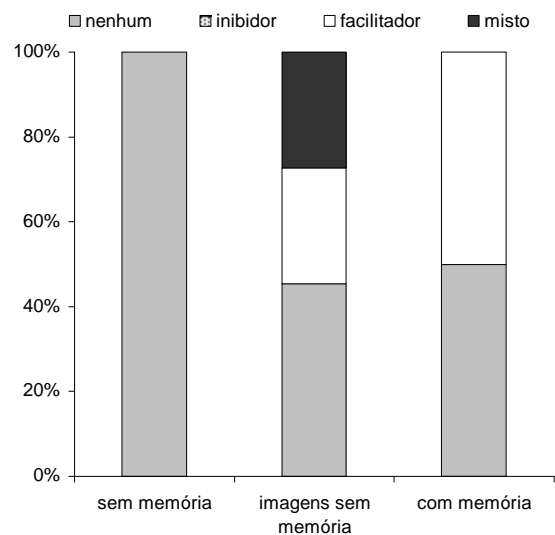


Figura 9: Percentagem de cada tipo de acesso a auto-conhecimento em cada tipo de descrição do episódio falso para o grupo IRI na entrevista 3.

No grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente o episódio, a menção a conhecimento que torna o evento sugerido pouco plausível na infância dos participantes (“auto-conhecimento inibidor”) apareceu sempre associado à ausência de descrição para o episódio sugerido. Por outro lado, no grupo que recebeu esta instrução, a referência a este tipo de informação apareceu associada aos três tipos de descrição do episódio falso. De um modo global, a referência a auto-conhecimento que favorece a aceitação do episódio sugerido como tendo ocorrido na infância dos participantes (“auto-conhecimento facilitador”) relacionou-se com a descrição mais elaborada do mesmo (descrições de “com imagens mas sem memória” e descrições de “memória completa”). Este padrão foi mais claro nas duas primeiras entrevistas para ambos os grupos, embora esta relação seja mais consistente no grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente dos episódios.

Alguns modelos teóricos estabelecem uma importante relação entre o acesso a auto-conhecimento relevante e a forma como os participantes descrevem o episódio falso que lhes é sugerido (e. g., Hyman & Billings, 1998). No entanto, nos estudos que se têm debruçado sobre esta variável os vários tipos de informação referidos pelo participante sobre a sua infância, e que estão de algum modo relacionados com o evento sugerido, têm sido tratados de um modo indiscriminado. Pretendemos, com a exploração dos dados que apresentamos a seguir averiguar se o tipo de informação recordada (“inibidora” ou “facilitadora”) se relacionou de um modo distinto com a forma como os participantes descreveram este episódio. Especulamos que um acesso a auto-conhecimento inibidor diminuirá a possibilidade dos participantes elaborarem a falsa memória já que se trata de informação que de algum modo torna a aceitação do evento mais difícil (e.g., “os meus pais eram sempre muito cuidadosos”). Em oposição, o acesso a auto-conhecimento facilitador relacionar-se-á com um aumento da probabilidade da criação de uma falsa memória

dado que o participante recorda informação que torna o evento sugerido plausível na sua infância (e.g., “eu realmente era muito distraída quando era pequena”). Os não acessos a auto-conhecimento, assim como os acessos que simultaneamente introduzem informação positiva e negativa sobre a plausibilidade de ocorrência do evento sugerido, estarão no meio destes dois extremos e, por isso, designamos este nível de “acesso a auto-conhecimento neutro”. Deste modo, estabelecemos uma escala que podemos considerar ordinal atendendo à influência que o acesso a auto-conhecimento poderá ter na criação do episódio falso. No extremo inferior colocámos o “acesso a auto-conhecimento inibidor”, seguido do “acesso a auto-conhecimento neutro” (que inclui o “nenhum acesso” e o “acesso a auto-conhecimento misto”) e, finalmente, o “acesso a auto-conhecimento facilitador” (o que mais potencia a criação da falsa memória). Procuramos então averiguar se esta variável se relacionou de forma significativa com o tipo de descrição que os participantes elaboraram para o episódio sugerido (também considerada como uma escala ordinal com os extremos “sem memória” e “com memória”). Recorremos ao teste de correlação de Spearman para efectuar esta análise, novamente para cada grupo em separado. Atendemos apenas aos graus de correlação que se revelaram estatisticamente significativos.

Considerando as correlações obtidas entre o tipo de acesso a auto-conhecimento e o modo de descrição do episódio falso na mesma entrevista, verificamos que, no grupo NIRI todas as correlações obtidas foram positivas e significativas (Tabela 25, coluna A). Os dados indicam assim que um acesso a auto-conhecimento que potencia a aceitação do episódio sugerido numa determinada entrevista se correlacionou com uma descrição mais elaborada do mesmo, nessa mesma entrevista. Ainda neste grupo, verificamos que a referência a auto-conhecimento que potencia a aceitação do episódio sugerido na entrevista 2 se correlacionou positiva e significativamente com o tipo de descrição do episódio falso elaborado na entrevista 3. No entanto, a relação entre o acesso a auto-conhecimento na entrevista 1 e a descrição realizada na entrevista 2 não foi significativa. Já no grupo IRI, não foi encontrada qualquer correlação significativa entre o tipo de auto-conhecimento mencionado e a descrição elaborada para o episódio (Tabela 25, coluna B). Assim, a referência a informação da infância do participante relacionada positivamente com a possibilidade de ocorrência do episódio sugerido parece estar associada a uma descrição mais elaborada do mesmo, mas apenas quando os participantes não foram instruídos a recriar imagetivamente os episódios.

Tabela 25: Valores de correlação (rho) entre o tipo de descrição do episódio sugerido e o tipo de acesso a auto-conhecimento para o grupo NIRI (coluna A) e o grupo IRI (coluna B).

	NIRI (A)			IRI (B)			
	descrição do episódio			descrição do episódio			
	E1 (N=38)	E2 (N=38)	E3 (N=20)	E1 (N=38)	E2 (N=38)	E3 (N=20)	
auto-conhecimento	E1	0,354*	0,285	0,364	0,162	0,184	0,307
	E2		0,381*	0,649**		0,273	0,135
	E3			0,484*			0,317

* p<0,05; **p<0,001.

Pretendemos ainda explorar se os participantes que criaram uma falsa memória referiram informação relevante sobre o evento e se o fizeram para tipos distintos de auto-conhecimento. Analisamos estes dados não só em relação ao acesso a auto-conhecimento na entrevista em que ocorreu a falsa memória mas também em relação à entrevista precedente⁴¹. Para procedermos a esta análise seleccionamos apenas os casos em que ocorreu falsa memória em cada entrevista e avaliamos se a distribuição dos tipos de acesso a auto-conhecimento (de acordo com a escala ordinal anteriormente estabelecida), na mesma entrevista e na entrevista precedente, se diferenciou de modo significativo, através do teste Qui-quadrado. Não foi possível efectuar esta análise para cada grupo em separado já que, devido à baixa frequência de dados em algumas células da distribuição dos dados, a mesma não produziria dados fiáveis. Deste modo, consideramos a totalidade dos casos para explorar estes dados. Apesar dos grupos terem elaborado diferentes quantidades de falsas memórias, o acesso a auto-conhecimento relacionado com a descrição das mesmas não se diferenciou claramente em todas as entrevistas (Figura 4 e Figura 5). De um modo consistente com a análise das variáveis anteriormente consideradas, também no presente caso consideramos apenas os dados relativos às duas primeiras entrevistas já que não ocorreram novos casos de falsas memórias na entrevista 3.

Na Tabela 26 (coluna B), apresentamos os resultados referentes a esta análise. Apresentamos ainda as frequências, e respectivas percentagens, de cada tipo de auto-conhecimento mencionado nos casos em que ocorreram falsas memórias (Tabela 26, coluna A). Os dados referentes à primeira entrevista sugerem que a informação relevante sobre a infância relatada pelos participantes foi maioritariamente facilitadora da aceitação deste episódio. Também para as falsas memórias observadas na segunda entrevista, a maior parte do auto-conhecimento referido na sua entrevista precedente (i.e., na primeira entrevista) foi consistente com a ocorrência do evento sugerido (Tabela 26, coluna B). De notar que dois dos novos casos de falsa memória surgidos na entrevista 2 tinham, na entrevista anterior referido “auto-conhecimento facilitador” e o outro novo caso de falsa memória tinha referido auto-conhecimento neutro (mais concretamente não tinha referido qualquer informação). Atendendo ao acesso a auto-conhecimento efectuado na entrevista 2, verificamos que cerca de metade dos participantes referiu auto-conhecimento classificado como “neutro”. Contudo uma percentagem significativa relatou informação facilitadora.

⁴¹ Deste modo, podemos averiguar se o facto dos participantes terem referido informação relevante na entrevista precedente de algum modo potenciou a construção de uma falsa memória na entrevista seguinte.

Tabela 26: Análise da distribuição do tipo de auto-conhecimento elaborado nos casos de falsa memória, para a globalidade dos casos (coluna B). Apresentamos as frequências e respectivas percentagens (entre parêntesis) de cada tipo de auto-conhecimento referido para cada entrevista em análise (coluna A).

N	FM	auto-conh.	Tipo de auto-conhecimento (A)			(B)		
			inibidor	neutro [#]	facilitador	χ^2	gl	p
15	Ent. 1	Ent. 1	1 (6,7)	4 (26,7)	10 (66,7)	8,4	2	0,015
		Ent. 2	1 (5,6)	5 (27,8)	12 (66,7)			
18	Ent. 2	Ent. 1	1 (5,6)	9 (50)	8 (44,4)	6,333	2	0,042
		Ent. 2	1 (5,6)	9 (50)	8 (44,4)			

[#] Incluímos neste nível os casos em que os participantes não referiram qualquer tipo de auto-conhecimento e os casos em que referiram auto-conhecimento misto.

Como já referimos, outros trabalhos em que esta variável foi analisada consideraram o acesso a auto-conhecimento relevante de um modo indiferenciado quanto ao seu conteúdo. A aplicação do mesmo tipo de exploração aos presentes dados, revela que em 12 dos 15 casos que criaram uma falsa memória na primeira entrevista foi referida alguma forma de auto-conhecimento. Em apenas três casos de falsas memórias observados na primeira entrevista os participantes não indicaram informação relacionada com o evento sugerido. A análise desta diferença através do teste Qui-quadrado revelou que a distribuição dos casos de falsa memória pelo acesso ou não acesso a auto-conhecimento foi diferenciada, sendo superior no caso em que foi referida informação relevante (Tabela 27, coluna B). Considerando os três novos casos de falsa memória da entrevista 2, verificamos que em dois destes casos os participantes tinham acedido a informação relevante sobre o episódio em causa na entrevista anterior e o no outro caso o mesmo não tinha acontecido. Assim, de entre as 18 falsas memórias observadas na entrevista 2, na maior parte dos casos (14), os participantes relataram auto-conhecimento relevante na entrevista anterior (Tabela 27, coluna B). Nas falsas memórias descritas na entrevista 2, metade dos participantes (nove casos) referiu auto-conhecimento relevante nesta mesma entrevista enquanto a outra metade não o fez (Tabela 27). Não parece assim existir uma relação entre o acesso a auto-conhecimento nesta entrevista e número de falsas memórias nela obtido.

Poderíamos supor que o acesso a auto-conhecimento seria mais frequente nos casos em que os participantes tivessem uma experiência real de perda nas suas infâncias. No entanto, a exploração desta possibilidade revelou que, dos 14 participantes que experimentaram uma situação real de perda nas suas infâncias, metade referiu informação relevante para o episódio em causa, enquanto a outra metade não o fez. O relato de informação relacionada com o episódio de perda sugerido parece assim ser independente do facto dos participantes terem vivido uma experiência semelhante nas suas infâncias.

Tabela 27: Análise dos casos com acesso ou não a auto-conhecimento nos casos de falsa memória, para a globalidade dos casos (coluna B). Apresentamos as frequências e respectivas percentagens (entre parêntesis) sobre o acesso a auto-conhecimento em cada entrevista em análise (coluna A).

N	FM	Auto-conhecimento (A)			(B)		
		auto-conh.	s/ auto-conh.	c/ auto-conh.	χ^2	gl	p
15	Ent. 1	Ent. 1	3 (20)	12 (80)	5,400	1	0,02
18	Ent. 2	Ent. 1	4 (22,2)	14 (77,8)	5,556	1	0,018
		Ent. 2	9 (50)	9 (50)	0,00	1	1,00

A análise dos casos em que não ocorreu a criação de uma falsa memória mostra que, tendencialmente, estes participantes não referiram auto-conhecimento relacionado com o evento sugerido (Tabela 28, coluna A). No entanto, as diferenças observadas não se revelaram significativas para qualquer das entrevistas (Tabela 28, coluna B). Ou seja, da totalidade de participantes que não elaborou uma falsa memória, a percentagem dos que não acedeu a informação relevante sobre o episódio sugerido não foi distinta da percentagem de participantes que referiu este tipo de informação.

Tabela 28: Análise dos casos com acesso ou não a auto-conhecimento nos casos sem falsa memória, para a globalidade dos casos (coluna B). Apresentamos as frequências e respectivas percentagens (entre parêntesis) sobre o acesso a auto-conhecimento em cada entrevista em análise (coluna A).

N	não FM	Auto-conhecimento (A)			(B)		
		auto-conh.	s/ auto-conh.	c/ auto-conh.	χ^2	gl	p
61	Ent. 1	Ent. 1	34 (55,7)	27 (44,3)	0,803	1	0,370
58	Ent. 2	Ent. 1	33 (56,9)	25 (43,1)	1,103	1	0,294
		Ent. 2	33 (56,9)	25 (43,1)	1,103	1	0,294

Assim, a referência a informação relevante sobre o episódio sugerido parece ser determinante para a aceitação do evento apenas na primeira vez que o mesmo é apresentado aos participantes. A diferenciação entre o tipo de informação referido que apresentamos acima (Tabela 26) mostrou que nesta entrevista os participantes referiram maioritariamente informação sobre as suas infâncias que de algum modo tornava o episódio sugerido plausível para o participante. O acesso a auto-conhecimento revela-se, deste modo, um factor favorecedor da construção das falsas memórias.

1.2.8. Variáveis individuais

Procuramos aqui averiguar a relação entre as variáveis individuais avaliadas e a ocorrência de falsas memórias. Recordamos que foram avaliadas dimensões relativas à vivência de experiências dissociativas de absorção (pelas *escala de experiências dissociativas* e *escala de absorção de Tellegen*, respectivamente), variáveis de personalidade (pelo NEO PI-R) e da utilização da imagem mental no quotidiano para a resolução de problemas (pelo *inventário de recurso às imagens mentais espontâneas*). Estas variáveis são consideradas no que diz respeito à criação de falsas memórias e ainda à referência a auto-conhecimento relevante para o episódio em causa. Analisamos os dados de duas formas: pelo estabelecimento de correlações e pela exploração de modelos de previsão. No primeiro caso, recorreremos à correlação de Spearman e, no segundo, ao procedimento de *regressão logística binomial*. Relativamente a este último, na exploração inicial dos dados utilizamos o método *Forward Selection* (LR) tendo os modelos resultantes sido analisados posteriormente com o método *Enter*. Os resultados apresentados dizem respeito a este último procedimento. Começamos por apresentar os resultados relativos à criação de falsas memórias e depois ao acesso a auto-conhecimento.

1.2.8.1. Falsas memórias

Na primeira análise das variáveis individuais relacionadas com a descrição do episódio falso, averiguamos a existência de correlações significativas entre as variáveis individuais avaliadas e o tipo de descrição efectuado. Exploramos assim os três níveis de descrição do episódio falso: “sem memória”, “com imagens mas sem memória”, e “com memória”. Dada a verificação anterior de que os grupos NIRI e IRI se diferenciaram na forma como descreveram o episódio falso, procedemos à análise individual de cada grupo, em cada entrevista. São consideradas apenas as correlações que se manifestaram de um modo consistente ao longo das entrevistas e de forma significativa ($p < 0,05$) ou próxima de significativa.

Considerando o grupo que não recebeu a instrução de recriação imagética (NIRI), verificamos que o tipo de descrição do episódio falso se correlacionou negativamente com o factor *dissociação extrema* (da *escala de experiências dissociativas*) e com as facetas *hostilidade* e *esforço de realização* (dos domínios *neuroticismo* e *conscienciosidade*, respectivamente, do NEO PI-R). Ocorreram ainda correlações positivas com a faceta *acolhimento caloroso* (do domínio *extroversão* do NEO PI-R) (Tabela 29).

Assim, os participantes com maior tendência para experimentar situações de natureza dissociativa extrema (i.e., experiências caracterizadas com uma elevada perda de noção de contacto com a realidade)⁴², com maiores níveis de hostilidade (i. e, maior tendência para sentirem

⁴² Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *dissociação extrema* é o item 31 da escala: “sentir-me incapaz de mexer as mãos ou os pés”.

raiva, frustração e exaltações)⁴³ e com maior esforço de realização (i., e., com elevada motivação para atingir os objectivos a que se propõem)⁴⁴ foram os que se envolveram menos na descrição do episódio sugerido. Esta última relação é de algum modo contra intuitiva já que um maior sentido de responsabilidade e procura pelo cumprimento de objectivos se relacionou de forma negativa com a descrição mais elaborada do episódio. Já as pessoas mais conversadoras, afectuosas e orientadas para os relacionamentos interpessoais (característico de valores elevados na escala de *acolhimento caloroso*)⁴⁵ parecem envolver-se num maior esforço para recordar o episódio sugerido.

Tabela 29: Valores de correlação para as variáveis individuais que, de um modo consistente, se correlacionaram significativamente com o tipo de descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas, no grupo NIRI.

escala	sub escala	Entrev. 1			Entrev. 2			Entrev. 3		
		rho	N	p	rho	N	p	rho	N	p
DES	dissociação extrema	-0,325	38	0,05	-0,344	38	0,03	-0,463	20	0,04
	hostilidade	-0,352	37	0,03	-0,352	37	0,03	-0,414	19	0,08
NEO PI-R	esforço de realização	-0,381	37	0,02	-0,499	37	0,002	-0,437	19	0,06
	acolhimento caloroso	0,380	37	0,02	0,372	37	0,02	0,447	19	0,06

Já no grupo que foi instruído a recriar imagetivamente o episódio (IRI), nenhuma das variáveis individuais avaliada se correlacionou com o tipo de descrição do episódio de um modo sistemático nas três entrevistas. Referimos apenas duas dimensões individuais que se relacionaram significativamente nas duas primeiras entrevistas com a forma de descrição do episódio falso: o factor *memória* (da escala de *experiências dissociativas*) e a faceta *altruísmo* (da faceta *amabilidade*, do *NEO PI-R*) (Tabela 30). Os participantes cujas experiências de recordação da informação incluem dimensões dissociativas (*memória*)⁴⁶ e com maior tendência para se preocuparem com os outros, para serem amáveis e generosos (*altruísmo*)⁴⁷, parecem envolver-se mais na construção de uma descrição para o episódio sugerido.

⁴³ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *hostilidade* é o item 66 da escala: "sou conhecido(a) como uma pessoa de mau génio e irritável".

⁴⁴ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *esforço de realização* é o item 200 da escala: "esforço-me por ser excelente, em tudo o que faço".

⁴⁵ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *acolhimento caloroso* é o item 62 da escala: "sou conhecido(a) como uma pessoa amigável e simpática".

⁴⁶ Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *memória* é o item 24 da escala: "não me lembrar se fiz algo ou se apenas pensei em fazê-lo".

⁴⁷ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *altruísmo* é o item 224 da escala: "quando posso, deixo o que estou a fazer, para ajudar os outros".

Tabela 30: Valores de correlação para as variáveis individuais que, de um modo consistente, se correlacionaram significativamente com o tipo de descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas, no grupo IRI.

escala	sub escala	Entrev. 1			Entrev. 2		
		rho	N	p	rho	N	p
DES	memória	0,431	37	0,01	0,315	37	0,06
NEO PI-R	altruísmo	0,436	38	0,01	0,371	38	0,02

Parece assim existir um conjunto de variáveis, particularmente relacionadas com experiências de natureza dissociativa e de personalidade que se relacionam com um maior esforço pela descrição do episódio que é sugerido. No grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio encontramos várias dimensões que se relacionaram positiva e negativamente com o tipo de descrição que os participantes realizaram nas três entrevistas para o episódio falso. Por outro lado, no grupo a quem foi pedida a recriação imagética do episódio, apenas duas variáveis se relacionaram com a forma de descrição do episódio falso, e somente nas duas primeiras entrevistas. Possivelmente, o facto de ter sido solicitado aos participantes que procurassem recriar o episódio imageticamente reduziu o efeito que algumas variáveis individuais poderiam ter no modo como os participantes descreveriam o episódio se não tivessem recebido esta instrução.

Contudo, estes dados não nos indicam directamente se existem características individuais associadas com a maior propensão para a criação de uma falsa memória. Na análise que a seguir apresentamos procuramos então identificar variáveis individuais que permitam elaborar uma previsão sobre quem será mais propenso a construir uma falsa memória. Como a quase totalidade das falsas memórias ocorreu na primeira entrevista, tentamos identificar as variáveis relacionadas com esta ocorrência. Dado que os grupos NIRI e IRI se diferenciaram na quantidade de falsas memórias construídas, consideramos cada um em particular. Apresentamos então os modelos obtidos através da análise de regressão logística binomial para cada grupo.

Recordamos que, na primeira entrevista, dos 38 participantes elegíveis no grupo NIRI para a construção de uma falsa memória, apenas 4 criaram uma falsa memória para o episódio sugerido. No modelo significativo que foi encontrado para este grupo ($\chi^2=5,397$, $gl=1$, $p=0,02$) apenas foi considerado como relevante na previsão o factor *dissociação extrema*⁴⁸ da escala de experiências dissociativas. Apresentamos os dados relativos a esta variável e a respectiva fórmula de previsão resultante deste modelo na Tabela 31.

⁴⁸ Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *dissociação extrema* é o item 16 da escala: “ter a experiência de estar num lugar familiar mas achá-lo estranho e não familiar”.

Tabela 31: Dados estatísticos das variáveis predictoras da ocorrência de falsa memória para o grupo NIRI e respectiva fórmula de previsão.

escala		B	erro padrão	Wald	gl	p	Exp (B)
DES	dissociação extrema	-0,613	0,314	3,824	1	0,051	0,541
	constante	3,868	2,849	1,844	1	0,175	44,87

$$\text{Log (p/1-p)} = 3,868 - 0,613 * \text{dissociação extrema}$$

Este modelo permite uma previsão global dos dados de 92,1%, realizando um acerto de 100% sobre os participantes que não criam uma falsa memória e de 25% para os que a constroem. A variável e a constante que compõem o modelo permitem ainda explicar entre 13,2% e 27% dos dados⁴⁹. O coeficiente associado ao factor *dissociação extrema* indica-nos que a probabilidade de um participante elaborar uma falsa memória diminui com o aumento da propensão para experimentar situações de dissociação extrema. Concretamente, ele indica que o aumento de um valor nesta variável diminui a probabilidade de criação de uma falsa memória por um factor de 0,541.

Assim, de entre todas as variáveis individuais avaliadas, a que melhor permite prever se uma pessoa vai ou não construir uma falsa memória quando ela não é instruída a recriar imageticamente o episódio, é a sua tendência para viver experiências extremas de cariz dissociativo. Este dado é congruente com a correlação negativa encontrada entre o tipo de descrição do episódio falso e esta mesma variável. Em conjunto, estes resultados sugerem que os participantes com esta característica se envolveram menos em tentativas de descrição do episódio sugerido e são menos propensos a criar uma falsa memória. Este modelo deve, no entanto, ser encarado com precaução já que o indicador relativo à adequação do modelo (teste de Hosmer e Lemeshow) sugere que as previsões elaboradas a partir do mesmo não são concordantes com os dados observados⁵⁰ ($\chi^2=11,393$, $gl=5$, $p=0,04$).

Quanto ao grupo IRI, um conjunto mais alargado de variáveis constitui o modelo de previsão relativo à construção de uma falsa memória na primeira entrevista. Recordamos que, neste grupo, 11 dos 36 participantes construíram uma falsa memória enquanto os restantes 25 participantes, também elegíveis para o mesmo, não a elaboraram. O modelo encontrado é composto pelas variáveis *memória*, *despersonalização* e *dissociação extrema* (todas elas avaliadas pela *escala de experiências dissociativas*), pela variável *experiências de dissociação* (da *escala de absorção de Tellegen*) e pela faceta *obediência ao dever* (do NEO PI-R). Este modelo

⁴⁹ Na regressão logística, não existe um indicador que expresse exactamente qual a variância dos dados explicada pelo modelo obtido como ocorre na regressão múltipla. No entanto, têm sido realizadas algumas tentativas no sentido de encontrar indicadores semelhantes aplicados à regressão logística como é o caso dos que apresentamos. As percentagens expostas correspondem assim aos valores obtidos pelos testes Cox & Snell R Square e Nagelkerke R square, respectivamente.

⁵⁰ O teste que indica o nível de adequação do modelo é o teste Hosmer e Lemeshow. Este teste compara os dados a obter pelo modelo com os dados efectivamente observados. Se o valor de p obtido neste teste for significativo ($p < 0,05$), ele indica que os dados esperados pelo modelo diferem de modo significativo dos observados, indicando um desajuste do modelo.

revelou-se significativo na previsão dos dados ($\chi^2=29,764$, $gl=5$, $p<0,001$). A previsão elaborada pelo mesmo é adequada aos dados observados, tal como indicado pelo teste Hosmer e Lemeshow ($\chi^2=4,332$, $gl=7$, $p=0,741$). Adicionalmente, o modelo permite explicar entre 56,3% e 79,5% da variância dos dados. Apresentamos na Tabela 32 os indicadores relativos a cada variável considerada, assim como a fórmula de previsão sobre quem construirá uma falsa memória.

De um modo global, este modelo permite um acerto de 91,7% dos dados, com uma previsão correcta de 96% dos casos que não elaboram uma falsa memória e de 81,8% para os que irão construir a falsa memória. Com excepção da *despersonalização* e do valor constante do modelo, um acréscimo nas restantes variáveis corresponde a um aumento na probabilidade do participante construir uma falsa memória. No caso da *despersonalização*, um aumento em uma unidade no resultado desta escala diminui a probabilidade de elaboração de falsa memória por um factor de 0,438 se todas as restantes variáveis forem mantidas constantes. Por outro lado, um aumento de um valor na escala de *memória* aumenta a probabilidade do participante construir uma falsa memória por um factor de 3,943, mantendo todas as restantes variáveis constantes. A mesma lógica de raciocínio aplica-se às restantes variáveis cujo valor de B é positivo.

Tabela 32: Dados estatísticos das variáveis predictoras da ocorrência de falsa memória para o grupo IRI e respectiva fórmula de previsão.

escala		B	erro padrão	Wald	gl	p	Exp (B)
DES	memória	1,372	0,690	3,958	1	0,047	3,943
	despersonalização	-0,825	0,421	3,839	1	0,05	0,438
	dissociação extrema	1,589	0,804	3,904	1	0,048	4,898
TAS	experiências de dissociação	2,05	0,905	5,135	1	0,023	7,768
NEO PI-R	obediência ao dever	0,089	0,048	3,443	1	0,064 [#]	1,093
	constante	-44,37	20,172	4,838	1	0,028	0,00

$$\text{Log (p/1-p)} = -44,37 + 1,372 * \text{memória} - 0,825 * \text{despersonalização} + 1,589 * \text{dissociação extrema} + 2,05 * \text{experiências de dissociação} + 0,089 * \text{obediência ao dever}$$

Apesar desta variável não ser significativa ($p<0,05$), o valor é próximo e a sua introdução no modelo corresponde a um aumento considerável da capacidade de previsão dos dados.

Deste modo, uma pessoa que experimente mais situações em que a recordação é de algum modo afectada por experiências de carácter dissociativo (*memória*)⁵¹, que tenha uma maior tendência para viver situações de natureza dissociativa severa (*dissociação extrema*)⁵² ou mais

⁵¹ Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *memória* é o item 15 da escala: “não ter a certeza se as coisas que me lembro terem acontecido realmente ocorreram ou se apenas sonhei com elas”.

⁵² Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *dissociação extrema* é o item 31 da escala: “sentir-me incapaz de mexer as mãos ou os pés”.

gerais (*experiências de dissociação*)⁵³, se comporte de acordo com padrões de conduta rígidos (*obediência ao dever*)⁵⁴, e tenha menor propensão para experimentar situações de ausência de reconhecimento de si próprio (*despersonalização*)⁵⁵ terão uma maior probabilidade de construir uma falsa memória para um episódio que lhe é sugerido.

Um modelo composto apenas por três destas mesmas variáveis, nomeadamente, *memória* (DES), *experiências de dissociação* (TAS) e *obediência ao dever* (NEO PI-R) é igualmente significativo na previsão dos participantes que irão construir uma falsa memória ($\chi^2=16,656$, $gl=3$, $p=0,001$). Adicionalmente, os dados esperados pela aplicação deste modelo ajustam-se aos dados observados ($\chi^2=4,261$, $gl=7$, $p=0,749$), sendo todas as variáveis nele consideradas significativas para o modelo. No entanto, este modelo perde quanto à percentagem de acerto global dos dados relativamente ao que acabámos de apresentar que integra cinco variáveis. No presente caso, a percentagem de acerto global é de 86,5% dos casos, com um previsão correcta de 96,2% dos casos que não elaboram uma falsa memória e de 63,6% dos casos que constroem uma falsa memória. A variância dos dados explicada por este modelo varia entre 36,2% e 51,5%.

No modelo composto por estas três variáveis, todas elas têm uma contribuição positiva na ocorrência da falsa memória, como pode ser verificado nos dados apresentados na Tabela 33. Assim, os participantes com mais experiências em que a sua memória é colocada em causa (*memória*), maior tendência para o envolvimento em experiências dissociativas (*experiências de dissociação*) e para ter um comportamento rígido em relação ao cumprimento de princípios e obrigações (*obediência ao dever*) serão mais propensos à criação de uma falsa memória.

Tabela 33: Dados estatísticos das variáveis preditoras da ocorrência de falsa memória para o grupo IRI e respectiva fórmula de previsão, com três variáveis.

escala		B	erro padrão	Wald	gl	p	Exp (B)
DES	memória	0,652	0,29	5,073	1	0,024	1,92
TAS	experiências de dissociação	1,143	0,444	6,628	1	0,01	3,136
NEO PI-R	obediência ao dever	0,054	0,026	4,267	1	0,039	1,055
	constante	-19,538	7,378	7,012	1	0,008	0,00

$$\text{Log}(p/1-p) = -19,538 + 0,652 * \text{memória} + 1,143 * \text{experiências de dissociação} + 0,054 * \text{obediência ao dever}$$

Apresentamos este modelo dado que algumas das variáveis consideradas no caso anterior se correlacionarem fortemente entre si (i.e., como valores de próximo ou superiores a 0,8), como é

⁵³ Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *experiências de dissociação* é o item 9: “às vezes sinto-me como se não fosse eu próprio, como se estivesse num estado completamente diferente”.

⁵⁴ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *obediência ao dever* é o item 15: “tento realizar, conscienciosamente, todas as minhas obrigações”.

⁵⁵ Um exemplo dos itens correspondentes ao factor *despersonalização* é o item 22: “agir de forma tão diferente em duas situações fazendo-me sentir como se fosse duas pessoas diferentes”.

o exemplo das variáveis *despersonalização* e *experiências de dissociação*. Para além disso, o número de casos em que ocorreu falsa memória ($n=11$, a ocorrência que se procura prever) é relativamente baixo. Atendendo a estes dois elementos, um modelo composto por um número menor de variáveis, e que correlacionam menos fortemente entre si, pode constituir um modelo mais fiável, ainda que a previsão global dos dados seja menor.

1.2.8.2. Acesso a auto-conhecimento

Como apresentamos anteriormente o acesso a informação sobre o passado dos participantes relevante para o episódio sugerido revelou ser uma variável importante na construção de falsas memórias. Pretendemos agora investigar se existem variáveis individuais que se relacionem com o facto dos participantes referirem auto-conhecimento de um modo geral e auto-conhecimento que é correspondente com as expectativas manifestadas na entrevista. Neste último caso procuramos então características individuais que se relacionem com a referência a informação concordante com o episódio falso (i. e., “auto-conhecimento facilitador”). Atendendo a que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram quanto à frequência de acesso a auto-conhecimento, nem quanto à referência a informação facilitadora da aceitação do episódio sugerido⁵⁶, analisamos os dados de um modo global.

Começamos por explorar a relação entre o acesso auto-conhecimento que confirma a plausibilidade do evento e as variáveis individuais analisadas. Para o efeito consideramos a organização ordinal desta variável tal como definida anteriormente, sendo o nível mais baixo da escala ocupado pelo “acesso a auto-conhecimento inibidor”, seguido do “acesso a auto-conhecimento neutro” (que engloba “nenhum acesso” e “acesso a auto-conhecimento misto”) e, finalmente, o “acesso a auto-conhecimento facilitador”. Verificamos que as correlações significativas desta variável com dimensões individuais (i.e., com $p<0,05$) foram raras, sendo de realçar que todas elas se referiram a variáveis de personalidade e ocorreram principalmente na primeira entrevista. Sendo que esta foi a entrevista em que o acesso a auto-conhecimento se revelou mais importante para a criação de falsas memórias cingimos os dados apresentados à mesma.

Assim, o acesso a auto-conhecimento facilitador da aceitação do evento sugerido correlacionou-se positivamente com o domínio *extroversão* ($\rho=0,228$, $N=75$, $p=0,049$), e as facetas *gregariedade* ($\rho=0,243$, $N=75$, $p=0,036$) e *modéstia* ($\rho=0,248$, $N=75$, $p=0,032$), todas elas avaliadas pelo NEO PI-R. Este dado sugere que os participantes mais sociáveis, faladores e orientados para as relações interpessoais (*extroversão*)⁵⁷, que gostam de conviver, são simpáticas

⁵⁶ A comparação dos grupos NIRI e IRI quanto ao tipo de acesso a auto-conhecimento, considerando a organização ordinal desta variável e usando o teste U de Mann-Whitney, confirma que os grupos não se diferenciaram significativamente em qualquer das entrevistas ($U=657,5$, $N_1=38$, $N_2=38$, $p=0,45$; $U=712$, $N_1=38$, $N_2=38$, $p=0,907$; $U=142$, $N_1=20$, $N_2=19$, $p=0,112$, para as entrevistas 1, 2 e 3, respectivamente).

⁵⁷ Um exemplo dos itens correspondentes ao domínio *extroversão* é o item 32 da escala: “não me dá muito prazer estar à conversa com as pessoas” (item de cotação invertida).

(*gregariedade*)⁵⁸ e que são humildes e modestos (*modéstia*)⁵⁹ relataram mais informação concordante com a ocorrência do episódio sugerido. Os aspectos relativos ao relacionamento interpessoal relacionam-se assim com uma maior tendência para os participantes reportarem informação facilitadora da aceitação do episódio falso.

Atendendo a que o número de casos de falsas memórias em que ocorreu acesso a auto-conhecimento (independentemente do tipo de informação referido) foi significativamente superior ao número de casos em que não foi relatada informação relevante, procuramos determinar que variáveis individuais permitiriam prever a referência a informação deste tipo. Recorremos então à análise de regressão logística usando o procedimento apresentado anteriormente.

Neste caso, a variável dependente a prever seria o acesso a auto-conhecimento, e as variáveis independentes introduzidas foram as medidas individuais avaliadas. Consideramos assim os 38 participantes que relataram informação deste tipo e 37 participantes que não o fizeram. Um modelo de previsão significativo com duas variáveis foi encontrado ($\chi^2=15,2$, $gl=3$, $p=0,001$). Este modelo permite prever entre 13,8% e 24,5% da variância dos dados e as previsões efectuadas a partir do mesmo são adequadas aos dados observados ($\chi^2=8,304$, $gl=8$, $p=0,404$). As variáveis que integram este modelo são o domínio *extroversão* e a faceta *modéstia* (NEO PI-R), sendo a relação com a probabilidade de referência a informação relevante sobre o episódio sugerido positiva (Tabela 34)⁶⁰. Ou seja, aumentos de um valor no domínio *extroversão* e na faceta *modéstia* aumentam a probabilidade do participante aceder a este tipo de informação por factores de 1,032 e 1,028, respectivamente.

Os participantes mais sociáveis, activos, orientados para as relações interpessoais, humildes (*extroversão*), honestos e simples (*modéstia*) terão maior probabilidade de referir informação sobre conhecimento pré adquirido que de algum modo se relacione com o episódio sugerido. Estas mesmas duas variáveis aparecem relacionadas com o acesso a auto-conhecimento facilitador da aceitação do episódio sugerido. Assim, alguns aspectos relacionados com o modo como as pessoas encaram os relacionamentos interpessoais e a si próprias parecem relacionar-se com o tipo de resposta dada face a uma sugestão de algo falso.

Este modelo permite uma prever correctamente 68% dos casos. A previsão relativa aos participantes que não acedem a auto-conhecimento relevante é correcta para 67,6% dos casos, ocorrendo o mesmo para 68,4% das situações em que a referência a este conhecimento ocorre.

⁵⁸ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *gregariedade* é o item 187 da escala: "os encontros sociais são, geralmente, aborrecidos para mim" (item de cotação invertida).

⁵⁹ Um exemplo dos itens correspondentes à faceta *modéstia* é o item 174 da escala: "julgo que não sou melhor do que os outros, seja qual for a sua condição".

⁶⁰ Exemplos de itens correspondentes a estas variáveis foram já apresentados.

Tabela 34: Dados estatísticos das variáveis preditoras do acesso a auto-conhecimento relevante e respectiva fórmula de previsão, para a globalidade dos casos.

escala		B	erro padrão	Wald	gl	p	Exp (B)
NEO PI-R	extroversão	0,031	0,011	8,678	1	0,003	1,032
	modéstia	0,027	0,01	6,847	1	0,009	1,028
	constante	-3,510	1,077	10,620	1	0,001	0,03

$$\text{Log (p/1-p)} = -3,510 + 0,031 \cdot \text{extroversão} + 0,027 \cdot \text{modéstia}$$

Os aspectos relativos à dimensão interpessoal parecem assim estar mais relacionados com o facto dos participantes referirem informação que é consistente com as expectativas de recordação do episódio falso que lhe são transmitidas. São ainda variáveis desta mesma natureza que permitem prever quem são as pessoas que perante a sugestão de um episódio que não aconteceu irão referir auto-conhecimento relacionado com o episódio sugerido.

1.2.8.3. Variáveis individuais: resumo

Algumas das variáveis individuais avaliadas revelaram-se relacionadas com o tipo de descrição elaborado para o episódio falso assim como com o tipo de auto-conhecimento referido pelos participantes. No primeiro caso, a análise foi realizada para os grupos NIRI e IRI o que revelou um padrão de correlações distinto. Enquanto que, no grupo NIRI, várias dimensões individuais se correlacionaram de forma significativa e sistemática ao longo das três entrevistas com a descrição mais elaborada que os participantes realizaram do episódio sugerido, no grupo IRI estas relações foram consideravelmente mais escassas e restritas às duas primeiras entrevistas. No primeiro caso, a maior parte das correlações encontradas foram negativas e referiram-se a uma variável relacionada com experiências de natureza dissociativa (*dissociação extrema*) e as restantes com dimensões da personalidade (*hostilidade* e *esforço de realização*). A única correlação positiva ocorreu em relação a uma dimensão da personalidade (*acolhimento caloroso*). No caso do grupo IRI, as correlações positivas referiram-se a uma variável relativa a experiências dissociativas (*memória*) e a uma referente à personalidade (*altruísmo*). O facto dos participantes se envolverem numa descrição mais elaborada do episódio sugerido parece assim relacionar-se com estes dois tipos de variáveis, embora as relações sejam mais notórias quando os participantes não foram instruídos a recriar imagetivamente os episódios.

Algumas das variáveis individuais permitem de algum modo prever quais as pessoas que, perante a sugestão de um episódio que não ocorreu desenvolverão uma falsa memória para o mesmo. No grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente os episódios, esta previsão é assegurada por uma variável relativa a experiências dissociativas (*dissociação extrema*), sendo a relação entre esta e a probabilidade de ocorrência de falsas memórias negativa. Já no grupo IRI,

diversas variáveis permitem esta previsão. Consideramos apenas o modelo composto por três variáveis por acharmos que o mesmo deverá produzir previsões mais fiáveis. Duas das variáveis pertencentes a este modelo referem-se a questões de natureza dissociativa (*memória e experiência de dissociação*) e a outra a uma característica da personalidade (*obediência ao dever*). Neste caso, todas as variáveis se relacionam positivamente com a probabilidade de ocorrência da falsa memória.

Assim, é de notar a presença em ambos os modelos de variáveis relacionadas com a vivência de experiências dissociativas. No entanto, estas variáveis parecem desempenhar papéis distintos em função da ocorrência ou não da instrução de recriação imagética. No caso da não ocorrência desta instrução, a maior frequência de experiências dissociativas surgiu relacionada com a diminuição da probabilidade da criação da falsa memória, tendo o oposto ocorrido na situação em que os participantes foram instruídos a recriar imageticamente o episódio falso proposto.

Relativamente ao acesso a auto-conhecimento, as variáveis da personalidade salientaram-se como sendo as mais relacionadas com o facto dos participantes referirem informação relacionada com o episódio falso sugerido. O relato de informação concordante com o episódio sugerido relacionou-se com o modo como os participantes encaram os relacionamentos interpessoais, sendo os participantes mais extrovertidos, gregários e modestos que mais referiram este tipo de informação. Duas destas variáveis integram o modelo que permite prever quem refere auto-conhecimento relevante (qualquer que seja o seu conteúdo) perante a sugestão do episódio, nomeadamente a extroversão e a modéstia. Será importante considerarmos estas variáveis atendendo à relação encontrada entre a especulação sobre a ocorrência do evento sugerido e a construção de uma falsa memória para o mesmo.

1.3. Síntese da recordação dos episódios

Os dados relativos à recordação dos episódios verídicos revelaram uma elevada percentagem de recordação dos mesmos desde a primeira entrevista, correspondendo a quase 100% dos casos na entrevista 2. Verificamos que estes dados não se diferenciaram de modo significativo em função da ocorrência, ou não, da instrução de recriação imagética dos episódios. Também as percentagens de episódios recuperadas não foram influenciadas por esta variável. Considerando a idade de ocorrência dos episódios, constatamos que os episódios de idade mais avançada (idade 3) foram os mais recordados, sendo os restantes episódios (idades 1 e 2) recordados em percentagens semelhantes. Os episódios de idade mais precoce foram os mais recuperados na segunda entrevista. Não obstante, os resultados relativos à idade de ocorrência

dos episódios devem ser considerados apenas como indicativos já que os mesmos não foram analisados estatisticamente.

Cerca de um terço dos participantes que foram instruídos a recriar imageticamente o episódio falso sugerido construíram uma falsa memória para o mesmo. A percentagem de ocorrência de falsa memória para o grupo que não recebeu esta instrução foi de apenas 12,9%. Esta diferença percentual revelou ser estatisticamente significativa, indicando que a instrução de recriação imagética potencia a criação de falsas memórias para um episódio falso que é sugerido aos participantes. Verificamos ainda que os dois grupos se diferenciaram de modo significativo quanto ao tipo de descrição que realizaram para o episódio falso, tendo este sido mais elaborado no grupo IRI em todas as entrevistas. O grupo que foi instruído a recriar imageticamente descreveu o episódio falso nas entrevistas 2 e 3 de um modo mais elaborado que na entrevista 1. Já no grupo NIRI, a descrição deste episódio não se modificou de modo significativo ao longo das entrevistas.

A existência de uma experiência real de perda na infância dos participantes afectou de modo distinto os grupos NIRI e IRI quanto ao tipo de descrição que os mesmos elaboraram para o episódio falso. Concretamente, os participantes do grupo NIRI que viveram uma experiência de perda nas suas infâncias descreveram o episódio falso de um modo significativamente mais detalhado que aqueles que não experimentaram esta situação nas suas infâncias. Por outro lado, constatamos que o tipo de descrição do episódio falso elaborado pelo grupo IRI não foi influenciado por esta variável. A análise dos dados quanto à frequência de falsas memórias revelou que a ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes foi relevante. Cerca de metade dos participantes que viveram esta experiência na sua infância construíram uma falsa memória para o episódio sugerido, independentemente de pertencerem ao grupo NIRI ou IRI. Por outro lado, a percentagem de falsas memórias foi significativamente inferior à sua ocorrência para os participantes que não viveram esta situação nas suas infâncias, novamente para os dois grupos. A comparação da percentagem de falsas memórias observadas entre os participantes sem experiência real de perda nas suas infâncias revelou que o grupo IRI construiu significativamente mais falsas memórias que o grupo NIRI. Este dado sugere que, para além da ocorrência da experiência real de perda potenciar a construção da falsa memória, na sua ausência, a instrução de recriação imagética desempenha um papel semelhante.

A referência a informação relativa à infância do participante que pudesse relacionar-se com o episódio sugerido, não foi distinta para os grupos NIRI e IRI. Os dados indicam que o envolvimento em descrições mais elaboradas do episódio sugerido se relacionou notoriamente com o acesso a informação sobre a infância dos participantes que de algum modo confirmasse a ocorrência deste evento, mas apenas no grupo NIRI. O acesso a auto-conhecimento relevante (independentemente do seu conteúdo) na entrevista 1 influenciou ainda de forma significativa a ocorrência de uma falsa memória nas entrevistas 1 e 2. Novamente, o relato de informação que sugere a plausibilidade do evento surge associado à construção da falsa memória. Verificamos

que 2 dos 3 participantes que elaboraram uma falsa memória na entrevista 2 tinham referido informação “positiva” na entrevista anterior, não tendo o outro participante realizado qualquer alusão a auto-conhecimento nesta entrevista.

Assim, os dados indicam consistentemente o papel que a instrução de recriação imagética desempenha na potenciação da construção de falsas. Adicionalmente, a experiência prévia de uma situação de perda na infância dos participantes aumenta também a construção de falsas memórias. Contudo, mesmo na sua ausência, a instrução de recriação imagética aumenta de um modo significativo a ocorrência de falsas memórias.

Consideramos agora as variáveis individuais associadas com uma maior procura de recordação do evento sugerido. No grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio, a relação entre estas duas variáveis foi consideravelmente mais notória do que no grupo instruído a recriar imageticamente o episódio. Alguns factores relativos à dissociação e a características da personalidade relacionaram-se com uma descrição mais elaborada do episódio. As variáveis individuais relacionadas com a vivência de experiências dissociativas voltam a marcar a sua presença na determinação da probabilidade da criação de uma falsa memória na primeira vez que um episódio falso é sugerido. As funções que estas variáveis desempenham são, no entanto, distintas conforme os participantes recriaram imageticamente o episódio ou não. O modelo de previsão da ocorrência da falsa memória desde a primeira entrevista para o grupo que recebeu esta instrução é constituído por variáveis relacionadas com este tipo de experiência e por uma dimensão da personalidade. Por outro lado, no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio sugerido, a previsão da criação de falsa memória é realizada a partir apenas de uma variável relativa a experiências dissociativas. Enquanto que no primeiro caso, a maior frequência de experiências de cariz dissociativo aumenta a probabilidade de ocorrência da falsa memória, no caso do grupo NIRI, esta variável diminui a sua probabilidade, embora se tratem de factores diferentes.

As variáveis de personalidade revelaram-se igualmente importantes na previsão do acesso a auto-conhecimento relacionado com o episódio sugerido. A tendência dos participantes referirem informação relevante e consistente com a possibilidade da ocorrência do episódio sugerido relacionou-se com um estilo de personalidade mais dirigido para as interações sociais e caracterizado por uma postura modesta. Estas mesmas características revelaram uma capacidade preditora da probabilidade das pessoas referirem qualquer tipo de auto-conhecimento sobre o episódio sugerido na primeira vez que o mesmo é questionado.

2. Falsas memórias

Neste segundo momento de apresentação dos resultados consideramos apenas os 15 casos que construíram uma falsa memória na primeira entrevista. Começamos por enunciar algumas explorações prévias no sentido de garantir a igualdade dos grupos em análise num conjunto de elementos. Assim, começamos por tecer algumas considerações relativas à quantidade de pistas fornecidas e ao número de insistências realizado pelo entrevistador durante a descrição do episódio falso. Adicionalmente, para o grupo IRI, apresentamos os dados relativos às insistências com sugestão de recriação imagética e às renovações da instrução de recriação imagética efectuadas pelo entrevistador. Caracterizamos ainda os intervalos de tempo decorridos entre entrevistas para os casos aqui examinados.

Passamos depois à caracterização da qualidade das narrativas elaboradas para o episódio falso. Consideramos então o nível de detalhe da descrição do episódio, a referência a reacções, o relato de discursos e a quantidade de palavras usada pelos participantes para descrever este episódio. Expomos depois os dados relativos à avaliação que o participante realizou do modo como o episódio falso foi recordado (clareza da recordação e confiança na informação relatada) e à caracterização propriamente dita do episódio (importância atribuída ao episódio e avaliação da valência emocional).

Para cada uma das variáveis atrás apresentadas realizamos uma descrição geral dos dados, exploramos a influência da instrução de recriação imagética (grupo NIRI vs grupo IRI) e o modo como os seus valores progrediram ao longo das entrevistas. Analisamos, posteriormente, a influência que a ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes teve na qualidade da descrição do episódio falso e na avaliação realizada pelos participantes das diversas dimensões. A duração do intervalo ocorrido entre entrevistas, assim como o número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas), foram igualmente considerados como potenciais interferentes na qualidade da descrição e avaliação das várias dimensões pelos participantes. Constatamos que as diversas variáveis independentes consideradas, tais como a instrução de recriação imagética, a ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes e o número de entrevistas realizado não influenciaram significativamente as diversas variáveis dependentes (conforme os dados que a seguir se apresentam), pelo que nas análises de cada uma destas variáveis será considerada apenas a totalidade dos casos. Exploramos ainda as relações entre a duração do intervalo de tempo entre entrevistas e as diferenças observadas entre entrevistas para as variáveis dependentes. Apresentamos depois o padrão de correlações encontrado entre as várias variáveis.

A preceder a apresentação dos dados atrás referidos expomos os procedimentos estatísticos adoptados no tratamento dos mesmos.

2.1. Procedimentos estatísticos

A análise das influências da instrução de recriação imagética, da ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes, e do número de entrevistas realizado nas diversas variáveis foi efectuada através do teste não paramétrico U de Mann-Whitney para duas amostras independentes. Um dos requisitos que este teste coloca aos dados é a não ocorrência de empates, o que nem sempre se verificou nos presentes casos. Nestas situações apresentamos o valor de Z, assim como o respectivo valor de p , calculados pelo mesmo procedimento estatístico, sendo estes valores corrigidos para os empates.

A evolução ao longo das entrevistas dos valores das variáveis dependentes foi analisada com o teste de Wilcoxon para medidas repetidas em dois momentos. Uma vez que estamos a comparar os dados colhidos em três entrevistas poderíamos ter recorrido ao teste de Friedman, adequado para medidas repetidas em mais de dois momentos. No entanto, este procedimento não iria considerar a totalidade dos dados observados já que nem todos os participantes realizaram as três entrevistas (os dados obtidos apenas nas duas primeiras entrevistas para os participantes que apenas realizaram duas entrevistas não seriam então considerados). Assim, e dado o reduzido número de elementos que realizaram apenas duas entrevistas, optámos por analisar a ocorrência de diferenças entre cada par de entrevistas analisando assim todos os casos. Foram assim explorados todos os dados obtidos nas duas primeiras entrevistas na comparação dos dados obtidos na primeira e segunda entrevistas, e apenas os dos participantes que realizaram a terceira entrevista quando a comparação os envolveu.

Na consideração da duração do intervalo de tempo decorrido entre entrevistas, começamos por verificar, através do teste de U de Mann-Whitney, se a duração média dos intervalos foi distinta em função da ocorrência da instrução de recriação imagética (grupo NIRI vs IRI) e do número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas). Recorremos ao teste de Wilcoxon para confirmar a igualdade da duração dos dois intervalos de tempo para os participantes que realizaram as três entrevistas. A exploração da influência do intervalo decorrido entre entrevistas nas diferenças observadas entre as mesmas para a qualidade da descrição do episódio falso e para as dimensões avaliadas pelo participante, foi realizada através do teste de correlação de Spearman. Este mesmo procedimento estatístico foi utilizado na análise das correlações entre as diversas variáveis.

A opção pelos procedimentos estatísticos não paramétricos atrás enunciados deveu-se à não verificação da normalidade da distribuição dos dados na quase totalidade das variáveis assim como à reduzida dimensão das amostras em análise.

Esporadicamente tornou-se necessária a utilização de outros procedimentos estatísticos que estão devidamente assinalados.

2.2. Considerações iniciais

A anteceder a caracterização da qualidade da descrição do episódio falso e a avaliação que os participantes realizaram das quatro dimensões, caracterizamos o episódio falso quanto ao número de pistas apresentadas pelo entrevistador, à quantidade de insistências por ele efectuadas, assim como à frequência de intervenções específicas ao grupo IRI. Apresentamos uma descrição geral destes dados, avaliamos se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram em relação a estes elementos (com excepção das intervenções específicas ao grupo IRI) e descrevemos o modo como os mesmos evoluíram ao longo das entrevistas. Caracterizamos ainda a duração dos intervalos decorridos entre entrevistas e averiguamos sobre a igualdade das diferentes condições em análise para a mesma.

2.2.1. Pistas

2.2.1.1. Descrição geral

Consideramos neste ponto a quantidade de pistas relativas ao episódio falso que o entrevistador forneceu aos participantes que elaboraram uma falsa memória, em cada entrevista. Recordamos que a primeira pista fornecida sobre o evento foi o título do acontecimento podendo ser dadas pistas adicionais, tal como a idade de ocorrência do episódio.

A quantidade de pistas apresentada para a globalidade dos participantes foi máxima na entrevista 1 e mínima na entrevista 2, observando-se um ligeiro aumento desta para a entrevista 3 (Figura 10). Na entrevista 1 foram fornecidas 3 pistas à maior parte dos participantes (46,7%), tendo sido fornecidas a 40% destes as 4 pistas possíveis (título, idade, local e pessoas). Apenas dois participantes receberam 2 pistas do evento sugerido (13,3%)⁶¹. Nas entrevistas 2 e 3, para a quase totalidade dos participantes, apenas foi necessário fornecer o título do episódio falso (1 pista) para despoletar a descrição do mesmo (73,3% e 88,9% dos casos, respectivamente).

Como podemos observar na Figura 10, no grupo NIRI o número de pistas que o entrevistador apresentou diminuiu da entrevista 1 para a entrevista 3. Por outro lado, observamos no grupo IRI um decréscimo na quantidade de pistas fornecida da primeira para a segunda entrevista, seguindo-se um ligeiro aumento para a terceira entrevista.

⁶¹ Apesar de um dos critérios de elegibilidade exigir que o participante receba pelo menos 3 pistas do evento sugerido, nestes dois casos em que apenas foram dadas 2 pistas, os participantes elaboraram uma descrição para o episódio sugerido integrando as pistas fornecidas.

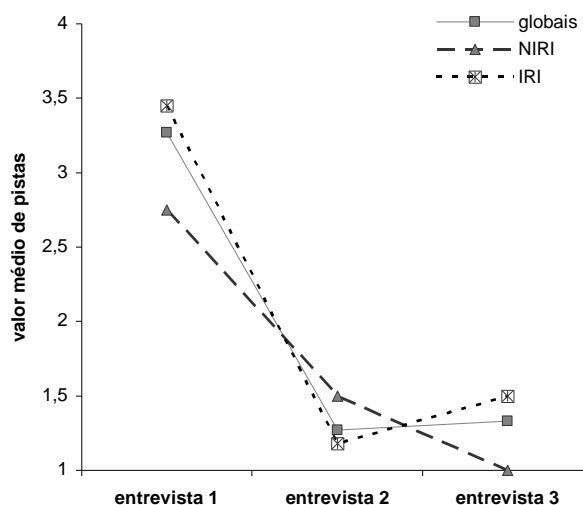


Figura 10: Quantidade média de pistas fornecida para a globalidade dos participantes, grupo NIRI e grupo IRI.

2.2.2. Recriação imagética

A análise estatística da diferença entre os grupos NIRI e IRI, quanto à quantidade média de pistas fornecida aos participantes, revelou que a mesma não foi significativa. Também a avaliação das diferenças para a quantidade de pistas apresentada em cada entrevista mostrou que os grupos não se diferenciaram significativamente em qualquer das entrevistas (Tabela 35).

Tabela 35: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a quantidade média de pistas fornecida e para a quantidade de pistas fornecida em cada entrevista.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	1,145	4	11	0,252
entrevista 1	1,50	4	11	0,134
entrevista 2	1,191	4	11	0,234
entrevista 3	0,707	3	6	0,480

2.2.3. Evolução ao longo das entrevistas

A análise das diferenças entre entrevistas, no que concerne ao número de pistas que o entrevistador apresentou aos participantes, revelou que a globalidade dos participantes recebeu significativamente mais pistas na entrevista 1 que nas entrevistas seguintes, não sendo o ligeiro aumento observado da segunda para a terceira entrevista significativo (Tabela 36).

Tabela 36: Diferenças entre as entrevistas relativas à quantidade de pistas fornecida pelo entrevistador.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	3,345	14	0,001
1 vs 3	2,461	9	0,014
2 vs 3	0,00	3	1,00

2.2.3.1. Pistas: resumo

A evolução na quantidade de pistas fornecida pelo entrevistador progrediu no sentido esperado. O elevado número de pistas apresentado na primeira entrevista permitiu aos participantes elaborar a descrição do episódio falso, incorporando essas mesmas pistas (e.g., local de ocorrência do episódio, pessoas envolvidas na situação) nas suas narrativas. Nas entrevistas seguintes, para a quase totalidade dos participantes, apenas foi necessário fornecer o título do episódio dado que as restantes pistas já faziam parte da memória criada com a narrativa da entrevista 1.

2.2.4. Insistências

2.2.4.1. Descrição geral

No decorrer da descrição do episódio sugerido, o entrevistador interveio algumas vezes no sentido de incentivar os participantes a tentar recordar e relatar mais elementos sobre o episódio em descrição, intervenções estas que designamos de insistências. O entrevistador insistiu, em média, e para a globalidade dos participantes, 3,5 vezes ($dp=1,66$) para que os participantes tentassem recordar mais elementos do episódio falso. Foram realizadas, em média, mais insistências no grupo IRI que no grupo NIRI ($\bar{x}=3,9$, $dp=1,76$; $\bar{x}=2,3$, $dp=0,47$, respectivamente).

Como podemos observar na Figura 11, a quantidade média de insistências executada pelo entrevistador durante a descrição do episódio falso diminuiu ao longo das três entrevistas para a globalidade dos participantes. O mesmo ocorreu para o grupo IRI. Já a frequência de insistências realizada pelo entrevistador para o grupo NIRI foi semelhante nas três entrevistas. O grupo IRI recebeu nas entrevistas 1 e 2 mais insistências que o grupo NIRI, sendo o seu valor semelhante na entrevista 3.

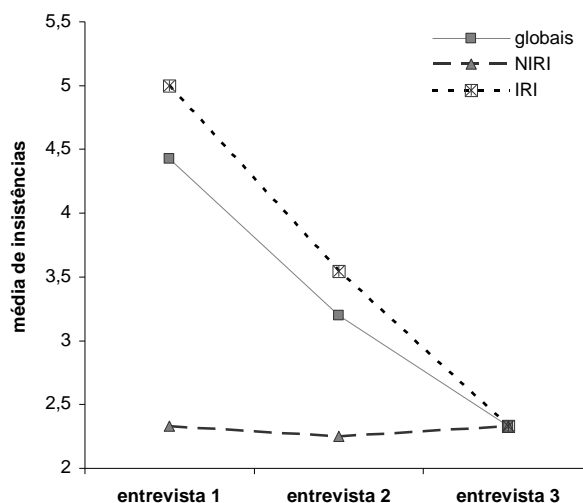


Figura 11: Média de insistências realizada pelo entrevistador durante a descrição do episódio para a globalidade dos casos, grupo NIRI e grupo IRI.

2.2.4.2. Recriação imagética

Como pode ser verificado pelos dados expostos na Tabela 37, os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram significativamente para a quantidade média de insistências realizada pelo entrevistador. De igual modo, a quantidade de insistências observada em cada entrevista não se diferenciou significativamente, o que tornou os grupos equivalentes quanto a esta variável.

Tabela 37: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a quantidade média de insistências realizada pelo entrevistador e para a quantidade observada em cada entrevista.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	1,448	4	11	0,148
entrevista 1	1,602	3	11	0,109
entrevista 2	0,668	4	11	0,504
entrevista 3	0,406	3	6	0,684

2.2.4.3. Evolução ao longo das entrevistas

Os resultados da análise estatística das diferenças observadas entre entrevistas, apresentados na Tabela 38, revelam que as mesmas não foram significativas.

Tabela 38: Diferenças entre entrevistas na quantidade de insistências realizada pelo entrevistador.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	1,279	10	0,201
1 vs 3	1,826	4	0,068
2 vs 3	1,279	7	0,201

2.2.5. Insistências e instruções com indicação de recriação imagética

2.2.5.1. Descrição geral

Expomos de seguida uma breve caracterização das intervenções realizadas pelo entrevistador no decorrer da descrição do episódio falso e que foram específicas ao grupo que foi instruído a recriar imageticamente este episódio (grupo IRI). Referimo-nos, concretamente, às insistências acompanhadas de indicação de recriação imagética e das renovações da instrução de recriação imagética.

As insistências realizadas com indicação de recriação imagética, ocorreram em média 0,92 vezes ($dp=0,62$). Como pode ser observado na Figura 12, a sua frequência diminuiu ligeiramente da entrevista 1 para a entrevista 2, aumentando desta para a entrevista 3. Menos frequentes foram as renovações da instrução de recriação imagética, realizadas igualmente pelo entrevistador no decorrer da descrição do episódio falso. Em média, esta instrução foi referida pelo entrevistador 0,4 vezes ($dp=0,45$), tendo a sua frequência aumentado da primeira para a terceira entrevista (Figura 12).

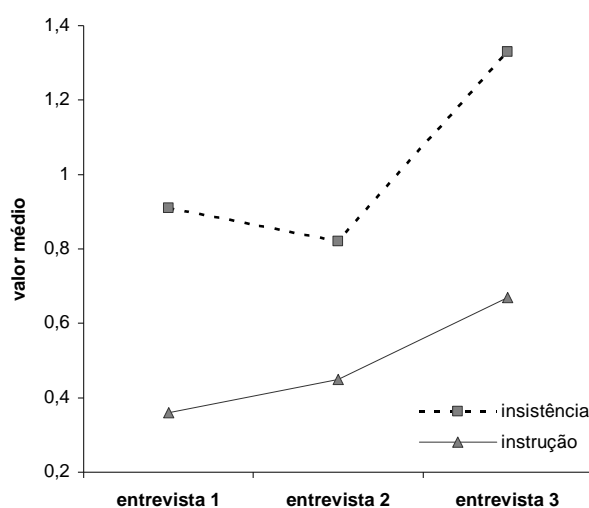


Figura 12: Valor médio de insistências com indicação de recriação imagética e da renovação da instrução de recriação imagética realizadas pelo entrevistador no grupo IRI.

2.2.5.2. Evolução ao longo das entrevistas

As diferenças encontradas entre entrevistas para estes dois tipos de intervenções efectuados pelo entrevistador, e específicos ao grupo IRI, não se revelaram estatisticamente significativas, como pode ser verificado pelos dados apresentados na Tabela 39.

Tabela 39: Diferenças entre entrevistas na quantidade de insistências com indicação de recriação imagética (coluna A) e instruções de recriação imagética realizadas pelo entrevistador (coluna B) ao grupo IRI.

entrevistas	insistência recriação (A)			instrução recriação (B)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p
1 vs 2	0,447	5	0,655	0,333	6	0,739
1 vs 3	0,557	4	0,577	0,00	3	1,00
2 vs 3	0,687	5	0,492	0,378	4	0,705

2.2.5.3. Insistências: resumo

A quantidade de insistências realizada pelo entrevistador diminuiu ao longo das entrevistas, não sendo significativas as alterações observadas entre entrevistas. Os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram significativamente nesta variável. Relativamente às intervenções específicas ao grupo IRI, constatamos que as mesmas também não foram significativamente distintas entre as entrevistas. Podemos assim concluir que, quer as várias entrevistas, quer os dois grupos foram semelhantes quanto à frequência com que entrevistador interveio no decorrer da descrição do episódio falso.

2.2.6. Intervalos entre entrevistas

Procedemos agora à caracterização dos intervalos de tempo decorridos entre as entrevistas 1 e 2 (primeiro intervalo) e as entrevistas 2 e 3 (segundo intervalo). Explorámos se os intervalos médios foram distintos em função da ocorrência da instrução de recriação imagética (grupo NIRI vs IRI) e em função do número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas).

O intervalo médio ocorrido entre a primeira e a segunda entrevista, para a globalidade dos dados, foi de 3,87 dias ($dp=1,4$). A duração deste intervalo variou entre 2 e 6 dias, tendo sido a mais frequente de 5 dias. Para o grupo NIRI, o intervalo mais frequente foi de 5 dias e, para o grupo IRI, os intervalos de 2 e 5 dias foram igualmente os mais frequentes. A duração média deste intervalo foi de 4,25 dias para o grupo NIRI ($dp=0,96$) e de 3,73 para o grupo IRI ($dp=1,56$). A

análise estatística destes dados revelou que este intervalo médio não foi significativamente distinto para os grupos NIRI e IRI ($Z=0,546$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,585$).

No segundo intervalo de tempo identificámos um valor *outlier* de 12 dias, e por isso este caso não foi considerado nos dados que a seguir se apresentam⁶². Os restantes intervalos de tempo ocorreram entre os 2 e os 6 dias, com moda de 2 dias e média de 3,5 dias ($dp=1,69$). O intervalo médio para o grupo NIRI entre as entrevistas 2 e 3 foi de 4 dias ($dp=2$) e, para o grupo IRI, foi de 3,2 dias ($dp=1,64$). O intervalo mais frequente para o grupo IRI foi de 2 dias não tendo sido identificada uma moda para o grupo NIRI⁶³. Os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram significativamente na duração média deste intervalo de tempo ($Z=0,640$, $N_1=3$, $N_2=5$, $p=0,522$). A inclusão do valor *outlier* nesta análise não alterou a conclusão anterior ($Z=0,135$, $N_1=3$, $N_2=6$, $p=0,892$).

Verificamos agora se o primeiro intervalo de tempo se diferenciou em função do número de entrevistas realizado. Para o efeito, consideramos o intervalo decorrido para os participantes que realizaram duas ou três entrevistas. Assim, considerando o primeiro intervalo de tempo decorrido entre entrevistas, verificamos que a sua duração média foi de 3,67 dias ($dp=0,62$) para os participantes que realizaram duas entrevistas e de 4 dias ($dp=0,47$) para os participantes que realizaram 3 entrevistas. A análise estatística destes dados revelou que esta diferença não foi significativa ($Z=0,369$, $N_1=6$, $N_2=9$, $p=0,712$)⁶⁴.

Para os participantes que realizaram as três entrevistas, avaliámos se a duração do primeiro intervalo de tempo se diferenciou significativamente da duração do segundo intervalo de tempo. Considerando a globalidade dos dados verificamos que os dois intervalos de tempo não se diferenciaram significativamente ($z=0,090$, N-empates=7, $p=0,928$). Novamente, a introdução do valor *outlier* na análise da globalidade dos dados e do grupo IRI não alterou as conclusões anteriormente apresentadas ($z=0,513$, N-empates=8, $p=0,608$; $z=0,539$, N-empates=6, $p=0,590$, respectivamente)⁶⁴.

Podemos assim concluir que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram significativamente na duração dos intervalos de tempo decorridos entre entrevistas. Do mesmo modo, o intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 1 e 2 não foi distinto para os participantes que realizaram duas ou três entrevistas. Os dois intervalos de tempo foram igualmente semelhantes para os participantes que realizaram as três entrevistas. Verificamos ainda que a introdução do valor *outlier* nestas análises não alterou as conclusões apresentadas.

⁶² Como será adiante demonstrado, a introdução dos dados correspondentes ao caso em que se verificou este intervalo de tempo *outlier* não alterou de modo notório os restantes dados em análise. Por esta razão, o mesmo foi considerado em todos os resultados apresentados.

⁶³ Para os 3 casos de falsa memória observados na entrevista 3 do grupo NIRI, os intervalos decorridos entre as entrevistas 2 e 3 foram de 2, 4 e 6 dias.

⁶⁴ Atendendo a que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram em qualquer dos intervalos de tempo entre entrevistas, consideramos apenas a totalidade dos dados nesta análise.

2.3. Qualidade da descrição

Apresentamos neste tópico dos resultados os dados referentes à qualidade da descrição do episódio falso, atendendo a cada um dos elementos que a caracterizam. Assim, consideramos os dados sobre o nível do detalhe da descrição do episódio, a referência a reacções e a discursos na descrição do mesmo, e ainda a extensão da narrativa elaborada (i.e., o número de palavras com que o episódio foi descrito). Analisamos ainda se os participantes descreveram para o episódio falso quantidades distintas de reacções positivas e negativas. Para todos os elementos verificamos se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram de modo significativo revelando assim a influência que a instrução de recriação imagética teve na qualidade da descrição do episódio falso. Exploramos também o modo como os dados relativos a cada um destes elementos progrediram ao longo das entrevistas.

2.3.1. Detalhe da descrição

2.3.1.1. Descrição geral

A classificação do nível de detalhe da descrição do episódio sugerido teve em conta vários aspectos observados na descrição do mesmo, nomeadamente a identificação da idade de ocorrência do episódio, a identificação dos participantes no evento, a descrição das acções e do local de ocorrência do acontecimento. Foram considerados três níveis possíveis de detalhe da descrição do episódio: descrição pobre, descrição média e descrição excelente.

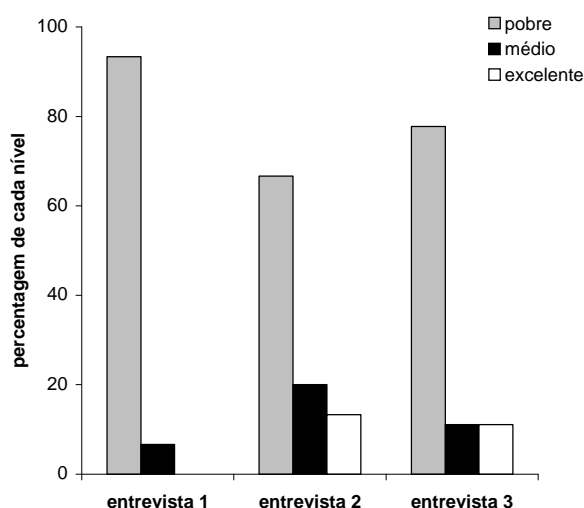


Figura 13: Percentagem de cada nível de detalhe de descrição do episódio falso para a globalidade dos participantes.

O nível de detalhe mais frequentemente observado na descrição do episódio falso, pela globalidade dos casos, foi o nível de detalhe “pobre”. Este foi também o nível de detalhe mais frequente em cada entrevista, embora a sua frequência tenha diminuído da primeira para a segunda entrevista, e aumentado desta para a terceira entrevista (Figura 13). A descrição mais detalhada ocorreu assim na segunda entrevista, não tendo a realização da entrevista 3 proporcionado uma descrição mais detalhada do episódio falso.

No grupo NIRI, verificamos que o nível de detalhe da descrição do episódio falso aumentou ao longo das três entrevistas (Figura 14). Por outro lado, no grupo IRI, observamos um aumento na qualidade do detalhe da descrição da primeira para a segunda entrevista, e um decréscimo desta para a terceira entrevista (Figura 15). De notar que o nível de detalhe pobre foi o mais frequente em todas as entrevistas e em ambas as condições.

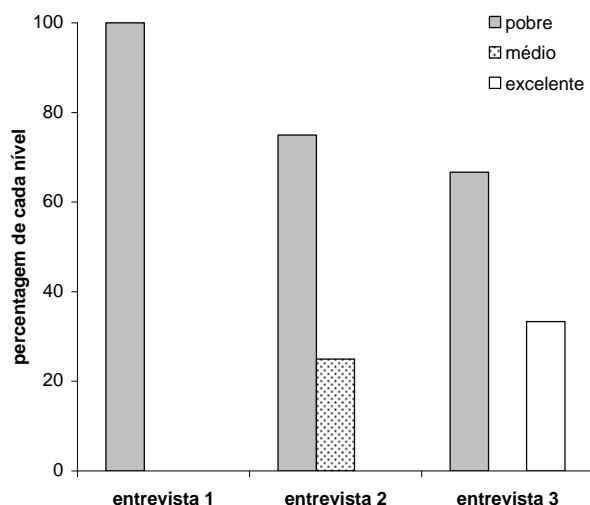


Figura 14: Percentagem de cada nível de detalhe da descrição do episódio falso para o grupo NIRI.

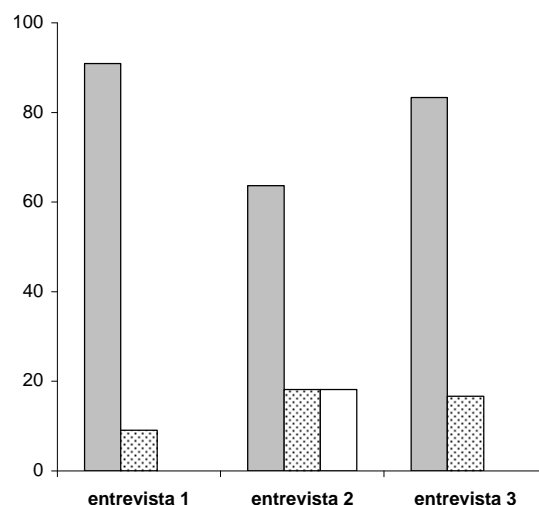


Figura 15: Percentagem de cada nível de detalhe da descrição do episódio falso para o grupo IRI.

2.3.1.2. Recriação imagética

Apresentamos na Tabela 40 os resultados da análise das diferenças entre os grupos NIRI e IRI relativamente à moda do nível de detalhe da descrição do episódio falso e ao nível de detalhe de descrição observado em cada entrevista. Devido à ocorrência de alguns casos amodais e bimodais, apenas foi possível determinar a moda do detalhe da descrição do episódio falso para 11 participantes. Os dados revelaram que nenhuma das diferenças observadas foi estatisticamente significativa. Concluímos assim que o nível de detalhe da descrição do episódio falso não foi significativamente influenciado pela ocorrência da instrução de recriação imagética.

Tabela 40: Análise de diferenças entre os grupos NIRI e IRI quanto à moda do nível de detalhe da descrição do episódio falso e ao nível de detalhe em cada entrevista.

	Z	N ₁	N ₂	p
moda	0,612	3	8	0,540
entrevista 1	0,603	4	11	0,546
entrevista 2	0,548	4	11	0,584
entrevista 3	0,707	3	6	0,480

2.3.1.3. Evolução ao longo das entrevistas

A avaliação das diferenças observadas entre entrevistas para o nível de detalhe da descrição do episódio falso revelou que as descrições obtidas na entrevista 1 foram significativamente menos detalhadas que as obtidas na entrevista 2. As restantes diferenças observadas entre entrevistas se revelaram estatisticamente significativas (Tabela 41).

Tabela 41: Diferenças no detalhe da descrição do episódio falso entre entrevistas.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	2,121	5	0,034
1 vs 3	0,816	3	0,414
2 vs 3	0,000	2	1,000

2.3.1.4. Detalhe: resumo

De um modo global, o detalhe da descrição do episódio falso caracterizou-se como “pobre”. Verificamos que, para a globalidade dos participantes, o nível de detalhe com que o episódio falso foi descrito na entrevista 2 foi significativamente superior ao observado na primeira vez que o episódio foi descrito. Quer para a globalidade dos participantes, quer para o grupo IRI, foi na entrevista 2 que observamos o detalhe máximo da descrição destes episódios. Por outro lado, no grupo NIRI, o detalhe máximo de descrição do episódio falso foi observado na terceira entrevista. Ainda neste grupo, ocorreu uma tendência para o aumento do detalhe da descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas. A instrução de recriação imagética não parece ter influenciado significativamente o nível de detalhe da descrição do episódio falso.

2.3.2. Reacções

2.3.2.1. Descrição geral

Consideremos agora a frequência com que os participantes relataram reacções na descrição que elaboraram do episódio falso. Temos inicialmente em conta a totalidade das reacções narrada (reacções positivas e negativas). Analisamos depois se os participantes descreveram quantidades distintas de reacções de acordo com a sua conotação emocional ou seja, reacções positivas e negativas.

A globalidade dos participantes relatou, em média, 2,2 reacções ($dp=1,5$) na descrição elaborada para o episódio falso. A observação da Figura 16 revela que a menor quantidade de reacções descrita ocorreu na entrevista 1 e a quantidade máxima na entrevista 3. Assim, a quantidade de relatos de reacções, para a globalidade dos participantes, aumentou da primeira à terceira entrevista.

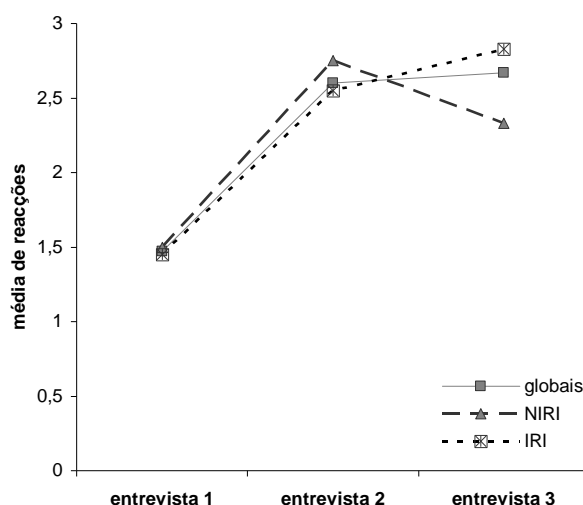


Figura 16: Quantidade média de reacções descrita para o episódio falso pela globalidade dos participantes, o grupo NIRI e o grupo IRI.

Os grupos NIRI e IRI descreveram uma quantidade semelhante de reacções na entrevista 1, aumentando esta da entrevista 1 para a entrevista 2. Na entrevista 3, os participantes do grupo IRI relataram mais reacções que na entrevista anterior, tendo o oposto ocorrido no grupo NIRI (Figura 16). Em termos médios, os grupos relataram uma quantidade muito semelhante de reacções na descrição construída para o episódio falso (grupo NIRI - $\bar{x}=2,4$, $dp=1,89$; grupo IRI - $\bar{x}=2,2$, $dp=1,38$).

Observando as reacções descritas em função da sua conotação emocional, verificamos que a globalidade dos participantes descreveu cerca de três vezes mais reacções negativas que

positivas neste episódio ($\bar{x}=1,7$, $dp=1,3$; $\bar{x}=0,52$, $dp=0,78$, respectivamente). O mesmo padrão de resultados foi observado em cada grupo (Figura 17 e Figura 18). Os grupos NIRI e IRI narraram a mesma quantidade média de reacções positivas ($\bar{x}=0,5$), sendo a evolução ao longo das entrevistas semelhante e caracterizada por um aumento da entrevista 1 para a entrevista 2, seguido de uma diminuição para a entrevista 3 (Figura 17). Por outro lado, o grupo NIRI superou ligeiramente o grupo IRI na quantidade média de reacções negativas relatada ($\bar{x}=1,9$, $dp=1,6$; $\bar{x}=1,6$, $dp=1,2$, respectivamente), ocorrendo em ambos os grupos um aumento da sua quantidade ao longo das três entrevistas (Figura 18).

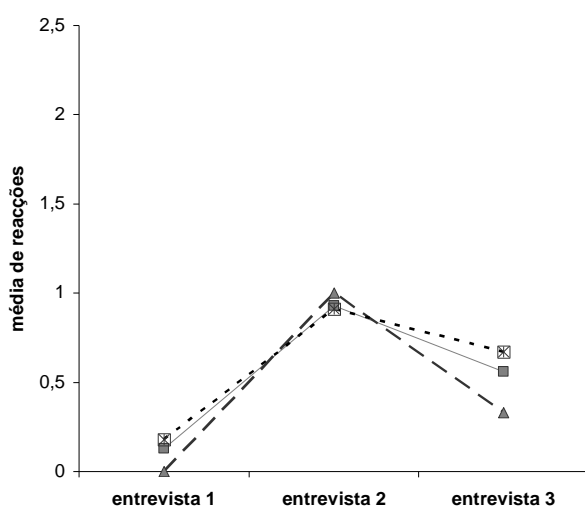


Figura 17: Quantidade média de reacções positivas descritas pela globalidade dos participantes, o grupo NIRI e o grupo IRI.

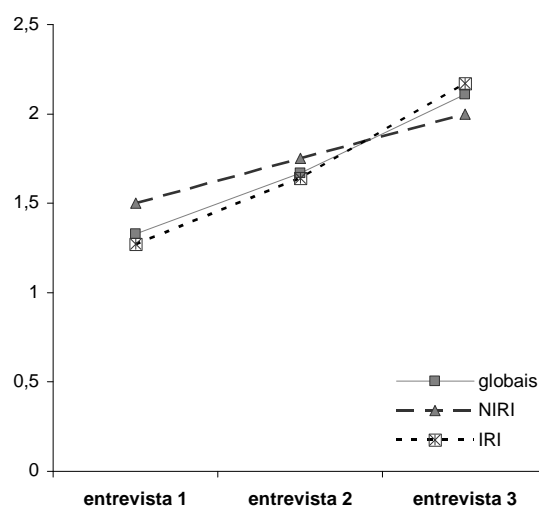


Figura 18: Quantidade média de reacções negativas descritas pela globalidade dos participantes, o grupo NIRI e o grupo IRI.

2.3.2.2. Reacções positivas vs negativas

As reacções contabilizadas na descrição do episódio foram diferenciadas em reacções positivas e reacções negativas. Pretendemos avaliar se a referência a reacções de conotação emocional distinta se diferenciou significativamente em termos médios e em cada entrevista. Tal como pode ser verificado nos dados apresentados na Tabela 42 (coluna A), a globalidade dos participantes relatou uma quantidade média de reacções negativas significativamente superior à de reacções positivas. A mesma diferença foi observada na entrevista 1 e, na entrevista 3, a diferença foi próxima de significativa. Explorando esta diferença em cada grupo individualmente, constatamos que, apenas na primeira entrevista, e no grupo IRI, a diferença foi estatisticamente significativa, observando-se um número superior de reacções negativas descritas (Tabela 42, colunas B e C). Ainda neste grupo, as quantidades médias de reacções positivas e negativas descritas diferenciaram-se fortemente sendo as últimas mais frequentes.

Tabela 42: Diferenças entre as quantidades médias, e em cada entrevista, de reacções positivas e negativas relatadas pela globalidade dos participantes (coluna A), pelo grupo NIRI (coluna B) e o grupo IRI (coluna C).

	globais (A)			NIRI (B)			IRI (C)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p	z	N-empates	p
média	2,453	14	0,014	1,461	4	0,144	1,889	10	0,059
entrevista 1	2,568	13	0,010	1,604	3	0,109	2,040	10	0,041
entrevista 2	1,522	13	0,128	0,736	4	0,461	1,379	9	0,168
entrevista 3	1,904	8	0,057	1,633	3	0,102	1,361	5	0,174

2.3.2.3. Recriação imagética

Atendendo à influência da instrução de recriação imagética na quantidade de reacções totais relatadas na descrição do episódio falso, verificamos que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram quanto ao seu número médio, assim como quanto à sua frequência em cada entrevista (Tabela 43, coluna A). O mesmo ocorreu para as reacções positivas e negativas (Tabela 43, colunas B e C, respectivamente). Verificamos, deste modo, que a instrução de recriação imagética não influenciou significativamente a referência a reacções totais, positivas ou negativas.

Tabela 43: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para as quantidades de reacções totais (coluna A), positivas (coluna B) e negativas (coluna C) descritas para o episódio falso.

	totais (A)				positivas (B)				negativas (C)			
	Z	N ₁	N ₂	p	Z	N ₁	N ₂	p	Z	N ₁	N ₂	p
média	0,00	4	11	1,00	0,622	4	11	0,534	0,133	4	11	0,895
entrevista 1	0,139	4	11	0,889	0,603	4	11	0,546	0,416	4	11	0,677
entrevista 2	0,00	4	11	1,00	0,287	4	11	0,774	0,067	4	11	0,946
entrevista 3	0,264	3	6	0,792	0,154	3	6	0,887	0,135	3	6	0,892

2.3.2.4. Evolução ao longo das entrevistas

A análise estatística das diferenças observadas entre entrevistas na quantidade de reacções totais descrita revelou que, na entrevista 2, foram relatadas significativamente mais reacções que na entrevista 1. Igualmente significativa foi a diferença observada entre as entrevistas 1 e 3. As entrevistas 2 e 3 não se diferenciaram significativamente na quantidade de reacções descritas (Tabela 44).

Tabela 44: Diferenças entre entrevistas para a quantidade total de reacções descrita.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	2,017	13	0,044
1 vs 3	2,200	8	0,028
2 vs 3	0,425	6	0,671

Atendendo apenas às reacções positivas descritas verificamos que, na segunda entrevista, foi descrita uma quantidade significativamente superior deste tipo de reacções comparativamente com a primeira entrevista (Tabela 45, coluna A). Constatamos ainda que na entrevista 3 foi descrito um número de reacções negativas significativamente superior ao contabilizado na primeira entrevista (Tabela 45, coluna B). Para nenhuma outra circunstância se verificaram diferenças significativas entre as entrevistas para as quantidades de reacções positivas e negativas relatadas na descrição do episódio falso (Tabela 45).

Tabela 45: Diferenças entre entrevistas para as quantidades de reacções positivas (coluna A) e negativas (coluna B) descritas.

entrevistas	reacções positivas (A)			reacções negativas (B)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p
1 vs 2	2,460	7	0,014	1,025	9	0,305
1 vs 3	1,732	3	0,083	2,154	8	0,031
2 vs 3	1,30	4	0,194	1,725	6	0,084

2.3.2.5. Reacções: resumo

Em cada entrevista, cada participante referiu, em média, duas reacções na descrição do episódio falso. Constatamos ainda que a globalidade dos participantes narrou, em média, mais reacções negativas que reacções positivas na descrição do episódio falso. Esta diferença foi também significativa na primeira entrevista. Atendendo a cada grupo em particular, verificamos que, apenas no grupo IRI, e na primeira entrevista, ocorreu a mesma diferença.

A instrução de recriação imagética não influenciou significativamente a quantidade de reacções descrita, nem em termos médios, nem em cada entrevista. Esta mesma conclusão é aplicável às reacções positivas e negativas.

Considerando a evolução ao longo das entrevistas da quantidade de reacções relatada, averiguamos a ocorrência de aumentos significativos da entrevista 1 para a entrevista 2, assim como da entrevista 1 para a entrevista 3. A análise de cada tipo de reacção, revelou que o número de reacções positivas narrada aumentou significativamente da primeira para a segunda entrevista.

Quanto às reacções negativas, apenas a diferença observada entre a primeira e a terceira entrevistas se mostrou significativa.

2.3.3. Discursos

2.3.3.1. Descrição geral

Os dados que apresentamos neste ponto referem-se ao relato de discursos (directos e indirectos) na descrição que os participantes realizaram do episódio falso. A globalidade dos participantes incluiu nesta descrição uma quantidade média de discursos inferior à unidade ($\bar{x}=0,9$, $dp=1,6$). A primeira entrevista foi aquela em que foram narrados menos discursos, observando-se um aumento da sua quantidade ao longo das três entrevistas (Figura 19).

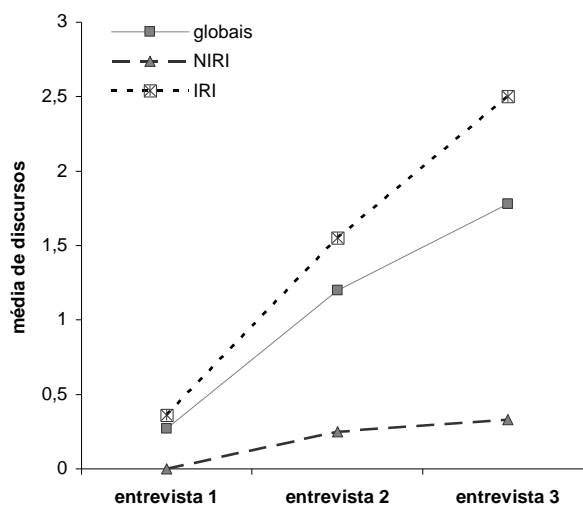


Figura 19: Quantidade média de discursos narrada na descrição do episódio falso pela globalidade dos participantes, o grupo NIRI e o grupo IRI.

O grupo IRI relatou um número médio de discursos cerca de cinco vezes superior ao observado no grupo NIRI ($\bar{x}=1,1$, $dp=1,8$; $\bar{x}=0,21$, $dp=0,25$, respectivamente). Esta superioridade foi igualmente observada em cada entrevista. O valor mínimo de discursos narrados – que correspondeu à ausência de relatos dos mesmos – foi observado no grupo NIRI (entrevista 1) e o máximo no grupo IRI ($\bar{x}=2,5$; $dp=3,9$; entrevista 3). Ambos os grupos relataram uma quantidade crescente de discursos na descrição do episódio falso ao longo das três entrevistas, tendo sido este aumento mais notório no grupo IRI (Figura 19).

2.3.3.2. Recriação imagética

A análise estatística dos dados revelou que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram significativamente quanto à quantidade média de discursos relatada na descrição do episódio falso. O mesmo foi observado na comparação da quantidade de discursos narrada em cada entrevista (Tabela 46).

Tabela 46: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a quantidade de discursos narrada na descrição dos episódios.

	Z	N₁	N₂	p
média	0,566	4	11	0,571
entrevista 1	0,885	4	11	0,376
entrevista 2	0,70	4	11	0,484
entrevista 3	0,849	3	6	0,396

2.3.3.3. Evolução ao longo das entrevistas

A evolução observada ao longo das entrevistas na quantidade de discursos descrita também não se revelou estatisticamente significativa (Tabela 47).

Tabela 47: Diferenças entre entrevistas relativas à quantidade de discursos narrada.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	1,826	4	0,068
1 vs 3	1,089	5	0,276
2 vs 3	0,136	5	0,892

2.3.3.4. Discursos: resumo

A descrição de discursos (directos ou indirectos) não esteve muito presente na narrativa que os participantes elaboraram para o episódio falso. Apesar do grupo que foi instruído a recriar imageticamente os episódios ter, tendencialmente, relatado uma maior quantidade de discursos na descrição do episódio falso, comparativamente com o grupo que não recebeu esta instrução, as diferenças não foram estatisticamente significativas. Observamos ainda uma tendência crescente ao longo das entrevistas para a inclusão da descrição de discursos na narrativa elaborada para o episódio falso. No entanto, nenhuma das diferenças encontradas entre entrevistas se revelou significativa.

2.3.4. Palavras

2.3.4.1. Descrição geral

Proseguimos a apresentação dos dados com a caracterização do número de palavras com que os participantes descreveram o episódio falso. A globalidade dos participantes utilizou, ao longo das três entrevistas, uma quantidade crescente de palavras para relatar o episódio falso. A média global de palavras usadas na sua descrição foi de 317 palavras ($dp=209,9$) (Figura 20).

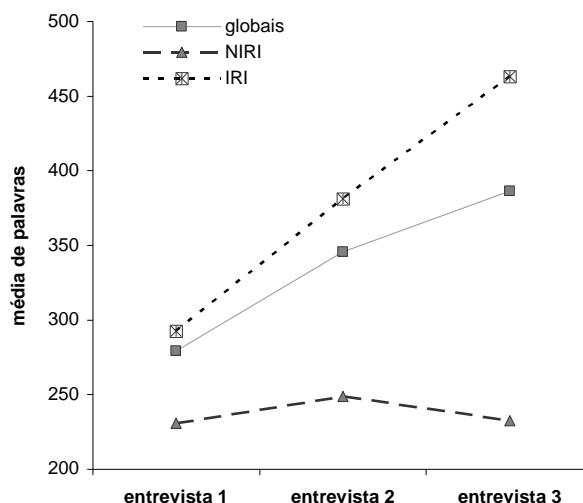


Figura 20: Número médio de palavras usado para descrever o episódio falso pela globalidade dos participantes, o grupo NIRI e o grupo IRI.

A quantidade média de palavras com que o grupo IRI descreveu o episódio falso foi superior à usada pelo grupo NIRI ($\bar{x}=342,6$, $dp=236,75$; $\bar{x}=246,3$, $dp=98,98$, respectivamente), o que também ocorreu em cada entrevista. Encontramos a maior diferença entre estes valores na entrevista 3 (Figura 20). A evolução ao longo das entrevistas para o número de palavras usado na descrição do episódio falso pelo grupo IRI seguiu o padrão anteriormente descrito para a globalidade dos casos. Já no grupo NIRI, a contagem das palavras usadas para relatar o episódio falso manteve-se praticamente constante ao longo das entrevistas.

2.3.4.2. Recriação imagética

A diferença entre os grupos NIRI e IRI, para a quantidade média de palavras utilizada na descrição do episódio falso, não foi significativa. Do mesmo modo, as diferenças encontradas em cada entrevista também não foram significativas (Tabela 48).

Tabela 48: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a quantidade de palavras usadas para descrever o episódio falso.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	0,457	4	11	0,647
entrevista 1	1,012	3	11	0,312
entrevista 2	0,783	4	11	0,433
entrevista 3	1,033	3	6	0,302

2.3.4.3. Evolução ao longo das entrevistas

As diferenças entre entrevistas anteriormente apresentadas na quantidade de palavras utilizada em cada entrevista para descrever o episódio falso não se revelaram significativas, tal como pode ser verificado pelos dados apresentados na Tabela 49.

Tabela 49: Diferenças entre entrevistas para a quantidade de palavras usadas na descrição do episódio falso.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	0,722	14	0,470
1 vs 3	0,420	8	0,674
2 vs 3	1,007	9	0,314

2.3.4.4. Palavras: resumo

O episódio falso foi descrito pela globalidade dos participantes, assim como pelo grupo IRI, com um número crescente de palavras ao longo das entrevistas. No entanto, nenhuma das diferenças observada entre entrevistas se revelou estatisticamente significativa. Por outro lado, o grupo NIRI manteve quase constante ao longo das entrevistas a quantidade de palavras utilizada para descrever o episódio falso.

Os participantes que foram instruídos a recriar imagetivamente o episódio falso descreveram-no com um número médio de palavras superior aos participantes que não receberam esta instrução. Esta tendência foi ainda observada nas três entrevistas, embora estas diferenças não tenham sido significativas.

2.3.5. Qualidade da descrição: resumo

Tendencialmente a qualidade da descrição do episódio falso aumentou ao longo das entrevistas. No entanto, apenas para o detalhe da descrição e para a quantidade de reacções

totais narrada (e em particular para as reacções positivas) os aumentos ocorridos do primeiro para o segundo momento em que o episódio falso foi descrito foram significativos. Ainda para as reacções totais e reacções negativas descritas, o aumento observado da entrevista 1 para a entrevista 3 foi significativo. Estes dois elementos – detalhe da descrição e reacções descritas – não se diferenciaram nas entrevistas 2 e 3. Para nenhum outro elemento observado na descrição dos episódios – relato de discursos e número de palavras utilizado para descrever os episódios - observamos diferenças significativas entre entrevistas. De notar a ausência de alterações significativas entre as entrevistas 2 e 3 quanto à qualidade da descrição do episódio falso.

O grupo IRI, tendencialmente, descreveu o episódio falso com mais detalhe, referiu mais discursos e utilizou mais palavras no seu relato, relativamente ao grupo NIRI. Contudo, a qualidade da descrição deste episódio não foi significativamente influenciada pela ocorrência da instrução de recriação imagética, nem para os valores médios de cada elemento observado na sua descrição, nem em cada entrevista.

Constatamos ainda que a globalidade dos participantes relatou uma quantidade média de reacções negativas significativamente superior à de reacções positivas. Esta mesma diferença foi observada na entrevista 1, não só para a globalidade dos participantes, mas também para o grupo IRI.

2.4. Avaliação do episódio

De seguida descrevemos a avaliação realizada pelos participantes quanto às dimensões que caracterizam a qualidade com que o episódio falso foi recordado (clareza da recordação e confiança na informação descrita). Consideramos ainda as dimensões importância e valência emocional com que os participantes classificaram o episódio falso. Apresentamos uma descrição geral dos dados, exploramos a influência da instrução de recriação imagética nos mesmos (grupo NIRI vs grupo IRI) e o modo como a avaliação das dimensões se diferenciou ao longo das entrevistas.

2.4.1. Clareza

2.4.1.1. Descrição geral

Esta dimensão refere-se à clareza com que os participantes consideraram estar a recordar o episódio falso. Na globalidade, os participantes avaliaram a clareza da recordação do episódio falso como “pouco clara” a “clara” (valores 2 e 3 da escala de Likert, respectivamente). O valor

médio para as 3 entrevistas foi de 2,6 ($dp=0,95$), caracterizando a clareza da recordação do episódio falso próxima da “clara”. Observamos um aumento na clareza da recordação da entrevista 1 para a entrevista 2, seguido de um decréscimo desta para a entrevista 3. Assim, foi na entrevista 2 que a globalidade dos participantes considerou recordar o episódio falso com maior clareza ($\bar{x}=2,8$, $dp=0,94$) (Figura 21).

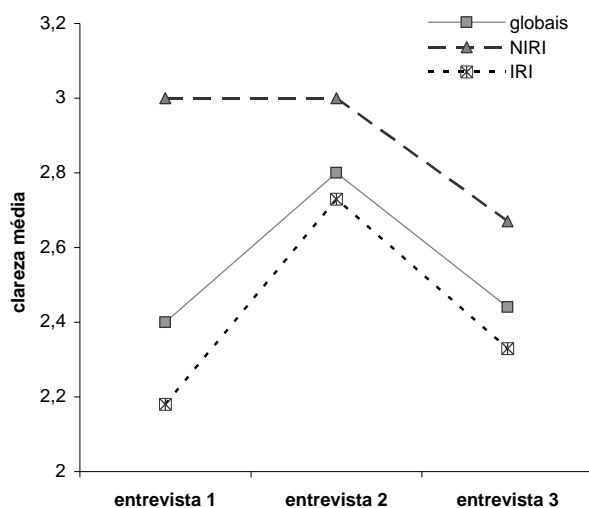


Figura 21: Clareza média da recordação do episódio falso para a globalidade dos participantes e para os grupos NIRI e IRI.

Os participantes do grupo NIRI consideraram que, em média, a recordação do episódio falso ocorreu com mais clareza que os do grupo IRI ($\bar{x}=3,04$, $dp=1,56$; $\bar{x}=2,42$, $dp=0,86$, respectivamente). Assim, em média, o primeiro grupo avaliou a recordação do episódio falso como “clara”, enquanto que o segundo a considerou próxima do “pouco claro”. Esta superioridade na clareza da recordação pelo grupo NIRI foi igualmente observada em todas as entrevistas (Figura 21). A avaliação de menor clareza da recordação para o grupo IRI ocorreu na entrevista 1, e a de maior clareza na entrevista 2. No grupo NIRI, observamos que, nas duas primeiras entrevistas, a avaliação da clareza da recordação foi avaliada do mesmo modo, ocorrendo um ligeiro decréscimo para a entrevista 3 (Figura 21).

2.4.1.2. Recriação imagética

Apesar da tendência descrita para uma avaliação de maior clareza da recordação pelo grupo NIRI, as diferenças observadas, quer para a clareza média, quer para a clareza da recordação em cada entrevista, não se revelaram significativas. Os resultados da análise estatística destas diferenças são apresentados na Tabela 50.

Tabela 50: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a avaliação média, e em cada entrevista, da clareza da recordação do episódio falso.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	1,074	4	11	0,283
entrevista 1	1,085	4	11	0,278
entrevista 2	0,773	4	11	0,439
entrevista 3	0,687	3	6	0,492

2.4.1.3. Evolução ao longo das entrevistas

As análise estatística das diferenças entre entrevistas na caracterização da clareza da recordação do episódio falso mostrou que as mesmas não foram significativas como revelam os dados da Tabela 51.

Tabela 51: Diferenças entre entrevistas na avaliação da clareza da recordação do episódio.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	1,613	8	0,107
1 vs 3	0,557	4	0,557
2 vs 3	1,134	4	0,257

2.4.1.4. Clareza: resumo

Os participantes recordaram o episódio falso de um modo entre o “pouco claro” e o “claro”. Para a globalidade dos participantes, assim como para o grupo IRI, o episódio falso foi recordado com maior clareza na segunda vez que o mesmo foi descrito. Por outro lado, o grupo NIRI manteve inalterável a avaliação da clareza de recordação nas duas primeiras entrevistas. Para todos os casos, observamos um decréscimo na clareza da recordação da entrevista 2 para a entrevista 3. No entanto, as diferenças observadas na avaliação desta dimensão ao longo das entrevistas não se revelaram significativas.

A avaliação da clareza da recordação também não se diferenciou significativamente em função da ocorrência, ou não, da instrução de recriação imagética. Apenas constatámos uma tendência para uma avaliação de maior clareza média, e em cada entrevista, pelos participantes que não receberam esta instrução.

2.4.2. Confiança

2.4.2.1. Descrição geral

Os participantes avaliaram ainda a confiança que depositavam no relato efectuado para o episódio falso, como dimensão caracterizadora da qualidade da recordação deste episódio. Observamos que, no global, a confiança por eles conferida a esta descrição se situou entre o “confio pouco” e o “confio” (valores 2 e 3 da escala de Likert, respectivamente), sendo o valor médio da confiança mais próximo do “confio” ($\bar{x}= 2,9$, $dp=0,82$). Verificamos um aumento da primeira para a segunda entrevista na confiança que a globalidade dos participantes atribuiu ao relato deste episódio, seguida de um decréscimo para a terceira entrevista. O valor de confiança mais elevado ocorreu, então, na entrevista 2 (Figura 22).

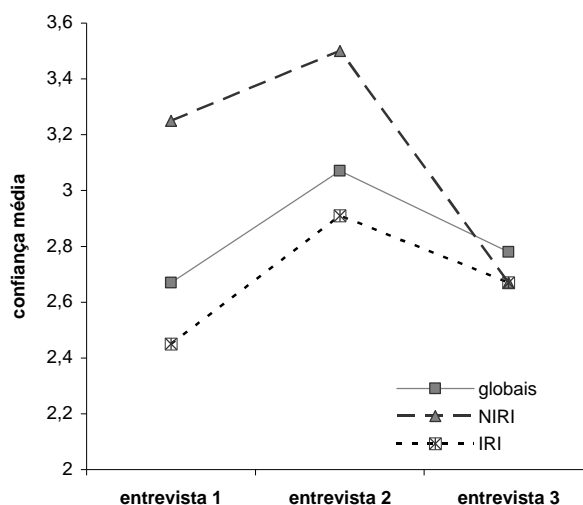


Figura 22: Confiança média depositada na recordação do episódio falso pela globalidade dos participantes, grupo NIRI e grupo IRI.

Em média, o grupo NIRI revelou mais confiança na descrição elaborada para o episódio falso que o grupo IRI ($\bar{x}=3,4$, $dp=1,1$; $\bar{x}=2,7$, $dp=0,64$, respectivamente). Esta superioridade foi igualmente observada nas entrevistas 1 e 2, sendo a confiança conferida à descrição realizada na entrevista 3 semelhante nos dois grupos. Também em ambos os grupos, foi na entrevista 2 que a descrição do episódio falso obteve a avaliação de maior confiança, situando-se a avaliação do nível de confiança considerado pelo grupo NIRI entre o “confio” e o “confio muito” ($\bar{x}=3,5$, $dp=1$). Para cada grupo em particular, a avaliação que os participantes realizaram da confiança na informação relatada ao longo das entrevistas seguiu o padrão anteriormente descrito para a globalidade dos participantes: aumentou da entrevista 1 para a entrevista 2 e decresceu da entrevista 2 para a entrevista 3.

2.4.2.2. Recriação imagética

A tendência observada para uma avaliação média de maior confiança na descrição elaborada para o episódio falso pelo grupo NIRI, assim como nas duas primeiras entrevistas, não se revelou estatisticamente significativa (Tabela 52).

Tabela 52: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a avaliação média, e em cada entrevista, da confiança na informação descrita para o episódio falso.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	1,248	4	11	0,212
entrevista 1	0,904	4	11	0,366
entrevista 2	1,037	4	11	0,300
entrevista 3	0,866	3	6	0,386

2.4.2.3. Evolução ao longo das entrevistas

A análise estatística das diferenças encontradas entre entrevistas revelou que os participantes confiaram significativamente mais na descrição realizada para o episódio falso na entrevista 2 que na entrevista 1 (Tabela 53). A avaliação da confiança efectuada na entrevista 3 não se diferenciou significativamente da realizada nas entrevistas anteriores.

Tabela 53: Diferenças entre entrevistas na confiança depositada na descrição do episódio falso.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	2,121	8	0,034
1 vs 3	1,134	7	0,257
2 vs 3	0,447	5	0,655

2.4.2.4. Confiança: resumo

De um modo global, os participantes “confiaram” no relato elaborado para o episódio falso. O nível máximo de confiança foi atribuído ao relato realizado na segunda vez que o episódio falso foi descrito, sendo significativo o aumento observado da primeira para a segunda entrevista.

Em média, o grupo NIRI confiou mais nas descrições do episódio falso que o grupo IRI. Contudo, as diferenças encontradas não foram significativas, nem para o valor médio desta dimensão, nem para os valores obtidos em qualquer das entrevistas.

2.4.3. Importância

2.4.3.1. Descrição geral

Na caracterização do episódio falso, os participantes avaliaram a importância que este episódio teve, reportando esta avaliação ao momento da sua ocorrência, ou seja, à infância do participante. Na globalidade, os participantes consideraram que o episódio falso foi “pouco importante” a “importante” nas suas infâncias (valores 2 e 3 da escala de Likert, respectivamente), assumindo a importância média o valor de 2,6 ($dp=0,74$). Observamos um aumento na importância atribuída a este episódio da entrevista 1 para a entrevista 2, diminuindo quase para o nível primeiramente atribuído na entrevista 3 (Figura 23). A avaliação máxima atribuída, observada na segunda entrevista, foi de 2,87 ($dp=0,92$) correspondendo a uma avaliação muito próxima do “importante”.

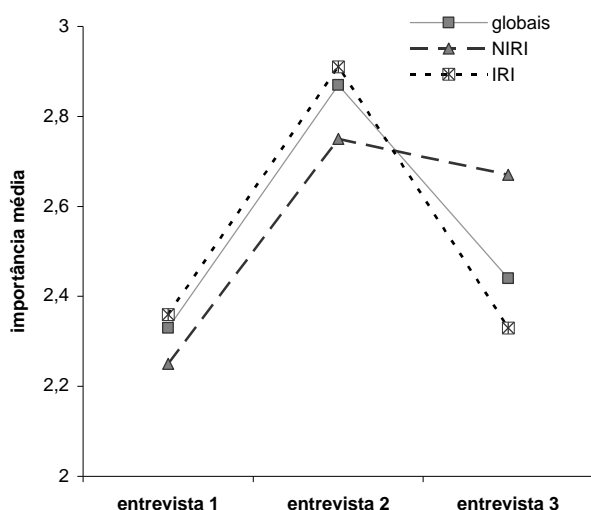


Figura 23: Importância média conferida ao episódio falso pela globalidade dos participantes, grupo NIRI e grupo IRI.

A importância média atribuída ao episódio falso pelos grupos NIRI e IRI foi semelhante sendo o valor da importância média para ambos de 2,6 ($dp=0,64$; $dp=0,80$, respectivamente). Ao longo das entrevistas, a avaliação realizada pelos dois grupos não se diferenciou claramente. A maior diferença observada entre os grupos na avaliação desta dimensão ocorreu na entrevista 3 em que o grupo NIRI atribuiu mais importância ao episódio falso que o grupo IRI. O modo como a avaliação desta dimensão progrediu ao longo das entrevistas para os dois grupos foi semelhante ao anteriormente descrito para a globalidade dos participantes (Figura 23).

2.4.3.2. Recriação imagética

A análise estatística das pequenas diferenças observadas entre os grupos NIRI e IRI confirmou que as mesmas não foram significativas. Esta conclusão aplica-se quer à importância média que foi atribuída ao episódio falso, quer à avaliação realizada em cada entrevista, tal como mostram os dados apresentados na Tabela 54.

Tabela 54: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI para a importância média, e em cada entrevista, atribuída ao episódio falso.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	0,132	4	11	0,895
entrevista 1	0,137	4	11	0,891
entrevista 2	0,279	4	11	0,780
entrevista 3	0,309	3	6	0,758

2.4.3.3. Evolução ao longo das entrevistas

Como revelam os resultados da análise estatística das diferenças encontradas entre entrevistas, apresentados na Tabela 55, ocorreu um aumento significativo na importância atribuída ao episódio falso da primeira para a segunda entrevista. Já nenhuma outra diferença entre entrevistas foi estatisticamente significativa.

Tabela 55: Diferenças entre entrevistas na importância atribuída ao episódio falso.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	2,138	11	0,033
1 vs 3	0,541	6	0,589
2 vs 3	0,965	6	0,335

2.4.3.4. Importância: resumo

A globalidade dos participantes considerou que o episódio falso foi “pouco importante” a “importante” nas suas infâncias. A importância atribuída à ocorrência deste episódio aumentou significativamente da entrevista 1 para a entrevista 2, não se diferenciando significativamente da avaliação realizada na entrevista 3. A instrução de recriação imagética não influenciou de forma significativa a importância média que os participantes conferiram ao episódio falso. O mesmo ocorreu se atendermos à avaliação da importância do episódio falso realizada em cada entrevista.

2.4.4. Valência emocional

2.4.4.1. Descrição geral

A valência emocional do episódio falso constituiu a outra dimensão que permitiu a caracterização do mesmo. Tal como ocorreu na avaliação da importância do episódio, também a avaliação da presente dimensão se referiu ao momento de ocorrência do mesmo, ou seja, à infância do participante. Como pode ser observado na Figura 24, a quase totalidade dos participantes caracterizou a valência emocional do episódio falso como negativa ou neutra. A excepção ocorreu na entrevista 2, no grupo IRI, em que um participante considerou como positiva a valência emocional deste episódio (Figura 24). Ainda para a globalidade dos participantes, observamos que a avaliação mais frequente nas entrevistas 1 e 2 foi a de valência emocional neutra (46,7% e 40%, respectivamente), sendo esta posição ocupada na entrevista 3 pela valência emocional negativa (44,4%)⁶⁵.

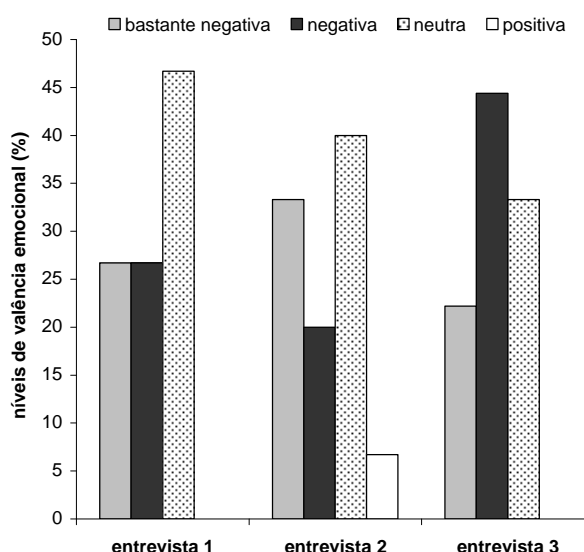


Figura 24: Percentagem de cada nível de valência emocional do episódio falso, avaliada pela globalidade dos participantes.

Para o grupo NIRI, nas entrevistas 1 e 3, a avaliação de valência emocional “negativa” foi a mais frequente (50% e 66,7%, respectivamente), enquanto que na entrevista 2 foi a avaliação de “bastante inibidor” (50%), como pode ser observado na Figura 25. Por outro lado, no grupo IRI, a avaliação de valência emocional “neutra” foi a mais frequente nas entrevistas 1 e 2 (54,5% e 45,5%, respectivamente). Para este grupo, na entrevista 3, as avaliações distribuíram-se

⁶⁵ Não foi possível efectuar a análise das diferenças entre grupos através do teste Qui-quadrado devido à ocorrência de células com contagem inferior a 5.

equitativamente pelas valências emocionais “bastante negativa”, “negativa” e “neutra” (33,3% em cada tipo) (Figura 26).

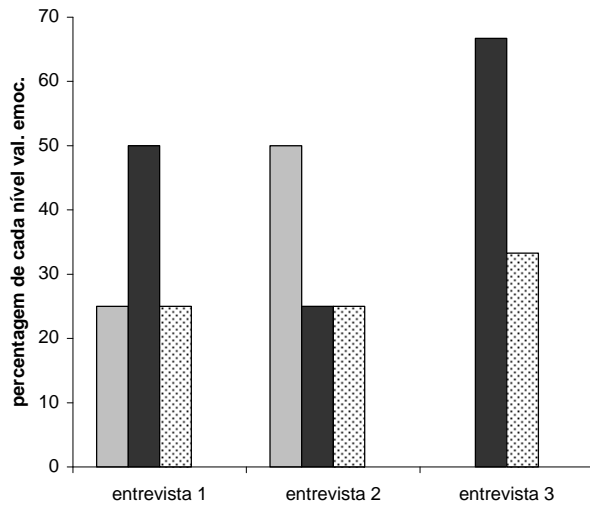


Figura 25: Percentagem de cada tipo de valência emocional atribuída ao episódio falso pelo grupo NIRI.

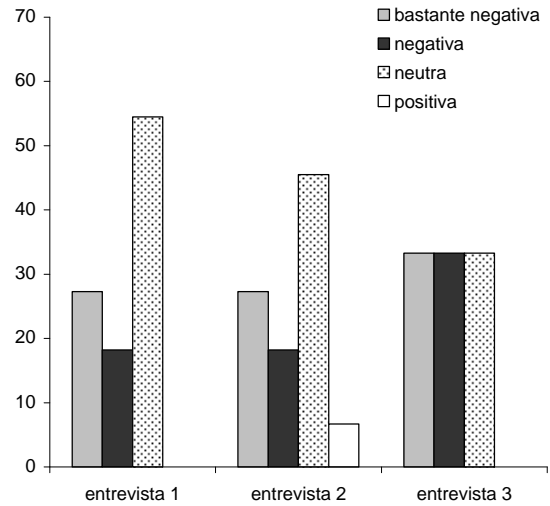


Figura 26: Percentagem de cada tipo de valência emocional atribuída ao episódio falso pelo grupo IRI.

Se considerarmos os dados em termos do valor médio das avaliações de valência emocional efectuadas, observamos que, na globalidade, este episódio foi avaliado como negativo ($\bar{x}=2,16$; $dp=0,87$) (Figura 27). A avaliação da valência emocional ao longo das entrevistas, para a globalidade dos participantes, foi quase constante.

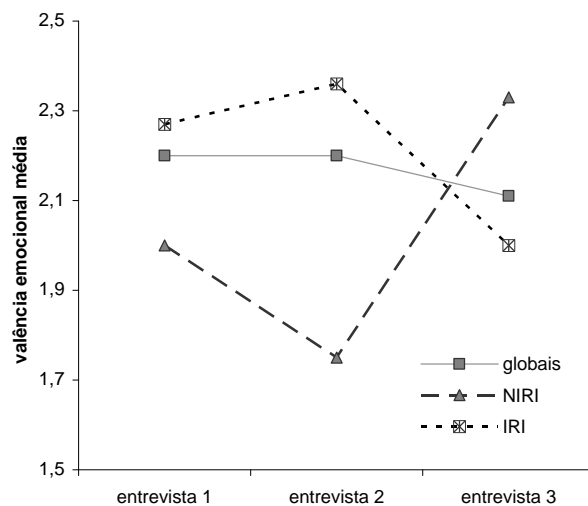


Figura 27: Média da valência emocional avaliada pela globalidade dos participantes, grupo NIRI e grupo IRI.

Os grupos NIRI e IRI apresentaram tendências opostas no modo como a avaliação da valência emocional do episódio falso evoluiu ao longo das entrevistas. No grupo NIRI, na entrevista 2, foi atribuída uma valência emocional mais negativa que na entrevista 1, enquanto na entrevista 3 os episódios foram avaliados com uma valência emocional mais positiva relativamente à entrevista anterior. No grupo IRI observamos a evolução contrária: foi atribuída uma valência emocional mais positiva na segunda entrevista, comparativamente com a primeira, e mais negativa na terceira entrevista relativamente à entrevista 2. Nas duas primeiras entrevistas o grupo IRI caracterizou o episódio falso com uma valência emocional mais positiva que o grupo NIRI o que se inverteu na entrevista 3 (Figura 27). Assim, em termos médios, os participantes que foram instruídos a recriar imageticamente os episódios classificaram a valência emocional do episódio falso como mais positiva relativamente aos que não a receberam ($\bar{x}=2,24$; $dp=0,9$; $\bar{x}=1,9$; $dp=0,83$; respectivamente).

2.4.4.2. Recriação imagética

A análise estatística das diferenças encontradas na avaliação da valência emocional com que os dois grupos caracterizaram o episódio falso revelou que as mesmas não foram significativas. Tal ocorreu para o valor médio, assim como em cada entrevista, como se pode confirmar pelos dados apresentados na Tabela 56.

Tabela 56: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI quanto à avaliação da valência emocional média, e em cada entrevista, atribuída ao episódio falso.

	Z	N ₁	N ₂	p
média	0,530	4	11	0,596
entrevista 1	0,632	4	11	0,527
entrevista 2	1,035	4	11	0,301
entrevista 3	0,552	3	6	0,581

2.4.4.3. Evolução ao longo das entrevistas

Apresentamos na Tabela 57 os resultados da análise das diferenças entre entrevistas na avaliação da valência emocional do episódio falso. Estes mostram a inexistência de diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 57: Diferenças entre entrevistas na avaliação da valência emocional.

entrevistas	z	N-empates	p
1 vs 2	0,000	4	1,00
1 vs 3	1,732	3	0,083
2 vs 3	0,577	3	0,564

Tendo sido observado que o grupo IRI caracterizou mais frequentemente o episódio falso como tendo uma valência emocional neutra comparativamente com o grupo NIRI (44,4% e 27,8%, respectivamente), procurámos avaliar se esta tendência para realizar avaliações “neutras” ou “diferenciadas” foi significativa entre os grupos. Para o efeito, todas as avaliações de valência emocional foram re-codificadas em apenas 2 níveis: “neutras” vs “diferenciada”. A avaliação de valência emocional neutra correspondeu à anterior avaliação de valência emocional neutra. Por outro lado, a valência emocional diferenciada incluiu todos os restantes níveis. A comparação da frequência destes dois tipos de avaliação entre os grupos, através do Teste de Exactidão de Fisher, revelou que os mesmos não se distinguiram significativamente (Tabela 58).

Tabela 58: Diferenças entre os grupos NIRI e IRI na frequência de avaliações de valência emocional neutra vs diferenciada, em cada entrevista.

	χ^2	df	p
entrevista 1	1,029	1	0,569
entrevista 2	0,511	1	0,604
entrevista 3	0,000	1	1,00

2.4.4.4. Valência emocional: resumo

De um modo global, os participantes caracterizaram a valência emocional do episódio falso como negativa. As diferenças observadas entre entrevistas na avaliação desta dimensão não se revelaram significativas, sugerindo alguma constância na valência emocional atribuída a este episódio.

A instrução de recriação imagética não influenciou significativamente a avaliação de valência emocional que os participantes realizam do episódio falso. Observamos, no entanto, duas tendências: (1) o grupo NIRI avaliou o episódio falso como mais negativo que o grupo IRI, e; (2) o grupo NIRI diferenciou mais a avaliação de valência emocional do episódio falso, o que se constatou pela maior frequência de avaliações neutras realizada pelo grupo IRI.

2.4.5. Avaliação do episódio: resumo

Começamos por considerar as dimensões que caracterizaram o modo como o episódio falso foi lembrado. Na globalidade, os participantes avaliaram a clareza da lembrança deste episódio entre o “pouco claro” e o “claro” e confiaram medianamente na descrição que elaboraram do mesmo. Para ambas as dimensões observamos um aumento da primeira para a segunda entrevista e um decréscimo da segunda para a terceira entrevista. Assim, foi na segunda vez que o episódio falso foi descrito que os participantes consideraram que a sua lembrança foi mais clara e conferiram maior confiança ao relato realizado para o mesmo. Apenas a confiança atribuída ao relato aumentou significativamente da primeira para a segunda entrevista.

Considerando cada grupo em particular, verificamos que, nas duas primeiras entrevistas, os participantes que não foram instruídos a recriar imageticamente o episódio avaliaram a clareza da lembrança e a confiança na informação descrita mais favoravelmente que os participantes do grupo que receberam esta instrução. O mesmo foi observado para a clareza da lembrança na entrevista 3, sendo a confiança na informação semelhante para os dois grupos nesta entrevista. Foi na entrevista 1 que a avaliação destas dimensões mais se diferenciou entre os grupos. Não obstante, as diferenças encontradas entre os grupos não se revelaram significativas.

Relativamente às dimensões que caracterizaram o episódio falso, verificamos que este episódio foi avaliado entre “pouco importante” a “importante”, e com uma valência emocional negativa. A importância conferida ao episódio falso foi mais elevada na entrevista 2, tendo sido o episódio caracterizado como “importante” nesta entrevista. Este aumento observado entre a primeira e a segunda entrevista foi estatisticamente significativo. Quanto à avaliação da valência emocional, verificamos que o episódio falso foi considerado progressivamente como mais negativo ao longo das três entrevistas. Porém, não foram encontradas diferenças significativas entre as entrevistas.

O grupo que não foi instruído a recriar imageticamente os episódios caracterizou o episódio falso como tendo sido mais importante e emocionalmente mais negativo que o grupo que recebeu esta instrução. Por outro lado, o grupo IRI avaliou a valência emocional do episódio falso como neutra mais frequentemente que o grupo NIRI, apesar da diferença neste tipo de classificação não se ter revelado significativa. As diferenças encontradas entre os dois grupos quanto à avaliação destas dimensões que caracterizaram o episódio falso não foram estatisticamente significativas.

2.5. Síntese da qualidade da descrição e avaliação do episódio falso

Na sequência da apresentação dos dados referentes à qualidade de descrição do episódio falso e à avaliação das várias dimensões realizada pelos participantes elaboramos de seguida um breve resumo que integra os aspectos mais importantes dos mesmos.

A qualidade da descrição do episódio falso aumentou ao longo das três entrevistas para a quase totalidade dos elementos observados na descrição do mesmo. A única excepção ocorreu para o detalhe da descrição que decaiu da segunda para a terceira entrevista. Não obstante, apenas o nível do detalhe da descrição e o relato de reacções totais na descrição do episódio falso, assim como de reacções positivas, aumentaram significativamente da primeira para a segunda entrevista. Ainda para o número de reacções totais narradas, e em particular de reacções negativas, o aumento observado entre as entrevistas 1 e 3 foi significativo. Constatamos assim que, para metade dos elementos que compõem a qualidade da descrição do episódio falso, ocorreu um ganho significativo da primeira para a segunda entrevista.

O grupo que foi instruído a recriar imagetivamente o episódio descreveu-o com mais detalhe (com excepção da entrevista 3), referiu mais discursos e utilizou mais palavras na descrição dos episódios relativamente ao grupo que não recebeu esta instrução. Contudo, nenhum dos elementos observados na descrição dos episódios se diferenciou significativamente pela ocorrência desta instrução, nem para os valores médios de cada elemento, nem em cada entrevista.

Considerando as dimensões que qualificaram o modo como o episódio falso foi recordado pelos participantes, verificamos que a globalidade dos participantes considerou que, em média, a recordação do episódio ocorreu de um modo “pouco claro” a “claro” e atribuiu uma confiança “média” à descrição elaborada para o mesmo. A avaliação destas duas dimensões seguiu a mesma tendência ao longo das entrevistas: aumento do seu valor da primeira para a segunda entrevista, seguida de uma diminuição desta para a terceira entrevista. Somente o aumento observado para a confiança atribuída à informação descrita foi significativo. Observamos ainda que estes aumentos se deveram sobretudo à evolução na avaliação realizada pelo grupo IRI em que estas diferenças também foram pronunciadas. Tendencialmente, o grupo NIRI avaliou as suas recordações como sendo mais claras e revelou mais confiança na informação descrita, relativamente ao grupo IRI, principalmente nas duas primeiras entrevistas. No entanto, as diferenças observadas não se revelaram significativas. Assim, a instrução de recriação imagética não influenciou significativamente a avaliação das dimensões referentes à qualidade da descrição do episódio falso, nem em termos médios, nem em cada entrevista.

A caracterização propriamente dita do episódio falso foi realizada pela avaliação das dimensões importância e valência emocional. O episódio falso foi caracterizado como tendo sido “pouco importante” a “importante” na infância da globalidade dos participantes. Verificamos que, na entrevista 2, a importância atribuída a este episódio foi significativamente superior à atribuída

na entrevista 1, não se diferenciando significativamente na entrevista 3 em que observamos um decréscimo relativamente à entrevista anterior. O grupo NIRI considerou que o episódio falso foi mais importante que o grupo IRI, não sendo a avaliação desta dimensão significativamente distinta. O episódio falso foi avaliado, pela globalidade dos participantes, com uma valência emocional “negativa” a “neutra”. A avaliação desta dimensão não se diferenciou significativamente entre entrevistas. Os participantes que não foram instruídos a recriar imagetivamente os episódios avaliaram o episódio mais negativamente, e de forma mais diferenciada que os participantes que não receberam esta instrução. Porém, os grupos voltaram a não se diferenciar de modo significativo na avaliação desta dimensão. A acompanhar esta caracterização mais negativa dos episódios constatámos que os participantes referiram uma quantidade média de reacções negativas significativamente superior à de reacções positivas, o que ocorreu também na primeira entrevista. Curiosamente, no grupo que avaliou os episódios de um modo menos negativo, grupo IRI, observamos uma quantidade superior de referências a reacções negativas, relativamente às positivas, na primeira entrevista.

A principal evolução na qualidade da descrição, observada entre as entrevistas 1 e 2, foi acompanhada por um aumento significativo nas avaliações da confiança e da importância do episódio realizadas pelos participantes. A realização da entrevista 3 não favoreceu nem a qualidade da descrição nem a avaliação realizada pelos participantes relativamente ao observado na entrevista 2. De notar que não foi encontrada qualquer diferença significativa da segunda para a terceira entrevista para qualquer das variáveis consideradas.

A ocorrência da instrução de recriação imagética não influenciou significativamente a qualidade da descrição nem a avaliação efectuada pelos participantes. Observamos, no entanto, que a acompanhar a tendência da maior qualidade na descrição dos episódios no grupo que foi instruído a recriar imagetivamente o episódio, ocorreu uma avaliação tendencialmente inferior relativamente à qualidade da recordação do mesmo (clareza da recordação e confiança conferida à informação relatada).

2.6. Experiência real de perda

Passamos de seguida a explorar a influência que a ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes teve na qualidade da descrição do episódio falso e na avaliação das diversas dimensões avaliadas pelos participantes. Esperamos que os participantes que viveram nas suas infâncias uma experiência semelhante àquela para a qual construíram uma falsa memória produzam descrições mais ricas que os participantes que não têm não tiveram esta vivência. Como foi já referido anteriormente, os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram

significativamente em qualquer destas variáveis dependentes, pelo que os dados foram avaliados considerando a totalidade dos casos.

2.6.1. Pistas e insistências

Foi verificado que os dois grupos (sem experiência vs com experiência real de perda) não se diferenciaram quanto ao número médio de pistas apresentado pelo entrevistador e quanto à frequência com que o entrevistador insistiu para que os participantes descrevessem com mais pormenor o episódio falso. O mesmo foi averiguado para os dados de cada entrevista. Os resultados destas análises são apresentados no Anexo 11. Exploramos ainda se as quantidades de intervenções específicas ao grupo IRI (insistências com indicação de recriação imagética e renovação da instrução de recriação imagética) foram distintas para os grupos em análise. Apenas constatamos que o entrevistador renovou mais vezes a instrução de recriação imagética para os participantes que não tiveram uma experiência real de perda, o que se constatou apenas para a sua frequência média ($Z=2,204$, $N_1=8$, $N_2=3$, $p=0,028$). Apesar desta diferença ser significativa, a frequência com que esta instrução foi renovada para os participantes sem experiência real de perda nas suas infâncias foi reduzida ($\bar{x}=0,604$, $dp=0,417$), pelo que não entendemos que a sua ocorrência possa influenciar de modo significativo as restantes variáveis.

2.6.2. Qualidade da descrição

Passamos a explorar os dados relativos à qualidade da descrição do episódio falso. Apresentamos na Tabela 59 os valores médios (e respectivos desvios padrão) obtidos para cada elemento observado na descrição deste episódio, para os casos sem experiência real de perda na infância (coluna A) e para os casos que viveram uma situação real de perda na infância (coluna B). A observação dos dados indica que não ocorreu uma tendência global que permita diferenciar os relatos em função da ocorrência de uma situação real de perda na infância dos participantes. Concretamente, a moda do detalhe foi a mesma para os dois casos (nível de detalhe da descrição pobre), os participantes com experiência real de perda relataram mais reacções, tendo o oposto ocorrido com a descrição de discursos na narrativa elaborada. Também no caso da quantidade de palavras utilizada para descrever o episódio falso, a descrição realizada pelos participantes sem experiência real de perda foi mais extensa que a elaborada pelos que viveram uma experiência semelhante na sua infância. Os resultados da análise estatística das diferenças entre os valores médios dos vários elementos, em função da ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes, revelou a ausência de diferenças significativas (Tabela 59, coluna C)

Tabela 59: Resultado da análise estatística relativa à moda e / ou valores médios para os elementos observados na descrição do episódio falso, em função da ocorrência, ou não, de uma experiência real de perda (coluna C). Apresentamos as médias de cada variável, e respectivos desvios padrão, para os participantes sem experiência real de perda (coluna A) e com experiência real de perda (coluna B).

	s/ exp. perda (A)		c/ exp. perda (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
detalhe⁶⁶	1		1		0,913	6	5	0,361
reações	1,78	0,388	2,92	0,69	1,072	9	6	0,284
reac. positivas	0,33	0,136	0,81	0,464	0,687	9	6	0,492
reac. negativas	1,44	0,327	2,11	0,654	0,598	9	6	0,55
discursos	1,37	0,654	0,14	0,09	1,406	9	6	0,160
palavras	378,9	83,13	223,9	33,21	1,18	9	6	0,238

2.6.3. Avaliação do episódio

Comparamos de seguida a avaliação que os participantes que não viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias realizaram das várias dimensões, com a avaliação efectuada por aqueles que experimentaram uma situação real de perda. Considerando as dimensões que caracterizaram a qualidade da recordação do episódio falso, verificamos que, quer a clareza da recordação, quer a confiança atribuída ao relato elaborado foram avaliadas mais positivamente pelos participantes que viveram uma situação real de perda nas suas infâncias. Assim, estes participantes consideraram ter recordado o episódio falso de um modo mais claro e confiaram mais na descrição realizada que os participantes que não experimentaram uma situação real de perda nas suas infâncias (Tabela 60, colunas A e B). Contudo, as diferenças entre os grupos para estas dimensões não se revelaram estatisticamente significativas (Tabela 60, coluna C). Quanto às dimensões que caracterizaram o episódio falso propriamente dito, verificamos que, os participantes sem experiência real de perda na infância o consideraram ligeiramente mais importante e menos negativo do que os participantes que experimentaram esta situação (Tabela 60, colunas A e B). Constatamos novamente que as diferenças apresentadas não foram estatisticamente significativas (Tabela 60, coluna C).

Os dados relativos a cada entrevista são apresentados no Anexo 11 dada a observação de poucos resultados significativos. Apenas descrevemos de seguida as principais tendências observadas em cada uma e referimos as diferenças que se revelaram significativas.

⁶⁶ Para o detalhe da descrição apresentamos a moda encontrada entre entrevistas para os participantes com e sem experiência real de uma situação de perda nas suas infâncias. Devido a ocorrência de casos amodais ou bimodais, apenas são considerados nesta análise 11 dos 15 casos.

Tabela 60: Resultado da análise estatística relativa aos valores médios obtidos para as dimensões avaliadas pelos participantes respeitantes ao episódio falso, em função da ocorrência, ou não, de uma experiência real de perda (coluna C). Apresentamos as médias de cada dimensão, e respectivos desvios padrão, para os participantes sem experiência real de perda (coluna A) e com experiência real de perda (coluna B).

	s/ exp. perda (A)		c/ exp. perda (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
clareza	2,48	0,32	2,75	0,423	0,545	9	6	0,586
confiança	2,72	0,232	3,14	0,4	0,652	9	6	0,514
importância	2,63	0,292	2,53	0,225	0,119	9	6	0,905
valência emocional	2,24	0,313	2,03	0,334	0,229	9	6	0,765

A diferenciação quanto à qualidade da descrição do episódio falso encontrada em cada entrevista segue o padrão anteriormente descrito para os valores médios. Assim, também em cada entrevista, a descrição do episódio falso não se diferenciou de um modo sistemático em função da ocorrência de uma experiência de perda real na infância dos participantes. Apenas na primeira entrevista o número de reacções se diferenciou significativamente em função da variável em análise. Neste caso, os participantes com experiência prévia de situação de perda descreveram significativamente mais reacções no relato do episódio falso que os que não experimentaram na realidade esta situação ($Z=2,7$, $N_1=9$, $N_2=6$, $p=0,007$). Na entrevista 2, estes dois grupos apenas se diferenciaram quanto ao número de palavras utilizado para descrever o episódio falso, tendo os participantes sem experiência real de perda descrito este episódio com uma quantidade de palavras significativamente superior ($Z=2,475$, $N_1=9$, $N_2=6$, $p=0,013$). Na entrevista 3, nenhum dos elementos observados na descrição do episódio falso se distinguiu de modo significativo.

A avaliação que os participantes realizaram nas três entrevistas das dimensões que caracterizam o modo como o episódio falso foi recordado, em função da ocorrência de uma experiência real de perda nas suas infâncias, foi semelhante à descrita para os valores médios com duas excepções. Na segunda entrevista os participantes sem experiência real desta situação consideraram a recordação do episódio como mais clara e, na terceira entrevista, estes mesmos participantes revelaram mais confiança no relato efectuado para o episódio falso. Contudo, tal como ocorreu para os valores médios destas dimensões, também em nenhuma das entrevistas os valores se diferenciaram de um modo significativo em função da ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes.

Também as diferenças encontradas em cada entrevista nas avaliações da importância do episódio e da sua valência emocional, foram idênticas às apresentadas para os valores médios destas dimensões. Apenas duas diferenças foram notadas, ambas na entrevista 3. Nestes casos, os participantes sem experiência real de perda nas suas infâncias conferiram menos importância ao episódio falso, e consideraram-no como mais negativo, comparativamente com aqueles que

viveram esta experiência. A análise estatística destas diferenças revelou que nenhuma foi estatisticamente significativa.

2.6.4. Experiência real de perda: resumo

Os presentes dados sugerem que a experiência de uma situação real de perda na infância dos participantes não parece assim influenciar de modo significativo a qualidade da descrição do episódio falso. Contudo, identificamos que, tendencialmente, os participantes que viveram esta situação nas suas infâncias relataram mais reacções, menos discursos e descreveram os episódios com menos palavras que aqueles que não a experimentaram. Relativamente à qualidade da recordação do episódio, novamente, as diferenças encontradas não se revelaram significativas. Observamos apenas uma tendência no sentido da maior clareza da recordação e da confiança conferida ao relato efectuado pelos participantes com experiência real de perda nas suas infâncias. A caracterização propriamente dita do episódio falso também não foi estatisticamente distinta em função da ocorrência de uma situação verídica de perda na infância dos participantes. Encontramos apenas uma propensão para a atribuição de mais importância ao episódio e de classificação de valência emocional menos negativa pelos participantes que não viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias.

2.7. Intervalo entre entrevistas

Como foi descrito anteriormente, o intervalo de tempo decorrido entre entrevistas variou, na quase totalidade dos casos, entre 2 e 6 dias. Nesta secção, exploramos se a variação na duração destes intervalos se relacionou de algum modo com as alterações observadas na qualidade da descrição do episódio falso e na avaliação das várias dimensões realizada pelos participantes. Como já foi verificado, os intervalos de tempo decorridos entre entrevistas não foram distintos para os grupos NIRI e IRI. Adicionalmente, constatamos que a instrução de recriação imagética não influenciou a qualidade da descrição nem a avaliação das dimensões efectuada pelos participantes não se justificando assim uma análise diferenciada dos grupos. Também o primeiro intervalo decorrido entre as entrevistas 1 e 2 não se diferenciou em função do número de entrevistas realizado. Atendendo a estes elementos, procedemos à análise desta variável para a totalidade dos dados.

Na avaliação da influência do intervalo de tempo decorrido entre entrevistas nas diferenças observadas entre entrevistas foi necessário efectuar um cálculo prévio. Concretamente, determinamos as diferenças entre entrevistas para os vários elementos relativos à qualidade da descrição do episódio assim como para as dimensões avaliadas pelos participantes. Assim,

apresentamos na Tabela 61 os valores médios das diferenças obtidas entre entrevistas para todas as variáveis consideradas. Para efeitos da simplicidade desta análise decidimos computar aritmeticamente o valor médio do detalhe da descrição das 3 entrevistas, ainda que tratando-se de uma variável ordinal. Verificamos que os valores encontrados na entrevista 2 foram superiores aos da entrevista 1 para todas as variáveis (dado que todos os resultados são positivos) (coluna A). Estes dados sugerem que, quer os vários elementos observados na descrição do episódio falso, quer a avaliação das várias dimensões, foram superiores na entrevista 2, comparativamente com a entrevista 1.

Relativamente às diferenças encontradas entre as entrevistas 3 e 2, encontramos alguns dados negativos sugerindo que houve uma evolução negativa da segunda para a terceira entrevista. A ocorrência de valores negativos foi mais notória na avaliação das várias dimensões pelos participantes, como pode ser verificado pelos dados apresentados na Tabela 61 (coluna B). Como já foi referido anteriormente, no intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 2 e 3 foi identificado um caso *outlier* (intervalo de tempo com duração de 12 dias). Procurámos aqui avaliar se a introdução dos dados obtidos por este caso provocava, alterações significativas nos resultados. Para efeitos da simplicidade desta análise decidimos computar aritmeticamente o valor médio do detalhe da descrição das 3 entrevistas, ainda que tratando-se de uma variável ordinal; # N=14. Como podemos observar na Coluna B (Tabela 61), a inclusão dos dados do referido caso não alterou de modo notório os resultados obtidos.

Tabela 61: Valor médio, e respectivos desvios padrão, das diferenças entre os dados obtidos nas entrevistas 2 e 1 (coluna A) e nas entrevistas 3 e 2 (coluna B). Neste último caso apresentamos os valores considerando a inclusão e a exclusão do caso cujo intervalo constituiu um *outlier*.

	entrevistas 2-1 (A)		entrevistas 3-2 (B)			
	N=15		N=9		(s/ out)	N=8
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp
detalhe	0,40	0,63	0	1	0	1,07
reações	1,13	1,9	0,33	1,8	0,5	1,85
discursos	0,93	1,94	0,11	2,26	-0,13	2,29
palavras[#]	63,7	198	-49,8	110,9	-65,8	107
clareza	0,40	0,91	-0,33	0,87	-0,38	0,92
confiança	0,40	0,63	-0,11	0,78	0	0,76
importância	0,53	0,83	-0,33	1,32	-0,38	1,41
valência emocional	0	0,53	-0,11	0,6	-0,13	0,64

N=14

Uma vez determinadas as diferenças entre entrevistas nos valores das diversas variáveis, explorámos a sua relação com os respectivos intervalos de tempo. Assim, as diferenças entre os valores observados na entrevista 2 e os encontrados na entrevista 1 foram correlacionados com a

duração do primeiro intervalo de tempo (intervalo entre as entrevistas 1 e 2). Por outro lado, as diferenças encontradas entre as entrevistas 3 e 2 foram correlacionadas com a duração do segundo intervalo (intervalo entre as entrevistas 2 e 3). Os dados apresentados na Tabela 62 revelam que em nenhuma das análises consideradas as diferenças encontradas entre entrevistas para os elementos observados na descrição do episódio falso, assim como para as dimensões avaliadas pelos participantes, se correlacionaram significativamente com o respectivo intervalo de tempo decorrido entre entrevistas. Verificamos ainda que a introdução do caso cujo segundo intervalo de tempo constituiu um *outlier* não alterou esta conclusão (Tabela 62, coluna B).

Tabela 62: Valores de correlação para as diferenças encontradas entre as entrevistas 2 e 1 com a duração do intervalo 1 (coluna A); e para as diferenças encontradas entre as entrevistas 3 e 2 com a duração do intervalo 2 médio (coluna B), com e sem a introdução do caso cujo intervalo constituiu um *outlier*.

	entr. 2-1 x int. 1 (A)		entr. 3-2 x int. 2 (B)			
	rho	p	rho	p	rho	p
detalhe	-0,361	0,186	-0,144	0,712	-0,176	0,678
reações	0,139	0,621	-0,473	0,198	-0,340	0,410
discursos	-0,230	0,410	0,534	0,138	0,374	0,361
palavras[#]	0,325	0,258	0,219	0,572	-0,140	0,740
clareza	-0,456	0,088	-0,221	0,567	-0,384	0,348
confiança	0,217	0,437	-0,252	0,512	0,000	1,000
importância	0,470	0,077	0,138	0,723	0,169	0,689
valência emocional	-0,484	0,068	-0,031	0,936	0,103	0,808
	N=15		N=9		(s/ out)	N=8

N=14

Verificamos assim que a evolução dos dados ao longo das entrevistas não se relacionou significativamente com duração de qualquer dos intervalos entre entrevistas. Tal ocorreu quer para a qualidade da descrição do episódio falso, quer para as várias dimensões avaliadas pelos participantes.

2.8. Número de entrevistas

Cerca de metade dos participantes neste estudo realizou duas entrevistas enquanto a outra metade realizou três entrevistas. Nos casos em que foram criadas falsas memórias desde a primeira entrevista, 6 elementos participaram em duas entrevistas e 9 em três. Nos resultados que a seguir expomos, analisamos se o número de entrevistas realizado influenciou de modo significativo a qualidade da descrição do episódio falso e a avaliação realizada pelo participante das várias dimensões. Para o efeito baseamo-nos no valor médio encontrado para a totalidade de entrevistas realizada em cada caso (média dos valores obtidos nas 2 vs 3 entrevistas).

No sentido de assegurar a igualdade inicial dos dois grupos de participantes (2 vs 3 entrevistas) verificamos se estes se diferenciaram quanto às variáveis dependentes em estudo na primeira entrevista. A comparação entre os dois grupos para os dados obtidos na primeira entrevista revelou que os mesmos se diferenciaram significativamente apenas quanto ao número total de reacções descritas ($Z=2,01$, $N_1=6$, $N_2=9$, $p=0,044$). Em concreto, a quantidade de reacções descrita foi superior para os participantes que realizaram apenas duas entrevistas. Considerando a conotação emocional das reacções descritas, verificamos que esta diferença ocorreu exclusivamente para as reacções negativas ($Z=2,379$, $N_1=6$, $N_2=9$, $p=0,017$). Os restantes dados referentes a esta análise podem ser consultados no Anexo 12.

A preceder a apresentação dos presentes dados confirmamos a igualdade dos dois grupos quanto ao número médio de pistas fornecido pelo entrevistador e às insistências realizadas pelo mesmo. Consideramos ainda esta análise relativamente às intervenções específicas ao grupo IRI (insistências com indicação de recriação imagética e renovação da instrução de recriação imagética).

2.8.1. Pistas e insistências

A quantidade de pistas que o entrevistador forneceu aos participantes que realizaram duas ou três entrevistas não foi significativamente distinta, embora o número de pistas apresentado aos participantes que realizaram apenas duas entrevistas tenha sido ligeiramente superior. Também a quantidade de insistências efectuada não se diferenciou em função do número de entrevistas realizado (Tabela 63). O mesmo ocorreu para as intervenções específicas ao grupo IRI (Tabela 64). Verificamos assim que os participantes que realizaram duas entrevistas não se diferenciaram significativamente quanto a estas variáveis.

Tabela 63: Resultado da análise estatística relativa às quantidades de pistas fornecidas, e de insistências realizadas pelo entrevistador, em função do número de entrevistas realizado (coluna C). Apresentamos ainda as médias de cada variável, e respectivos desvios padrão, para o grupo que realizou 2 entrevistas (coluna A) e 3 entrevistas (coluna B).

	2 entr. (A)		3 entr. (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
pistas	2,33	0,258	1,93	0,401	1,946	6	9	0,052
insistências	3,83	1,66	3,22	1,72	0,95	6	9	0,342

Considerando o tipo de intervenções realizadas exclusivamente no grupo IRI, verificamos que, em média, ambas foram ligeiramente mais frequentes para os participantes que realizaram três entrevistas (Tabela 64, colunas A e B). Contudo, o resultado da análise estatística destas

diferenças, apresentados na Tabela 64 (coluna C), revelou que as mesmas não foram significativas.

Tabela 64: Resultado da análise estatística relativa às quantidades de insistências com indicação de recriação imagética e de renovações da instrução de recriação imagética, realizadas pelo entrevistador no grupo IRI, em função do número de entrevistas realizado (coluna C). Apresentamos ainda as médias de cada variável, e respectivos desvios padrão, para o grupo que realizou 2 entrevistas (coluna A) e 3 entrevistas (coluna B).

	2 entrev. (A)		3 entrev. (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
insistências imagética	0,70	0,837	1,11	,344	1,218	5	6	0,223
instrução imagética	0,30	0,447	0,556	,455	1,033	5	6	0,302

Deste modo, podemos assim concluir que os participantes que realizaram duas entrevistas não se diferenciaram significativamente quanto ao número médio de pistas fornecidas para o episódio falso, nem em relação aos vários tipos de intervenções realizados pelo entrevistador no decorrer da descrição do episódio.

2.8.2. Qualidade da descrição

Os dados revelaram a inexistência de distinções claras na qualidade de descrição do episódio falso em função do número de entrevistas realizado pelos participantes⁶⁷. Dois dos elementos observados na descrição do episódio falso, concretamente o nível de detalhe da descrição do episódio e a quantidade de reacções descrita, foram ligeiramente superiores no grupo que apenas realizou duas entrevistas. Já o relato de discursos e a extensão do relato do episódio, foram superiores nos participantes que realizaram três entrevistas (Tabela 65). A análise estatística das diferenças na moda e valores médios obtidos nos vários elementos da descrição do episódio falso, em função do número de entrevistas realizado, não revelou qualquer diferença significativa, como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 65 (coluna C). O relato repetido duas ou três vezes não parece então influenciar significativamente a qualidade da descrição do episódio falso. A diferença anteriormente descrita em relação à referência a reacções, em particular a reacções negativas, não foi observada na análise das diferenças entre os participantes que realizaram 2 ou 3 entrevistas.

⁶⁷ Para o detalhe da descrição apresentamos a moda encontrada considerando o total de entrevistas realizadas em cada grupo. Devido à ocorrência de casos amodais ou bimodais, apenas são considerados nesta análise 11 dos 15 casos.

Tabela 65: Resultado da análise estatística relativa aos elementos observados na descrição do episódio falso, em função do número de entrevistas realizado (coluna C). Apresentamos ainda as médias de cada variável, e respectivos desvios padrão, para o grupo que realizou 2 entrevistas (coluna A) e 3 entrevistas (coluna B).

	2 entrev. (A)		3 entrev. (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
detalhe	1		1		0,612	3	8	0,540
reações	2,58	1,72	2,00	1,32	1,013	6	9	0,311
reac. positivas	0,42	0,492	0,59	0,954	0,00	6	9	1
reac. negativas	2,17	1,44	1,41	1,1	1,316	6	9	0,188
discursos	0,25	0,418	1,30	1,989	1,023	6	9	0,306
palavras	218,92	72,87	382,2	248,6	1,651	6	9	0,099

2.8.3. Avaliação do episódio

Pelos dados apresentados na Tabela 66 (colunas A e B), verificamos que os participantes que realizaram duas entrevistas consideraram ter recordado o episódio falso com mais clareza e conferiram mais confiança ao relato efectuado para o mesmo. Estes participantes atribuíram ainda maior importância ao episódio falso e caracterizaram-no com uma valência emocional menos positiva. No entanto, estas diferenças não foram muito notórias como revelou a ausência de diferenças significativas entre as mesmas (Tabela 66, coluna C). Verificamos assim que, o número de entrevistas realizado também não influenciou significativamente a avaliação que os participantes efectuaram do modo como o episódio falso foi recordado nem a caracterização que elaboram do mesmo.

Tabela 66: Resultado da análise estatística relativa às dimensões avaliadas pelos participantes sobre o episódio falso, em função do número de entrevistas realizado (coluna C). Apresentamos ainda as médias de cada variável, e respectivos desvios padrão, para o grupo que realizou 2 entrevistas (coluna A) e 3 entrevistas (coluna B).

	2 entrev. (A)		3 entrev. (B)		(C)			
	\bar{x}	dp	\bar{x}	dp	Z	N ₁	N ₂	p
clareza	2,75	1,04	2,48	0,929	0,545	6	9	0,586
confiança	3,17	1,03	2,70	0,633	0,830	6	9	0,406
importância	2,75	0,88	2,48	0,669	0,536	6	9	0,592
val. emocional	2,0	1,05	2,26	0,778	0,478	6	9	0,632

Deste modo, podemos concluir que o número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas) não influenciou significativamente nem a qualidade da descrição do episódio falso nem a avaliação que o participante realizou das várias dimensões.

2.9. Correlações

Apresentamos de seguida os dados relativos às correlações encontradas entre as diversas variáveis. Realizamos uma breve referência ao padrão de correlações encontrado em cada entrevista, sendo expostas apenas as correlações consideradas moderadas e cujo valor de p foi significativo ($p < 0,05$) (apresentamos no Anexo 13 os restantes dados de correlação). Consideramos nesta análise a totalidade dos dados já que estes não se diferenciaram significativamente para qualquer das variáveis independentes anteriormente consideradas (instrução de recriação imagética, número de entrevistas realizado e ocorrência de experiências reais de perda na infância dos participantes). Começamos por analisar o padrão de correlações entre o número de pistas e insistências com as variáveis relativas à qualidade da descrição dos episódios e com as várias dimensões avaliadas pelos participantes. Analisamos depois as correlações entre os vários elementos observados na descrição do episódio falso, seguida das relações encontradas entre as dimensões avaliadas pelos participantes. Finalmente, consideramos as relações obtidas entre os elementos observados na descrição do episódio e a avaliação realizada pelos participantes.

2.9.1. Pistas e insistências

A quantidade média de insistências realizada pelo entrevistador correlacionou-se positivamente apenas com a quantidade média de reacções relatada pelos participantes na descrição do episódio falso ($\rho = 0,592$, $N = 15$, $p = 0,02$). Adicionalmente, a quantidade média de renovações da instrução de recriação imagética, que o entrevistador realizou no grupo IRI, também se relacionou positivamente com a quantidade média de discursos narrados neste episódio ($\rho = 0,716$, $N = 11$, $p = 0,013$). De assinalar ainda uma correlação moderada e negativa, próxima do nível significativo, entre este tipo de insistências e a confiança depositada no relato do episódio falso ($\rho = -0,557$, $N = 11$, $p = 0,075$).

Considerando este tipo de relações em cada entrevista verificamos que, na primeira entrevista, a quantidade de pistas fornecida aos participantes se correlacionou negativamente com a clareza da recordação ($\rho = -0,523$, $N = 15$, $p = 0,045$). Na segunda entrevista, não foi identificada qualquer correlação assinalável. Na terceira entrevista, apenas o número de insistências realizadas pelo entrevistador se correlacionou fortemente com o nível de detalhe da descrição do episódio falso ($\rho = 0,682$, $N = 9$, $p = 0,043$).

Relativamente às intervenções específicas que o entrevistador realizou no grupo IRI verificamos que, na primeira entrevista, a frequência de renovações da instrução de recriação imagética se correlacionou negativamente com a quantidade de reacções descrita ($\rho = -0,626$, $N = 11$, $p = 0,039$) e positivamente com a quantidade de discursos relatados na descrição do episódio falso ($\rho = 0,624$, $N = 11$, $p = 0,04$). Na segunda entrevista, os participantes que receberam

uma maior quantidade de insistências com indicação de recriação imagética conferiram menos confiança ao relato efectuado para o episódio falso ($\rho = -0,771$, $N=11$, $p=0,006$).

De um modo global, a quantidade de pistas fornecida pelo entrevistador, assim como de insistências realizadas pelo mesmo, não se relacionaram de forma sistemática nem com os elementos da descrição dos episódios nem com a avaliação das dimensões realizada pelos participantes. Também no grupo IRI, não foram encontradas correlações consistentes relativamente às insistências e instruções específicas que foram realizadas.

2.9.2. Qualidade da descrição

Não foi encontrada qualquer correlação significativa entre a moda e / ou os valores médios dos vários elementos observados na descrição do episódio falso. Atendendo a este tipo de relações em cada entrevista, constatámos que elas foram igualmente raras sendo, no entanto, mais frequentes na segunda vez que o episódio falso foi descrito. Nas primeira e segunda entrevistas, o detalhe da descrição do episódio correlacionou-se positivamente com a quantidade de discursos relatados ($\rho=0,681$, $N=15$, $p=0,005$; $\rho=0,654$, $N=15$, $p=0,008$; respectivamente). Também na segunda entrevista, a quantidade de discursos narrada se correlacionou positivamente com o número de palavras usado pelos participantes para descrever o episódio falso ($\rho=0,628$, $N=15$, $p=0,012$). Na terceira entrevista, não foram registadas quaisquer relações significativas entre os elementos observados na descrição do episódio falso.

Constatamos assim que, os elementos que caracterizaram a qualidade da descrição do episódio falso se correlacionaram escassamente entre si. Não obstante, foi na segunda vez que o episódio falso foi descrito, que estes elementos mais se correlacionaram.

2.9.3. Avaliação do episódio

Quanto aos valores médios das dimensões avaliadas pelos participantes, verificamos que a clareza da recordação se correlacionou de um modo positivo com a confiança conferida ao relato efectuado, assim como com a importância atribuída ao episódio ($\rho=0,859$, $N=15$, $p<0,001$; $\rho=0,555$, $N=15$, $p=0,032$, respectivamente). Também em cada entrevista, verificamos que a clareza da recordação do episódio falso se correlacionou positivamente com a confiança depositada na descrição efectuada para o mesmo. Os valores de correlação entre estas duas dimensões variaram entre 0,625 ($N=15$, $p=0,013$), na entrevista 2, e 0,793 ($N=9$, $p=0,011$) na entrevista 3. Constatámos ainda que, nas entrevistas 1 e 3, os participantes que confiaram mais no seu relato do episódio falso também lhe atribuíram maior importância ($\rho=0,558$, $N=15$, $p=0,031$; $\rho=0,737$, $N=9$, $p=0,024$, respectivamente). Na segunda entrevista, a importância

atribuída ao episódio falso relacionou-se positivamente com a clareza da recordação ($\rho=0,619$, $N=15$, $p=0,014$).

Parece assim existir uma forte consistência entre a clareza com que os participantes recordaram o episódio falso e a confiança que depositaram na sua descrição. A clareza da recordação do episódio correlacionou-se ainda fortemente com a importância com que o episódio falso foi caracterizado. Também a confiança conferida ao relato efectuado revelou uma forte relação com a importância conferida ao episódio. Tal sugere que, quando o episódio falso foi recordado com maior clareza, e quando os participantes depositaram mais confiança na sua descrição, o mesmo também foi caracterizado com maior importância.

2.9.4. Qualidade da descrição e avaliação do episódio

No que diz respeito às correlações entre os valores médios dos vários elementos observados na descrição do episódio falso e a avaliação que os participantes realizaram das várias dimensões, constatamos que as mesmas raramente foram significativas. Atendendo aos valores médios destas variáveis, verificamos que a caracterização do episódio falso como tendo uma valência emocional menos negativa se correlacionou com a referência a uma menor quantidade de discursos na sua descrição ($\rho= -0,527$, $N=15$, $p=0,044$).

Atendendo aos dados em cada entrevista, verificamos que, na primeira entrevista, a uma valência emocional mais positiva associou-se uma descrição do episódio falso com um maior número de palavras ($\rho= 0,602$, $N=14$, $p=0,023$). Na segunda entrevista, uma descrição mais detalhada do episódio correlacionou-se com uma avaliação de maior clareza de recordação e atribuição de maior importância ($\rho= 0,803$, $N=15$, $p<0,0005$; $\rho= 0,595$, $N=15$, $p=0,019$). Na terceira entrevista, não foi encontrada qualquer relação significativa entre a qualidade da descrição do episódio falso e a avaliação realizada pelo participante. Apuramos, deste modo, que foi na entrevista 2 que a qualidade de descrição do episódio falso mais se relacionou com a avaliação que os participantes realizaram do mesmo, sendo congruente a relação observada entre o maior detalhe da descrição e a maior clareza da recordação do episódio falso.

2.9.5. Correlações: resumo

As correlações positivas e significativas observadas entre a quantidade de insistências realizada pelo entrevistador e as restantes variáveis foram escassas e não consistentes. Também entre os elementos observados na descrição do episódio falso encontramos poucas relações significativas, tendo estas sido mais frequentes na segunda vez que o episódio falso foi descrito. Quanto às dimensões avaliadas pelos participantes, observamos uma forte relação entre a clareza da recordação do episódio e a confiança que os participantes depositaram na descrição elaborada

para mesmo. Uma confiança mais elevada no relato deste episódio relacionou-se ainda, em duas entrevistas, com a importância com que o mesmo foi caracterizado.

No que diz respeito às relações entre a qualidade da descrição e a avaliação realizada pelos participantes, as correlações significativas foram igualmente raras. Atendendo aos valores médios obtidos nas diversas variáveis, apenas constatámos que a descrição mais frequente de discursos se correlacionou com uma valência emocional mais negativa. Foi na segunda entrevista que este tipo de relações mais se realçou revelando que um maior detalhe da descrição do episódio falso se correlacionou positivamente com a clareza da recordação e com a importância atribuída ao episódio. Não parece assim ter ocorrido uma relação consistente entre a qualidade da descrição do episódio e a avaliação que o participante realizou das várias dimensões.

2.10. Síntese das falsas memórias

Passamos a referir as principais conclusões relativas à qualidade da descrição do episódio falso e à avaliação que os participantes elaboraram das diversas variáveis. Começamos por referir os dados referentes às pistas apresentadas pelo entrevistador e às insistências realizadas pelos mesmos. Seguidamente, consideramos a influência que as variáveis instrução de recriação imagética (grupo NIRI vs IRI), vivência de uma experiência real de perda na infância dos participantes (sem vs com experiência real de perda) e número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas) tiveram quer na qualidade da descrição do episódio, quer na avaliação realizada pelos participantes das várias dimensões. Adicionalmente, debruçamo-nos sobre o modo como a qualidade da descrição do episódio e a avaliação que os participantes efectuaram das dimensões evoluíram ao longo das entrevistas. Finalmente, averiguamos se a duração do intervalo entre entrevistas se relacionou com as diferenças observadas entre entrevistas para os diferentes elementos considerados e o modo como estes se relacionaram entre si.

A análise da quantidade de pistas relativa ao episódio falso que o entrevistador forneceu aos participantes revelou que, na primeira entrevista, foi apresentada uma quantidade de pistas significativamente superior ao observado nas entrevistas seguintes. O maior número de elementos apresentado pelo entrevistador na primeira vez que o episódio falso foi sugerido permitiu aos participantes elaborar uma descrição do mesmo que as integrasse. Nas entrevistas seguintes, dado que já existia uma descrição previamente elaborada (na primeira entrevista), foi suficiente a apresentação do título do acontecimento para a maior parte dos participantes.

A qualidade da descrição do episódio falso foi, de um modo geral, pobre, tendo sido observada a qualidade de descrição mais elevada na entrevista 2. Tendencialmente, o grupo que foi instruído a recriar imageticamente os episódios descreveu o episódio falso com qualidade

superior, embora as diferenças não se tenham revelado estatisticamente significativas. A parca evolução da qualidade da descrição do episódio falso ocorreu essencialmente da primeira entrevista para as entrevistas seguintes, não tendo sido observada qualquer melhoria significativa da segunda para a terceira entrevista. Este dado é consistente com a conclusão de que a qualidade do relato do episódio falso não foi influenciada de modo significativo pelo facto do mesmo ter sido descrito por duas ou três vezes.

Os participantes consideraram que a recordação do episódio falso ocorreu de um modo “pouco claro” a “claro” mas, apesar disso, “confiaram” na descrição que elaboraram do mesmo. Tendencialmente, o grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente o episódios avaliou a recordação como mais clara, e confiou mais no seu relato, comparativamente com os participantes que receberam esta instrução. A análise estatística revelou, no entanto, que as diferenças encontradas entre os grupos NIRI e IRI não foram significativas. Tal como ocorreu com a qualidade da descrição do episódio, também a caracterização do modo como o episódio falso foi recordado aumentou fundamentalmente da primeira para a segunda entrevista; este aumento ocorreu apenas para a clareza da recordação. Novamente, o número de entrevistas realizado não influenciou significativamente a avaliação destas duas dimensões.

O episódio falso foi caracterizado como “pouco importante” a “importante” e com uma valência emocional “negativa”, aquando da sua ocorrência na infância dos participantes. Apenas a importância que lhes foi atribuída aumentou significativamente da primeira para a segunda entrevista. A caracterização do episódio falso não foi influenciada pela instrução de recriação imagética nem pela quantidade de entrevistas realizada.

A experiência de uma situação real de perda na infância dos participantes não influenciou de forma sistemática, nem diferenciada estatisticamente, a qualidade de descrição do episódio construído e a avaliação das várias dimensões realizada pelos participantes. Constatamos ainda que as variações ocorridas nos intervalos entre entrevistas não se relacionaram de modo significativo com as alterações observadas entre entrevistas para a qualidade da descrição do episódio nem com as dimensões avaliadas pelos participantes.

Considerando agora as correlações exploradas entre os dados, verificamos que, na primeira entrevista, quando o entrevistador apresentou um maior número de pistas, os participantes consideraram que a clareza da recordação foi menor. Relativamente às quantidades de insistências globais, e específicas ao grupo IRI, verificamos que as mesmas não se correlacionaram de um modo sistemático, nem com a qualidade da descrição do episódio, nem com a avaliação realizada pelo participante.

O padrão de correlações significativas encontrado entre os diversos elementos observados na descrição do episódio falso foi escasso. A descrição elaborada na segunda entrevista revelou ser a mais completa, e em que mais elementos se relacionaram entre si. Por outro lado, as correlações observadas na avaliação das dimensões realizada pelo participante foram bastante

consistentes, particularmente entre as dimensões que caracterizaram o modo como o episódio foi recordado: a clareza da recordação e a confiança depositada na descrição elaborada. Também a importância atribuída ao episódio se relacionou fortemente com as duas dimensões atrás referidas.

3. Episódio falso vs episódios verídicos

Como foi referido anteriormente na descrição do procedimento desta investigação, no decorrer das entrevistas foi solicitado aos participantes que descrevessem três episódios verídicos das suas infâncias. Nesta secção da análise dos dados pretendemos averiguar se os participantes, que descreveram a falsa memória desde a primeira entrevista, elaboraram descrições qualitativamente distintas para os episódios verídicos das suas infâncias e para um episódio que lhes foi sugerido, que efectivamente não ocorreu, mas para o qual organizaram uma descrição (o episódio falso). Procuramos igualmente explorar se os participantes avaliaram de forma distinta as várias dimensões, em função do tipo de episódio a que respeitavam (episódio falso vs episódios verídicos). Assim, procedemos à comparação do episódio falso com os episódios verídicos quanto à qualidade da descrição e à avaliação que os participantes efectuaram das dimensões. Consideramos para o efeito as descrições e avaliações realizadas pelos participantes que descreveram o episódio falso desde a primeira entrevista, para os episódios falso e verídicos por eles relatados. Nesta exploração de dados utilizamos a moda e / ou valores médios de cada um dos elementos observados na descrição dos três episódios verídicos, assim como das dimensões avaliadas pelos participantes para estes episódios. Estes dados foram então confrontados com as médias globais obtidas para a qualidade da descrição e avaliação das dimensões efectuada pelos participantes relativamente ao episódio falso. Averiguamos ainda se a qualidade da descrição e a avaliação das dimensões se diferenciou em cada entrevista, de acordo com o tipo de episódio em descrição (episódio falso vs episódios verídicos). Contemplamos nesta análise a moda e / ou valores médios dos 3 episódios verídicos em cada entrevista que contrastamos com os valores obtidos para o episódio falso também em cada entrevista.

Três dos participantes que descreveram o episódio sugerido não recordaram um dos episódios verídicos na entrevista 1. No sentido de garantir uma comparação precisa entre episódios verídicos e falso, as médias globais (do total das entrevistas realizadas) e os valores médios em cada entrevista (do total de episódios em cada entrevista), relativos à qualidade da descrição e à avaliação dos episódios verídicos destes participantes, foram calculados tendo em consideração apenas os dados dos episódios descritos desde a primeira entrevista. Assim, para ambos os tipos de episódios, consideramos apenas as descrições dos episódios, e as respectivas avaliações, efectuadas desde a entrevista 1.

Nesta apresentação dos dados começamos por averiguar eventuais diferenças entre os dois tipos de episódios (episódio falso vs episódios verídicos) para a quantidade de pistas apresentadas pelo entrevistador, e para as intervenções realizadas pelo entrevistador. Em relação a estas últimas, consideramos as insistências gerais e as intervenções específicas ao grupo IRI, nomeadamente as insistências com indicação de recriação imagética e a renovação da instrução de recriação imagética efectuadas pelo entrevistador no decorrer da descrição dos episódios.

Passamos depois à comparação da qualidade da descrição do episódio falso com a dos episódios verídicos. Exploramos então os vários elementos observados na descrição dos episódios, em concreto o nível de detalhe da descrição, a quantidade de reacções e de discursos narrados no relato dos episódios e a quantidade de palavras com que o episódio foi descrito. Analisamos em seguida a avaliação que os participantes elaboraram da qualidade da recordação dos episódios – através da avaliação da clareza da recordação e da confiança depositada na informação relatada – e dos próprios episódios – pela caracterização da importância do evento e valência emocional do mesmo. Consideramos ainda se a evolução observada nos dados ao longo das entrevistas se diferenciou de acordo com o tipo de episódio em causa (episódio falso vs episódios verídicos).

Analisamos ainda a influência que as variáveis instrução de recriação imagética e número de entrevistas realizado tiveram na qualidade de descrição dos episódios verídicos e na avaliação das respectivas dimensões. Procuramos assim averiguar se a qualidade da descrição dos episódios falso e verídicos, e a avaliação que os participantes realizaram das correspondentes dimensões, foram afectadas de modos distintos por estas variáveis. Verificamos também se as diferenças encontradas entre entrevistas para qualidade de descrição dos episódios verídicos, e para as dimensões que os participantes avaliaram, se relacionaram de modo significativo com a duração dos intervalos de tempo decorridos entre entrevistas. As conclusões daqui advindas foram confrontadas com as alcançadas para o episódio falso. Finalmente, comparamos o padrão de correlações encontrado para os episódios verídicos com o descrito para o episódio falso. Na apresentação destes dados, remetemos o leitor para a descrição pormenorizada dos resultados apresentada na secção anterior, referentes ao episódio falso. Quanto aos dados relativos aos episódios verídicos presentemente em análise, expomos no texto apenas os resultados estatísticos que se revelaram significativos, exibindo os restantes nos anexos indicados para cada caso.

A instrução de recriação imagética não influenciou de modo significativo a qualidade da descrição do episódio falso, nem a avaliação que os participantes executaram das várias dimensões, tal como verificamos anteriormente. A análise preliminar dos dados relativos aos episódios verídicos revelou que, também neste caso, o impacto desta variável foi bastante reduzido, restringindo-se a alguns elementos da descrição dos episódios. Também a quantidade de pistas que o entrevistador forneceu aos participantes, e de insistências realizadas pelo entrevistador, não foram distintas para os grupos NIRI e IRI. Por este motivo, consideramos no tratamento dos dados em descrição o total dos 15 participantes que elaboraram a falsa memória desde a primeira entrevista (não realizamos assim explorações diferenciadas para os grupos NIRI e IRI para a quase totalidade das variáveis). Para as variáveis observadas na descrição dos episódios verídicos que se revelaram afectadas pela instrução de recriação imagética, a

comparação da descrição dos episódios verídicos com o episódio falso foi realizada para cada grupo em particular (grupo NIRI e grupo IRI)⁶⁸.

Antes de iniciar a apresentação dos dados atrás enunciados, enumeramos os principais procedimentos estatísticos utilizados.

3.1. Procedimentos estatísticos

A quase totalidade dos dados obtidos para os episódios verídicos não obedeceu a uma distribuição normal. Para além disso, a reduzida dimensão das amostras consideradas motivou a escolha de procedimentos estatísticos não paramétricos.

A comparação dos episódios falso e verídicos quanto aos vários elementos que caracterizam a qualidade da descrição dos episódios e às dimensões que os participantes avaliaram foi realizada através do teste de Wilcoxon para duas amostras emparelhadas.

A qualidade da descrição dos episódios verídicos e a avaliação das dimensões relativas aos mesmos realizada pelos participantes foram analisadas em função da instrução de recriação imagética (grupo NIRI vs grupo IRI) e do número de entrevistas realizado (2 vs 3 entrevistas). Para o efeito, recorremos ao teste não paramétrico U de Mann-Whitney para duas amostras independentes⁶⁹. A influência destas duas variáveis na qualidade da descrição dos episódios verídicos, e respectivas dimensões, foi depois contrastada com a observada anteriormente para o episódio falso.

A exploração da evolução ao longo das entrevistas dos dados referentes aos episódios verídicos foi realizada com o teste não-paramétrico de Wilcoxon. Considerámos deste modo as comparações de dados entre as várias entrevistas (entrevista 1 vs 2, entrevista 1 vs 3 e entrevista 2 vs 3). As conclusões retiradas desta análise foram depois comparadas com as obtidas em relação ao episódio falso.

A relação entre a duração do intervalo de tempo decorrido entre entrevistas e as diferenças obtidas entre entrevistas para as diversas variáveis foi determinada através do teste de

⁶⁸ Tal como será adiante apresentado de um modo mais detalhado, verificamos que os grupos NIRI e IRI apenas se diferenciaram de modo significativo nos seguintes elementos observados na descrição dos episódios verídicos: quantidade média de reacções negativas relatada na descrição dos episódios ($Z=2,485$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,013$); na entrevista 1, os grupos diferenciaram-se na quantidade de reacções totais descrita e no número de palavras que os participantes utilizaram para descrever os episódios verídicos ($Z=2,035$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,042$; $Z=2,569$, $N_1=3$, $N_2=11$, $p=0,01$, respectivamente); nas entrevistas 2 e 3 os grupos NIRI e IRI apenas se diferenciaram na frequência de reacções negativas observada na descrição dos episódios ($Z=2,464$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,014$; $Z=2,353$, $N_1=3$, $N_2=6$, $p=0,019$, respectivamente). Para os elementos aqui referidos, a comparação da descrição do episódio falso com a dos episódios verídicos será realizada separadamente para os grupos NIRI e IRI.

⁶⁹ Nesta análise de resultados foram identificadas situações de empates nos dados. Dado que um dos requisitos deste teste é precisamente a ausência de empates, optámos por apresentar o valor de Z , assim como o respectivo valor de p , sendo estes valores corrigidos para os empates.

correlação de Pearson⁷⁰. Também a exploração das correlações entre as diversas variáveis referentes aos episódios verídicos foi realizada mediante a utilização deste mesmo teste. Os resultados obtidos nestas análises serão depois comparados com os descritos anteriormente para o episódio falso.

3.2. Pistas e insistências

3.2.1. Pistas

Começamos por explorar o número de pistas que o entrevistador forneceu aos participantes para os episódios falso e verídicos. Recordamos que, em todos os casos, foi fornecido o título do evento que se pretendia que o participante recordasse. Nas situações em que este elemento não foi suficiente para que o participante identificasse o episódio em causa, o entrevistador apresentou pistas adicionais (e.g., idade de ocorrência do episódio). Como pode ser observado na Figura 28, em todas as entrevistas, foram fornecidas mais pistas para o episódio falso que para os episódios verídicos, tendo ocorrido a maior diferença na entrevista 1. A quantidade de pistas apresentada pelo entrevistador diminuiu, em ambos os casos, da entrevista 1 para a entrevista 2, mantendo-se praticamente estável desta para a entrevista 3. Em média, para os episódios verídicos, foram fornecidas 1,3 pistas ($dp=0,21$) e, para o falso, 2,1 pistas ($dp=0,4$).

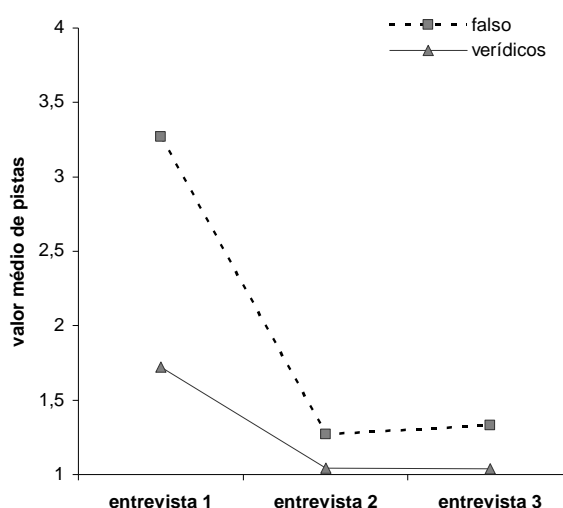


Figura 28: Quantidade média de pistas fornecida para os episódios verídicos e falso.

⁷⁰ Na secção de dados anterior foi confirmada a igualdade dos vários grupos quanto à duração dos intervalos de tempo entre entrevistas (grupos NIRI vs IRI, participantes que realizaram 2 vs 3 entrevistas), assim como a semelhança da duração dos dois intervalos de tempo no caso dos participantes que realizaram as três entrevistas. Por este motivo, a presente análise contempla o totalidade dos dados.

A análise estatística das diferenças observadas entre os dois tipos de episódios (verídicos vs falso) revelou que o entrevistador forneceu um número médio de pistas significativamente inferior para os episódios verídicos. Esta diferença revelou-se significativa apenas na entrevista 1 como pode ser confirmado nos dados apresentados na Tabela 67.

Tabela 67: Análise das diferenças na quantidade de pistas fornecida para os episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	3,413	15	0,001
entrevista 1	3,316	14	0,001
entrevista 2	1,786	5	0,074
entrevista 3	1,000	1	0,317

A diferença observada na entrevista 1 era prevista uma vez que, não correspondendo o título do episódio falso a um evento registado pelo participante, foi necessário apresentar mais pistas a partir das quais os participantes desenvolveram a descrição do episódio sugerido. Nas entrevistas seguintes, existia já uma história relativa ao título em causa pelo que, na maior parte das situações, apenas foi necessário fornecer esta pista, tal como aconteceu para os episódios verídicos. Daí, a não observação de diferenças significativas nas restantes entrevistas.

3.3. Insistências

Procuramos agora averiguar se o entrevistador interveio de modo diferenciado durante a descrição dos episódios falso e verídicos. Estas intervenções referem-se à frequência com que o entrevistador incentivou os participantes a descrever os episódios de um modo mais pormenorizado.

O entrevistador realizou, em média, mais insistências para que os participantes descrevessem mais detalhes na descrição do episódio falso que na descrição dos episódios verídicos ($\bar{x}=3,5$, $dp=1,7$; $\bar{x}=3,1$, $dp=1,02$, respectivamente). Observando as quantidades de insistências contabilizadas em cada entrevista, constatamos que esta superioridade ocorreu apenas nas entrevistas 1 e 2 (Figura 29). A frequência de intervenções efectuada para os dois tipos de episódios diminuiu da entrevista 1 para a entrevista 2, continuou a diminuir para o episódio falso na entrevista 3, mas aumentou ligeiramente para os episódios verídicos (Figura 29).

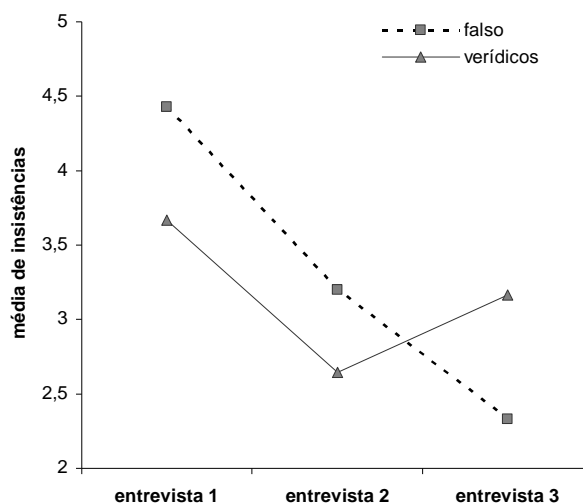


Figura 29: Quantidade média de insistências realizada pelo entrevistador para os episódios verídicos e falso.

As diferenças atrás descritas para a quantidade média de insistências que o entrevistador realizou para os episódios falso e verídicos não se revelaram estatisticamente significativas, como revelam os dados expostos na Tabela 68. Do mesmo modo, a comparação do número de insistências efectuado em cada entrevista não acusou qualquer diferença significativa (Tabela 68). Podemos então considerar que o entrevistador incentivou com uma frequência semelhante os participantes a descrever mais pormenorizadamente os episódios falso e verídicos.

Tabela 68: Análise das diferenças quanto às insistências realizadas pelo entrevistador para os episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	0,848	14	0,396
entrevista 1	1,351	14	0,177
entrevista 2	1,165	14	0,244
entrevista 3	1,544	9	0,123

3.3.1. Insistências e instruções de recriação imagética – grupo IRI

Consideramos agora o tipo de intervenções específicas ao grupo IRI que o entrevistador realizou, nomeadamente, as insistências acompanhadas da indicação de recriação imagética e as renovações da instrução de recriação imagética executadas no decorrer da descrição dos episódios. Os dados apresentados na Figura 30 mostram que o episódio falso recebeu, tendencialmente, mais insistências deste tipo em todas as entrevistas. Este dado manifestou-se nas respectivas médias, tendo o entrevistador realizado, para o episódio falso, 0,92 insistências

com indicação de recriação imagética ($dp=0,62$) e, para os episódios verídicos, 0,82 insistências deste tipo ($dp=0,47$).

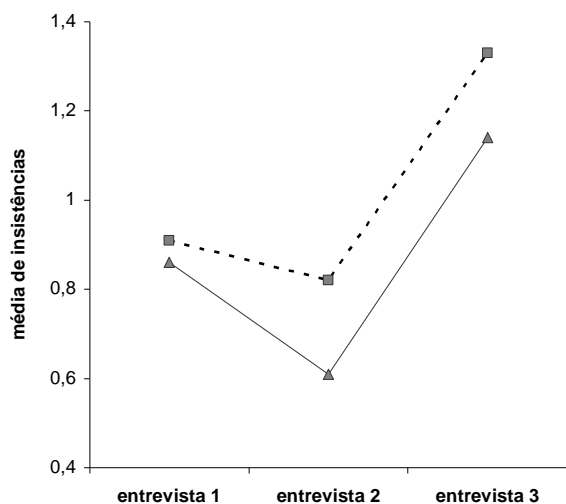


Figura 30: Quantidade média de insistências com indicação de recriação imagética realizada para os episódios verídicos e para o falso.

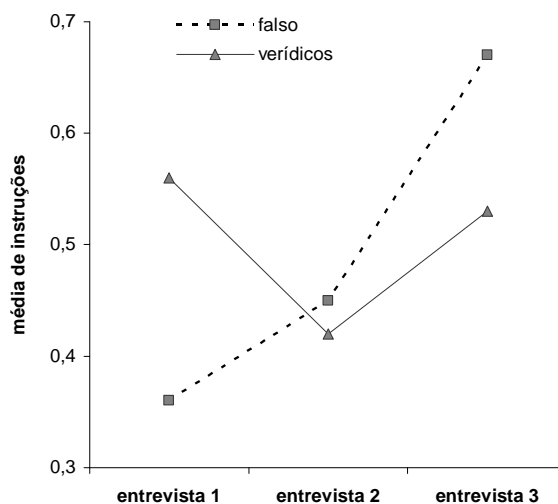


Figura 31: Quantidade média de renovações da instrução de recriação imagética realizada para os episódios verídicos e para o falso.

Relativamente à frequência com que o entrevistador recordou aos participantes a instrução para recriarem imageticamente os episódios, verificamos que, nas entrevistas 2 e 3, esta frequência foi superior no caso do episódio falso (Figura 31). O oposto ocorreu na entrevista 1. Em média, esta instrução foi renovada 0,46 vezes ($dp=0,27$) durante a descrição do episódio falso e 0,44 vezes ($dp=0,45$) durante a descrição dos episódios verídicos.

A análise estatística dos dados revelou que o entrevistador não realizou um número significativamente diferente de insistências com indicação de recriação imagética para os episódios verídicos e para o falso, o que se verificou quer para o seu valor médio, quer em cada entrevista (Tabela 69, coluna A). O mesmo foi constatado para as renovações da instrução de recriação imagética efectuadas pelo entrevistador no decorrer da descrição dos dois tipos de episódios (Tabela 69, coluna B).

Tabela 69: Análise das diferenças entre os episódios falso e verídicos relativamente às quantidades de insistências com indicação de recriação imagética (coluna A) e de instruções de recriação imagética realizadas pelo entrevistador (coluna B).

	insistências imagética (A)			instruções imagética (B)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p
média	1,011	9	0,312	0,460	10	0,646
entrevista 1	0,431	7	0,666	0,775	8	0,438
entrevista 2	0,552	4	0,581	0,426	7	0,670
entrevista 3	0,315	6	0,752	0,000	6	1,000

3.3.2. Pistas e Insistências: resumo

Os episódios verídicos apenas se diferenciaram do episódio falso na quantidade média de pistas apresentada e ainda na primeira vez que os episódios foram relatados pelos participantes. Enquanto que, para os episódios verídicos, na maior parte das situações, apenas foi fornecido o título do evento, para o episódio falso foi necessário fornecer mais detalhes para que o participantes elaborassem a descrição do mesmo.

Quanto às intervenções realizadas pelo entrevistador durante a descrição dos episódios, constatamos que o entrevistador não efectuou diferentes quantidades de insistências para os dois tipos de episódios. Tal ocorreu para as insistências gerais como para o tipo de intervenções específicas ao grupo IRI. Podemos assim considerar que os episódios falso e verídicos receberam uma quantidade semelhante de incentivos para descrever os episódios com mais pormenor.

3.4. Qualidade da descrição

3.4.1. Detalhe

No que diz respeito à qualidade com que os episódios falso e verídicos foram descritos, começamos por averiguar o nível de detalhe com que os mesmos foram classificados. Recordamos que o detalhe da descrição dos episódios foi caracterizado num dos três níveis possíveis: detalhe pobre, detalhe médio, e detalhe excelente. Atendendo à moda do detalhe da descrição, os dados ilustrados na Figura 32 mostram que a descrição dos episódios verídicos foi, em cerca de 60% dos casos caracterizada com o nível de detalhe “pobre” e em 26,7% dos casos com o nível de detalhe “excelente”⁷¹. Ainda pela observação desta figura, verificamos que, na

⁷¹ Devido à ocorrência de alguns casos amodais e bimodais, apenas foi possível determinar a moda do detalhe da descrição do episódio falso para 11 casos. O mesmo sucedeu no caso dos episódios verídicos, sendo consideradas na entrevista 1 a moda do detalhe da descrição de 13 participantes, na entrevista 2 de 11 participantes e, na entrevista 3, a moda do detalhe da descrição de 7 participantes.

quase totalidade dos casos, a moda do detalhe da descrição do episódio falso correspondeu ao detalhe “pobre” (90,9% dos casos), não ocorrendo qualquer valor correspondente ao nível de detalhe “excelente”. Para ambos os tipos de episódios, a descrição “pobre” foi a mais frequente, embora em menor percentagem para a descrição dos episódios verídicos. Constatamos ainda que a descrição de alguns episódios verídicos foi realizada com um nível de detalhe “excelente”, o que não se verificou para o episódio falso.

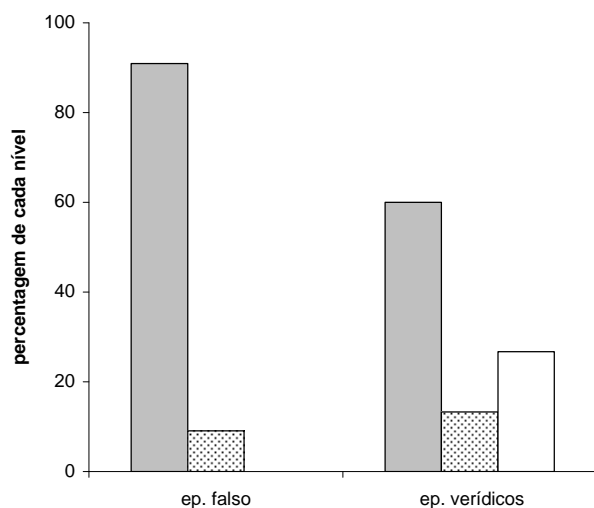


Figura 32: Percentagem de cada nível de detalhe das descrições dos episódios falso e verídico para as respectivas modas.

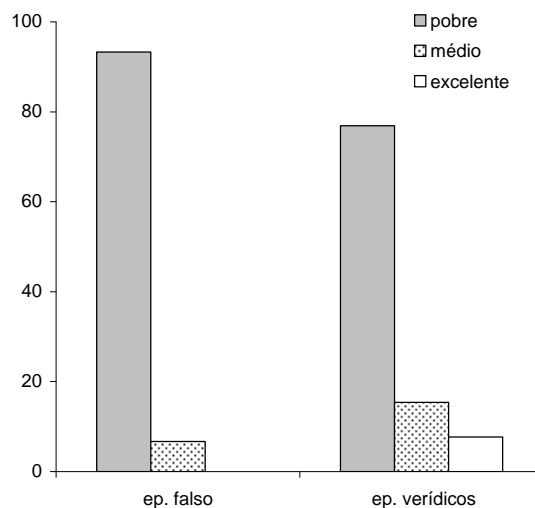


Figura 33: Percentagem de cada nível de detalhe na descrição dos episódios verídicos e falso, na entrevista 1.

Pela análise dos dados apresentados da Figura 33 à Figura 35, verificamos que em todas as entrevistas, os episódios verídicos foram descritos mais detalhadamente que o episódio falso, sendo a maior diferença observada na entrevista 3. Por outro lado, foi na entrevista 2 que o detalhe de descrição menos se diferenciou em função do tipo de episódio em descrição. Verificamos ainda que, enquanto a descrição dos episódios verídicos foi progressivamente mais detalhada da primeira à última entrevista, a descrição do episódio falso sofreu uma ligeira deterioração da segunda para a terceira entrevista (Figura 34 e Figura 35).

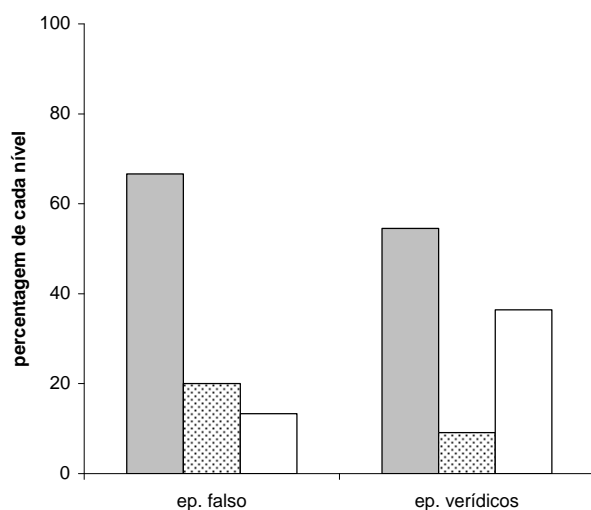


Figura 34: Percentagem de cada nível de detalhe na descrição dos episódios verídicos e falso, na entrevista 2.

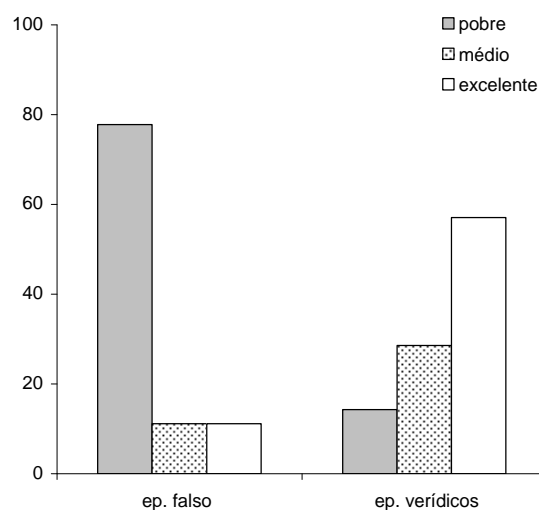


Figura 35: Percentagem de cada nível de detalhe na descrição dos episódios verídicos e falso, na entrevista 3.

Os resultados da análise estatística das diferenças observadas no detalhe da descrição dos episódios verídicos e falso, revelaram que a moda do detalhe da descrição dos episódios verídicos foi significativamente superior à do episódio falso. O mesmo foi observado na terceira vez que os episódios foram descritos (Tabela 70). Constatamos assim que, de um modo geral, os episódios verídicos foram descritos com mais detalhe que o episódio falso e que esta diferença foi particularmente marcante na entrevista 3.

Tabela 70: Análise das diferenças quanto ao detalhe da descrição dos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
moda	2,07	5	0,038
entrevista 1	1,134	4	0,257
entrevista 2	1,518	5	0,129
entrevista 3	2,251	6	0,024

3.4.2. Reacções

Outro dos elementos que caracterizou a qualidade do relato dos episódios foi a descrição de reacções (e.g., chorar, ficar triste, etc.). A observação da sua frequência na narrativa elaborada pelos participantes mostrou que o relato de reacções foi mais numeroso nos episódios verídicos, comparativamente com o episódio falso ($\bar{x}=2,5$, $dp=1,7$; $\bar{x}= 2,2$ $dp=1,5$, respectivamente). Como pode ser apurado na Figura 36, esta constatação foi igualmente válida para os dados encontrados em cada entrevista. A maior diferença na quantidade de reacções descrita ocorreu na entrevista 1,

sendo a sua frequência muito próxima nas entrevistas seguintes. Para ambos os tipos de episódios o relato de reacções aumentou progressivamente da primeira à terceira entrevista.

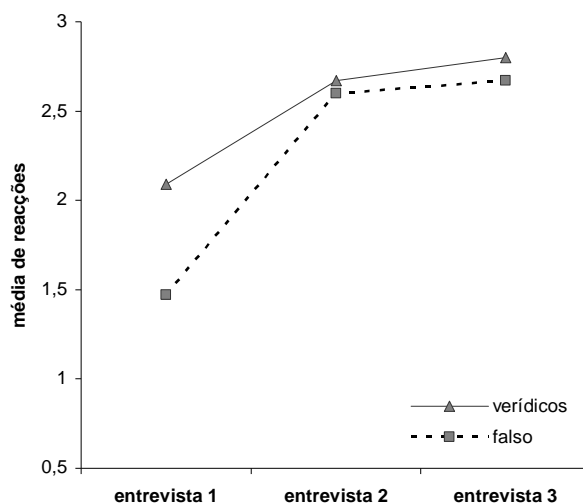


Figura 36: Quantidade média de reacções descrita para os episódios verídicos e falso.

Analisando as ligeiras diferenças anteriormente apresentadas, confirmamos que a quantidade de reacções descrita para os episódios verídicos e falso não foi significativamente distinta, nem para o seu valor médio, nem para os valores observados em cada entrevista (Tabela 71).

Tabela 71: Análise das diferenças na quantidade de reacções descrita para os episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	0,473	14	0,636
entrevista 1	1,038	14	0,299
entrevista 2	0,283	14	0,777
entrevista 3	0,210	6	0,833

A análise da influência da instrução de recriação imagética na quantidade de reacções relatadas na descrição dos episódios verídicos revelou que o grupo IRI descreveu significativamente mais reacções na entrevista 1 que o grupo NIRI ($Z=2,035$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,042$). Por este motivo, a presença deste elemento na descrição dos episódios verídicos e falso, na entrevista 1, foi explorada para cada um dos grupos. A comparação da quantidade de reacções descrita pelo grupo NIRI para o episódio falso e para os episódios verídicos, nesta entrevista, revelou que os mesmos não se diferenciaram significativamente ($z=0,730$, N-

empates=4, $p=0,465$). O mesmo foi verificado para o grupo IRI ($z=1,684$, N-empates=10, $p=0,092$).

Na descrição dos dados relativos à descrição do episódio falso, constatamos que os participantes referiram significativamente mais reacções negativas que reacções positivas. Deste modo, procedemos à comparação dos episódios verídicos e falso relativamente às reacções positivas e negativas de modo independente.

3.4.2.1. Reacções positivas

Atendendo ao relato de reacções de conotação emocional positiva na descrição dos episódios, verificamos que os participantes referiram, em média, 0,81 reacções positivas ($dp=0,55$) para os episódios verídicos, enquanto que, para o episódio falso, apenas relataram uma quantidade média de 0,52 reacções positivas ($dp=0,78$). Pela observação dos valores encontrados em cada entrevista, apresentados na Figura 37, constatamos que a superioridade dos episódios verídicos em relação ao falso ocorreu nas entrevistas 1 e 3, acontecendo o oposto na entrevista 2. Para ambos os tipos de episódios encontramos um aumento na quantidade de reacções positivas narrada da entrevista 1 para a entrevista 2, seguido de uma diminuição para a entrevista 3 (Figura 37). As oscilações entre entrevistas foram mais notórias para o episódio falso que para os episódios verídicos.

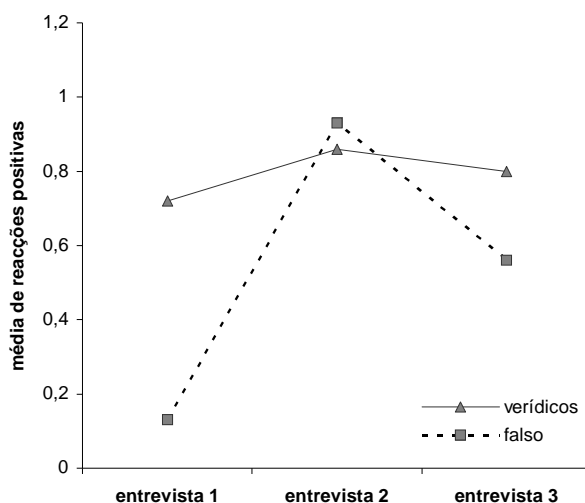


Figura 37: Quantidade média de reacções positivas descrita para os episódios verídicos e falso.

A exploração estatística das diferenças entre os dois tipos de episódios (falso vs verídicos), no que concerne à referência a reacções positivas nas suas descrições, mostrou que o

valor médio observado para este elemento não foi significativamente distinto, embora a diferença seja muito próxima da significativa. A análise das diferenças para os dados de cada entrevista revelou que, na primeira entrevista, os participantes descreveram uma quantidade significativamente superior de reacções positivas para os episódios verídicos que para o episódio falso (Tabela 72). Em ambos os casos anteriormente referidos o relato de reacções positivas foi mais frequente na descrição dos episódios verídicos.

Tabela 72: Análise das diferenças na quantidade de reacções positivas descrita para os episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	1,948	14	0,051
entrevista 1	2,294	12	0,022
entrevista 2	0,126	14	0,90
entrevista 3	1,187	7	0,235

3.4.2.2. Reacções negativas

Quanto à descrição de reacções negativas, constatamos que, para os dois tipos de episódios, foi narrada a mesma quantidade média de reacções negativas ($\bar{x}=1,7$, $dp=1,3$). A observação da Figura 38 mostra que, também em cada entrevista, o número de reacções negativas descrito para os dois tipos de episódios foi semelhante, não sendo clara a diferenciação entre eles. Ao longo das três entrevistas foi referida uma quantidade crescente de reacções negativas na descrição dos episódios verídicos e falso.

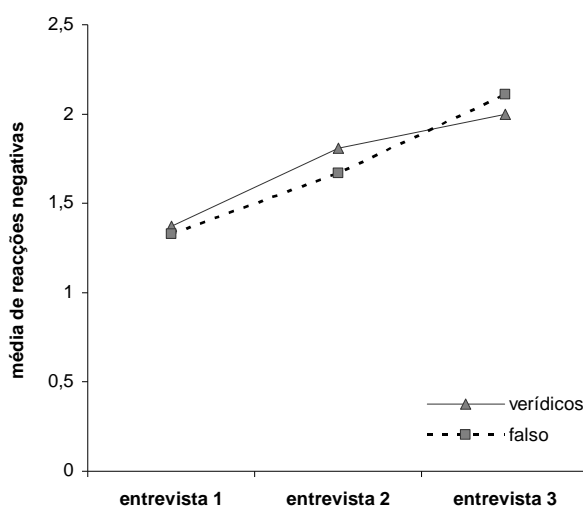


Figura 38: Quantidade média de reacções negativas descrita para os episódios verídicos e falso.

A frequência com que os participantes do grupo IRI referiram reacções negativas no relato efectuado para os episódios verídicos foi significativamente superior à observada no grupo NIRI. Esta diferença ocorreu para a quantidade média de reacções negativas e nas entrevistas 2 e 3 ($Z=2,485$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,013$; $Z=2,464$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,014$; $Z=2,353$, $N_1=3$, $N_2=6$, $p=0,019$, respectivamente). Consequentemente, analisamos em as diferenças entre a descrição dos episódios falso e verídicos, quanto ao relato de reacções negativas, para cada um dos grupos.

Contrariamente ao descrito para a globalidade dos casos, verificamos que o grupo NIRI descreveu uma quantidade média de reacções negativas superior para o episódio falso relativamente aos episódios verídicos ($\bar{x}=1,93$, $dp=1,6$; $\bar{x}=0,5$, $dp=0,38$, respectivamente). Também em todas as entrevistas a quantidade de reacções negativas descrita para o episódio falso superou a contabilizada no relato dos episódios verídicos (Figura 39). A referência a reacções negativas na descrição dos episódios verídicos manteve-se praticamente constante ao longo das três entrevistas enquanto que, para o episódio falso, ocorreu um ligeiro aumento ao longo das três entrevistas (Figura 39).

Relativamente aos dados do grupo IRI, verificamos que, em média, foram referidas 2,1 ($dp=1,29$) reacções negativas na descrição dos episódios verídicos e 1,6 ($dp=1,19$) reacções negativas na descrição do episódio falso. Esta tendência foi igualmente observada em todas as entrevistas (Figura 40). Na narrativa de ambos os tipos de episódios, a referência a reacções negativas aumentou ao longo das três entrevistas, tendo sido a sua ocorrência mais frequente em todas as entrevistas para os episódios verídicos (Figura 39 e Figura 40).

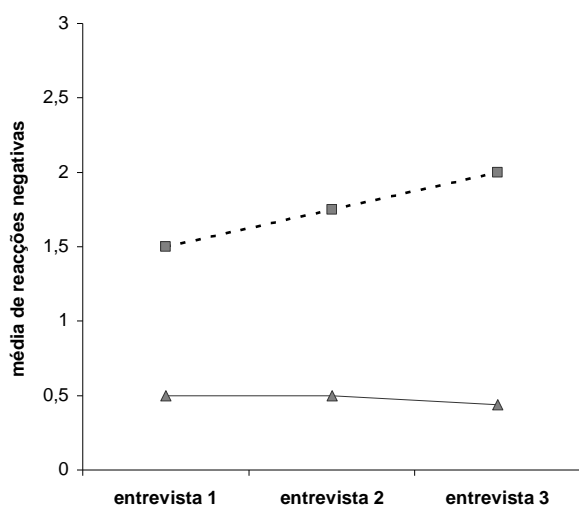


Figura 39: Quantidade média de reacções negativas descrita para os episódios verídicos e falso no grupo NIRI.

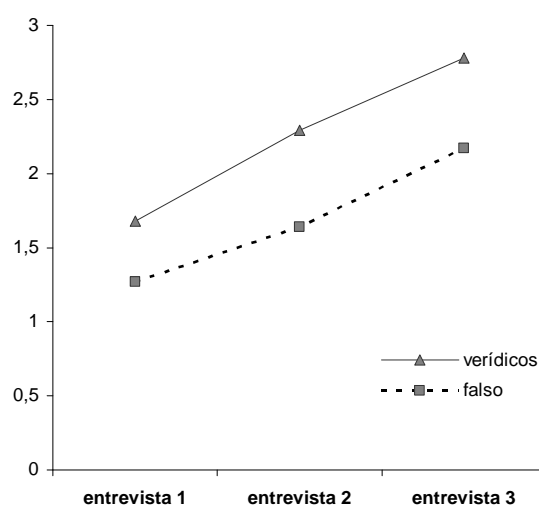


Figura 40: Quantidade média de reacções negativas descrita para os episódios verídicos e falso no grupo IRI.

Como revela a análise estatística das diferenças observadas entre os episódios falso e verídicos para cada grupo em particular (Tabela 73), o número médio de reacções negativas contabilizado para os dois tipos de episódios não se diferenciou de modo significativo em qualquer dos grupos⁷². Do mesmo modo, as diferenças encontradas em cada entrevista, relativamente à quantidade de reacções negativas descrita para cada tipo de episódio, não se revelaram estatisticamente significativas. (Tabela 73).

Tabela 73: Análise das diferenças na quantidade de reacções negativas descrita para os episódios verídicos e falso para o grupo NIRI (coluna A), e o grupo IRI (coluna B).

	NIRI (A)			IRI (B)		
	z	N-empates	p	z	N-empates	p
média	1,289	4	0,197	0,845	11	0,398
entrevista 1	1,289	4	0,461	0,491	8	0,642
entrevista 2	1,633	4	0,197	1,336	10	0,182
entrevista 3	1,00	3	0,102	1,289	4	0,197

3.4.2.3. Reacções positivas vs reacções negativas

Averiguamos de seguida se os participantes narraram quantidades semelhantes de reacções positivas e negativas na descrição que elaboraram dos episódios verídicos. Como referimos anteriormente, os grupos NIRI e IRI referiram quantidades significativamente distintas de reacções negativas na descrição dos episódios verídicos. Por este motivo, a análise das diferenças quanto à referência de reacções na descrição destes episódios, em função da sua conotação emocional, foi realizada para cada grupo em particular.

A Figura 41 mostra que o grupo NIRI descreveu, tendencialmente, mais reacções positivas que negativas no relato que efectuou para os episódios verídicos ($\bar{x}=0,82$, $dp=0,687$; $\bar{x}=0,5$, $dp=0,379$, respectivamente). O oposto foi observado na descrição que os participantes do grupo IRI realizaram para estes episódios, sendo a diferença entre os dois tipos de reacções mais notória neste grupo (Figura 42). Em termos médios, o grupo IRI descreveu 0,8 ($dp=0,533$) reacções positivas e 2,1 reacções negativas no relato dos episódios verídicos.

⁷² Apesar de os grupos NIRI e IRI não se terem diferenciado significativamente na entrevista 1 na quantidade de reacções negativas relatadas na descrição dos episódios verídicos, no sentido de simplificar a apresentação da comparação dos episódios verídicos e falso para este elemento, consideramos igualmente este dado em cada grupo. De referir, no entanto que, os episódios verídicos e falso não se diferenciaram significativamente na frequência com que foram descritas reacções negativas, se for considerada a totalidade dos dados ($z= 0,039$, $N\text{-empates}=12$, $p=0,969$).

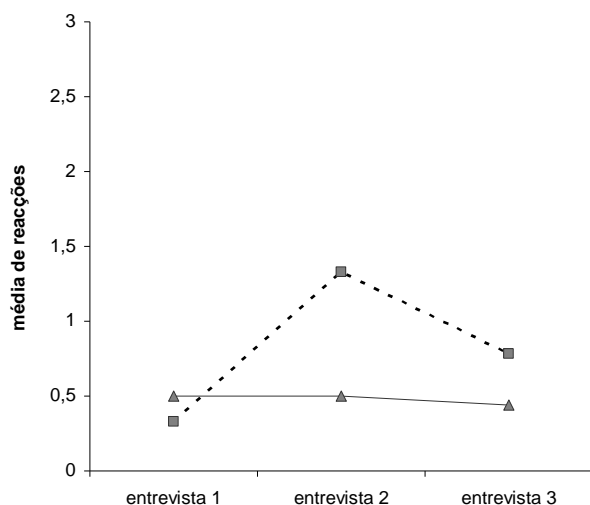


Figura 41: Quantidade média de reacções positivas e negativas descrita para os episódios verídicos pelo grupo NIRI.

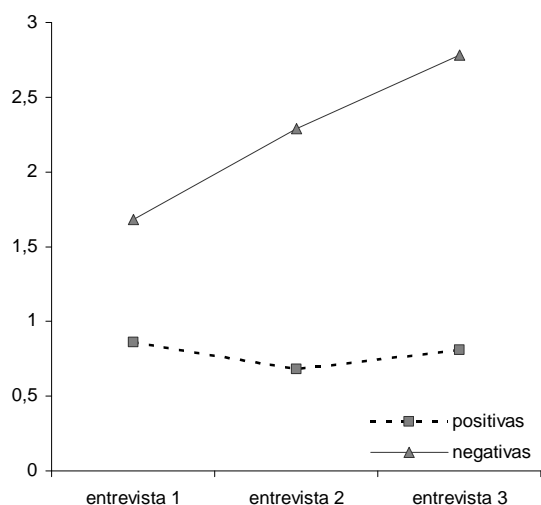


Figura 42: Quantidade média de reacções positivas e negativas descrita para os episódios verídicos pelo grupo IRI.

Os resultados da análise estatística para a frequência com que os participantes dos grupos NIRI e IRI relataram reacções positivas e negativas na descrição dos episódios verídicos são apresentados na Tabela 74 (colunas A e B, respectivamente). Estes dados revelam que a descrição dos episódios verídicos se diferenciou apenas no grupo IRI, tendo sido referida uma quantidade média de reacções negativas significativamente superior à de reacções positivas. Esta mesma diferença ocorreu igualmente em todas as entrevistas (Tabela 74, coluna B).

Tabela 74: Análise das diferenças nas quantidades de reacções negativas e positivas descritas os episódios verídicos para o grupo NIRI (coluna A) e o grupo IRI (coluna B).

	NIRI (A)			IRI (B)		
	z	n-empates	p	z	n-empates	p
média	0,00	4	1,00	2,805	10	0,005
entrevista 1	0,535	3	0,593	2,251	10	0,024
entrevista 2	1,342	2	0,180	2,654	10	0,008
entrevista 3	0,00	3	1,00	2,207	6	0,027

Também no caso da descrição do episódio falso, e considerando a totalidade dos participantes, verificámos uma diferença significativa na frequência com que os dois tipos de reacções surgiram no relato descrição do mesmo, nomeadamente para os seus valores médios e na entrevista 1. Também na entrevista 3, esta diferença foi expressiva, sendo sempre mais frequente a referência a reacções negativas que positivas. Considerando os grupos NIRI e IRI individualmente, constatámos que esta mesma diferença apenas ocorreu no grupo IRI, e somente para a primeira entrevista. Já no grupo NIRI, as quantidades de reacções positivas e negativas

descritas para o episódio falso não se diferenciaram significativamente. Por outro lado, constatamos que na descrição dos episódios verídicos, no grupo IRI, o contraste na frequência com que os participantes referiram reacções negativas, comparativamente com a referência a reacções positivas, foi bastante mais notório. Concretamente, esta diferença foi significativa para os valores médios assim como em todas as entrevistas. Tal como averiguado na descrição do episódio falso efectuada pelos participantes do grupo NIRI, também na descrição dos episódios verídicos, este grupo não relatou quantidades distintas de reacções negativas e positivas.

3.4.2.4. Reacções: resumo

A descrição do episódio falso não se diferenciou significativamente da descrição dos episódios verídicos no que diz respeito à referência a reacções globais. Atendendo ao relato de reacções, de acordo com a sua conotação emocional, verificamos que, na primeira entrevista, foi descrita uma quantidade de reacções positivas significativamente superior para os episódios verídicos, comparativamente com o episódio falso, o que não se verificou em qualquer das restantes entrevistas. Relativamente às reacções negativas, exploramos os dados para os grupos NIRI e IRI individualmente. Os resultados indicaram que, em ambos os casos, a descrição dos episódios verídicos não se diferenciou significativamente da descrição do episódio falso.

No que concerne à diferença no relato de reacções de conotação emocional distinta, constatamos que, nas descrições elaboradas pelo grupo NIRI para os episódios falso e verídicos a quantidade de reacções negativas descrita não foi distinta da de reacções positivas. Já o grupo IRI descreveu com maior frequência reacções negativas no relato que efectuou para os episódios verídicos (para os valores médios e em todas as entrevistas). Esta mesma tendência foi observada na descrição do episódio falso realizada por estes mesmos participantes, embora a diferença apenas se tenha revelado significativa na primeira entrevista.

3.4.3. Discursos

Procedemos também à contagem do número de vezes que os participantes reproduziram diálogos e discursos dos personagens envolvidos no episódio em descrição, quer na forma de discurso directo, quer indirecto. Constatámos que a quantidade média de discursos relatada foi superior para os episódios verídicos que para o episódio falso. Concretamente, para os episódios verídicos foi descrita uma média de 2,9 discursos ($dp=3,35$) e, para o episódio falso, uma média de 1,12 discursos ($dp=1,84$). Esta supremacia ocorreu ainda em cada uma das entrevistas, sendo a maior diferença observada na entrevista 1, como pode ser observado na Figura 43. Para ambos os tipos de episódios o relato de discursos aumentou ao longo de todas as entrevistas.

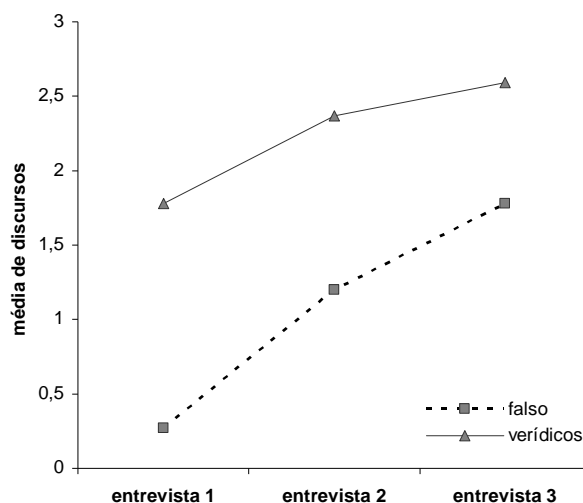


Figura 43: Quantidade média de discursos relatada para os episódios verídicos e falso.

A comparação da descrição dos episódios falso e verídicos quanto ao relato de discursos revelou que a sua frequência média foi significativamente superior para os episódios verídicos. Esta diferença foi igualmente significativa nas entrevistas 1 e 2 (Tabela 75). Verificamos assim que os dois tipos de episódios se diferenciaram significativamente neste elemento, quer para o seu valor médio, quer nas duas primeiras entrevistas.

Tabela 75: Análise das diferenças na quantidade de discursos descrita para os episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,378	13	0,017
entrevista 1	2,247	10	0,025
entrevista 2	2,009	12	0,045
entrevista 3	1,185	7	0,236

3.4.4. Palavras

A contagem do número de palavras que os participantes utilizaram para descrever os episódios revela-nos a extensão das suas narrativas. Procuramos agora avaliar se os episódios verídicos foram descritos com uma quantidade de palavras distinta do episódio falso. Os dados indicam que a descrição dos episódios verídicos foi, em média, mais extensa que a descrição do episódio falso ($\bar{x}=410,7$, $dp=227,5$; $\bar{x}=316,9$, $dp=209,9$, respectivamente). Como pode ser observado na Figura 44, também em cada entrevista os episódios verídicos foram descritos com mais palavras que o episódio falso. Verificamos ainda, para os dois tipos de episódios, uma tendência crescente no número de palavras utilizado para os relatar ao longo das três entrevistas.

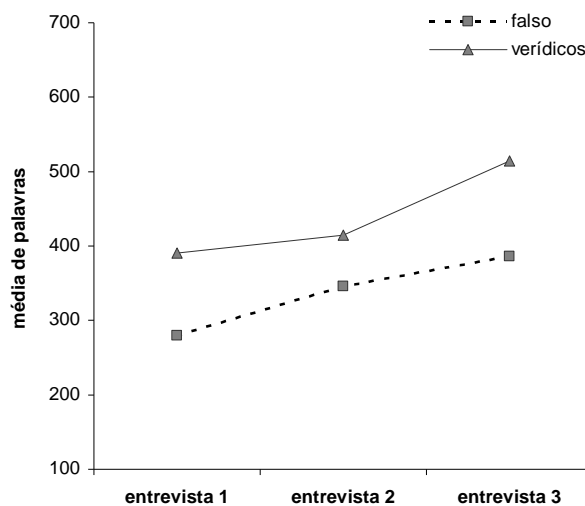


Figura 44: Quantidade média de palavras usada na descrição dos episódios verídicos e falso.

A análise estatística destas diferenças mostrou que os episódios verídicos foram descritos com uma quantidade média de palavras significativamente superior à contabilizada na descrição do episódio falso. Adicionalmente, esta superioridade dos episódios verídicos foi significativa nas entrevistas 1 e 3 (Tabela 76).

Tabela 76: Análise das diferenças no número de palavras contabilizado na descrição dos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,385	15	0,017
entrevista 1	2,103	14	0,035
entrevista 2	0,909	15	0,363
entrevista 3	2,310	9	0,021

Como foi já referido anteriormente, na descrição dos episódios verídicos a instrução de recriação imagética influenciou significativamente o número de palavras utilizado na sua descrição, na primeira entrevista. Concretamente, o grupo IRI elaborou, nesta entrevista, descrições mais extensas para os episódios verídicos que o grupo NIRI ($Z=2,569$, $N_1=3$, $N_2=11$, $p=0,01$). Daí que tenhamos analisado os dados desta entrevista separadamente para cada grupo.

Assim, o grupo NIRI descreveu os episódios verídicos na primeira entrevista com um valor de 191 ($dp=17,3$) palavras e o episódio falso com 231 ($dp=132,1$) palavras. Esta diferença não se revelou estatisticamente significativa ($z=0,535$, $N\text{-empates}=3$, $p=0,593$). Já no grupo IRI, constatamos que os episódios verídicos foram descritos nesta entrevista com um número de

palavras significativamente mais elevado que o episódio falso ($\bar{x}=445,1$, $dp=224,5$; $\bar{x}=292,6$, $dp=125,5$, respectivamente; $z=2,490$, $N\text{-empates}=11$, $p=0,013$).

Em resumo, a narrativa elaborada para os episódios verídicos foi, em média, significativamente mais extensa para os episódios verídicos que para o episódio falso. Esta mesma diferença foi observada na primeira vez que os episódios foram descritos, mas apenas para o grupo IRI. Verificamos também que, na terceira entrevista, os dois tipos de episódios se voltaram a diferenciar de modo significativo quanto ao número de palavras utilizado para os descrever.

3.4.5. Qualidade da descrição: resumo

Os episódios verídicos foram, de um modo global, descritos com maior qualidade que o episódio falso. Atendendo ao resultado das análises estatísticas das diferenças observadas nos elementos que qualificam a descrição dos episódios, verificamos que para quase todos eles ocorreram diferenças significativas. Concretamente, e em termos médios, os episódios verídicos foram descritos com maior detalhe, com referência a mais discursos e ainda com mais palavras que o episódio falso. Considerando as diferenças observadas em cada entrevista, constatamos que os dois tipos de episódios não se diferenciaram de forma sistemática em nenhuma delas. Assim, na primeira entrevista, os episódios distinguiram-se quanto ao número de reacções positivas e de discursos descrito, e ainda na quantidade de palavras utilizadas para os descrever. Relativamente a este último elemento, verificamos que esta diferença ocorreu para globalidade dos dados e, em particular, para o grupo que foi instruído a recriar imagicamente os episódios. Na segunda entrevista, apenas a quantidade de referências a discursos distinguiu significativamente a descrição dos dois tipos de episódios. Já na terceira entrevista, encontramos diferenças significativas quanto ao detalhe da descrição e ao número de palavras com que os episódios foram descritos. Para todos estes elementos, a descrição dos episódios verídicos excedeu a do episódio falso. Assim, parece que a segunda vez em que os episódios foram descritos foi aquela em que a qualidade das suas descrições menos se diferenciou.

Verificamos ainda que a evolução de quase todos os elementos observados na descrição dos episódios foi semelhante para os dois tipos de episódios. A excepção mais saliente ocorreu para o detalhe da descrição, em que o detalhe da descrição dos episódios verídicos aumentou da primeira à terceira entrevista, enquanto que a do episódio falso teve um pequeno decréscimo da entrevista 2 para a 3.

Finalmente, constatamos também que, para ambos os tipos de episódios, o grupo NIRI não descreveu quantidades distintas de reacções negativas e positivas. No entanto, verificamos que o grupo IRI relatou, em todas as ocasiões, mais reacções negativas que positivas na

descrição dos episódios verídicos, o que também ocorreu na descrição do episódio falso, embora só na entrevista 1 a diferença seja significativa.

3.5. Avaliação dos episódios

3.5.1. Clareza

A clareza da recordação constituiu a primeira dimensão avaliada pelos participantes para cada episódio e é considerada na caracterização da qualidade com que os episódios foram recordados pelos participantes. Os episódios verídicos foram recordados, em média, com maior clareza que o episódio falso, tal como avaliado pelos participantes ($\bar{x}=3,4$, $dp=0,77$; $\bar{x}=2,6$, $dp=0,95$, respectivamente). Enquanto que os episódios verídicos foram recordados de um modo “claro” a “muito claro” (valores 3 e 4 na escala de avaliação, respectivamente), o episódio falso foi recordado de um modo “pouco claro” a “claro” (valores 2 e 3 na escala de avaliação, respectivamente). Como pode ser observado na Figura 45, também em todas as entrevistas os participantes consideraram que a recordação dos episódios verídicos ocorreu com mais clareza que a do episódio falso. A evolução ao longo das entrevistas foi a mesma para os dois tipos de episódios: aumentou da entrevista 1 para a entrevista 2, e decresceu desta para a entrevista 3 (Figura 45).

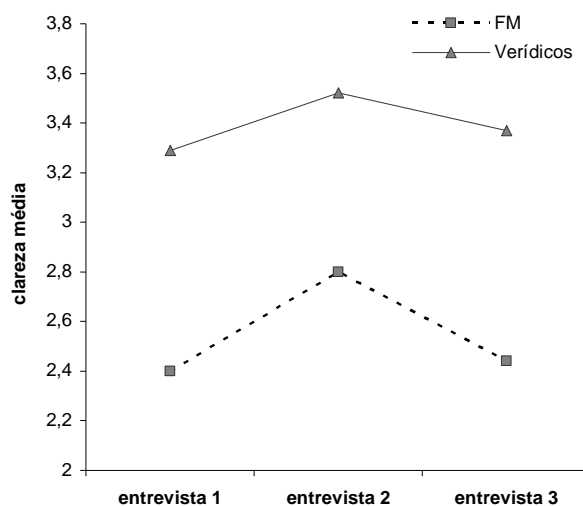


Figura 45: Média da clareza da recordação dos episódios verídicos e falso.

A análise estatística da clareza média com que os participantes recordaram os dois tipos de episódios revelou que a mesma foi significativamente distinta. O mesmo ocorreu para todas as

entrevistas (Tabela 77). Assim, a recordação dos episódios verídicos foi considerada mais clara que a do episódio falso em todas as ocasiões.

Tabela 77: Análise das diferenças na clareza de recordação dos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,420	15	0,016
entrevista 1	2,048	14	0,041
entrevista 2	2,032	13	0,042
entrevista 3	2,439	9	0,015

3.5.2. Confiança

A confiança que os participantes depositaram no relato que realizaram dos vários episódios constituiu a outra dimensão que permitiu caracterizar a qualidade da recordação dos mesmos. Os dados indicam que os participantes conferiram, em média, uma confiança “média superior” à descrição que elaboraram dos episódios verídicos ($\bar{x}=3,6$, $dp=0,63$) e uma confiança “média” à descrição do episódio falso ($\bar{x}=2,9$, $dp=0,82$). Esta mesma tendência foi observada em todas as entrevistas (Figura 46). A evolução da avaliação desta dimensão ao longo das entrevistas foi semelhante para os dois tipos de episódios: ascendente da primeira para a segunda entrevista e descendente desta para a terceira entrevista (Figura 46).

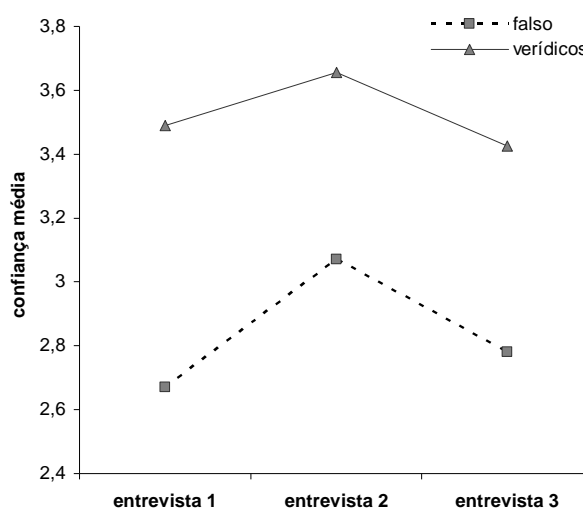


Figura 46: Média da confiança no relato dos episódios verídicos e falso.

Os resultados da análise estatística destas diferenças, expostos na Tabela 78, revelam que a confiança média atribuída à descrição dos episódios verídicos foi significativamente superior à atribuída à descrição elaborada para o episódio falso. Verificamos ainda que esta mesma diferença foi significativa nas três entrevistas. Podemos assim concluir que os participantes confiaram mais na descrição que realizaram dos episódios verídicos que na descrição que elaboraram do episódio falso.

Tabela 78: Análise das diferenças na confiança na descrição dos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,918	15	0,004
entrevista 1	2,723	13	0,006
entrevista 2	2,429	13	0,015
entrevista 3	2,207	6	0,027

3.5.3. Importância

Foi também solicitado aos participantes que classificassem os episódios quanto à importância que os mesmos assumiram na altura em que eles ocorreram, isto é, nas suas infâncias. Os participantes consideraram, em média, que os episódios verídicos descritos foram mais importantes nas suas infâncias que o episódio falso. Concretamente, avaliaram os episódios verídicos como “importantes” a “muito importantes”, enquanto que o episódio falso foi considerado como “pouco importante” a “importante” ($\bar{x}=3,4$, $dp=0,85$; $\bar{x}=2,6$, $dp=0,74$, respectivamente). Como se pode observar na Figura 47, esta superioridade dos episódios verídicos em relação ao falso ocorreu em todas as entrevistas. Para ambos os tipos de episódios, a importância com que os participantes os avaliaram aumentou da entrevista 1 para a entrevista 2, e diminuiu desta para a entrevista 3 (Figura 47).

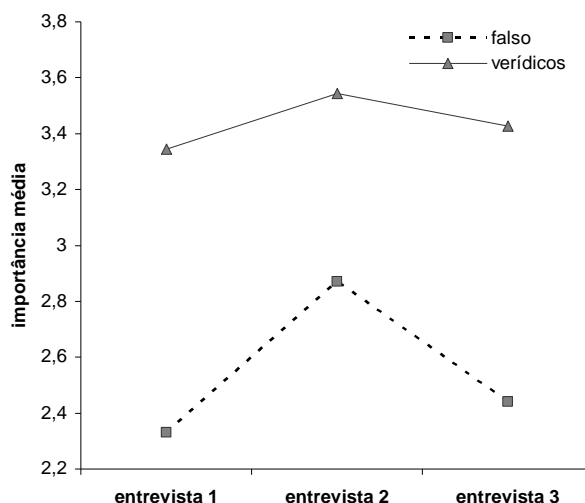


Figura 47: Média da importância atribuída aos episódios verídicos e falso.

A importância atribuída aos episódios verídicos excedeu significativamente a conferida ao episódio falso, quer para o seu valor médio, quer em todas as entrevistas. Donde, os participantes consideraram que o episódio falso foi menos importante nas suas infâncias que os episódios verídicos que descreveram (Tabela 79).

Tabela 79: Análise das diferenças na importância atribuída aos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,727	13	0,006
entrevista 1	2,801	13	0,005
entrevista 2	2,568	14	0,01
entrevista 3	2,047	7	0,041

3.5.4. Valência emocional

A dimensão da valência emocional permitiu que os participantes caracterizassem a conotação emocional, isto é, se foram episódio positivos ou negativos, aquando da sua ocorrência. Os episódios verídicos foram caracterizados com uma valência emocional média quase neutra ($\bar{x}=2,8$, $dp=0,97$) e o episódio falso recebeu uma avaliação próxima da “negativa” ($\bar{x}=2,2$, $dp=0,87$). Os episódios verídicos foram igualmente avaliados como emocionalmente mais positivos que o episódio falso em todas as entrevistas (Figura 48). A avaliação desta dimensão manteve-se relativamente estável ao longo das entrevistas, para ambos os tipos de episódios (Figura 48). Observamos apenas um ligeiro aumento da entrevista 1 para a entrevista 2, seguida de um ligeiro decréscimo para a entrevista 3, para os dois casos.

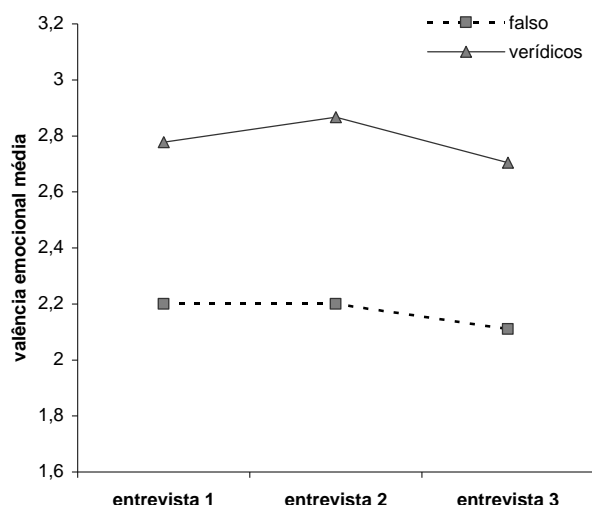


Figura 48: Média da valência emocional atribuída aos episódios verídicos e falso.

A comparação estatística das diferenças encontradas entre os dois tipos de episódios mostrou que a valência emocional média com que os episódios verídicos foram caracterizados foi significativamente mais positiva que a atribuída ao episódio falso. Contudo, a análise das diferenças em cada entrevista, revelou que em nenhuma delas a avaliação desta dimensão foi significativamente distinta, embora se mantenha uma forte tendência no sentido anteriormente descrito (Tabela 80). Assim, apenas em termos globais, os episódios verídicos foram considerados emocionalmente mais positivos que o episódio falso.

Tabela 80: Análise das diferenças na valência emocional atribuída aos episódios verídicos e falso.

	z	N-empates	p
média	2,138	14	0,033
entrevista 1	1,758	13	0,079
entrevista 2	1,859	14	0,063
entrevista 3	1,807	7	0,071

3.5.5. Avaliação da recordação e dos episódios: resumo

Os episódios verídicos receberam avaliações médias superiores ao episódio falso, para todas as dimensões avaliadas. As dimensões relacionadas com a forma como os episódios foram recordados - a clareza da recordação e a confiança na descrição efectuada - favoreceram significativamente os episódios verídicos comparativamente com o episódio falso. Assim, para a avaliação média, e em cada entrevista, a recordação dos episódios verídicos foi considerada significativamente mais clara que a do episódio falso. De igual modo, a confiança média

depositada na descrição elaborada para os episódios verídicos foi superior à do episódio falso, o que ocorreu também em todas as entrevistas.

No que concerne à importância, os episódios verídicos foram avaliados como tendo sido, em média, significativamente mais importantes na infância dos participantes, comparativamente com o episódio falso. Esta diferença na importância conferida aos dois tipos de episódios ocorreu igualmente em cada entrevista. Relativamente à valência emocional com que os participantes caracterizaram os episódios, verificamos que os episódios verídicos foram, em média, considerados mais positivos que o episódio falso. No entanto, constatamos que, em cada entrevista, a avaliação desta dimensão não diferenciou significativamente os dois tipos de episódios.

As quatro dimensões avaliadas pelos participantes seguiram o mesmo padrão ao longo das entrevistas para ambos os episódios. Esta evolução caracterizou-se por um aumento da entrevista 1 para a entrevista 2, seguindo-se um decréscimo para a entrevista 3. Verificamos ainda que a avaliação das três primeiras dimensões apresentadas (clareza, confiança e importância) sofreu alterações mais marcadas ao longo das entrevistas para o episódio falso.

3.6. Síntese da qualidade da descrição e avaliação dos episódios

No sentido de sumariar a informação até aqui apresentada, expomos de seguida apenas as diferenças entre os episódios falso e verídicos que se revelaram significativas. Os dados apresentados na Tabela 81 referem-se aos elementos observados na descrição dos episódios e que caracterizam a qualidade da descrição dos mesmos. Os dados indicam que os episódios verídicos superaram o episódio falso para alguns destes elementos. Verificamos ainda que as descrições foram mais distintas na primeira entrevista e menos diferenciados na entrevista 2. A descrição dos dois tipos de episódios foi ainda caracterizada pela referência mais frequente a reacções negativas que positivas, embora muito mais marcadamente para os episódios verídicos, mas apenas no grupo que foi instruído a recriar imagetivamente os episódios.

Relativamente à qualidade da recordação dos episódios, indicada pela avaliação das dimensões clareza da recordação e confiança depositada na informação descrita, os participantes diferenciaram claramente os dois tipos de episódios. Concretamente, consideraram que os episódios verídicos foram recordados de um modo mais claro e conferiram mais confiança ao relato efectuado para os mesmos.

Tabela 81: Resumo das diferenças estatisticamente significativas identificadas entre os episódios falso e verídicos, para cada elemento observado na descrição dos episódios.

elemento	moda / média	entrevista 1	entrevista 2	entrevista 3
detalhe da descrição	Verid > FM	-	-	Verid > FM
reações	-	-	-	-
reac. positivas	-	Verid > FM	-	-
reac. negativas	-	-	-	-
discursos	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM	-
palavras	Verid > FM	Verid > FM [#]		Verid > FM

Verid > FM - dados dos episódios verídicos superiores aos do episódio falso; - ausência de diferenças significativas; # diferença encontrada para o grupo IRI mas não para o grupo NIRI.

Quanto à caracterização propriamente dita dos episódios, os participantes também distinguiram notoriamente os episódios verídicos do falso. Esta distinção ocorreu fundamentalmente para a importância que os participantes atribuíram aos episódios, tendo esta sido superior para os episódios verídicos. A valência emocional média dos episódios verídicos foi classificada como significativamente mais positiva que a do episódio falso, embora esta diferença não se tenha verificado em cada uma das entrevistas. Esta avaliação diferenciada da valência emocional dos episódios foi acompanhada por uma quantidade média superior de reações positivas no relato dos episódios verídicos (embora não significativa), tendo esta diferença sido significativa na primeira entrevista. Para além disso, verificamos que, para ambos os tipos de episódios, a quantidade de reações negativas narrada foi superior à de reações positivas, particularmente no grupo IRI. Os resultados referentes às dimensões avaliadas pelos participantes são resumidos na Tabela 82.

Tabela 82: Resumo das diferenças estatisticamente significativas identificadas entre os episódios falso e verídicos, para as dimensões avaliadas pelos participantes.

dimensões	moda / média	entrevista 1	entrevista 2	entrevista 3
clareza	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM
confiança	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM
importância	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM	Verid > FM
val. emoc.	Verid > FM	-	-	-

Verid > FM - dados dos episódios verídicos superiores aos do episódio falso; - ausência de diferenças significativas.

Assim, verificamos que as diferenças observadas na qualidade da descrição foram acompanhadas pela avaliação diferenciada que os participantes realizaram para os episódios verídicos e para o episódio falso. Os dados sugerem ainda que, embora não tenha sido possível diferenciar claramente a descrição dos episódios verídicos e falsos, principalmente na segunda entrevista, estes foram claramente distintos na avaliação realizada pelos participantes quanto à

clareza da recordação, à confiança na informação relatada e à importância atribuída aos episódios.

3.7. Evolução ao longo das entrevistas

De entrevista para entrevista a qualidade da descrição dos episódios alterou-se, assim como a avaliação que os participantes efectuaram das várias dimensões. Procuramos averiguar, com os resultados que a seguir apresentamos, o modo como estes evoluíram ao longo das entrevistas relativamente aos episódios verídicos (os resultados referentes à análise estatística destes dados são apresentados no Anexo 14). Procedemos depois à comparação do padrão de progressão encontrado para os episódios verídicos com o já apresentado para o episódio falso. Esta comparação será efectuada quer para os elementos observados na descrição dos episódios, quer para a avaliação das dimensões realizada pelos participantes. Começamos por explorar os dados quanto ao número de pistas fornecido e de insistências realizadas pelo entrevistador, avançando depois para os elementos observados na descrição dos episódios. Finalmente, consideramos a evolução que a avaliação das dimensões teve ao longo das entrevistas.

3.7.1. Pistas e insistências

Na entrevista 1, o entrevistador apresentou uma quantidade de pistas significativamente superior à fornecida nas entrevistas 2 e 3 ($z=3,103$, $N\text{-empates}=12$, $p=0,002$; $z=2,388$, $N\text{-empates}=7$, $p=0,017$, respectivamente). O mesmo foi observado para a quantidade de insistências que o entrevistador realizou durante a descrição dos episódios verídicos ($z=2,629$, $N\text{-empates}=12$, $p=0,009$; $z=2,1$, $N\text{-empates}=8$, $p=0,036$, respectivamente). Relativamente às intervenções específicas ao grupo IRI, verificamos que as entrevistas não se diferenciaram significativamente entre si. Os resultados complementares a estas análises são apresentados no Anexo 14 (Tabela 1 e Tabela 2).

As alterações encontradas no número de pistas apresentado foram semelhantes para os dois tipos de episódios. Ou seja, quer para os episódios verídicos, quer para o episódio falso, o entrevistador apresentou na primeira entrevista mais pistas que nas entrevistas seguintes. Já a quantidade de insistências realizadas pelo entrevistador sofreu alterações significativas ao longo das entrevistas no caso dos episódios verídicos mas não no caso do episódio falso.

3.7.2. Qualidade da descrição

No que diz respeito aos vários elementos observados na descrição dos episódios verídicos verificamos que, apenas para a quantidade de discursos narrada na descrição dos episódios, ocorreram alterações significativas entre entrevistas (Anexo 14, Tabelas 3 e 4). Concretamente, o número de discursos contabilizado nas entrevistas 2 e 3 foi significativamente superior ao contabilizado na primeira entrevista ($z=1,963$, $N\text{-empates}=9$, $p=0,05$; $z=2,032$, $N\text{-empates}=5$, $p=0,042$, respectivamente).

A comparação do progresso observado na descrição do episódio falso ao longo das entrevistas, com o dos episódios verídicos, revelou que a qualidade da descrição evoluiu mais significativamente no caso do episódio falso. De referir que estas alterações, foram mais notórias da primeira entrevista para as entrevistas seguintes. Concretamente, o detalhe da descrição do episódio falso foi superior na segunda entrevista comparativamente com a primeira, tendo o mesmo sucedido para a quantidade de reacções descrita e, em particular, para as reacções positivas. Ainda para as reacções totais e para as negativas, a referência às mesmas foi superior na entrevista 3 comparativamente com a entrevista 1. Por outro lado, verificamos que, para os episódios verídicos, apenas a quantidade de discursos narrada aumentou significativamente da primeira para as segunda e terceira entrevistas.

3.7.3. Avaliação dos episódios

Considerando a avaliação das várias dimensões referentes aos episódios verídicos efectuada pelos participantes, constatamos que apenas a clareza da recordação dos episódios aumentou significativamente da entrevista 1 para a entrevista 2 ($z=2,308$, $N\text{-empates}=9$, $p=0,021$). A importância atribuída aos episódios foi também notoriamente superior na entrevista 2 que na entrevista 1, embora a diferença não tenha sido significativa ($z=1,921$, $N\text{-empates}=9$, $p=0,055$). Os restantes dados relativos a estas análises são apresentados no Anexo 14 (Tabelas 5 e 6). Verificamos assim que apenas a avaliação de uma dimensão referente à qualidade com que os episódios verídicos foram recordados evoluiu significativamente da primeira para a segunda entrevista. Atendendo à evolução do resultado da avaliação das dimensões correspondentes ao episódio falso, verificamos que duas dimensões sofreram aumentos significativos da primeira para a segunda entrevista. Referimo-nos, concretamente, à confiança que os participantes conferiram ao relato efectuado para o episódio falso e à importância que lhe foi atribuída. Verificamos assim que, quer para os episódios verídicos, quer para o episódio falso, a avaliação de uma das dimensões que caracterizou a qualidade da recordação dos episódios aumentou significativamente da primeira para a segunda entrevista. Por outro lado, a avaliação que os participantes realizaram das dimensões que classificaram os episódios apenas se alterou de modo significativo para o episódio falso.

3.7.4. Evolução ao longo das entrevistas: resumo

Para ambos os tipos de episódios constatamos que as variáveis se diferenciaram pouco ao longo das entrevistas. O número de pistas fornecido para os episódios verídicos evoluiu de um modo semelhante ao descrito para o episódio falso. Por outro lado, a quantidade de insistências realizada pelo entrevistador durante a descrição dos episódios verídicos sofreu mais alterações ao longo das entrevistas que no caso do episódio falso.

Relativamente à qualidade da descrição dos episódios, verificamos que esta sofreu mais alterações ao longo das entrevistas para o episódio falso que para os episódios verídicos. De notar que as alterações observadas no caso do episódio falso ocorreram essencialmente da primeira para a segunda entrevista. A qualidade da descrição do episódio falso parece assim ter melhorado de um modo mais significativo ao longo das entrevistas comparativamente com a descrição dos episódios verídicos. Não obstante, em nenhum dos casos, ocorreram alterações significativas da entrevista 2 para a entrevista 3.

Para ambos os tipos de episódios, encontramos também um aumento significativo numa das dimensões relativas à qualidade da descrição dos mesmos. Apenas para o episódio falso ocorreu uma alteração significativa numa das restantes dimensões. Concluímos, novamente, que a avaliação que os participantes realizaram dos episódios se diferenciou mais entre entrevistas para o episódio falso que para os episódios verídicos, embora as diferenças entre entrevistas tenham sido escassas e cingidas a aumentos da primeira para a segunda entrevista.

3.8. Recriação imagética

Comparamos nesta secção de resultados o modo como a instrução de recriação imagética influenciou a qualidade da descrição dos episódios falso e verídicos. Consideramos ainda o impacto que esta variável teve na avaliação que os participantes realizaram das várias dimensões em relação aos dois tipos de episódios. Para o efeito, contrastámos os dados obtidos pelo grupo NIRI (em que não foi apresentada esta instrução) com os dados do grupo IRI (que recebeu esta instrução). A descrição mais detalhada dos resultados referentes à influência da instrução de recriação imagética nos dados obtidos para o episódio falso foi apresentada na secção de resultados descrita anteriormente. Adicionalmente, remetemos para o Anexo 15 a apresentação detalhada dos resultados relativos à análise desta variável para os episódios verídicos, sendo referidos no texto apenas os resultados que se revelaram estatisticamente significativos. Inicialmente exploramos os dados referentes ao número de pistas fornecidas para os episódios e à quantidade de insistências realizadas pelo entrevistador. Passamos depois a considerar os

elementos referentes à qualidade da descrição dos episódios e, finalmente, às várias dimensões avaliadas pelos participantes.

3.8.1. Pistas e insistências

Começamos por averiguar se os grupos NIRI e IRI se diferenciaram relativamente à quantidade de pistas que o entrevistador apresentou para os episódios verídicos, bem como ao número de insistências por ele realizadas para que os participantes descrevessem estes episódios mais pormenorizadamente. Constatámos que, tal como tinha ocorrido no caso do episódio falso, também em relação aos episódios verídicos, os grupos NIRI e IRI não foram distintos quanto a estas variáveis (Anexo 15, Tabelas 1 e 2). Estas conclusões tornam assim os dois tipos de episódios (falso vs verídicos) semelhantes em relação à influência que a instrução de recriação imagética teve nestas variáveis.

3.8.2. Qualidade da descrição

Passamos agora a considerar o impacto que esta instrução teve na qualidade da descrição dos episódios. Os dados apresentados no Anexo 15 (Tabela 3 a Tabela 6) revelam que os vários elementos observados na descrição dos episódios verídicos foram pouco influenciados pela ocorrência da instrução de recriação imagética. As análises quanto à moda e / ou valores médios destes elementos apenas acusaram uma diferença significativa, nomeadamente para a quantidade de reacções negativas descrita, tendo esta sido superior para os participantes que foram instruídos a recriar imageticamente os episódios ($Z=2,485$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,013$). Atendendo às diferenças encontradas em cada entrevista, verificamos que, o grupo IRI referiu mais reacções e utilizou mais palavras na descrição do episódio que o grupo NIRI ($Z=2,035$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,042$; $Z=2,569$, $N_1=3$, $N_2=11$, $p=0,01$, respectivamente). Nas segunda e terceira entrevistas, apenas a referência a reacções negativas foi significativamente superior no grupo IRI ($Z=2,464$, $N_1=4$, $N_2=11$, $p=0,014$; $Z=2,353$, $N_1=3$, $N_2=11$, $p=0,010$, respectivamente). Verificamos assim que, embora muito esporadicamente, a instrução de recriação imagética influenciou alguns dos elementos observados na descrição dos episódios verídicos, favorecendo o grupo que recebeu esta instrução. Por outro lado, como foi apresentado para o episódio falso, a ocorrência da instrução de recriação imagética não influenciou qualquer dos elementos considerados na qualidade da descrição deste episódio. Podemos assim concluir que apenas a qualidade da descrição dos episódios verídicos parece ter beneficiado com a ocorrência da instrução de recriação imagética, embora esta influência tenha sido pouco notória.

3.8.3. Avaliação dos episódios

Relativamente às várias dimensões que os participantes avaliaram em relação aos episódios verídicos, verificamos que os grupos não se diferenciaram significativamente para os seus valores médios, nem em cada entrevista (Anexo 15, Tabela 7 a Tabela 10). A mesma conclusão foi apresentada quanto à avaliação que os participantes realizaram das dimensões relativamente ao episódio falso descrito. Donde, a instrução de recriação imagética não teve qualquer influência na avaliação das dimensões efectuada pelos participantes para ambos os tipos de episódios.

3.8.4. Instrução de recriação imagética: resumo

A instrução apresentada aos participantes para que recriassem imageticamente os episódios, no sentido de os ajudar a recordar melhor e os descrever mais pormenorizadamente, teve um impacto reduzido na qualidade da descrição dos episódios verídicos e um impacto nulo na descrição do episódio falso. Quanto às dimensões avaliadas pelos participantes, esta instrução não exerceu qualquer influência, para os dois tipos de episódios.

3.9. Número de entrevistas

Pretendemos com os dados que a seguir apresentamos averiguar se a qualidade da descrição dos episódios verídicos e a avaliação que os participantes realizaram das dimensões a eles referentes, foram significativamente distintas, em função do número de entrevistas que os participantes realizaram (2 vs 3 entrevistas). Esta análise de dados decorreu de modo análogo à apresentada para o episódio falso. Assim, os valores médios obtidos nas 2 entrevistas, referentes aos dados dos participantes que realizaram apenas duas entrevistas, foram comparados com os valores médios das 3 entrevistas, relativos aos dados dos participantes que efectuaram as 3 entrevistas. Tal como foi realizado na exploração desta variável para o episódio falso, começamos por confirmar a igualdade dos dois grupos (2 vs 3 entrevistas) na primeira entrevista (Anexo 16, Tabela 1 a Tabela 3). Constatamos ainda que os grupos foram equivalentes quanto ao número médio de pistas fornecido pelo entrevistador e às insistências realizadas pelo mesmo. Consideramos ainda esta análise relativamente às intervenções específicas ao grupo IRI (insistências com indicação de recriação imagética e renovação da instrução de recriação imagética) que revelou que o entrevistador renovou significativamente mais vezes a instrução de recriação imagética aos participantes que realizaram 3 entrevistas ($Z=2,586$, $N_1=5$, $N_2=6$, $p=0,010$).

A comparação dos dados obtidos pelos participantes que realizaram 2 entrevistas com os dos participantes que realizaram 3 entrevistas não revelou qualquer diferença significativa. Assim, o número de entrevistas realizado não influenciou qualquer dos elementos observados na descrição dos episódios (Anexo 16, Tabela 5). O mesmo ocorreu para as várias dimensões avaliadas pelos participantes (Anexo 16, Tabela 6). Também no caso do episódio falso o número de entrevistas efectuado pelos participantes não tinha mostrado qualquer influência significativa nas variáveis em análise, como foi referido na secção anterior de resultados. Deste modo, quer o episódio seja falso, quer ele seja verdadeiro, a qualidade da descrição dos mesmos não parece ter sido influenciada pelo facto de serem descritos duas ou três vezes. Assim, a avaliação das várias dimensões, para os dois tipos de episódios, não foi influenciada significativamente por esta variável.

3.10. Intervalo entre entrevistas

A variação no intervalo de tempo decorrido entre entrevistas (com duração entre 2 e 6 dias para quase todos os casos), não se correlacionou de modo significativo como as alterações observadas entre entrevistas para as diversas variáveis observadas para o episódio falso (cf. dados descritos na secção de resultados anterior). Tal foi verificado para os vários elementos que caracterizam a qualidade da descrição do episódio, assim como para a avaliação que os participantes efectuaram das várias dimensões. Pretendemos agora averiguar se a variação na duração do intervalo de tempo entre entrevistas teve um impacto análogo na descrição e avaliação dos episódios verídicos descritos pelos participantes que elaboraram uma falsa memória desde a primeira entrevista.

Na presente análise dos dados, à semelhança do que foi realizado em relação ao episódio falso, começamos por determinar as diferenças entre entrevistas para os valores das diversas variáveis referentes à qualidade da descrição dos episódios e às dimensões avaliadas pelos participantes. Assim, os valores obtidos na entrevista 2 foram subtraídos aos da entrevista 1, e os dados obtidos na entrevista 3 foram subtraídos aos da entrevista 2. Os resultados destas operações são apresentadas no Anexo 17 (Tabela 1, coluna A). Observamos, em relação aos dados relativos à primeira diferença (entrevista 2 – entrevista 1), o mesmo padrão anteriormente descrito para o episódio falso, ou seja, todas as variáveis consideradas nesta análise apresentaram valores superiores na entrevista 2, relativamente aos da entrevista 1, sugerindo uma evolução positiva da primeira para a segunda entrevista.

Já as diferenças encontradas entre as terceira e segunda entrevistas, apenas assumiram valores positivos para os elementos observados na descrição dos episódios. Quanto aos dados referentes às dimensões avaliadas pelos participantes, verificamos que todas elas foram avaliadas

mais negativamente na entrevista 3 comparativamente com a entrevista anterior (Anexo 17, Tabela 1, coluna B). Um padrão semelhante a este foi descrito anteriormente para os dados do episódio falso. Neste último caso, porém, uma diferença negativa foi observada para o número de palavras com que o episódio foi descrito. Também na exploração dos dados referentes aos episódios verídicos averiguámos se a introdução do caso cujo intervalo de tempo constituiu um outlier nos dados, alterava marcadamente os resultados⁷³. Verificámos, novamente, que os dados deste participante não modificaram o molde dos resultados já descritos.

Consideradas as diferenças entre entrevistas para os elementos observados na descrição dos episódios verídicos e para as dimensões avaliadas pelos participantes procedemos à sua correlação com a duração dos correspondentes intervalos de tempo. Deste modo, as diferenças encontradas entre os dados das entrevistas 2 e 1 foram correlacionados com a duração do intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 1 e 2 (primeiro intervalo de tempo), e as diferenças obtidas entre os dados das entrevistas 3 e 2 foram correlacionadas com o intervalo de tempo decorrido entre as entrevistas 2 e 3. Apresentamos na Tabela 2 do Anexo 17 os resultados referentes a este tratamento estatístico. Pela sua observação averiguamos que, à semelhança do anteriormente descrito para os dados do episódio falso, não ocorreram quaisquer correlações significativas entre as diferenças encontradas entre entrevistas e os respectivos intervalos de tempo. Uma vez mais, constatamos que a inclusão dos dados referentes ao caso *outlier* não influenciou o padrão de resultados obtido.

Concluímos, desta feita, que a duração do intervalo de tempo decorrido entre entrevistas não se relacionou de forma significativa nem com a qualidade da descrição dos episódios verídicos, nem com a avaliação que os participantes efectuaram das várias dimensões relacionadas com o mesmo. Assim, também neste caso o comportamento dos dados relativos aos episódios verídicos não se diferenciou do já revelado para o episódio falso.

3.11. Correlações

Nesta secção de resultados comparamos os padrões de correlação encontrados para os dados relativos ao episódio falso (cf. secção de dados apresentada anteriormente) com os obtidos com os valores referentes aos episódios verídicos descritos pelos mesmos participantes⁷⁴. Fazemos apenas uma alusão geral ao padrão de correlações obtido para os dados dos episódios verídicos, remetendo a apresentação detalhada dos resultados estatísticos para o Anexo 18.

⁷³ A duração do segundo intervalo de tempo (intervalo decorrido entre as entrevistas 2 e 3) para um dos participantes foi de 12 dias. Esta duração do intervalo de tempo surgiu como um *outlier* na exploração inicial dos dados. Uma vez que a inclusão dos dados deste participante não alterou de modo notório os resultados da amostra, os mesmos foram considerados para todas as restantes análises.

⁷⁴ Apesar de termos assinalado que alguns dos elementos da descrição dos episódios verídicos se diferenciaram em função da ocorrência da instrução de recriação imagética, estes dados não foram analisados separadamente para cada grupo por não se considerar relevante nesta análise.

Referimos depois os principais contrastes observados entre as matrizes de correlação encontradas em função do tipo de episódios a que dizem respeito (episódio falso vs verídicos).

Começamos por analisar as relações entre as quantidades de pistas apresentadas pelo entrevistador, assim como de insistências gerais e específicas ao grupo IRI realizadas pelo mesmo, com as restantes variáveis (elementos observados na descrição dos episódios e dimensões avaliadas pelos participantes). Exibimos depois os padrões de correlação entre os elementos observados na descrição dos episódios e as correlações entre as dimensões avaliadas pelos participantes. Finalmente, exploramos os padrões de correlação encontrados entre os elementos observados na descrição dos episódios e as dimensões avaliadas pelos participantes. Para todos estes casos começamos por expor os padrões de correlação referentes à moda / valores médios e, posteriormente, os de cada entrevista. Apenas são referidos os casos em que o valor da correlação foi significativo.

3.11.1. *Pistas e insistências*

Os dados estatísticos referentes à descrição de resultados que se segue são expostos no Anexo 18 (Tabela 1 a Tabela 4). Tal como ocorreu no caso do episódio falso, também para os episódios verídicos não se constatou qualquer correlação significativa entre o número médio de pistas fornecido pelo entrevistador e qualquer das restantes variáveis. Relativamente à quantidade média de insistências realizadas pelo entrevistador, verificamos que esta apenas se correlacionou positivamente com o número de palavras que os participantes utilizaram para descrever os episódios verídicos ($\rho=0,582$, $N=15$, $p=0,023$). Atendendo às intervenções específicas ao grupo IRI (insistências com indicação de recriação imagética e renovação da instrução de recriação imagética), observamos correlações positivas da quantidade média de renovações da instrução de recriação imagética realizadas pelo entrevistador com o detalhe da descrição e com o número de palavras com que os episódios foram descritos ($\rho=0,605$, $N=11$, $p=0,049$; $\rho=0,676$, $N=11$, $p=0,022$, respectivamente).

Observando este tipo de relações para os episódios verídicos em cada entrevista, constatamos que, na primeira entrevista, apenas ocorreu uma correlação positiva que sugere que, quando o entrevistador realizou mais insistências, os participantes descreveram os episódios com mais palavras ($\rho=0,632$, $N=14$, $p=0,015$). Na segunda entrevista, a quantidade de pistas fornecida aos participantes correlacionou-se positivamente com a avaliação da valência emocional dos episódios ($\rho=0,528$, $N=15$, $p=0,043$). Na terceira entrevista, não foi encontrada qualquer correlação significativa entre as variáveis consideradas.

Considerando as insistências e instruções próprias do grupo IRI realizadas para os episódios verídicos em cada entrevista, verificamos que, na primeira entrevista, não ocorreram correlações significativas. Já na segunda entrevista, o número de palavras correlacionou-se

significativamente com a frequência de renovações da instrução de recriação imagética ($\rho=0,647$, $N=11$, $p=0,032$). Na terceira entrevista, os participantes que receberam mais insistências com indicação de recriação imagética pelo entrevistador descreveram os episódios com menor detalhe ($\rho=-0,894$, $N=5$, $p=0,041$) (Anexo 18, Tabela 5 a Tabela 8).

Como podemos concluir dos dados apresentados relativamente aos episódios verídicos, não foram observadas correlações sistemáticas entre as quantidades de pistas apresentadas e de insistências realizadas pelos participantes e os elementos observados na qualidade da descrição dos episódios e as dimensões avaliadas pelos participantes. O mesmo tipo de resultados foi descrito em relação ao episódio falso não parecendo existir diferenças entre os dois tipos de episódios quanto ao número de correlações significativas encontradas entre as variáveis presentemente em análise. As mesmas conclusões podem ser apresentadas relativamente ao tipo de intervenções específicas ao grupo IRI realizadas pelo entrevistador. Assim, para ambos os tipos de episódios as correlações entre as quantidades de pistas fornecidas e de insistências realizadas pelo entrevistador com as restantes variáveis foram escassas e não revelaram qualquer padrão coerente.

3.11.2. Qualidade da descrição

Os resultados detalhados da análise das correlações entre os elementos observados na descrição dos episódios verídicos são apresentados no Anexo 18, da Tabela 9 à Tabela 12. Contrariamente ao verificado para o episódio falso, em que não foram encontradas correlações significativas entre a moda e / ou valores médios dos elementos observados na sua descrição, no caso dos episódios verídicos constatamos que a quantidade média de palavras utilizada na descrição dos episódios se correlacionou positivamente com a moda do detalhe de descrição e com o número médio de reacções descritas ($\rho=0,785$, $N=15$, $p=0,001$; $\rho=0,524$, $N=15$, $p=0,045$, respectivamente). Este último elemento correlacionou-se ainda positivamente com a quantidade média de discursos narrada ($\rho=0,587$, $N=15$, $p=0,021$).

Considerando os padrões de correlação entre os elementos da descrição dos episódios verídicos em cada entrevista, foi na entrevista 3 que encontramos o maior número de correlações significativas. Na primeira vez que os episódios foram descritos, os participantes que relataram mais reacções na sua descrição referiram também mais discursos e utilizaram uma maior quantidade de palavras para narrar os episódios ($\rho=0,651$, $N=15$, $p=0,009$; $\rho=0,674$, $N=15$, $p=0,008$, respectivamente). Também entre o número de palavras utilizado na descrição dos episódios e o de discursos narrados encontramos uma correlação significativa nesta entrevista ($\rho=0,568$, $N=15$, $p=0,034$). Na segunda entrevista, o detalhe da descrição dos episódios verídicos correlacionou-se positivamente, quer com a quantidade de palavras utilizada na sua descrição, quer com o número de discursos relatados ($\rho=0,821$, $N=11$, $p=0,002$; $\rho=0,721$, $N=11$, $p=0,012$, respectivamente). Finalmente, na terceira entrevista, a quantidade de discursos

narrada na descrição dos episódios verídicos correlacionou-se positivamente com o detalhe da descrição, o número de reacções descrito e a quantidade de palavras utilizada no relato dos mesmos ($\rho=0,868$, $N=7$, $p=0,011$; $\rho=0,726$, $N=7$, $p=0,027$; $\rho=0,966$, $N=7$, $p<0,001$, respectivamente). Ainda nesta entrevista, quem descreveu mais reacções relatou também os episódios com mais palavras ($\rho=0,777$, $N=7$, $p=0,04$).

Enquanto que, para o episódio falso, o padrão mais numeroso de correlações significativas entre os elementos observados na descrição dos episódios ocorreu na entrevista 2 (cf. secção de dados anterior), o mesmo aconteceu na entrevista 3 para os episódios verídicos. Por outro lado, verificamos, que para o episódio falso, os vários elementos se correlacionaram pouco entre si, o que não foi observado no caso da descrição dos episódios verídicos. Tal sugere que a qualidade da descrição deste último tipo de episódios foi mais consistente na riqueza dos vários elementos observados que a descrição do episódio falso.

3.11.3. Avaliação dos episódios

Atendemos agora aos padrões de correlação entre as dimensões avaliadas pelos participantes cujos dados pormenorizados expomos no Anexo 18 (Tabela 13 a Tabela 16). A clareza média com que os episódios verídicos foram avaliados correlacionou-se positivamente com a confiança média depositada na descrição dos episódios e ainda com a importância média que lhes foi atribuída ($\rho=0,891$, $N=15$, $p<0,001$; $\rho=0,576$, $N=15$, $p=0,025$, respectivamente). Verificamos que a confiança e a importância médias também se correlacionaram positivamente entre si ($\rho=0,548$, $N=15$, $p=0,034$). Em todas as entrevistas, a clareza da recordação dos episódios verídicos correlacionou-se fortemente com a confiança conferida à descrição dos mesmos ($\rho=0,888$, $N=15$, $p<0,001$; $\rho=0,718$, $N=15$, $p=0,003$; $\rho=0,922$, $N=9$, $p<0,001$, respectivamente para as entrevistas 1, 2 e 3). Apenas na segunda entrevista foi encontrada uma correlação positiva entre a clareza da recordação e a importância atribuída aos episódios ($\rho=0,535$, $N=15$, $p=0,04$). Em nenhuma das entrevistas foi observada a correlação significativa entre a confiança depositada na descrição dos episódios e a importância com que estes foram avaliados e que foi descrita para os valores médios.

Na avaliação de ambos os tipos de episódios (falso e verídicos), a relação entre a avaliação da clareza da recordação e a confiança atribuída à descrição realizada foi bastante robusta. Verificamos ainda que, embora o valor médio da avaliação da confiança conferida ao relato dos episódios verídicos se tenha correlacionado positiva e significativamente com a importância que lhes foi atribuída, esta não foi observada em qualquer das entrevistas. Por outro lado, esta mesma correlação ocorreu na avaliação relativa ao episódio falso nas entrevistas 1 e 3. Para ambos os tipos de episódios, e atendendo aos valores médios destas dimensões, a clareza da recordação correlacionou-se positivamente com a importância com que os episódios foram caracterizados. Concluimos assim, que os participantes avaliaram as várias dimensões de um

modo ligeiramente mais consistente em relação ao episódio falso do que em relação aos episódios verídicos.

3.11.4. Qualidade da descrição e avaliação dos episódios

Finalmente, consideramos o padrão de correlações entre a qualidade da descrição dos episódios verídicos e as respectivas dimensões avaliadas pelos participantes, sendo os resultados pormenorizados apresentados no Anexo 18 (Tabela 17 a Tabela 20). Não foi encontrada qualquer correlação significativa entre os vários elementos observados na descrição dos episódios verídicos e a avaliação das várias dimensões realizada pelos participantes relativamente aos mesmos. Tal ocorreu tanto para a moda e / ou valores médios, como em cada entrevista. Este tipo de relações, embora escasso, foi encontrado no caso do episódio falso, quer para a moda / valores médios das variáveis, quer nas duas primeiras entrevistas.

3.11.5. Correlações: resumo

Para ambos os tipos de episódios, as correlações significativas encontradas entre a quantidade de pistas apresentadas pelo entrevistador, a quantidade de insistências realizada pelo entrevistador e as restantes variáveis foram raras e não revelaram qualquer padrão consistente.

Considerando as relações entre os elementos observados na descrição dos episódios, verificamos que estas foram mais frequentes no caso dos episódios verídicos que no do episódio falso. Este dado parece indicar que a descrição dos episódios verídicos foi realizada com maior coerência entre os vários aspectos da narrativa. Em oposição, foi em relação ao episódio falso que a avaliação realizada pelos participantes das várias dimensões se revelou mais relacionada, embora a diferença seja apenas ténue. Não obstante, a forte relação entre a clareza da recordação dos episódios e a confiança atribuída à sua descrição foi observada para os dois tipos de episódios. As relações encontradas entre os elementos observados na descrição dos episódios e a avaliação realizada pelo participante para as várias dimensões foram mais frequentes no caso do episódio falso (embora raras) que para os episódios verídicos. Neste último caso, não foi observada qualquer correlação significativa deste tipo.

3.12. Síntese da análise do episódio falso vs episódios verídicos

Procuramos agora resumir as principais conclusões relativas à comparação do episódio falso com os episódios verídicos descritos pelos mesmos participantes. Atendemos ainda ao impacto que as diferentes variáveis tiveram na qualidade da descrição e avaliação dos dois tipos de episódios. Consideramos ainda a relação entre a duração do intervalo de tempo e as variáveis em análise. Finalmente, fazemos uma referência ao modo como as variáveis se relacionaram entre si para os dois tipos de episódios.

O entrevistador forneceu mais pistas na primeira entrevista para o episódio falso do que para os episódios verídicos. A partir das pistas fornecidas relativas ao episódio falso, os participantes puderam elaborar a descrição de um episódio que lhes foi sugerido, mas que não correspondia efectivamente a um episódio real. A evolução ao longo das entrevistas do número de pistas fornecido foi semelhante para os dois tipos de episódios, tendo sido para ambos significativamente superior na primeira entrevista relativamente às entrevistas seguintes. Verificamos ainda que a quantidade de insistências gerais realizadas pelo entrevistador, assim como as específicas ao grupo IRI, não foi distinta para os dois tipos de episódios. No entanto, a quantidade de insistências realizada pelo entrevistador durante a descrição dos episódios verídicos diferenciou-se mais ao longo das entrevistas, que durante a descrição do episódio falso.

A qualidade de descrição dos episódios verídicos foi superior à do episódio falso. Notámos que a maior diferença neste aspecto ocorreu na primeira vez que os episódios foram descritos. A segunda entrevista foi aquela em que encontrámos menos diferenças nos vários elementos que foram observados na qualidade da descrição. Esta constatação é acompanhada pelas conclusões relativas à evolução da qualidade da descrição dos episódios ao longo das entrevistas. Assim, enquanto que, no caso do episódio falso observámos aumentos significativos da primeira para as entrevistas seguintes em alguns dos elementos observados na sua descrição, no caso dos episódios verídicos as alterações foram mais escassas e restritas a um dos elementos. Deste modo, a menor diferença encontrada na qualidade da descrição dos dois tipos de episódios na segunda entrevista pode dever-se a esta melhoria mais notória na descrição do episódio falso. Para ambos os tipos de episódios, os participantes referiram mais reacções negativas que reacções positivas. Não obstante, na primeira entrevista, foi relatada uma quantidade superior de reacções positivas na descrição dos episódios verídicos do que na descrição do episódio falso.

As dimensões avaliadas pelos participantes sobre a qualidade da recordação dos episódios foram claramente distintas em função do tipo de episódio em descrição. Os participantes recordaram os episódios verídicos com maior clareza e depositaram mais confiança na descrição efectuada dos mesmos. Também a importância atribuída aos episódios foi distinta, tendo sido superior para os episódios verídicos. Estas diferenças mantiveram-se apesar do aumento observado da primeira para a segunda entrevista na confiança conferida ao relato do episódio falso, bem como na importância que lhe foi atribuída. Finalmente, os episódios verídicos foram caracterizados com uma valência emocional mais positiva que o episódio falso, mas apenas em

termos médios. No caso dos episódios verídicos apenas a clareza da recordação dos episódios aumentou da entrevista 1 para a entrevista 2.

A maior qualidade de descrição dos episódios verídicos foi acompanhada por uma avaliação superior das dimensões que caracterizaram a recordação dos episódios. De notar, no entanto, que as diferenças foram mais salientes na avaliação realizada pelos participantes que na qualidade da descrição observada. A evolução ao longo das entrevistas da qualidade da descrição dos episódios, mais expressiva no caso do episódio falso, foi acompanhada por um aumento na confiança depositada na descrição do mesmo. Verificamos assim que, para ambos os tipos de episódios, as alterações observadas na descrição dos episódios foram de algum modo correspondidas pela avaliação que o participante realizou da qualidade da recordação.

A influência que a instrução de recriação imagética teve na descrição dos dois tipos de episódios foi distinta. Apesar das ocorrências serem raras, e encontradas apenas em determinadas entrevistas, alguns elementos observados na descrição dos episódios verídicos foram beneficiados pela ocorrência da instrução de recriação imagética. Esta variável não teve qualquer influência na qualidade da descrição do episódio falso. Quanto às dimensões avaliadas pelos participantes, constatamos que a ocorrência, ou não, da instrução de recriação imagética dos episódios não produziu qualquer influência em ambos os tipos de episódios.

O número de entrevistas realizado não influenciou de forma significativa nem a qualidade da descrição dos episódios, nem a avaliação realizada pelos participantes das diversas dimensões. Esta observação é válida para os episódios verídicos, assim como para o episódio falso. Deste modo, não parece ocorrer qualquer ganho significativo, para ambos os tipos de episódios, em solicitar aos participantes a sua descrição uma terceira vez, o que é congruente com a ausência total de evoluções significativas entre as entrevistas 2 e 3.

Atendendo aos padrões de correlação encontrados para os dois tipos de episódios, verificamos que os vários elementos da descrição dos episódios verídicos se relacionaram mais entre si que no caso do episódio falso. Este dado sugere que a descrição dos episódios verídicos foi elaborada de um modo mais sólido e coerente que a do episódio falso. O oposto ocorreu em relação às dimensões avaliadas pelos participantes, tendo esta sido ligeiramente mais integrada na avaliação referente ao episódio falso. De notar, contudo, em ambos os casos, a forte relação observada entre as avaliações da clareza da recordação e a confiança depositada na descrição elaborada para os episódios. Adicionalmente, os elementos observados na descrição do episódio falso relacionaram-se esporadicamente com algumas dimensões avaliadas pelos participantes, não tendo este tipo de relações ocorrido para os episódios verídicos. Parece assim, ter ocorrido uma maior congruência entre a avaliação mais objectiva da qualidade da descrição e a avaliação mais subjectiva do participante no caso do episódio falso que no dos episódios verídicos.

PARTE IV : DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos neste trabalho são discutidos atendendo às questões que formulamos inicialmente e que nos propusemos explorar. Começamos então por considerar os dados globais referentes à recordação dos episódios verídicos. Atendemos ainda à influência que a instrução de recriação imagética, o número de entrevistas realizado e a idade de ocorrência dos episódios questionados teve na recordação e/ou recuperação dos mesmos. Estes dados são confrontados com os dados reportados em trabalhos anteriores.

Seguidamente, caracterizamos o modo como os participantes descreveram o episódio falso que lhes foi sugerido analisando ainda o modo como o mesmo foi descrito ao longo das entrevistas. Atendemos depois à influência que a instrução de recriação imagética, a existência de experiências semelhantes à sugerida na infância dos participantes e acesso a auto-conhecimento relevante para o episódio em causa tiveram no tipo de descrição deste episódio assim como na construção de falsas memórias. Estes dados são comparados com os encontrados em estudos semelhantes e discutidos no âmbito das abordagens de monitorização da fonte de informação, da teoria *fuzzy-trace* e dos modelos que têm sido desenvolvidos para explicar os processos subjacentes à construção de falsas memórias.

A discussão dos dados prossegue com a apresentação das variáveis individuais que se relacionaram com a forma de descrição do episódio falso e o acesso a diferentes tipos de auto-conhecimento. Estas variáveis são ainda consideradas nos modelos obtidos que pretendem prever quem criará uma falsa memória e quem acederá a informação relevante relacionada com o episódio sugerido.

Atendemos depois à caracterização da qualidade da descrição e recordação do episódio falso e ao modo como o episódio propriamente dito foi caracterizado pelos participantes. Ao longo desta exposição procedemos igualmente à comparação dos dados obtidos para os episódios verídicos descritos pelos mesmos participantes. Diversos aspectos são considerados nesta discussão tais como a evolução dos elementos ao longo das entrevistas, a quantidade de entrevistas realizada e o modo como os dados se correlacionaram entre si. Consideramos ainda a influência da instrução de recriação imagética na descrição e avaliação dos dois tipos de eventos. Ainda relativamente ao episódio falso, discutimos a influência que a existência de uma experiência real de perda na infância dos participantes teve na descrição e avaliação do mesmo.

Tecemos ainda algumas reflexões sobre limitações identificadas no presente trabalho e apresentamos algumas sugestões de análise de dados obtidos ainda no âmbito deste projecto. Finalmente, sugerimos alguns aspectos que entendemos importantes para a compreensão do fenómeno das falsas memórias e que poderão ser analisados em investigações futuras.

1. Episódios verídicos

No presente trabalho, a quase totalidade dos episódios verídicos apresentados aos participantes foi recordada na primeira entrevista. Concretamente, nesta entrevista, foram recordados 93,7% dos episódios verídicos e, na terceira entrevista, a percentagem de eventos verídicos recordados pelos participantes foi de 97,6%. Estes resultados são semelhantes aos obtidos noutros trabalhos, como o de Hyman e colaboradores (1995), Hyman e Billings (1998) e Wade e colaboradores (2002). Sistematizamos os dados obtidos nos vários estudos na Tabela 83 que servirá de orientação para a comparação dos dados entre estudos. A percentagem de episódios recordados na terceira entrevista no trabalho de Ost e colaboradores (no prelo) é claramente inferior à dos restantes estudos o que se poderá dever ao procedimento de entrevista utilizado, pois no trabalho destes autores, foi utilizado um procedimento que pretendeu ser o mais isento possível da manifestação de expectativas de recordação e de outras formas de pressão para que os eventos fossem recordados. De facto, o objectivo destes autores era o de averiguar a possibilidade de implantar falsas memórias sem que fosse transmitido qualquer tipo de pressão externa aos participantes para que eles recordassem os episódios apresentados.

Importa salientar algumas diferenças de procedimento que diferenciam estes trabalhos. Em primeiro lugar, consideramos o modo de apresentação dos eventos. O procedimento adoptado neste trabalho é mais próximo do implementado no primeiro estudo de Hyman e colaboradores (1995) em que os autores começaram por apresentar o título e a idade em que o evento teria ocorrido, sendo fornecidas pistas adicionais (i.e., o local, as pessoas envolvidas no mesmo e uma ou duas acções) caso os participantes não identificassem correctamente o episódio em causa. No presente trabalho, o título foi apresentado como pista inicial tendo sido acrescentadas pistas adicionais até que o participante identificasse correctamente o episódio em causa. Nos restantes trabalhos, os episódios foram apresentados aos participantes mediante a exposição de todas as pistas e, no trabalho de Wade e colaboradores (2002), foi acrescentada a apresentação de uma fotografia referente ao evento, o que não se traduz em melhoria de recordação comparativamente com a este trabalho.

Tabela 83: Percentagem de recordação dos episódios verídicos de vários trabalhos apresentados, assim como do presente trabalho, nas várias entrevistas. Identificamos ainda algumas características dos trabalhos.

	estudo	idade dos episódios	método de apresentação do episódio	E1	E2	E3
Hyman e col. (1995)	1 N=20	2 – 10	título e idade restantes pistas se evento não recordado	84%	88%	-
	2 N=51	2 – 10	pistas ^a (todas na E1)	88,8%	95,1%	-
Hyman e Billings (1998)	N=66	2 – 10	pistas (todas na E1) recriação imagética ^b	73,9%	85,3%	-
Porter e col. (1999)	N=77	4 – 10	pistas imagética guiada ^b	88,3%	-	-
Wade e col. (2002)	N=20	4 – 8	fotografia reinstalação contexto e imagética guiada ^b	93,3%	-	96,7%
Ost e col. (no prelo)	N=31	7,25 ^c	frase geral pistas + reacção emocionais	?	?	64,5%
Presente trabalho	N=85	4 – 8	título restantes pistas se evento não recordado	93,7%	96,5%	97,6%

^a Pistas: apresentação do título do evento, idade de ocorrência, pessoas presentes, local da ocorrência e descrição de uma ou duas acções do evento; ^b técnicas aplicadas quando os eventos não foram recordados na primeira entrevista; ? dados não apresentados pelos autores; ^c informação baseada na média de idades apresentada pelos autores.

Consideramos assim que a recordação dos episódios verídicos no presente estudo foi ligeiramente superior ao observado nos trabalhos de Hyman e colaboradores (Hyman & Billings, 1998; Hyman e col., 1995) atendendo a que os nossos participantes tinham inicialmente acesso a menos informação para identificar o evento em causa e elaborar uma descrição para o mesmo, particularmente na primeira entrevista. Pensamos que esta diferença se possa dever ao facto dos episódios questionados se referirem, na maior parte, a episódios únicos da infância dos participantes ou altamente salientes (e.g., a primeira comunhão, menina das alianças ou uma intervenção cirúrgica). Como não temos indicação específica sobre este aspecto relativamente aos outros trabalhos não é possível estabelecer esta comparação de um modo mais directo.

Passamos agora a considerar os dados referentes aos episódios recuperados, isto é, aos episódios que não foram recordados na primeira entrevista mas que os participantes recordaram em entrevistas seguintes. No presente trabalho verificamos que, na segunda entrevista, foram recuperados cerca de 44% dos episódios que não foram recordados na entrevista 1 (sete dos 16 episódios não recordados na primeira entrevista foram recordados na segunda entrevista). De um modo global, este dado é consistente com os resultados divulgados noutros estudos, como por

exemplo de Hyman e colaboradores em que as percentagens de recuperação foram de 47,2% (Hyman & Pentland, 1996) e de 43,9% (Hyman & Billings, 1998).

No presente trabalho, o facto dos participantes terem sido instruídos a recriar imagetivamente os episódios não influenciou de modo significativo a quantidade de memórias recuperadas (42,9% no grupo NIRI e 44,4% no grupo IRI). Já no estudo de Hyman e Pentland (1996) os participantes que foram instruídos a recriar imagetivamente os episódios recuperaram uma percentagem significativamente superior de episódios comparativamente com aqueles que não receberam esta instrução (65,2% e 29,2%, respectivamente). Também no trabalho de Hyman e Billings (1998), em que 43,9% dos episódios foram recuperados, todos os participantes foram encorajados a recriar imagetivamente os episódios quando estes não foram recordados. Pensamos que uma diferença ao nível do procedimento utilizado pode estar na origem desta diferença de dados. No presente trabalho, assim como no de Hyman e Billings (1998), apenas foi solicitado aos participantes que recriassem imagetivamente os episódios sem que tivesse sido aplicada qualquer estratégia que garantisse o cumprimento efectivo da instrução. Por outro lado, no trabalho de Hyman e Pentland (1996), a todos os participantes que receberam esta instrução foi solicitada uma descrição pormenorizada da recriação imagética e foram ainda colocadas questões específicas que orientavam os participantes na elaboração de alguns detalhes do episódio. Assim, os autores asseguraram que a recriação imagética do episódio era realizada de um modo detalhado, o que provavelmente potenciou a recuperação dos episódios inicialmente não recordados. Comparando a percentagem de episódios recuperados pelos participantes a quem foi solicitada a recriação imagética dos episódios nos moldes implementados no presente estudo, a percentagem de recuperação observada foi semelhante à obtida por Hyman e Billings (1998).

A percentagem de episódios recuperados quando não foi apresentada qualquer instrução de recriação imagética, comparável com os obtidos nos trabalhos de Hyman e colaboradores (1995) e de Hyman e Pentland (1996) (no grupo de controlo) (percentagem de recuperação de 25% e 29,2%, respectivamente), foi superior no presente trabalho (42,9%). Como referimos na descrição dos instrumentos utilizados, e pode ser verificado no Anexo 6, uma das questões de controlo apresentada aos participantes pretendia identificar as estratégias que os participantes teriam utilizado durante o intervalo entre entrevistas para recordar mais informação dos episódios. Uma análise desta informação revelou que, dos 44 participantes do grupo NIRI, 30 recorreram à recriação imagética dos episódios, ainda que não lhes tivesse sido dada qualquer indicação sobre a mesma. Dos 41 participantes que receberam esta instrução de forma explícita, 34 referiram a utilização desta estratégia no intervalo decorrido entre as entrevistas. Este dado sugere que a recriação imagética foi utilizada de forma intencional pelos participantes para os auxiliar na recordação dos episódios. Como foi referido, se efectivamente a recriação imagética dos episódios proporciona uma recuperação mais frequente dos episódios, como sugerem Hyman e Pentland (1996), a utilização espontânea desta estratégia pelos participantes do grupo NIRI pode ter igualmente aumentado a possibilidade de recuperação dos episódios. Este facto poderá explicar que as diferenças entre os dois grupos tenham sido praticamente eliminadas no presente trabalho.

Consideremos ainda um outro aspecto dos episódios verídicos que pode estar subjacente a algumas das diferenças encontradas entre os presentes resultados e os obtidos noutros trabalhos: a idade de ocorrência dos episódios. No presente trabalho, os episódios mais recordados na primeira entrevista foram os de idade mais recente (8 ou mais anos) com 96,5% de eventos recordados, sendo os restantes (4 / 5 anos, e 6 / 7 anos) equivalentes neste aspecto, com cerca de 93% de eventos recordados. No trabalho de Hyman e colaboradores (1995), os episódios questionados ocorreram entre os 2 e os 10 anos e, no de Hyman e Pentland (1996), a quase totalidade dos episódios verídicos ocorreu antes dos seis anos de idade (neste trabalho não existe qualquer indicação relativa ao limite inferior de idade dos episódios questionados). No trabalho destes autores, poderão então existir alguns eventos ocorridos numa idade em que se constata a existência da amnésia infantil, não existindo assim memória para os mesmos. A idade de ocorrência dos episódios não foi, contudo, considerada na análise destes dados. Por outro lado, no presente trabalho a idade inferior dos episódios questionados foi de quatro anos, o que os torna imunes aos efeitos da amnésia infantil, donde mais recordáveis. A comparação torna-se, por isso mais fiável com o estudo de Wade e colaboradores (2002) que recorreram a episódios de uma faixa etária semelhante à do presente trabalho. Assim, verificamos que a percentagem inicial da recordação dos episódios reportada por estes autores foi próxima da que observámos, embora a forma de apresentação dos episódios tenha sido diferente.

No estudo de Hyman e Billings (1998), a idade dos episódios relacionou-se com a percentagem de eventos recordada: os episódios que foram recordados nas duas entrevistas tinham uma idade média superior ($\bar{x}= 4,55$, $dp=1,32$) aos que não foram recordados em qualquer das entrevistas ($\bar{x}=3,28$, $dp=1,33$) e aos que foram recuperados na entrevista 2 ($\bar{x}=3,72$, $dp=1,43$). No trabalho destes autores a idade de corte para a amnésia infantil, tal como definida por Usher e Neisser (1993)⁷⁵, seria de 3 anos (os participantes recordaram na primeira entrevista 33 dos 42 episódios desta idade, tendo aumentado para 36 na segunda entrevista). Não obstante, os participantes recordaram um número considerável de episódios ocorridos aos dois anos de idade (6 dos 25 na primeira entrevista e 14 dos 25 na segunda entrevista), sugerindo que esta linha de corte pode corresponder a uma idade mais precoce. Efectivamente, alguns autores propõem que o final da amnésia infantil coincide com o início do self cognitivo o que ocorrerá aos 2 anos de idade (e.g., Howe & Courage, 1997; Howe, Courage, & Edison, 2003). Estes dados indicam assim que os episódios de idade mais precoces questionados no presente trabalho correspondem a uma idade em que a amnésia infantil já não se manifesta, sendo por isso esperado que os dados não se diferenciem de um modo significativo em relação a esta variável tal como foi verificado. Por outro lado, esta diferença ao nível da idade dos episódios questionados pode de algum modo justificar que, no presente trabalho, a percentagem de episódio recordados na primeira entrevista tenha sido superior ao encontrado na maior parte dos trabalhos.

⁷⁵ De acordo com estes autores, determina-se como idade de corte para a amnésia infantil aquela para a qual pelo menos metade dos participantes recordam algo sobre o episódio questionado.

Reportamos, no entanto, que a tendência observada no presente estudo para uma maior percentagem de recordação dos episódios de idade mais recente foi encontrada noutros trabalhos. Concretamente, no estudo de Ost (no prelo) a idade de ocorrência dos episódios relacionou-se com a forma de descrição dos mesmos, embora as diferenças não se tenham revelado estatisticamente significativas. Concretamente, a média de idade dos eventos completamente recordados na terceira entrevista foi de 7,3 anos (20 episódios – 64,5%), de 6,6 anos (6 episódios – 19,4% episódios) para os episódios que foram alvo apenas de uma descrição parcial e de 5,6 anos (5 episódio – 16,1%) para os que não foram recordados pelos participantes.

Podemos igualmente considerar a idade de ocorrência dos episódios relativamente ao número de episódios recuperados. Verificamos assim que, no presente trabalho, os episódios de idade mais precoce (4 a 5 anos) foram os mais recuperados (71%) e os de idade intermédia (6 a 7 anos) os menos recuperados (12%). No trabalho de Hyman e Billings (1998), a idade dos episódios recuperados não se diferenciou dos que nunca foram recordados. No entanto, como já referimos, os estudos apresentados não têm analisado de forma sistemática a variável idade quanto à sua potencial influência na recordação e/ou recuperação dos episódios verídicos.

Tal como nos estudos anteriores, também no presente trabalho a percentagem de episódios recordados ao longo das entrevistas aumentou, embora este aumento não tenham sido significativos. Este dado pode decorrer do facto da percentagem de episódios descritos pelos participantes desde a primeira entrevista ser muito elevada, aproximando-se de um efeito de tecto. Também este é um resultado consistente com o reportado noutros trabalhos (e.g., Hyman e col., 1995; Hyman & Pentland, 1996). A recuperação dos episódios verídicos ao longo das entrevistas pode dever-se ao facto dos participantes pensarem repetidamente sobre os episódios (uma forma de hipermnésia), ou podem ser simplesmente memórias recuperadas em resposta às exigências da entrevista. Adicionalmente, nestes estudos, foi manifestada a expectativa de recuperação dos eventos ao longo do tempo o que pode igualmente ter motivado a recuperação dos mesmos.

2. Episódio falso

O procedimento utilizado no presente trabalho para implantar a falsa memória procurou responder às várias etapas do processo de construção de falsas memórias proposto por Hyman e colaboradores (Hyman & Kleinknecht, 1999; Hyman & Loftus, 1998) e que tem em consideração alguns aspectos da abordagem da monitorização da fonte de informação (Johnson e col., 1993). De acordo com esta proposta, para que uma falsa memória seja construída é necessário o cumprimento de três critérios: (1) a pessoa tem de aceitar que o evento sugerido é plausível; (2) a que se segue a elaboração de informação contextual para o evento, como uma imagem ou uma narrativa, e; (3) finalmente, tem de ocorrer um erro de monitorização da fonte, ou seja, a pessoa

tem de atribuir erradamente a sua construção mnésica a uma experiência pessoal e não a algo que ela criou. A revisão dos trabalhos com sucesso na implementação de falsas memórias mostra que os investigadores utilizaram vários procedimentos que poderão ter contribuído para que estes três critérios fossem satisfeitos.

Um modelo semelhante a este de Hyman e colaboradores foi apresentado por Mazzoni e colaboradores (Mazzoni & Kirsch, 2002; Mazzoni e col., 2001). Esta última perspectiva difere da anterior por não referir o processo pelo qual as pessoas passam a acreditar que a sua construção do evento corresponde efectivamente a uma memória. Porém, o modelo de Mazzoni e colaboradores é igualmente relevante na compreensão dos vários aspectos que estão implicados no processo de construção de uma falsa memória. Assim, esta perspectiva postula a necessidade do cumprimento de três elementos para que ocorra a criação de uma falsa memória. Nomeadamente, tem de ocorrer a aceitação da plausibilidade do evento sugerido, o desenvolvimento da crença em como o mesmo ocorreu no passado dos participantes e, finalmente, as pessoas têm de interpretar os seus pensamentos e fantasias sobre os eventos como sendo memórias.

No presente trabalho, a plausibilidade do evento sugerido foi garantida pelo facto deste corresponder a um episódio relativamente comum na infância das crianças e pela adequação das pistas de sugestão do evento sugerido à história de vida de cada participante. Por exemplo, o local de ocorrência do evento correspondia a um local que efectivamente o participante frequentava quando tinha 6 anos (a idade em que o evento falso teria ocorrido). A crença na ocorrência do mesmo foi fomentada pela credibilidade das fontes de informação. Foram usadas várias estratégias para potenciar a crença na ocorrência do evento e a aceitação da reconstrução feita para o mesmo como sendo correspondente a uma memória de um evento real (e.g., instrução de recriação imagética). Outros factores que se revelaram importantes na ocorrência da falsa memória são discutidos. Ainda em relação a estes últimos especulamos sobre a influência dos mesmos nas várias etapas de construção das falsas memórias. Consideramos assim o impacto destes factores na forma de descrição do episódio falso e na construção de falsas memórias.

2.1. Forma de descrição

Tal como foi demonstrado noutras investigações, também o presente trabalho revelou que é possível levar jovens adultos a criar memórias para episódios falsos que lhes foram sugeridos (e.g., Hyman & Billings, 1998; Hyman e col., 1995; Hyman & Pentland, 1996; Loftus & Pickrell, 1995; Pezdek e col., 1997). Concretamente, na primeira entrevista cerca de 20% dos participantes elaborou uma falsa memória completa para o episódio sugerido e, na segunda entrevista esta

percentagem aumentou para cerca de 24%⁷⁶. Noutros estudos o sucesso na implantação de falsas memórias variou entre 0% (Pezdek e col., 1997) e 65,2% dos casos (Lindsay e col., 2004), como revela a compilação de informação que apresentamos na Tabela 84. Esta elevada variação de dados resulta, provavelmente, de diferenças no procedimento utilizado, da natureza dos episódios sugeridos e ainda dos critérios de classificação adoptados. A percentagem média ponderada de falsas recordações ao longo dos estudos realizados até 2002 foi de 30%, tal como apresentada no trabalho de Wade e colaboradores (2002). Passamos a considerar estes aspectos de um modo mais detalhado atendendo às perspectivas teóricas que têm sido apresentadas neste âmbito e aos dados obtidos no presente trabalho.

Em primeiro lugar, consideramos a diversidade de critérios que tem sido utilizada na classificação dos relatos que os participantes elaboram para os episódios sugeridos. Este é um tema de discussão actual e que pode estar na origem da disparidade de percentagens de construção de falsas memórias reportadas nos vários trabalhos. De um modo global, os trabalhos têm classificado a descrição do episódio falso em três grandes categorias: sem memória, falsa memória parcial e falsa memória completa. A dúvida em relação a esta classificação reside na segunda categoria. Apesar das diferenças nos sistemas de classificação usados e nos critérios inerentes a cada nível, há alguns aspectos que estão presentes de um modo consistente. Assim, a caracterização de um relato como correspondente a uma falsa memória completa requer que o participante acredite genuinamente que está a recordar o episódio. Já a classificação de falsa memória parcial tem sido aplicada às descrições em que o participante parece acreditar na ocorrência do evento ou especula sobre o modo como o mesmo poderia ter ocorrido.

Em estudos como o de Loftus e Pickrell (1995), as autoras consideraram como falsas memórias parciais descrições que incluíam a recordação de partes do evento e especulações sobre onde e quando este teria ocorrido. Nos estudos realizados por Hyman e colaboradores, os critérios de classificação começaram por ser informais (Hyman e col., 1995), passando depois a uma classificação orientada por critérios mais específicos (Hyman & Billings, 1998; Hyman & Pentland, 1996). Este sistema de classificação passou então a comportar quatro categorias distintas: “sem memória”, “não memória mas tentativa de recordar o evento”, “falsa memória parcial” e “falsa memória clara”. Esta última categoria, também por vezes designada de “falsa memória completa”, foi aplicada pelos autores aos relatos que incluíam a acção específica por eles sugerida (e.g., entornar a taça de ponche). Como “falsa memória parcial” foram considerados os relatos em que os participantes realizaram algumas elaborações consistentes (e.g., detalhes do casamento) correspondentes a memórias efectivas (i.e., com afirmações indicativas da recordação) mas que não incluíam memória para a acção específica que foi sugerida (e.g., entornar o ponche). A classificação de “não memória mas tentativa de recordar o evento” foi atribuída pelos autores quando os participantes descreveram uma imagem, ou referiram auto-conhecimento relacionado, mas sem qualquer afirmação clara de que estavam a recordar o

⁷⁶ Relativamente aos dados referentes à criação de falsas memórias do presente trabalho apresentamos as percentagens obtidas na segunda entrevista dado não ter ocorrido um aumento de falsas memórias na terceira entrevista.

evento. Finalmente, a classificação de “sem memória” foi aplicada aos casos em que não ocorreu qualquer tentativa de recordação do evento sugerido. Estes mesmos critérios de classificação foram aplicados por outros autores (e.g., Wade e col., 2002). De um modo geral, as “falsas memórias parciais” têm sido consideradas em conjunto com as “falsas memórias claras”. A soma destes dois tipos de falsas memórias constitui então a percentagem global de falsas memórias observadas em vários trabalhos.

No entanto, Lindsay e colaboradores (2004) consideram que alguns dos exemplos de descrições apresentadas nestes trabalhos como correspondendo a “falsas memórias parciais” contêm várias expressões que indicam dúvida por parte dos participantes (e.g., “bem provavelmente foi... provavelmente senti...”) ou consistem apenas em especulações sobre os eventos e não a memórias efectivas dos mesmos. Por outro lado, as descrições classificadas como “falsas memórias completas” forneceram mais evidências de uma recordação genuína do evento falso em oposição à simples aceitação de que ele ocorreu ou à especulação sobre o mesmo. De acordo com os mesmos autores, a distinção habitualmente implementada entre estes dois tipos de classificação é demasiado grosseira e, encarar ambas como correspondentes à construção efectiva de uma memória para o evento sugerido, constitui um critério permissivo de avaliação.

Lindsay e colaboradores (2004) sugeriram então um outro sistema de classificação do relato elaborado para o episódio sugerido composto por três categorias: “sem imagens ou memória”, “imagens mas sem memória” e “memória” para a acção central sugerida. Este último nível da classificação foi atribuído apenas quando os participantes pareciam acreditar que estavam efectivamente a recordar o evento sugerido (classificação correspondente à de “falsa memória completa”). Já a classificação de “imagens mas sem memória” foi aplicada aos relatos em que foram descritas imagens associadas com o evento sugerido mas que não pareceram corresponder à recordação do evento propriamente dito. De acordo com os autores, este nível de classificação corresponderá à avaliação de “memória parcial” aplicada noutros estudos e que tem sido tratada de um modo indiscriminado relativamente às falsas memórias completas. Os autores mostraram ainda que a avaliação que os participantes realizaram das experiências em que não foi recordada qualquer informação sobre os eventos foi mais próxima da avaliação que os mesmos efectuaram para as descrições classificadas como “sem imagens ou memória” do que das classificadas como “falsa memória”. Estes dados indicam assim que o tratamento indiferenciado das “falsas memórias parciais” e das “falsas memórias completas” que tem sido implementado em alguns trabalhos pode não constituir uma abordagem adequada dos dados. Estes autores reconhecem, no entanto, a relevância de diferenciar a ausência de qualquer tentativa de descrição do episódio sugerido da elaboração de possibilidades para o mesmo já que esta forma de descrição pode constituir um passo importante para a criação de falsas memórias completas. Foi atendendo à informação que acabamos de apresentar que optámos, no presente trabalho, pelo sistema de classificação de falsas memórias implementado por Lindsay e colaboradores (2004).

De igual modo, foi tendo estes dados em consideração que, na Tabela 84, expomos as percentagens destes dois tipos de descrição do episódio falso para cada um dos trabalhos considerados. Em consonância com esta informação, passaremos a referir-nos à construção de falsas memórias apenas quando estas foram classificadas como “falsas memórias completas”.

Deste modo, e atendendo novamente aos dados que apresentamos na Tabela 84, a percentagem final de falsas memórias completas tem variado entre 0% (Pezdek e col., 1997, estudo 2) e 65,2% (Lindsay e col., 2004). Não obstante, existem ainda alguns factores que podem estar a contribuir para esta disparidade de dados, nomeadamente as técnicas utilizadas para potenciar a ocorrência das falsas memórias e o tipo de episódio sugerido. Para além disso, um aspecto mais natural relativo ao modo como o participante elabora sobre o episódio sugerido, como por exemplo a referência que o participante faz a informação relevante sobre si ou sobre a sua história, pode influenciar a ocorrência de falsas memórias.

Um dado curioso interessante no nosso trabalho, e que difere de um modo notório dos dados obtidos nos restantes trabalhos com um procedimento semelhante, refere-se à percentagem de falsas memórias obtidas na primeira entrevista. Enquanto que noutros estudos esta percentagem foi consideravelmente baixa ou mesmo inexistente, no presente trabalho, 10,5% dos participantes do grupo NIRI e 28,9% dos participantes do grupo IRI criaram falsas memórias. Suspeitamos que a credibilidade das fontes de informação possa ter desempenhado um papel fundamental nesta ocorrência. Recordamos que no presente trabalho, ao contrário de outros estudos em que apenas foi utilizada uma fonte de informação (e.g., Hyman e col., 1995) recorremos a duas fontes consideradas fidedignas pelos participantes que estiveram e que estiveram bastante presentes na sua infância. Aliás, comentários do tipo “Não, quero dizer, posso fazer uma história, mas é que eu não me lembro mesmo. Há aqueles factos que nós temos uma ideia que aconteceram mas que não sabemos nada sobre eles. *Mas para a minha mãe ter relatado é porque aconteceu*, mas eu não tenho ideia” (relato do participante 51 na entrevista 1) foram frequentes nas reacções dos participantes face à apresentação do episódio falso, expressando também a credibilidade que os participantes atribuíram às fontes da informação.

De igual modo, não observamos um crescimento tão marcado na frequência de falsas memórias com a repetição da sugestão e com o relato repetido do evento, como ocorreu noutros trabalhos. Aliás, da segunda para a terceira entrevista não ocorreu nenhum novo caso de falsa memória. Este é um dado contraditório com o observado em alguns trabalhos (e.g., Hyman & Pentland, 1996), mas consistente com o de outros (e.g., Pezdeck e col., 1997, estudo 2) pois o papel da repetição está bem estabelecido noutros paradigmas do estudo das distorções de memória. Por exemplo, no paradigma da informação enganosa, a repetição da informação enganosa potencia a aceitação da sugestão apresentada (e.g., Zaragoza & Mitchell, 1996). Também nos estudos de criação de falsas memórias para acções que foram apenas imaginadas, a repetição da recriação imagética das acções potencia a ocorrência de falsas memórias para as

mesmas (e.g., Goff & Roediger, 1998; Thomas & Loftus, 2002). Não obstante, esta inconsistência de dados nos estudos em que os participantes recriam imageticamente de forma repetida eventos mais complexos ocorridos na sua infância não é surpreendente de acordo com alguns autores. Sharman e colaboradores (2005) propõem que a imaginação repetida deste tipo de eventos, para além de poder potenciar uma recriação em termos perceptivos mais elaborada, pode também aumentar a quantidade de informação relativa aos processos cognitivos envolvidos nessa recriação. Contrariamente à imaginação de acções simples, a recriação de eventos mais complexos (como por exemplo de uma situação de perda) implica a reconstrução de um conjunto mais alargado de elementos e relações entre esses elementos o que implica também um maior esforço cognitivo. Deste modo, os participantes serão mais capazes de identificar correctamente qual a fonte da informação de que resultam estas recriações. Não obstante, esta é uma ideia que carece de uma exploração sistemática.

A dificultar ainda a discussão relativa à evolução da frequência de falsas memórias ao longo das entrevistas está o facto de alguns trabalhos não apresentarem de um modo claro a percentagem de falsas memórias ocorridas ao longo das entrevistas, cingindo-se a considerar apenas os dados obtidos no último momento do procedimento (geralmente a última entrevista). Adicionalmente, os estudos em que foram realizadas 3 entrevistas com um procedimento semelhante ao utilizado no presente caso são ainda raros. Consideramos ainda que a opção de reduzir a amostra que realizou a terceira entrevista para cerca de metade dos participantes, pode também ter diminuído a probabilidade da ocorrência de novas falsas memórias nesta última entrevista.

Passamos agora a considerar de um modo mais detalhado a influência que a instrução de recriação imagética, o acesso auto-conhecimento relevante para o episódio sugerido e a ocorrência de experiências de infância semelhantes à sugerida tiveram no tipo de descrição que os participantes desenvolveram para o episódio falso e ainda na criação de falsas memórias ricas.

Tabela 84: Percentagem de recordação dos episódios falsos de vários trabalhos, assim como do presente trabalho, nas várias entrevistas. Apresentamos também outros elementos relativos ao procedimento utilizado nestes trabalhos que podem ser importantes considerar.

	episódio sugerido	idade de ocorrência	apresentação do evento	método usado	E1	E2	E3
Loftus e Pickrell (1995) N= 24	perda	5	narrativa		25%	25%	-
Hyman e col. (1995) (estudo 1) N= 20	hospitalização festa de aniversário ^a	5	título e idade	restantes pistas se evento não recordado	0%	20%	-
Hyman e col. (1995) (estudo 2) N= 51	entornar ponche evacuação loja acidente estacionamento	2, 6, e 10 ^b	pistas (todas na E1)	expectativa ^c	0%	18%	25,5%
Hyman e Pentland (1996) N=65	entornar ponche	5	pistas	imagética exigida expectativa ^c	16% total 2,7% FMc 13,3% FMp	28% total 15,6% FMc 12,4% FMp	37,5% total 25% FMc 12,5 FMp
				s/ imagética expectativa ^c	6% total 3% FMc 3% FMp	9% total 3% FMc 6% FMp	12% total 9% FMc 3% FMp
Hyman e Billings (1998) N= 66	entornar ponche	5	pistas (todas E1)	expectativa ^c recriação imagética	3%	27,3% total 15% FMc 12% FMp	-
Porter e col. (1999) N= 77	eventos potencialmente traumáticos	? (4 -10)	pistas	imagética guiada incentivos recuperação	9,1% FMc	22,1% FMc	56% total 26% FMc 30% FMp
Ost e col. (no prelo) N= 31	variados	6	frase geral vários pormenores	entrevista apropriada	?	?	22,6% total 3,2% FMc 19,4% FMp

Wade e col. (2002) N=20	viagem de balão		fotografia alterada	fotografia reinstalação contexto e imagética guiada expectativas ^c	35% 30% FMp 5% FMc	?	50% total 30% FMp 20% FMc
Lindsay e col. (2004) N= 45	colar <i>slime</i>	1ª classe	narrativa	reinstalação do contexto imagética guiada incentivos e expectativas ^c	45,4% total 13,6% FMc 31,8% ISM	45,4% total 22,7% FMc 22,7 ISM	-
			fotografia relacionada	fotografia reinstalação do contexto imagética guiada incentivos e expectativas ^c	65% total 30% FMc 35% ISM	78,2% total 65,2% FMc 13% ISM	-
Heaps e Nash (2001) N=63	variados	-10	frase descritiva	imagética	-	-	37%
Pezdek e col. (1997) (estudo 1) ^d N= 50	ritual religioso plausível	8		narrativa	-	24% + 14%	-
	ritual religioso implausível	8		narrativa	-	0 + 3,4%	-
Pezdek e col. (1997)^e (estudo 2) N=20	perda	5	familiar mais velho	narrativa	10%	15%	15%
	clister rectal	6			0	0	0
Presente trabalho^f N=76	episódio de perda	6	título + restantes pistas	expectativas ^c recriação imagética	28,9% (FMc) 26,3% (ISM)	34,2% (FMc) 36,8% (ISM)	-
				expectativas ^c	10,5% (FMc) 7,9% (ISM)	13,2% (FMc) 7,9% (ISM)	-

? dados não apresentados pelos autores; ^a as falsas memórias ocorreram equitativamente para os dois episódios; ^b a idade de ocorrência do episódio não influenciou a ocorrência de falsas memórias; ^c foi manifestada a expectativa de uma recordação cada vez mais pormenorizada e correcta ao longo das entrevistas; ^d dados correspondentes à percentagem de falsas memórias para o grupo para o qual a sugestão foi congruente com conhecimento prévio seguida da percentagem de falsas memórias obtida no grupo para quem a informação foi incongruente com o conhecimento prévio; ^e os autores sugerem cautela na análise destes dados dada a reduzida dimensão da amostra e o facto dos comparsas que participarem no estudo não terem recebido um treino suficientemente adequado para a realização das entrevistas; ^f os dados referentes à terceira entrevista não são apresentados dado não terem ocorrido novos casos de falsa memória na mesma, nem o tipo de elaboração sobre o episódio falso se ter diferenciado de um modo significativo em relação à entrevista anterior; FMc = falsas memórias completas; FMp = falsas memórias parciais; ISM= com imagens mas sem memória.

2.2. Inflação pela imaginação

A capacidade da recriação imagética de eventos na alteração da memória dos participantes para eventos do passado, assim como para a estimativa da probabilidade de ocorrência de um evento no futuro, está já bem estabelecida na literatura. No primeiro caso, as demonstrações bem sucedidas desta técnica incluem a alteração da confiança para a ocorrência passada de eventos. Recordamos que este efeito foi alcançado não só para eventos mais comuns (e.g., Garry e col., 1996), como também para eventos bizarros (e.g., Pezdek e col., 1997) ou mesmo impossíveis de terem ocorrido ou de ser recordados pelos participantes (e.g., Mazzoni & Memon, 2003). A recriação imagética de acções leva igualmente a que, posteriormente os participantes identifiquem acções que foram apenas imaginadas como tendo sido realizadas (e.g. Goff & Roediger, 1998). Finalmente, a maior parte dos estudos têm demonstrado o poder da recriação imagética na potenciação de falsas memórias para eventos mais complexos, e até potencialmente traumatizantes, do passado remoto dos participantes (e.g., Porter e col., 1999), embora exista um trabalho em que este dado não foi verificado (Sharman e col., 2005). É neste último grupo de estudos que enquadrámos o presente trabalho.

Os dados têm ainda indicado de um modo consistente a supremacia da utilização da instrução de recriação imagética sobre a simples apresentação de algumas pistas relativas ao episódio ou mesmo de uma narrativa descritiva do mesmo. Esta mesma ideia foi confirmada no presente trabalho em que a percentagem de falsas memórias foi significativamente superior no grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio comparativamente com aquele que não recebeu esta instrução. No primeiro caso, e na segunda entrevista, 34,2% dos participantes construíram uma falsa memória o que ocorreu em apenas 13,2% dos casos no grupo NIRI. Passamos por isso a considerar as percentagens de falsas memórias de cada grupo individualmente.

Como já foi referido quando consideramos a recordação dos episódios verídicos, os estudos diferem na aplicação da instrução de recriação imagética. Concretamente, em alguns trabalhos os autores procuraram garantir que todos os participantes efectivamente recriavam o episódio sugerido (e.g., Porter e col., 1999), enquanto noutros este controlo não foi efectuado (e.g., presente trabalho). No primeiro caso, os autores implementaram instruções específicas que orientavam os participantes na reconstrução imagética do evento⁷⁷, exigiram o relato do produto dessa recriação e solicitaram ainda aos participantes que avaliassem um conjunto de dimensões relacionadas com essa recriação. Nestes casos, as percentagens de falsas memórias completas foram de 26% e 25% para os estudos de Porter e colaboradores (1999) e de Hyman e Pentland (1996), respectivamente. Já nos estudos em que foi dada a instrução de recriação imagética do

⁷⁷ Neste procedimento, o entrevistador vai dando orientações específicas ao participante para que ele “ande para trás no tempo de modo a reviver o evento” e recrie com o máximo de pormenores o evento em causa. Um exemplo das instruções específicas dadas nesta situação é: “imagine-se no local, imagine como era esse local e como se sentia quando lá se encontrava. Tente lembrar-se como era o tempo, as pessoas com quem estava, que tipo de pensamentos podia estar a ter. Visualize como pode ter sido e a memória provavelmente surgirá” (Porter e col., 1999p. 522) (p. 522)

episódio sem a implementação de estratégias que assegurassem a recriação efectiva do episódio, como é o caso dos trabalhos de Hyman e Billings (1998), de Heaps e Nash (2001) e do presente estudo, a percentagem de falsas memórias completas foi de 15%, 37% e 34%, respectivamente. De notar que, no primeiro trabalho referido, os participantes apenas realizaram duas entrevistas e, no segundo, eles participaram em três. Deste modo, a percentagem de falsas memórias obtida no presente trabalho é próxima da reportada noutros trabalhos em que foi utilizado um procedimento semelhante.

As percentagens de falsas memórias completas obtidas no presente trabalho para os participantes que não foram instruídos a recriar imageticamente o episódio foram de 10,5 e 13,2 % nas entrevistas 1 e 2, respectivamente. Como pode ser observado na Tabela 84, os dados obtidos em estudos em que apenas foi apresentada uma narrativa descritiva do episódio ou um conjunto de pistas relativo ao mesmo, esta percentagem (na última entrevista realizada) variou entre 3,2% (Ost e col., no prelo) e 25,5 % (Hyman e col., 1995, estudo 2). Assim, os presentes dados ocupam uma posição intermédia relativamente aos resultados apresentados noutros trabalhos.

Seguindo a sugestão de Lindsay e colaboradores (2004), relativa ao modo de classificação das falsas memórias, comparamos a percentagem de descrições classificadas no presente estudo como “com imagens mas sem memória” com os dados reportados noutros trabalhos relativamente à percentagem de “falsas memórias parciais”. Consideramos estes dados separadamente para os grupos NIRI e IRI já que, novamente, a proporção de descrições a que foi conferida esta classificação foi distinta. Esta mesma diferença decorrente da recriação imagética do episódio foi igualmente reportada noutros trabalhos (e.g., Hyman & Pentland, 1996).

Começando pela situação em que os participantes não foram instruídos a recriar imageticamente o episódio, no presente estudo encontramos uma percentagem de cerca de 8% de descrições classificadas como “com imagens mas sem memória” (igualmente nas primeira e segunda entrevistas). No estudo de Hyman e Pentland (1996), a percentagem de “falsas memórias parciais” foi de 3% nas primeira e terceira entrevistas e de 6% na segunda. Já no trabalho de Ost e colaboradores (no prelo), em que foi implementado um procedimento de entrevista apropriada, 19,4% dos participantes elaboraram uma “falsa memória parcial” na terceira entrevista. Os presentes dados são assim, novamente, intermédios relativamente aos resultados apresentados noutros trabalhos com um procedimento e classificação semelhantes.

Atendendo à percentagem de descrições classificadas como “com imagens mas sem memória” quando os participantes foram instruídos a recriar imageticamente o episódio sugerido, a sua ocorrência manifestou-se em percentagens de 26,3% e 36,8% dos casos, nas entrevistas 1 e 2, respectivamente. Estes valores são próximos dos reportados por Porter e colaboradores (1999) em que, na terceira entrevista, 30% dos participantes elaboraram uma “falsa memória parcial”. Recordamos que no trabalho destes autores foi garantida a recriação imagética do episódio. Já nos estudos em que não ocorreu qualquer garantia neste sentido, como aconteceu no presente trabalho, as percentagens foram de 12% no estudo de Hyman e Billings (1998) (na terceira

entrevista) e de aproximadamente de 13% nas entrevistas reportadas por Hyman e Pentland (1996). Verificamos assim que a percentagem de “com imagens mas sem memória” que obtivemos foi ligeiramente superior aos dados apresentados nos estudos com o procedimento mais próximo do nosso.

Consideramos agora a evolução da classificação da descrição do episódio falso ao longo das entrevistas. Recordamos que, no tratamento dos presentes resultados, a classificação atribuída à descrição do episódio falso foi considerada como uma escala ordinal que reflecte o envolvimento cada vez maior por parte do participante na elaboração de uma possibilidade de ocorrência do episódio e mesmo na criação de uma falsa memória. Os três níveis considerados corresponderam assim à ausência de qualquer descrição sobre o episódio, seguido do tipo de descrição “com imagens mas sem memória”, sendo a construção da falsa memória o nível mais elevado desta escala. A análise da evolução destes dados ao longo das três entrevistas realizadas revelou novamente que os grupos IRI e NIRI produziram resultados distintos. Concretamente, verificamos que, no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio, as diferenças de classificação observadas entre entrevistas não foram significativas. Notamos, no entanto, uma tendência crescente ao longo das três entrevistas para a forma de descrição do episódio falso efectuada por este grupo.

Já no grupo que recebeu a instrução de recriação imagética, verificamos que a forma de descrição do episódio falso na primeira entrevista foi significativamente inferior à obtidas nas entrevistas 2 e 3. Ocorreu assim, neste grupo, uma evolução no sentido da maior elaboração na descrição do episódio falso da primeira para as entrevistas seguintes.

Este dado sugere então que a primeira entrevista foi aquela em que os participantes se envolveram menos na elaboração de uma história sobre o episódio sugerido, particularmente no grupo IRI. A instrução de recriação imagética influenciou assim o modo como os participantes procuraram recordar o episódio falso, não só em cada entrevista em particular, como no modo como este envolvimento evoluiu ao longo das entrevistas. Não obstante, constatamos que, em cada grupo, a forma de descrição do episódio numa dada entrevista se correlacionou de um modo bastante robusto com a forma de descrição nas restantes entrevistas.

A inflação provocada pela instrução de recriação imagética na criação de falsas memórias pode ser conceptualizada de acordo com a abordagem da monitorização da fonte de informação (Johnson e col., 1993). De acordo com esta teoria, a recriação imagética de um evento proporciona a construção de uma possibilidade do evento composta por diferentes elementos. O nível de detalhe e vivacidade desta recriação pode ser potenciada por alguns elementos, como é o caso da repetição da imaginação do mesmo. Deste modo, a informação gerada para o evento torna-se cada vez mais semelhante à informação armazenada para eventos que realmente aconteceram. Quando mais tarde o participante recorda a informação resultante desta recriação, a tentativa de identificar a fonte da informação torna-se tanto mais difícil quanto maior for a semelhança entre este produto da recriação e o conteúdo das memórias para eventos verídicos.

Assim, a probabilidade do participante cometer erros na atribuição da fonte de informação (i.e., de construir falsas memórias), bem como de se envolver na elaboração de possibilidades de ocorrência do mesmo, é superior na situação em que o participante é incentivado a recriar imageticamente o episódio comparativamente com a situação em que esta instrução não é apresentada expressamente. Gostaríamos, no entanto, de voltar a esta ideia integrando outras noções e a influência que outras variáveis poderão ter na qualidade de recriação do evento sugerido.

Obviamente que o participante se pode envolver na recriação imagética do evento mesmo que não lhe seja apresentada esta instrução de um modo explícito. Esta suspeita é de algum modo confirmada pelo comentário apresentado anteriormente em relação às estratégias que estes participantes referiram ter utilizado para recordar mais informação sobre os eventos entre entrevistas. Recordamos que os participantes do grupo NIRI declararam ter recorrido à recriação imagética para recordar os eventos numa proporção semelhante à reportada pelo grupo IRI que recebeu esta instrução de um modo explícito. Para além disso, podemos supor que, quando estes participantes se envolvem na especulação sobre as possibilidades de ocorrência do evento sugerido, existe alguma forma de recriação imagética do evento. Não obstante, não foi realizado qualquer controlo deste aspecto. Dada a impossibilidade de controlar directamente se os participantes se envolvem ou não numa actividade de recriação imagética do episódio quando este lhe é apresentado, resta a possibilidade de avaliar de algum modo. Assim, pensamos que poderia ser importante avaliar alguns parâmetros caracterizadores desta recriação (e.g., a clareza e a vivacidade das possibilidades descritas para o evento falso) realizada por estes participantes. Deste modo poderíamos comparar a qualidade da recriação imagética inerente às possibilidades desenvolvidas pelos participantes quando eles, de um modo espontâneo, se envolvem na recriação imagética dos eventos com a obtida nas situações em que os participantes recebem esta instrução de um modo explícito.

2.3. Experiências reais de perda

A existência de experiências reais de perda na infância dos participantes revelou-se importante na ocorrência de falsas memórias e no tipo de descrição do episódio. Em 13 dos 76 casos elegíveis para a construção de uma falsa memória os participantes viveram na sua infância uma experiência verídica de perda (em apenas um destes casos o participante teve 2 experiências de perda na sua infância, não tendo o mesmo criado uma falsa memória para o evento sugerido). Como já referimos, esta informação foi fornecida pelas fontes de informação e confirmada posteriormente na entrevista pós-experimental realizada com os participantes. O episódio sugerido a estes participantes referiu-se claramente a um episódio distinto do episódio real por eles experimentado. Apesar dos grupos NIRI e IRI não serem distintos quanto à presença destes

casos, eles descreveram de forma diferenciada o episódio sugerido e criaram igualmente diferentes percentagens de falsas memórias, pelo que se justificou a análise individual dos grupos.

A influência duma experiência real de perda na infância dos participantes foi notoriamente maior no grupo que não foi instruído a recriar imagneticamente o episódio sugerido. Concretamente, os participantes que viveram uma experiência semelhante à sugerida na sua infância envolveram-se em descrições mais elaboradas do episódio em todas as entrevistas. Verificamos ainda que, dos seis participantes deste grupo com uma experiência real de perda na sua infância, três construíram uma falsa memória na primeira entrevista enquanto o mesmo aconteceu apenas para um participante que não viveu uma experiência semelhante na sua infância. O participante deste grupo que construiu uma falsa memória apenas na segunda entrevista inclui-se nesta última categoria. Assim, a vivência na infância de uma situação semelhante à sugerida proporcionou a ocorrência de falsas memórias neste grupo, em particular na primeira vez que o mesmo foi sugerido.

Também no grupo IRI, cerca de metade dos participantes que viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias construiu uma falsa memória para o evento sugerido. No entanto, verificamos que a forma de descrição do episódio falso neste grupo não foi influenciada pela existência de uma situação real de perda na infância dos participantes. Quanto aos dois novos casos de falsa memória observados na segunda entrevista, verificamos que um deles viveu uma experiência de perda na sua infância.

A comparação da influência desta variável na ocorrência de uma falsa memória nos dois grupos revelou uma distinção importante. De entre os participantes que não viveram uma experiência real de perda nas suas infâncias, a percentagem de falsas memórias criadas na primeira entrevista foi significativamente superior no grupo IRI relativamente ao grupo NIRI (26,7% e 3,1%, respectivamente).

Assim, o facto dos participantes reconstruírem imagneticamente o episódio parece sobrepor-se à influência da existência de uma experiência real de perda na infância dos participantes, quer na criação de falsas memórias, quer na descrição mais elaborada do episódio sugerido. Em oposição, esta variável assume mais importância quando os participantes não foram instruídos a recriar imagneticamente o episódio.

Do nosso conhecimento, o único trabalho em que esta variável foi considerada foi o trabalho de Pezdek e colaboradores (1997). Neste trabalho, os autores verificaram se os participantes se recordavam da existência de eventos semelhantes ao episódio sugerido na história da sua infância (igualmente uma situação de perda). Os autores constataram que, do total de 20 participantes, dos 18 que responderam a esta questão, apenas cinco indicaram não ter experimentado um episódio semelhante na infância, três referiram ter-se perdido uma vez e 10 mais do que uma vez. No entanto, os autores não consideraram esta informação na caracterização dos três casos em que foi construída uma falsa memória para o evento.

Nos restantes trabalhos de implantação de falsas memórias, os autores assumiram como forma de controlo da não existência do episódio sugerido na infância do participante a informação fornecida pelas fontes. A única excepção ocorreu nos estudos em que foi sugerido um episódio impossível de ter ocorrido na infância dos participantes. No entanto esta confirmação não garante que os participantes não tenham de facto vivido estas experiências, particularmente quando a informação foi dada apenas por uma fonte. Por outro lado, como referiu Mazzoni (2002), mesmo que os participantes tenham experimentado uma situação semelhante na sua infância, o facto é que eles aceitam as sugestões (e os pormenores específicos nelas incluídos) que o entrevistador lhes fornece e que serão diferentes de qualquer ocorrência real. Adicionalmente, os participantes passam a referir esta informação como fazendo parte de uma memória efectiva. Foi neste sentido que decidimos considerar mesmos estes participantes no presente estudo, garantindo que o episódio a sugerir seria claramente distinto do que eles teriam efectivamente vivido nas suas infâncias.

A influência que esta variável teve, particularmente quando os participantes não recriaram imageticamente o episódio sugerido pode ser reflectida à luz da abordagem *fuzzy-trace* (Brainerd & Reyna, 2002). De acordo com esta abordagem, perante a ocorrência de um evento são criados dois traços de memória distintos para o mesmo: o traço *gist* e o traço *verbatim*. O primeiro traço corresponderá à informação mais global sobre o episódio enquanto o segundo corresponderá a elementos mais detalhados sobre o mesmo, sendo ainda a taxa de declínio do traço *verbatim* superior à do traço *gist* (Koriat e col., 2000). Assim, decorridos longos intervalos de tempo relativamente à vivência do episódio (como é o caso dos eventos da infância sugeridos), é mais provável que a pessoa recorde os aspectos mais globais do mesmo comparativamente com detalhes mais específicos. A reconstrução do evento questionado será então baseada primordialmente em elementos mais globais do episódio que em detalhes do mesmo e, neste sentido, as pessoas serão mais vulneráveis a aceitar informação que diga respeito a estes últimos do que em relação a um significado mais geral do episódio.

Na sequência desta ideia podemos supor que, quando o episódio de perda é sugerido a um participante que experimentou na sua infância uma situação semelhante, a recordação dos aspectos gerais do mesmo é mais provável que a de aspectos específicos. A aceitação inicial de que o episódio sugerido de facto ocorreu poderá então basear-se na sensação de familiaridade despoletado pela recordação dos aspectos globais de uma vivência real. Na eventualidade da não recordação clara dos aspectos específicos da mesma, os participantes são mais susceptíveis a aceitar os detalhes que lhes são apresentados e a reconstruir este evento. O mesmo já não acontecerá nos casos em que não existe a experiência prévia de uma situação semelhante. Deste modo, os participantes que viveram uma situação de perda semelhante à sugerida na sua infância estarão mais predispostos a reconstruir um episódio com base em alguns elementos reais comparativamente com os participantes que não tiveram esta experiência. Os resultados obtidos em estudos de diários confirmam igualmente a possibilidade deste ser o mecanismo subjacente a alguns dos erros de memória efectuados pelos participantes (e.g., Horselenberg e col., 2004).

Podemos ainda considerar aspectos relativos à natureza reconstrutiva da memória na explicação destes dados. Um participante que já viveu uma experiência de perda na sua infância, tem uma maior probabilidade de ter desenvolvido um esquema de conhecimento relativo a este tipo de eventos que um participante que não tem este evento na sua história de vida. Como confirmaram alguns trabalhos (e.g., Lampinen e col., 2000; Pezdek e col., 1997; Scoboria e col., 2004) o conhecimento prévio sobre o evento sugerido é um factor determinante na ocorrência das distorções de memória. Assim, a proposta de um evento consistente com esquemas de conhecimento preexistentes será mais facilmente aceite pelos participantes que eventos para os quais não existe um esquema de conhecimento prévio. Voltaremos a este argumento quando considerarmos a importância do acesso a auto-conhecimento na criação de falsas memórias.

Não obstante, verificamos também que cerca de metade dos participantes que viveram uma situação de perda na infância não construíram uma falsa memória para os mesmos. Provavelmente nestes casos, os participantes recordaram não só o traço *gist* desta experiência como também o traço *verbatim* o que lhes permitiu a identificação mais clara de discrepâncias entre o episódio sugerido e o real. É contudo possível que também os participantes que criaram a falsa memória recordem elementos específicos da situação. Pensamos que, nesta situação, outras variáveis poderão estar na origem da aceitação da sugestão, nomeadamente variáveis individuais.

Podemos ainda considerar a influência que a ocorrência de uma experiência real de perda pode ter na tentativa de identificação posterior da fonte da informação reconstruída face à sugestão. Se o participante recorda alguns elementos gerais referentes a uma situação real de perda, a reconstrução do evento terá esses elementos em consideração. É assim mais provável que a reconstrução elaborada seja mais próxima de uma situação real, o que tornará mais difícil a identificação correcta da sua origem. Esta ideia, emprestada da abordagem da monitorização da fonte de informação, prevê ainda que os participantes que recriam imagneticamente os episódios, mesmo que não possuam estes elementos de base, terão maior probabilidade de construir uma falsa memória para o evento sugerido comparativamente com os participantes que não receberam esta instrução.

2.4. Acesso a auto-conhecimento

No presente trabalho, o acesso a auto-conhecimento influenciou de forma significativa dois aspectos dos dados: o envolvimento do participante numa descrição mais elaborada do episódio sugerido e a criação de falsas memórias completas. Relembramos que o acesso a auto-conhecimento foi definido pelos autores que consideraram inicialmente esta variável como a referência efectuada pelo participante a qualquer informação sobre a sua infância, ou sobre si próprio, que pudesse estar relacionada com o episódio sugerido (Hyman e col., 1995). Nos

trabalhos que se debruçaram sobre esta variável, o conteúdo da informação referida pelos participantes não foi considerado. No entanto, entendemos que este aspecto do acesso ao auto-conhecimento pode ser importante na ocorrência de falsas memórias pelo que o explorámos de forma detalhada. Assim, consideramos quatro formas de acesso a auto-conhecimento: nenhum acesso, acesso a auto-conhecimento facilitador, acesso a auto-conhecimento inibidor e acesso a auto-conhecimento misto. Apresentamos da Tabela 85 à Tabela 87 alguns excertos de transcrições de entrevistas que ilustram as diferenças entre as várias formas de acesso a auto-conhecimento.

Subjacente a esta ideia está a importância que os esquemas de conhecimento têm revelado na aceitação de informação falsa (Neuschatz e col., 2002; Pezdek e col., 1997; Scoboria e col., 2004). Concretamente, Pezdek e colaboradores (1997) defendem que, para que um evento seja considerado plausível na vida das pessoas, é necessária a preexistência de conhecimento relacionado. E, sendo a plausibilidade percebida do evento o primeiro passo para a construção de uma falsa memória (Mazzoni e col., 2001), parece-nos relevante considerar este elemento. Pezdek e colaboradores (1997) propõem ainda que será mais fácil formar um traço de memória para um evento considerado plausível e para o qual já existe um esquema de conhecimento, relativamente à situação em que o evento é percebido como implausível e para o qual não existe um esquema de conhecimento. Propomos ainda como estas diferenças podem influenciar a criação das falsas memórias à luz de outras considerações teóricas.

Tabela 85: Excertos de transcrições de entrevistas exemplificativas de acesso a auto-conhecimento facilitador.

acesso a auto-conhecimento facilitador			
part.	entrev.	classif.*	transcrição
45	2	0	“Eu ia lá tantas vezes... Realmente eu podia-me ter perdido, só que eu não me lembro por exemplo de me terem levado aos meus pais outra vez. Não faço ideia se alguém me abordou, não sei se alguém falou ao micro... sei lá... para chamar o meu pai, como eles costumam fazer no Centro Comercial. É possível que me tenha perdido, mas eu não me lembro. Porque eu fui lá muitas e muitas vezes. Lembro de andar lá no Centro Comercial, eu ia lá muitas vezes, mas não me lembro de me ter perdido. Eu tentei puxar mesmo pela cabeça mas não me lembrei assim de muito mais nada. (silêncio) Não faço ideia.”
78	1	1	“... Dessa situação não me lembro, mas deve ter sido em Espanha, nessa altura nós íamos lá muito, ou em Vigo... não sei se será...”
50	1	2	“Eu lembro-me perfeitamente que a minha mãe tinha como hábito fazer a despesa para todo o mês, e eu lembro-me que tinha o hábito de vir ao Feira Nova (...) eu era e sou muito uma pessoa muito distraída, fico a olhar para as coisas (...) e alguma coisa me cativou, alguma coisa me chamou a atenção que eu fiquei parado a olhar, a olhar...”

* classificação final da descrição efectuada nesta entrevista: 0= “sem memória”; 1= “com imagens mas sem memória”; 2= “com falsa memória”

Tabela 86: Excertos de transcrições de entrevistas exemplificativas de acesso a auto-conhecimento inibidor.

acesso a auto-conhecimento inibidor			
part.	entrev.	classif.*	transcrição
66	1	0	“Pois do que eu tenho memória a minha mãe sempre cuidou bem de mim e teve sempre muito cuidado para não me perder e tudo e o mesmo acontece com os meus irmãos por isso, não tenho assim nenhum episódio que eu me lembre de ter perdido estando com ela...não...”
49	1	1	“Desse episódio lembro-me muito pouco, ou quase nada. Mas acho que perdida, nunca cheguei a estar, porque era a minha terra e, provavelmente, houve foi um desencontro entre os meus pais”.
4	1	2	“... e fui com os meus pais e com a minha irmã às compras. Eu até era assim uma menina sossegada, nunca saía de ao pé dos meus pais...”

* classificação final da descrição efectuada nesta entrevista: 0= “sem memória”; 1= “com imagens mas sem memória”; 2= “falsa memória”.

Tabela 87: Excerto de transcrição de entrevista exemplificativa de acesso a auto-conhecimento misto.

acesso a auto-conhecimento misto			
part.	entrev.	classif.*	transcrição
55	1	1	<p>“Foi uma das coisas que sempre me preocupou muito. Quando era pequeno andava com os meus pais quase sempre e eles também tinham muita preocupação com isso.</p> <p>(...) Lembro-me de perfeitamente, todos os anos, que era a festa anual lá (...) e tem imensos carrosséis e essas coisas todas e os meus pais levavam-me todos os anos lá para andar de carrosséis que eu gostava de andar.</p> <p>(...) O que é que poderá ter acontecido?... sei lá, uma vez que aquilo são imensas pessoas mesmo, provavelmente perdi os meus pais de vista e no meio da confusão eles não me conseguiram encontrar; e andei perdido no meio da multidão, não sei. Como eu já disse, um dos aspectos que me preocupava era em não me perder porque era uma criança um bocadinho medrosa e tinha algum medo. Se calhar, provavelmente se isso aconteceu entrei em pânico e comecei a chorar, não sei, provavelmente. Já estou a fazer suposições e a imaginar. É que não me recorde mesmo de estar perdido.”</p>

* classificação final da descrição efectuada nesta entrevista: 1= “com imagens mas sem memória”.

Começamos por caracterizar o acesso a auto-conhecimento realizado pelos grupos NIRI e IRI. Verificamos que a instrução de recriação imagética não influenciou o facto dos participantes acederem a informação relevante relacionada com o episódio sugerido (i.e., acederem ou não acederem a auto-conhecimento), nem com o tipo de informação referido (i. e, inibidor, neutro ou facilitador). Não obstante, notamos uma maior tendência para o grupo IRI aceder a auto-

conhecimento comparativamente com o grupo NIRI. Concluímos assim que o envolvimento dos participantes na procura de evidências na sua própria história de vida ou maneira de ser enquanto criança poderá estar pouco relacionada com a actividade de recriação imagética do episódio. Por este motivo, discutimos esta variável atendendo à totalidade dos casos, referindo apenas algumas diferenças que nos pareceram mais salientes entre os grupos. Propomos ainda que, inerente à propensão para procurar informação pessoal e relevante sobre o evento sugerido, podem estar características individuais como veremos adiante.

Quanto à frequência com que os participantes, de um modo global, referiram informação relevante sobre o episódio sugerido, constatamos que na primeira entrevista uma elevada percentagem de participantes referiu auto-conhecimento facilitador, percentagem esta que diminuiu ao longo das restantes entrevistas (40,8%, 30,3% e 25,6%, para as entrevistas 1, 2 e 3, respectivamente). O oposto ocorreu com a ausência total de acesso a auto-conhecimento (48,7%, 55,3% e 56,4% para as entrevistas 1, 2 e 3, respectivamente). Esta mesma tendência de evolução dos dados ao longo das entrevistas foi seguida por ambos os grupos. Assim, o maior investimento por parte dos participantes em encontrar evidências no seu conhecimento geral, assim no conhecimento sobre si próprios, ocorreu na primeira vez que o evento falso lhes foi sugerido.

De entre os participantes que realizaram uma falsa memória na primeira entrevista, a proporção daqueles que também referiu auto-conhecimento relevante (independentemente do tipo de auto-conhecimento) foi significativamente superior à de participantes que não referiu qualquer tipo de auto-conhecimento. Também para as falsas memórias observadas na segunda entrevista, o número de participante que na entrevista anterior acederam a auto-conhecimento foi significativamente superior ao número daqueles que não referiram qualquer auto-conhecimento. Concretamente, em 11 dos 15 casos de falsas memórias ocorridas na primeira entrevista, os participantes referiram auto-conhecimento, tendo o mesmo ocorrido em 14 dos 18 casos de falsas memórias observados na segunda entrevista (considerando os acessos a auto-conhecimento da primeira entrevista). Nos dois estudos em que esta variável foi abordada directamente (Hyman e col., 1995, estudo 2; Hyman & Billings, 1998), os autores confirmaram igualmente que, os participantes que na primeira entrevista referiram informação relevante para o episódio em causa foram mais propensos a construir uma falsa memória na entrevista 2 que os restantes. A título de exemplo, no trabalho de Hyman e Billings (1998), dos 10 participantes que descreveram uma falsa memória na segunda entrevista, apenas um não acedeu a auto-conhecimento relevante sobre o evento sugerido na entrevista anterior. Atendendo apenas aos três novos casos de falsas memórias que surgiram na segunda entrevista do presente estudo, verificamos também que em dois deles ocorreu acesso a auto-conhecimento na primeira entrevista. No outro novo caso, o participante não efectuou qualquer referência a auto-conhecimento na entrevista anterior.

Metade dos casos em que foi observada a construção de falsa memória na segunda entrevista acederam a auto-conhecimento na mesma e a outra metade não o fez (9 casos em cada condição). Assim, o acesso a auto-conhecimento na primeira entrevista aumentou a

probabilidade dos participantes construírem uma falsa memória para o episódio sugerido na entrevista seguinte. Depois de estabelecida a falsa memória, os participantes não se envolveram de um modo tão notório na procura de conhecimento preexistente sobre o episódio sugerido. Estes dados reforçam assim o papel potenciador que o acesso a auto-conhecimento tem numa fase inicial do processo de construção das falsas memórias como já tinha sido demonstrado anteriormente (Hyman & Billings, 1998; Hyman e col., 1995).

O facto de termos obtido uma percentagem considerável de falsas memórias na primeira entrevista permitiu-nos igualmente a análise da relação entre o acesso a auto-conhecimento nesta entrevista e a formação de falsas memórias na mesma, o que não aconteceu em estudos anteriores. Este dado sugere-nos que a procura de informação preexistente pode influenciar todas as fases de construção da falsa memória. Inicialmente, a referência a este tipo de informação dita algo sobre a plausibilidade percebida do evento, com a qual se relaciona intimamente a crença na sua ocorrência. Por outro lado, e atendendo ao elevado número de falsas memórias observado na primeira entrevista, podemos supor que este factor influenciou também a fase final da construção da falsa memória, ou seja, a aceitação da informação reconstruída como correspondendo a uma memória efectiva. Abordamos estas possibilidades atendendo à diferenciação que efectuamos sobre o conteúdo do auto-conhecimento referido pelos participantes.

Uma análise pormenorizada do tipo de informação referido pelos participantes que construíram uma falsa memória revelou que, na maior parte, os participantes referiram auto-conhecimento facilitador. Esta relação foi notoriamente mais clara no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio já que, neste grupo, este foi o único tipo de informação referido nos casos de falsas memórias. Já no grupo IRI, embora esta forma de conhecimento tenha estado presente na maior parte dos casos, observamos igualmente a presença dos outros tipos de informação. Contudo, este dado sugere que a instrução de recriação imagética se pode sobrepor ao tipo de conhecimento prévio que o participante possa ter sobre o evento ou sobre si próprio, permitindo a criação da falsa memória ainda que haja a referência a auto-conhecimento inibidor (como ocorreu num dos casos). Este resultado indica ainda que o tipo de informação a que o participante acede pode constituir um factor relevante na construção de falsas memórias, particularmente quando não são implementadas outras formas de sugestão (como no caso do grupo NIRI).

Passamos a analisar a relação encontrada entre o tipo de auto-conhecimento e a forma como os participantes descreveram o evento falso. A este propósito, propomos que o envolvimento dos participantes na elaboração de descrições para o episódio sugerido se relaciona com o tipo de informação a que o participante acede. Para testar esta hipótese definimos uma ordem entre os diferentes tipos de informação referidos pelos participantes reflectindo esta ordem a alusão a conhecimento que aumentava a possibilidade do participante se envolver na descrição mais elaborada do evento. Assim, postulamos que um acesso a auto-conhecimento inibidor, como o próprio nome indica, iria retrair o participante quanto à criação de possibilidades de ocorrência

do evento ou mesmo de falsas memórias. O inverso deveria acontecer quando o participante referisse informação facilitadora, ou seja, de algum modo congruente com o episódio sugerido. O nível de influência neutra foi estabelecido quando os participantes não referiram qualquer informação relevante sobre o episódio sugerido ou quando referiram, simultaneamente, informação que tornava o evento tanto mais como menos plausível de ter ocorrido (i.e., acesso a auto-conhecimento misto). Este tipo de referência a auto-conhecimento assume assim uma posição intermédia relativamente aos restantes. Esta hipótese foi efectivamente confirmada. De facto, a ordem de acesso a auto-conhecimento por nós estabelecida potenciou o envolvimento dos participantes na elaboração de descrições do episódio falso. Assim foram obtidas correlações significativas não só entre o tipo de descrição realizado numa determinada entrevista e o conteúdo acedido nessa mesma entrevista, como também com a informação relevante que o participante tinha referido na entrevista anterior. Não obstante, estas relações apenas ocorreram no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio, não tendo sido encontrada qualquer correlação significativa entre estes dois elementos no grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio. Este dado sugere novamente uma sobreposição do efeito da instrução de recriação imagética sobre o efeito provocado pelo facto do participante referir informação relevante sobre o evento em causa, neste caso no envolvimento em descrições mais elaboradas sobre o evento sugerido.

Apesar desta informação não informar directamente sobre a influência directa que o acesso a auto-conhecimento tem na criação de falsas memórias completas, como sugerem Lindsay e colaboradores (2004), é importante considerar as situações em que os participantes elaboram possibilidades de ocorrência para o evento já que estas podem constituir um ponto de partida para a construção da falsa memória. Por exemplo, se o participante se envolver de forma activa nesta criação, a probabilidade de ele mais tarde cometer um erro de identificação da fonte de informação (decorrendo daí uma falsa memória).

Gostaríamos então de sugerir que o tipo de acesso a auto-conhecimento pode influenciar a criação de falsas memórias nas diferentes etapas da sua criação. Exploramos esta ideia considerando o processo mais global de desenvolvimento de falsas memórias proposto por Mazzoni e colaboradores (2001), começando por atender aos elementos que, de acordo com Mazzoni e colaboradores (1999a) promovem a crença na ocorrência do evento sugerido. Recordamos que este modelo engloba três aspectos essenciais para que a falsa memória seja criada. Em primeiro lugar, o participante tem de aceitar que o evento sugerido é plausível, depois desenvolver uma crença para o mesmo e, por fim, acreditar que a informação construída sobre o evento sugerido corresponde efectivamente a um evento que ocorreu, donde a uma memória real. Por sua vez, a crença na ocorrência do evento é determinada em função da resposta a três componentes: a existência de uma memória para o evento sugerido, o tipo de conhecimento que a pessoa tem sobre o evento (o que indicará sobre a realidade da sua experiência) e o conhecimento que a pessoa tem de si própria.

Na determinação da crença sobre a ocorrência do evento, perante a não identificação de uma memória efectiva para o evento sugerido, resta decidir sobre os restantes dois elementos. Consideramos que o acesso a auto-conhecimento de conteúdo distinto do evento sugerido, ou sobre o próprio participante, pode resultar em diferentes resoluções dos mesmos. Assim, a identificação de informação sobre o evento (e.g., “os meus pais eram sempre muito cuidadosos connosco”) e/ou sobre si próprio (e.g., “eu era uma criança muito tímida, andava sempre ao lado da minha mãe”) que seja inconsistente com a ocorrência de uma situação de perda na história da sua infância (i.e., acesso a auto-conhecimento inibidor), tornará mais difícil o desenvolvimento da crença para a ocorrência do mesmo. Em oposição, se o participante relata informação consistente com o evento em geral (e.g., “realmente costumávamos ir lá às compras”), e/ou sobre si próprio (e.g., “eu era muito distraída, ficava muitas vezes para trás dos meus pais”) será mais provável acreditar que o evento de facto ocorreu.

Tal como demonstraram Mazzoni e colaboradores (2001), a apresentação de informação proveniente de uma fonte de informação credível pode aumentar não só a plausibilidade percebida do evento como também a avaliação da probabilidade da ocorrência do mesmo na história de vida do participante. Adicionalmente, estes autores constataram que a apresentação de informação sugestiva personalizada aumentou de um modo ainda mais marcante a avaliação da probabilidade autobiográfica da ocorrência do evento. Se considerarmos que o acesso a auto-conhecimento facilitador não é mais do que a identificação pelo próprio participante de informação personalizada congruente com a ocorrência do evento sugerido, ela poderá igualmente aumentar a confiança sobre a ocorrência do evento.

Os estudos que se debruçam sobre os esquemas de conhecimento e a natureza reconstrutiva da memória apoiam igualmente uma diferenciação entre a preexistência de conhecimento congruente ou incongruente na forma como a memória dos participantes pode ser influenciada. Como referimos na revisão da literatura, Bartlett (1932) foi pioneiro nesta demonstração. De acordo com estas abordagens, a representação de um episódio na nossa memória é composta por vários elementos interligados entre si. Quando os participantes recordam um evento nunca ocorre uma reprodução fiel do evento mas antes uma reconstrução do mesmo. Nesta actividade de reconstrução, o participante usa informação que tem sobre si e sobre o mundo para realizar inferências, estabelecer relações entre os elementos, formando assim uma história coerente sobre o evento. Ora, se o participante começa por referir informação consistente com o evento sugerido (i.e., auto-conhecimento facilitador), facilmente é recuperada informação que também sugere a ocorrência desse mesmo evento, aumentando a crença na sua ocorrência. Se, por outro lado, o participante não encontra qualquer esquema congruente com o episódio sugerido (i.e., auto-conhecimento neutro), ou se encontra apenas informação que contradiz a probabilidade do evento ter ocorrido (i.e., auto-conhecimento inibidor) dificilmente serão realizadas inferências e estabelecidas relações entre informação preexistente e o evento sugerido. Nestas situações, e mais marcadamente no último caso, dificilmente ocorrerá um fortalecimento da crença sobre a ocorrência desse evento na sua história. Atendendo a esta formulação, o tipo de acesso a

auto-conhecimento terá diferentes implicações no modo como os participantes desenvolvem a crença sobre a ocorrência do episódio que lhes é sugerido.

Também noutras abordagens de estudo da memória autobiográfica, nomeadamente em estudos de diários, tem sido avançada a proposta de que o acesso a diferentes tipos de auto-conhecimento tem diferentes consequências na produção de falsas memórias. Como propõem Conway e colaboradores (1996), se o participante identifica informação que é consistente com o evento sugerido ele apenas terá de discriminar entre uma descrição plausível que lhe é apresentada e uma memória que pode ser construída tendo por base esse conhecimento. Nesta perspectiva, não é possível verificar a correcção das memórias verídicas descritas em resposta a pistas também verídicas. Assim, estas memórias podem ser aceites por quem está a recordar a informação por transmitirem uma sensação de integração entre o ambiente de recordação e o momento de construção da memória correspondente. Por outro lado, o participante pode correctamente rejeitar descrições de eventos falsos se aceder a conhecimento prévio que as desconfirmam. Ainda de acordo com os autores, se o participante não recorda este tipo de informação então a veracidade do evento apresentado tem de se basear noutros elementos aumentando, neste caso, a probabilidade de ocorrerem falsas memórias.

Depois de gerada a crença sobre a ocorrência do evento, o tipo de informação que o participante refere relacionado com o evento sugerido pode igualmente influenciar a última etapa do desenvolvimento da falsa memória: acreditar que a informação construída corresponde efectivamente a um evento que ocorreu, donde a uma memória real. A influência do auto-conhecimento nesta fase do processo pode ocorrer sem que a mesma possa ter influenciado o desenvolvimento da crença sobre a ocorrência do evento (e.g., a crença na sua ocorrência pode advir, por exemplo, da credibilidade que a fonte de informação tem para o participante). Passamos então a assumir que o participante já desenvolveu a crença em como o evento ocorreu na sua infância restando a concretização da última fase da criação da falsa memória.

Como foi verificado no presente trabalho, o acesso a auto-conhecimento por nós considerado como mais facilitador da ocorrência de falsas memórias, relacionou-se de um modo marcado com o envolvimento na elaboração de possibilidades de ocorrência do evento. Este tipo de informação prevaleceu ainda no acesso a auto-conhecimento realizado pelos participantes que construíram falsas memórias. Recordamos que esta observação foi válida apenas para o grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio.

Imaginemos a situação em que o participante acede a informação sobre a sua história de vida relacionada com as circunstâncias de ocorrência do evento proposto pelo entrevistador. Se o participante recorda, por exemplo, informação relativa ao local sugerido, ele pode recordar visitas passadas a esse local. Nesta reconstrução, o participante pode assim incluir elementos provenientes de memórias reais existentes sobre o local e que foram adquiridos em visitas reais ao mesmo. Nesta recordação, ele tem ainda a possibilidade de identificar vários detalhes perceptivos e mesmo sensoriais sobre o contexto da ocorrência do evento. Uma reconstrução da

possibilidade do episódio sugerido pode assim ser recheada de pormenores que se assemelham aos presentes em memórias reais sobre um evento.

Do mesmo modo, se o participante recorda informação sobre si próprio que de algum modo valida a possibilidade de ocorrência do evento, pode ser recuperado um conjunto de elementos que torna a reconstrução do evento mais vívida. O participante pode, por exemplo, recordar que era uma criança muito distraída e que frequentemente ficava absorta em coisas que lhe chamavam a atenção. Novamente, a especulação sobre como o evento se poderia ter desenrolado pode então incluir aspectos mais realistas sobre os sentimentos ou reacções que o participante poderia ter experimentado na situação proposta. Teremos novamente uma reconstrução da situação sugerida composta por elementos que podem ter origem em memórias reais o que a tornará mais semelhante a memórias de eventos verídicos.

Ainda nestas duas situações que acabamos de descrever, a reconstrução do evento pode ser realizada com facilidade dada a preexistência de esquemas relacionados com o evento proposto (Pezdek e col., 1997). De acordo com a abordagem da monitorização da fonte de informação, quanto mais parecida for a informação construída com a informação de memórias reais maior será a probabilidade do participante identificar erradamente a fonte desta reconstrução. A facilidade de reconstrução do evento que os participantes podem experimentar nestas situações, ou fluência de processamento, pode ainda ser acompanhada pelo menor esforço cognitivo na recriação do evento, o que diminui a presença de elementos que permitem identificar esta informação como decorrente de uma construção pelo participante e não de um evento real. Este sentimento de familiaridade provocado pela fluência do processamento pode igualmente constituir um elemento prejudicial da identificação correcta da fonte de informação. Um outro aspecto que pode estar na origem desta maior probabilidade de distorção da memória quando o participante acede a informação consistente com a ocorrência do evento é a dificuldade de encontrar discrepâncias entre o evento sugerido e a informação que ele recorda de eventos reais da sua infância ou de si próprio. Neste caso, a distância temporal da ocorrência do evento pode dificultar a detecção destas discrepâncias. Em conjunto, estes elementos aumentam assim a probabilidade de uma reconstrução do evento ser erradamente identificada como correspondendo a uma memória de um evento verídico.

Se, em oposição, o participante recorda informação que é de algum modo incongruente com a vivência do evento sugerido, pode ocorrer desde logo uma maior dificuldade de gerar possibilidades de ocorrência do evento devido à ausência de referenciais reais, tal como verificamos no presente trabalho. Donde, uma eventual reconstrução será menos parecida com a memória de um evento real. Adicionalmente, o esforço investido nessa reconstrução poderá ser maior neste caso, pelo que a memória formada irá incluir mais elementos relativos aos processos cognitivos envolvidos no processo de reconstrução. De acordo com a teoria da monitorização da fonte de informação, a presença desta informação constitui um dos elementos que permite diferenciar as memórias reais da informação construída pelo participante, pelo que a sua presença

diminui a probabilidade de ocorrerem erros de identificação da fonte de informação. Por outro lado, a informação que torna o evento pouco provável de ter ocorrido pode servir como uma forma do participante diferenciar formas de reconstrução do evento das memórias de acontecimentos reais. É como se a discrepância entre a informação real e a reconstrução sobre o evento permitisse uma melhor discriminação entre a construção realizada e a realidade.

Tal como postulamos em relação à existência de experiências reais de perda na infância dos participante, também neste caso a abordagem *fuzzy-trace* pode ajudar a perceber a possível influência que o acesso a auto-conhecimento facilitador terá na criação de falsas memórias. De acordo com esta abordagem, os traços *verbatim* declinam mais rapidamente com a passagem do tempo relativamente aos traços *gist*. Dada a incapacidade do participante em recordar o evento específico que é sugerido, o facto de recordar elementos gerais que apoiam a possibilidade da sua ocorrência, ou seja, traços de memória *gist* consistentes com o evento sugerido, promove a especulação sobre a possível ocorrência do evento. Estas especulações podem envolver a realização de inferências e relações entre os elementos recuperados congruentes com a possibilidade de ocorrência do evento e que, em si mesmas, passarão a constituir traços mnésicos. Deste modo, a probabilidade de ser construída uma falsa memória aumenta.

Em oposição, quando o participante identifica informação que é incongruente com a possibilidade de ocorrência do evento (i.e., auto-conhecimento inibidor), será mais difícil realizar inferências e estabelecer relações entre elementos recuperados consonantes com a vivência passada do evento. Esta mesma dificuldade pode ser armazenada e constituir informação que permitirá ao participante distinguir mais eficazmente entre informação por ele construída sobre o evento e a recordação efectiva do mesmo.

Também as abordagens baseadas nos esquemas têm revelado dados consistentes com os resultados obtidos no presente trabalho. Por exemplo, Lampinen e colaboradores (2000) verificaram que os participantes foram mais eficazes na identificação itens não consistentes com os esquemas subjacentes à narrativa que lhes foi apresentada. Estas identificações correctas foram ainda acompanhadas por uma recordação mais consciente por parte dos participantes e pela indicação de mais detalhes específicos da sua ocorrência relativamente aos itens consistentes com o esquema. Em oposição, ocorreram mais falsos reconhecimentos para itens consistentes com esquemas preexistentes que os participantes detêm sobre a situação que lhes foi apresentada. Cerca de metade destas falsas memórias foram consideradas como correspondentes a recordações conscientes (i. e. avaliações *lembro*), apresentando nestes casos o mesmo tipo de conteúdo que os reconhecimentos correctos avaliados também com a experiência de recordação consciente. Assim, se pensarmos que o acesso a auto-conhecimento facilitador pode corresponder à activação de esquemas de conhecimento preexistente sobre as situações ou sobre os próprios participantes, também a probabilidade de ocorrerem falsas memórias será superior. Por outro lado, se o participante recorda informação inconsistente com o evento sugerido (i.e., quando acedem a auto-conhecimento inibidor), ou se simplesmente não

recorda qualquer informação sobre o mesmo, será menos provável que ocorram erros no julgamento sobre se o episódio sugerido pertence à sua história autobiográfica.

A importância da congruência entre a informação prévia e a sugerida tem sido igualmente demonstrada no paradigma da informação enganosa. Neste caso, tem-se verificado que os participantes cometem mais erros (i.e., aceitam com maior frequência as sugestões que lhes são apresentadas) quando a informação enganosa é congruente com o evento observado, comparativamente com sugestões que são incongruentes com este (e.g., Eakin e col., 2003).

Esta diferenciação entre o acesso a auto-conhecimento facilitador e inibidor pode ainda ser contemplada na conceptualização apresentada por Hyman e Billings (1998) relativa à importância do acesso a auto-conhecimento na criação de falsas memórias. De acordo com estes autores, quando os participantes acedem a auto-conhecimento estabelecem uma associação entre esse conhecimento e o evento sugerido. Quando o participante elabora uma possibilidade de ocorrência para o episódio falso, o produto desta actividade ficará armazenada a informação preexistente. Deste modo, é criada uma memória que combina informação falsa (a criada pelo participante) e real (a referente ao seu auto-conhecimento). Estes autores designaram esta actividade, já anteriormente referida por outros autores (Hyman e col., 1995; Loftus & Pickrell, 1995), como uma forma de reconstrução esquemática. Assim, quando num momento posterior, o participante pensa novamente sobre o falso evento, será activada não só a informação referente à reconstrução por ele realizada anteriormente mas também o auto-conhecimento com ela relacionado. Esta activação conjunta de informação criada com informação real já preexistente dificulta a monitorização da fonte de informação.

Consideremos então o papel que diferentes tipos de auto-conhecimento podem desempenhar nesta conceptualização. Quando o participante acede a informação relacionada com a ocorrência do evento na sua infância são activadas unidades de conhecimento. Se a informação identificada for congruente com o evento sugerido a informação a recuperar da sua infância deverá ser distinta da que é recuperada se o participante identifica elementos que contradizem a possibilidade de ocorrência do evento. Do mesmo modo, e podendo em ambos os casos serem geradas possibilidades de ocorrência do evento, o tipo de auto-conhecimento que será armazenado com estas recriações será também distinto. Como verificamos no presente trabalho, o acesso a auto-conhecimento facilitador promoveu o envolvimento dos participantes no desenvolvimento de mais especulações sobre o evento sugerido. Assim, quando é activado auto-conhecimento consistente com a ocorrência do episódio sugerido, é mais provável a elaboração de mais possibilidades de descrição do evento, donde a criação de um traço de memória mais rico que será armazenado conjuntamente com esta forma de auto-conhecimento. Quando mais tarde o participante pensa sobre o evento ele recordará não só informação real que é congruente com a vivência do evento, como também uma reconstrução do mesmo. Esta combinação tornará então difícil a identificação correcta da fonte da informação, isto é, o participante terá maior dificuldade

em diferenciar se a informação recuperada corresponde a um evento que efectivamente ocorreu ou apenas a uma reconstrução por ele construída como sugerem Hyman e Billings (1998).

Por outro lado, na circunstância em que é activada informação inibidora relativa à possibilidade de ocorrência do evento, a especulação sobre o mesmo irá igualmente ser armazenada conjuntamente com essa informação. Posteriormente, quando o participante recorda esta reconstrução, ele recordará igualmente informação real que de algum modo o ajuda a desmentir a realidade desta recriação. Nestes casos, será então mais fácil para o participante identificar a fonte da informação.

Postulamos assim que o tipo de acesso a auto-conhecimento influencia não só o envolvimento do participante na elaboração das possibilidades de ocorrência do evento (como sugerem os dados do presente trabalho) como também a probabilidade de aceitação da reconstrução efectuada como sendo correspondente a uma memória real do evento. Resumidamente, o acesso a auto-conhecimento facilitador potencia a ocorrência de falsas memórias pela criação de reconstruções do evento compostas por elementos de memórias reais tornando-as assim mais semelhantes a memórias de eventos reais, o que aumenta a probabilidade de ocorrerem erros na identificação da fonte da informação. Também a fluência de processamento que o participante experimenta pela facilidade de realização desta reconstrução (por recordar informação real consistente com o mesmo) pode ser erradamente atribuída à ocorrência efectiva do evento. Em oposição, a recuperação de aspectos contraditórios à possibilidade de ocorrência do evento (i.e., de auto-conhecimento inibidor) pode gerar informação discrepante com o evento sugerido. Nesta situação, mesmo que o participante elabore uma possibilidade de ocorrência do evento sugerido, esta informação serve como elemento discriminativo entre a realidade dos factos e a ficção da reconstrução. A situação em que os participantes não recordam qualquer informação relevante e relacionada com o evento sugerido, ou acedem a ambos os tipos de auto-conhecimento (facilitador e inibidor), ocupará uma posição intermédia em relação a estes dois opostos. Tal como sugerem noutros autores, pensamos que o principal mecanismo responsável pela aceitação final da realidade do evento falso constitui um erro na identificação correcta da fonte de informação (e.g., Hyman & Billings, 1998; Lindsay, Wade, Hunter, & Read, 2004b).

No presente trabalho, identificamos então três elementos que revelaram influenciar a probabilidade de ocorrência das falsas memórias. Referimo-nos à instrução de recriação imagética, à existência de experiências reais de perda na história da infância dos participantes e, finalmente, ao acesso a auto-conhecimento. Verificamos ainda que estes dois últimos elementos influenciaram a frequência de falsas memórias criadas de um modo mais notório no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio falso. Este dado sugere que a actividade de recriação imagética do episódio falso pode sobrepor-se à influência dos restantes elementos considerados. A análise do tipo de auto-conhecimento referido pelos participantes nos casos de falsa memória leva-nos a propor a necessidade de diferenciar o seu impacto na ocorrência das

falsas memórias. Concretamente, os nossos dados indicam que nos casos de falsas memórias a presença de informação relevante consistente com o evento sugerido é predominante. Novamente, esta relação foi mais clara quando os participantes não recriaram imageticamente o episódio.

A influência destes três elementos manifestou-se ainda no modo como os participantes se envolveram na descrição do episódio falso (“sem descrição”, “com imagens mas sem memória” e “com memória”). A recriação imagética revelou-se promotora neste envolvimento dos participantes. Do mesmo modo, a vivência real de situações semelhantes à sugerida influenciou positivamente a forma de desenvolvimento de especulações e mesmo de falsas memórias, mas apenas no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio. A mesma conclusão é aplicável ao acesso a auto-conhecimento, sendo o acesso a informação relevante que seja consistente com a ocorrência do episódio sugerido mais relacionada com uma descrição mais elaborada do episódio. Esta influência só ocorreu no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio.

Estes dados foram conceptualizados atendendo à natureza reconstrutiva da memória e à importância que os esquemas de conhecimento preexistentes sobre o mundo e sobre nos próprios têm nessa reconstrução. A teoria *fuzzy-trace*, assim como a teoria de monitorização da fonte de da informação, constituíram a base de conceptualização da última fase da construção das falsas memórias. Expomos, na Tabela 88, alguns excertos de entrevistas que denotam claramente a dificuldade que os participantes tiveram em diferenciar as suas próprias criações de memórias reais.

Tabela 88: Excertos de transcrições de entrevistas ilustrativas das dificuldades de identificação da fonte da informação recordada.

part.	entrev.	classif. ^a	transcrição
6	1	2	“Não sei se é a minha memória que falha ou se já estou a inventar... mas acho que sim, andava lá à procura deles e não os via e... tava já toda atrapalhada a andar de um lado para o outro... e depois não sei o que se passou, devia-os ter encontrado... não sei. É das coisas que não tenho assim...”
3	2	1	“A sensação que tenho é um dia em que tive medo e pânico assim, lembro-me que tive uma coisa qualquer, essa sensação, mas agora como é que aconteceu o episódio em si, não me lembro quem é que me encontrou, quem é que me levou aos meus pais, mas lembro-me de ter uma situação de me sentir mesmo perdida. Até pensava que isso tinha sido um sonho, mas depois de ter falado aí, é que eu acho que foi que aconteceu na realidade. Mas ao princípio quando falou pensei logo num sonho, mas se calhar foi real...”
74	1	0	“Perdida... nem sei se já estou a inventar na minha cabeça se perdi ou não.”

			<p>“Esse é que eu não me lembro mesmo de nada. E depois eu começo a pensar e parece que já tou a inventar. Depois já começo a confundir: será que estou a inventar, será que é mesmo verdade ou não? mas acho que é mais invenção mas que me tenha perdido... tinha dito num centro comercial não é? Não me lembro. É que parece que às vezes vêm assim imagens de eu me ter perdido, mas não sei.”</p>
3	1		<p>partic.: Pois... desta situação, eu tentei reconstruir imageticamente, eu não consigo distinguir se o filme que eu faço é só construção minha ou se fui buscar à memória!...</p> <p>entrev.: Não consegue distinguir?</p> <p>partic.: Não. Eu consigo construir imageticamente a situação: imaginar-me a mim, no Feira Nova, que eu lembro-me que tive algumas vezes lá quando era pequenina com a minha irmã e com a minha mãe, mas... posso... não consigo distinguir se sou eu que estou a criar tudo ou se realmente me estou a lembrar! Não sei... eu posso reconstruir... (...)</p> <p>entrev.: Pronto, então conte-me.</p> <p>partic.: Bem, fui às compras com a minha mãe e com a minha irmã...</p>
15	2	2 ^b	<p>entrev.: Sim...</p> <p>partic.: E... entretanto perdi-me delas naqueles corredores todos...</p> <p>entrev.: Lembra-se como?</p> <p>partic.: Deixei das ver. Porque não parece, mas quando se é criança o Feira Nova parece muito grande... e... fiquei muito atrapalhada, que eu sempre fui medricas e... provavelmente comecei a chorar e...e... e houve... não sei quem é que me encontrou... talvez... (...) É confuso porque eu posso imaginar uma funcionária a dar-me a mão a levar-me para algum lado para ir ter com a minha mãe... consigo imaginar, mas não consigo... não sei, é confuso... pois, eu lembro-me de alguém a dar-me a mão, mas não me lembro de mais nada, nem me lembro do reencontro com a minha mãe... “</p>

^a classificação final da descrição efectuada nesta entrevista: 0= “sem memória”; 1= “com imagens mas sem memória”; 2= “falsa memória”; ^b apesar deste excerto denotar dúvidas em relação à realidade da descrição elaborada, no final da descrição do episódio o participante considera que esta informação se refere a uma memória efectiva.

2.5. Variáveis individuais

Passamos a discutir os dados referentes às variáveis individuais exploradas no presente trabalho. Recordamos que foram analisadas variáveis relativas à personalidade através do inventário NEO PI-R, variáveis alusivas à tendência para experimentar situações de natureza dissociativa (*escala de experiências dissociativas*) e de absorção (*escala de absorção de Tellegen*). Avaliamos ainda a frequência com que os participantes utilizam a imagem mental no seu quotidiano como forma de resolver problemas de natureza variada (*inventário de recurso às imagens mentais espontâneas*). As variáveis individuais foram analisadas em relação à forma de

descrição do episódio falso e à elaboração de falsas memórias. Anotamos ainda que estas análises foram efectuadas para os grupos NIRI e IRI separadamente já que os mesmos foram distintos nestes aspectos. Finalmente, consideramos as relações entre as variáveis individuais e o tipo de acesso a auto-conhecimento efectuado pelos participantes (i.e., inibidor, neutro e facilitador), assim como a referência de um modo global a informação relevante para o episódio sugerido (i.e., com e sem acesso a auto-conhecimento). Neste caso, os dados foram examinados de um modo global já que os grupos NIRI e IRI não se diferenciaram quanto ao acesso a auto-conhecimento.

2.5.1. Descrição do episódio falso

Relativamente à forma de descrição do episódio falso, são poucos os trabalhos que relacionaram variáveis individuais com a forma de descrição do episódio falso usando um procedimento semelhante ao do presente trabalho. Para além disso, as variáveis que têm sido exploradas nos trabalhos de distorções da memória são diversas, como apresentaremos adiante numa sistematização dos trabalhos em que foram consideradas variáveis individuais. Uma excepção notória pode ser apresentada em relação à propensão para viver experiências de carácter dissociativo embora, também nestes casos, os resultados não sejam consistentes. Novamente, a diversidade de procedimentos utilizada, assim como das técnicas utilizadas para fomentar a ocorrência das falsas memórias, podem dificultar o consenso nos resultados obtidos.

Os trabalhos em que não foi utilizada qualquer técnica potenciadora da criação de falsas memórias (como no caso do grupo NIRI) são ainda mais escassos, pelo que a discussão destes resultados se torna ainda mais difícil. No entanto, entendemos que esta abordagem aos dados é relevante dado que a instrução de recriação imagética influenciou a criação de falsas memórias assim como a forma de descrição do episódio falso. Adicionalmente, como já sugerimos, o envolvimento em formas de descrição mais elaboradas do evento propicia a construção de falsas memórias, aspecto este que também foi influenciado pela instrução de recriação imagética dos dados. Assim, importa perceber se as variáveis relacionadas com este maior envolvimento são distintas conforme os participantes foram ou não instruídos a recriar imageticamente o episódio. Adiantamos desde já que a resposta a esta questão é afirmativa. Neste sentido, apresentamos as variáveis individuais que se relacionaram de um modo significativo com o desenvolvimento de descrições mais elaboradas sobre o episódio sugerido e especulamos sobre a dinâmica destas relações. Para o efeito, consideramos a organização ordinal da forma de descrição do episódio falso já definida (i.e., “sem memória”, “com imagens mas sem memória” e “com memória”).

Começamos por considerar o grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio sugerido. Verificamos que um conjunto de variáveis individuais se correlacionou, maioritariamente de um modo negativo, com o maior envolvimento na descrição do episódio sugerido. Presentes neste conjunto de variáveis estão principalmente variáveis de personalidade.

Encontramos então correlações negativas entre a elaboração de descrições do episódio sugerido e a tendência para viver situações de carácter dissociativo extremo (*dissociação extrema*), a propensão para experimentar sentimentos de irritação, raiva e frustração (*hostilidade*) e o empenho que a pessoa habitualmente aplica para atingir os objectivos a que se propõe (*esforço de realização*). Já a tendência das pessoas para serem amigáveis, conversadoras e afectuosas correlacionou-se positivamente com este envolvimento. Apresentamos, na Tabela 89, exemplos de itens correspondentes a cada uma destas variáveis. Estas correlações foram sistemáticas ao longo das três entrevistas o que realça a importância que estas variáveis individuais poderão ter no envolvimento dos participantes do grupo NIRI na descrição do episódio falso.

Tabela 89: Exemplos dos itens pertencentes a cada factor / faceta que se correlacionou de forma significativa com o modo de descrição do episódio falso no grupo NIRI.

escala	factor / faceta	item
DES	dissociação extrema ⁽⁻⁾	16 “ter a experiência de estar num lugar familiar mas achá-lo estranho e não familiar”
		23 “em certas situações sou capaz de fazer coisas com tal facilidade e espontaneidade que habitualmente seriam difíceis para mim”
		31 “sentir-me incapaz de mexer as mãos ou os pés”
NEO PI-R	hostilidade ⁽⁻⁾	36 ^a “não me zango facilmente”
		126 “fico, frequentemente, aborrecido(a) com as pessoas com quem tenho de lidar”
		216 “mesmo os pequenos contratempos podem ser frustrantes para mim”
	esforço de realização ⁽⁻⁾	50 “tenho objectivos claros, e faço por atingi-los, de uma forma ordenada”
		110 “trabalho muito para conseguir o que quero”
		200 “esforço-me por ser excelente em tudo o que faço”
	acolhimento caloroso ⁽⁺⁾	32 ^a “não me dá muito prazer estar à conversa com as pessoas”
62 “sou conhecido(a) como uma pessoa amigável e simpática”		
152 “é fácil para mim sorrir e conviver com pessoas desconhecidas”		

^a item de cotação invertida; ⁽⁻⁾ factor / faceta com correlação negativa com o tipo de descrição do episódio falso; ⁽⁺⁾ factor / faceta com correlação positiva com o tipo de descrição do episódio falso.

A correlação negativa entre a faceta *esforço de realização* e o tipo de descrição do episódio pode ser considerada contra-intuitiva se pensarmos neste dado independentemente do tipo de episódio que o participante está a recordar. Como já referimos, valores elevados nesta faceta caracterizam uma pessoa que procura o êxito e que se esforça para alcançar os objectivos a que se propõe. Se considerarmos que estas pessoas pretendem ser o mais correctas possíveis nas tarefas em que se envolvem, podemos supor que elas se poderão ter envolvido menos na especulação sobre o episódio falso para evitar a criação de uma situação que pudesse suscitar uma pior realização em relação à tarefa. Por exemplo, o desenvolvimento de possibilidades de ocorrência do evento sugerido poderia aumentar o erro de confusão entre a informação gerada e

uma memória real. Deste modo, a probabilidade do participante identificar como verídico algo que efectivamente não ocorreu diminui garantindo uma realização mais correcta da tarefa.

Por outro lado, as correlações de sentidos antagónicos de duas facetas pertencentes a domínios também considerados opostos (faceta *hostilidade* pertencente ao domínio *introversão* e faceta *acolhimento caloroso* pertencente ao domínio *extroversão*) dão indicações congruentes relativamente ao modo como as pessoas com estas características se envolvem nos relacionamentos interpessoais. A obtenção de valores baixos na faceta *hostilidade* caracteriza pessoas amigáveis que dificilmente se zangam ou ofendem com outras pessoas. Neste mesmo sentido, uma pontuação elevada na faceta *acolhimento caloroso* indica igualmente que se trata de uma pessoa amigável, que gosta de conversar e de estabelecer relações próximas com os outros. Esta característica do relacionamento interpessoal parece assim suscitar um maior envolvimento dos participantes na especulação sobre a ocorrência do evento sugerido.

A única variável que avalia a tendência dos participantes para se envolverem em experiências de carácter dissociativo indicou que uma elevada propensão para experimentar situações de dissociação mais extrema se correlacionou com uma descrição menos elaborada do episódio falso. Apesar do termo dissociação ser definido de variadas formas por diversos autores, existe algo que é comum a todas elas. Assim, de um modo geral considera-se que os participantes com maior tendência para experimentar situações de natureza dissociativa terão maior dificuldade em distinguir e integrar memórias, fantasias, motivações e acções na consciência (Spiegel, 1997). Estas serão então pessoas com uma grande propensão para confundir a realidade dos factos com informação por elas criada. Deste modo uma pessoa com uma cotação elevada nesta escala falhará mais na identificação correcta de informação por ela criada. Possivelmente os participantes com maior tendência para viver experiências dissociativas mais extremas poderão ter esta consciência e, conseqüentemente, resistirem à especulação sobre a possibilidade de ocorrência do evento sugerido, evitando assim cometer erros.

A relevância desta variável, assim como a sua contribuição negativa para que ocorram falsas memórias neste grupo de participantes, é novamente reconhecida no modelo de previsão que determina a probabilidade de uma pessoa vir a construir uma falsa memória. Neste modelo de previsão, o valor obtido neste factor foi o único, de entre todas as variáveis individuais avaliadas, que revelou contribuir de forma significativa para o cálculo da probabilidade da criação de falsa memória para o evento sugerido. De um modo consistente com os dados de correlação obtidos, também neste caso um aumento no valor da escala *dissociação extrema* diminui a probabilidade da pessoa elaborar uma falsa memória (reportamos para a Tabela 89 exemplos dos itens considerados neste factor). O valor da constante deste modelo, conjuntamente com o valor obtido no factor *dissociação extrema* ponderado por um factor de 0,541, permitem identificar correctamente em 92,1% dos casos os participantes que não irão construir uma falsa memória e, em 25% dos casos, aqueles que o farão. Ainda que este seja um modelo pouco expressivo em termos da sua capacidade de previsão sobre quem construirá uma falsa memória, ele revela a

importância que esta dimensão pode ter na ocorrência das falsas memórias quando os participantes não são instruídos a recriar imagetivamente o episódio sugerido.

Podemos ainda supor que as pessoas com maior tendência para experimentar situações de natureza dissociativa extrema possam ter um esquema de criação de narrativas particular que lhes permita efectuar uma melhor distinção entre as memórias reais e a informação por eles criada. Um argumento semelhante foi aplicado por Horselenberg e colaboradores (2004) sobre a relação por eles encontrada entre a maior propensão para a fantasia e a discriminação mais adequada entre itens correctos e distractores. Também Merckelbach (2004) sugere que este tipo de dimensões individuais pode marcar de um modo particular a informação por criada pelos participantes com estas características, o que os ajudará a identificar correctamente a fonte da informação.

Não obstante, o modelo apresentado deve ser considerado com cuidado já que um dos indicadores do ajuste dos dados previstos aos dados observados revela que o mesmo não é muito adequado. Pensamos que o reduzido número de falsas memórias observadas neste grupo, e que constituem na análise a ocorrência que se pretende prever (N=4), poderá estar na origem da dificuldade em encontrar um modelo que corresponda adequadamente aos parâmetros estatísticos que confirmam a viabilidade do modelo.

Em oposição ao que observámos na exploração da relação entre as características individuais e o tipo de descrição que o grupo NIRI desenvolveu para o episódio falso, no grupo IRI, este tipo de correlações foram menos constantes ao longo das entrevistas e mais raras. Concretamente, apenas nas duas primeiras entrevistas duas variáveis, uma relativa a experiências de carácter dissociativo e outra da personalidade, se correlacionaram significativa e positivamente com o maior envolvimento no relato do evento sugerido. Expomos, na Tabela 90, alguns dos itens que pertencem ao factor e faceta considerados.

Tabela 90: Exemplos dos itens pertencentes a cada factor / faceta que se correlacionou de forma significativa (todos de forma positiva) com o modo de descrição do episódio falso no grupo IRI.

escala	factor / faceta	item
DES	memória ⁽⁺⁾	14 “recordar acontecimentos passados de forma tão clara que sinto como se estivesse a vivê-los novamente”
		15 “não ter a certeza se as coisas que me lembro terem acontecido realmente ocorreram ou se apenas sonhei com elas”
		25 “encontrar evidências de ter feito coisas que não me recordo ter feito”
NEOPI-R	altruísmo ⁽⁺⁾	14 ^a “algumas pessoas pensam que sou invejoso(a) e egoísta”
		194 “considero-me uma pessoa caridosa”
		224 “quando posso, deixo o que estou a fazer, para ajudar os outros”

^a item de cotação invertida; ⁽⁺⁾ factor / faceta com correlação positiva com o tipo de descrição do episódio falso.

Assim os participantes que, com maior frequência, experimentam situações em que questionam se as suas recordações são efectivas ou produto da sua criação, que não se recordam de fazer coisas para as quais encontram evidências e que entendem ter uma capacidade de recordação excepcionalmente vívida envolvem-se mais na elaboração de possibilidades de ocorrência do episódio sugerido. De notar que os itens que compõem este factor de algum modo denotam situações que potencialmente levam a que o participante tenha pouca confiança na sua memória. Um dos autores da escala de experiências dissociativas (Putnam, 1997) propõe igualmente que os participantes com valores elevados nesta escala tendem a manifestar menos confiança nas suas memórias o que os pode tornar especialmente vulneráveis à sugestão. Nesta situação, os participantes poderão aceitar com mais facilidade a ocorrência de um evento que não recordam e que é sugerido por pessoas consideradas credíveis (as fontes que forneceram essa informação), envolvendo-se mais frequentemente em especulações sobre a sua vivência.

Uma preocupação activa pelo outro, cortesia, auto-sacrifício e a vontade de ajudar são alguns dos aspectos que caracterizam as pessoas que obtêm uma pontuação elevada na faceta *altruísmo*. Recordamos que foi manifestada aos participantes a expectativa de que a recriação imagética do episódio os ajudaria a recuperar eventos não recordados inicialmente, e o objectivo do estudo que lhes foi apresentado referia o interesse pela investigação das memórias que as pessoas têm para os eventos ocorridos na sua infância. Os participantes com uma pontuação elevada nesta faceta poderão ser mais propensos a responder às solicitações efectuadas pelo entrevistador. Os sentimentos de interesse, dedicação e preocupação com o outro, comuns nestas pessoas, poderão assim ter suscitado um maior envolvimento na procura de uma memória para o evento sugerido, o que se reflectiu em mais especulações sobre as possibilidades de ocorrência do mesmo.

Encontramos assim no grupo que foi instruído a recriar imagicamente o episódio uma variável que se pode relacionar com experiências relativas à memória de outros eventos. De algum modo, a tendência para viver este tipo de experiências pode levar o participante a questionar-se se a ausência de uma memória para o evento sugerido constitui uma evidência fiável da sua não ocorrência. Esta é uma característica habitualmente conotada como sendo de natureza dissociativa. Uma outra variável de cariz mais interpessoal, o *altruísmo*, correlacionou-se também positivamente com o maior investimento na tentativa de recordar o evento sugerido.

A procura de um modelo que permitisse prever a ocorrência dos 11 casos de falsa memória observados no grupo IRI, na primeira entrevista, revelou que a inclusão de cinco variáveis permitiria uma capacidade de previsão global correcta de 91,7% dos casos. O conjunto das variáveis consideradas neste modelo, assim como exemplos dos itens que avaliam cada uma, são apresentados na Tabela 91. Optamos, no entanto, por centrar a presente discussão no modelo composto apenas por três destas variáveis atendendo aos motivos apresentados na descrição dos resultados.

Tabela 91: Exemplos dos itens pertencentes ao modelo de previsão de construção de falsa memória para o grupo IRI.

escala	factor / faceta	item
DES	memória ⁽⁺⁾ ^a	
	despersonalização ⁽⁻⁾	7 “sentir-me como se eu próprio estivesse ao meu lado, ou ver-me como se estivesse a olhar para uma pessoa diferente”
		22 “agir de forma tão diferente em duas situações fazendo-me sentir como se fosse duas pessoas diferentes”
		30 “sentir-me desligado do meu corpo”
	dissociação extrema ⁽⁺⁾ ^b	
	TAS	experiências de dissociação ⁽⁺⁾
14 “frequentemente posso sentir a presença de outra pessoa antes de a ver ou ouvir”		
28 “frequentemente eu sei o que alguém vai dizer antes de ele falar”		
NEO PI-R	obediência ao dever ⁽⁺⁾	15 “tento realizar, conscienciosamente, todas as minhas obrigações”
		135 “quando assumo um compromisso podem contar sempre que eu o cumpra”
		225 “só se estivesse mesmo doente é que eu faltava a um dia de trabalho”

^a exemplos de itens pertencentes a este factor foram já apresentados na Tabela 90; ^b exemplos de itens pertencentes a este factor foram já apresentados na Tabela 89; ⁽⁻⁾ factor / faceta com correlação negativa com o tipo de descrição do episódio falso; ⁽⁺⁾ factor / faceta com correlação positiva com o tipo de descrição do episódio falso.

O modelo final por nós considerado conta com a contribuição das variáveis *memória*, *experiências de dissociação* e *obediência ao dever*. A relação destas variáveis com a probabilidade de ocorrência da falsa memória é positiva, ou seja, a um aumento na pontuação que o participante obtém em cada um dos factores / faceta, corresponde um aumento da probabilidade de ocorrência da falsa memória. Este modelo permite uma previsão correcta de 63,6% dos casos que irão construir uma falsa memória e de 96,2% dos que não o irão fazer. Passamos a considerar cada uma das variáveis de um modo mais detalhado.

A relação que estabelecemos para a correlação significativa encontrada entre o factor *memória* e o maior envolvimento na especulação da ocorrência do evento sugerido aplica-se igualmente ao presente caso. Os participantes que experimentam mais frequentemente dificuldade em distinguir se a informação recuperada corresponde à realidade ou a uma fantasia e que vivem situações indicativas da não recordação de eventos que de facto ocorreram parecem ser mais propensos a aceitar a ocorrência efectiva de um evento que inicialmente não foi por eles recordado.

Outra dimensão relacionada com as experiências dissociativas está presente neste modelo: a tendência para viver experiências de cariz dissociativo, tal como avaliada pelo factor

correspondente da *escala de absorção de Tellegen*. Os itens pertencentes a este factor denotam que a pessoa frequentemente experimenta situações de antecipação ou premonição de situações. Esta é ainda uma escala que habitualmente se correlaciona com outras sub escalas de dissociação o que sugere que estas são igualmente pessoas que podem sentir dificuldades na integração de experiências reais e imaginadas. Deste modo, elas tornam-se mais vulneráveis a aceitar uma sugestão externa que lhes é apresentada.

Consideremos, finalmente, a faceta da personalidade também considerada neste modelo, a *obediência ao dever*. Os participantes com valores elevados nesta faceta são caracterizados como sendo pessoas trabalhadoras, como tendo um elevado grau de organização, persistência e motivação na prossecução de um determinado objectivo. São ainda participantes que aderem estritamente aos seus padrões de conduta, princípios éticos e obrigações morais. Alguns trabalhos reportam uma correlação positiva entre esta faceta, a procura de aprovação e a tendência para os participantes se comportarem de modo a causar uma boa impressão junto de outros (Costa & McCrae, 1992). Tal sugere que esta escala pode, de algum modo, indicar uma tendência nos participantes para responder de acordo com o que a pessoa sente ser esperado com um grande investimento e esforço para o conseguir. Neste caso, esta propensão pode manifestar-se no estabelecimento de um critério de decisão mais liberal na identificação da veracidade da sugestão o que potencia a probabilidade da sua aceitação.

Deste modo, verificamos que as variáveis individuais que se correlacionam com o maior envolvimento na descrição de possibilidades de ocorrência do evento, assim como com a criação de falsas memórias são diferenciadas consoante os participantes receberam, ou não, a instrução de recriação imagética. No caso do grupo que não recebeu esta instrução, a correlação entre variáveis individuais e uma descrição mais elaborada do episódio falso foi mais notória e sistemática que no grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio. Pensamos que a instrução de recriação imagética pode ter reduzido a manifestação de variáveis individuais que se poderiam ter correlacionado com o envolvimento dos participantes na descrição do episódio falso, tal como foi observado no grupo IRI.

Em ambos os casos, notamos que um estilo de personalidade mais orientado para as relações interpessoais, em que estão presentes sentimentos de simpatia, de gosto pelo envolvimento e conversação com as outras pessoas e de preocupação activa com os outros se correlacionou com um maior envolvimento na descrição de possibilidades de ocorrência do episódio sugerido e mesmo com a criação de falsas memórias.

Mais uma vez, notamos nos dois grupos a relação entre dimensões da experiência dissociativa e a maior propensão para uma descrição mais elaborada do episódio falso, embora a direcção desta relação seja oposta para os dois grupos. No caso do grupo NIRI a maior tendência para experimentar situações de dissociação extrema correlacionou-se negativamente com uma descrição mais elaborada do episódio. Já no grupo IRI, a maior tendência para experimentar situações de dissociação relacionadas com a recordação de eventos correlacionou-se

positivamente com a forma de descrição do episódio. Pensamos que o elemento responsável por esta diferenciação é a instrução de recriação imagética do episódio. No caso do grupo em que esta instrução não é dada, os participantes podem optar espontaneamente pela especulação sobre a ocorrência do episódio sugerido. E, atendendo a que os participantes com maior tendência para viver situações de natureza dissociativa extrema podem ter a noção da dificuldade que por vezes sentem em manter o contacto com a realidade, eles podem optar por uma postura de menor risco, ou seja, pelo não envolvimento em especulações sobre o evento sugerido. Por outro lado, no grupo IRI, o facto dos participantes terem a experiência de situações que lhes revela que a sua memória é pouco fiável, juntamente com o incentivo para recriar imageticamente o episódio, promove um maior envolvimento na elaboração de possibilidades de ocorrência do mesmo.

A diferenciação entre os dois grupos observada para as correlações entre a forma de descrição do episódio falso e as variáveis individuais manifestou-se igualmente na determinação dos modelos de previsão para a ocorrência de falsa memória. Não obstante, neste caso, foram encontradas mais variáveis que possibilitam esta previsão no caso do grupo IRI que no grupo NIRI. Neste último caso, a variável que indica a propensão para viver experiências dissociativas extremas é a única que contribuiu para esta previsão, novamente no sentido negativo. Ou seja, um aumento na tendência para experimentar situações desta natureza diminui a probabilidade de ocorrerem falsas memórias. Encontramos igualmente no grupo IRI a presença de variáveis de carácter dissociativo, mas novamente com a contribuição oposta ao observado para o grupo NIRI. Pensamos que, neste caso, e dado que estes participantes descreveram o episódio falso de um modo mais elaborado (i.e., para além de criarem mais falsas memórias, também se envolveram mais na especulação de possibilidades de ocorrência do episódio), a tendência para experimentarem situações de natureza dissociativa terá proporcionado uma maior aceitação das suas construções como sendo correspondentes a memórias reais. A juntar a estas variáveis, é considerada ainda neste modelo uma variável da personalidade que denota uma propensão para a persistência no cumprimento dos seus objectivos.

Para auxiliar a análise destes resultados comparativamente com os dados reportados noutros trabalhos, remetemos o leitor para a sistematização de informação apresentada na Tabela 92. Esta compilação de estudos revela, desde logo, que a variedade de variáveis estudadas é considerável. Verificamos ainda que na área da implantação de falsas memórias existem apenas três exemplos de trabalhos em que foram analisadas variáveis individuais. Optámos por apresentar dados obtidos noutros procedimentos do estudo das distorções da memória por entendermos que podem ser igualmente relevantes para a presente discussão.

Começamos por considerar a presença de variáveis de natureza dissociativa na relação encontrada com a forma de descrição do episódio falso assim como no modelo de previsão para a criação da falsa memória. A relação entre esta variável e a maior propensão para a distorção da memória é a que tem sido estudada de um modo sistemático nos vários trabalhos que se debruçaram sobre esta temática. Pelos dados apresentados na Tabela 92, verificamos ainda que

nos três trabalhos de implantação de falsas memórias esta mesma relação foi confirmada, sendo que em dois deles os participantes foram incitados a recriar imageticamente o episódio sugerido. Também no estudo de Lampinen e colaboradores (2003), em que a imaginação de acções simples proporcionou uma elevada percentagem de erros de memória, ocorreu uma correlação positiva entre a propensão para viver experiências de natureza dissociativa e a ocorrência de falsas memórias. Curiosamente, em apenas um dos quatro trabalhos em que se procurou alterar a confiança sobre a ocorrência passada de eventos utilizando igualmente a recriação imagética esta relação foi encontrada. Estes dados sugerem que a tendência para experimentar situações de natureza dissociativa pode ser mais determinante na fase final de aceitação da recriação efectuada (como correspondendo a uma memória efectiva) do que na fase de desenvolvimento da crença sobre a ocorrência do episódio. Os presentes dados confirmam de algum modo esta possibilidade pela presença de duas variáveis relacionadas com a dissociação no modelo de previsão da ocorrência de falsas memórias e que não estão tão presentes nas correlações entre as variáveis individuais e a especulação sobre o episódio sugerido.

Podemos então reflectir sobre a importância que esta variável pode assumir quando o participante tem de decidir se a informação por ele gerada corresponde a uma memória real ou a uma construção sua. Como já referimos, a principal teoria que tem sido utilizada para explicar a ocorrência destes erros é a abordagem de monitorização da fonte de informação. Considerando que os participantes com maior tendência para viver situações do tipo dissociativo são habitualmente caracterizados como tendo dificuldade em distinguir e integrar memórias, fantasias, motivações e acções na consciência (Spiegel, 1997), estes serão então participantes mais propensos a efectuar erros de monitorização da fonte de informação. Apesar da definição de dissociação não ser consensual entre todos os autores, estes são os aspectos comuns a essas definições. Hyman e Billings (1998) também sugerem que a tendência para viver experiências deste tipo se pode relacionar com a disponibilidade para aceitar sugestões externas e com a utilização de critérios de monitorização da fonte menos rigorosos. Em relação à primeira ideia apresentada por estes autores, constatamos que os estudos que estudam mais directamente a aceitação de sugestões apresentadas após a observação de um evento (i.e., os estudos do paradigma da informação enganosa) não revelarem dados consistentes com a mesma. Concretamente, nestes estudos, em apenas um dos três trabalhos foi encontrada uma correlação significativa entre a aceitação da informação enganosa e a tendência para experimentar experiências de cariz dissociativo. Assumindo que o mesmo processo pode estar na base dos erros obtidos neste paradigma (i.e., erros de monitorização da fonte de informação) este constitui um dado contraditório com o reportado anteriormente.

Heaps e Nash (1999), no seu estudo que relacionou a inflação pela imaginação com a dissociação, sugerem que os participantes com tendência para experimentar situações deste tipo poderão ter maior dificuldade em codificar as operações cognitivas associadas com a experiência, fazendo com que a criação de eventos imaginados pareça requerer menos esforço quando se avalia essa tarefa. Esta ausência dos indicadores relativos à criação da informação aumenta

assim a probabilidade da experiência ser erradamente interpretada como correspondendo a uma memória real. Apesar da relação entre as experiências dissociativas e a criação de falsas memórias ter sido obtida nos dois trabalhos em que a recriação imagética do episódio falso foi implementada (Hyman & Billings, 1998; Porter e col., 2000), ela também o foi no estudo em que foi usado um método de entrevista que procurou introduzir o mínimo de exigências para que o evento falso fosse recuperado (Ost e col., no prelo). Apesar deste último estudo ter utilizado uma amostra de reduzida dimensão, os seus resultados sugerem que a recriação imagética não é indispensável para que esta relação ocorra. Já o presente trabalho aponta para a relação entre a criação de falsas memórias e uma das dimensões desta variável individual de forma positiva, mas apenas quando os participantes foram instruídos a recriar imageticamente os episódios.

De acordo com alguns autores (e.g., Heaps & Nash, 1999), a tendência dos participantes para experimentar situações de natureza dissociativa pode corresponder a um estilo de processamento cognitivo, sendo por isso algo estável. Se, os participantes identificam a fonte da informação tendo por base as características associadas à informação recuperada, como proposto por alguns autores (e.g., Johnson e col., 1988; Johnson e col., 1993), a forma como decorre a codificação da informação, assim como a sua recuperação, são cruciais para que a decisão seja tomada correctamente. Atendendo a que estes participantes são habitualmente caracterizados como tendo dificuldades nestes dois aspectos do processo mnésico, eles terão igualmente mais problemas na identificação correcta da fonte da informação. Este problema ocorre especialmente quando é pedido aos participantes que recriem imageticamente o episódio. Nesta situação, o participante irá especular sobre uma possibilidade de ocorrência do evento para a qual criará um traço de memória; posteriormente terá de identificar a origem desta memória (i.e., informação gerada ou informação relativa a uma experiência real). Por outro lado, quando esta instrução não é dada explicitamente aos participantes (e sendo que até ao momento não existem trabalhos que tenham monitorizado se estes participantes se envolvem espontânea e/ou voluntariamente em formas de recriação imagética dos eventos), a possibilidade de mais tarde estes participantes se confrontarem com uma decisão semelhante diminui. Daí que alguns sintomas de natureza dissociativa estejam mais presentes na previsão da criação de falsas memórias no grupo IRI não sendo esta relação tão óbvia no grupo NIRI.

Quanto à tendência para viver experiências de absorção, apenas uma dimensão desta escala se relacionou com a criação de falsas memórias, novamente apenas no grupo IRI. Esta variável foi estudada em apenas um dos trabalhos relativos à implantação de falsas memórias, no qual não foi encontrada qualquer relação significativa entre a mesma e os erros de memória. Noutros paradigmas, nomeadamente no paradigma da informação enganosa, a relação entre a aceitação da informação enganosa e a maior tendência para a absorção foi obtida nos dois trabalhos em que a mesma foi considerada.

Tabela 92: Apresentação de alguns trabalhos em que algumas variáveis individuais foram relacionadas com a propensão dos participantes para realizar erros de memória em vários paradigmas do estudo das distorções de memória. Apresentamos apenas as variáveis que foram avaliadas mais consistentemente ao longo dos trabalhos.

	objectivo	técnicas usadas	variáveis individuais							
			dissociação	absorção	propensão fantasia	vivacidade recriações imagéticas	desejabilidade social ^a	extroversão	sugestibilidade	
Hyman e Billings (1998) N= 66	implantação	recriação imagética	x	n.s.			x	n.s.		
Porter e col. (2000) N= 50	implantação	reinstalação do contexto imagética guiada expectativas	x						x ⁽⁻⁾	
Ost e col. (no prelo) N= 31	implantação	entrevista apropriada	x					x ⁽⁻⁾ / n.s.		
Presente trabalho^b (N=76)	implantação	pistas	x ⁽⁻⁾	n.s.					n.s.	
		recriação imagética	x	n.s.					n.s.	
Ost e col. (2002) N= 67	relato de evento impossível	questões abertas	n.s.					x		
Horselenberg e col. (2004) N= 38	estudo diário	avisos	n.s.			x ^{(-)c}				n. s.
Lampinen e col. (2003) N= 114	acções imaginadas	repetição da recriação imagética	x							
Heaps e Nash (1999) N= 54	confiança	recriação imagética	x				n.s.			n.s.
Mazzoni e Memon (2003) N= 72	confiança	recriação imagética informação	n.s.				n.s.			
Paddock e col. (1999) N= 94	confiança	imagética guiada	n.s.				n.s.			

Horselenberg e col. (2000) estudo 1 N= 34 estudo 2 N= 45	confiança	recriação imagética	n.s.			x	n.s.		
		imaginação elaborada	n.s.				n.s.		
Paddock e col. (2000) N= 143	alteração experiência recordação	imagética guiada	n.s.	n.s			n.s.	x	
Tousignant e col. (1986) N= ?	inf. enganosa	sugestão					x		
Eisen e Carlson (1998) N= 130	inf. enganosa	acções realizadas sob hipnose	x	x					
Tomes e Katz (1997) N= 132	inf enganosa	sugestionabilidade habitual				x			
Drivdahl e Zaragoza (2001) N=132	inf. enganosa	elaboração perceptiva	n.s.	x	n.s.				
Eisen e col. (2002) N=111	inf. enganosa		n.s.				x		
Horselenberg e Merkelbach (2003) N=34	falsa confissão	evidências incriminatórias	n.s.		n.s.		n.s.		n.s
Winograd e col. (1998) N= 42	DRM		x				x		
Platt e col. (1998) N= 82	correção autobiográfica			x ⁽⁻⁾					
	DRM		n.s.	n.s.	n.s.				
Peiffer e Trull (2000) N=103	listas palavras						x		n.s.

^a foram consideradas nesta coluna as medidas que indicassem uma maior propensão dos participantes em responder de acordo com o socialmente desejado; ^c correlação negativa com a melhor performance no reconhecimento correcto dos itens; ^b apresentamos as correlações obtidas entre o tipo de descrição do episódio falso e as variáveis individuais avaliadas; n.s. – correlação não significativa; x - existência de correlação significativa.

Relativamente às variáveis de personalidade, apenas um dos trabalhos explorou de forma sistemática as variáveis individuais consideradas no presente trabalho (Porter e col., 2000). No estudo destes autores, a extroversão foi a única dimensão da personalidade que se relacionou com a ocorrência de distorções de memória, mas de forma negativa. Estes autores encontraram, no entanto, uma relação positiva entre estas duas variáveis, mas atendendo à extroversão como característica de personalidade dos entrevistadores. Este é um dado curioso que sugere a necessidade de uma exploração mais aprofundada sobre as características individuais de quem apresenta a sugestão e conduz a entrevista.

No presente trabalho, analisamos ainda a tendência para os participantes recorrerem à imaginação como estratégia de resolução de problemas no seu dia a dia, através do *inventário de recurso às imagens mentais espontâneas*. Pensamos que esta variável se poderia relacionar com uma maior propensão para a criação de erros de memória, em particular no grupo que não foi instruído a recriar imagetivamente o episódio, como tem sido igualmente proposto por outros autores (e.g., Dobson & Markham, 1993; Winograd e col., 1998). Esperávamos assim que os participantes que habitualmente usam esta estratégia a pudessem implementar para tentar recordar o episódio sugerido, o que aumentaria a probabilidade de ocorrer uma falsa memória, tal como demonstrado pelo fenómeno da inflação pela imaginação (Garry e col., 1996). Adicionalmente, a utilização frequente da recriação mental proporciona reconstruções dos eventos mais ricas. Assim, as recriações realizadas por estes participantes seriam então mais semelhantes às memórias criadas para eventos reais o que, por sua vez, deveria dificultar a identificação da fonte de informação. As relações que alguns trabalhos encontraram entre a vivacidade das recriações imagéticas elaboradas pelos participantes e a propensão para a distorção da memória apoiam igualmente esta hipótese (Horselenberg e col., 2000; Hyman & Billings, 1998; Tomes & Katz, 1997). No entanto, não encontramos qualquer relação entre esta variável e a propensão para a criação de erros de memória.

Constatamos assim a complexidade existente sobre as variáveis individuais relacionadas com a tendência para realizar os vários tipos de distorções da memória. Se, por um lado, o número de estudos sobre este tema é ainda reduzido, a diversidade de variáveis consideradas não tem contribuído para o consenso na área. Em oposição, o facto de algumas correlações terem sido encontradas em diferentes procedimentos do estudo das distorções da memória (e.g., foram encontradas correlações entre a dissociação em estudos relativos à memória autobiográfica e em estudos com listas de palavras) sugere que alguns elementos podem ser comuns às diversas formas de distorções da memória. Apesar da dissociação ser uma das variáveis mais estudada, os dados não têm sido consistentes. Pensamos que diferenças ao nível das técnicas utilizadas nos trabalhos podem estar na origem destas discrepâncias dos dados. Adicionalmente, há que considerar que algumas das variáveis estudadas se sobrepõem em algumas das características que lhes estão subjacentes. Por exemplo, alguns trabalhos têm demonstrado uma sobreposição entre os traços subjacentes à medida obtida com a escala de experiências dissociativas, escalas de absorção e de propensão para a fantasia (e.g., Merckelbach, Horselenberg, & Muris, 2001).

A forma de análise dos dados obtidos nas escalas usadas para a avaliação das variáveis individuais deve igualmente ser tida em conta. Pela descrição dos dados apresentada noutros trabalhos, constatamos que poucos analisaram as sub escalas ou os factores existentes nessas escalas. Em oposição, no presente trabalho, optámos por uma abordagem mais analítica destas escalas o que nos permitiu a identificação de algumas variáveis individuais importantes na criação da falsa memória.

Para além disso, importa também perceber quais as fases da construção de falsas memórias avaliadas em cada tipo de estudos e ter este dado em consideração quando se analisam as variáveis individuais. Utilizando novamente como exemplo o estudo da variável dissociação, os estudos de implantação de falsas memórias têm demonstrado a relevância da mesma, o que não tem ocorrido nos estudos em que apenas se pretende alterar a confiança dos participantes para a ocorrência de eventos passados. Foi ainda neste sentido que explorámos o papel que as variáveis individuais podem ter no acesso a informação relevante sobre o episódio sugerido, tema este que abordamos em seguida.

2.5.2. Acesso a auto-conhecimento

Em consonância com o que sugerimos anteriormente, o acesso a auto-conhecimento, em particular a referência a informação consistente com o episódio sugerido, parece potenciar a ocorrência de falsas memórias, sobretudo quando os participantes não são instruídos a recriar imageticamente o episódio. Gostaríamos agora de propor a relevância da identificação das variáveis que se relacionaram com a referência a auto-conhecimento, em particular com a referência de informação congruente com o episódio sugerido, na compreensão do desenvolvimento das falsas memórias. Como referimos anteriormente, pensamos que o acesso a auto-conhecimento pode influenciar a confiança na crença sobre a ocorrência do evento assim como a aceitação da reconstrução efectuada como sendo correspondente a uma memória efectiva do evento. Recordamos que a instrução de recriação imagética não influenciou o acesso a auto-conhecimento relevante nem o tipo de informação referida. Deste modo os dados dos grupos NIRI e IRI foram considerados conjuntamente.

Começamos por nos referir às variáveis individuais que se correlacionaram de um modo significativo com a referência a informação consistente com o evento sugerido. Reportamo-nos apenas à forma de acesso a auto-conhecimento observado na primeira entrevista já que este foi o único momento em que esta variável se mostrou influente quer no modo como os participantes descreveram o episódio quer na frequência de falsas memórias.

Voltamos aqui a considerar a organização ordinal desta variável (acesso a auto-conhecimento “inibidor”, “neutro” e “facilitador”) que indica a procura crescente de informação que valida a ocorrência do episódio sugerido. Verificamos que o domínio *extroversão* e as facetas

gregariedade e *modéstia* se correlacionaram de um modo significativo com o relato de informação congruente com o evento. Na Tabela 93, apresentamos itens exemplificativos da avaliação de cada uma destas variáveis. Gostaríamos de salientar que todas estas variáveis dizem respeito ao modo como os participantes encaram os seus relacionamentos interpessoais. De notar que a faceta *gregariedade* pertence ao domínio *extroversão*, o que pode indicar que o estilo particular de relacionamento interpessoal caracterizado por esta faceta pode ser mais comum entre as pessoas que referiram informação relevante para o evento em causa. Relativamente à faceta *modéstia*, embora ela se relacione mais notoriamente com o auto-conceito do indivíduo (Costa e col., 1991), esta dimensão tem implicações directas no estilo de relacionamento interpessoal adoptado.

Tabela 93: Exemplos dos itens pertencentes ao domínio / facetas que se correlacionaram significativamente (todos de um modo positivo) com a referência a auto-conhecimento confirmatório da possibilidade de ocorrência do evento falso.

escala	factor / faceta	item
NEO PI-R	extroversão ^b	32 ^a “não me dá muito prazer estar à conversa com as pessoas”
		47 “quando faço alguma coisa faço-a com todo o entusiasmo”
		192 “nas conversas tendo a falar mais do que os outros”
	gregariedade	37 “gosto de ter muita gente à minha volta”
		97 “sinto mesmo necessidade de estar com outras pessoas, quando estou sozinho(a) durante muito tempo”
		187 ^a “os encontros sociais são, geralmente, aborrecidos para mim”
	modéstia	24 ^a “não me custa nada gabar-me das minhas capacidades e dos meus sucessos”
		144 ^a “tenho uma opinião muito favorável acerca de mim próprio(a)”
		174 “julgo que não sou melhor do que os outros, seja qual for a sua condição”

^a item de cotação invertida; ^b a faceta *acolhimento caloroso* pertence também ao domínio *extroversão* pelo que as respostas a esta faceta contribuem igualmente para um valor elevado neste domínio. Itens relativos a esta faceta podem ser consultados na Tabela 89.

Estes dados sugerem que as pessoas sociáveis, que apreciam o convívio com os outros, que são assertivas, optimistas, que gostam da diversão, que são activas e conversadoras tendem a referir mais informação congruente com o episódio falso. A *gregariedade* caracteriza um tipo particular de pessoas pertencentes ao tipo *extrovertido*. Esta faceta revela o gosto pela convivência, pelo relacionamento interpessoal com muitas pessoas, a simpatia e a manifestação de alegria. Já a *modéstia* reflecte a humildade e simplicidade das pessoas que também se denota no modo como as relações interpessoais são geridas pela pessoa. As pessoas com estas características são então pessoas que, tendencialmente, procurarão na sua história de vida, ou no conhecimento que têm de si próprias, informação consistente com o episódio sugerido.

Os resultados do domínio *extroversão* e da faceta *modéstia* são os que permitem prever, com uma correcção de 68%, quais são as pessoas que, face à primeira sugestão de um evento falso, se envolverão na procura de informação relacionada com o mesmo (qualquer que seja o tipo

de informação recordada). Assim, uma maior orientação para as relações interpessoais e uma postura marcadamente modesta perante os outros aumentam a probabilidade da pessoa procurar informação relacionada com a sugestão. Atendendo a que, na maior parte dos casos em que foi referido auto-conhecimento, este correspondeu a informação facilitadora da aceitação do episódio, não será surpreendente que pertençam a este modelo de previsão as variáveis que se correlacionaram com a procura deste tipo de informação na primeira entrevista.

A finalizar a discussão sobre a construção de falsas memórias gostaríamos apenas de referir o modo como 20 dos participantes considerados elegíveis para a construção da falsa memória reagiram espontaneamente perante a não recordação do episódio falso que lhes foi sugerido. Apresentamos na Tabela 94 alguns dos exemplos destas reacções. Concretamente, oito participantes referiram que devia ter sido um evento muito mau ou “traumatizante” na sua infância para que não se recordassem do mesmo. Destes participantes, dois construíram uma falsa memória na primeira entrevista e os restantes, na quase totalidade das entrevistas, não se envolveram em qualquer tentativa de recordação do episódio.

Curiosamente, cinco participantes apresentaram uma razão de algum modo oposta à referida anteriormente, relatando que o episódio sugerido não deveria ter sido um episódio muito marcante na sua infância e que, por isso, não se recordariam do mesmo. Finalmente, sete participantes justificaram a não recordação do evento pelo facto de terem uma “memória muito má”. Para cada um destes dois tipos de argumento ocorreu um caso de falsa memória na primeira entrevista. Dos restantes participantes de cada um destes grupos cerca de metade envolveu-se na elaboração de possibilidades de ocorrência do episódio sugerido.

Tabela 94: Excertos de transcrições de entrevistas que denotam a reacção espontânea de alguns participantes perante a sugestão do episódio falso.

acontecimento “traumatizante”		
part.	entrev.	transcrição
6	1	“De tar perdida... não, não me lembro de tar perdida! Devia ter ficado um bocado traumatizada na altura!”
7	2	“Não tenho a mínima memória, nada. Deve ter sido mesmo traumatizante, porque não me recordo de nada, nada mesmo.”
10	2	“É verdade, deve ter sido tão traumático que eu...”
43	2	“Não sei se é por ser assim tão negativo, não sei, mas não tenho assim muito presente.”

episódio não importante

49	2	“É como eu digo. Se me perdi foi mesmo um episódio que não teve para mim importância nenhuma, que não me recorda.”
67	2	“Cá para mim aquilo foi muito traumatizante, não me quis voltar a lembrar! Eu imagino que da maneira que eu era, devia ter entrado em pânico, mas não me consigo lembrar.”
58	1	“Só tenho memória boa para as coisas muito marcantes.”
77	3	partic.: “Não me recordo (...) Acho que não foi nada marcante na minha vida. entrev.: E por isso não se recorda, porque não foi marcante é isso? partic.: Acho que é isso.”

má memória

1	1	“A minha memória é um bocado fraca para os acontecimentos da infância!”
5	1	“Ai, não me lembro!. Devo ter uma memória muito má!”
46	1	“Eu tenho uma memória horrível!”
68	1	“Já sei que em questão de memória sou muito fraquinha, mas realmente não me recordo de estar perdida.”

Apesar destes dados não terem sido apresentados no corpo de resultados, achamos que os poderíamos apresentar a título de curiosidade, realçando a relação oposta existente entre duas das justificações da não recordação do evento sobre a importância do evento. Verificamos ainda que ideia de existirem eventos traumáticos para os quais as memórias podem de algum modo ser “recalcadas” (levando à impossibilidade de recordação das mesmas) foi a reacção mais frequente, o que revela a popularidade desta crença. Parece-nos ainda curioso que, de entre os participantes que apresentaram este argumento e que não construíram uma falsa memória para o evento, as especulações sobre a possibilidade da sua ocorrência foram muito raras.

3. Caracterização dos episódios

Nesta secção da discussão dos resultados consideramos as qualidades da descrição e da recordação do episódio falso, assim como a caracterização que os participantes elaboraram do mesmo. Notamos que a literatura não tem abordado estes aspectos de um modo isolado de outras questões, pelo que a sua discussão se torna difícil. Assim, e por uma questão de simplicidade da presente discussão, consideramos simultaneamente a comparação destes elementos com os correspondentes dos episódios verídicos relatados pelos participantes que construíram a falsa memória na primeira entrevista.

Começamos por comparar o episódio falso e os episódios verídicos quanto ao modo como estes foram questionados. A este respeito, referimo-nos ao número de pistas apresentado em cada entrevista e aos incentivos realizados pelo entrevistador para que os participantes descrevessem o mais detalhadamente possível os episódios. Verificamos que foi necessária a apresentação de menos pistas para que os participantes recordassem os episódios verídicos em causa e confirmamos que a insistência do entrevistador no sentido de uma recordação mais detalhada foi semelhante para os dois tipos de episódios.

Discutimos depois a qualidade da descrição dos episódios falso e verídicos. Recordamos que foram utilizados vários elementos na caracterização da mesma, nomeadamente o detalhe da descrição dos episódios, a quantidade de reacções (emocionais e comportamentais) relatada, o número de reproduções de diálogos e discursos ocorridos na situação e a extensão das narrativas elaboradas pelos participantes. Esperávamos que, de um modo global, os participantes descrevessem com melhor qualidade os episódios verídicos comparativamente com o episódio falso, o que nem sempre foi verificado.

Relativamente ao que designamos de qualidade da recordação dos episódios, foram consideradas duas dimensões avaliadas pelos participantes no final da descrição de cada um. Assim, a clareza com que o episódio estava a ser recordado pelo participante e a confiança que o mesmo depositava no relato efectuado caracterizaram a qualidade da recordação dos episódios. Também neste caso, esperávamos que os participantes recordassem de um modo mais claro e depositassem maior confiança na recordação dos episódios verídicos, o que se verificou de um modo bastante notório.

Finalmente, consideramos a caracterização propriamente dita dos episódios, concretizada pela avaliação das dimensões importância e valência emocional do evento. Esta avaliação foi reportada ao momento de ocorrência do evento, ou seja, à importância e valência emocional que os episódios tiveram naquele momento da sua infância. Em relação a estes dois elementos, não tínhamos qualquer previsão específica. Os presentes dados revelaram que os participantes avaliaram de um modo sistemático os episódios verídicos como tendo sido mais importantes nas suas infâncias enquanto a avaliação da valência emocional não foi diferenciada de um modo tão marcado.

Para cada um destes aspectos discutimos o seu padrão de evolução ao longo das entrevistas, a influência do intervalo de tempo entre entrevistas, assim como a influência do número de entrevistas realizado. Atendendo ao efeito que a repetição da recordação de eventos tem habitualmente no modo como os eventos são recordados, esperávamos que a qualidade da descrição dos episódios, assim como da sua recordação, aumentasse ao longo das entrevistas. Esperávamos ainda que a realização de uma terceira entrevista beneficiasse estes dois aspectos comparativamente com a realização de apenas duas tentativas de recordação dos episódios. Relativamente à qualidade diferenciada dos dois tipos de episódios, os dados apresentados nos estudos sobre a construção de falsas memórias com o recurso à recriação imagética, por

exemplo, conduziram à previsão que a qualidade da descrição, assim como da recordação dos episódios, se diferenciariam de um modo mais notório nos primeiros momentos da recordação dos episódios e que se tornassem progressivamente mais parecidas com as tentativas repetidas de recordação dos mesmos (e.g., Heaps & Nash, 2001). Sublinhamos que a maior parte das falsas memórias observadas desde a primeira entrevista foi criada pelo grupo IRI, pelo que temos presentes condições de algum modo comparáveis com as deste tipo de trabalhos. No entanto, estas previsões foram apenas parcialmente verificadas no presente trabalho.

Consideramos ainda a influência que a instrução de recriação imagética teve nos dados obtidos. De acordo com a literatura que explora as diferenças fenomenológicas entre as memórias verídicas e as de eventos que apenas foram imaginados esperávamos, por exemplo, a presença de mais elementos perceptivos na descrição dos episódios verídicos que na do episódio falso (e.g., Johnson e col., 1988). Os dados encontrados nos vários estudos realizados não são, contudo, muito consistentes pelo que deixamos esta previsão em aberto. Nos presentes dados, não foi encontrada uma diferenciação clara nos aspectos considerados, o que pensamos poder dever-se à presença de uma outra variável que consideramos igualmente influente nos mesmos: a existência de uma experiência real de perda na infância.

Finalmente, atendemos às correlações observadas entre os vários elementos observados e avaliados nos dois tipos de episódios, uma forma de análise dos dados que também não tem sido considerada noutros trabalhos. Averiguamos ainda se os elementos que observamos na descrição dos episódios se correlacionaram de um modo significativo com a qualidade da descrição dos episódios ou com a caracterização dos mesmos. Este dado permitir-nos-á avaliar até que ponto a caracterização elaborada da qualidade da descrição dos episódios se relacionou com a avaliação realizada pelos participantes. Verificamos que os episódios verídicos se diferenciaram do episódio falso pela presença de um maior número de correlações entre as diversas variáveis.

A concluir a discussão dos resultados, consideramos o modo como a ocorrência de uma experiência real de perda na infância dos participantes influenciou as qualidades da descrição e recordação dos eventos, assim como a caracterização dos mesmos. Embora os vários trabalhos da área não tenham vindo a considerar este aspecto, entendemos, como já referimos anteriormente, que pode ser um factor importante na ocorrência das falsas memórias. No presente caso, e reforçando os argumentos antes apresentados, pensamos que os participantes que viveram na sua infância uma situação semelhante produziram uma descrição do evento mais rica. Prevemos ainda uma maior clareza na recordação e confiança na informação descrita por parte destes mesmos participantes.

Como veremos ao longo desta discussão, apesar da área da fenomenologia das memórias verídicas e falsas ser identificada por vários autores como algo de fundamental na compreensão do fenómeno da criação das falsas memórias (e.g., Smith e col., 2003), ela não tem obtido muita atenção na investigação sobre a implantação de falsas memórias. Procuramos assim remeter para

outros trabalhos que possam de algum modo aproximar-se do presente estudo. Passamos então à sistematização destes dados e à respectiva discussão.

3.1. Pistas e insistências

A quantidade de pistas apresentada para os episódios verídicos e falso foi significativamente superior na primeira entrevista relativamente às seguintes. Naturalmente, foi necessário o entrevistador fornecer mais pistas relativas ao episódio falso que aos episódios verídicos. Verificamos ainda que esta diferença apenas foi significativa na primeira entrevista, embora a mesma tendência se tenha mantido nas entrevistas seguintes. Após a primeira entrevista, para a quase totalidade dos episódios, foi necessária a apresentação apenas do título do episódio. No caso dos episódios verídicos, as pistas adicionais ao título que foram necessárias na primeira vez que os episódios foram questionados permitiram aos participantes a identificação dos episódios em causa. No caso do episódio falso, o participante pode simplesmente ter armazenado a informação que foi apresentada sobre o mesmo. Ainda nas situações em que foram especuladas possibilidades sobre a ocorrência do episódio falso e em que foram criadas falsas memórias, a criação de um traço de memória para esta informação permitiu a sua recordação num momento posterior não sendo assim necessária nova apresentação de todas as pistas. Decorre daqui a diferença significativa encontrada entre o número de pistas apresentado para este episódio na primeira entrevista relativamente às entrevistas seguintes.

Ainda relativamente ao processo de condução da entrevista, verificamos que a quantidade de solicitações apresentada pelo entrevistador foi semelhante para os dois tipos de episódios, o que de algum modo garante que a exigência de recordação dos dois tipos de episódios foi semelhante.

3.2. Qualidade da descrição

A qualidade global da descrição do episódio falso foi fraca. Concretamente, o nível de detalhe da descrição mais frequente foi o “pobre”, em média foram descritas cerca de duas reacções (maioritariamente reacções negativas) e o relato de diálogos nem sempre esteve presente na descrição deste episódio. Também em termos médios, a extensão da descrição deste episódio foi de 317 palavras ($dp=209,9$).

Relembramos que, na determinação do nível de detalhe da descrição dos episódios, foram consideradas a presença e/ou forma de descrição dos seguintes elementos: identificação da idade de ocorrência do episódio, descrição do local onde o mesmo decorreu (descrição geral ou descrição detalhada), descrição das acções (descrição geral ou descrição detalhada) e identificação das pessoas intervenientes no episódio. A combinação destes elementos determinou a caracterização do detalhe da descrição em três níveis: “pobre”, “médio” e “excelente”. Por exemplo, a classificação de nível de detalhe “pobre” pode ter sido atribuída na descrição em que o participante descreveu de um modo geral as acções ocorridas nesse evento e, também de um modo geral, o local em que o mesmo ocorreu. Considerou-se que a descrição de um episódio foi realizada com um nível de detalhe “médio” perante, por exemplo, uma descrição em que foram identificadas as pessoas que participaram no evento, as acções do mesmo foram descritas de um modo detalhado e o local foi identificado sem detalhes adicionais sobre o mesmo. Pela diversidade de aspectos que esta classificação engloba, podemos encarar o detalhe da descrição do episódio como um indicador mais global da qualidade de descrição do mesmo.

Em termos da evolução da qualidade de descrição do episódio falso verificamos que, tendencialmente, ela aumentou ao longo das três entrevistas (com excepção do nível de detalhe), embora as diferenças significativas não tenham sido frequentes. Apenas o detalhe da descrição e a referência a reacções (em particular de reacções positivas) aumentaram de um modo significativo da primeira para a segunda entrevista, tendo o mesmo ocorrido da entrevista 1 para a entrevista 3 para as reacções totais e as reacções negativas descritas. Nenhum dos restantes elementos considerado na qualidade de descrição do episódio falso evoluiu de um modo estatisticamente significativo ao longo das entrevistas. Notamos ainda que, da segunda para a terceira entrevista, não ocorreu qualquer alteração significativa.

Consideremos apenas o detalhe da descrição do episódio que, como referimos anteriormente, nos pode dar uma indicação mais global da qualidade da descrição do episódio falso. O aumento significativo observado da primeira para a segunda entrevista correspondeu à mudança na classificação de “detalhe pobre” que, no primeiro caso, correspondeu à quase totalidade das descrições (em apenas um caso foi atribuída a classificação de “detalhe médio”), e no segundo caso a cerca de 67% das descrições. Ainda na segunda entrevista, 20% das descrições foram classificadas com um nível de detalhe “médio” e 13% com o nível de “detalhe excelente”. Esta foi a entrevista em que o nível de detalhe do episódio foi superior, tendo ocorrido um ligeiro decréscimo para a terceira entrevista.

Passamos agora à confrontação da qualidade de descrição dos episódios verídicos e falso, começando por uma breve caracterização da qualidade da descrição dos primeiros. Verificamos que, na maior parte dos casos, o tipo de detalhe predominante foi o detalhe “pobre” (60%), embora em cerca de 26,7% dos casos, a moda deste elemento tenha correspondido ao “detalhe excelente”. Na descrição de cada episódio, houve a referência a pelo menos duas reacções e o relato de pelo menos um diálogo. Estes episódios foram ainda descritos, em média, com 400

palavras ($dp=227,5$). A análise da evolução da qualidade da descrição dos episódios verídicos ao longo das entrevistas revelou que apenas a referência a diálogos na descrição dos episódios verídicos evoluiu de um modo significativo ao longo das entrevistas, tendo a mesma sido inferior na primeira entrevista comparativamente com as seguintes.

Para sistematizar a comparação da qualidade de descrição dos episódios verídicos e falso apresentamos, Tabela 81, os resultados desta análise. Constatamos que os episódios verídicos foram descritos de um modo mais detalhado que o episódio falso (no que concerne à moda dos valores). Verificamos ainda que, em termos médios, foram referidos mais diálogos no relato dos episódios verídicos e que estes foram ainda descritos com uma extensão superior ao episódio falso. Atendendo aos dados obtidos em cada entrevistas, verificamos que a descrição dos dois tipos de episódios foi mais distinta na primeira entrevista e mais semelhante na segunda. Concretamente, na primeira vez que o episódio falso foi sugerido, foram descritas mais reacções positivas e mais discursos no relato do episódio falso, que foi também relatado com menos palavras que os episódios verídicos. Já na segunda entrevista, os episódios apenas se diferenciaram na referência a diálogos. Finalmente, na terceira entrevista, encontramos uma diferença significativa no nível de detalhe da descrição e no número de palavras, tendo estes sido superiores novamente para os episódios verídicos. Pensamos que esta diferença no detalhe da descrição se possa ter devido a uma ligeira diminuição observada para o episódio falso enquanto que o nível de detalhe de descrição dos episódios verídicos manteve uma tendência ascendente (ainda que não significativa). Esta ligeira diminuição no nível de detalhe da descrição do episódio falso pode ainda ter decorrido da diminuição no número de participantes que realizaram a terceira entrevista.

Tabela 95: Resumo das diferenças estatisticamente significativas identificadas entre os episódios falso e verídicos, em termos médios e em cada entrevista, para os elementos observados na descrição dos mesmos.

elemento	média	E 1	E 2	E 3
detalhe *	V > FM	n.s.	n.s.	V > FM
reacções	n.s.	V > FM [#]	n.s.	n.s.
discursos	V > FM	V > FM	V > FM	n.s.
palavras	V > FM	V > FM	n.s.	V > FM

V- referente aos episódios verídicos; FM- referente às falsas memórias; n.s.- diferença não significativa; * considerada a moda do detalhe da descrição; [#]diferença apenas para as reacções positivas.

Os estudos em que este tipo de comparações foi realizado são escassos. Para além disso, eles comparam aspectos gerais da descrição dos eventos como pode ser observado na compilação de dados que apresentamos na Tabela 96. Tal como tem sido encontrado noutros trabalhos, também no presente estudo os episódios verídicos foram descritos com um número de palavras superior ao episódio falso. A presença de detalhes perceptivos e sensoriais coincide, de

certa forma, com o critério estabelecido na identificação do detalhe da descrição dos episódios no presente trabalho que, como já referimos, integra um conjunto de elementos (e.g., a descrição do local - mais ou menos detalhada e a referência das sequências de acção do evento e as interacções entre as várias personagens do evento).

Os dados expostos nesta tabela revelam que existem algumas inconsistências entre os estudos quanto à possibilidade de estabelecer uma diferenciação clara ao nível da descrição dos dois tipos de eventos. Como temos vindo a sugerir, de um modo global, e como propõem alguns autores relativamente à fenomenologia das memórias (e.g., Arbutnott, no prelo), esta diversidade de resultados pode ser o resultado de diferenças ao nível do procedimento experimental utilizado e mesmo da especificação dos elementos que são observados na descrição dos episódios.

Tabela 96: Sistematização de diferenças encontradas entre episódios verídicos e falso em vários trabalhos.

	palavras	unidades de informação	detalhes perceptivos	detalhes sensoriais
Loftus e Pickrell (1995)	V > FM			
Heaps e Nash (2001)		V > FM*		
Pezdek e col. (1997)	V > FM	V > FM	V > FM	
Porter e col. (1999)			Inv > FM Inv > V V=FM	n.s.
Ost e col. (2002)			n.s.	V > FM V > Inv

V- referente aos episódios verídicos; FM- referente às falsas memórias; Inv- episódio inventado por solicitação do entrevistador; n.s.- diferença não significativa; * a diferença encontrada inicialmente entre episódios verídicos e falso foi eliminada com a repetição do relato do episódio (3 vezes).

Como referimos anteriormente, os dados obtidos noutros procedimentos experimentais podem igualmente dar indicação de potenciais diferenças relativas à descrição de episódios reais e de episódios que foram criados pelos participantes. Neste caso, consideramos as diferenças encontradas nos trabalhos que compararam as memórias para eventos que foram percebidos e para eventos que foram apenas imaginados. Se nos reportarmos ao facto que a maior parte dos participantes que criaram as falsas memórias no presente trabalho pertenciam ao grupo que foi instruído a recriar imageticamente os episódios (11 dos 15 participantes), estes dados permitem-nos um quadro de referência importante. Como sugerem os dados obtidos nestes trabalhos, seria possível distinguir uma memória de um evento percebido, da memória de algo que apenas foi imaginado pela presença de mais detalhes perceptivos e sensoriais na descrição dos primeiros (e.g. Lampinen e col., 2003; Mather e col., 1997; Norman & Schacter, 1997). Considerando o detalhe da descrição dos presentes episódios, esta é uma previsão de algum modo confirmada, mas apenas na primeira entrevista.

Consideramos ainda uma outra forma de estudo que refere a qualidade de diferentes tipos de memórias. De um modo geral, neste procedimento, é solicitado aos participantes que relatem três tipos de episódios do seu passado: um episódio para o qual tenham de facto uma memória episódica, uma situação que eles sabem que ocorreu, mas para a qual não têm qualquer memória episódica e um episódio que eles não têm a certeza de ter ocorrido. Nestes estudos, os dados apontam igualmente para uma qualidade de descrição (e.g., descrição de detalhes sensoriais, relato de emoções) superior do primeiro tipo de episódios referido comparativamente com os restantes (e.g., Hyman e col., 1998; McGinnis & Roberts, 1996).

Contudo, outros autores têm argumentado sobre a possibilidade das construções de falsas memórias poderem ser tão ricas e convincentes quanto a recordação de eventos reais (e.g., Kassin, 1997; Loftus, 1993). Em consonância com esta ideia, as previsões decorrentes da abordagem da monitorização da fonte de informação sugerem que, para que uma reconstrução seja erradamente avaliada pelo participante como sendo correspondente a uma memória real, as suas características têm de ser semelhantes às memórias de eventos reais (Johnson e col., 1988). Este dado aponta para a dificuldade que pode surgir na identificação de elementos na descrição dos episódios que os permitam diferenciar de um modo eficaz, como aliás indicam os presentes dados, em particular os obtidos na segunda vez que os mesmos foram descritos.

Relativamente ao modo como a descrição dos dois tipos de episódios se desenvolveu ao longo das entrevistas no presente estudo, verificamos que esta foi tendencialmente semelhante. Porém, ocorreram excepções no detalhe da descrição e na magnitude das mudanças observadas. Tal como já anotamos, ocorreu um aumento significativo da primeira para a segunda entrevista no nível de detalhe da descrição do episódio falso, assim como na frequência de reacções descritas para o mesmo. Este dado sugere que a descrição do episódio falso beneficiou mais em termos da qualidade da sua descrição com a repetição da sua recordação comparativamente com os episódios verídicos.

Uma análise semelhante no que respeita à descrição do episódio falso foi realizada por Wade e colaboradores (2002). Estes autores verificaram que a descrição de informação perceptiva (nomeadamente sobre o local) se manteve estável na descrição elaborada ao longo das três entrevistas, enquanto que a informação sobre sentimentos aumentou da primeira à terceira entrevista. Também no presente trabalho encontramos um aumento significativo na quantidade de reacções incluída na descrição do episódio falso ao longo das entrevistas (no número de reacções positivas entrevista 1 para a entrevista 2 e de reacções negativas da entrevista 1 para a entrevista 3).

Considerando novamente as diferenças entre as memórias para eventos imaginados e percebidos, os trabalhos têm sido consistentes na demonstração de que a repetição da recriação imagética dos mesmos elimina as diferenças encontradas inicialmente entre as memórias para os dois tipos de eventos (e.g., Arbutnott, no prelo; Heaps & Nash, 2001). Assim, a repetição desta actividade torna a descrição do episódio falso mais semelhante à do episódio verídico, o que foi de

algum modo confirmado no presente trabalho com a maior semelhança entre os episódios verídicos e falso observada na segunda vez que os mesmos foram descritos. Já o aumento na diferenciação da qualidade da descrição destes dois tipos de eventos da segunda para a terceira entrevista não é consistente com o esperado.

Pensamos que, do ponto de vista teórico, pode ser interessante a tentar identificar um conjunto de características no modo de descrição destes dois tipos de episódios que permitam identificar se uma pessoa está ou não a relatar um episódio verídico. O reconhecimento destes elementos pode, por exemplo, permitir a clarificação sobre a qualidade que a reconstrução de um evento necessita possuir para que a pessoa passe a identificá-la como sendo correspondente a uma memória verídica. Dito de outra maneira, quais serão os elementos que promoverão a ocorrência de erros de identificação da fonte de informação (i.e., informação gerada pelo próprio ou informação percebida)?

Os presentes dados, assim como os de outros trabalhos, revelam que a possibilidade de diferenciar, do ponto de vista de quem observa, se uma pessoa está a relatar um episódio verídico ou falso nem sempre é clara. Esta discriminação parece ser ainda mais difícil se for dada à pessoa a possibilidade de recriar e recordar repetidamente o episódio falso. Em termos práticos, será então necessário atender a vários aspectos (e.g., quantas vezes uma testemunha já relatou o crime e que tipo de estratégias foi utilizado nestas tentativas prévias de recordação do mesmo), o que pode tornar difícil a aplicação deste tipo de critérios na discriminação eficaz entre a descrição de um relato de eventos ou memórias verídicas das que são construídas pelas pessoas.

De acordo com Loftus e Bernstein (2005), uma das maneiras de evitar a formação de falsas memórias no público em geral passa pela educação do mesmo em relação à questão. Esta noção tem sido apoiada por alguns trabalhos que demonstram que o encorajamento dado aos participantes para que procurassem identificar a fonte potencial das suas memórias, ou de determinados pormenores incluídos nas mesmas, diminuiu a frequência das falsas memórias (e.g., Chambers & Zaragoza, 2001). Também os trabalhos em que foram utilizadas tarefas de identificação da fonte de informação, ou em que as pessoas foram avisadas sobre o perigo da realização de erros de memória, revelaram uma diminuição da frequência das falsas memórias (e.g., Chambers & Zaragoza, 2001; Gallo e col., 1997).

Por outro lado, os mesmos autores (Loftus & Bernstein, 2005) sugerem que a educação por parte de quem possa ter de decidir sobre a veracidade ou não de um relato pode igualmente ser benéfica. Schooler e colaboradores (1986) apresentaram um conjunto de descrições de eventos verídicos e falsos a potenciais juízes e solicitaram-lhes que diferenciasses os que entendiam pertencer a cada grupo. Os autores verificaram que o desempenho dos juízes foi muito mau e que eles se basearam em aspectos como a confiança que as pessoas pareciam depositar na descrição efectuada e a presença de detalhes sensoriais na descrição para fazer esta distinção. Estes autores mostraram ainda que a identificação correcta pelos juízes sobre o tipo de episódio em avaliação melhorou depois destes terem sido instruídos sobre os aspectos que

efectivamente permitiam distinguir os dois tipos de episódio. Esta é mais uma demonstração da necessidade de identificar de um modo mais claro e sistemático quais os elementos da descrição dos dois tipos de episódios que melhor permitirão identificar de que tipo de memória se trata.

3.3. Qualidade da recordação

As dimensões avaliadas pelos participantes e que permitiram a caracterização da qualidade da recordação dos episódios foram a clareza da recordação e a confiança por eles conferida ao relato do episódio efectuado. Em termos médios, os participantes consideraram ter recordado o episódio falso de um modo “pouco claro” a “claro”, e revelaram confiança na sua recordação. Verificamos ainda que a confiança que os participantes conferiram à sua memória na segunda entrevista foi significativamente superior à atribuída na entrevista anterior. Deste modo, o aumento na qualidade de descrição do episódio (observado igualmente da primeira para a segunda entrevista) foi acompanhado pelo aumento correspondente da confiança na informação descrita. Este aumento da confiança na descrição do episódio falso pode decorrer da imaginação repetida do mesmo assim como da repetição da tentativa da sua recordação. Durante estas actividades, as características associadas ao evento falso tornam-se cada vez mais semelhantes à dos episódios verídicos o que aumenta a confiança dos participantes sobre a ocorrência do episódio em descrição e sobre a recordação do mesmo.

Relativamente à qualidade global da recordação dos episódios verídicos, os participantes avaliaram a recordação como sendo “clara” a “muito clara” e atribuíram uma confiança “média superior” à mesma. A tendência de evolução encontrada ao longo das entrevistas foi semelhante à descrita para o episódio falso, com um aumento da primeira para a segunda entrevista seguido de um decréscimo para a entrevista 3. No caso dos episódios verídicos, verificamos que o aumento observado na avaliação da clareza da recordação foi significativo.

A comparação da qualidade da recordação dos episódios verídicos com o episódio falso revelou que os participantes diferenciaram claramente a qualidade da recordação dos dois tipos dos episódios tendo esta sido superior para os episódios verídicos. Assim, os participantes consideraram que a recordação dos episódios verídicos foi mais clara e confiaram mais na memória dos mesmos comparativamente com o episódio falso. A consistência desta diferença manifestou-se pelas diferenças significativas encontradas entre os dois tipos de episódios para as avaliações médias, assim como para a avaliação realizada em cada uma das entrevistas. Verificamos ainda que a qualidade da recordação dos episódios evoluiu de um modo significativo para o episódio falso pelo aumento da confiança depositada na recordação do mesmo da primeira para a segunda entrevista. Já nos episódios verídicos, foi a clareza da recordação que aumentou igualmente da primeira para a segunda entrevista. Deste modo, embora do ponto de vista do

observador os dois tipos de episódios não se tenham revelado claramente distintos em todos os momentos da sua recordação, da perspectiva de quem recordou esta diferenciação foi bastante robusta.

Quanto à caracterização propriamente dita do episódio falso, os participantes consideraram que o episódio falso foi “pouco importante” a “importante” e possuiu uma valência emocional “negativa” aquando da sua ocorrência. Também a avaliação da importância do episódio sofreu uma alteração significativa da primeira para a segunda entrevista no sentido do seu aumento tendo a avaliação atribuída nesta última conferido o estatuto de “importante” ao episódio falso. Quanto à valência emocional, a sua avaliação tendeu no sentido cada vez mais negativo ao longo das entrevistas embora as diferenças observadas tenham sido muito reduzidas. Esta avaliação foi acompanhada, de um modo consistente, pela maior frequência de reacções negativas comparativamente com a de reacções positivas.

Consideremos agora a caracterização que os participantes realizaram dos episódios verídicos. Estes episódios foram classificados como tendo sido “importantes” a “muito importantes” e como tendo uma valência emocional “neutra” (i.e., numa posição intermédia entre a valência emocional negativa e positiva). Também para estes episódios, da entrevista 1 para a entrevista 2, os participantes aumentaram de um modo marcado a importância atribuída aos episódios, embora a diferença não tenha atingido significância estatística.

Quando confrontamos a caracterização que os participantes realizaram dos dois tipos de episódios, constatamos que os participantes os diferenciaram. Esta distinção foi mais robusta para a importância conferida aos eventos, tendo esta sido superior em termos médios, e igualmente em todas as entrevistas, para os episódios verídicos. Quanto à valência emocional, apenas o valor médio se revelou significativamente distinto indicando que os participantes consideraram que os episódios verídicos foram mais positivos que o episódio falso. Verificamos que, em concordância com esta avaliação menos negativa dos episódios verídicos, os participantes referiram uma quantidade média de reacções positivas superior na descrição dos mesmos, tendo esta diferença atingido a significância estatística apenas na primeira entrevista.

O padrão de dados encontrado no presente trabalho tem sido encontrado igualmente noutros estudos, como revela a compilação de dados que apresentamos na Tabela 97. A dimensão da recordação mais estudada é sem dúvida a clareza da recordação que, de um modo consistente, revela um benefício dos episódios verídicos relativamente ao episódio falso. Esta mesma relação foi encontrada mesmo quando os investigadores solicitaram aos participantes que inventassem uma história (e.g., Porter e col., 1999).

O mesmo pode ser referido em relação à confiança depositada na descrição dos episódios, embora neste caso se encontrem mais excepções nos resultados apresentados nos vários estudos. Os dados obtidos em estudos de diários apresentam igualmente resultados sobre a confiança que os participantes depositam em itens correcta e falsamente reconhecidos (e.g.,

Horselenberg e col., 2004; Merckelbach e col., 1997). De um modo global, estes estudos revelam que os participantes conferiram uma confiança semelhante às respostas correctas e a itens falsos que correspondiam, de um modo geral, a um evento real registado pelos participantes mas para os quais os experimentadores alteraram o contexto ou a avaliação emocional. Assim, os dados têm sugerido de um modo consistente que a qualidade da recordação dos episódios é distinta, sendo melhor para os episódios verídicos que para o episódio falso. A caracterização dos episódios quanto à importância e à valência emocional tem sido menos explorada nos estudos e, nos dois trabalhos considerados, os dados são inconsistentes como se pode verificar na Tabela 97.

Tabela 97: Sistematização de diferenças encontradas entre episódios verídicos e falso em vários trabalhos.

	clareza	confiança	importância	val. emocional
Loftus e Pickrell (1995)	V > FM			
Hyman e Pentland (1996)	V > FM FM = Rec	V > FM FM=Rec		FM + negativa que V
Heaps e Nash (2001)	n.s.	n.s.	V > FM	n.s.
Pezdek e col. (1997)	V > FM Inv > FM	V > FM Inv > FM	n.s.	
Hyman e Billings (1998)	FMc > tentativa	FMc > sFM FMc > tentativa FMc= recup FMp= sFM FMp= tentativa FMp= recup		
Porter e col. (1999)	V > FM Inv > FM	V > FM FM = Inv	n.s.	
Ost e col. (2002)		n.s.		

V- referente aos episódios verídicos; FM- referente às falsas memórias; FMp- referente às falsas memórias parciais; recup- referente a episódios verídicos que forma recuperados; Inv- episódio inventado por solicitação do entrevistador; tentativa- descrições classificadas como "tentativa de descrição"; sFM- sem falsa memória; n.s.- diferença não significativa.

Em jeito de resumo dos dados obtidos no presente trabalho quanto à fenomenologia das memórias verídicas e falsa, verificamos que é possível identificar alguns aspectos que diferenciam a descrição dos dois tipos de episódio, principalmente na primeira vez que o episódio falso é sugerido. Verificamos ainda que a qualidade de descrição do episódio falso beneficiou mais com a repetição da recordação que os episódio verídicos, sendo quase inexistentes os indícios que permitam distinguir a descrição dos dois tipos de episódios na segunda vez que os mesmos foram descritos. Este dado pode decorrer de um efeito de repetição da sugestão, da tentativa de recordação do episódio falso ou, eventualmente, da recriação imagética do episódio como sugerem alguns autores (e.g., Heaps & Nash, 2001). Por outro lado, a recordação do episódio falso foi qualitativamente distinta em todos os momentos da dos episódios verídicos, tendo sido melhor nestes últimos. Também as características que os participantes atribuíram aos episódios

foram distintas, em particular no caso da importância. Assim, embora possa ser difícil da perspectiva do observador diferenciar qual o tipo de episódio que o participante está a descrever, do ponto de vista de quem recorda, as experiências parecem ser notoriamente distintas.

3.4. Evolução ao longo das entrevistas

Como foi sendo referido no decorrer da discussão da qualidade da descrição e recordação dos episódios, verificamos que, em ambos os tipos de episódios, foram encontradas poucas alterações significativas entre entrevistas. Notamos, contudo, que ocorreram mais alterações significativas para o episódio falso que para os episódios verídicos, referindo-se a quase totalidade a aumentos da primeira para a segunda entrevista. Em nenhum dos casos foi encontrada uma diferença significativa da segunda para a terceira entrevista, o que sugere que os participantes não terão beneficiado com esta tentativa adicional de recordação dos episódios.

Esta mesma suspeita foi confirmada pela comparação directa entre os dados médios obtidos pelos participantes que realizaram duas e três entrevistas e é aplicável aos dois tipos de episódios. Deste modo, nem a qualidade de descrição do episódio falso e dos episódios verídicos, nem a qualidade da sua recordação beneficiaram com uma terceira tentativa de recordação dos eventos. O mesmo pode ser referido para a caracterização que os participantes realizaram dos episódios. Este dado é de algum modo incongruente com a literatura que, de um modo geral, demonstra que a repetição da descrição dos episódios promove uma recordação mais rica e detalhada dos mesmos, como já referimos anteriormente.

Constatamos ainda que as variações ocorridas nos intervalos entre entrevistas não se correlacionaram de modo significativo com as alterações observadas entre entrevistas para a qualidade da descrição do episódio nem com as dimensões avaliadas pelos participantes. Este dado não é surpreendente já que a variação destes intervalos foi reduzida. Este é, no entanto um outro aspecto que não tem sido contemplado na discussão dos dados noutros estudos, sendo observada uma grande variedade de intervalos de tempo implementados nos mesmos. Em alguns trabalhos, as tentativas de recordação repetidas ocorrem com intervalo de um dia enquanto que noutros o intervalo pode ir até sete dias. Pensamos que este pode ser um aspecto influente, particularmente na qualidade da descrição dos episódios. Se, por exemplo, o intervalo de tempo entre entrevistas for extenso, o participante terá mais oportunidades para pensar e recriar um episódio que lhe foi sugerido reforçando o traço mnésico sobre o mesmo e aumentando a confiança na sua ocorrência, tal como decorre das tentativas repetidas da sua recordação. Em oposição, se o intervalo entre entrevistas for mais reduzido, o número de oportunidades para que tal ocorra também diminui, proporcionando um menor enriquecimento de uma memória.

3.5. Correlações

Relativamente às correlações pretendemos, num primeiro momento, averiguar se a quantidade de insistências realizada pelo entrevistador se correlacionou com a qualidade da descrição dos eventos (tal como revelada pela análise dos respectivos elementos), com a qualidade da recordação do episódio ou com a caracterização que os participantes realizaram dos mesmos. Deste modo, averiguamos o papel que esta fonte de pressão para uma recordação mais rica dos episódios desempenhou para cada tipo de episódio. Os dados indicaram que esta variável se correlacionou muito pouco, e de um modo bastante disperso pelas várias entrevistas, com os vários elementos observados e avaliados nos dois tipos de episódios. Consideramos, por isso, que esta forma de pressão não foi determinante na forma de descrição e avaliação dos episódios.

A procura de correlações entre os vários elementos da descrição do episódio falso revelou-se igualmente infrutífera. Apesar disso, foi na entrevista 2 que estas foram mais frequentes. O mesmo é aplicável aos episódios verídicos embora neste caso as correlações tenham sido mais numerosas. Este dado sugere que a descrição destes últimos foi mais coerente que no caso do episódio falso, isto é, que houve uma maior harmonia na presença dos vários elementos na descrição destes episódios. A noção de coerência da descrição dos episódios, e da sua importância na diferenciação da descrição de episódios verídicos e falsos, foi sugerida no trabalho de Porter e colaboradores (1999). No trabalho realizado por estes autores, a coerência dos eventos foi avaliada por juízes e referia-se ao facto do relato efectuado pelo participante seguir uma sequência lógica, com um princípio, meio e fim devendo o mesmo ser descrito nesta ordem. De acordo com os autores, esta avaliação reflecte o sentido lógico que o episódio poderá ter para quem o ouve. Apesar de não estarmos a considerar a coerência da descrição neste sentido, consideramos que, se um participante descreve um episódio de forma mais detalhada referindo igualmente mais reacções (emocionais e/ou comportamentais) ou mais discursos, está a imprimir na sua descrição uma maior integração de elementos que pode contribuir para que a descrição do episódio pareça mais lógica para quem a está a ouvir. Neste sentido, verificamos que a descrição dos episódios verídicos no presente trabalho foi mais lógica ou coerente que o episódio falso, sendo este um dado congruente com o reportado por Porter e colaboradores (1999). Verificamos ainda que a entrevista em que o episódio falso foi descrito de um modo mais detalhado foi também aquela em que os vários elementos da descrição do mesmo mais se correlacionaram.

Relativamente à avaliação que os participantes efectuaram das duas dimensões informativas da qualidade da descrição dos episódios, verificamos que esta se pautou pela consistência. A maior clareza da recordação correlacionou-se de um modo consistente e positivo, em todas as entrevistas, com a confiança depositada na informação reportada, o que se verificou para os dois tipos de episódios. Esta última dimensão correlacionou-se ainda, em duas das entrevistas, com a importância atribuída ao episódio falso. Sendo que a correlação não nos indica qual das variáveis determina a outra, atrevemo-nos a sugerir que, quando o participante recorda o evento com uma maior clareza ou vivacidade atribui uma maior confiança a essa mesma

recordação. De notar que, embora o aumento significativo observado na confiança depositada na recordação do episódio não tenha sido acompanhado por um aumento igualmente significativo da clareza da recordação, ela foi acompanhada por um aumento significativo no nível de detalhe da descrição do episódio. Heaps e Nash (2001) reportaram igualmente uma correlação significativa entre a quantidade de informação recordada dos eventos verídicos e falsos (tal como avaliada pelos participante) com a confiança que os participantes conferiram aos respectivos relatos. Já a correlação encontrada entre a confiança na recordação do episódio falso e a avaliação da importância do mesmo não nos parece tão óbvia em termos de explicação, particularmente porque a importância não se correlacionou com a clareza da recordação.

Atendendo à robustez da relação encontrada entre a clareza da recordação e a confiança na memória, procuramos identificar que elementos presentes na descrição dos episódios se correlacionariam com a qualidade de recordação dos episódios. Começando por considerar os dados referentes ao episódio falso, verificamos a inexistência de correlações sistemáticas entre os elementos e as dimensões que compõem a qualidade da recordação, embora tenha sido novamente na entrevista 2 que as mesmas foram mais frequentes (o detalhe da descrição correlacionou-se positivamente com a clareza da recordação e com a importância atribuída ao episódio). Já no caso dos episódios verídicos, não foi encontrada qualquer correlação significativa entre os elementos que compõem a qualidade de descrição dos episódios e as dimensões que caracterizam a qualidade da sua recordação. Estes dados sugerem que os elementos que observamos na descrição dos episódios podem não ser aqueles em que os participantes se basearam para determinar a clareza e a confiança da sua recordação, particularmente em relação aos episódios verídicos.

3.6. Instrução de recriação imagética

Atendendo à literatura existente, esperávamos que a recriação imagética do episódio falso promovesse uma descrição mais detalhada do episódio falso, assim como uma qualidade de recordação mais vívida relativamente a quem não recebeu esta instrução. Contudo, os dados obtidos neste trabalho não confirmaram esta previsão. De facto, a análise da qualidade da descrição do episódio falso, em função da instrução de recriação imagética, revelou uma posição de superioridade do grupo que foi instruído a recriar imageticamente o episódio, comparativamente com o grupo que não recebeu esta instrução. Assim, tendencialmente, este primeiro grupo descreveu o episódio de um modo mais detalhado (com excepção da entrevista 3), relatou mais discursos e elaborou uma narrativa mais extensa para o episódio. Não obstante, nem as diferenças encontradas para os valores médios de cada elemento, nem as observadas em cada entrevista, se revelaram estatisticamente significativas.

Curiosamente, a tendência observada na qualidade da recordação do episódio falso foi oposta, isto é, de um modo geral, os participantes que não foram instruídos a recriar imageticamente o episódio tenderam a avaliar a recordação do mesmo com mais clareza e atribuíram igualmente a esta recordação uma confiança superior. Novamente, as diferenças observadas não foram significativas, o que também se verificou para as dimensões que caracterizaram o episódio. Neste caso, observamos uma tendência para a atribuição de maior importância ao episódio e de uma valência emocional mais negativa pelo grupo NIRI. Pensamos que o facto dos participantes saberem que a recriação imagética os pode induzir em erros, como já demonstramos com excertos de algumas destas manifestações, pode ter suscitado uma avaliação mais cuidadosa das duas dimensões que qualificam a recordação do evento.

Gostaríamos ainda de avançar com outra possibilidade explicativa para esta ausência clara da influência da instrução de recriação imagética nos dados: a vivência de uma experiência de perda real na infância de alguns dos participantes. Recordamos que o grupo NIRI é composto por quatro participantes que criaram uma falsa memória na primeira entrevista, sendo que três destes casos experimentaram na sua infância uma situação semelhante à sugerida. O mesmo número de participantes na mesma situação está incluído no grupo IRI, sendo que os restantes oito participantes terão apenas recriado imageticamente o episódio. Tal como sugerimos anteriormente quando consideramos a influência que uma vivência real de um episódio semelhante ao episódio falso poderia ter na ocorrência e no processo de construção de falsa memória, pensamos que esta mesma variável pode ter uma influência positiva na qualidade da descrição e recordação (i.e., no sentido da melhor qualidade de descrição e recordação) de um evento que foi criado pelo participante. Como já argumentámos antes, estes participantes poderão basear a reconstrução do evento falso em elementos reais que podem recordar da sua experiência real, tornando-a mais rica em termos de pormenores. Deste modo, a inflação na qualidade da descrição que poderia advir pelo facto dos participantes imaginarem o evento pode ter correspondido, neste caso, à recordação de aspectos reais, o que tornou a descrição dos dois grupos semelhante. Atendendo à impossibilidade de eliminar os casos em que esta experiência esteve presente no passado dos participantes e isolar apenas um eventual efeito da instrução de recriação imagética, não nos parece possível apresentar elementos conclusivos sobre a influência da instrução de recriação imagética nos presentes dados.

Relativamente aos episódios verídicos, verificamos que a instrução de recriação imagética teve uma influência reduzida, tendo esta ocorrido apenas na qualidade de descrição dos episódios e de forma esporádica em algumas entrevistas. Concretamente, verificamos que a quantidade global de reacções e o número de palavras usado na descrição destes episódios na primeira entrevista foi superior no grupo IRI. Já nas entrevistas seguintes, apenas a quantidade de reacções negativas se diferenciou em função da ocorrência da instrução de recriação imagética, tendo sido superior quando os participantes receberam esta instrução. Assim, não fossem algumas excepções raras na qualidade de descrição destes episódios, poderíamos afirmar que a

instrução de recriação imagética não foi influente na qualidade da descrição e recordação dos mesmos.

3.7. Experiência real de perda

Neste ponto da discussão dos dados cingimo-nos apenas à descrição do episódio falso e à influência que uma experiência verídica semelhante à que foi sugerida aos participantes, e para a qual eles construíram uma falsa memória, influenciou as qualidades da descrição e recordação e ainda a caracterização do episódio propriamente dita. A nossa previsão inicial era que a vivência desta situação promoveria descrições mais detalhadas, com melhor qualidade de recordação e a atribuição de maior importância ao evento. Contudo, os dados não confirmaram qualquer das nossas hipóteses. Verificamos que, apenas na primeira entrevista, os participantes com uma experiência real de perda na infância relataram mais reacções, em particular reacções com conotação negativa. Na segunda entrevista, estes participantes descreveram o episódio com uma menor quantidade de palavras.

Podemos, no entanto, reportar algumas tendências gerais observadas nos dados. Assim, verificamos que, tendencialmente, os participantes que viveram esta situação nas suas infâncias relataram mais reacções (globais e de cada tipo, embora a diferença em relação às reacções negativas seja mais notória), menos discursos e descreveram os episódios com menos palavras. Em relação a este último dado, podemos pensar que os participantes que não viveram uma experiência de perda na infância, precisam de investir um maior esforço de procura de informação e criação de possibilidades da sua ocorrência, o que se reflecte no uso de mais palavras comparativamente com aqueles que têm já um quadro de referência a partir do qual podem mais facilmente reconstruir o episódio que lhes é sugerido. O oposto sucedeu em relação à tendência para reportar mais reacções pelos participantes com uma experiência real de perda, já que estes detêm algum conhecimento sobre a situação. Recordamos que, contudo, nenhuma destas diferenças foi estatisticamente significativa.

Quanto à qualidade da recordação do episódio, encontramos uma inclinação para a maior clareza da recordação e da confiança conferida ao relato efectuado pelos participantes com experiência real de perda nas suas infâncias, embora as diferenças não tenham sido significativas. Esta é uma tendência esperada se considerarmos que na base destas reconstruções podem estar mais elementos verídicos relativos à situação real comparativamente com uma construção que se poderá basear essencialmente na reconstrução imagética do evento. A classificação da importância foi, em termos médios, muito semelhante nos dois casos; já os participantes sem experiência real de perda na infância tenderam a considerar o evento mais negativo do ponto de vista emocional que os que viveram esta experiência nas suas infâncias.

Do mesmo modo que sugerimos sobre a ausência de diferenças na qualidade e avaliação dos episódios em função da instrução de recriação imagética, pensamos que também neste caso, a coexistência de factores com um possível potencial de provocar o mesmo efeito nos dados seja responsável pela ausência de diferenças que estamos a reportar. Neste caso, propomos que a instrução de recriação imagética possa ter mascarado eventuais diferenças que pudessem resultar da influência desta variável. Recordemos as condições a que pertencem os participantes que estamos a considerar. Dos seis participantes que construíram uma falsa memória na primeira entrevista e que, simultaneamente, viveram uma situação semelhante à sugerida na sua infância, metade recebeu a instrução de recriação imagética e a outra metade não recebeu esta instrução. Dos restantes nove participantes que criaram a falsa memória nesta entrevista (e que não experimentaram uma situação semelhante à proposta na sua infância) apenas um deles não foi instruído a recriar imageticamente o episódio sugerido tendo o oposto ocorrido com os restantes oito participantes. De um modo global, estamos então a comparar o desempenho de um conjunto de participantes que poderiam recordar elementos das suas experiências reais para enriquecer a qualidade da descrição da falsa memória assim como da sua recordação, com um grupo de participantes que, devido à actividade de recriação imagética, são igualmente susceptíveis de criar descrições mais elaboradas do episódio sugerido.

Dada a possibilidade dos dados obtidos estarem a ser influenciados por diferentes variáveis, consideramos que, uma simples conclusão no sentido da não influência da vivência de uma experiência semelhante àquela para a qual o participante constrói uma falsa memória nos vários aspectos considerados, não é fiável. Uma ilação neste sentido apenas seria possível se todos os participantes pertencessem ao mesmo grupo (NIRI ou IRI) ou se, pelos menos, existisse uma proporção equilibrada de participantes que foram instruídos a recriar imageticamente o episódio em cada grupo a comparar.

O presente trabalho permite assim a elaboração de algumas conclusões globais sobre a natureza das falsas memórias e das memórias para eventos verídicos. Do ponto de vista do observador, a tarefa de discriminar a descrição de um episódio falso da de um episódio verídico não é de todo fácil já que os indícios não são claros. A primeira vez que o participante descreve o episódio falso é o momento em que esta diferenciação pode ser mais fácil. A repetição da recordação do evento falso parece dificultar, se não tornar impossível esta distinção. Por outro lado, da perspectiva de quem recorda, esta parece ser uma tarefa simples atendendo à qualidade da recordação avaliada pelos próprios participantes. A dificuldade em encontrar elementos da descrição dos episódios que se correlacionassem de modo significativo com as dimensões que permitem a avaliação da recordação sugere que os elementos por nós observados na descrição dos episódios podem não ser aqueles em que os participantes se basearam para determinar a qualidade da recordação.

Contrariamente ao observado noutros trabalhos, no presente caso, a realização de uma terceira tentativa de recordação dos episódios não teve qualquer benefício em termos da qualidade da descrição dos episódios e da qualidade de recordação dos mesmos.

A combinação de duas variáveis que pensamos poderem influenciar os elementos observados e avaliados em relação aos episódios tornou inviável a determinação da influência que cada uma delas poderia ter nos dados. Referimo-nos, concretamente, à instrução de reconstrução imagética e ao facto dos participantes terem na história da sua infância uma experiência semelhante à que lhes foi proposta e para a qual eles elaboraram a falsa memória. A possibilidade de restringir os casos para proceder a uma análise mais fiável da influência de cada uma destas variáveis foi impossível dado o reduzido número de casos que daí resultaria. Torna-se assim fundamental realizar trabalhos em que estas duas variáveis possam ser analisadas de forma independente ou combinadas de forma equilibrada.

4. Considerações metodológicas

Algumas críticas podem ser apontadas ao presente trabalho. Começamos por referir o facto dos juízes que cotaram a forma de descrição do episódio falso terem conhecimento sobre a natureza do mesmo. Apesar dos critérios de classificação da descrição do episódio terem sido definidos o mais objectivamente possível, poderemos sempre questionar se os juízes aplicariam as mesmas classificações se soubessem tratar-se de eventos verídicos ou se não tivessem qualquer informação sobre o tipo de descrição em causa. Ainda na linha desta crítica, pode ser apontado o facto da caracterização da qualidade da descrição dos episódios ter sido realizada pela investigadora. Achamos, no entanto que este dado não influenciou a forma de cotação das descrições dado que procurámos definir critérios bastante objectivos como pode ser verificado no Anexo 9.

Um outro aspecto que vemos como uma possível crítica deste trabalho refere-se à utilização de um evento possível de ter ocorrido na realidade na infância dos participantes. Por um lado, este dado levou à eliminação de alguns dos nossos participantes iniciais; por outro, reuniram-se condições para que os participantes construíssem uma falsa memória tendo por base uma memória verídica para um evento semelhante. A presença desta condição foi importante na identificação do potencial que esta combinação de circunstâncias (a sugestão de um evento falso que é semelhante a um evento efectivamente vivido pelos participante) tem na criação de falsas memórias. Não obstante, ela pode ter mascarado o efeito de outras variáveis, como por exemplo, o efeito da inflação pela imaginação, não só na criação de falsas memórias como ainda na

descrição, recordação e caracterização do episódio falso. Deste modo, consideramos que a utilização de eventos impossíveis de ter ocorrido na infância dos participantes poderá ser mais útil no estudo da influência de algumas variáveis na criação de falsas memórias.

PARTE V : CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passamos agora a tecer algumas considerações decorrentes da discussão dos presentes dados e da revisão da literatura que pensamos merecerem atenção na investigação sobre as distorções da memória, em particular sobre o tema da implantação de falsas memórias, a realizar futuramente. Começamos por considerar a técnica de recriação imagética que tem sido amplamente estudada em vários paradigmas de estudo das distorções da memória. A sua capacidade de distorcer a memória humana é já inegável. Esta demonstração tem sido observada na alteração da estimativa sobre a probabilidade de ocorrência futura de eventos, nesta mesma alteração relativamente a eventos do passado, no reconhecimento errado da realização de acções simples que apenas foram imaginadas e mesmo na inflação da criação de falsas memórias para eventos mais complexos. Apesar dos resultados apontarem de um modo geral no mesmo sentido, pensamos que alguma da dispersão observada nos vários trabalhos se deve a uma utilização diferenciada desta técnica. Como referimos anteriormente, em alguns trabalhos foram adoptadas medidas que assegurassem que os participantes efectivamente respondiam à instrução de recriação imagética, enquanto noutros a instrução foi simplesmente apresentada não tendo sido realizada qualquer tipo de monitorização sobre a resposta à mesma.

Embora habitualmente os autores não tenham esta diferença em consideração quando discutem os dados obtidos nos seus trabalhos, existem algumas evidências experimentais que confirmam que esta diferença pode ser importante no sucesso da distorção da memória. Concretamente, Thomas e colaboradores (2003) num estudo em que procuraram criar falsas memórias para acções que apenas foram imaginadas, mostraram que a recriação imagética das acções de um modo elaborado (i.e., em que os participantes foram forçados a incluir detalhes sensoriais nas suas imaginações) proporcionou uma frequência de falsas memórias significativamente superior comparativamente com a situação em que a instrução de recriação imagética foi simples. Adicionalmente, como já referimos neste trabalho, mesmo quando os participantes não são instruídos a recriar imageticamente os episódios, eles podem, de forma espontânea e voluntária, envolver-se nesta actividade. E, sendo que a sua utilização promove a ocorrência de distorções da memória, podem estar a tentar estabelecer-se diferenças entre participantes, assumindo que eles utilizaram estratégias de recordação distintas em função das instruções que lhes foram transmitidas quando, efectivamente, podem ter utilizado as mesmas estratégias.

Sugerimos duas abordagens distintas para a exploração futura desta questão. Propomos, em primeiro lugar, que seja efectuada uma monitorização activa do tipo de estratégias em que os participantes se envolvem de forma voluntária para tentar recordar informação ou realizar a tarefa experimental requerida, particularmente quando a instrução de recriação imagética não é sugerida. Podem ainda ser implementadas medidas sistemáticas que permitam caracterizar a

qualidade das recriações imagéticas que os participantes elaboram, à semelhança do que tem sido implementado em alguns estudos (e.g., Mazzoni & Memon, 2003).

Em segundo lugar, entendemos que a compreensão da contribuição que diferentes envolvimentos, formas ou qualidades de recriação imagética pode ajudar a clarificar algumas questões teóricas. Consideremos nesta reflexão um dos pressupostos da abordagem de monitorização da fonte de informação. De acordo com a mesma, a reconstrução de um evento falso que se assemelhe mais a uma memória de um evento real será mais facilmente aceite pelo participante como correspondendo a um evento igualmente real. Como já sugerimos, a forma como a instrução de recriação imagética é apresentada aos participantes pode determinar as características desta recriação. Por exemplo, se o participante é compelido a incluir detalhes específicos, nomeadamente aspectos perceptivos e sensoriais, na recriação que elabora para o evento que é sugerido, a reconstrução daí recorrente será mais próxima da memória de um evento real do que se não existir este envolvimento e esta riqueza de elementos. Será então de esperar uma percentagem mais elevada de falsas memórias nesta situação comparativamente com aquela em que não é garantido que o participante inclua este tipo de informação na sua recriação imagética do evento. Daqui decorrerão diferentes propensões para cometer erros de identificação da fonte de informação. Neste sentido, podemos especular sobre uma ordem de probabilidade de ocorrência de falsas memórias atendendo às diferentes formas de recriação em que o participante se envolve (de forma espontânea ou em resposta a uma dada instrução) aquando da sugestão do episódio falso. Esta nossa segunda proposta refere-se, assim, a uma investigação mais sistemática da influência que diferentes formas de instrução de recriação imagética (que poderão conduzir a reconstruções do evento de “riqueza” diferenciada) terão na criação de falsas memórias, em particular para eventos complexos.

Como já referimos, uma ideia semelhante à que acabamos de apresentar foi já explorada noutra tipo de trabalhos (Thomas e col., 2003). Também os estudos que investigam a modalidade de apresentação dos estímulos têm revelado, de um modo consideravelmente consistente, resultados que apontam para uma melhor realização mnésica na condição de apresentação das imagens comparativamente com apresentação de palavras (e.g., Gallo, McDermott, Roediger, & Percer, 2001a; Israel & Schacter, 1997; Kellogg, 2001; Smith & Hunt, 1998). Os autores destes trabalhos sugerem que os participantes usam as características perceptivas que estes estímulos lhes permitem extrair para, posteriormente no teste de memória, efectuarem uma discriminação mais correcta dos itens que foram anteriormente apresentados. Estes dados demonstram assim a importância que a presença de elementos perceptivos numa memória pode desempenhar para que a fonte de informação seja identificada mais eficazmente. O que estamos a sugerir é a exploração do efeito oposto, isto é, se o nível de “riqueza”, em termos de detalhes perceptivos, da reconstrução de um evento que não ocorreu diminui a capacidade dos participantes, mais tarde, considerarem correctamente a informação que recordam sobre a mesma como sendo apenas fruto de uma construção. Esta ideia constitui apenas uma formulação alternativa à que apresentamos anteriormente, sendo o objectivo de ambas comum. Este é então um aspecto que

carece de estudos mais sistemáticos e aplicados no que diz respeito à criação de falsas memórias para eventos mais complexos.

Os trabalhos que procuraram analisar a influência da apresentação de imagens na criação de falsas memórias para eventos mais complexos podem igualmente contribuir para o esclarecimento desta questão. Uma das previsões dos autores que utilizaram esta metodologia prende-se precisamente com a produção de mais falsas memórias dada a disponibilização de um maior número de detalhes perceptivos (apresentados, por exemplo, em fotografias) que os participantes poderiam incluir na reconstrução do episódio sugerido. No entanto, no trabalho em que foi utilizada uma fotografia alterada como forma de sugestão do evento falso, os autores falharam na demonstração da inclusão de mais elementos perceptivos (em particular os fornecidos pela imagem) na descrição do evento falso pelos participantes a quem a fotografia foi apresentada em comparação com aqueles a quem esta não foi apresentada (Wade e col., 2002). De um modo global, os estudos que utilizaram fotografias na apresentação do episódio falso, obtiveram uma percentagem de falsas memórias mais elevada que outros procedimentos usados para implantar falsas memórias. Não obstante, não nos parece claro que esta inflação possa ser atribuída apenas à apresentação da imagem, dado que foram incluídas nestes estudos outras técnicas que poderão ter contribuído marcadamente para este aumento de falsas memórias. Por exemplo, no estudo de Lindsay e colaboradores (2004a) foram utilizadas as técnicas de reinstalação de contexto e da imagética guiada e, nos estudos de Braun-LaTour e colaboradores (2004), foi apresentada uma forma de publicidade autobiográfica. A identificação do papel individual que cada um dos elementos que se têm demonstrado influentes na criação de distorções de memória pode ainda permitir o estudo da potencial interação entre os mesmos. O recurso a grupos de controlo nestes estudos, e que tem sido negligenciado em vários dos trabalhos realizados, parece-nos ainda fundamental.

Daqui decorre a identificação de uma questão que nos parece importante esclarecer para melhor compreendermos o processo de criação de falsas memórias: qual o papel desempenhado por cada uma das técnicas ou estratégias que se têm revelado potenciadoras da ocorrência das falsas memórias. Uma das dificuldades que sentimos na discussão dos presentes dados foi o escasso número de trabalhos em que foi utilizada apenas uma forma de sugestão do evento falso. De um modo geral, os estudos combinaram várias formas ou técnicas, o que dificulta o esclarecimento do peso que cada um destes elementos pode ter. O trabalho realizado por Ost e colaboradores (no prelo) pode ser apresentado como um avanço neste sentido. Os dados obtidos por estes autores revelaram que a simples sugestão da ocorrência de um evento foi suficiente para levar os participantes a acreditarem e a construírem uma memória para um evento autobiográfico que lhes foi sugerido. Apesar de reconhecermos a importância de estudar a influência que as técnicas utilizadas em contextos reais (e.g., na psicoterapia) têm na criação de falsas memórias, o estudo deste fenómeno por si só pode fornecer informações relevantes sobre o modo de funcionamento da memória humana.

Um outro aspecto que pensamos dever ser considerado, e que de algum modo pode ter ditado a ocorrência das falsas memórias no grupo que não foi instruído a recriar imageticamente o episódio falso no presente trabalho, refere-se à ocorrência de episódios semelhantes ao sugerido na história autobiográfica dos participantes. A julgar pela literatura, a maior parte dos trabalhos não tem averiguado junto dos participantes a vivência real de episódios semelhantes ao que lhes foi sugerido. Assim, com exceção dos trabalhos que utilizaram episódios impossíveis de terem ocorrido (e.g., Braun-LaTour e col., 2004; Braun e col., 2002; Mazzoni & Memon, 2003; Wade e col., 2002), existe sempre a possibilidade dos participantes estarem de algum modo a reconstruir informação tendo por base um evento real. Não estamos, no entanto, a argumentar que a situação em que o participante recorre a elementos verídicos da sua vida para reconstruir o episódio que lhe está a ser sugerido não constitui uma forma de distorção da memória autobiográfica. Antes, propomos a utilização mais generalizada da sugestão de eventos impossíveis de ter ocorrido para eliminar a eventual influência de memórias reais para eventos semelhantes na construção de uma falsa memória para os mesmos. Nestes casos, a compreensão do processo de construção de falsas memórias será mais isento e a identificação do efeito provocado por outras técnicas que possam ser utilizadas será mais fiável. Os dados obtidos com este tipo de episódios poderão ter ainda uma maior aplicabilidade às situações em que são criadas falsas memórias para eventos que não têm correspondentes, ou episódios semelhantes, na história autobiográfica dos participantes, como provavelmente ocorre quando são criadas falsas memórias para situações de abuso sexual ou de participação em rituais satânicos.

Com esta sugestão, não pretendemos negar ou negligenciar a importância que o conhecimento prévio que as pessoas têm sobre o mundo e sobre si próprias tem na criação de falsas memórias. Aliás, como é claro pelos dados que apresentamos neste trabalho, assim como pela discussão dos mesmos, pensamos que este constitui um elemento fundamental na criação de falsas memórias. De resto, outros trabalhos (ainda escassos) têm igualmente demonstrado a importância que o conhecimento prévio tem na distorção da memória. Gostaríamos, inclusive, de propor que o acesso a auto-conhecimento seja, futuramente, alvo de uma investigação mais sistemático atendendo ao tipo de informação que as pessoas recordam sobre a sua história de vida ou sobre si próprias, tal como já sugerimos no presente trabalho. Tal poderia ser explorado introduzindo, por exemplo, instruções directas para que os participantes procurassem relacionar com o episódio que lhes é sugerido informação (consistente ou inconsistente com a informação sugerida) relativa à sua própria história de vida, ou a conhecimento sobre si próprios.

Como referimos na discussão dos resultados do presente trabalho, não foi possível identificar claramente em qual das fases do processo de construção o acesso a auto-conhecimento foi mais influente. A nossa proposta é que ele influencia de um modo global as três etapas do processo: a determinação da plausibilidade percebida, o desenvolvimento da crença e a confusão entre a informação criada e informação real. No entanto, entendemos que a extensão do impacto desta variável em cada uma destas fases deve ser investigada de um modo mais sistemático nos vários procedimentos que têm dedicado ao estudo das mesmas.

Finalmente, gostaríamos de realçar a importância de investigar a existência de variáveis individuais que possam identificar as características que tornam algumas pessoas mais propensas do que outras à criação de falsas memórias. Como referem Gheorghiu, Molz e Pohl (2004), “as diferenças individuais (para além de outras variáveis) determinam a probabilidade com que um indivíduo irá seguir uma sugestão que lhe foi dada” (p. 414). Como ficou claro ao longo deste trabalho, esta é uma área de estudo pautada por uma ampla diversidade de variáveis exploradas em procedimentos igualmente diversificados. Neste ponto, voltamos a apostar na simplicidade, ou seja, na identificação das variáveis relacionadas com maior vulnerabilidade para criar falsas memórias perante a simples sugestão de um evento. Foi esta condição que observamos na exploração dos dados do nosso grupo que não foi instruído a recriar imagicamente o episódio falso e no qual apenas foram acrescentados incentivos à recordação dos episódios e manifestadas expectativas de maior recordação dos mesmos com o decorrer do tempo. Estamos cientes da menor possibilidade de implantação de falsas memórias nestas condições experimentais (tal como verificamos no presente trabalho) e da dificuldade no tratamento dos dados que daí advém (como também experimentamos no presente trabalho). No entanto, consideramos que este seria um dado importante em termos do conhecimento das variáveis individuais relacionadas com a maior propensão para aceitar uma sugestão e para criar um novo evento autobiográfico.

Ainda relativamente ao estudo das variáveis individuais, propomos um tratamento de dados distinto do que tem sido adoptado pela quase totalidade dos dados - o estabelecimento de correlações – e que entendemos ser mais proveitoso. Apesar deste tipo de tratamento ser importante em termos exploratórios e noutra tipo de análises (por exemplo, relativa ao envolvimento que os participantes têm na descrição do episódio sugerido), parece-nos que o procedimento de regressão logística pode ser mais informativo quanto à construção final da falsa memória. Em primeiro lugar, esta forma de tratamento permite identificar as variáveis a partir das quais será possível prever em que condições a construção de uma falsa memória é mais provável. Depois, os índices associados a cada uma das variáveis consideradas como predictoras indicam a importância relativa que cada variável terá nesta previsão.

Os dados obtidos neste trabalho, em particular a identificação de diferentes variáveis relacionadas com a procura de auto-conhecimento e com a criação final de uma falsa memória para o evento sugerido, levaram-nos a equacionar se diferentes variáveis individuais desempenharão papéis diferenciados nas várias etapas do processo de construção de falsa memória. Em consonância com esta sugestão, por exemplo, está a verificação que a variável *dissociação* se relacionou em apenas um estudo com a alteração da confiança na ocorrência passada de eventos, enquanto a mesma relação tem sido mais frequentemente encontrada com a criação final de falsas memórias. Algumas evidências apresentadas em estudos do âmbito da memória autobiográfica têm igualmente sugerido a diferenciação das variáveis individuais que podem influenciar diferentes etapas da recordação de eventos autobiográficos. Concretamente, Rubin, Greenberg e Schrauf (2003) identificaram que a tendência para viver experiências de cariz

dissociativo contribuiu para a previsão da crença nas memórias autobiográficas, mas não para a previsão da recordação dos eventos. São ainda necessários estudos sistemáticos, com amostras de maior dimensão, em que sejam implementados procedimentos experimentais semelhantes. Só deste modo será possível identificar quanta da variabilidade observada na criação de falsas memórias pode ser explicada por cada uma das variáveis individuais consideradas.

Apesar de não ter sido referido directamente qualquer aspecto teórico ao longo das sugestões que acabamos de efectuar, cada uma delas pode ser relacionada com as várias abordagens que têm sido aplicadas à explicação do processo de criação de falsas memórias. Referimo-nos, por exemplo, à abordagem da monitorização da fonte de informação e à teoria *fuzzy-trace*. As contribuições que estas propostas podem ter no desenvolvimento teórico desta área são variadas e podem de algum modo ser inferidas pela discussão dos presentes resultados. Por exemplo, será de prever que numa situação experimental que promova o acesso a auto-conhecimento facilitador (i.e., consistente com a ocorrência do episódio sugerido) ocorram mais falsas memórias. Nesta situação, quando o participante recorda informação real relacionada com o evento sugerido (e.g., conhecimento sobre o mundo em geral ou sobre si próprio) estará a identificar aspectos reais que poderão ser incluídos na reconstrução do evento sugerido, promovendo assim uma construção mais próxima da memória para um evento real. De acordo com a abordagem da monitorização da fonte de informação, esta similaridade entre a criação do participante e uma memória real potencia a ocorrência de erros na identificação da fonte de informação, donde a criação de falsas memórias. Podemos, ainda prever o resultado desta condição experimental à luz da teoria *fuzzy-trace*. Assim, se o participante recorda este tipo de informação, estará a activar traços de memória *gist* correspondentes a acontecimentos reais. Dado que o episódio sugerido já ocorreu há algum tempo, não sendo possível assim a recuperação de traços *verbatim* sobre o mesmo (que poderiam permitir a discriminação correcta da informação verídica da sugerida), o participante pode atribuir erradamente o sentimento de familiaridade promovido pela recuperação do traço *gist* à ocorrência real do episódio sugerido.

O conjunto de questões aqui apresentado não esgota, com toda a certeza, as dúvidas existentes sobre esta forma particular de distorção da memória humana. Estas são apenas algumas das perguntas que foram surgindo com a leitura e reflexão dos vários trabalhos assim como no decorrer da realização do presente estudo. A par de outras formas de investigação das distorções da memória, este é apenas um dos pequenos contributos na demonstração da maleabilidade da memória humana. E, apesar deste ser um aspecto negativo como já foi amplamente demonstrado, ela terá certamente um valor positivo.

A capacidade da memória humana de armazenar informação, e de recordar mais do que aquilo que é capaz de reter, só é possível se considerarmos a natureza reconstrutiva da mesma. Assim, construímos experiências de recordação a partir de pequenos pedaços de informação armazenados que são combinados com conhecimento, crenças, sugestões e com informação fornecida por outras pistas. Neste processo, são usadas ligações associativas entre várias formas

de conhecimento e os “espaços vazios” encontrados ao longo deste processo são organizados e preenchidos atendendo a outros elementos relacionados. Assim, recordar não é apenas uma reprodução do que temos armazenado na nossa memória, mas antes uma actividade de recuperação que envolve a produção de inferências e relações sobre elementos armazenados e a eventual integração de informação adicional que nos pode ser fornecida.

Esta forma de funcionamento da memória tem no entanto alguns custos, não só em termos individuais como sociais. Referimo-nos, por exemplo, aos erros do sistema judicial que podem advir da inclusão de uma sugestão no relato de uma testemunha (Schacter, 2001), ao tratamento inadequado de um paciente em contexto clínico que pode levar à construção de falsas memórias marcantes sobre o seu passado (Loftus, 1998; e.g., Loftus e col., 1996) , à ingenuidade do consumidor perante publicidade manipulativa (van de Wetering, Bernstein, & Loftus, 2002), entre outros. Como referem Loftus e Bernstein (2005), quando ocorrem condenações erradas de pessoas inocentes, quando os pacientes são transformados em pessoas ainda mais doentes, temos um problema social que merece a nossa preocupação.

Apesar de todas as evidências aqui reveladas sobre os enganamentos que a nossa memória pode produzir, não a podemos desacreditar. Afinal de contas, é ela que nos permite saber quem somos, onde estamos, de onde viemos e perspectivar sobre para onde vamos. Para além disso, estamos certos que todas estas distorções da memória não ocorrem por acaso. Elas desempenham, certamente, um papel funcional e adaptativo que nos permite codificar, armazenar e recuperar todos os dias uma imensidão de informação que tão preciosamente nos consente viver todos os dias com um sentimento de continuidade.

É então fundamental, não só do ponto de vista prático, como também do ponto de vista da compreensão global do funcionamento da memória humana, manter activa e expandir a investigação sobre as distorções da memória humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackil, J. K., & Zaragoza, M. S. (1998). Memorial consequences of forced confabulation: Age differences in susceptibility to false memories. *Developmental Psychology, 34*(6), 1358-1372.
- Addis, D. R., Crawley, A. P., McAndrews, M. P., McIntosh, A. R., & Moscovitch, M. (2004). Characterizing spatial and temporal features of autobiographical memory retrieval networks: A partial least squares approach. *NeuroImage, 23*(4), 1460-1471.
- Addis, D. R., Moscovitch, M., McAndrews, M. P., & Crawley, A. P. (2004). Recollective qualities modulate hippocampal activation during autobiographical memory retrieval. *Hippocampus, 14*(6), 752-762.
- Albuquerque, P. B., & Pandeirada, J. N. (em preparação). Inventário de recurso às imagens espontâneas: Adaptação à população Portuguesa.
- Albuquerque, P. B., & Pimentel, E. (2005). Impacto da inibição do efeito de recência na produção de memórias falsas em listas de associados. *Psicologia, Educação e Cultura, IX*, 69-87.
- Aleman, A., & de Haan, E. H. F. (2004). Fantasy proneness, mental imagery and reality monitoring. *Personality and Individual Differences, 36*(8), 1747-1754.
- Allen, B. P., & Lindsay, D. S. (1998). Amalgamations of memories: Intrusion of information from one event into reports of another. *Applied Cognitive Psychology, 12*(3), 277-285.
- Antonietti, A., & Colombo, B. (1996 / 1997). The spontaneous occurrence of mental visualization in thinking. *Imagination, Cognition and Personality, 16*(4), 415-428.
- Arbuthnott, K. D. (no prelo). The effect of repeated imagery on memory. *Applied Cognitive Psychology*.
- Arbuthnott, K. D., Arbuthnott, D. W., & Rossiter, L. (2001). Guided imagery and memory: Implications for psychotherapists. *Journal of Counseling Psychology, 48*(2), 123-132.
- Arbuthnott, K. D., Geelen, C. B., & Kealy, K. L. K. (2002). Phenomenal characteristics of guided imagery, natural imagery, and autobiographical memories. *Memory and Cognition, 30*(4), 519-528.
- Asch, S. E. (1956). Studies of the independence and conformity: I. A minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs, 79*(9).
- Ayers, M. S., & Reder, L. M. (1998). A theoretical review of the misinformation effect: Predictions from an activation-based memory model. *Psychonomic Bulletin & Review, 5*, 1-21.
- Balota, D. A., Cortese, M. J., Duchek, J. M., Adams, D., Roediger, H. L., McDermott, K. B., e col. (1999). Veridical and false memories in healthy older adults and in dementia of the Alzheimer's type. *Cognitive Neuropsychology, 16*(3-5), 361-384.
- Barclay, C. R., & Wellman, H. M. (1986). Accuracies and inaccuracies in autobiographical memories. *Journal of Memory & Language, 25*, 93-103.
- Barnier, A. J., & McConkey, K. M. (1992). Reports of real and false memories: The relevance of hypnosis, hypnotizability, and context of memory test. *Journal of Abnormal Psychology, 101*(3), 521-527.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Belli, R. F. (1989). Influences of misleading postevent information: Misinformation interference and acceptance. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118(1), 72-85.
- Bernstein, D. M., Godfrey, R. D., Davison, A., & Loftus, E. F. (2004). Conditions affecting the revelation effect for autobiographical memory. *Memory and Cognition*, 32(3), 455-462.
- Bernstein, D. M., Whittlesea, B. W. A., & Loftus, E. F. (2002). Increasing confidence in remote autobiographical memory and general knowledge: Extensions of the revelation effect. *Memory and Cognition*, 30(3), 432.
- Bernstein, E. M., & Putnam, F. W. (1986). Development, reliability, and validity of a dissociation scale. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 174, 727-735.
- Betz, A. L., Skowronski, J. J., & Ostrom, T. M. (1996). Shared realities: Social influence and stimulus memory. *Social Cognition*, 14(2), 113-140.
- Bjorklund, D. F. (Ed.). (2000). *False-memory creation in children and adults: Theory, research, and implications*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Bjorklund, D. F., Cassel, W. S., Bjorklund, B. R., Brown, D., Park, C. L., & Owen, F. (2000). Social demand characteristics in children's and adult's eyewitness memory and suggestibility: the effect of different interviewers on free recall and recognition. *Applied Cognitive Psychology*, 14, 421-433.
- Blair, I. V., Lenton, A. P., & Hastie, R. (2002). The reliability of the DRM paradigm as a measure of individual differences in false memories. *Psychonomic Bulletin and Review*, 9(3), 590-596.
- Brainerd, C. J., & Reyna, V. F. (1990). Gist is the grist: Fuzzy-trace theory and the new intuitionism. *Developmental Review*, 10, 3-47.
- Brainerd, C. J., & Reyna, V. F. (1998). When things that were never experienced are easier to "remember" than things that were. *Psychological Science*, 9(6), 484-489.
- Brainerd, C. J., & Reyna, V. F. (2002). Fuzzy-trace theory and false memory. *Current Directions in Psychological Science*, 11(5), 164-169.
- Brainerd, C. J., Reyna, V. F., & Forrest, T. J. (2002). Are young children susceptible to false-memory illusion? *Child Development*, 73(5), 1363-1377.
- Braun-LaTour, K. A., LaTour, M. S., Pickrell, J. E., & Loftus, E. F. (2004). How and when advertising can influence memory for consumer experience. *Journal of Advertising*, 33(4), 7-25.
- Braun, K. A., Ellis, R., & Loftus, E. F. (2002). Make my memory: How advertising can change our memories of the past. *Psychology and Marketing*, 19, 1-23.
- Bremner, J. D., Snobe, K. K., & Kihlstrom, J. F. (2000). False memories in women with self-reported childhood sexual abuse: An Empirical Study. *Psychological Science*, 11(4), 333-337.
- Brenneis, C. B. (1997). *Recovered memories of trauma: Transferring the present to the past*. Madison, WI: International Universities Press.
- Bruce, D., Dolan, A., & Phillips-Grant, K. (2000). On the transition from childhood amnesia to the recall of personal memories. *Psychological Science*, 11(5), 360-364.
- Bruce, D., & Winograd, E. (1998). Remembering Deese's 1959 articles: The Zeitgeist, the sociology of science, and false memories. *Psychonomic Bulletin and Review*, 5(4), 615-624.

- Bruck, M., & Ceci, S. J. (1999). The suggestibility of children's memory. *Annual Review of Psychology*, 50, 419-439.
- Bruck, M., Ceci, S. J., & Melnyk, L. (1997). External and internal sources of variation in the creation of false reports in children. *Learning and Individual Differences*, 9 4 SPEC.ISS, 289-316.
- Bruck, M., & Melnyk, L. (2004). Individual differences in children's suggestibility: A review and synthesis. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 947-996.
- Burt, C. D. B., Kemp, S., & Conway, M. (2004). Memory for true and false autobiographical event descriptions. *Memory*, 12(5), 545-552.
- Cabeza, R., Prince, S. E., Daselaar, S. M., Greenberg, D. L., Budde, M., Dolcos, F., e col. (2004). Brain activity during episodic retrieval of autobiographical and laboratory events: An fMRI study using a novel photo paradigm. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 16(9), 1583-1594.
- Cabeza, R., Rao, S. M., Wagner, A. D., Mayer, A. R., & Schacter, D. L. (2001). Can medial temporal lobe regions distinguish true from false? An event-related functional MRI study of veridical and illusory recognition memory. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 98(8), 4805-4810.
- Cameron, T. E., & Hockley, W. E. (2000). The revelation effect for item and associative recognition: Familiarity versus recollection. *Memory and Cognition*, 28, 176-183.
- Candel, I., Merckelbach, H., & Kuijpers, M. (2003). Dissociative experiences are related to commissions in emotional memory. *Behaviour Research and Therapy*, 41(6), 719-725.
- Carneiro, P., Albuquerque, P. B., Fernandez, A., & Esteves, F. (submetido para publicação). Analysing false memories in children with associative lists specific to their age. *Child Development*.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the Child Witness: A Historical Review and Synthesis. *Psychological Bulletin*, 113(3), 403-439.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1995). *Jeopardy in the courtroom: A scientific analysis of children's testimony*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Ceci, S. J., Ross, D. F., & Toglia, M. P. (1987). Suggestibility of children's memory: Psycholegal implications. *Journal of Experimental Psychology: General*, 116(1), 38-49.
- Chae, Y., & Ceci, S. J. (2005). Individual differences in children's recall and suggestibility: The effect of intelligence, temperament, and self-perceptions. *Applied Cognitive Psychology*, 19(4), 383-407.
- Chambers, K. L., & Zaragoza, M. S. (2001). Intended and unintended effects of explicit warnings on eyewitness suggestibility: Evidence from source identification testes. *Memory and Cognition*, 29(8), 1120-1129.
- Clancy, S. A., Schacter, D. L., McNally, R. J., & Pitman, R. K. (2000). False recognition in women reporting recovered memories of sexual abuse. *Psychological Science*, 11(1), 26 -31.
- Clarke-Stewart, K. A., Malloy, L. C., & Allhusen, V. D. (2004). Verbal ability, self-control, and close relationships with parents protect children against misleading suggestions. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 1037-1058.
- Classificação Nacional das Profissões: versão 1994*. (1994). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

- Conger, A. J. (1980). Integration and generalization of kappas for multiple raters. *Psychological Bulletin*, 88, 322-328.
- Conway, M. A. (2003). Cognitive-affective mechanisms and processes in autobiographical memory. *Memory*, 11(2), 217-224.
- Conway, M. A., Collins, A. F., Gathercole, S. E., & Anderson, S. J. (1996). Recollections of true and false autobiographical memories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 125(1), 69-95.
- Conway, M. A., Pleydell-Pearce, C. W., Whitecross, S. E., & Sharpe, H. (2003). Neurophysiological correlates of memory for experienced and imagined events. *Neuropsychologia*, 41, 334-340.
- Costa, P., & McCrae, R. (1992). Four ways five factors are basic. *Personality and Individual Differences*, 13(8), 861-865.
- Costa, P., & McCrae, R. (2000). *NEO PI-R: Manual Professional*. Lisboa: CEGOC.
- Costa, P., McCrae, R., & Dye, D. A. (1991). Facet scales for agreeableness and conscientiousness: A revision of the NEO Personality Inventory. *Personality and Individual Differences*, 12, 887- 898.
- Courtois, C. A. (2001). Commentary on "Guided Imagery and Memory": Additional Considerations. *Journal of Counseling Psychology*, 48(2), 133-135.
- Cowan, N., Saults, S. J., Morey, C. C., Mattox, S., Hismjatullina, A., Elliott, E. M., e col. (2005). On the capacity of attention: Its estimation and its role in working memory and cognitive aptitudes *Cognitive Psychology*, 51(1), 42-100.
- Crombag, H. F. M., Wagenaar, W. A., & van Koppen, P. J. (1996). Crashing memories and the problem of "source monitoring." *Applied Cognitive Psychology*, 10(2), 95-104.
- Crossman, A. M., Scullin, M. H., & Melnyk, L. (2004). Individual and developmental differences in suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 941-945.
- Curran, T., Schacter, D. L., Johnson, M. K., & Spinks, R. (2001). Brain potentials reflect behavioral differences in true and false recognition. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 13, 201-216.
- Curran, T., Schacter, D. L., Norman, K. A., & Galluccio, L. (1997). False recognition after a right frontal lobe infarction: Memory for general and specific information. *Neuropsychologia*, 35(7), 1035-1049.
- Deese, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate recall. *Journal of Experimental Psychology* (58), 17-22.
- Dewhurst, S. A., & Anderson, S. J. (1999). Effects of exact and category repetition in true and false recognition memory. *Memory and Cognition*, 27(4), 665-673.
- Diana, R. A., Peterson, M. J., & Reder, L. M. (2004). The role of spurious feature familiarity in recognition memory. *Psychonomic Bulletin and Review*, 11(1), 150-156.
- Dobson, M., & Markham, R. (1993). Imagery ability and source monitoring: implications for eyewitness memory. *The British journal of psychology*, 84, 111-118.
- Drivdahl, S. B. (2001). *The role of emotion and self-reference in the creation of false memories for suggested events*. Kent State U., US.

- Drivdahl, S. B., & Zaragoza, M. S. (2001). The role of perceptual elaboration and individual differences in the creation of false memories for suggested events. *Applied Cognitive Psychology, 15*(3), 265-281.
- Dunn, G. (2004). *Statistical evaluation of measurement errors*. London: Hodder Headline.
- Eakin, D. K., Schreiber, T. A., & Sergent-Marshall, S. (2003). Misinformation effects in eyewitness memory: The presence and absence of memory impairment as a function of warning and misinformation accessibility. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition, 29*(5), 813-825.
- Eisen, M. L., & Carlson, E. B. (1998). Individual differences in suggestibility: Examining the influence of dissociation, absorption, and a history of childhood abuse. *Applied Cognitive Psychology, 12*(Spec Issue), S47-S61.
- Eisen, M. L., & Lynn, S. J. (2001). Dissociation, memory and suggestibility in adults and children. *Applied Cognitive Psychology, 15*, S49-S73.
- Eisen, M. L., Morgan, D. Y., & Mickes, L. (2002). Individual differences in eyewitness memory and suggestibility: Examining relations between acquiescence, dissociation and resistance to misleading information. *Personality & Individual Differences, 33*(4), 553-572.
- Endo, M. (2005). Effects of prior warning and response deadline on false memory. *Psychologia, 48*(1), 54.
- Enns, C. Z. (2001). Some reflections on imagery and psychotherapy implications. *Journal of Counseling Psychology, 48*(2), 136-139.
- Erdelyi, M. H. (1990). Repression, reconstruction, and defense: History and integration of the psychoanalytic and experimental frameworks. In J. L. Singer (Ed.), *Repression and dissociation* (pp. 1-32). Chicago: University of Chicago Press.
- Erdelyi, M. H. (1994). Hypnotic hypermnesia: The empty set of hypermnesia. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis, 42*(4), 379-390.
- Everitt, B., & Hay, D. (1992). *Talking about statistics: A psychologist's guide to design & analysis*. London: Edward Arnold.
- Eysenck, M. W., & Mark, T. K. (2000). *Cognitive Psychology: A student's handbook*. Hove: Psychology Press.
- Fabiani, M., Stadler, M. A., & Wessels, P. M. (2000). True but not false memories produce a sensory signature in human lateralized brain potentials. *Journal of Cognitive Neuroscience, 12*(6), 941-949.
- Franks, J. J., & Bransford, J. D. (1971). Abstraction of visual patterns. *Journal of Experimental Psychology, 90*, 65-74.
- Fredrickson, R. (1992). *Repressed memories: A journey to recovery from sexual abuse*. New York: Simon & Shuster.
- Freud, S. (1953). *The interpretation of dreams* (standard 4 & 5 ed.). London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1900).
- Friedman, S. (1997). On the "true-false" memory syndrome: The problem of clinical evidence. *American Journal of Psychotherapy, 51*(1), 102-122.
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitness influence each other's memory for an event? *Applied Cognitive Psychology, 17*(5), 533-543.

- Gabbert, F., Memon, A., Allan, K., & Wright, D. B. (2004). Say it to my face: Examining the effects of socially encountered misinformation. *Legal and Criminological Psychology, 9*(2), 215-227.
- Gallo, D. A., McDermott, K. B., Roediger, H. L., & Percer, J. M. (2001a). Modality effects in false recall and false recognition *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition, 27*(2), 339-353.
- Gallo, D. A., Roberts, M. J., & Seamon, J. G. (1997). Remembering words not presented in lists: Can we avoid creating false memories? *Psychonomic Bulletin and Review, 4*(2), 271-276.
- Gallo, D. A., Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (2001b). Associative false recognition occurs without strategic criterion shifts. *Psychonomic Bulletin and Review, 8*(3), 579-586.
- Garcia-Bajos, E., & Migueles, M. (2003). False memories for script actions in a mugging account. *European Journal of Cognitive Psychology, 15*(2), 195-208.
- Gardiner, J. M., & Richardson-Klavehn, A. (2000). Remembering and knowing. In E. Tulving & F. I. M. Craik (Eds.), *The Oxford Handbook of Memory* (pp. 229-244). Oxford: Oxford University Press.
- Garry, M., Manning, C. G., & Loftus, E. F. (1996). Imagination inflation: Imagining a childhood event inflates confidence that it occurred. *Psychonomic Bulletin & Review, 3*(2), 208-214.
- Garry, M., & Polaschek, D. L. L. (2000). Imagination and Memory. *Current Directions in Psychological Science, 9*(1), 6-10.
- Gaspar, N., & Pinto, A. C. (2000). Erros de memória em provas laboratoriais de evocação e de reconhecimento. *Psicologia, Educação e Cultura, IV*, 393-409.
- George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows Step by Step: A simple guide and reference* (Forth Ed. ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Geraerts, E., Van Heerden, J., Smeets, E., Jelicic, M., & Merckelbach, H. (2005). Fantasy proneness, but not self-reported trauma is related to DRM performance of women reporting recovered memories of childhood sexual abuse. *Consciousness & Cognition, 14*(3), 602-612.
- Gheorghiu, V. A., Molz, G., & Pohl, R. F. (2004). Suggestion and illusion. In R. F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions: a handbook on fallacies and biases in thinking, judgment and memory* (pp. 399-421). Hove: Psychology Press.
- Ghetti, S., Qin, J., & Goodman, G. S. (2002). False memories in children and adults: Age, distinctiveness, and subjective experience. *Developmental Psychology, 38*(5), 705-718.
- Gleaves, D. H., Smith, S. M., Butler, L. D., & Spiegel, D. (2004). False and recovered memories in the laboratory and clinic: A review of experimental and clinical evidence. *Clinical Psychology: Science & Practice, 11*(1), 3-28.
- Goff, L. M., & Roediger, H. L. (1998). Imagination inflation for action events: Repeated imaginings lead to illusory recollections. *Memory and Cognition, 26*(1), 20.
- Goodman, G. S., & Schaaf, J. M. (1997). Over a decade of research on children's eyewitness testimony: What have we learned? Where do we go from here? *Applied Cognitive Psychology, 11*(SUPPL. 1).
- Greenberg, D. L., Rice, H. J., Cabeza, R., Rubin, D. C., LaBar, K. S., & Cooper, J. J. (2005). Co-activation of the amygdala, hippocampus and inferior frontal gyrus during autobiographical memory retrieval. *Neuropsychologia, 43*(5), 659-674.

- Greene, E., Flynn, M. S., & Loftus, E. F. (1982). Inducing resistance to misleading information. *Journal of Verbal Learning and Behavior*, 21, 207-219.
- Grinley, M. J. (2002). *Effects of advertising on semantic and episodic memory*. Tese de Mestrado não publicada. University of Washington, Seattle.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson suggestibility scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Hastroudi, S., Johnson, M. K., & Chrosniak, L. D. (1990). Aging and qualitative characteristics of memories for perceived and imagined complex events. *Psychology & Aging*, 5(1), 119-126.
- Heaps, C. M. (2000). *Remembering what never happened: Recollective experience in false autobiographical memories*. Unpublished Phd thesis, U Tennessee, US.
- Heaps, C. M., & Nash, M. (1999). Individual differences in imagination inflation. *Psychonomic Bulletin & Review*, 6(2), 313-318.
- Heaps, C. M., & Nash, M. (2001). Comparing recollective experience in true and false autobiographical memories. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, 27(4), 920-930.
- Hekkanen, S. T., & McEvoy, C. (2002). False memories and source-monitoring problems: Criterion differences. *Applied Cognitive Psychology*, 16(1), 73-85.
- Henkel, L. A., Johnson, M. K., & De Leonardis, D. M. (1998). Aging and source monitoring: Cognitive processes and neuropsychological correlates. *Journal of Experimental Psychology: General*, 127(3), 251-268.
- Hicks, J. L., & Marsh, R. L. (1998). A decrement-to-familiarity interpretation of the revelation effect from forced-choice tests of recognition memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 24(5), 1105-1120.
- Hicks, J. L., & Marsh, R. L. (1999). Attempts to reduce the incidence of false recall with source monitoring. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, 25(5), 1195-1209.
- Hicks, J. L., & Marsh, R. L. (2001). False recognition occurs more frequently during source identification than during old-new recognition. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, 27(2), 375-383.
- Higham, P. A. (1998). Believing details known to have been suggested. *British Journal of Psychology*, 89(2), 265-283.
- Hockley, W. E., & Niewiadomski, M. W. (2001). Interrupting recognition memory: Tests of a criterion-change account of the revelation effect. *Memory and Cognition*, 29(8), 1176-1184.
- Holmes, J. B., Waters, H. S., & Rajaram, S. (1998). The phenomenology of false memories: Episodic content and confidence. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 24, 1026.
- Horselenberg, R., Merckelbach, H., Muris, P., Rassin, E., Sijenaar, M., & Spaan, V. (2000). Imagining fictitious childhood events: The role of individual differences in imagination inflation. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7(2), 128-137.
- Horselenberg, R., Merckelbach, H., van Breukelen, G., & Wessel, I. (2004). Individual differences in the accuracy of autobiographical memory. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 11(3), 168-176.

- Howe, M. L., & Courage, M. L. (1997). The emergence and early development of autobiographical memory. *Psychological Review*, 104(3), 499-523.
- Howe, M. L., Courage, M. L., & Edison, S. C. (2003). When autobiographical memory begins. *Developmental Review*, 23(4), 471-494.
- Hyman, I. E., & Billings, F. J. (1998). Individual differences and the creation of false childhood memories. *Memory*, 6(1), 1-20.
- Hyman, I. E., & Faries, J. M. (1992). The functions of autobiographical memories. In M. A. Conway, D. C. Rubin, H. Spinnler & W. A. Wagenaar (Eds.), *Theoretical perspectives on autobiographical memory* (pp. 207-221). The Netherlands: Kluwer Academic.
- Hyman, I. E., Gilstrap, L. L., Decker, K., & Wilkinson, C. (1998). Manipulating remember and know judgments of autobiographical memories: An investigation of false memory creation. *Applied Cognitive Psychology*, 12(4), 371-386.
- Hyman, I. E., Husband, T. H., & Billings, F. J. (1995). False memories of childhood experiences. *Applied Cognitive Psychology*, 9(3), 181-197.
- Hyman, I. E., & Kleinknecht, E. E. (1999). False childhood memories: Research, theory, and applications. In L. M. Williams & V. L. Banyard (Eds.), *Trauma & memory* (pp. 175-188). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Hyman, I. E., & Loftus, E. F. (1998). Errors in autobiographical memory. *Clinical Psychology Review*, 18(8), 933-947.
- Hyman, I. E., & Pentland, J. (1996). The role of mental imagery in the creation of false childhood memories. *Journal of Memory & Language*, 35(2), 101-117.
- Israel, L., & Schacter, D. L. (1997). Pictorial encoding reduces false recognition of semantic associates. *Psychonomic Bulletin and Review*, 4(4), 577-581.
- Jacoby, L. L., Woloshyn, V., & Kelley, C. (1989). Becoming famous without being recognized: Unconscious influences of memory produced by dividing attention. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118, 115-125.
- James, W. (1890). *Principles of psychology*. New York: Holt.
- Jaschinski, U., & Wentura, D. (2002). Misleading postevent information and working memory capacity: An individual differences approach to eyewitness memory. *Applied Cognitive Psychology*, 16(2), 223-231.
- Johnson, M. K. (1988). Reality monitoring: An experimental phenomenological approach. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117(4), 390-394.
- Johnson, M. K. (1997). Source monitoring and memory distortion. *Philosophical Transactions: Biological Sciences*, 352(1362), 1733-1745.
- Johnson, M. K., Foley, M. A., Suengas, A. G., & Raye, C. L. (1988). Phenomenal characteristics of memories for perceived and imagined autobiographical events. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117(4), 371-376.
- Johnson, M. K., Hastroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3-28.

- Johnson, M. K., Nolde, S. F., Mather, M., Kounios, J., Schacter, D. L., & Curran, T. (1997). The similarity of brain activity associated with true and false recognition memory depends on test format. *Psychological Science*, 8, 250-257.
- Johnson, M. K., & Sherman, S. J. (1990). Constructing and reconstructing the past and the future in the present. In E. T. Higgins & R. M. Sorrentino (Eds.), *Handbook of motivation and social cognition: Foundations of social behavior* (pp. 482-526). New York: Guilford Press.
- Kane, M. J., & Engle, R. W. (2002). The role of prefrontal cortex in working-memory capacity, executive attention, and general fluid intelligence: An individual-differences perspective. *Psychonomic Bulletin and Review*, 9(4), 637-671.
- Kane, M. J., & Engle, R. W. (2003). Working-memory capacity and the control of attention: The contributions of goal neglect, response competition, and task set to Stroop Interference. *Journal of Experimental Psychology: General*, 132(1), 47-70.
- Kassin, S. M. (1997). The psychology of confession evidence. *American Psychologist*, 52(3), 221-233.
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *Psychological Science in the Public Interest, Supplement*, 5(2), 33-67.
- Kellogg, R. T. (2001). Presentation modality and mode of recall in verbal false memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, 27(4), 913.
- Kensinger, E. A., & Schacter, D. L. (1999). When true memories suppress false memories: Effects of ageing. *Cognitive Neuropsychology*, 16(3-5), 399-415.
- Koehler, D. J. (1991). Explanation, imagination, and confidence in judgment. *Psychological Bulletin*, 110, 499-519.
- Koriat, A., Goldsmith, M., & Pansky, A. (2000). Toward a psychology of memory accuracy. *Annual Review of Psychology*, 51, 481-537.
- Lampinen, J. M., Faries, J. M., Neuschatz, J. S., & Toglia, M. P. (2000). Recollections of things schematic: The influence of scripts on recollective experience. *Applied Cognitive Psychology*, 14(6), 543-554.
- Lampinen, J. M., Neuschatz, J. S., & Payne, D. G. (1998). Memory illusions and consciousness: Examining the phenomenology of true and false memories. *Current Psychology*, 16(3 / 4), 181-225.
- Lampinen, J. M., Odegard, T. N., & Bullington, J. L. (2003). Qualities of memories for performed and imagined actions. *Applied Cognitive Psychology*, 17(8), 881-893.
- Lee, K. (2004). Age, neuropsychological, and social cognitive measures as predictors of individual differences in susceptibility to the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 997-1019.
- Leo, R. A. (2005). Rethinking the study of miscarriages of justice: Developing a criminology of wrongful conviction. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 21(3), 201-223.
- Liebman, J., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A., Sheesley, L., Gallant, C., Renkey, M., et al. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33(1), 49-66.
- Lindsay, D. S., Hagen, L., Read, J. D., Wade, K. A., & Garry, M. (2004a). True photographs and false memories. *Psychological Science*, 15(3), 149-154.

- Lindsay, D. S., & Johnson, M. K. (1989). The eyewitness suggestibility effect and memory for source. *Memory and Cognition*, 17(3), 349-358.
- Lindsay, D. S., & Read, J. D. (1994). Psychotherapy and memories of childhood sexual abuse: A cognitive perspective. *Applied Cognitive Psychology*, 8, 281-338.
- Lindsay, D. S., & Read, J. D. (1995). "Memory work" and recovered memories of childhood sexual abuse: Scientific evidence and public, professional and personal issues. *Psychology, Public Policy and Law* (1), 846-908.
- Lindsay, D. S., Wade, K. A., Hunter, M. A., & Read, J. D. (2004b). Adults' memories of childhood: Affect, knowing, and remembering. *Memory*, 12(1), 27-43.
- Loftus, E. F. (1979). *Eyewitness testimony*. Cambridge, M. A.: Harvard University Press.
- Loftus, E. F. (1991). Made in memory: Distortions in recollection after misleading information. *Psychology, Learning and Motivation*, 27, 287-215.
- Loftus, E. F. (1993). The reality of repressed memories. *American Psychologist*, 48, 518-537.
- Loftus, E. F. (1996). Memory distortion and false memory creation. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry & the Law*, 24(3), 281-295.
- Loftus, E. F. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 277(3), 70-76.
- Loftus, E. F. (1998). The price of bad memories. *Skeptical Inquirer*, 22, 23-24.
- Loftus, E. F. (2003). Our changeable memories: Legal and practical implications. *Nature Reviews Neuroscience*, 4, 231-234.
- Loftus, E. F. (2005a). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation on the malleability of memory. *Learning & Memory*, 12(4), 361-366.
- Loftus, E. F. (2005b). Searching for the neurobiology of the misinformation effect. *Learning & Memory*, 12, 1-12.
- Loftus, E. F., & Bernstein, D. M. (2005). Rich false memories: the royal road to success. In A. F. Healy (Ed.), *Experimental Cognitive Psychology and its applications* (pp. 101-113). Washington DC: American Psychological Association Press.
- Loftus, E. F., Coan, J. A., & Pickrell, J. E. (1996). Manufacturing false memories using bits of reality. In L. M. Reder (Ed.), *Implicit memory and metacognition* (pp. 195-220).
- Loftus, E. F., & Hoffman, H. G. (1989). Misinformation and memory: The creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology: General* 118(1), 100-104.
- Loftus, E. F., Levidow, B., & Duensing, S. (1992). Who remembers best? Individual differences in memory for events that occurred in a science museum. *Applied Cognitive Psychology*, 6(2), 93-107.
- Loftus, E. F., & Mazzoni, G. A. (1998). Using imagination and personalized suggestion to change people. *Behavior Therapy*, 29(4), 691-706.
- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction. *Journal of Verbal Learning and Behavior*, 13, 585-589.

- Loftus, E. F., & Pickrell, J. E. (1995). The formation of false memories. *Psychiatric Annals*, 25(12), 720-725.
- Lynn, S. J., Lock, T. G., Myers, B., & Payne, D. G. (1997). Recalling the unrecalable: Should hypnosis be used to recover memories in psychotherapy? *Current Directions in Psychological Science*, 6(3), 79-83.
- Madill, A., & Holch, P. (2004). A range of memory possibilities: The challenge of the false memory debate for clinicians and researchers. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 11(5), 299-310.
- Marche, T. A., Jordan, J. J., & Owre, K. P. (2002). Younger adults can be more suggestible than older adults: The influence of learning differences on misinformation reporting. *Canadian Journal on Aging*, 21(1), 85-93.
- Marsh, E. J., & Bower, G. H. (2004). The role of rehearsal and generation in false memory creation. *Memory*, 12(6), 748-761.
- Martin, L. L., Ward, D. W., Achee, J. W., & Wyer, R. S. (1993). Mood as input: People have to interpret the motivational implications of their moods. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 317-326.
- Mather, M., Henkel, L. A., & Johnson, M. K. (1997). Evaluating characteristics of false memories: Remember/know judgments and memory characteristics questionnaire compared *Memory and Cognition*, 25(6), 826-837.
- Mazzoni, G. A. (2002). Naturally occurring and suggestion-dependent memory distortions: The convergence of disparate research traditions. *European Psychologist*, 7(1), 17-30.
- Mazzoni, G. A., & Kirsch, I. (2002). False autobiographical memories and beliefs: A preliminary metacognitive model. In T. Perfect & B. Schwartz (Eds.), *Applied metacognition* (pp. 121-145). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Mazzoni, G. A., & Loftus, E. F. (1998). Dreaming, believing and remembering. In J. De Riviera & T. Sarbin (Eds.), *Believed in Imaginings: The narrative construction of reality*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Mazzoni, G. A., Loftus, E. F., & Kirsch, I. (2001). Changing beliefs about implausible autobiographical events: A little plausibility goes a long way. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 7(1), 51-59.
- Mazzoni, G. A., Loftus, E. F., Seitz, E. F., & Lynn, S. J. (1999a). Changing beliefs and memories through dream interpretation. *Applied Cognitive Psychology*, 13(2), 125-144.
- Mazzoni, G. A., Lombardo, P., Malvagia, S., & Loftus, E. F. (1999b). Dream interpretation and false beliefs. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(1), 45-50.
- Mazzoni, G. A., & Memon, A. (2003). Imagination can create false autobiographical memories. *Psychological Science*, 14(2), 186-188.
- McCabe, D. P., & Smith, A. D. (2002). The effect of warnings on false memories in young and older adults. *Memory and Cognition*, 30(7), 1065-1077.
- McCloskey, M., & Zaragoza, M. (1985). Misleading postevent information and memory for events: Arguments and evidence against memory impairment hypotheses. *Journal of Experimental Psychology: General*, 114, 1-16

- McConkey, K. M. (1992). The effects of hypnotic procedures on remembering: The experimental findings and their implications for forensic hypnosis. In E. Fromm & M. Nash (Eds.), *Contemporary hypnosis research* (pp. pp. 405-426). New York: Guilford.
- McDaniel, M. A., Einstein, G. O., DeLosh, E. L., May, C. P., & Brady, P. (1995). The bizarreness effect: It's not surprising, it's complex *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, *21*, 422-435.
- McDermott, K. B. (1996). The persistence of false memories in list recall. *Journal of Memory and Language*, *35*(2), 212-230.
- McDermott, K. B. (1997). Priming on perceptual implicit memory tests can be achieved through presentation of associates. *Psychonomic Bulletin & Review*, *4*(4), 582-586.
- McDermott, K. B., & Roediger, H. L. (1998). Attempting to avoid illusory memories: Robust false recognition of associates persists under conditions of explicit warnings and immediate testing. *Journal of Memory and Language*, *39*(3), 508-520.
- McDermott, K. B., & Watson, J. M. (2001). The rise and fall of false recall: The impact of presentation duration. *Journal of Memory and Language*, *45*(1), 160-176.
- McGinnis, D., & Roberts, P. (1996). Qualitative characteristics of vivid memories attributed to real and imagined experiences. *American Journal of Psychology*, *109*(1), 59.
- McIntyre, T., Klein, J. M., & Gonçalves, A. (em preparação). The Tellegen Absortion Scale: Psychometric issues and norms of a Portuguese sample.
- McNally, R. J., Lasko, N. B., Clancy, S. A., Macklin, M. L., Pitman, R. K., & Orr, S. P. (2004). Psychophysiological responding during script-driven imagery in people reporting abduction by space aliens. *Psychological Science*, *15*(7), 493-497.
- Meade, M. L., & Roediger, H. L. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory and Cognition*, *30*(7), 995-1009.
- Merckelbach, H. (2004). Telling a good story: Fantasy proneness and the quality of fabricated memories. *Personality and Individual Differences*, *37*(7), 1371-1382.
- Merckelbach, H., Horselenberg, R., & Muris, P. (2001). The creative experiences questionnaire (CEQ): A brief self-report measure of fantasy proneness. *Personality and Individual Differences*, *31*(6), 987-995.
- Merckelbach, H., Muris, P., Rassin, E., & Horselenberg, R. (2000). Dissociative experiences and interrogative suggestibility in college students. *Personality and Individual Differences*, *29*, 1133-1140.
- Merckelbach, H., Wessel, I., & Horselenberg, R. (1997). The accuracy of autobiographical memory: A replication of Barclay and Wellman (1986). *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, *25*(2), 103-111.
- Miller, A. R., Baratta, C., Wynveen, C., & Rosenfeld, J. P. (2001). P300 latency, but not amplitude or topography, distinguishes between true and false recognition. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, *27*(2), 254-361.
- Miller, M. B., & Gazzaniga, M. S. (1998). Creating false memories for visual scenes. *Neuropsychologia*, *36*(6), 513-520.

- Mitchell, K. J., Johnson, M. K., & Mather, M. (2003). Source monitoring and suggestibility to misinformation: Adult age-related differences. *Applied Cognitive Psychology, 17*(1), 107-119.
- Mitchell, K. J., & Zaragoza, M. S. (1996). Repeated exposure to suggestion and false memory: The role of contextual variability. *Journal of Memory & Language, 35*(2), 246-260.
- Mueller-Johnson, K., & Ceci, S. J. (2004). Memory and suggestibility in older adults: Live event participation and repeated interview. *Applied Cognitive Psychology, 18*(8), 1109-1127.
- Multhaup, K. S., & Conner, C. A. (2002). The effects of considering nonlist sources on the Deese-Roediger-McDermott memory illusion. *Journal of Memory and Language, 47*(2), 214-228.
- Neisser, U. (1967). *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Neisser, U., & Fivush, R. (1994). *The remembered self: Construction and accuracy in the self narrative*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neuschatz, J. S., Benoit, G. E., & Payne, D. G. (2003). Effective Warnings in the Deese-Roediger-McDermott False-Memory Paradigm: The Role of Identifiability. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition, 29*(1), 35-41.
- Neuschatz, J. S., Lampinen, J. M., Preston, E. L., Hawkins, E. R., & Toglia, M. P. (2002). The effect of memory schemata on memory and the phenomenological experience of naturalistic situations. *Applied Cognitive Psychology, 16*(6), 687-708.
- Norman, K. A., & Schacter, D. L. (1997). False recognition in younger and older adults: Exploring the characteristics of illusory memories. *Memory and Cognition, 25*(6), 838-848.
- Nourkova, V., Bernstein, D. M., & Loftus, E. F. (2004). Altering traumatic memory. *Cognition & Emotion, 18*, 575-585.
- Okado, Y., & Stark, C. E. L. (2005). Neural activity during encoding predicts false memories created by misinformation. *Learning & Memory, 12*(1), 3.
- Olio, K. (1994). Truth in memory. *American Psychologist, 49*, 442-443.
- Orne, E. C., Whitehouse, W. G., Dinges, D. F., & Orne, M. T. (1996). Memory liabilities associated with hypnosis: Does low hypnotizability confer immunity? *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis, 54*, 354-369.
- Ost, J., Costall, A., & Bull, R. (no prelo). False reports in appropriate interviews. *Memory*.
- Ost, J., Vrij, A., Costall, A., & Bull, R. (2002). Crashing memories and reality monitoring: Distinguishing between perceptions, imaginations and 'false memories.' *Applied Cognitive Psychology, 16*(2), 125-134.
- Paddock, J. R., Joseph, A. L., Chan, F. M., Terranova, S., Manning, C. G., & Loftus, E. F. (1998). When guided visualization procedures may backfire: Imagination inflation and predicting individual differences in suggestibility. *Applied Cognitive Psychology, 12*(Spec Issue), S63-S75.
- Paddock, J. R., & Terranova, S. (2001). Guided visualization and suggestibility: Effect of perceived authority on recall of autobiographical memories. *Journal of Genetic Psychology, 162*(3), 347-356.
- Paddock, J. R., Terranova, S., Kwok, R., & Halpern, D. V. (2000). When knowing becomes remembering: Individual differences in susceptibility to suggestion. *Journal of Genetic Psychology, 161*(4), 453-468.

- Paddock, J. R., Terranova, S., Noel, M., Eber, H. W., Manning, C., & Loftus, E. F. (1999). Imagination inflation and the perils of guided visualization. *Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 133(6), 581-595.
- Pandeirada, J. N., & Albuquerque, P. B. (em preparação). Escala de experiências dissociativas: Adaptação à população Portuguesa.
- Parks, T. E. (1997). False memories of having said the unsaid: Some new demonstrations. *Applied Cognitive Psychology*, 11(6), 485-494.
- Payne, D. G., Elie, C. J., Blackwell, J. M., & Neuschatz, J. S. (1996). Memory illusions: Recalling, recognizing, and recollecting events that never occurred. *Journal of Memory and Language*, 35(2), 261-285.
- Peiffer, L. C., & Trull, T. J. (2000). Predictors of suggestibility and false-memory production in young adult women. *Journal of Personality Assessment*, 74(3), 384-399.
- Pezdek, K. (1994). The illusion of illusory memory. *Applied Cognitive Psychology*, 8, 339-350.
- Pezdek, K., Finger, K., & Hodge, D. (1997). Planting false childhood memories: The role of event plausibility. *Psychological Science*, 8(6), 437-441.
- Pickrell, J. E., Bernstein, D. M., & Loftus, E. F. (2004). Misinformation effect. In R. F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions: a handbook on fallacies and biases in thinking, judgement and memory* (pp. 345-361). Hove: Psychology Press.
- Platt, R. D., Lacey, S. C., Lobst, A. D., & Finkelman, D. (1998). Absorption, dissociation, fantasy-proneness as predictors of memory distortion in autobiographical and laboratory-generated memories. *Applied Cognitive Psychology*, 12(Spec Issue), S77-S89.
- Polczyk, R., Wesotowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 1097-1107.
- Poole, B. J., Lindsay, D. S., Memon, A., & Bull, R. (1995). Psychotherapy and the recovery of memories of childhood sexual abuse: U.S. and British practitioners' opinions, practices, and experiences. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 426-437.
- Poole, D. A. (1995). Interviewing Preschoolers: Effects of nonsuggestive techniques, parental coaching and leading questions on reports of nonexperienced events. *Journal of Experimental Child Psychology*, 60, 129-154.
- Poole, D. A., & Lindsay, D. S. (2001). Children's eyewitness reports after exposure to misinformation from parents. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 7(1), 27-50.
- Porter, S., Birt, A. R., Yuille, J. C., & Lechman, D. R. (2000). Negotiating false memories: Interviewer and remembered characteristics relate to memory distortion. *Psychological Science*, 11, 507-510.
- Porter, S., Yuille, J. C., & Lehman, D. R. (1999). The nature of real, implanted, and fabricated memories for emotional childhood events: Implications for the recovered memory debate. *Law and Human Behavior*, 23(5), 517.
- Putnam, F. W. (1997). *Dissociation in children and adolescents*. New York: Guilford Press.

- Quas, J. A., Goodman, G. S., Ablin, D. S., Bidrose, S., Pipe, M. E., & Craw, S. (1999). Emotion and memory: Children's long-term remembering, forgetting, and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology, 72*(4), 235-270.
- Quas, J. A., Qin, J., Schaaf, J., & Goodman, G. S. (1997). Individual differences in children's and adults' suggestibility and false event memory. *Learning & Individual Differences, 9*(4), 359-390.
- Quas, J. A., Wallin, A. R., Papini, S., Lench, H., & Scullin, M. H. (2005). Suggestibility, social support, and memory for a novel experience in young children. *Journal of Experimental Child Psychology, 91*(4), 315-341.
- Radelet, M. L. (2002). Wrongful convictions of the innocent. *Judicature, 86*(2), 67-68.
- Rajaram, S., & Roediger, H. L. (1997). Remembering and knowing as states of consciousness during retrieval. In J. D. Cohen & J. W. Schooler (Eds.), *Scientific Approaches to Consciousness* (pp. 213-240). Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Rassin, E., Merckelbach, H., & Spaan, V. (2001). When dreams become a royal road to confusion: Realistic dreams, dissociation, and fantasy proneness. *Journal of Nervous and Mental Disease, 189*(7), 478-481.
- Reyna, V. F. (1998). Fuzzy-trace theory and false memory. In M. J. Intons-Peterson & D. L. Best (Eds.), *Memory distortions and their prevention* (pp. 15-27). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Reyna, V. F., & Brainerd, C. J. (1990). Fuzzy processing in transitivity development. *Annals of Operations Research, 23*, 37-63.
- Reyna, V. F., & Brainerd, C. J. (1995). Fuzzy-trace theory: An interim synthesis. *Learning and Individual Differences, 7*(1), 1-75.
- Reysen, M. B. (2005). The effects of conformity on recognition judgments. *Memory, 13*(1), 87-94.
- Robinson, K. J., & Roediger, H. L. (1997). Associative processes in false recall and false recognition. *Psychological Science, 8*(3), 231-237.
- Rocha, A., & Albuquerque, P. B. (2003). Ilusões de memória em alcoólicos. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 8*(269-288).
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2005). Individual differences in young children's suggestibility: Relations to event memory, language abilities, working memory, and executive functioning. *Cognitive Development, 20*(3), 427-447.
- Roediger, H. L. (1996). Memory illusions. *Journal of Memory and Language, 35*(2), 76-100.
- Roediger, H. L., Balota, D. A., & Watson, J. M. (2001a). Spreading activation and arousal of false memories. In H. L. Roediger III, J. S. Nairne, I. Neath & A. M. Suprenant (Eds.), *The Nature of Remembering: Essays in Honor of Robert G. Crowder* (pp. 95-115). Washington DC: American Psychological Association.
- Roediger, H. L., & Gallo, D. A. (2004). Associative memory illusions. In R. F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions: a handbook on fallacies and biases in thinking, judgement and memory* (pp. 309-326). Hove: Psychology Press.

- Roediger, H. L., Jacoby, D., & McDermott, K. B. (1996). Misinformation effects in recall: Creating false memories through repeated retrieval. *Journal of Memory & Language*, *35*, 300-318.
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, *21*, 803-814.
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (2000). Distortions of memory. In E. Tulving & F. I. M. Craik (Eds.), *The Oxford Handbook of Memory* (pp. 149-162). Oxford: Oxford University Press.
- Roediger, H. L., Meade, M. L., & Bergman, E. T. (2001b). Social contagion of memory. *Psychonomic Bulletin and Review*, *8*(2), 365-371.
- Roediger, H. L., Watson, J. M., McDermott, K. B., & Gallo, D. A. (2001c). Factors that determine false recall: A multiple regression analysis. *Psychonomic Bulletin & Review*, *8*(3), 385-407.
- Roediger, H. L., Wheeler, M. A., & Rajaram, S. (1993). Remembering, knowing and reconstructing the past. In D. L. Medin (Ed.), *The psychology of learning and motivation: Advances in research and theory* (Vol. 30, pp. 97-134). New York: Academic Press.
- Rubin, D. C., Greenberg, D. L., & Schrauf, R. W. (2003). Belief and recollection of autobiographical memories. *Memory and Cognition*, *31*(6), 887-901.
- Sakamoto, Y., & Love, B. C. (2004). Schematic influences on category learning and recognition memory. *Journal of Experimental Psychology: General*, *133*(4), 534-553.
- Schacter, D. L. (1997). *Memory distortion: How minds, brains and societies reconstruct the past*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Schacter, D. L. (1999). The seven sins of memory: Insights from psychology and cognitive neuroscience. *American Psychologist*, *54*(3), 182-203.
- Schacter, D. L. (2001). *The seven sins of memory: How the mind forgets and remembers*. Boston: Houghton Mifflin.
- Schacter, D. L., Curran, T., Galluccio, L., Milberg, W. P., & Bates, J. F. (1996a). False recognition and the right frontal lobe: A case study. *Neuropsychologia*, *34*(8), 793-808.
- Schacter, D. L., Koutstaal, W., Johnson, M. K., Gross, M. S., & Angell, K. E. (1997a). False recollection induced by photographs: A comparison of older and younger adults. *Psychology & Aging*, *12*(2), 203-215.
- Schacter, D. L., Norman, K. A., & Koutstaal, W. (1998). The cognitive neuroscience of constructive memory. *Annual Review of Psychology*, *49*, 289-318.
- Schacter, D. L., Reiman, E., Curran, T., Yun, L. S., McDermott, K. B., & Roediger, H. L. (1996b). Neuroanatomical correlates of veridical and illusory recognition memory: Evidence for positron emission tomography. *Neuron*, *17*, 267-274.
- Schacter, D. L., & Slotnick, S. D. (2004). The cognitive neuroscience of memory distortion. *Neuron*, *44*(1), 149-160.
- Schacter, D. L., Verfaellie, M., & Anes, M. D. (1997b). Illusory memories in amnesic patients: Conceptual and perceptual false recognition. *Neuropsychology*, *11*(3), 331-342.

- Schacter, D. L., Verfaellie, M., & Pradere, D. (1996c). The neuropsychology of memory illusions: False recall and recognition in amnesic patients. *Journal of Memory and Language*, 35(2), 319-334.
- Schneider, D. M., & Watkins, M. J. (1996). Response conformity in recognition testing. *Psychonomic Bulletin & Review*, 3(4), 481-485.
- Schooler, J. W., Gerhard, D., & Loftus, E. F. (1986). Qualities of the unreal. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, 12(2), 171-181.
- Schooler, J. W., & Loftus, E. F. (1993). Multiple mechanisms mediate individual differences in eyewitness accuracy and suggestibility. In J. M. Puckett & H. W. Reese (Eds.), *Mechanisms of everyday cognition* (pp. 177-203). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Scoboria, A., Mazzoni, G., Kirsch, I., & Relyea, M. (2004). Plausibility and belief in autobiographical memory. *Applied Cognitive Psychology*, 18(7), 791-807.
- Seamon, J. G., Guerry, J. D., Marsh, G. P., & Tracy, M. C. (2002). Accurate and false recall in the Deese/Roediger and McDermott procedure: A methodological note on sex of participant. *Psychological Reports*, 91(2), 423-427.
- Searcy, J., Bartlett, J. C., & Memon, A. (2000). Influence of post-event narratives, line-up conditions and individual differences on false identification by young and older eyewitnesses. *Legal and Criminological Psychology*, 5(2), 219-235.
- Sharman, S. J., Garry, M., & Beuke, C. J. (2004). Imagination or exposure causes imagination inflation. *American Journal of Psychology*, 117(2), 157-168.
- Sharman, S. J., Manning, C. G., & Garry, M. (2005). Explain this: Explaining childhood events inflates confidence for those events. *Applied Cognitive Psychology*, 19, 67-74.
- Sheehan, P. W., Statham, D., & Jamieson, G. (1991). Pseudomemory effects over time in the hypnotic setting. *Journal of Abnormal Psychology*, 100(1), 39-44.
- Sherman, S. J., Cialdini, R. B., Schwartzman, D. F., & Reynolds, K. D. (1985). Imagining can heighten or lower the perceived likelihood of contracting a disease: The mediating effect of ease of imagery. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 11, 118-127.
- Smith, R. E., & Hunt, R. R. (1998). Presentation modality affects false memory *Psychonomic Bulletin and Review*, 5(4), 710-715.
- Smith, S. M., Gleaves, D. H., Pierce, B. H., Williams, T. L., Gilliland, T. R., & Gerkens, D. R. (2003). Eliciting and comparing false and recovered memories: An experimental approach. *Applied Cognitive Psychology*, 17(3), 251-279.
- Smith, S. M., Tindel, D. R., Pierce, B. H., Gilliland, T. R., & Gerkens, D. R. (2001). The use of source memory to identify one's own episodic confusion errors. *Journal of Experimental Psychology: Learning Memory and Cognition*, 27(2), 362-375.
- Smith, S. M., Ward, T. B., Sifonis, C. M., Tindell, D. R., Wilkenfeld, M. J., & Pierce, B. H. (1996). *Priming and category structure in created memories*, Paper presented at the meeting of the Psychonomic Society, Chicago, IL.
- Smith, S. M., Ward, T. B., Tindell, D. R., Sifonis, C. M., & Wilkenfeld, M. J. (2000). Category structure and created memories. *Memory & Cognition*, 28(3), 386-395.

- Sommers, M. S., & Lewis, B. P. (1999). Who really lives next door: Creating false memories with phonological neighbors. *Journal of Memory and Language*, 40(1), 83-108.
- Spanos, N. P. (1996). *Multiple identities and false memories*. Washington, DC: APA Press.
- Spanos, N. P., Burgess, C. A., & Burgess, M. F. (1994). Past-life identities, UFO abductions, and satanic ritual abuse: The social construction of memories. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 42(4), 433-446.
- Spanos, N. P., Burgess, C. A., Burgess, M. F., Samuels, C., & Blois, W. O. (1999). Creating false memories of infancy with hypnotic and non-hypnotic procedures. *Applied Cognitive Psychology*, 13(3), 201-218.
- Spiegel. (1997). Hypnosis and suggestion. In D. L. Schacter (Ed.), *Memory distortion: how minds, brains and societies reconstruct the past*. Harvard University Press.
- Stern, E. R., & Rotello, C. M. (2000). Memory characteristics of recently imagined events and real events experienced previously. *American Journal of Psychology*, 113(4), 569-590.
- Suen, H. K., & Ary, D. (1989). *Analyzing quantitative behavioral observation data*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Suengas, A. G., & Johnson, M. K. (1988). Qualitative effects of rehearsal on memories for perceived and imagined complex events. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117(4), 377-389.
- Tellegen, A., & Atkinson, G. (1974). Openness to absorbing and self-altering experiences ("Absorption"), a trait related to hypnotic susceptibility. *Journal of Abnormal Psychology*(83), 268-277.
- Thomas, A. K., Bulevich, J. B., & Loftus, E. F. (2003). Exploring the role of repetition and sensory elaboration in the imagination inflation effect. *Memory and Cognition*, 31(4), 630-640.
- Thomas, A. K., & Loftus, E. F. (2002). Creating bizarre false memories through imagination. *Memory and Cognition*, 30(3), 423-431.
- Tomes, J. L., & Katz, A. N. (1997). Habitual susceptibility to misinformation and individual differences in eyewitness memory. *Applied Cognitive Psychology*, 11(3), 233-251.
- Tomes, J. L., & Katz, A. N. (2000). Confidence - Accuracy relations for real and suggested events. *Memory*, 8(5), 273-283.
- Tousignant, J. P., Hall, D., & Loftus, E. F. (1986). Discrepancy detection and vulnerability to misleading postevent information. *Memory & Cognition*, 14(4), 329-338.
- Tulving, E. (1972). Episodic and semantic memory. In E. Tulving & W. Donaldson (Eds.), *Organization of memory*. New York: Academic Press.
- Tulving, E. (1985). Memory and consciousness. *Canadian Psychology*, 26, 1-12.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1973). Availability: A heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, 5, 207-232.
- Underwood, J., & Pezdek, K. (1998). Memory suggestibility as an example of the sleeper effect. *Psychonomic Bulletin & Review*, 5(3), 449-453.

- Usher, J. A., & Neisser, U. (1993). Childhood amnesia and the beginnings of memory for four early life events. *Journal of Experimental Psychology: General*, 122(2), 155-165.
- van de Wetering, S., Bernstein, D. M., & Loftus, E. F. (2002). Public education against false memories: A modest proposal. *Cognitive Technology*, 2, 4-7.
- Verde, M. F., & Rotello, C. M. (2003). Does familiarity change in the revelation effect? *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 29(5), 739-746.
- Verde, M. F., & Rotello, C. M. (2004). ROC curves show that the revelation effect is not a single phenomenon. *Psychonomic Bulletin and Review*, 11(3), 560-566.
- Wade, K. A., Garry, M., Read, J. D., & Lindsay, D. S. (2002). A picture is worth a thousand lies: Using false photographs to create false childhood memories. *Psychonomic Bulletin and Review*, 9(3), 597-603.
- Wagenaar, W. A. (1986). My memory: a case study of autobiographical memories over six years. *Cognitive Psychology*, 18, 225-252.
- Watson, J. M., Balota, D. A., & Roediger, H. L. (2003). Creating false memories with hybrid lists of semantic and phonological associates: Over-additive false memories produced by converging associative networks. *Journal of Memory and Language*, 49(1), 95-118.
- Watson, J. M., Balota, D. A., & Sergent-Marshall, S. D. (2001). Semantic, phonological, and hybrid veridical and false memories in healthy older adults and in individuals with dementia of the Alzheimer type. *Neuropsychology*, 15(2), 254-267.
- Watson, J. M., Bunting, M. F., Poole, B. J., & Conway, A. R. A. (2005). Individual differences in susceptibility to false memory in the Deese-Roediger-McDermott paradigm. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 31, 76-85.
- Watson, J. M., McDermott, K. B., & Balota, D. A. (2004). Attempting to avoid false memories in the Deese/Roediger-McDermott paradigm: Assessing the combined influence of practice and warnings in young and old adults. *Memory and Cognition*, 32(1), 135-141.
- Wells, G. L., & Olson, E. A. (2003). Eyewitness testimony. *Annual Review of Psychology*, 54, 227-295.
- Westerman, D. L. (2000). Recollection-based recognition eliminates the revelation effect in memory. *Memory and Cognition*, 28, 167-175.
- Westerman, D. L., & Greene, R. L. (1998). The revelation that the revelation effect is not due to revelation. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 24(2), 377-386.
- Wetzler, S. E., & Sweeney, J. A. (1986). Childhood amnesia: An empirical demonstration. In D. C. Rubin (Ed.), *Autobiographical memory* (pp. 191-201). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Whittlesea, B. W. A., Hughes, A. D., & Masson, M. E. J. (2005). False memory following rapidly presented lists: The element of surprise. *Psychological Research*, 69(5-6), 420-430.
- Whittlesea, B. W. A., & Williams, L. D. (2000). The source of feelings of familiarity: The discrepancy-attribution hypothesis. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 26(3), 547-565.
- Whittlesea, B. W. A., & Williams, L. D. (2001a). The discrepancy-attribution hypothesis: I. The heuristic basis of feelings of familiarity. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, 27, 3-13.

- Whittlesea, B. W. A., & Williams, L. D. (2001b). The discrepancy-attribution Hypothesis: II. Expectation, uncertainty, surprise, and feelings of familiarity. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory & Cognition*, 27(1), 14-33.
- Williams, J. M. G., Stiles, W. B., & Shapiro, D. A. (1999). Cognitive mechanisms in the avoidance of painful and dangerous thoughts: Elaborating the assimilation model. *Cognitive Therapy and Research*, 23(3), 285-306.
- Winograd, E., Peluso, J. P., & Glover, T. A. (1998). Individual differences in susceptibility to memory illusions. *Applied Cognitive Psychology*, 12, S5-S27.
- Wixted, J. T., & Stretch, V. (2000). The case against a criterion-shift account of false memory. *Psychological Review*, 107(2), 368-376.
- Wright, D. B., & Livingston-Raper, D. (2002). Memory distortion and dissociation: Exploring the relationship in a non-clinical sample. *Journal of Trauma and Dissociation*, 3(3), 97-109.
- Wright, D. B., Mathews, S. A., & Startup, H. M. (2005). Mood, dissociation and false memories using the Deese-Roediger-McDermott procedure. *British Journal of Psychology*, 96(3), 283-293.
- Wright, D. B., Self, G., & Justice, C. (2000). Memory conformity: Exploring misinformation effects when presented by another person. *British Journal of Psychology*, 91, 189-202.
- Young, K., Powell, M. B., & Dudgeon, P. (2003). Individual differences in children's suggestibility: A comparison between intellectually disabled and mainstream samples. *Personality & Individual Differences*, 35(1), 31-49.
- Zaragoza, M. S., & Lane, S. M. (1994). Source misattributions and the suggestibility of eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition*, 20(4), 934-945.
- Zaragoza, M. S., & Mitchell, K. J. (1996). Repeated exposure to suggestion and the creation of false memories. *Psychological Science*, 7(5), 294-300.
- Zeelenberg, R., Pecher, D., & Boot, I. (2005). Activating the critical lure during study is unnecessary for false recognition. *Consciousness and Cognition*, 14(2), 316-326.
- Zoellner, L. A., Foa, E. B., Brigidi, B. D., & Przeworski, A. (2000). Are trauma victims susceptible to 'false memories'? *Journal of Abnormal Psychology*, 109(3), 517-524.